JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do
Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal De Castanheira 4
Camara Municipal de Água Boa 8
Camara Municipal de Apiacás 8
Camara Municipal de Cáceres 9
Camara Municipal de Colíder 9
Camara Municipal de Cotriguaçu 9
Camara Municipal de Peixoto de Azevedo 11
Camara Municipal de Rondolândia 11
Camara Municipal de Santa Cruz do Xingu 12
Camara Municipal de União do Sul 12
Camara Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 12
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 13
Consórcio Intermunicipal Portal do Araguaia 17
Prefeitura Municipal de Água Boa 18
Prefeitura Municipal de Alto Garças 19
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 22
Prefeitura Municipal de Apiacás 22
Prefeitura Municipal de Araguaiana 34
Prefeitura Municipal de Araputanga 35
Prefeitura Municipal de Arenápolis 36
Prefeitura Municipal de Aripuanã 36
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 37
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 40
Prefeitura Municipal de Cáceres 42
Prefeitura Municipal de Campinápolis 46
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 46
Prefeitura Municipal de Campo Verde 49
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 52
Prefeitura Municipal de Canarana 56
Prefeitura Municipal de Carlinda 58
Prefeitura Municipal de Castanheira 66
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 67
Prefeitura Municipal de Cocalinho 68
Prefeitura Municipal de Colíder 71
Prefeitura Municipal de Colniza 72
Prefeitura Municipal de Comodoro 72
Prefeitura Municipal de Confresa 72
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 96
Prefeitura Municipal de Diamantino 99
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 122
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 122
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 123
Prefeitura Municipal de Itanhangá 134
Prefeitura Municipal de Itiquira 135
Prefeitura Municipal de Jaciara 138
Prefeitura Municipal de Jangada 139
Prefeitura Municipal de Jauru 139
Prefeitura Municipal de Juara 139
Prefeitura Municipal de Juruena 150
Prefeitura Municipal de Juscimeira 151
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 152
Prefeitura Municipal de Marcelândia 154

Prefeitura Municipal de Matupá 158
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 158
Prefeitura Municipal de Nobres 161
Prefeitura Municipal de Nortelândia 203
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 207
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 207
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 208
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 208
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 212
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 216
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 217
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 217
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 220
Prefeitura Municipal de Paranatinga 226
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 235
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 261
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 261
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 279
Prefeitura Municipal de Poxoréu 279
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 289
Prefeitura Municipal de Rondolândia 291
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 292
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 293
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 293
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 293
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 300
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 301
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 303
Prefeitura Municipal de São José do Povo 312
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 312
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 312
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 313
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 313
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 323
Prefeitura Municipal de Torixoréu 323
Prefeitura Municipal de União do Sul 323
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 334
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 342
Prefeitura Municipal de Vila Rica 383

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

LEGISLATIVO
CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE VEÍCULO N.º 01/2017

QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA E EDIPO ESTÁCIO SOARES GOULART.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO MISTO DE CARGA LEVE E PASSEIO, TIPO CAMINHONETE PICK-UP, CABINE DUPLA, ANO DE FABRICAÇÃO DE 2009 OU MAIS RECENTE, EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO E DEVIDAMENTE LICENCIADO, DESTINADO À CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE CARTA CONVITE, REGISTRADO SOB N.º 01/2017, E SEUS ANEXOS.

"PREÂMBULO"

A **CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA**, Órgão da Administração Pública Municipal, devidamente inscrita no CNPJ n.º 24.771.859/0001-62, com sede na Rua Mato Grosso, n.º 186, Bairro Centro, CEP 78345-000, na cidade de Castanheira - MT, neste ato representada, na forma da "Lei Orgânica Municipal" e do seu "Regimento Interno", pelo **Presidente**, o Sr.º **JUARES MÁXIMO DA SILVA**, brasileiro, casado, vereador, residente e domiciliado à Rua Marechal Rondon, s/n.º, Bairro Santo Antônio, CEP 78345-000, portador do CPF n.º 650.618.881-20 e RG n.º 904 516 SSP/MT, neste município de Castanheira – MT, doravante denominada **CONTRATANTE**e de outro lado o Sr.º **EDIPO ESTÁCIO SOARES GOULART**, Pessoa Física, devidamente inscrito no CPF n.º 026.857.901-60 e Carteira de Identidade RG n.º 18259324 SSP/MT, com endereço fixo na Rua Princesa Isabel, n.º 29-E, bairro Palmiteira, CEP 78320-000, na cidade de Juína - MT, doravante denominado **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente **CONTRATO**decorrente do **Edital de Licitação - Carta Convite n.º 01/2017**, regido pela Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, vigentes e aplicáveis ao objeto desta contratação, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA "DO OBJETO"

Cláusula 1.1 – Constitui-se objeto deste Contrato a **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO MISTO DE CARGA LEVE E PASSEIO, TIPO CAMINHONETE PICK-UP, CABINE DUPLA, ANO DE FABRICAÇÃO DE 2009 OU MAIS RECENTE, EM PERFEITO ESTADO DE FUNCIONAMENTO E DEVIDAMENTE LICENCIADO, DESTINADO À CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA**, conforme descrito no **Edital de Licitação – Carta Convite n.º 01/2017**, do qual passa a fazer parte integrante.

Cláusula 1.2 – O fornecimento é adjudicado ao CONTRATADO em decorrência do julgamento do Edital de Licitação, na modalidade **Carta Convite**, registrado sob **n.º 01/2017**, e segundo proposta do CONTRATADO e demais peças do processo de licitação que se incorporam a este instrumento independente de Transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA "DO VALOR"

Cláusula 2.1 – O valor total a ser pago pela CONTRATANTE ao CONTRATADO, relativo ao bem adquirido, é de **R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)**, conforme abaixo especificado:

Item	*Quant.*	*Unidade*	*Descrição do Bem*	*Marca/Modelo*	*Valor Unitário*	
1	**1**	**UN**	**CAMINHONETE CHEVROLET S10 LT CD DD4, 5P, 4X4, 2013/2013, BRANCA.**	**CHEVROLET**	**R$:**	**75.000,00**
				TOTAL à	**R$:**	**75.000,00**

Cláusula 2.2 – Os preços serão fixos e irreajustáveis até o término do Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA "DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA"

Cláusula 3.1 – O prazo para entrega, pelo CONTRATADO à CONTRATANTE, do objeto disposto na Cláusula 1.1 e discriminado na Cláusula 2.1, é de no máximo 10 (dez) dias, contados a partir da assinatura do presente instrumento.

Cláusula 3.2 – O veículo deverá ser entregue à CONTRATANTE obedecendo impreterivelmente os procedimentos para recebimento do veículo nos seguintes períodos: De segunda à sexta-feira, das 07:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas. Não serão aceitas entregas fora deste horário.

Cláusula 3.3 – A aceitação do veículo pela CONTRATANTE não eximirá o CONTRATADO de sua responsabilidade em entregar o veículo em plena concordância com o pedido e com a especificação, nem invalidará ou comprometerá qualquer reclamação que a CONTRATANTE venha a fazer, baseada na exigência de veículo inadequado ou defeituoso.

Cláusula 3.4 – O prazo estipulado na Cláusula 3.1 poderá ser prorrogado por mais 10 (dez) dias, nos casos previamente comunicados por escrito à parte interessada.

CLÁUSULA QUARTA "DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO"

Cláusula 4.1 – O veículo, objeto deste contrato, deverá ser entregue observadas as regras específicas fixadas no instrumento convocatório (Edital de Licitação) e seus anexos.

Cláusula 4.2 – O veículo será recebido provisoriamente, para posterior verificação da qualidade, especificação e preço.

Cláusula 4.3 – Caso o veículo apresente irregularidades, especificações incorretas, esteja fora dos padrões determinados, a CONTRATANTE o rejeitará para que o CONTRATADO corrija os vícios apontados no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento da solicitação. O atraso na reparação e/ou substituição acarretará na suspensão do pagamento, além das penalidades previstas no Edital da Licitação e neste instrumento.

Cláusula 4.4 – Na hipótese de reprovação do veículo, prevista na Cláusula 4.3, o CONTRATADO será responsável pelo frete decorrente do transporte deste para reparação ou substituição, incluindo a retirada e entrega dos equipamentos/produtos.

Cláusula 4.5 – O CONTRATADO deverá emitir o Certificado de Registro do Veículo, sem rasuras, e discriminá-lo com o veículo entregue, o respectivo preço total, e reconhecimento de firma em Cartório.

Cláusula 4.6 – A atestação de conformidade da entrega do bem caberá ao **"GESTOR DO CONTRATO"** ou a outro servidor efetivo designado para esse fim.

Cláusula 4.7 – O(s) representante(s) da CONTRATANTE anotará(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a entrega do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA QUINTA "DO PAGAMENTO"

Cláusula 5.1 – O pagamento será efetuado em PARCELA ÚNICA no valor TOTAL do bem, no máximo 2 (dois) dias após a conferência do veículo e o recebimento definitivo, com a apresentação da respectiva documentação prevista no Edital da Licitação.

Cláusula 5.2 – Caso seja solicitado pela CONTRATANTE, na ocasião do pagamento serão apresentados demais documentos que se julgar necessário.

Cláusula 5.3 – Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte do CONTRATADO, o decurso do prazo de pagamento será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

Cláusula 5.4 - O pagamento será efetuado através de Crédito em Conta Bancária de titularidade do CONTRATADO, ou, através de Cheque Nominal a este.

CLÁUSULA SEXTA "DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS"

Cláusula 6.1 – A dotação orçamentária que custeará tal aquisição será a seguinte:

Código Reduzido: 02 Órgão: 01 – Legislativo Unidade: 001 – Câmara Municipal Projeto/Atividade: 1.050 – Reequipamento do Legislativo Elemento de Despesa: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

CLÁUSULA SÉTIMA "DA GARANTIA DO OBJETO"

Cláusula 7.1 – O veículo está acobertado por garantia de 90 (noventa) dias, conforme estipulado na convocação da Licitação, através do Edital de Carta Convite n.º 01/2017, Anexo III devidamente apresentados e registrados previamente.

Cláusula 7.2 – O veículo que apresentar defeito dentro do período de garantia deverá ser substituído sem ônus para a CONTRATANTE e devolvido num prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento pela CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA "DAS OBRIGAÇÕES"

Cláusula 8.1 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Cláusula 8.1.1 – Caberá à CONTRATANTE:

Cláusula 8.1.1.1 – Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante do CONTRATADO;

Cláusula 8.1.1.2 – Solicitar que o produto seja substituído, caso não atenda às especificações do objeto;

Cláusula 8.1.1.3 – Efetuar o pagamento da forma pactuada;

Cláusula 8.1.1.4 – Formalizar ao CONTRATADO qualquer anormalidade constatada na entrega do objeto.

Cláusula 8.2 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

Cláusula 8.2.1 – Caberá ao CONTRATADO, a partir da assinatura deste Contrato o cumprimento das seguintes obrigações:

Cláusula 8.2.1.1 – Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas decorrentes do fornecimento do produto e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, tributos, obrigações previdenciárias, pecúlios, indenizações, vales- refeição, vales-transportes e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

Cláusula 8.2.1.2 – Respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências da CONTRATANTE;

Cláusula 8.2.1.3 – Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

Cláusula 8.2.1.4 – Substituir o produto que não atender às especificações do objeto, no prazo estabelecido neste Contrato;

Cláusula 8.2.1.5 – Comunicar à Administração da CONTRATANTE qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

Cláusula 8.2.1.6 – Manter, durante o período de contratação, o atendimento das condições de habilitação exigidas neste Contrato;

Cláusula 8.2.1.7 – Manter inalterado e irreajustável os acréscimos ou supressões do valor original deste Contrato, assim como as demais condições.

CLÁUSULA NONA "DAS VEDAÇÕES"

Cláusula 9.1 – São expressamente vedadas ao CONTRATADO:

a) A contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE para entrega do produto decorrente deste Contrato;

b) A veiculação de publicidade acerca do objeto da licitação, salvo se houver prévia autorização da Administração da CONTRATANTE;

c) A subcontratação de outra empresa para a entrega do objeto deste Contrato.

Cláusula 9.2 – A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da CONTRATANTE, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual ao CONTRATADO, renúncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA "DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO"

Cláusula 10.1 – Não haverá acréscimo ou reajuste no valor original do veículo adquirido.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA "DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS"

Cláusula 11.1 – Com fundamento no Art. 87.º da Lei n.º 8.666/1993 ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no "Cadastro de Fornecedores" da CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa ao CONTRATADO que:

a) Não aceitar assinar o CONTRATO, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;

b) Deixar de entregar documentação exigida neste instrumento;

c) Apresentar documentação falsa;

d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

e) Não mantiver a proposta;

f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo;

h) Fizer declaração falsa;

i) Cometer fraude fiscal.

Cláusula 11.2 – O CONTRATADO estará sujeito a multa de até 2% (dois por cento) do valor estimado para a contratação quando incorrer em uma das hipóteses da condição anterior.

Cláusula 11.3 - Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93, o CONTRATADO ficará sujeito, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

Cláusula 11.3.1 – Advertência, que será aplicada por escrito;

Cláusula 11.3.2 – Multa de:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado caso o produto seja entregue com atraso, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo-quinto dia e a critério da Administração, no caso de entrega com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na entrega do objeto, por período superior ao previsto na alínea "a", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

c) 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

Cláusula 11.3.3 – Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

Cláusula 11.3.4 – Impedimento de licitar e contratar com a União, Estados ou Municípios, pelo prazo não superior a 2 (anos) anos.

Cláusula 11.3.5 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na condição anterior.

Cláusula 11.4 – As sanções previstas nas Cláusulas 11.3.1, 11.3.3, 1.3.4 e 11.3.5 poderão ser aplicadas cumulativamente com a pena de multa, de acordo com a gravidade do descumprimento, facultada ampla defesa o CONTRATADO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato.

Cláusula 11.5 – A desistência em entregar o objeto, sujeitará o CONTRATADO ao pagamento de indenização à CONTRATANTE por perdas e danos;

Cláusula 11.6 – A aplicação da pena de advertência caberá ao gestor do Contrato e quanto às demais penalidades serão de competência do Presidente da Câmara Municipal de Castanheira.

Cláusula 11.7 – Para aplicação das penalidades descritas acima será instaurado procedimento administrativo específico, sendo assegurado o direito de defesa prévia a fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto no Inciso LV do Art. 5.º da Constituição Federal de 1988.

Cláusula 11.7.1 – O prazo para a apresentação de defesa prévia quanto às penalidades de advertência, multa e suspensão temporária do direito de licitar será de 5 dias úteis e para a declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Municipal será de 10 dias da abertura de vista do processo, de acordo com o que preconiza os parágrafos 2.º e 3.º, ambos do art. 87 da Lei 8.666/93.

Cláusula 11.8 – As ocorrências relacionadas com a execução das obrigações previstas neste Contrato serão anotadas pelo representante da CONTRATANTE, nos moldes do art. 67, § 1.º da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA "DA RESCISÃO DO CONTRATO"

Cláusula 12.1 – A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

Cláusula 12.2 – A rescisão deste contrato poderá ser:

I – Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, e ainda nos casos de:

a) Recuperação judicial do CONTRATADO; notificando-se o CONTRATADO com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

II – Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;

III – Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

Cláusula 12.3 – A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

Cláusula 12.4 – A rescisão de que trata o Item I acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato:

a) Assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;

b) Execução da garantia contratual, para ressarcimento da Administração, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos;

c) Retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração.

Cláusula 12.5 – É permitido à Administração, no caso de Recuperação Judicial do CONTRATADO, manter o contrato, podendo assumir o controle de determinadas atividades de serviços essenciais.

Cláusula 12.6 – Compete ao Presidente da Câmara Municipal de Castanheira decidir acerca do cancelamento e/ou da rescisão do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA "DA FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO"

Cláusula 13.1 – Fica designado, de acordo com o Art. 67 da Lei n.º 8.666/93, o Sr.º **DERCINEI FERNANDES DA SILVA**, funcionário público efetivo da Câmara Municipal de Castanheira, para acompanhamento e fiscalização do presente Contrato, denominado assim como **GESTOR**.

Cláusula 13.1.1 – Compete ao Gestor do Contrato, acima designado, além das designações expressas em Lei, o acompanhamento e controle de entrega do bem a ser adquirido competindo-lhe, ainda, a responsabilidade pelo recebimento de Convocação de Inspeção e agendamento para a realização da mesma, o que deverá ser enviado para o e-mail camara@castanheira.mt.leg.br, contatados através do telefone (66) 3581-1130, e também atestar o recebimento do objeto contratado, e zelar pelo fiel cumprimento da execução do Contrato.

Cláusula 13.1.2 – Havendo necessidade, o Gestor acima citado poderá formalmente designar outra pessoa para substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA "DAS RESPONSABILIDADES PELOS PAGAMENTOS DE ENCARGOS FISCAIS E COMERCIAIS"

Cláusula 14.1 – O CONTRATADO é responsável pelo pagamento de todos os tributos, inclusive o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e substituição tributária, quando for o caso, bem como pela obtenção de todas as licenças, alvarás e quaisquer outros ônus fiscais de natureza Federal, Estadual ou Municipal, decorrente da celebração do Contrato ou de sua execução.

Cláusula 14.2 – Se a CONTRATANTE verificar, a qualquer tempo, a existência de débitos provenientes do não recolhimento dos encargos, por parte do CONTRATADO, a CONTRATANTE poderá, sem sofrer quaisquer ônus ou penalidades e independentemente de aviso ou notificação, suspender o pagamento devido ao CONTRATADO, até que fique constatada a plena e total quitação dos débitos, ou a sua regularização perante os órgãos arrecadadores.

Cláusula 14.3 – Em qualquer reclamação, ação ou processo judicial, arbitragem, mediação ou outro procedimento o CONTRATADO, às suas expensas, deverá defender a CONTRATANTE bem como seus prepostos, empregados, controladoras, controladas, coligadas ou quaisquer sociedades a ela ligadas, contra qualquer ação em que se discuta a suposta violação de direitos de terceiros ou em conexão com o Contrato, seja de que natureza for.

Cláusula 14.4 – Nos casos em que a CONTRATANTE ou seus prepostos, empregados, controladoras, controladas, coligadas ou quaisquer sociedades a ela ligadas, forem condenados por responsabilidade solidária ou subsidiária, seja nas esferas administrativa ou judicial, o CONTRATADO se obriga a reembolsá-la dos valores estipulados na condenação, bem como custas e despesas do processo, independentemente de ação judicial para o recebimento, promovendo o necessário encontro de contas.

Cláusula 14.5 – A CONTRATANTE poderá reter os pagamentos por ele devidos, na proporção dos prejuízos reclamados por terceiros, caso tenha ciência da existência de qualquer reclamação, pedido, ação, dano, custo, despesa, perda ou responsabilidade, nos termos do disposto acima. Caso sejam os prejuízos efetivamente comprovados, a CONTRATANTE utilizará a quantia retida para ressarcir- se dos danos que vier a sofrer e, na hipótese contrária, deverá o pagamento ser liberado ao CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA "DA TRANSFERÊNCIA"

Cláusula 15.1 – A CONTRATADA deverá providenciar o preenchimento do Certificado de Registro de Veículo em favor da CONTRATANTE, e seu respectivo reconhecimento de firma no Cartório, para que seja providenciada a transferência da titularidade do proprietário do veiculo junto ao Detran-MT, no prazo máximo de 2 (dois) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA "DA VIGÊNCIA"

Cláusula 16.1 – O prazo de vigência deste contrato é de 30 (trinta) dias, contados da data da sua assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial dos Municípios - AMM, tendo início e vencimento em dias de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA "DOS DOCUMENTOS"

Cláusula 17.1 – Em caso de eventuais discrepâncias, valem os documentos na seguinte ordem:

a) Contrato de Compra e Venda de Veículo n.º 01/2017.

b) Edital de Licitação Carta Convite n.º 01/2017 e seus anexos.

c) Documentos do CONTRATADO.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA "DO FORO"

Cláusula 18.1 – Para dirimir eventuais questões resultantes desta contratação, não resolvidas na esfera administrativa, as partes elegem o Foro da Comarca de Juína - MT, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

Cláusula 18.2 – E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 19 de dezembro de 2017.

Proponentes:

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

JUARES MÁXIMO DA SILVA – Presidente da Câmara

CNPJ n.º 24.771.859/0001-62

CONTRATANTE

EDIPO ESTÁCIO SOARES GOULART

CPF n.º 026.857.901-60

RG n.º 18259324 SSP/MT

CONTRATADO

Fiscal do Contrato:

DERCINEI FERNANDES DA SILVA

CPF n.º 344.430.291-68

RG n.º 323 309 SSP/MT

Testemunhas:

MARCELO DOS ANJOS RIBEIRO

CPF n.º 000.845.761-11

RG n.º 1.575.311-5 SSP/MT

WESLEY DOS ANJOS BORGES

CPF n.º 002.550.851-25

RG n.º 1.584.979-1 SSP/MT

CAMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA - MT
ERRATA – PORTARIA 030/2017

ERRATA

Da Portaria n. º 030/2017, "**Concede férias regulamentares a Servidora e dá outras providências"**

Onde se lê:

...referente ao período aquisitivo compreendido de 01/03/2016 à 28/02/2017...

Leia-se:

...referente ao período aquisitivo compreendido de 19/05/2016 à 18/05/2017...

Sala da Presidência, 19 de Dezembro de 2017.

José Ari Zandoná

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE APIACÁS

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
PORTARIA N.º 044/2017

PORTARIA N.º 044/2017

REGINA PIZOLLI DA SILVA, Presidente do Legislativo Municipal de Apiacás/MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica instituído recesso administrativo na Câmara Municipal de Apiacás/MT, no período de 22 de dezembro de 2017 (22/12/2017), a 02 de fevereiro de 2018 (02/02/2018, desconsiderando-se sábados, domingos e feriados, dias de descanso já garantidos por lei.

Art. 2º - Não haverá expediente e atendimento ao público no período mencionado no artigo 1º.

Art. 3º - Ficam mantidos somente os trabalhos internos administrativos, além dos serviços de vigilância.

Art. 4º - Dia 05/02/2018 as atividades administrativas e o atendimento ao público serão retomados normalmente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Apiacás/MT, 18 de dezembro de 2017.

REGINA PIZOLLI DA SILVA

Vereadora – Presidente

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
PORTARIA N.º 043/2017

PORTARIA N.º 043/2017

SÚMULA: "Dispõe sobre a Baixa de Bens Inservíveis desta Câmara de Vereadores do Município de Apiacás no exercício de 2017".

A Senhora Regina Pizzoli da Silva, Presidente do Legislativo Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei. . .

RESOLVE,

Art. 1º - Fica a Mesa Diretora da Câmara Municipal autorizada a proceder à BAIXA dos bens móveis inservíveis ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

Em, 13 de dezembro de 2017.

Regina Pizzoli da Silva

Presidente da Câmara de Vereadores

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
PORTARIA N.º 042/2017

PORTARIA N.º 042/2017

REGINA PIZOLLI DA SILVA, Presidente do Legislativo Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E. . .

Artigo 1º - Designar Sessão Ordinária para o dia 21 de dezembro de 2017 (quinta-feira), no mesmo horário e local, para votação das contas anuais de governo referente ao exercício de 2016.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT, 11 de dezembro de 2017.

REGINA PIZOLLI DA SILVA

Vereadora – Presidente

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
RETIFICACAO DE PUBLICAÇÃO

RETIFICACAO DE PUBLICAÇÃO

PORTARIA Nº. 041/2017

CÂMARA MUNICIPAL DE APIACÁS torna pública a RETIFICAÇÃO da publicação no JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS de 12/12/2017, edição n.º N° 2.873 pag. 4

NA PUBLICAÇÃO DA PORTARIA Nº. 041/2017 ONDE SE LÊ:

Resolve CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor público José Teixeira Costa. LEIA-SE

Resolve CONCEDER 30 (trinta) dias de férias ao servidor público Jovino Martins Neto

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
ERRATA DA PORTARIA 186/2017

Este documento tem por objetivo retificar a publicação da Portaria nº. 186/2017 da Câmara Municipal de Cáceres-MT, publicada no Jornal Oficial dos Municípios – AMM, na data de 18 de dezembro de 2017, edição n° 2.877, página 05, com a devida retificação abaixo:

RETIFICAÇÃO 1:

Onde se lê:"**Art. 1º** Conceder ao servidor, **EMERSON PINHEIRO LEITE**, matrícula nº 551, **20 (vinte) dias de gozo férias e 1/3 (um terço) de férias convertida em pecúnia,** relativas ao período aquisitivo de 04 de abril de 2016 a 03 de abril de 2017, a partir do dia 26 de dezembro de 2018."

Leia-se:"**Art. 1º** Conceder ao servidor, **EMERSON PINHEIRO LEITE**, matrícula nº 551, **20 (vinte) dias de gozo férias e 1/3 (um terço) de férias convertida em pecúnia,** relativas ao período aquisitivo de 04 de abril de 2016 a 03 de abril de 2017, a partir do dia 26 de dezembro de 2017."

Registrada e Publicada, cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 19 de dezembro de 2017.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

PORTARIA Nº 186/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao servidor, **EMERSON PINHEIRO LEITE**, matrícula nº 551, **20 (vinte) dias de gozo férias e 1/3 (um terço) de férias convertida em pecúnia,** relativas ao período aquisitivo de 04 de abril de 2016 a 03 de abril de 2017, a partir do dia 26 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 15 de dezembro de 2017.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 187/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder ao servidor, **ULISSES ALVES SOUZA**, matrícula nº 541, **16 (dezesseis) dias de Férias**, relativas ao período aquisitivo de 11 de novembro de 2016 a 10 de novembro de 2017, a partir do dia 08 de janeiro de 2018, porém deverá apresentar-se para as suas atividades no dia 19 de janeiro de 2018, levando em consideração que o mesmo usufruiu de 05 (cinco) dias no período de 25 a 29 de setembro de 2017 conforme Parecer da Assessoria Jurídica nº 250 de 14/09/2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 18 de dezembro de 2017.

Domingos Oliveira dos Santos

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE COLÍDER

CAMARA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO - CARTA CONVITE 001/2017

RESULTADO DE LICITAÇÃO - CARTA CONVITE Nº 001/2017

A Câmara Municipal de Colíder/MT, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público o RESULTADO do julgamento da **Carta Convite nº 001/2017**, cujo objeto é contratação de empresa para execução da obra de Reforma da Cobertura do prédio da Câmara Municipal de Colider/MT. Sagrou-se vencedora do certame licitatório a Empresa GENEZIO FERREIRA DE SOUZA **–** ME, inscrita no CNPJ nº 05.664.830/0001-37, com valor total de R$ 23.448,34 (vinte e três mil quatrocentos e quarenta e oito reais e trinta e quatro centavos).

Colider/MT, 15 de Dezembro de 2017

EDMILSON CORREA DE SOUZA

Presidente da CPL

Publique-se

CAMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATO N° 015/2017

Data: 19/12/2017 – EMPRESA: **OLMI INFOMÁTICA LTDA - EPP**; OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PERMANENTE PARA SEREM UTILIZADOS EM TODOS OS SETORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU- MT**; VALOR GLOBAL 16.910,00; PRAZO: 18/12/2018; PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017.

CÂMARA MUNICIPAL
PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2017 – RESULTADO DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Cotriguaçu-MT torna público para conhecimento dos interessados o RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 011/2017, que se sagraram vencedoras asseguintes Empresas:

OLMI INFOMÁTICA LTDA - EPP CNPJ: 00.789.321/0001-17, vencedora dos seguintes itens:

Item	Descrição	Und.	Quant.	Marca	Valor Unit. R$	Valor Total R$
2	**Ar Condicionado Split** 18.000 Btus Frio Classe A - 220V	Und.	1	Komeco	R$ 2. 900,00	R$ 2. 900,00
4	**Geladeira:** Tipo de degelo FrostFree, capacidade mínima de 441 L, voltagem 127V, classificação energética A, garantia de 12 meses, prateleiras removíveis, recipiente para guardar gelo, porta ovos, pés niveladores, cor branca.	Und.	1	Consul	R$ 3. 700,00	R$ 3. 700,00
10	**Umidificador de ar** ultrassônico, com no mínimo 2,5 litros. Bivolt.	Und.	6	Britania	R$ 135,00	R$ 810,00
13	**Televisão:** LED, 60”, com conexões 3 HDMI e 1 USB, com conversor digital, bivolt.	Und.	2	Tcl	R$ 4. 750,00	R$ 9. 500,00
	Valor Total					R$ 16. 910,00

MARIA CRISTINA MATTEI - EPP CNPJ: 03.727.710/0001-06, vencedora dos seguintes itens:

Item	Descrição	Und.	Quant.	Marca	Valor Unit. R$	Valor Total R$
3	**Fragmentadora de Papel:** Capacidade de fragmentação de 15 folhas de papel padrão 75g simultaneamente, fragmenta clipes e grampos afixados aos papéis bem como cartões e cd/dvd, tipo de fragmentação: corte cruzado, tamanho do fragmento: 4x25 mm, nível de segurança: 4 Norma Din 66399, antiga 3 (Norma Din 32757) capacidade do Cesto: 32 lts, sensor de presença de cesto, sensor automático de presença de papel proteção contra sobrecarga, proteção contra o super aquecimento do motor,chave liga/desliga e botão de avanço e retrocesso Npicel de ruído 60Db(a) de acordo com a norma NR-17,Voltagens : 110 v, Certificado de Segurança e qualidade emitido pelo laboratório ICBR, laudo de ruído emitido por engenheiro de segurança do trabalho.	Und	1	Memo	R$ 1. 869,00	R$ 1. 869,00
6	MicroCore I5-6400, 8GB, HD1TB, GAB, DVD. Descrição: **Modelo:** 8104 AS; **Configuração:** Gabinete 2 baias preto; **Fonte de Alimentação:** 300W (Chaveada) **Processador:** Intel Core i5-6400 Box (LGA 1151/3.3 Ghz/6MB); **Placa Mãe:** H110M-C D3/BR1151 (DDR3/HDMI/VGA/USB 3.0); **Memória:** 8GB DDR3 1600 Mhz (2x4gb); **HD:** 1000 GB Sata 3 7200rpm; Gravador de CD/DVD; Manual/Mídia de Drivers e Sistema Operacional, Sistema Operacional Windows Professional 8.1 ou superior.	Und	3	Casa do Computador	R$ 3. 444,00	R$ 10. 332,00
7	**Monitor LCD 18.5”**	Und	3	Aoc	R$ 509,00	R$ 1. 527,00
8	**Nobreak** 1.200VA, Biv.	Und	3	Tsshara	R$ 829,00	R$ 2. 487,00
9	**Nobreak** 700VA ou 800VA, Biv.	Und	5	Tsshara	R$ 625,00	R$ 3. 125,00
12	**Tela de Projeção C/ Tripé:** medidas de no mínimo 2,00 x 2,00.	Und.	1	Telas	R$ 787,00	R$ 787,00
	Valor Total					R$ 20. 127,00

ALEXANDRE VENSO BONFIM -- ME CNPJ: 21.445.783/0001-97,vencedora dos seguintes itens:

Item	Descrição	Und.	Quant.	Marca	Valor Unit. R$	Valor Total R$
1	**Amplificador de Potência:** 3.000 watts rms, alimentação 110V/220V.	Und	1	Behringer	R$ 4. 999,00	R$ 4. 999,00
5	**Impressora Multifuncional:** Funções: impressão, digitalização, cópia e fax, processador com no mínimo 600MHz, memória com no mínimo 256 MB, drive flash interno de 4 GB, conexão interface USB 2.0 e ethernet, ciclo mensal com no mínimo até 100.000 páginas, painel de controle com no mínimo LCD de 4 linhas, Velocidade de impressão com no mínimo 40 páginas por minuto A4, Tempo para a primeira impressão de no mínimo até 6,5 seg desde o modo pronta, impressão duplex automática, redução/ampliação cópia 25 a 400% , cópia duplex embutido, recursos de cópia de identidade, 2UP,UP, intercalação de cópia, enquadramento automático, resolução da cópia de no mínimo 600x600dpi, tamanho vidro do scaner A4, velocidade do Scaner de 24 imagens por minuto, compatibilidade do Scaner padrão TWAIN, Padrão WIA, método de Scaner color CIS, resolução do Scaner 1200x1200dpi, memória do fax 6MB, recursos de fax discagem no gancho, rediscagem automática, redução automática, envio múltiplo, envio programado, encaminhamento de fax, transmissão para até 209 locais, alimentador automático de documentos reverter capacidade de no mínimo 50 folhas, voltagem 110-127 V, garantia de no mínimo 1 ano.	Und	2	Samsung	R$ 3. 162,00	R$ 6. 324,00
11	**Servidor** de 8GB, 1HD 1TB, 70LVA002BN. Descrição: **Gabinete:** Torre 4U, **Processador:** 1X Intel Xeon, Processador E3-1225 3.3Ghz v5 Quad-core; **Memória Inclusa:** 1x 8GB 2133MHz; **Memória Adicional:** 8GB 2RX8 PC4-2133-E CL 15 DDR4-2133 ECC-UDIMM – PN 4X70G88316; **Baia para discos:** até 4 discos 3.5”; **Disco Rígido Incluso:** 1 X 1TB SATA 7.2K 6Gb/s 3.5” Enterprise; **Disco Adicional:** 1TB 7.2K SATA 6Gbps Hard Drive – PN 4XB0G88755; **Controladora de Discos:** RAID 121i / RAID Support: 0/1/5/10; **Placa de Rede:** 1x1 GbE; **Placa de Rede Adicional:** I350-T2 PCIe 1Gb 2 PotrBase-T Ethernet Adapterby Intel – Pn 4XC0F28730; **Unidade Óptica:** SLIM DVD RW SATA; Compatibilidade com placas gráficas (NÃO INCLUSAS): 1GB NVS 315 PCIe x 16 GrafhicAdapterby NVIDIA – PN 4X60G88210, 2GB Quadro K620 GrafhicAdapterby NVIDIA – PN 4X60G88211; **Máximo suportado:** 1 placa; **Fonte:** 250W 80 PLUS Bronze; **Sistema Operacional:** Free-Dos. ESPECIFICAÇÕES: **HD:** 1TB; **Memória RAM:** 8GB; **Mod. Processador:** XEON E3 4CORE; **Sis. Operacional:** FREE DOS;	Und	1	Lenovo	R$ 3. 778,00	R$ 3. 778,00
	Valor Total					R$ 15. 101,00

Cotriguaçu-MT, 18 de dezembro de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 013/2017.

CRIA COMISSÃO ESPECIAL DE RECESSO, DA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU.

A Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e no cumprimento da Legislação vigente:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica criada a Comissão de Recesso, da Câmara Municipal de Cotriguaçu.

Art. 2º - A Comissão ora criada terá vigência entre o período de 19 de dezembro de 2.017 a 12 de fevereiro de 2018 no horário de expediente da Câmara Municipal, onde a referida Comissão, terá por finalidade acompanhar trabalhos da Câmara, no período de Recesso.

Art. 3º - A Comissão de Recesso será composta pelos seguintes Vereadores:

Gilvã Gerson Hoffmann

Moises Ferreira de Jesus

Waldir Luiz Weckwerth

Denise Pavan Brambila

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cotriguaçu, 19 de dezembro de 2.017.

LEANI FRIEDRICH RICHTER

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 046/2017

EMENTA: CONCEDE FÉRIAS À FUNCIONÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente da Câmara Municipal de Cotriguaçu, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares de 01 (um) dia, computado no dia 19 de dezembro de 2.017, à servidora abaixo nominada lotada na Câmara Municipal de Cotriguaçu, relativo ao período aquisitivo que menciona:

NOME	DIAS	PERÍODO AQUISITIVO
ALDA DE SOUZA DA SILVA BORECK	01	01/12/2015 a 30/11/2016

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria obedecerão à classificação própria do Orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cotriguaçu, 19 de dezembro de 2.017.

LEANI FRIEDRICH RICHTER

Presidente da Câmara Municipal

Registra-se, Publique-se

Marineide Krieser Vieira

Agente Administrativo

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATO N° 016/2017

Data: 19/12/2017 – EMPRESA: **MARIA CRISTINA MATTEI - EPP**; OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PERMANENTE PARA SEREM UTILIZADOS EM TODOS OS SETORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU- MT**; VALOR GLOBAL 20.127,00; PRAZO: 18/12/2018; PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017.

CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATO N° 017/2017

Data: 19/12/2017 – EMPRESA: **ALEXANDRE VENSO BONFIM -- ME**; OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PERMANENTE PARA SEREM UTILIZADOS EM TODOS OS SETORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU- MT**; VALOR GLOBAL 15.101,00; PRAZO: 18/12/2018; PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017.

CAMARA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 115, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

"REVOGA O PROCESSO LICITATÓRIO - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR **MAURICIO FERREIRA DE SOUZA**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E

Considerando C.I nº 351 de 04/12/2017, do Gabinete do Prefeito, referente ao Pregão Presencial nº 032/2017;

Considerando o disposto no Edital referente ao Processo Licitatório - Modalidade Pregão Presencial nº 032/2017, qual reserva o direito do Prefeito Municipal anular ou revogar no todo ou em parte da licitação, na forma do artigo 49 da Lei 8.666/93;

D E C R E T A

Art. 1º - Fica **REVOGADO**, o Processo Licitatório - Modalidade Pregão Presencial nº 032/2017, nos termos do artigo 49 da Lei 8.666/93.

Art. 2º - Fica determinado a cessação imediata de todos efeitos relacionados ao Processo Licitatório de que trata o presente Decreto.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 05 dias de Dezembro de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE RONDOLÂNDIA - MT
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.059/2017

CARTA CONVITE Nº 001/2017

A Comissão Permanente de Licitação de Materiais e Serviços da Câmara Municipal de Rondolândia Estado de Mato Grosso, através de seu Presidente nos exatos termos do § 3º. do Art. 22 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores torna público, para o conhecimento de todos e qualquer interessado que fica publicada em edital o processo administrativo na modalidade convite 001/2017 - processo administrativo 059/2017**,** para a "Aquisição de Materiais Permanentes (Moveis e equipamentos de informática), para a Câmara Municipal de Rondolândia/MT, com abertura prevista até 05 (cinco) dias uteis a contar após a publicação, onde poderão participar quaisquer interessados cadastrado ou não

que manifestarem seu interesse com antecedência de 24 horas do prazo previsto para a abertura, o edital na íntegra será adquirido na Câmara Municipal de Rondolândia, em dias úteis no horário das 7:00 às 13:00 horas .

Registre-se e

Publique-se.

Cumpra-se

Câmara Municipal, em 19 de dezembro de 2017.

Tereza Rodrigues da Costa

Presidente da CPL

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO

AVISO ADESÃO Nº **002/2017** - **SISTEMA REGISTRO DE PREÇO** – A Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu/MT, através da Pregoeira Oficial Sra. Lorena Britzius, comunica a adesão à Ata de Registro de Preço nº 018/2017, referente ao Pregão Presencial nº 10/2017, cujo objeto registrado é a aquisição veiculo novo zero quilometro, conforme descrito no termo de Referencia do Edital de pregão, realizado pela Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, com a empresa Domani Distribuidora de Veículos Ltda, inscrita no CNPJ sob n°. 01.016.616/0001-13, no valor de R$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil)

CAMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 03, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

Fixa o Calendário de Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de União do Sul, para vigorar na Sessão Legislativa de 2018 e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, através de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o Soberano Plenário aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º - Ficam as Sessões Ordinárias da Câmara Municipal de União do Sul, para Sessão Legislativa de 2018, assim estabelecidas:

Ano	Mês Fevereiro	05 e 19;
	Março	05 e 19;
	Abril	02 e 16;
	Maio	07 e 21;
2	Junho	04 e 18;
0	Julho	02 e 16;
1	Agosto	06 e 20;
8	Setembro	03 e 17;
	Outubro	01 e 15;
	Novembro	05 e 19;
	Dezembro	03 e 10.

Parágrafo Primeiro – As Sessões Ordinárias serão em número de 38 (trinta e oito) Sessões Anuais, sendo 02 (duas) sessões ordinárias por data, exceto nos meses de fevereiro, julho e dezembro que será 01 (uma) sessão por data, e terão início a partir das 19:00 horas, observando um intervalo de 10 minutos entre as sessões.

Parágrafo Segundo - Ocorrendo feriados, ponto facultativo ou qualquer outra causa que impeça a sua realização, as Sessões serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente ou data indicada pela Mesa Diretora, ou pela maioria dos Vereadores.

Art. 2º - A Câmara Municipal de Vereadores poderá ser convocada extraordinariamente pelo Prefeito Municipal, pelo Presidente da Câmara ou por requerimento da maioria absoluta dos Vereadores, em caso de urgência ou interesse público relevante.

Art. 3º - Salvo doença comprovada, licença, missão autorizada pela Câmara, o Vereador não poderá deixar de comparecer à Terça Parte das Sessões previstas no artigo 1º desta Resolução, sob pena de perda de mandato.

Art. 4º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

ESTADO DE MATO GROSSO

Em 14 de dezembro de 2017

Clodoaldo Vosniack Alex de Souza

Presidente 1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE
DECRETO LEGISLATIVO Nº 017/2017

"APROVA O PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS E PARECER DO MINISTÉRIO PUBLICO DE CONTAS, PROCESSO 8.428-0/2016, RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2016"

A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, Estado de Mato Grosso, nos termos do Art. 105 do Regimento Interno – RI desta Casa Legislativa, DECRETA, eu Presidente, Promulgo o seguinte:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o **PARECER** prévio do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, **FAVORÁVEL** à aprovação das contas da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – MT., **PROCESSO Nº 8.428-0/2016.**

a) adote providências quanto ao cumprimento das regras contábeis, a fim de demonstrar eficiência, eficácia, planejamento e adequação, em atendimento ao disposto nos artigos 74 da Constituição Federal e 10 da Lei Complementar 269/2007 – TCE/MT;

b) proceda ao aperfeiçoamento do planejamento e da execução das políticas públicas na área da educação, e, em especial na área de saúde, visando com isso uma mudança positiva na situação avaliada por esta Corte por ocasião da apreciação destas contas;

c) apresente a contento e independentemente de solicitação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, as informações a que está legalmente obrigado, a fim de se evitar a divergência entre as informações enviadas por meio eletrônico e as contatadas pela equipe técnica;

d) melhore o desempenho dos indicadores avaliados com resultados abaixo da média do Brasil com relação à educação e saúde;

e) apresente a contento e independentemente de solicitação dessa augusta Casa de Leis, Câmara Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, as informações a que está legalmente obrigado, Balancete completo, com relações de Licitações, Contratos da Administração e Administrativos (admitidos e demitidos), relação de Convênios, Decretos Especial, Adicional e suplementares, e;

f) apresente a contento respostas e envio de documentações de todas as Indicações e Requerimentos aprovados pela Augusta Casa de Leis de Vila Bela da Santíssima Trindade, cumprindo prazo regimental.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, MATO GROSSO, 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

_____

FLAVIO FERREIRA DE SOUZA

PRESIDENTE DO PODER LEGISLATIVO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

Edital de Resultado

OBJETO: REGISTRO DE PRECO PARA AQUISICAO DE MATERIAIS PERMANENTES-VEICULO UTILITARIO TIPO PICK-UP CABINE DUPLA, NOVO - 3 unidades. OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE N. 819129/2015/MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO/CAIXA.

O Pregoeiro torna se público o resultado do Pregão acima, tendo como **Vencedora do Lote1 com o valor total de R$ 193.995,00** (cento e noventa e tres mil, novecentos e noventa e cinco reais), **a empresa FMC CENTER CAR LTDA ,** inscrita no CNPJ 70.487.921/0001-06, localizada na Av. São Luiz, nº 1990 – Bairro Cidade Nova na cidade de Cáceres-MT

Não houve interposição de recurso, sendo o item do Lote 01 **ADJUDICADOS** pelo Pregoeiro.

São José dos Quatro Marcos – MT, 19 de dezembro o de 2017.

Dariu Antonio Carniel

Pregoeiro.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº: 04/2017

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal n. 8666/93 e suas alterações, o Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, WEMERSON ADÃO PRATA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, acolhendo adjudicação do Pregoeiro e levando em consideração a abertura e julgamento do processo licitatório, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, **HOMOLOGA** o objeto:

REGISTRO DE PRECO PARA AQUISICAO DE MATERIAIS PERMANENTES-VEICULO UTILITARIO TIPO PICK-UP CABINE DUPLA, NOVO – 3 Unidades. OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE N. 819129/2015/MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO/CAIXA, tendo como Empresa licitante Vencedora **FMC CENTER CAR LTDA ,** inscrita no CNPJ 70.487.921/0001-06, localizada na Av. São Luiz, nº 1990 – Bairro Cidade Nova na cidade de Cáceres-MT, com o valor total de **R$ 193.995,00** (cento e noventa e tres mil, novecentos e noventa e cinco reais).

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais.

São José dos Quatro Marcos-MT, 21 de dezembro de 2017.

WEMERSON ADÃO PRATA

Presidente

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 04/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 04/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 17/2017

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios de Mato Grosso. Pelo presente instrumento, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, situado Rua Marechal Dutra nº 248 - Jd. Zeferino I em São José dos Quatro Marcos - MT, CNPJ: 08.979.143/0001-07 neste ato representado pelo a seu Presidente **Sr. WEMERSON ADÃO PRATA** , portador da Cédula de Identidade RG nº 1070619-4 SJ - MT e CPF nº 809.673.611-68, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Rua Carlos Laet S/N, Bairro Cachoeira, na cidade de Salto do Céu - MT. doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, que RESOLVE registrar os preços das Empresas: **FMC CENTER CAR LTDA ,** inscrita no CNPJ 70.487.921/0001-06, localizada na Av. São Luiz, nº 1990 – Bairro Cidade Nova na cidade de Cáceres-MT, representada pelo seu procurador **Sr. MÁRIO HENRIQUE SIMÕES**, portador da Cédula de Identidade RG 11843845 SSP/MT, e do CPF: 875.368.031-68. O **Registro** dos preços estão de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93 e suas alterações e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente ATA tem por objeto o Registro de Preço para futura e eventual Aquisição de Materiais Permanentes, sendo:

VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK-UP CD NOVO – 3 unidades. Tudo conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, para atender a demanda do CIDESAT e seus consorciados, conforme CONTRATO DE REPASSE Nº 819129/2015/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO/CAIXA.

2. DA VIGÊNCIA

A presente ATA de Registro de Preços, terá **validade de 12 (doze) meses**, contados a partir da sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, admitindo-se a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa.

3. DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Secretaria Executiva do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal.

4. DA ESPECIFICAÇÃO, DO PREÇO E QUANTITATIVO

4.1. As especificações dos Materiais a serem adquiridos, a quantidade e o preço unitário estão dispostos a seguir:

LOTE 1:

VEÍCULO utilitário tipo Pick-Up CD (Cabine Dupla) - NOVO	**QUANT: 3**
Descrição:	

VEÍCULO utilitário tipo Pick-Up CD (Cabine Dupla), capacidade para no mínimo 4 passageiros, incluindo o motorista, veículo NOVO – zero quilometro (no mínimo fabricação e modelo do ano), equipado com Motor bicombustível (álcool/gasolina) com potência mínima de 85 CV, câmbio de no mínimo 05 marchas à frente e 01 a ré, rodas aro 14" ou 15" no mínimo com calotas integrais, pneus compatíveis de série do modelo apresentado, com ar-condicionado, Direção Hidráulica ou elétrica, no mínimo airbag duplo frontal, freios com no mínimo sistema ABS-EBD, protetor de caçamba, grade protetora/barra protetora do vidro traseiro, capota marítima, ganchos para amarração de carga na caçamba, jogo de tapetes, antena no teto e no mínimo preparação para som, no mínimo vidros dianteiros elétricos e travamento elétrico das portas, chave na tampa traseira, veículo na cor branco, com no mínimo um ano de garantia, assistência técnica autorizada no Estado de Mato Grosso, com todos os itens de série e todos os equipamentos e itens exigidos pelo CONTRAN.	
PREÇO UNITÁRIO: R$ 64.665,00	**TOTAL: R$ 193.995,00**

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A vencedora deverá assinar o contrato no máximo 02 (dois) dias úteis, contados da convocação;

5.2. Cumprir a vigência do contrato, que será de 12 (doze) meses.

5.3. Os equipamentos deverão ser entregue na cidade de São José dos Quatro Marcos nos dias e horários estipulados na Ordem de Fornecimento, ou em local indicado pelo Órgão/Entidade contratante;

5.4. Os produtos/equipamentos deverão ser apresentados, conforme padrão do fabricante, devendo garantir proteção durante o transporte até a entrega ao Órgão/Entidade, bem como constar identificação do produto/equipamento e demais informações exigidas na legislação em vigor;

5.5. Prazo de entrega será de **até 70** (noventa) dias, contados a partir da notificação de entrega da nota de empenho;

5.6 – Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os equipamentos que estiverem em desacordo com as especificações constantes no Edital e seus anexos, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

5.7 – Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão/Entidade**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Secretaria Executiva, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

5.8. – Aceitar os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.8.1 – Os acréscimos ou supressões até 25% serão aplicados automaticamente na Ata de Registro de Preço.

5.9 – Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Consórcio e da CAIXA ECONÒMICA FEDERAL, no tocante a entrega dos produtos, inclusive permitir o acesso dos fiscais do Consórcio e da Caixa em suas dependências, assim como ao cumprimento das obrigações previstas no Contrato definidos e conforme especificações constantes no edital, Termo de Referência/Projeto Básico, deste processo licitatório;

5.10 – Indenizar terceiros e/ou o Órgão/Entidade, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.11 – Responde a contratada nos casos de qualquer tipo autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Órgão ou Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

5.12 – Comunicar imediatamente ao Consórcioqualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.13 - Serão devolvidos e prontamente repostos pelo contratado os veículos e equipamentos que apresentarem defeitos imediatos ou não estiverem de acordo com as especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência.

5.14 - Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

5.15 - Responsabilizarem-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do objeto contratado.

5.16 – DAS GARANTIAS

5.16.1 - Mínimo de 12 (doze) meses ou outra quando requerido no Termo de Referência, conforme especificação, contados da emissão da Nota Fiscal, registrado no Certificado de Garantia a ser entregue juntamente com o material fornecido;

5.16.2 - Caso seja detectado defeitos ou falhas sistemáticas em determinados materiais entregues pela CONTRATADA ou ainda em testes realizados seja considerado em desacordo com as especificações técnicas requeridas, a CONTRATANTE pode exigir a substituição, total ou parcial, dos referidos materiais;

5.16.3 – Todas as despesas que ocorrerem no período de garantia, tais como conserto, substituição de peças, transporte, mão de obra e manutenção dos bens, no caso de apresentar (em) imperfeição (ões), correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo a CONTRATANTE quaisquer ônus.

5.17 – Demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei nº. 8.666/93 e alterações, na Lei nº. 10.520/2002 e alterações.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

6.2. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato;

6.3. Aderir à ATA de Registro de Preços e determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à consignatária/contratada, sob pena de ilegalidade dos atos;

6.4. Receber o objeto do contrato, nos termos, prazos, quantidade, qualidade e condições estabelecidas no instrumento contratual;

6.5. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências do Órgão ou Entidade adeso ao registro;

6.6. Designar, servidor gestor do contrato, ao qual caberá a responsabilidade de acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do contrato, conforme legislação vigente;

6.7 – Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades ou desconformidades observados quando da entrega dos equipamentos, para as devidas correções;

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado pela CAIXA ECONÔMICA FEDERAL em nome da contratante em favor da contratada mediante nota de ordem bancária a ser depositada em conta-corrente, no valor correspondente, após a apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contratante, após ter conferido o material/equipamento e ter certificado tratar-se do solicitado/contratado em todos os seus itens e características, que após será validado pelo engenheiro fiscal da Caixa Econômica Federal.

7.2. A nota fiscal deverá ser acompanhada da Comprovação da manutenção da habilitação que ensejou a adjudicação;

7.3. Constatando-se qualquer incorreção na nota fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item acima fluirá a partir da respectiva data de regularização;

7.4. O contratado indicará no corpo da nota fiscal o número do contrato, nome do banco, agência e conta-corrente onde deverá ser feito o pagamento, que será efetuado via ordem bancária;

7.5. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring;

7.6. O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para o banco discriminado na nota fiscal;

7.7. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças ou outros bancos, serão de responsabilidade do contratado;

7.8. O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia;

7.9. Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados;

7.10. Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

7.11. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual.

8. DA ALTERAÇÃO, CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses do do art. 65 da Lei n. 8.666/1993.

8.1.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa registrada poderá solicitar a revisão ou repactuação dos preços para manter o equilíbrio econômico-financeiro obtido na licitação, mediante a comprovação dos fatos previstos no art. 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n. 8.666/1993, inclusive com demonstração em planilhas de custos.

8.1.2. Conforme o art. 3º da Lei n. 10.192/2001, poderá ser concedido o reajuste do preço registrado, a requerimento da empresa registrada e depois de transcorrido um ano da data limite para apresentação da proposta atualizada do certame licitatório, de acordo com o índice de correção monetária geral ou setorial aplicável, neste caso o INPC-FGV.

8.1.3. Os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou reajuste dos preços registrados, de que tratam os itens 8.1.1 e 8.1.2, passarão por análise contábil e jurídica da Secretaria Executiva do Consórcio, cabendo a presidência a decisão sobre o pedido.

8.1.4. Deferido o pedido pela presidência, o reequilíbrio econômico-financeiro será registrado por aditamento à Ata de Registro de Preços, e o reajuste mediante apostilamento.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o Consórcio solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, o Consórcio poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

8.6. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

8.6.1. Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

8.6.2. Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;

8.6.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto oriundo da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

8.6.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

8.6.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

8.7. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

8.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.9. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

8.10. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia e assistência técnica dos equipamentos entregues/serviços executados, anteriormente ao cancelamento.

8.11. Caso o Consórcio não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

8.12. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços, exceto quanto ao apostilamento do reajuste.

8.13. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização do Consórcio.

9. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei No 8.666/93.

9.1.2 - Caberá ao Órgão Gerenciador autorizar ou não a adesão de terceiros, de que trata o subitem 13.20.1, a Ata de Registro de Preços decorrente deste Edital. Ele poderá utilizar-se de motivos como a falta de pessoal necessário à administração da Ata de Registro de Preços para negar solicitação de adesão.

9.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

9.3 – Em conformidade com os § 3º e 4º, do art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/2013, as contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços e não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

9.4 - Quanto aos Órgãos Participantes do presente instrumento convocatório, destaca-se que os quantitativos relativos às suas necessidades serão registradas nas próprias Atas do Órgão Gerenciador, não sendo necessária a assinatura de novas Atas. Entretanto, os órgãos e entidades que aderirem às Atas de Registro de Preços deverão assinar uma nova Ata de Registro de Preços, específica, com os fornecedores de seu interesse, bem como termo de contrato. Tal Ata deverá ter o prazo final de sua vigência igual ao da Ata de Registro de Preços a que ela se vincula, além de ter uma cópia encaminhada ao Órgão Gerenciador.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos do Edital e da Ata de Registro de Preços sujeita a contratada a multas, consoante o *caput* e §1 do art. 86 da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor da nota de empenho.

10.2. Quanto ao atraso para assinatura da Ata:

a) Atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento);

b) A partir do 3o (terceiro) dia útil até o limite do 10o (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11o (décimo primeiro) dia útil de atraso.

10.3. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

a) Atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento);

b) A partir do 3o (terceiro) dia útil até o limite do 5o (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6o (sexto) dia útil de atraso.

10.4. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, ao ÓRGÃO/ ENTIDADE poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

10.5. Se a contratada recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla defesa, se sujeita às seguintes penalidades, além da prevista no item **19.6.:**

a) Multa de até 10% sobre o valor adjudicado;

b) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Órgãos/Entidades por prazo de até 05 (cinco) anos,e,

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.6. A empresa licitante ou contratada que for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contrato com a Administração e será descredenciada do sistema de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, em conformidade com o art. 7° da Lei 10.520/2002.

10.7. A multa, eventualmente imposta à contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Órgão, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa do Órgão/Entidade, podendo, ainda o ÓRGÃO/ENTIDADE proceder à cobrança judicial da multa.

10.8. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao ÓRGÃO/ENTIDADE.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº.02/2017** e seus anexos e as propostas classificadas.

III é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12. DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São José dos Quatro Marcos-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

São José dos Quatro Marcos, 22 de dezembro de 2017.

WEMERSON ADÃO PRATA

Presidente

Representante: MARIO HENRIQUE SIMOES CPF.: 875.368.031-68 RG.: 11.843.845 SSP/MT Empresa: F M C CENTER CAR LTDA - EPP

TESTEMUNHAS:

DANILO RICARDO PIVETTA CPF.: 032.867.841-41 RG.: 21377898 SSP/MT	DARIU ANTONIO CARNIEL CPF.: 383.380.331-20 RG.: 386421 SSP/MT

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DO ARAGUAIA

RESOLUÇÃO Nº. 009/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

RESOLUÇÃO Nº. 009/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

“Abre Credito Suplementar Especial no Orçamento vigente de 2017, do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social e Ambiental – Portal do Araguaia, Estado de Mato Grosso e dá outras providências.”

GERSON ROSA DE MORAES, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social e Ambiental – Portal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições lhe conferem, em especial o que dispõe o Inciso X, Artigo 18 do Estatuto Social, faz saber que a Assembleia Geral aprovou e ele, sanciona a seguinte:

RESOLUÇÃO

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar Especial no orçamento vigente de 2017 do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social e Ambiental – Portal do Araguaia, o valor de **R$. 550. 000,00** (Quinhentos e cinquenta mil reais), destinado a criar a seguinte dotação orçamentária:

01.000– CONSORCIO INTERMU. DES. ECONOMICO E SOCIAL E AMBIENTAL

04.122.0003.1002.44.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente R$ 550.000,00

Art. 2º - A Receita, para a execução do projeto que cria a dotação do artigo anterior, será arrecadada, mediante a assinatura de convênios com o governo do estado de Mato Grosso, como receita de capital na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do quadro abaixo e de acordo com o seguinte desdobramento sintético:

1	**RECEITAS DE CAPITAL**	**550.000,00**
01	Transferências de Capital	550.000,00
	TOTAL	**550.000,00**

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social e Ambiental – Portal do Araguaia, 12 (dose) de janeiro do ano de dois mil e dezessete.

GERSON ROSA DE MORAES

PRESIDENTE DO CIDESAPA

DECRETO N.º 003/2017 DE, 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETO N.º 003/2017 DE, 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

“Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial no valor que menciona e dá outras providências.”

GERSON ROSA DE MORAES, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental, Portal do Araguaia, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A :

Art. 1.º - Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 550. 000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), o orçamento vigente de 2017,

nos termos da Resolução nº 009/2017 de 12/12/2017, para criar a seguinte dotação orçamentária:

01.000– CONSORCIO INTERMU. DES. ECONOMICO E SOCIAL E AMBIENTAL

04.122.0003.1002.44.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente R$ 550.000,00

Art. 2.º - Para dar cobertura, serão usados o valor de R$ 550.000,00 (quinhentos cinquenta mil reais), de recursos oriundos de convênios federais, nos termos da Lei nº 4.320/64;

Art. 3.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pontal do Araguaia - MT, 18 de dezembro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 003/2017

Apostilamento para transferência de recurso entre Dotações Orçamentárias do Termo de Contrato nº. **008/2017**.

CONTRATANTE: **O Município de Água Boa**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.898/0001-90 com sede administrativa a Avenida Planalto, nº. 410, Centro, representado pelo seu prefeito municipal Sr. **Mauro Rosa da Silva**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº. 2. 019.647 SSP/GO e do CPF nº. 333.126.801-15, residente e domiciliado a Rua B, nº. 75, bairro Tropical, na cidade de Água Boa MT.

CONTRATADA: E. M. P Souza - Me, inscrita no CNPJ nº. 00.894.716/ 0001-80, localizada na Rua 14, n° 415, Bairro Industrial, Agua Boa - MT, neste ato representada pela sua Proprietária, **Sra. Edite Maria Peretto Souza**, brasileira, casada, empresaria, portadora da Carteira de Identidade nº. 0.359.125-5 SSP/MT, CPF nº 299.970.461-53

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo nº. 002/2017, referente ao Pregão Presencial nº. 002/2017.

OBJETO: contratação de empresa para serviços de Transporte Escolar de alunos da Rede de Ensino Público no município de Água Boa MT para o período de Fevereiro a Dezembro de 2017.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 003/2017, cujo objetivo é a alteração do Disposto na **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, conforme o orçamento fiscal vigente:

DOTAÇÃO CONTRATUAL

Órgão: Secretaria de Educação

Unidade Orçamentária: Educação 25%

Proj./Ativ.: 2066 – Salario Educação

Despesa/Elemento: 139 – 3.3.90.39 – Outros serviços de Terceiros - Pessoa jurídica

DOTAÇÃO 3º APOSTILAMENTO

R$ 16.843,20

Órgão: Secretaria de Educação

Unidade Orçamentária: Educação 25%

Proj./Ativ.: 2066 – Salario Educação

Despesa/Elemento: 142 – 3.3.90.39 – Outros serviços de Terceiros - Pessoa jurídica

Água Boa, 18 de Dezembro de 2017.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 002/2017

Apostilamento para transferência de recurso entre Dotações Orçamentárias do Termo de Contrato nº. **008/2017**.

CONTRATANTE: **O Município de Água Boa**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.023.898/0001-90 com sede administrativa a Avenida Planalto, nº. 410, Centro, representado pelo seu prefeito municipal Sr. **Mauro Rosa da Silva**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº. 2. 019.647 SSP/GO e do CPF nº. 333.126.801-15, residente e domiciliado a Rua B, nº. 75, bairro Tropical, na cidade de Água Boa MT.

CONTRATADA: E. M. P Souza - Me, inscrita no CNPJ nº. 00.894.716/ 0001-80, localizada na Rua 14, n° 415, Bairro Industrial, Agua Boa - MT, neste ato representada pela sua Proprietária, **Sra. Edite Maria Peretto Souza**, brasileira, casada, empresaria, portadora da Carteira de Identidade nº. 0.359.125-5 SSP/MT, CPF nº 299.970.461-53

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo nº. 002/2017, referente ao Pregão Presencial nº. 002/2017.

OBJETO: contratação de empresa para serviços de Transporte Escolar de alunos da Rede de Ensino Público no município de Água Boa MT para o período de Fevereiro a Dezembro de 2017.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 002/2017, cujo objetivo é a alteração do Disposto na **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, conforme o orçamento fiscal vigente:

DOTAÇÃO CONTRATUAL

Órgão: Secretaria de Educação

Unidade Orçamentária: Educação 25%

Proj./Ativ.: 2066 – Salario Educação

Despesa/Elemento: 139 – 3.3.90.39 – Outros serviços de Terceiros - Pessoa jurídica

DOTAÇÃO 2º APOSTILAMENTO

R$ 21.771,20

Órgão: Secretaria de Educação

Unidade Orçamentária: Educação 25%

Proj./Ativ.: 2065 – Manutenção do Transporte Escolar

Despesa/Elemento: 667 – 3.3.90.39 – Outros serviços de Terceiros - Pessoa jurídica

Água Boa, 18 de Dezembro de 2017.

Mauro Rosa da Silva

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/2017

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições legais aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de preço nº. 067/2017

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: O Registro de Preço para Futura e Eventual aquisição de escavadeira hidráulica.

REALIZAÇÃO: 09/01/2018

INICIO ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail: pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 19 de dezembro de 2017.

Marcos da Silva **Pregoeiro**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 083 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

"**Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais), em favor da Câmara Municipal de Alto Garças, e, dá outras providências**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1087 de 17 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais),** destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.003	3.1.90.11.00.00.00.00	20.000,00
2.003	3.3.90.39.00.00.00.00	31.000,00
2.004	3.1.90.11.00.00.00.00	10.500,00
2.004	3.1.90.13.00.00.00.00	2.500,00
TOTAL		**64.000,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.002	3.1.90.11.00.00.00.00	26.000,00
2.002	3.1.90.12.00.00.00.00	5.000,00
2.002	3.3.90.93.00.00.00.00	8.000,00
2.003	3.3.90.14.00.00.00	25.000,00
TOTAL		**64.000,00**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 12 de Dezembro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 078 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017

"**Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 15.038,25 (quinze mil, trinta e oito reais e vinte e cinco centavos), em favor da Secretaria Municipal de Administração, da Secretaria de Municipal de Educação, da Secretaria de Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras e dá outras providências**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1087 de 17 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 15.038,25 (cento e quarenta mil reais),** destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.080	3.3.90.36.00.00.00.00	3.000,00
2.019	3.3.90.36.00.00.00.00	1.600,00
2.086	3.3.90.36.00.00.00.00	4.000,00
2.056	3.3.90.36.00.00.00.00	2.000,00
2.118	3.3.90.36.00.00.00.00	600,00
2.112	3.3.90.36.00.00.00.00	3.838,25
TOTAL		**15.038,25**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.478	3.3.50.41.00.00.00.00	3.000,00
2.019	3.3.90.30.00.00.00.00	1.600,00
2.071	3.3.90.32.00.00.00.00	4.000,00
2.120	3.3.90.30.00.00.00.00	2.600,00
1.008	4.4.90.52.00.00.00.00	3.838,25
TOTAL		**15.038,25**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 05 de Dezembro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 077 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

"**Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 149.000,00 (cento e quarenta e nove mil reais), em favor da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer, Cultura e Turismo e, dá outras providências**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1087 de 17 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 149.000,00 (cento e quarenta e nove mil reais),** destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.080	3.3.90.39.00.00.00.00	149.000,00
TOTAL		**149.000,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
1.135	4.4.90.51.00.00.00.00	60.000,00
2.079	3.3.90.30.00.00.00.00	50.000,00
2.075	3.3.90.39.00.00.00.00	10.000,00
2.080	3.3.90.36.00.00.00.00	10.000,00
1.135	4.4.90.39.00.00.00.00	8.000,00
2.079	3.3.90.30.00.00.00.00	4.000,00
2.075	3.3.90.30.00.00.00.00	3.000,00
1.135	4.4.90.30.00.00.00.00	4.000,00
TOTAL		**149.000,00**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 27 de Novembro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 086, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

"Fixa para o exercício de 2018, o índice de atualização monetária, a ser aplicado sobre a UFAG - Unidade Fiscal de Alto Garças, sobre a demais bases de cálculos dos tributos, penalidades municipais e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 11 e o parágrafo único do art. 220 da Lei nº 914/12, que alterou a Lei nº 274/97- Código Tributário Municipal:

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado em 2,12% (dois virgula doze décimos) por cento, o índice de atualização monetária a ser aplicado sobre a UFAG – Unidade Fiscal de Alto Garças, que passará a R$ 62,27 (sessenta e dois reais e vinte e sete centavos)e servirá de base para atualização da Planta Genérica de valores imobiliário, para as demais bases dos cálculos dos tributos e penalidades municipais para o exercício de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2018, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 18 de dezembro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 076 DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017

"Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 40.524,00 (quarenta mil, quinhentos e vinte e quatro reais), em favor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural, da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Administração, e, dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1087 de 17 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 40.524,00 (quarenta mil, quinhentos e vinte e quatro reais),** destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.120	3.3.90.39.00.00.00.00	984,00
2.056	3.3.90.32.00.00.00.00	8.700,00
2.092	3.3.90.39.00.00.00.00	300,00
2.006	3.3.90.39.00.00.00.00	10.000,00
2.006	3.1.90.11.00.00.00.00	10.000,00
2.006	3.3.90.39.00.00.00.00	10.000,00
2.081	3.3.90.14.00.00.00.00	540,00
TOTAL		**40.524,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.056	3.3.90.39.00.00.00.00	984,00
2.056	3.3.90.32.00.00.00.00	7.544,91
2.056	3.3.90.93.00.00.00.00	1.155,09
2.118	3.3.90.14.00.00.00.00	300,00
2.006	3.1.90.91.00.00.00.00	20.000,00
1.012	4.4.90.30.00.00.00.00	10.000,00
1.046	4.4.90.52.00.00.00.00	540,00
TOTAL		**40.524,00**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 24 de Novembro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 085 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017

"**Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 43.709,00 (quarenta e três mil, setecentos e nove reais), em favor Secretaria Municipal de Educação, e, dá outras providências**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1087 de 17 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 43. 709,00(quarenta e três mil, setecentos e nove reais),** destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.018	3.3.90.30.00.00.00.00	43.709,00
TOTAL		**43.709,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.084	3.3.90.30.00.00.00.00	3.366,20
2.084	3.3.90.39.00.00.00.00	2.641,31
2.025	3.3.90.14.00.00.00.00	4.500,00
2.018	3.1.90.92.00.00.00.00	3.000,00
2.021	3.3.90.92.00.00.00.00	1.778,00
2.014	3.3.90.30.00.00.00.00	888,52
2.014	3.3.90.36.00.00.00.00	1.000,00
2.014	3.3.90.39.00.00.00.00	4.655,16
2.018	3.3.90.39.00.00.00.00	5.330,06
2.022	3.3.90.39.00.00.00.00	5.194,57

2.010	9.9.99.99.00.00.00.00	11.355,18
TOTAL		**43.709,00**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 14 de Dezembro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 363 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Desliga a servidora pública municipal IRIA MARIA DE SOUZA BEZERRA, dos quadros da Municipalidade em virtude de concessão do benefício de aposentadoria previdenciária por idade de contribuição e declara a vacância do respectivo cargo público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e;

CONSIDERANDO, Carta de Concessão de Aposentadoria por Tempo de Contribuição emitida pela Providência Social – NB nº 1570786612 em nome da mencionada servidora pública, protocolada junto ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração;

CONSIDERANDO que o parágrafo único do art. 53, da Lei Municipal nº 292/90, com nova redação proposta pela Lei Municipal nº 886/2011, determina que a aposentadoria do servidor público extingue automaticamente o vínculo com a administração pública;

CONSIDERANDO, que o art. 53, da Lei Municipal nº 292/90, em seu inciso VII, determina que ocorrerá a vacância do cargo público em caso de aposentadoria do servidor;

R E S O L V E:

Art. 1° - **DESLIGAR** a servidora pública municipal **IRIA MARIA DE SOUZA BEZERRA**, lotada no cargo de Apoio Administrativo Educacional, portadora do Registro Geral n° 9009421885 SSP/RS e inscrita no CPF/MF sob n° 178.816.501-25, em virtude de concessão do benefício de aposentadoria previdenciária por idade, bem como declarar a vacância do cargo acima especificado, nos termos do art. 53, inciso VII, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o caput deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2° - Esta Portaria produzirá seus efeitos legais a partir da data de 31 de Dezembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 22 de Novembro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 084 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

"Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 228.215,00 (duzentos e vinte oito mil, duzentos e quinze reais), em favor Secretaria Municipal de Educação, e, dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1087 de 17 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 228. 215,00(quarenta e três mil, setecentos e nove reais),** destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.021	3.3.90.30.00.00.00.00	21.045,00
2.022	3.3.90.30.00.00.00.00	83.875,00
2.018	3.3.90.30.00.00.00.00	121.595,00
2.022	3.3.90.30.00.00.00.00	1.000,00
2.024	3.3.90.30.00.00.00.00	700,00
TOTAL		**228.215,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
1.029	4.4.90.51.00.00.00.00	61.103,60
1.030	4.4.90.51.00.00.00.00	44.900,00
1.031	4.4.90.52.00.00.00.00	14.964,00
1.033	4.4.90.52.00.00.00.00	1.500,00
1.034	4.4.90.52.00.00.00.00	5.128,00
1.111	4.4.90.52.00.00.00.00	17.752,00
2.018	3.1.90.94.00.00.00.00	1.000,00
2.018	3.3.90.14.00.00.00.00	1.090,00
2.018	3.3.90.31.00.00.00.00	2.000,00
2.018	3.3.90.33.00.00.00.00	2.000,00
2.018	3.3.90.36.00.00.00.00	1.896,78
2.018	3.3.90.92.00.00.00.00	1.000,00
2.021	3.3.90.14.00.00.00.00	1.980,00
2.021	3.3.90.31.00.00.00.00	400,00
2.021	3.3.90.32.00.00.00.00	2.500,00
2.021	3.3.90.33.00.00.00.00	1.000,00
2.021	3.3.90.36.00.00.00.00	500,00
2.021	3.3.90.92.00.00.00.00	222,00
2.021	3.3.90.93.00.00.00.00	1.000,00
2.022	3.3.90.14.00.00.00.00	2.000,00
2.022	3.3.90.30.00.00.00.00	22.000,00
2.022	3.3.90.31.00.00.00.00	500,00
2.022	3.3.90.36.00.00.00.00	1.000,00
2.022	3.3.90.39.00.00.00.00	10.000,00
2.022	3.3.90.93.00.00.00.00	1.000,00
2.025	3.3.90.92.00.00.00.00	8.069,21
2.010	9.9.99.99.00.00.00.00	21.009,41
1.031	4.4.90.52.00.00.00.00	700,00
TOTAL		**228.215,00**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 12 de Dezembro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 082 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

"Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 5.036,52 (cinco mil, trinta e seis reais e cinquenta e dois centavos), em favor da Secretaria Municipal de Saúde, e, dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1087 de 17 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 5.036,52 (cinco mil, trinta e seis reais e cinquenta e dois centavos),** destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.056	3.3.90.30.00.00.00.00	150,00
2.058	3.3.90.39.00.00.00.00	886,52
2.056	3.3.90.91.00.00.00.00	4.000,00
TOTAL		**5.036,52**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.038	3.1.90.94.00.00.00.00	100,00
2.038	3.3.90.30.00.00.00.00	1.585,84
2.056	3.3.90.32.00.00.00.00	3.350,68
TOTAL		**5.036,52**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 06 de Dezembro de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 442/2017

DECRETO Nº 442/2017

"Dispõe sobre Exoneração da Servidora que menciona".

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Fabio Mauri Garbugio**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

CONSIDERANDO a decisão judicial que anulou o exame psicológico sem a presença de um profissional habilitado,

CONSIDERANDO o parecer jurídicoratificado pelo Prefeito Municipal, no sentido exonerar a servidora, vez que foi reprovada no exame psicológico referente ao concurso n ° 001/2015.

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica exonerada, aSenhora **Giovanna Maria de Paula Menzotti**, CPF/MF – 013.665.386-33, nomeada através do Decreto n.° 056/2016 de 06 (seis) de Abril de 2017.

Artigo 2°. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 18 de Dezembro de 2017.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL 070/2017

A Prefeitura Municipal de Alto Taquari através da Pregoeira, designado pela Portaria nº 407/2017 de 07/12/2017, torna público aos interessados que o Pregão Presencial 070/2017, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado no dia 07 de dezembro de 2017, pág. 138, no jornal oficial dos municípios dia 08 de dezembro de 2017 pág. 19 e no Diario de Cuiabá dias 08 e 09 de dezembro na F3, **a retificação no Termo de Referência** e expede o **Edital Complementar nº 001/2017 ao Edital de Pregão Presencial nº 070/2017.** Alterando o horário e data marcada para dia 08/01/2018 as 12:30 horas (horário de Mato Grosso), conforme determina o parágrafo 4º art. 21 da Lei 8666/93, visto que essa alteração afetou a formulação das propostas. Maiores informações pelo e-mail: licitacao@altotaquari.mt.gov.br ou ainda ligar (66) 98401-6381. Alto Taquari – MT, 19 de dezembro de 2017. Michelle Arantes Mancine - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL / SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 029/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 038/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2017

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à ruadas Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás –MT, denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s): CINTIA RIBEIRO DA LUZ GHIOTTO, CNPJ –11.684.640/0001-84, Av. Vinte de Dezembro, n° 236. Apt° 01- Centro – Cotriguaçu, MT. Representante : Cintia Ribeiro da Luz Ghiotto. E A EMPRESA: M. Y. PORTIOLLI & CIA LTDA, CNPJ – 14.338.786/0001-66, Rua Canoinhas n° 70 , Centro – Apiacás –MT, Representante : Mario Yunes Portiolli, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 038/2017 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ÁREA DE CLINICA GERAL E CIRÚRGICA PARA O PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF I, E II, REALIZAÇÃO**

DE PLANTÕES DE SOBREAVISO NO HOSPITAL MUNICIPAL, DIREÇÃO CLINICA, DIREÇÃO TÉCNICA DO HMA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA. conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 038/2017.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos materiais registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Empresas:

CINTIA RIBEIRO DA LUZ GHIOTTO

CNPJ –11.684.640/0001-84

item Item	Descriminação dos Serviços	Local da Prestação dos Serviços	Período/ quantidade	Quantid. Carga horária	Vlr Unit	Vlr Total
01	Plantões de sobreaviso de 24 horas no H.M.A., para Prestação de serviços médicos de Clínica Geral e Cirúrgica (cesarianas, etc..)	Hospital Municipal	220 plantões (anual)	Plantões de 24 horas	1.800,00	396.000,00
03	Prestação de serviços médicos de Clínica Geral	PSF	12 meses	40 horas semanais	15.000,00	180.000,00
06	DIREÇÃO TÉCNICA Responsabilidade Técnica, respondendo como Diretor Técnico, respondendo junto aos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Medicina.	Hospital Municipal	12 meses	Mensal	7.000,00	84.000,00

VALOR TOTAL DO VENCEDOR: R$ 660 .000,00 (seiscentos e sessenta mil reais

M. Y. PORTIOLLI & CIA LTDA

CNPJ – 14.338.786/0001-66

item Item	Descriminação dos Serviços	Local da Prestação dos Serviços	Período/ quantidade	Quantidade Carga horária	Vlr Unit	Vlr Total
02	Plantões de sobreaviso de 24 horas no H.M.A., para Prestação de serviços médicos de Clínica Geral e Cirúrgica (cesarianas, etc..)	Hospital Municipal	220 plantões (anual)	Plantões de 24 horas	1.800,00	396.000,00
04	Prestação de serviços médicos de Clínica Geral e Cirúrgica (cesarianas, etc.), no Hospital Municipal	Hospital Municipal	12 meses	40 horas semanais	25.000,00	300.000,00
05	DIRETOR CLÍNICO Responsabilidade pela direção clinica do Hospital Municipal respondendo ao Conselho Federal e Conselhos Regionais de Medicina	Hospital Municipal	12 meses	Mensal	7.000,00	84.000,00
07	Serviços de Ultrassonografia3	Hospital Municipal	UNIDADE	1000 exames anuais	160,00	160.000,00

VALOR TOTAL DO VENCEDOR: R$ 940.000,00 (novecentos e quarenta mil reais)

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dos serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Apiacás - MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de forma fracionada e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento dos serviços a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.11. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.12. O atraso na prestação dos serviços caberá penalidades e sanções previstas no Art. 10 e Art. 11 da Presente Ata.

5.13-ATRIBUIÇÕES DO MÉDICO EM PSF

I- Realizar consultas clínicas aos usuários de sua área adstrita;

II- Participar das atividades de grupos de controle de patologias como hipertensos, diabéticos, de saúde mental, e outros;

III- Executar ações de assistência integral em todas as fases do ciclo de vida: criança, adolescente, mulher, adulto e idoso;

IV- Realizar consultas e procedimentos na Unidade de Saúde da Família- USF e, quando necessário, no domicílio;

V- Realizar atividades clínicas correspondentes às áreas prioritárias na intervenção na Atenção Básica, definidas na Norma Operacional da Assistência à Saúde- NOAS 2001;

VI- Realizar busca ativa das doenças infecto-contagiosas;

VII- Aliar a atuação clínica à pratica da saúde coletiva;

VIII- Realizar primeiros cuidados nas urgências e emergências clínicas, fazendo a indicação para a continuidade da assistência prestada, acionando o serviço destinado para este fim;

IX- Garantir acesso a continuidade do tratamento dentro de um sistema de referência e contra-referência para os casos de maior complexidade ou que necessitem de internação hospitalar;

X- Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;

XI- Promover a imunização de rotina, das crianças e gestantes encaminhando-as ao serviço de referência;

XII- Verificar e atestar óbito;

XIII- Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;

XIV- Supervisionar os eventuais componentes da família em tratamento domiciliar e dos pacientes com tuberculose, hanseníase, hipertensão, diabetes e outras doenças crônicas;

XV- Acompanhar o crescimento e desenvolvimento das crianças de 0 (zero) a 5(cinco) anos, especialmente crianças menores de 01 (um) ano,

consideradas em situação de risco;

XVI- Identificar e encaminhar gestantes para o serviço de pré-natal na Unidade de Saúde da Família;

XVII- Realizar ações educativas para prevenção do câncer cérvico-uterino e de mama encaminhando as mulheres em idade fértil para a realização de exames periódicos nas unidades de referência;

XVIII- Outras ações e atividades a serem definidas de acordo com prioridades locais durante o desenvolvimento do Programa.

5.14-ATRIBUIÇÕES DO MÉDICO PLANTONISTA

I. Desempenhar Carga Horária de Plantões de sobreaviso de 24 horas;

II. Trabalhar de forma articulada com os demais membros da equipe

multiprofissional;

III. Receber os pacientes encaminhados para observação pelo Médico do PSF após consulta, prescrição de condutas, solicitação de exames e terapêutica;

IV. Reavaliar todos os pacientes em observação;

V. Solicitar exames complementares para o diagnóstico;

VI. Após as reavaliações dar o seguimento adequado ao paciente: LIBERAR,

INTERNAR ou ENCAMINHAR para o Hospital Municipal de Apiacás ou SOLICITAR

TRANSFERÊNCIA para outra unidade da rede ou conveniada;

VII. Preencher FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA e telefonar para o Serviço de Regulação de Urgência/Emergência, colocando informações detalhadas dos problemas identificados e impressões diagnósticas, do motivo da transferência, exames realizados, resultados dos mesmos e sinais vitais do paciente.

VIII. Preencher de forma adequada e completa o formulário de internação;

IX. Priorizar juntamente com a equipe multiprofissional os pacientes mais graves para serem transferidos internamente para internação;

X. Descrever em prontuário histórico da doença e todas as condutas realizadas no paciente em tempo oportuno com data, horário, carimbo e assinatura;

XI. Aplicar os Protocolos Clínicos/Linhas Guia definidos para o Serviço/Hospital;

XII. Orientar os pacientes com relação às condutas e procedimentos prescritos para o mesmo;

XIII. Adotar critérios rigorosos na solicitação de procedimentos complementares e classificar se é de Emergência, Urgência ou Rotina;

XIV. Informar suspeita diagnóstica e o que se pretende ao solicitar Ultrassonografia, (Por exemplo: evitando solicitar USG de abdome total quando se pode dar o diagnóstico com um procedimento mais restrito);

XV. Seguir as orientações da Direção do Serviço de Urgência e Emergência, Direção Clínica, Direção Técnica e Direção Geral do Hospital;

XVI. Desempenhar as atividades médicas em sintonia com a equipe multidisciplinar e multiprofissional;

XVII. Participar das reuniões e atividades científicas e de capacitação permanente convocadas pelo Diretor do Serviço de Urgência e Emergência, Direção Clínica, Direção Técnica e Direção Geral do Hospital;

XVIII. Seguir as orientações do Código de Ética Médica e Normas Institucionais.

XIX. Desempenhar outras atividades necessárias ao bom atendimento dos pacientes, mesmo que não estejam elencadas neste documento;

XX. Definir o Diagnóstico Provisório ou Definitivo do Paciente em no máximo 12 horas após entrada no Hospital;

5.15 - ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR CLÍNICO:

a) Dirigir, coordenar e orientar o Corpo Clínico da instituição;

b) Supervisionar a execução das atividades de assistência médica na instituição;

c) Zelar pelo fiel cumprimento do Regimento Interno do Corpo Clínico da instituição;

d) Promover e exigir o exercício ético da medicina;

e) Zelar pela fiel observância do Código de Ética Médica;

f) Observar as Resoluções do CFM e do CRM-MT diretamente relacionadas à vida do Corpo Clínico da instituição.

5.16 - ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR TÉCNICO:
a) Zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentos em vigor relacionados à assistência médica na instituição;
b) Assegurar condições dignas de trabalho e os meios indispensáveis à prática médica, visando o melhor desempenho do Corpo Clínico e demais profissionais de saúde, em benefício da população usuária da instituição;
c) Assegurar o pleno e autônomo funcionamento das Comissões de Ética dos hospitais;
d) Garantir a investidura nos cargos de diretor clínico e vice-diretor clínico os médicos eleitos pelos demais membros do corpo clínico;
e) Estimular todos os seus subordinados, de qualquer profissão, a atuar dentro de princípios éticos;
f) Impedir que, por motivos ideológicos, políticos, econômicos ou qualquer outro, um médico seja proibido de utilizar das instalações e recursos da instituição, particularmente quando se trata da única na localidade.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado mensalmente após prestação dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

7.7. Os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento poderão ser corrigidos *pro - rata die*, pelo IGPM.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na entrega para o fornecimento do objeto licitado, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002- . FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2072- MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL

339039.000000-0266- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

06.- SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

002- . FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE –

2066- MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SAÚDE DA FAMÍLIA

339039.000000-0208- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 038/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás - MT, 19 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

CINTIA RIBEIRO DA LUZ GHIOTTO

CNPJ –11.684.640/0001-84

Cintia Ribeiro da Luz Ghiotto

CONTRATADA

M. Y. PORTIOLLI & CIA LTDA

CNPJ – 14.338.786/0001-66

Mario Yunes Portiolli

CONTRATADA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 1039/2017.

LEI MUNICIPAL Nº. 1039/2017.

SÚMULA: Dispõe sobre a autorização para abertura de Crédito Adicional Suplementar, pelo Excesso de Arrecadação, e dá outras providencias.

O Senhor **Adalto José Zago,** Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e ainda, com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$560.000,00 (quinhentos e sessenta mil reais), destinados a suplementar dotações orçamentárias do orçamento de 2017, conforme discriminado abaixo:

GABINETE DO PREFEITO

CONTROLE INTERNO

02.03.04.124.0017.2.009.3190.11.00.00.00 (18) Vencimentos e Vantagens Fixas	5.000,00
TOTAL	**5.000,00**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

03.01.04.122.0014.2.022.3190.11.00.00.00 (27) Vantagens e Vencimentos Fixos	11.000,00
TOTAL	**11.000,00**

SECRETARIA DE MUNICPAL DE EDUCAÇÃO

04.02.12.361.0010.2.014.3190.11.00.00.00 (75) Vencimentos e Vantagens Fixas	25.000,00
04.02.12.361.0010.2.014.3190.04.00.00.00 (74) Contratação por Tempo Determinado	20.000,00
TOTAL	**45.000,00**

SECRETARIA DE MUNICPAL DE EDUCAÇÃO

FUNDEB

04.03.12.361.0011.2.012.3190.11.00.00.00 (87) Vencimentos e Vantagens Fixas	20.000,00
TOTAL	**20.000,00**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

06.02.10.301.0092.2.066.3190.11.00.00.00 (195) Vencimentos e Vantagens Fixas	32.000,00
06.02.10.301.0092.20.67.3190.11.00.00.00 (210) Vencimentos e Vantagens Fixas	6.000,00
06.02.10.302.0093.2.072.3190.11.00.00.00 (252) Vencimentos e Vantagens Fixas	20.000,00
06.02.10.304.0095.2.078.3190.11.00.00.00 (309) Vencimentos e Vantagens Fixas	9.000,00
06.01.10.302.0093.2.073.3190.11.00.00.00 (147) Vencimentos e Vantagens Fixas	12000,00
TOTAL	**79.000,00**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO

06.03.17.512.0026.2.041.3190.11.00.00.00 (348) Vencimentos e Vantagens Fixas	10.000,00
TOTAL	**10.000,00**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.01.08.122.0028.2.035.3190.11.00.00.00 (361) Vencimentos e Vantagens Fixas	15.000,00
07.02.08.244.0019.2.025.3190.11.00.00.00 (401) Vencimentos e Vantagens Fixas	8.000,00
07.02.08.244.0019.2.025.3190.04.00.00.00 (398) Vencimentos e Vantagens Fixas	8.000,00
07.04.08.243.0044.2.042.3190.11.00.00.00 (491) Vencimentos e Vantagens Fixas	9.000,00
TOTAL	**40.000,00**

SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

10.01.25.752.0021.2.015.3390.39.00.00.00 (546) Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	350.000,00
TOTAL	**350.000,00**

TOTAL GERAL A SUPLEMENTAR.....R$: 560.000,00

.

Artigo 2º -Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, fica o Poder Executivo autorizado a utilizar os recursos provenientes do excesso de arrecada, descritos no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso II, da Lei Federal n.º 4.320/64.

Artigo 3º - Visando atender ao equilíbrio das contas públicas, no encerramento do exercício de 2017, fica autorizado a anulação parcial ou total dos saldos orçamentários até o limite da efetiva arrecadação.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT, 18 de dezembro de 2.017.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº. 1040/2017.

LEI MUNICIPAL Nº. 1040/2017.

SÚMULA: Autoriza a abertura de Crédito Especial para criação de dotação com fonte de recursos de financiamento do Transporte Escolar/Fethab, e dá outras providências.

O Senhor **Adalto José Zago,** Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e ainda, com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir Crédito Especial no orçamento programa LOA/2017, aprovada pela Lei Municipal nº 978/2016, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) destinados a atender despesas da Secretaria Municipal de Educação com Transporte Escolar recursos vinculados ao Fethab, como segue:

04. Secretária Municipal de Educação

01. Administração do Apoio Educacional

12. Educação

361. Ensino Fundamental

0006. Transporte Escolar de Qualidade

2.083. Manutenção Transporte Escolar Recursos Fethab

3390-30 – Material de Consumo R$ 10.000,00

3390-39 – OutrosServ.Terc. Pessoa Jurídica R$ 40.000,00

Fonte: 0.1.30.00.00 Transferência de Recursos Fethab

Art. 2º - O valor do Crédito Adicional Especial ora autorizado será anulado ao mesmo montante na dotação criada pela Lei Municipal nº 978/2016, em atendimento ao artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64, conforme segue:

04. Secretária Municipal de Educação

02. Administração de Recursos Próprios

12. Educação

031. Poder Legislativo

0010. Educação de Qualidade

1.004. Manutenção, Reforma e Ampliação de Escolas Municipais

4.490.51. Obras e Instalações

Fonte: 0.1.01.00.00 Receitas de Impostos e Transf. Impostos Educação

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT, 18 de dezembro de 2.017.

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 0144/2017.

LEI COMPLEMENTAR Nº 0144/2017.

SÚMULA: "Ajusta a remuneração base dos servidores públicos da Câmara Municipal de Apiacás, e dá outras providências".

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Apiacás, através de seus representantes, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele **Adalto Zago** Prefeito municipal sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o cargo de Advogado, Cargo de provimento efetivo para a Câmara Municipal de Vereadores, conforme atribuições descrita na Tabela Anexo IV.

Art. 2º. Fica autorizado o ajuste dos servidores públicos municipais efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Apiacás, conforme Tabelas dispostas em anexos I a III, parte integrante desta Lei.

Art. 3º. Esta Lei em vigor na data de sua publicação, com efeitos à folha de pagamento de pessoal do mês de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito, 18 de dezembro de 2017

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO COMISSIONADOS

QUADRO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS				
Cargo	**SÍMBOLO**	**C/H**	**REMUNERAÇÃO**	**Total de Vagas**
Assessor Jurídico	*DAS-I*	30 hs	4.200,00	*01*
Contador Substituto	*DAS-II*	30 hs	3.570,00	*01*
Assessor Parlamentar	*DAS-III*	30 hs	2.100,00	*01*
Total	**-**	**-**	**-**	**03**

QUADRO DE SERVIDOR DE ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO - SAI				
Cargo	**SÍMBOLO**	**C/H**	**REMUNERAÇÃO**	**Total de Vagas**
Chefe de Divisão Administrativa	*SAI-I*	30 hs	1.312,50	*01*
Total	**-**	**-**	**-**	**01**

ANEXO II

QUADRO DE CARGOS PROVIMENTO EFETIVO

SERVIDOR TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - TNS				
Cargo	**CARGO ATUAL**	**C/H**	**REMUNERAÇÃO**	**Total de Vagas**
Advogado	*TNS-III*	20 hs	2.800,00	*01*
Contador	*TNS-I*	30 hs	4.200,00	*01*
Controlador Interno	*TNS-II*	30 hs	4.200,00	*01*
Total	**-**	**-**	**-**	**03**

SERVIÇOS DE NÍVEL MÉDIO – SNM				
Cargo	**CARGO ATUAL**	**C/H**	**REMUNERAÇÃO**	**Total de Vagas**
Agente Administrativo	*SNM-I*	30 hs	1.590,75	*01*
Total	**-**	**-**	**-**	**01**

AGENTES DE SERVIÇOS PÚBLICOS				
Motorista	*ASP-I*	30 hs	*1.113,00*	*01*
Vigilante	*ASP-II*	30 hs	1.013,25	*02*
Zeladora	*ASP-III*	30 hs	1.013,25	*02*
Total	**-**	**-**	**-**	**05**

ANEXO III

VENCIMENTOS, PROGRESSÃO E PROMOÇÃO					
SERVIDORES: Técnico Nível Superior - Contador 30 horas					
NIVEL DE PROGRESSÃO		**COEFICIENTE**	**CLASSE DE PROMOÇÃO**		
			A	**B 15%**	**C 30%**
0 - 3 anos	**1**	1	4.200,00	4.830,00	5.460,00
3,1 - 6 anos	**2**	1,03	4.326,00	4.974,90	5.623,80
6,1 - 9 anos	**3**	1,0609	4.455,78	5.124,15	5.792,51
9,1 - 12 anos	**4**	1,092727	4.589,45	5.277,87	5.966,29
12,1 - 15 anos	**5**	1,1255088	4.727,14	5.436,21	6.145,28
15,1 - 18 anos	**6**	1,1592741	4.868,95	5.599,29	6.329,64
18,1 - 21 anos	**7**	1,1940523	5.015,02	5.767,27	6.519,53
21,1 - 24 anos	**8**	1,22987739	5.165,49	5.940,31	6.715,13
24,1 - 27 anos	**9**	1,2667701	5.320,43	6.118,50	6.916,56
27,1 - 30 anos	**10**	1,3047732	5.480,05	6.302,05	7.124,06
30,1 - 33 anos	**11**	1,3439164	5.644,45	6.491,12	7.337,78
33,1 - 36 anos	**12**	1,3842339	5.813,78	6.685,85	7.557,92

VENCIMENTOS, PROGRESSÃO E PROMOÇÃO					
SERVIDORES: Técnico Nível Superior - Controlador Interno 30 horas					
NIVEL DE PROGRESSÃO		**COEFICIENTE**	**CLASSE DE PROMOÇÃO**		
			A	**B 15%**	**C 30%**
0 - 3 anos	**1**	1	4.200,00	4.830,00	5.460,00
3,1 - 6 anos	**2**	1,03	4.326,00	4.974,90	5.623,80
6,1 - 9 anos	**3**	1,0609	4.455,78	5.124,15	5.792,51
9,1 - 12 anos	**4**	1,092727	4.589,45	5.277,87	5.966,29
12,1 - 15 anos	**5**	1,1255088	4.727,14	5.436,21	6.145,28

15,1 - 18 anos	6	1,1592741	4.868,95	5.599,29	6.329,64
18,1 - 21 anos	7	1,1940523	5.015,02	5.767,27	6.519,53
21,1 - 24 anos	8	1,22987739	5.165,49	5.940,31	6.715,13
24,1 - 27 anos	9	1,2667701	5.320,43	6.118,50	6.916,56
27,1 - 30 anos	10	1,3047732	5.480,05	6.302,05	7.124,06
30,1 - 33 anos	11	1,3439164	5.644,45	6.491,12	7.337,78
33,1 - 36 anos	12	1,3842339	5.813,78	6.685,85	7.557,92

VENCIMENTOS, PROGRESSÃO E PROMOÇÃO					
SERVIDORES: Técnico Nível Superior - Advogado 20 horas					
NIVEL DE PROGRESSÃO		COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO		
			A	B 15%	C 30%
0 - 3 anos	1	1	2.800,00	3.220,00	3.640,00
3,1 - 6 anos	2	1,03	2.884,00	3.316,60	3.749,20
6,1 - 9 anos	3	1,0609	2.970,52	3.416,10	3.861,68
9,1 - 12 anos	4	1,092727	3.059,64	3.518,58	3.977,53
12,1 - 15 anos	5	1,1255088	3.151,42	3.624,14	4.096,85
15,1 - 18 anos	6	1,1592741	3.245,97	3.732,86	4.219,76
18,1 - 21 anos	7	1,1940523	3.343,35	3.844,85	4.346,35
21,1 - 24 anos	8	1,22987739	3.443,66	3.960,21	4.476,75
24,1 - 27 anos	9	1,2667701	3.546,96	4.079,00	4.611,04
27,1 - 30 anos	10	1,3047732	3.653,36	4.201,37	4.749,37
30,1 - 33 anos	11	1,3439164	3.762,97	4.327,41	4.891,86
33,1 - 36 anos	12	1,3842339	3.875,85	4.457,23	5.038,61

VENCIMENTOS, PROGRESSÃO E PROMOÇÃO					
SERVIDORES: Nível Médio - Agente Administrativo 30 horas					
NIVEL DE PROGRESSÃO		COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO		
			A	B 15%	C 30%
0 - 3 anos	1	1	1.590,75	1.829,36	2.067,98
3,1 - 6 anos	2	1,03	1.638,47	1.884,24	2.130,01
6,1 - 9 anos	3	1,0609	1.687,63	1.940,77	2.193,91
9,1 - 12 anos	4	1,092727	1.738,26	1.998,99	2.259,73
12,1 - 15 anos	5	1,1255088	1.790,40	2.058,96	2.327,52
15,1 - 18 anos	6	1,1592741	1.844,12	2.120,73	2.397,35
18,1 - 21 anos	7	1,1940523	1.899,44	2.184,35	2.469,27
21,1 - 24 anos	8	1,22987739	1.956,43	2.249,89	2.543,36
24,1 - 27 anos	9	1,2667701	2.015,11	2.317,38	2.619,65
27,1 - 30 anos	10	1,3047732	2.075,57	2.386,90	2.698,24
30,1 - 33 anos	11	1,3439164	2.137,84	2.458,51	2.779,19
33,1 - 36 anos	12	1,3842339	2.201,97	2.532,27	2.862,56

VENCIMENTOS, PROGRESSÃO E PROMOÇÃO					
SERVIDORES: Nível Auxiliar I - Vigilante e Zeladora 30 horas					
NIVEL DE PROGRESSÃO		COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO		
			A	B 15%	C 30%
0 - 3 anos	1	1	1.013,25	1.165,24	1.317,23
3,1 - 6 anos	2	1,03	1.043,65	1.200,19	1.356,74
6,1 - 9 anos	3	1,0609	1.074,96	1.236,20	1.397,44
9,1 - 12 anos	4	1,092727	1.107,21	1.273,29	1.439,37
12,1 - 15 anos	5	1,1255088	1.140,42	1.311,49	1.482,55
15,1 - 18 anos	6	1,1592741	1.174,63	1.350,83	1.527,02
18,1 - 21 anos	7	1,1940523	1.209,87	1.391,35	1.572,84
21,1 - 24 anos	8	1,22987739	1.246,17	1.433,10	1.620,03
24,1 - 27 anos	9	1,2667701	1.283,55	1.476,09	1.668,62
27,1 - 30 anos	10	1,3047732	1.322,06	1.520,37	1.718,68
30,1 - 33 anos	11	1,3439164	1.361,72	1.565,98	1.770,24
33,1 - 36 anos	12	1,3842339	1.402,57	1.612,96	1.823,35

VENCIMENTOS, PROGRESSÃO E PROMOÇÃO					
SERVIDORES: Nível Auxiliar II - Motorista 30 horas					
NIVEL DE PROGRESSÃO		COEFICIENTE	CLASSE DE PROMOÇÃO		
			A	B 15%	C 30%
0 - 3 anos	1	1	1.113,00	1.279,95	1.446,90
3,1 - 6 anos	2	1,03	1.146,39	1.318,35	1.490,31
6,1 - 9 anos	3	1,0609	1.180,78	1.357,90	1.535,02
9,1 - 12 anos	4	1,092727	1.216,21	1.398,64	1.581,07
12,1 - 15 anos	5	1,1255088	1.252,69	1.440,59	1.628,50
15,1 - 18 anos	6	1,1592741	1.290,27	1.483,81	1.677,35
18,1 - 21 anos	7	1,1940523	1.328,98	1.528,33	1.727,67
21,1 - 24 anos	8	1,22987739	1.368,85	1.574,18	1.779,51
24,1 - 27 anos	9	1,2667701	1.409,92	1.621,40	1.832,89
27,1 - 30 anos	10	1,3047732	1.452,21	1.670,04	1.887,88

30,1 - 33 anos	**11**	1,3439164	1.495,78	1.720,15	1.944,51
33,1 - 36 anos	**12**	1,3842339	1.540,65	1.771,75	2.002,85

ANEXO IV

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

CARGO: ADVOGADO	***Símbolo: T N S – I I I***

Provimento: **CONCURSO PÚBLICO**

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

a) Ter no mínimo 21 (vinte eu um) anos completos.

b) Instrução: Formação em Nível Superior.

c) Habilitação: com registro na Ordem dos Advogados do Brasil e conhecimentos necessários para o bom desenvolvimento de suas tarefas.

CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Geral: Carga horária semanal de 20 (vinte) horas;

ATRIBUIÇÕES:

Descrição Sintética: Exercer a coordenação, controle e orientação dos trabalhos do Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Apiacás.

Descrição Analítica: representar a Câmara Municipal em qualquer foro ou Juízo, por delegação específica do(a) Presidente; elaborar pareceres jurídicos em Projetos de Leis, quanto a legalidade e constitucionalidade e eventuais situações de interesse do município; examinar os processos relativos às concessões de licenças e/ou afastamento aos servidores da Câmara Municipal, processos disciplinares, avaliações, e demais processos da Administração de Pessoal, com vista a assegurar a legalidade de concessão de benefícios e/ou penalidades; propor a adoção de medidas que possam uniformizar a instrução dos processos administrativos; prestar assessoramento às unidades da Câmara Municipal, em assuntos de natureza jurídica; Acompanhar o desenvolvimento, nos aspectos técnicos e operacionais dos contratos, e proceder análise e preparação de contratos em que a Câmara Municipal seja parte; elaborar minutas de decretos, projetos de Lei, Projetos de Resoluções, Projeto de Decreto Legislativo, razões de veto e textos para publicação de atos oficiais; organizar e manter atualizado o centro de documentação Jurídica da Câmara; participar de inquéritos administrativos e dar-lhes orientação jurídica conveniente; defender, em juízo ou fora dele, os direitos e interesses da Câmara Municipal de Apiacás; emitir, por escrito, os pareceres que lhes forem solicitados, fazendo os estudos necessários de alta indagação, nos campos da pesquisa da doutrina, da legislação e da jurisprudência, de forma a apresentar um pronunciamento devidamente fundamentado e jurídico; responder as consultas sobre interpretação de textos legislativos, que interessarem a tomada de decisão da Mesa Diretora da Casa; executar tarefas afins de interesse da Câmara Municipal de Apiacás.

ANEXO V

RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

(Inciso I do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000)

OBJETO DA DESPESA:

Estabelece a criação do cargo de Nível Superior no cargo efetivo de "Advogado" para atender as funções desta Casa de Leis na organização e pareceres aos processos do legislativo e defesa do interesse jurídico do Poder Legislativo, cujo preenchimento da vaga será através da realização de Concurso Público.

FONTE DE CUSTEIO:

Dotações orçamentárias anuais, consignadas.

PREFEITURA MUNICIPAL / SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 038/2017

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 038/2017 – PROCESSO LICITATÓRIO 055/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ÁREA DE CLINICA GERAL E CIRÚRGICA PARA O PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA – PSF I, REALIZAÇÃO DE PLANTÕES DE SOBREAVISO NO HOSPITAL MUNICIPAL, DIREÇÃO CLINICA E DIREÇÃO TÉCNICA DO HMA , PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA.

Empresas vencedoras:

CINTIA RIBEIRO DA LUZ GHIOTTO

item Item	Descriminação dos Serviços	Local da Prestação dos Serviços	Período/ quantidade	Quantidade Carga horária
01	Plantões de sobreaviso de 24 horas no H.M.A., para Prestação de serviços médicos de Clínica Geral e Cirúrgica (cesarianas, etc..)	Hospital Municipal	220 plantões (anual)	Plantões de 24 horas
03	Prestação de serviços médicos de Clínica Geral	PSF	12 meses	40 horas semanais
06	DIREÇÃO TÉCNICA Responsabilidade Técnica, respondendo como Diretor Técnico, respondendo junto aos Conselho Federal e Conselhos Regionais de Medicina.	Hospital Municipal	12 meses	Mensal

M. Y. PORTIOLLI & CIA LTDA

item Item	Descriminação dos Serviços	Local da Prestação dos Serviços	Período/ quantidade	Quantidade Carga horária
02	Plantões de sobreaviso de 24 horas no H.M.A., para Prestação de serviços médicos de Clínica Geral e Cirúrgica (cesarianas, etc..)	Hospital Municipal	220 plantões (anual)	Plantões de 24 horas
04	Prestação de serviços médicos de Clínica Geral e Cirúrgica (ce-	Hospital Municipal	12 meses	40 horas semanais

	sarianas, etc.), no Hospital Municipal			
05	DIRETOR CLÍNICO Responsabilidade pela direção clinica do Hospital Municipal respondendo ao Conselho Federal e Conselhos Regionais de Medicina	Hospital Municipal	12 meses	Mensal
07	Serviços de Ultrassonografia	Hospital Municipal	UNIDADE	1000 exames anuais

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 292/2017

SÚMULA: DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

RESOLVE:

Artigo 1º - Retornar a Servidora **MARLI TEIXEIRA DA SILVA,** portadora da cédula de identidade nº 001.556.647 SSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 018.268.741-43, contratada no cargo de **Zeladora**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, que encontrava-se de Licença Maternidade.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua afixação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se, Cumpra-se,

Apiacás-MT; 19 de Dezembro de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1037/2017.

LEI MUNICIPAL N.º 1037/2017.

SÚMULA: "INSTITUI, NO MUNICÍPIO DE APIACÁS, O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA, QUE VISA PROPICIAR O ACOLHIMENTO FAMILIAR DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES AFASTADOS DO CONVÍVIO FAMILIAR POR DECISÃO JUDICIAL".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DO SERVIÇO

Artigo 1° - Fica instituído o "Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora" para atender as disposições do art. 227, caput, e seu § 3º, inciso VI, e § 7º da Constituição Federal, como parte integrante da política de atendimento à criança e ao adolescente do Município de Apiacás, de proteção social especial de alta complexidade, que visa propiciar o Acolhimento Familiar de Crianças e Adolescentes afastados do convívio familiar por determinação judicial, com os seguintes objetivos:

I - reconstrução de vínculos familiares e comunitários; II - garantia do direito à convivência familiar e comunitária; III - oferta de atenção especial às crianças e adolescentes, bem como às suas famílias, através de trabalho psicossocial em conjunto com as demais políticas sociais, visando preferencialmente o retorno da criança e do adolescente de forma protegida à família de origem; IV - rompimento do ciclo da violência e da violação de direitos em famílias socialmente vulneráveis; V - inserção e acompanhamento sistemático na rede de serviços, visando à proteção integral da criança e/ou adolescente e de sua família; VI - contribuir na superação da situação vivida pelas crianças e adolescentes com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar ou colocação em família substituta.

Artigo 2º – As crianças e adolescentes somente serão encaminhados para a inclusão no "Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora" através de determinação da autoridade judiciária competente, considerando a existência de disponibilidade de famílias cadastradas e a manifestação do "Serviço", ficando a este também vinculadas.

CAPÍTULO II

ORGÃOS ENVOLVIDOS

Artigo 3º - A gestão do "Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora" fica vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social e sua execução se dá através dos serviços públicos e da rede de organizações de assistência social, tendo como principais parceiros:

I - Poder Judiciário; II - Ministério Público; III - Conselho Tutelar; IV - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; V - Conselho Municipal de Assistência Social; VI - Secretaria Municipal de Saúde; VII - Secretaria Municipal de Educação; VIII - Fundações; IX - Defensoria Pública.

Artigo 4º - Compete a Equipe de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, executores dos Serviços de Acolhimento em Famílias Acolhedoras:

I - selecionar e capacitar às famílias ou indivíduos que serão habilitados como "família acolhedora"; II - acompanhar e preparar a criança ou adolescente, após aplicação da medida de proteção pelos órgãos competentes, para o encaminhamento à Família Acolhedora; III - acompanhar o desenvolvimento da criança ou do adolescente na Família Acolhedora; IV - acompanhar sistematicamente a Família Acolhedora; V - atender e acompanhar a família de origem, visando à reintegração familiar ou o encaminhamento para família substituta; VI - garantir que a família de origem mantenha vínculos com a criança ou o adolescente, nos casos em que tal atitude não represente risco para este(a), e quando não houver proibição do Poder Judiciário.

CAPÍTULO III

REQUISITOS, INSCRIÇÃO E SELEÇÃO DAS FAMÍLIAS CANDIDATAS AO ACOLHIMENTO FAMILIAR

Artigo 5º - São requisitos para que as famílias participem do "Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora":

I. serem domiciliados no Município de Apiacás, sendo vedada a mudança de domicílio; II. ao menos um de seus membros seja maior de 21 (vinte e um) anos, sem restrição de gênero ou estado civil; III. apresentarem idoneidade moral, boas condições de saúde física e mental e estejam interessadas em ter sob sua responsabilidade crianças e adolescentes, zelando pelo seu bem estar; IV. não apresentarem problemas psiquiátricos ou de dependência de substâncias psicoativas; V. possuírem disponibilidade para participar do processo de habilitação e das atividades do serviço; VI. não integrarem o Cadastro Nacional de Adoção; VII. estarem os membros da família em comum acordo com o acolhimento.

Artigo 6º - A inscrição das famílias interessadas em participar do "Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora" será gratuita e permanente, realizada por meio do preenchimento de Ficha de Cadastro do Serviço, cuja disponibilização será amplamente divulgada na imprensa oficial e no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal, com a apresentação dos documentos abaixo indicados:

I - Carteira de Identidade - RG e Cadastro de Pessoas Físicas - CPF/MF;

II - Certidão de Nascimento ou Casamento;

III - Comprovante de residência; IV - Certidão negativa de antecedentes criminais; V – atestado de avaliação psicológica;

VI – comprovante de renda.

Artigo 7º - A seleção das famílias inscritas ocorrerá de forma permanente, através de estudo psicossocial de responsabilidade de equipe específica, designada para atuar perante o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, e as instituições de acolhimento de crianças e adolescentes existentes no Município.

§ 1º O estudo psicossocial envolverá todos os membros da família e será realizado através de visitas domiciliares, entrevistas, contatos colaterais, atividades grupais e observação das relações familiares e comunitárias.

§ 2º Após a emissão de parecer psicossocial favorável à inclusão da família no Serviço, a mesma assinará um Termo de Adesão.

§ 3º A composição da Equipe de Proteção Social Especial de Alta Complexidade deverá seguir o disposto na NOB SUAS RH, ou outro documento oficial federal que venha a substituí-la.

CAPÍTULO IV

DO ACOMPANHAMENTO, DAS RESPONSABILIDADES E DO DESLIGAMENTO

Artigo 8º - A família acolhedora, sempre que possível, será previamente informada com relação à previsão de tempo do acolhimento da criança ou adolescente para o qual foi chamada a acolher, considerando as disposições do art. 19 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, devendo ser informada que a duração do acolhimento pode variar de acordo com a situação apresentada.

Artigo 9º - As famílias selecionadas receberão acompanhamento e preparação contínua através da equipe técnica do Serviço, sendo orientadas sobre os objetivos deste, sobre a diferenciação com a medida de adoção, sobre a recepção, manutenção e o desligamento das crianças ou adolescentes.

Artigo 10º - O acompanhamento das famílias cadastradas será feito através de:

I - orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

II - obrigatoriedade de participação nos encontros de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem do Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes; III - participação em cursos e eventos de formação; IV - supervisão e visitas periódicas da Equipe Técnica do Serviço.

Artigo 11º - A família acolhedora tem a responsabilidade familiar pelas crianças e adolescentes acolhidos, responsabilizando-se por:

I - todos os direitos e responsabilidades legais reservados ao guardião, obrigando-se à prestação de assistência material, moral e educacional à criança e ao adolescente, conferindo ao seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais, nos termos no artigo 33 do Estatuto da Criança e do Adolescente; II - participar do processo de preparação, formação e acompanhamento; III - prestar informações sobre a situação da criança ou adolescente acolhido aos profissionais que estão acompanhando a situação; IV - contribuir na preparação da criança ou adolescente para o retorno à família de origem, sempre sob orientação técnica dos profissionais do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; V - nos casos de inadaptação, proceder à desistência formal da guarda, responsabilizando-se pelos cuidados da criança ou adolescente acolhido até novo encaminhamento.

Artigo 12º - A família poderá ser desligada do serviço:

I - por determinação judicial, atendendo aos encaminhamentos pertinentes ao retorno à família de origem ou colocação em família substituta; II - em caso de perda de quaisquer dos requisitos previstos no art. 10 ou descumprimento das obrigações e responsabilidades de acompanhamento;

III - por solicitação por escrito da própria família.

Art. 13 Em qualquer caso de desligamento serão realizadas pelo Serviço as seguintes medidas:

I - acompanhamento psicossocial à família acolhedora após o desligamento da criança ou adolescente, atendendo às suas necessidades; II - orientação e supervisão, quando a equipe técnica e os envolvidos avaliarem como pertinente, do processo de visitas entre a família acolhedora e a família de origem ou extensa que recebeu a criança ou o adolescente, visando a manutenção do vínculo.

CAPÍTULO V

DA BOLSA AUXÍLIO

Art. 14 Fica o Executivo Municipal autorizado a conceder às Famílias Acolhedoras, através do membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade, uma bolsa auxílio mensal de até 100% do salário mínimo nacional vigente; para cada criança ou adolescente acolhido, durante o período que perdurar o acolhimento, nos termos do regulamento.

§ 1º Em casos de crianças ou adolescentes com deficiência ou com demandas específicas de saúde, devidamente comprovadas com laudo médico, o valor poderá ser ampliado, em até 1/3 (um terço) do montante, após relatório favorável da equipe técnica de referência;

§ 2º Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança e/ou adolescente, o valor da bolsa auxílio será proporcional ao número de crianças e/ou adolescentes até o máximo de 3 (três) vezes o valor mensal, ainda que o número de crianças e/ou adolescentes acolhidos ultrapasse 3 (três).

§ 3º Nos casos em que o acolhimento familiar for inferior a 1 (um) mês, a família acolhedora receberá bolsa auxílio proporcionalmente ao tempo do acolhimento, não sendo inferior a 25 (vinte e cinco por cento) do valor mensal;

§ 4º As despesas referentes ao pagamento dos valores a título de bolsa auxílio serão custeadas com recursos próprios da Secretaria Municipal de Assistência Social, instituída por Lei Específica.

Art. 15 O valor da bolsa auxílio será repassado através de depósito em conta bancária, em nome do membro designado no Termo de Guarda, até 05 (cinco) dias úteis após a inserção da criança ou adolescente na família.

Art. 16 A família acolhedora que tenha recebido a bolsa auxílio e não tenha cumprido as prescrições desta Lei fica obrigada ao ressarcimento da importância recebida durante o período da irregularidade.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

Art. 17 Fica autorizado o Executivo Municipal a editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do "Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora", através de Decreto Regulamentar, que deverão seguir a legislação nacional, bem como as políticas, planos e orientações dos demais órgãos oficiais.

Art. 18 A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário não gerando, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício ou profissional com o órgão executor do Serviço.

Art. 19 A família acolhedora, em nenhuma hipótese, poderá se ausentar do Município de Apiacás com a criança ou adolescente acolhido sem a prévia autorização por escrito da Equipe Técnica do Serviço.

Art. 20 Fica o Município de Apiacás autorizado a celebrar convênios, termos de cooperação técnica e outros, com entidades de direito público ou privado, a fim de desenvolver atividades complementares relativas ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e/ou subsidiar os custos do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, bem como para a formação continuada da Equipe Técnica do "Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora".

Artigo 21º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de dezembro de 2017.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL N.º 1038/2017.

LEI MUNICIPAL N.º 1038/2017.

SÚMULA: "AUTORIZA O MUNICÍPIO DE APIACÁS – ESTADO DE MATO GROSSO, A DOAR ÁREA PARA CONSTRUÇÃO DE CASA PELO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica autorizado o Município de Apiacás, Estado de Mato Grosso, **DOAR ÁREA PARA CONSTRUÇÃO DE CASA POPULARES,** no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, de acordo com a Lei nº 11.977 de julho de 2009, e suas alterações.

ARTIGO 2º A presente lei tem o objetivo de atender as necessidades da população de baixa renda na área urbana do município, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade, através de unidades habitacionais.

ARTIGO 3º O Município poderá outorgar escritura pública, com cláusula retroativa de reversão do imóvel no prazo máximo de 180 - (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado pelo período não superior a 06 (seis) meses, mediante termo aditivo.

ARTIGO 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de dezembro de 2017

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N.º 176/2017

PORTARIA N.º 176/2017

"Dispõe sobre a Retificação da Portaria n° 170/2017, que trata da concessão do benefício de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição ao Sr. Leonardo Pereira da Silva"

O Prefeito do Município de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no art. 3º, I, II, III e Parágrafo Único da Emenda Constitucional nº 47/2005 c/c Art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 combinado com o art. 89, I, II, III e Parágrafo Único da Lei Municipal nº 669/2015, que rege a Previdência Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar a Portaria n° 170/2017, que versa sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Por Tempo de Contribuição ao Sr. Leonardo Pereira da Silva, com proventos integrais à ultima remuneração de contribuição, de acordo com a planilha de cálculo de proventos, contida no processo administrativo do ARAGUAIANA-PREV, n.º 2017.04.00016P**:**

Onde se lê: (...) no cargo de OPERADOR DE PÁ MECÂNICA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Araguaiana - MT **(...)"**

Leia-se: "(...) no cargo de OPERADOR DE PÁ MECÂNICA, lotado na **Secretaria Municipal de Obras** da Prefeitura de Araguaiana - MT **(...)**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Araguaiana/MT, 01 de Dezembro de 2017.

Getulio Dutra Vieira Neto Prefeito Municipal

DEPERTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº003/2017/GB/SMS/PM

PORTARIA Nº003/2017/GB/SMS/PM

Institui o Grupo Condutor Municipal para implantação da Vigilância em Saúde do Trabalhador, em Araguaiana - Mato Grosso e define sua composição e atribuições.

A SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições legais, e

Considerando a Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que entre outras providências, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

Considerando a elaboração de Norma Técnicas e estabelecimentos de padrões de qualidade para promoção da saúde do trabalhador de acordo com o Art.15 do capitulo VI;

Considerando participação da definição de formulação e na implantação das políticas relativas as condições e aos ambientes de trabalho prevista no Art.16, II, C;

Considerando a participação da definição de normas, critérios e padrões para o controle das condições e dos ambientes de trabalho previsto no Art. 16 V;

Considerando a necessidade de implantar e executar as ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador no âmbito do município de Araguaiana - MT;

R E S O L V E:

Art. 1º Instituir o Grupo Condutor Municipal de Vigilância e Saúde do Trabalho de Araguaiana - Mato Grosso.

Art. 2º O Grupo Condutor Municipal de Vigilância e Saúde do Trabalho será integrado pelos representantes dos departamentos abaixo indicadas:

I – Vigilância em Saúde;

II – Pronto Atendimento Municipal;

III – Estratégia de Saúde da Família Renascer;

IV – Centro de Reabilitação André Antônio Maggi;

Parágrafo Único. Grupo Condutor Municipal de Vigilância e Saúde do Trabalho contará com apoio institucional permanente da Secretaria Municipal da Saúde de Araguaiana.

Art. 3º O Grupo Condutor Municipal de Vigilância e Saúde do Trabalho terá como atribuições:

I – Mobilizar os dirigentes políticos do SUS municipal em cada fase;

II – Apoiar a organização dos processos de trabalho voltados à implantação e Implementação da Vigilância em Saúde do Trabalhador;

III – Identificar a apoiar a solução de possíveis pontos críticos em cada fase;

IV – Monitorar e avaliar o processo de implantação e implementação da Vigilância em Saúde do Trabalhador;

V – Responsabilizar-se operacionalização da Vigilância em Saúde do Trabalhador;

VI – Realizar diagnóstico situacional da Vigilância em Saúde do Trabalhador no município; Art. 4º O Grupo Condutor Municipal de Vigilância e Saúde do Trabalho atuará como Grupo de Apoio Técnico junto a Secretaria Municipal de Saúde, especificamente em relação à saúde do trabalhador.

Art. 5º A Secretaria de Municipal de Saúde editará, quando necessário, normas complementares a esta Portaria, submetendo-as, quando couber, á apreciação da Comissão do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE.

Araguaiana-MT, 19 de dezembro de 2017.

Vera Lucia Dantas

Secretaria Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

GABINETE - DEPTO JURIDICO
DECRETO MUNICIPAL Nº 72/2017

DECRETO MUNICIPAL Nº 72/2017

ESTABELECE PONTO FACULTATIVO NO PERÍODO MATUTINO NOS DIAS 26 DE DEZEMBRO DE 2017 E 02 DE JANEIRO DE 2018 NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga/MT, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Araputanga:

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 14/2017, bem como Decreto Municipal nº 03/2017, os quais divulgam os dias de feriados nacionais, estaduais e municipais, bem como pontos facultativos nas repartições públicas do município de Araputanga/MT no ano de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido Ponto Facultativo no dia 26 (vinte e seis) de dezembro de 2017 e 02 (dois) de janeiro de 2018, no período matutino, para os órgãos da Administração Pública municipal, ressalvados os serviços públicos essenciais cuja prestação não admita interrupções.

Art. 2º - O expediente nos os órgãos da Administração Pública municipal nos dias supramencionados iniciará às 13h00min.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado do Mato Grosso, aos dezoito (18) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017)**.**

Joel Marins de Carvalho

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 293/2017

DISPÕE SOBRE CESSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE: Art. 1.º- Fica disposto a cessão do Servidor Público Municipal **Reginaldo Luiz Schiavinato**, matrícula nº 133, ocupante do cargo efetivo de Técnico Contábil – 40 horas, **para o Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Araputanga/MT – PREVIARA,** com ônus para o cedente.

Art. 2.º - A cessão poderá ser extinta a qualquer tempo por conveniência ou necessidade do Município de Araputanga/MT.

Art. 3.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos dezenove (19) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 285/2017

DESIGNAR SERVIDORES PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 082 E 083 DE 2017, CUJO OBJETO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear os servidores da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização da ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 082 e 083/2017 oriundas do Pregão Nº 027-2017, com as empresas a seguir:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 082/2017 – empresa B & M COMERCIAL DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES LTDA – ME, CNPJ 37.488.012/0001-17.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 083/2017 – empresa AUTO POSTO BOLA SETE LTDA, CNPJ 15.361.488/0001-50.

Art. 2° - Ficam nomeados os servidores abaixo para acompanhar e fiscalizar os objetos requisitados pelas Secretarias Municipais, firmado entre o Município de Araputanga – MT e as empresas ora contratadas, sendo composta pelos servidores do quadro da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Sr. Adriano Teles Eleodoro - Responsável pelos objetos requisitados pela GABINETE DO PREFEITO.

Sr. Rosiron Rodrigues Guimarães – Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

Sr. João Andrade Junior - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA DE ESPORTES.

Sr. Leandro Pinheiro Bolonha - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Srª. Valéria Ramos Neves Henrique - Responsável pelos objetos requisitados da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Sr. Delcimar Ferreira Missio - Responsável pelos objetos requisitados da OBRAS E INFRAESTRUTURA.

Art. 3° - Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quinze (15) dias do mês de dezembro (12) do ano de dois mil e dezessete (2017).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Arenápolis, CNPJ nº **24.977.654/0001-38,** torna público que requereu junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a Licença Previa eLicença de Instalação (LP) E (LI), referente a **Pavimentação Asfáltica, Drenagem de Águas Pluviais e Sinalização Viária**de Diversas Ruasno município de Arenápolis/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
COMISSÃO ESPECIAL DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA

COMISSÃO ESPECIAL DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA.

Sindicância Administrativa n° 001/2017.

Intimação.

A Presidente da Comissão Especial de Sindicância Administrativa, no uso de suas atribuições auferidas pela Portaria Municipal de Arenápolis/MT de número 164/2017, de 16 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial do Município de Arenápolis/MT, em 23 de novembro de 2017, Edição n° 2. 860, pág. 19, e, conforme dispõe os incisos I e II do Art. 211 da Lei Municipal Complementar n° 788 de 12 de março de 2002, e diante do pedido de fls. 43, resolve:

CONCEDER

no prazo DE 24 HORAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA NO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ARENÁPOLIS/MT, ***CARGA DOS AUTOS*** desta Sindicância Administrativa n° 001/2017, contendo 45 (quarenta e cinco) folhas devidamente enumeradas e rubricadas, à Advogada Bruna Aparecida da Silva, OAB/MT n° 17.549, para cópia do mesmo.

Informamos, que todas às publicações ocorrerão no Site Oficial do Município de Arenápolis/MT, www.amm.org.br ficando por conta da Sindicante ou seu bastante Procurador, acompanhar as publicações e intimações acerca do devido andamento deste processo.

Arenápolis/MT, 19 de dezembro de 2017.

Núbia Gonçalves Campos

CPF n° 459.959.231-53

Presidente da Comissão Especial de Sindicância Administrativa

(Portaria n° 164/2017)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

FAPEMA-FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE ARIPUANÃ/MT

PORTARIA N.º 143/2017

"Dispõe sobre a concessão dos benefícios de Auxílio-Doença."

A Secretária Municipal de Administração de Aripuanã, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal nº 637/2006, de 13 de outubro de 2006, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder os benefícios de Auxílio-Doença, aos servidores abaixo relacionados, com os direitos a eles inerentes, conforme Atestado e Laudo Médico Pericial:

Portaria	Processo/Benefício	Nome	Lotação	Período
132/2017	2017.05.00078P Auxílio-Doença	Jakeline Pereira Cosme	Sec. Mun. de Educação e Cultura	23.12.2017 A 27.12.2017
133/2017	2017.05.00079P Auxílio-Doença	Angra Rodrigues da Mata	Sec. Mun. de Educação e Cultura	27.12.2017 A 31.12.2017
134/2017	2017.05.00080P Auxílio-Doença	Regiane Cardoso Dias	Sec. Mun. de Educação e Cultura	29.11.2017 A 18.12.2017
135/2017	2017.05.00061R4 Auxílio-Doença	Maria Rosanete Frank	Sec. Mun. de Saúde	21.11.2017 A 20.02.2018
136/2017	2017.05.00050R1 Auxílio-Doença	Andreia Monteiro Medina	Gabinete do Prefeito	07.12.2017 A 03.03.2018
137/2017	2017.05.00048R1 Auxílio-Doença	Naira Rutzatz	Sec. Mun. de Educação e Cultura	16.12.2017 A 29.12.2017
138/2017	2017.05.00077P Auxílio-Doença	Maria Aparecida da Silva	Sec. Mun. de Educação e Cultura	07.12.2017 A 07.02.2018
139/2017	2017.05.00072P Auxílio-Doença	Rosimar Monteiro de Souza	Sec. Mun. de Educação e Cultura	07.12.2017 A 04.02.2018
140/2017	2017.05.00082P Auxílio-Doença	Valtair da Silva Rocha	Sec. Mun. de Infraestrutura	01.12.2017 A 27.02.2018
141/2017	2017.05.00040P Auxílio-Doença	Elio Freitas da Silva	Sec. Mun. de Educação e Cultura	26.12.2017 A 25.06.2018
142/2017	2017.05.00061R1 Auxílio-Doença	David Clemente Rudy	Câmara Municipal de Aripuanã	28.11.2017 A 26.12.2017

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Aripuanã-MT, aos 19 dias de dezembro de 2017.

MÁRCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Municipal de Administração

Designada

Portaria nº 9.573/2017

LICITAÇÃO
PROCESSO DE ADESAO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 009/2017 ORIUNDA DO PREGAO PRESENCIAL Nº. 012/2017

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que conforme o Decreto nº 3.391 de 19 de Setembro de 2001, o Município de Aripuanã faz a **ADESAO a Ata de Registro de Preços nº. 009/2017** oriunda do Pregão Presencial nº. 012/2017 da Prefeitura Municipal de Alto Garça/MT, para contratação de empresa para prestação de serviços de corte e religação de cavalete em atendimento ao Departamento de Água e Esgoto deste Município, originando o processo **Pregão Presencial/SRP nº 099/2017**. A empresa que se sagrou vencedora do referido certame foi a empresa: **SAN-LEX – GESTAO EM SANEAMENTO EIRELI - ME** inscrita no **CNPJ/MF** sob o nº. **22.580.606/0001-86** com o valor total de **R$ 23.170,00 (vinte e três mil cento e setenta reais).** Informações mais detalhada com a equipe de apoio e Pregoeiro pelo telefone (066) 3565.3900. Aripuanã – MT, 19 de Dezembro de 2017.

Daniel Botoni

Pregoeiro

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 086/2017

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro nomeado pela Portaria 9.245/2017, comunica a retificação da Ata de Registro de Preços nº. 086/2017, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso nº. 2.877 de 19/12/2017.

ONDE SE LÊ:

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	686033	PASSAGEM TERRESTRE DE ARIPUANA X JUINA (VIA JURUENA)	UN	3.000	98,00	294.000,00
2	686036	PASSAGEM TERRESTRE DE CUIABA X JUINA	UN	2.000	187,14	374.000,00
3	686034	PASSAGEM TERRESTRE DE JUINA X ARIPUANA (VIA JURUENA)	UN	3.000	101,00	303.000,00
4	686035	PASSAGEM TERRESTRE DE JUINA X CUIABA	UN	2.000	185,17	370.000,00

LEIA-SE:

SEQ	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	686033	PASSAGEM TERRESTRE DE ARIPUANA X JUINA (VIA JURUENA)	UN	3.000	98,00	294.000,00
2	686036	PASSAGEM TERRESTRE DE CUIABA X JUINA	UN	2.000	187,00	374.000,00
3	686034	PASSAGEM TERRESTRE DE JUINA X ARIPUANA (VIA JURUENA)	UN	3.000	101,00	303.000,00
4	686035	PASSAGEM TERRESTRE DE JUINA X CUIABA	UN	2.000	185,00	370.000,00

Aripuanã–MT, 19 de Dezembro de 2017.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 3.233/2017

SÚMULA:

"DECRETA RECESSO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 69, Inciso V da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica decretado Recesso Municipal no período de **26/12/2017** a **05/01/2018**, nos órgãos administrativos do Poder Executivo municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO – Não se enquadra no presente decreto os órgãos e serviços cujas atividades não possam ser suspensas em virtude de exigências técnicas ou por interesse público (serviços essenciais), e aos plantões necessários às atividades de caráter essencial.

ARTIGO 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 15 de Dezembro de 2017.

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

MARCIA APARECIDA THOMAZI

Secretária Mun. de Administração

LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 095/2017

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial que trata o Edital nº. 095/2017, levado a efeito às **08h00min** do dia **15/12/2017**, sagrou-se vencedora a empresa **TORK SUL COMERCIO DE PECAS E MAQUINAS LTDA** - **CNPJ Nº 05.662.126/0007-30** no valor total de **R$ 234.000,00** (duzentos e trinta e quatro mil reais). Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900. Aripuanã–MT, 19 de dezembro de 2017.

Daniel Botoni

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 09/2017

O município de Barra do Bugres-MT, torna público à dispensa de licitação de nº09/2017 de acordo com o Artigo 24 Inciso IV, de acordo com a Lei Federal 8.666 de 21-06-93 e alterações leis 8.883 de 08.06.94 e 9648 de 27.05.98, para "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS**, nos termos e conforme justificativa presentes no processo, a favor da empresa: ETS ENGENHARIA LTDA ME inscrita no CNPJ n.º21.264.069/0001-00 com valor mensal de R$126.540,00 (Cento e Vinte e Seis Mil e Quinhentos e Quarenta Reais). Prazo de contratação: 90(noventa) dias.

Barra do Bugres-MT, 17 de novembro de 2017.

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Comissão permanente de licitação

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.304/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

LEI MUNICIPAL Nº 2.304/2017

Que altera a Lei Municipal nº 1.172/1999 de 18/03/1999, com alterações provenientes da Lei Municipal n.º 1.274 de 16/05/2001, Lei Municipal 2. 117 de 20/05/2014, e dá outras providencias.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Egrégia Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado os incisos I, III, IV e VIII do Art. 7º da Lei Municipal n.º 1.172/99 de 18 de março de 1999, alterada pela Lei Municipal n.º 1.274 de 16 de maio de 2001 e Lei Municipal 2.117 de 20 de maio de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º - .....

I – 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo, indicado pelo Chefe do Poder Executivo;

III – 01 (um) representante da Aldeia Umutina;

IV – 01 (um) representante da Comunidade Quilombola;

VIII – 01 (um) representante da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT local, Campus Universitário Deputado “Renê Barbour”.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de dezembro de 2017.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 109/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

DECRETO Nº 109/2017

Que dispõe sobre autorização para realização de teste seletivo para fins de contratação de pessoal por tempo determinado em caráter excepcional, para atender deficiência constatada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Considerando a necessidade de contratação temporária para suprir deficiência constatada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, Art. 289 §2º da Lei Complementar nº 001/2005, nos termos da Lei Municipal nº 2.303/2017 de 18/12/2017.

D/E/C/R/E/T/A:

Art.1º - Autoriza a imediata realização de teste seletivo para contratação de pessoal por tempo determinado para suprir deficiência constatada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, prevista na Lei Municipal nº 2.303/2017 de 18/12/2017.

Parágrafo Único - A realização do teste seletivo previsto no caput deste artigo, fica sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de acordo com os cargos a serem preenchidos.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de dezembro de 2017.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria na data supra.

GRACIANO BERNARDINO MEIATO

Secretaria Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 108/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

DECRETO Nº 108/2017

Que dispõe sobre autorização para realização de teste seletivo para fins de contratação temporária de professores em caráter excepcional, para atender deficiência constatada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Considerando a necessidade de contratação temporária de professores, constatada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos termos do inciso IX do Artigo 37 da Constituição Federal, Art. 289 §2º da Lei Complementar nº 001/2005, e nos termos da Lei Municipal nº 2.302/2017 de 18/12/2017.

D/E/C/R/E/T/A:

Art.1º – Autoriza a imediata realização de teste seletivo para a contratação temporária de professores em caráter excepcional em regime de substituição e aulas livres, para atender deficiência constatada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, prevista na Lei Municipal nº 2.302/2017 de 18/12/2017.

Parágrafo Único – A realização do teste seletivo previsto no caput deste artigo, fica sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de acordo com os cargos a serem preenchidos.

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de dezembro de 2017.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria na data supra.

BERNADETE FERNANDES GREGOLIN OLIVEIRA

Secretaria Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.303/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

LEI MUNICIPAL Nº 2.303/2017

Que dispõe sobre a Contratação Temporária de pessoal em caráter excepcional para provimento dos cargos na administração direta, e dá outras providencias.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Egrégia Câmara Municipal aprovou e sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar contratação de profissionais, em caráter temporário, para suprir deficiência constatada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos termos da Lei

Art. 2° - A seleção dar – se á mediante processo seletivo simplificado, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sujeito à ampla divulgação, inclusive do Jornal Oficial dos Municípios, veículo de comunicação vinculado a AMM – Associação Matogrossense dos Municípios, como órgão de comunicação oficial deste Município, conforme dispõe a Lei Municipal n° 1.644/2006.

Art. 3° - A quantidade de vaga de profissionais a serem contratados serão os seguintes:

CARGO

ESPECIALIDADE

CARGA HORÁRIA

VAGAS

VENCIMENTO

Técnico em Informática

Educação Básica (Infantil e Fundamental)

40

06

R$ 1.797,01

Técnico de Desenvolvimento Infantil

Educação Básica (Infantil e Fundamental)

Até 40h

45

R$ 1.797,01

Técnico em Administração Escolar

Educação Básica (Infantil e Fundamental)

40

06

R$ 1.797,01

Nutrição Escolar (Merendeira)

Educação Básica (Infantil e Fundamental)

40

22

R$ 998,35

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

Agente de Serviço

Público

Educação Básica (Infantil

e Fundamental)

40 25 R$ 971,72

Técnico em

Multimeios

Didáticos (Inspetor

de Aluno)

Educação Básica (Infantil

e Fundamental) 40 04 R$ 1.797,01

Agente Operacional

(Motorista)

Educação Básica (Infantil

e Fundamental)

40 04 R$ 1.464,23

Agente de

Vigilância

Educação Básica (Infantil

e Fundamental)

40 12 R$ 998,35

Parágrafo Único – A contratação será regida pelo regime jurídico

disciplinado na Lei Municipal n°001/2005, vinculado ao Regime Geral da Previdência

Social (INSS).

Art. 4° - O vencimento previsto para os contratos de que trata esta

lei, obedecerá aos valores contidos na lei especifica que trata à carreira, respeitando a

aplicação dos tetos máximos previstos no inciso XI, do art. 37, da Constituição Federal.

Art. 5° - O prazo de contratações prevista nesta lei será para o ano

letivo de 2018, em atendimento ao Calendário Escolar.

Art. 6° - O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á,

nos termos e condições do art. 289, § 6° da Lei complementar 001/2005.

Art. 7° - As despesas decorrentes de aplicação desta lei correrão

por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 8° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de dezembro de 2017.

RAINUNDO NONATO DE ABRU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.302/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

LEI MUNICIPAL Nº 2.302/2017

Que dispõe sobre a Contratação Temporária de professores em caráter excepcional em regime de substituição e aulas livres para provimento dos cargos na administração direta, e dá outras providencias.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Egrégia Câmara Municipal aprovou e sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar contratação de professores, em caráter temporário, para atender os casos de aulas livres previstas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos termos da Lei Complementar 001/2005, art. 288.

Art. 2° - A seleção dar-se á mediante processo seletivo, sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sujeito à ampla divulgação, inclusive do Jornal Oficial dos Municípios, veículo de comunicação vinculado a AMM – Associação Mato-grossense dos Municípios, como órgão de comunicação oficial deste Município, conforme dispõe a Lei Municipal n° 1.644/2006.

Art. 3° - A quantidade de vaga de profissionais a serem contratados serão os seguintes:

CARGO

ESPECIALIDADE

VAGAS

CARGA HORÁRIA

VENCIMENTO

Professor

Educação Básica (Infantil e Fundamental)

130

Até 40 horas

R$ 3.475,56

Parágrafo Único – A contratação será regida pelo regime jurídico estatutário disciplinado na Lei Municipal n° 001/2005, vinculado ao Regime geral da Previdência Social (INSS).

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78.390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

Art. 4° - O vencimento previsto para os contratos de que trata esta

lei, obedecerá aos valores contidos na lei especifica que trata à carreira e nos

respectivos demonstrativos de atribuição de cada atividade, respeitando a aplicação

dos tetos máximos previstos no inciso XI, do art. 37, da Constituição Federal, conforme

aos enquadramentos a seguir:

I. A carga horária para o cargo de PROFESSOR será definida

conforme atribuição das aulas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e

Cultura, obedecendo a tabela de vencimento vigente.

Art. 5° - O prazo de contratações previsto nesta lei será para o ano

letivo de 2018, em atendimento ao Calendário Escolar.

Art. 6° - O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á,

nos termos e condições do art. 289, § 6° da Lei complementar 001/2005.

Art. 7° - As despesas decorrentes de aplicação desta lei correrão

por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 8° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 18 de dezembro de 2017.

RAINUNDO NONATO DE ABRU SOBRINHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

PORTARIA Nº 13.222 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2.017.

"Dispõe sobre interrupção da licença concedida ao servidor que menciona. "

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e, Considerando o disposto no § 1º do Art. 99, da Lei Complementar nº 03, de 04 de dezembro de 1991,

R e s o l v e:

Art. 1º – Interromper, a pedido, **a partir de 08 de dezembro de 2017**, a licença sem remuneração concedida através da Portaria nº 12.688, de 04 de maio de 2017, ao servidor **JARLON ANGELO DE SOUZA ALMEIDA**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Apoio Administrativo Educacional - AAE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08 de dezembro de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de dezembro de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

DECRETO 3943 / 2017

Data 01 de Novembro de 2017.

SÚMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL

SUPLEMENTAR NO VALOR QUE MENCIONA E DA

OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Senhor Roberto Angelo de Farias, Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o contido da Lei Municipal 3811/2016, e em consônancia com o lei Federal 4320/64.

DECRETA

Art. 1 Fica aberto no corrente exercÍcio Credito Suplementar no valor de R$ 180.560,00 para as seguintes dotações orçamentárias.

01.001-LEGISLATIVA

01.001.01.031.0001.2001.319011000000 Venc. Vantagens Fixas 100.000,00

01.001.01.031.0001.2001.339093000000 Indenizações Restituições 70.560,00

01.001.01.031.0001.2001.319013000000 Obrigações Patronais 4.000,00

01.001.01.031.0001.2001.339014000000 Diárias 4.000,00

01.001.01.031.0001.2001.339036000000 Serv. Terc. – Pess Física 2.000,00

SUB-TOTAL: R$180.560,00

TOTAL GERAL:**180.560,00**

Art. 2 Para dar cobertura a Suplementação será utilizado Recursos de igual valor das seguintes dotações orçamentárias.

01.001-LEGISLATIVA

01.001.01.031.0001.2001.339030000000 Material de Consumo 60.000,00

01.001.01.031.0001.2001.339039000000 Serv. Terc. – Pess Jurídica 120. 560,00

SUB-TOTAL: R$180.560,00

TOTAL GERAL:**180.560,00**

Roberto Angelo de Farias

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.916 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Projeto de Lei nº 058/2017, de autoria da Mesa da Câmara Municipal.

"Altera o Anexo I, da Lei Municipal nº 3.272/2012, que consolida a legislação da estrutura administrativa e do plano de cargos e salários da Câmara Municipal de Barra do Garças."

O PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos constantes no Anexo I, da referida Lei, alterados pela Lei 3.878, de 02 de agosto de 2017, passa a vigorar da seguinte forma:

Denominação dos Cargos	Número de Vagas	Classes/Níveis I II III	Jornada de Trabalho
Assessor de Imprensa	01	32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43	30 horas

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 18 de dezembro de 2017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.223 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2.017.

"Dispõe sobre revogação da Portaria nº 11.986/2016, que designou o servidor para exercer a função que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Revogar, em todos os seus termos e efeitos, a partir desta data, a Portaria nº 11.986, de 26 de julho de 2017, que designou, sem ônus, para exercer a função de Gestor de Manutenção do Aeródromo, junto à Secretaria Municipal de Turismo, o servidor comissionado JAIRO MARQUES FERREIRA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de dezembro de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.216 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2.017.

"Dispõe sobre concessão de Licença sem remuneração à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e; Considerando o disposto no Art. 99, da Lei Complementar nº 03, de 04 de dezembro de 1991 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, a partir de 01 de dezembro de 2017, licença sem remuneração, pelo período de até 31 de dezembro de 2018, para tratar de interesses particulares, nos termos da legislação em vigor, à servidora **NAJARA CRISTINA ALMEIDA LARA SOUZA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, no cargo de Apoio Administrativo Educacional, atualmente cedida para a Secretaria Municipal de Administração.

Parágrafo Único – A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse de serviços inadiáveis.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de dezembro de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 13 de dezembro de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.218 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2.017.

"*Dispõe sobre concessão de 02 (dois) meses de benefício do SALÁRIO-MATERNIDADE à servidora que menciona."*

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e; Considerando a alteração ocorrida no Art. 88, da Lei Complementar nº 03/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, por meio da Lei Complementar nº 190, de 20 de junho de 2016, passando de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta) dias consecutivos à licença gestante, sem prejuízo da remuneração.

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder o benefício de mais 02 (dois) meses o SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. **JUCILENE MARIA RODRIGUES**, comissionada no cargo de Coordenadora, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, com vencimentos integrais, a partir de 14/10/2017 e término em 14/12/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 14 de outubro de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de dezembro de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.225 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2.017.

"Dispõe sobre elevação de Nível e Classe à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e; Considerando a necessidade em dar cumprimento à Decisão emanada do Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso, através do Acórdão exarado pelo Exmo. Relator Desembargador Márcio Vidal, da Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo, acostado aos autos da remessa necessária nº 80352/2016 – Classe CNJ – 1728, julgada na data de 30/10/2017, protocolo sob nº 80352/2016, Processo nº 1715-97.2014.811.0004, código nº 179749;

Considerando, ainda, o que dispõe a Lei Complementar nº 096/2006;

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a partir desta data, elevação de Nível e Classe à servidora abaixo, em virtude de determinação do Exmo. Sr. Relator Desembargador, conforme segue:

SERVIDOR(A)	NÍVEL	CLASSE	CARGO	LOTAÇÃO
CLÉZIA CAMPOS DOS SANTOS	5	D	Cadastradora	Finanças

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de dezembro de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.217 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2.017.

"Dispõe sobre exoneração do cargo comissionado que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Exonerar, a partir de 01 de dezembro de 2017, do cargo comissionado de Coordenador de Imprensa, junto à Secretaria Municipal de Comunicação Social (DAS-2), o Sr. **JOAQUIM AMERICO DE OLIVEIRA DARUI.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de dezembro de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 13 de dezembro de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.221 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2.017.

"Dispõe sobre transferência dos cargos comissionados das Secretarias que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e; Considerando o disposto na Lei Complementar nº 228, de 11 de dezembro de 2017,

R e s o l v e:

Art. 1º – Transferir, a partir de 11/12/2017, os cargos comissionados de Coordenador Geral de Frota, ocupado pelo Sr. Indalécio Aguiar de Oliveira e Coordenador de Divisão de Controle de Abastecimento, ocupado pelo Sr. Aldenor Bezerra Maia, da Secretaria Municipal de Transporte e Serviços Públicos para a Secretaria Municipal de Administração, permanecendo a mesma remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de dezembro de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 13.224 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2.017.

"Dispõe sobre designação de servidor para a função que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Designar, sem ônus, a partir desta data, para exercer a função de Gestor de Manutenção do Aeródromo, junto à Secretaria Municipal de Turismo, o servidor comissionado MARCO AURÉLIO MENDONÇA COELHO, Matrícula funcional nº 12.387.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 15 de dezembro de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2017- PREGÃO ELETRÔNICO N°PREGÃO ELET.30/2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2017- PREGÃO ELETRÔNICO N°PREGÃO ELET.30/2017

TIPO Menor Preco Unitario

PARA ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES PREVISTAS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO, E AS CONSTANTES DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, SUJEITANDO-SE AS PARTES ÀS NORMAS CONSTANTES DA LEI Nº. 10.520/2002; E SUBSIDIARIAMENTE PELA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES O SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL TORNA PÚBLICOS OS PREÇOS REGISTRADOS NA ATA ABAIXO DISCRIMINADA, BEM COMO AS RESPECTIVAS EMPRESAS DETENTORAS, CONFORME SEGUE:

ÓRGÃO GERENCIADOR: SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL DE CÁCERES-MT.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS.

CORRERÃO À CONTA DE RECURSOS PRÓPRIOS E VINCULADOS DO ORÇAMENTO VIGENTE, ALOCADO SOB A CLASSI FICAÇÃO FUNCIONAL:

ÓRGÃO/UNIDADE	FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA	NATUREZA DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
04/18/01 - SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL AGUAS DO PANTANAL	17.122.1101.2211.0000 - MAN. E ENC. C/ AS ATIVIDADES - AGUAS DO PANTANAL	3.3.90.30.00 - MATERIAL PARA PRODUÇÃO INDUSTRIAL	100

RESOLVE REGISTRAR O PREÇO DA EMPRESA:

HG COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA - ME INSCRITA NO CNPJ/MF Nº 04.722.894/0001-84 COM SEDE A RUA AL DOS MINEIROS Nº 235 SAO JOSE DA LAPA CEP: 33350-000, REPRESENTADA NESTE ATO PELO SEU REPRESENTANTE LEGAL GERALDO DE NORONHA FERREIRA CARTEIRA DE IDENTIDADE N.º5605149, CPF/MF N.º789.121.306-25, PARA OS ITENS ABAIXO RELACIONADOS:

Empresa: **HG COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA - MECNPJ:**04.722.894/0001-84

Representante: GERALDO DE NORONHA FERREIRA

CPF: 789.121.306-25

RG: 5605149

Item	75 Código	HG COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA - ME Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
7	002.001.461	CAP PVC PBA DE 60MM CAP PVC PBA DE 60MM Marca: Amanco.	UN	40	5,69	227,60
10	002.001.464	COLAR TOMADA DEFOFO 250MM X 3/4 COLAR TOMADA DEFOFO 250MM X 3/4 Marca: Fanuel.	UN	40	45,00	1.800,00
14	002.001.468	COLAR TOMADA DEFOFO 125MM X 3/4 COLAR TOMADA DEFOFO 125MM X 3/4 Marca: Fanuel.	UN	40	28,00	1.120,00
17	002.001.471	COLAR TOMADA DEFOFO 85MM X 3/4 COLAR TOMADA DEFOFO 85MM X 3/4 Marca: Fanuel.	UN	20	17,99	359,80
24	002.001.524	COTOVELO SOLDAVEL L/L 25MM X 1/2 COTOVELO SOLDAVEL L/L 25MM X 1/2 Marca: Krona.	UN	100	0,98	98,00
25	002.001.018	COTOVELO SOLDAVEL LL 25MM X 25MM COTOVELO SOLDAVEL LL 25MM X 25MM Marca: Krona.	UN	300	0,22	66,00
67	002.001.536	LUVA DE UNIÃO ROSCÁVEL PVC 3/4 LUVA DE UNIÃO ROSCÁVEL PVC 3/4 Marca: Tigre.	UN	200	2,80	560,00
68	002.001.538	LUVA PVC ROSCAVEL 1/2" LUVA PVC ROSCAVEL 1/2" (POLEGADAS) Marca: Krona.	UN	40	0,45	18,00
71	002.001.539	LUVA PVC SOLDAVEL 60 MM LUVA PVC SOLDAVEL 60 MM Marca: Tigre.	UN	10	4,80	48,00
74	002.001.542	LUVA GALVANIZADA 2" LUVA GALVANIZADA 2" (POLEGADAS) Marca: Mech.	UN	10	15,30	153,00
80	002.001.547	LUVA PVC ROSCAVEL 1" LUVA PVC ROSCAVEL 1" (POLEGADA) Marca: Krona.	UN	15	1,60	24,00
81	002.001.548	NIPLE PVC ROSCAVEL 2" NIPLE PVC ROSCAVEL 2" (POLEGADAS) Marca: Tigre.	UN	10	4,50	45,00
82	002.001.549	NIPLE PVC ROSCAVEL 1" NIPLE PVC ROSCAVEL 1" (POLEGADA) Marca: Krona.	UN	15	1,10	16,50
84	002.001.550	NIPLE PVC ROSCAVEL 1" X 1/2" NIPLE PVC ROSCAVEL 1" X 1/2" (POLEGADAS) Marca: Tigre.	UN	10	2,70	27,00
85	002.001.551	NIPLE PVC ROSCAVEL 2" X 1/2" NIPLE PVC ROSCAVEL 2" X 1/2" (POLEGADAS) Marca: Mech.	UN	8	22,85	182,80
97	002.001.498	REGISTRO DE FOFO DN 150 MM C/ GRAXETA REGISTRO DE FOFO DN 150 MM C/ GRAXETA Marca: INAPI.	UN	2	1.200,00	2.400,00
98	002.001.499	REGISTRO DE FOFO DN 200 MM C/ GRAXETA REGISTRO DE FOFO DN 200 MM C/ GRAXETA Marca: INAPI.	UN	2	1.563,00	3.126,00
99	002.001.558	REGISTRO PBA 85 MM COM GRAXETA REGISTRO PBA 85 MM COM GRAXETA Marca: INAPI.	UN	2	548,00	1.096,00
110	002.001.506	TE SOLDAVEL 32MM TE SOLDAVEL 32MM Marca: Krona.	UN	15	1,77	26,55
128	002.001.521	LUVA GALVANIZADA COM ROSCA 2" LUVA GALVANIZADA COM ROSCA 2" Marca: Mech.	UN	40	19,99	799,60
129	002.001.561	JUNTA GIBAULT DE FERRO FUNDIDO 200 MM JUNTA GIBAULT DE FERRO FUNDIDO 200 MM Marca: Fanuel.	UN	4	324,00	1.296,00
		Total do Proponente				13.489,85

PERFAZENDO O VALOR DE R$ 13.489,85 (treze mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e oitenta e cinco centavos).

PAULO DONIZETE DA COSTA

Diretor Executivo do Serv. De San. Ambiental Águas do Pantanal

RG:8631471 SSP/SP

CPF: 018.975.928-33

Cáceres-MT, 08 de dezembro de 2017.

PORTARIA Nº 616 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 46702, de 13 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores **Bruno Renostro Barbosa** e **Luiz Plácido Pinto Junior** como responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da obra e a senhora **Suely Maria de Oliveira** como responsável pela fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo:

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
182/2017	HS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA EPP.	Contratação de empresa especializada em engenharia visando a construção da creche tipo 1 na Avenida Barcelona, bairro Jardim das Oliveiras, com área de 1.510,23 metros quadrados.	24/11/2017	12 meses

§ 1º Os servidores acima designados deverão acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Educação e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência do senhor responsável pelas fiscalizações, deverão ser repassados ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação

Prefeitura Municipal de Cáceres, 15 de dezembro de 2017.

JANETE APARECIDA MENDES DE OLIVEIRA AMORIM

Secretária Municipal de Educação em substituição

Afixado em: 15.12.17.

DECRETO Nº. 651 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo nº. 47047 de 15 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Delegar poderes ao senhor **ATILA SILVA GATTAS**- Assessor Especial, para assinar documentos, cheques, promover e realizar despesas, entres outros assuntos pertinentes a pasta na ausência do Procurador Geral do Município, com efeitos retroativos referente ao período de 24 de novembro a 01 de dezembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de dezembro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 18.12.17

DECRETO Nº 647 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 74, Inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 46845 de 14 de dezembro de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear o senhor **JUNIOR TRINDADE**, para exercer cumulativamente, sem ônus o cargo em Comissão de Secretário Municipal de Planejamento do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, em substituição a titular **Nelci Eliete Longhi** que estará em gozo de férias, pelo período de 02 a 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de dezembro de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 18.12.2017

PORTARIA Nº 620 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258 de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO os artigos 19, 20 e 21 da Lei Complementar nº 47, de 29 de setembro de 2003 e os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 47116, de 15 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Elevados o Nível e Classe dos servidores de carreira do Município de Cáceres, relacionados no anexo único da presente Portaria, em razão de nova habilitação específica alcançada e por tempo de serviços prestados, obedecendo aos critérios de promoção para cada Nível e Classe, no mês de **dezembro/2017**.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta do Elemento de Despesa das respectivas Secretarias.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 18 de dezembro de 2017.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 18.12.17.

DEZEMBRO/2017

SERVIDORES COM DIREITO A ELEVAÇÃO DE NIVEL E CLASSE EM CONFORMIDADE COM A LEI COMPLEMENTAR Nº.47 DE 29/09//2003, ART.19 e SEGUINTES e LEI COMPLEMENTAR Nº.48 de 05/09/2003, ART.18 E SEGUINTES - "PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS - PCCS" VIGENTE.

NOME	CARGO	PROGRESSÃO FUNCIONAL	ADMISSÃO	DE CLASSE NÍVEL	P/CLASSE NÍVEL
ROGERIO DIAS DA CUNHA RAMSDORF	Farmacêutico N/S (40hs)	Progressão de Nível	02/12/2014	A – I	B – II
MARIA LUIZA CORTEZ GADOTTI	Auxiliar de Enfermagem	Progressão de Nível	01/08/1987	J – II	J – III
ALICE DE OLIVEIRA VIEIRA	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	23/12/2002	E – II	F – II
MARIA ELZA LEITE FERREIRA	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	23/12/2002	E – II	F – II
JEFFERSON ADRIANO DOS SANTOS ROMERO	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	19/12/2011	B – III	C – III
JOSE DIVINO RIBEIRO BATISTA	Auxiliar de Serviços Gerais(P/G.I)	Progressão de Classe	20/12/2011	B - II	C – II
JOAQUIM DA COSTA SILVA	Guarda(P/G.I)	Progressão de Classe	06/12/2002	E – II	F – II
APARECIDO DONIZETE DOS SANTOS	Guarda(P/G.I)	Progressão de Classe	06/12/2002	E – II	F – II
MANOEL DO CARMO DE CARVALHO	Guarda(P/G.I)	Progressão de Classe	06/12/2002	E – II	F – II
EDER DUARTE ALVES	Guarda(P/G.I)	Progressão de Classe	06/12/2002	E – III	F – III
GILSON RIBEIRO	Guarda(P/G.I)	Progressão de Classe	06/12/2002	E – IV	F – IV
CICERO DE ARRUDA E SILVA	Guarda(P/G.I)	Progressão de Nível	06/12/2002	E - III	F – IV
JUCINEY DO CARMO RODRIGUES	Guarda(P/G.I)	Progressão de Classe	23/12/2002	E – I	F – I
PAULO DA CHAGA OLIVEIRA	Guarda(P/G.I)	Progressão de Classe	23/12/2002	E – I	F – I
OSVALDO DA SILVA GUILHERME	Guarda(P/G.I)	Progressão de Classe	23/12/2002	E – III	F - III
ELIEL DOMINGUES DA ROCHA	Guarda(P/G.I)	Progressão de Classe	23/12/2002	E – II	F – II
ALOISIO SOUZA LIMA	Guarda(P/G.I)	Progressão de Nível	05/05/2009	C – III	C – IV
RENATA GOMES DE OLIVEIRA LIMA	Médico Odontopediatra (20hs)	Progressão de Classe	02/12/2011	B - II	C – II
ELIANE DA CHAGA OLIVEIRA CAMPOS	Técnico em Enfermagem(S.G/T)	Progressão de Nível	15/01/2014	A – I	B – II
JULIO CESAR DA CRUZ LARA	Técnico em Enfermagem(S.G/T)	Progressão de Nível	12/11/2009	C – II	C – III

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
RESULTADO DO PROCESSO DE ELEIÇÃO DE DIRETORES DAS ESCOLAS E NÚCLEOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO REALIZADO EM 15/12/2017 – BIÊNIO 2018-2019

Nº	Escola/Núcleo	Diretor (a) Eleito (a)	Resultado
1	Centro Municipal de Educação Infantil	Laurenir Ramos Cebalho Ribeiro	**ELEITA**
2	EM Brincando e Aprendendo	Edleusa Sueli de Souza Benevides	**ELEITA**
3	EM Buscando o Saber	Maria Francisca de Oliveira	**ELEITA**
4	EM Dom Máximo Biennés	Wanclea Matos Sobrinho Brandalize	**ELEITA**
5	EM Duque de Caxias	Liliane de Oliveira do Espirito Santo	**ELEITA**
6	EM Fazendo Arte	Ana Paula dos Reis de Souza	**ELEITA**
7	EM Isabel Campos	Elaine Gisele Vidal	**ELEITA**
8	EM Jardim Paraíso	Evanir da Guia Batista Redez	**ELEITA**
9	EM Pequeno Sábio	Marjorie Gomes Tirelli	**ELEITA**
10	EM Prof. Eduardo Benevides Lindote	Marilza Ribeiro de Aguiar	**ELEITA**
11	EM Profª Erenice Simão Alvarenga	Arci Rezende Pereira da Rosa	**ELEITO**
12	EM Raquel Ramão da Silva	Marina Gonçalves Fraga	**ELEITA**
13	EM Tancredo Neves	Luciana Nunes	**ELEITA**
14	EM Vila Irene	Isabel Cristina do Nascimento	**ELEITA**
15	EM Vitória Régia	Valdilene Silva Ortega	**ELEITA**
16	EMEI Frei Grignion	Dulcilene da Silva	**ELEITA**
17	EMEI Madre Maria Estevão	Liamara Rodrigues da Silva	**ELEITA**
18	EM Santo Antônio do Caramujo	Sandra Cândida Bindandi	**ELEITA**
19	Núcleo Gotinhas do Saber	Rosilene Mirian Costa Leonel	**ELEITA**
20	Núcleo Novo Oriente	Jani Cláudia Pereira	**ELEITA**
21	Núcleo Sapiquá	Marina Helena Gomes	**ELEITA**
22	Núcleo União	Jorge Leandro Pereira	**NÃO ELEITO**

		Sirley Ribeiro Fâncio Martinez	**ELEITA**

Cáceres-MT, 15 de dezembro de 2017.

Luís Aurélio Alves

Presidente da Comissão Eleitoral/SME

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2017.

O Município de Campinápolis – MT, por meio de seus Pregoeiro, torna público que o Pregão Presencial nº 045/2017, para Registro de Preços para a FUTURA E EVENTUAL contratação de empresa do ramo de comercialização de material de limpeza e outros, que se deu nos dias 30/11/17 a 04/12/2017 , sagrou vencedoras as proponentes: J AFONSO SOARES-ME, CNPJ nº 04.270.536/0001-88 , com valor global de R$ 130.996,04 (cento e trinta mil novecentos e noventa e seis reais e quatro centavos); E S FERREIRA MERCADO – ME, CNPJ nº 00.448.903/0001 -30, ao valor global de R$ 183.374,23 (cento e oitenta e três mil trezentos e setenta e quatro reais e vinte e três centavos); R C FARIA – ME, CNPJ nº 10.725.523/0001-59, ao valor global de R$ 228.786,92 (duzentos e vinte e oito mil setecentos e oitenta e seis reais e noventa e dois centavos); M. A. CAMPOS-ME, CNPJ nº 08.652.022/0001-48, ao valor global de R$ 211.150,64 (duzentos e onze mil cento e cinquenta reais e sessenta e quatro centavos); A. SILVERIO GOMES-ME, CNPJ nº 20.498.464/0001-87, ao valor global de R$ 293.047,93 (duzentos e noventa e três mil quarenta e sete reais e noventa e três centavos); J.C. BAPTISTA FERREIRA GARCIA – ME, CNPJ nº 11.073.488/0001-01, ao valor global de R$ 318.416,29 (trezentos e dezoito mil quatrocentos e dezesseis reais e vinte e nove centavos). Campinápolis, 19/12/2017. Gilberto Francisco Ribeiro de Paula - Pregoeiro.

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 064/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT.

Contratada: L.R. DA SILA BERNARDI – ME, CNPJ nº 12.015.532/0001-81.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por finalidade alterar a CLÁUSULA OITAVA, da validade do contrato original firmado em 26 de junho de 2014 para mais 12 (doze) meses.

Vigência: 27 de dezembro de 2017 a 27 de dezembro de 2018.

Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas não mencionadas neste Termo Aditivo.

Assinam: Jeovan Faria – por parte da CONTRATANTE e Luiz Rodrigo da Silva Bernardi – por parte da CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198_2017 - JC BATISTA- MATERIAL DE LIMPEZA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 198/2017

PREGÃO: N° 132/2017– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: JC BATISTA

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, COPA E COZINHA PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS

VALOR TOTAL: R$ 32.299,50

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
ATA Nº 031/2017-ORD

Ata da trigésima sessão ordinária da Câmara Municipal de Campo Novo do Parecis, 1º exercício, 2º período, da 8ª Legislatura Municipal. Aos onze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, realizou a Câmara Municipal a sua trigésima primeira sessão ordinária, em sua sala de sessões, última sessão ordinária do calendário de sessões da Câmara Municipal deste ano. Às dezesseis horas e dezenove minutos assumiu a presidência dos trabalhos o Vereador Wagner Tavares da Cunha – titular do cargo, terminando por formar a Mesa Diretora com o Vereador Márcio Clei Ferreira do Nascimento (nome parlamentar: Márcio do Nascimento) - Vice-Presidente, Vereadora Antonia Aparecida Pereira de Souza (nome parlamentar: Renata Franco) - 1ª Secretária e Vereadora Rosiclea Heinzen Colombo (nome parlamentar: Rosinha Colombo) - 2ª Secretária. Procedida a verificação de presenças pela 1ª Secretária constatou-se mais as seguintes: Vereadores Cicero dos Santos Silva (nome parlamentar: Cicero dos Santos), Dionardo Mendes da Conceição, Gilberto Vieira de Melo, Milton Soares e Vanderlei Marcos Pulga Baioto (nome parlamentar: Vanderlei Baioto). O Presidente informou, inicialmente, que na Ordem do Dia da presente sessão, além de outras matérias, será realizada a eleição para renovação da Mesa Diretora da Câmara Municipal, anuênio 2018. Em seguida agradeceu a presença de todos e passou-se ao Momento Bíblico, sob a orientação da Vereadora Rosinha Colombo. Dando início aos trabalhos, foi colocada em discussão e votação a ata da sessão ordinária anterior, realizada em 04.12.2017, a qual foi aprovada sem retificação por sete votos favoráveis, com a ausência em Plenário do Vereador Milton Soares. Não havendo Vereadores inscritos para falar no Pequeno Expediente e nem matérias a tratar, o Presidente deu início ao Grande Expediente, constando da pauta as seguintes matérias: PROJETO DE LEI Nº048/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R$84.809,00 e dá outras providências, acompanhado de requerimento do autor para tramitação da matéria em regime de urgência especial, que foi acolhido pelo Plenário por sete votos favoráveis, com a ausência em Plenário do Vereador Vanderlei Baioto, sendo encaminhado à apreciação das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamento para pronta emissão de parecer. PROJETO DE LEI Nº049/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R$335.000,00 e dá outras providências, acompanhado de requerimento do autor para tramitação da matéria em regime de urgência especial, que foi acolhido pelo Plenário por oito votos favoráveis, sendo encaminhado à apreciação das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamento para pronta emissão de parecer. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº011/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que altera dispositivos da Lei Complementar nº4/2003, de 30 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano do município de Campo Novo do Parecis, acompanhado de requerimento do autor para tramitação da matéria em regime de urgência especial, que foi acolhido pelo Plenário por oito votos favoráveis, sendo encaminhado à apreciação das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final Obras e Serviços Públicos para pronta emissão de parecer, registrando-se que foi lida apenas a mensagem de encaminhamento, sendo dispensada a leitura do teor do projeto de lei, com anuência unânime do Plenário. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº012/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 020/2008, que institui o Código Tributário do Município de Campo Novo do Parecis/MT, e dá outras providências, acompanhado de requerimento do autor para tramitação da matéria em regime de urgência especial, que foi acolhido pelo Plenário por oito votos favoráveis, sendo encaminhado à

apreciação das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamento para pronta emissão de parecer, registrando-se que foi lida apenas a mensagem de encaminhamento, sendo dispensada a leitura do teor do projeto de lei, com anuência unânime do Plenário. PROJETO DE LEI Nº050/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo Municipal a doar bens móveis ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT - Campus Campo Novo do Parecis, acompanhado de requerimento do autor para tramitação da matéria em regime de urgência especial, que foi acolhido pelo Plenário por oito votos favoráveis, sendo encaminhado à apreciação das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamento para pronta emissão de parecer, registrando-se que foi lida apenas a mensagem de encaminhamento, sendo dispensada a leitura do teor do projeto de lei, com anuência unânime do Plenário. PROJETO DE LEI Nº051/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que cria o Programa de Regularização e Desenvolvimento do Pólo Industrial José Diogo Dutra e dá outras providências, que foi encaminhado à apreciação das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final, Desenvolvimento Econômico e Finanças e Orçamento, as quais dispõem de dez dias cada uma para emissão de parecer, registrando-se que foi lida apenas a mensagem de encaminhamento, sendo dispensada a leitura do teor do projeto de lei, com anuência unânime do Plenário. PROJETO DE LEI Nº052/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R$100.000,00 e dá outras providência, acompanhado de requerimento do autor para tramitação da matéria em regime de urgência especial, que foi acolhido pelo Plenário por sete votos favoráveis, com a ausência em Plenário do Vereador Vanderlei Baioto, sendo encaminhado à apreciação das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamento para pronta emissão de parecer. PROJETO DE LEI Nº053/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre a criação do Cemitério Público Municipal "Memorial da Paz", e dá outras providências, acompanhado de requerimento do autor para tramitação da matéria em regime de urgência especial, que foi acolhido pelo Plenário por cinco votos favoráveis, dos Vereadores Vanderlei Baioto, Rosinha Colombo, Renata Franco, Márcio do Nascimento e Gilberto Vieira de Melo, e três contrários, dos Vereadores Milton Soares, Dionardo Mendes da Conceição e Cicero dos Santos, sendo encaminhado à apreciação das Comissões de Legislação, Justiça e Redação e Obras e Serviços Públicos para pronta emissão de parecer. Esgotada a pauta do Grande Expediente, o Presidente concedeu a palavra aos Vereadores inscritos para fazer uso da Tribuna. Manifestaram-se, nesta ordem, os Vereadores Dionardo Mendes da Conceição, Márcio do Nascimento, Milton Soares, Vanderlei Baioto, Renata Franco e Cicero dos Santos. Na sequência o Presidente concedeu o intervalo regimental de quinze minutos. Decorrido o intervalo, declarou reaberta a sessão. Antes de dar início à Ordem do Dia, foi procedida a entrega do Título de Cidadão Honorário Camponovense ao Sr. Josias Nascimento de Araújo, concedido por intermédio do Decreto Legislativo nº128/2016, de 24 de outubro de 2016, cuja proposição foi de autoria do ex-Vereador Marcelo Martinez Acosta. Após a leitura do referido Decreto foi entregue o Título ao homenageado, que compareceu acompanhado do ex-Vereador Marcelo Martinez Acosta, tendo recebido a honraria das mãos do Vereador Vanderlei Baioto. Em seguida o Presidente deu início à Ordem do Dia, primeiramente informando que não foi possível às Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Obras e Serviços Públicos obter de imediato o parecer acerca do Projeto de Lei nº053/2017, cuja numeração será alterada a pedido do Prefeito, passando tramitar como Projeto de Lei nº041/2017, que dispõe sobre a criação do Cemitério Público Municipal "Memorial da Paz"; desta forma, nos termos do § 3° do art. 144, o mesmo passará a tramitar no regime de urgência simples, tendo as referidas Comissões o prazo de cinco dias cada uma para pronunciarem-se. Constando da pauta da Ordem do Dia as seguintes matérias: discussão única do PROJETO DE LEI Nº 032/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que autoriza o Município de Campo Novo do Parecis – MT a participar do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde/Medicamentos e Serviços- " CONSUSMT "e a ratificar o Protocolode Intenções firmado entre os Municípios de Acorizal; Água Boa; Alta Floresta; Alto Araguaia; Alto Boa Vista; Alto Garças; Alto Paraguai; Alto Taquari; Apiacás; Araguaiana; Araguainha; Araputanga; Arenápolis; Aripuanã; Barão de Melgaço; Barra do Bugres; Barra do Garças; Bom Jesus do Araguaia; Brasnorte; Cáceres; Campinápolis; Campo Novo do Parecis; Campo Verde; Campos de Júlio; Canabrava do Norte; Canarana; Carlinda; Castanheira; Chapada dos Guimarães; Cláudia; Cocalinho; Colíder; Colniza; Comodoro; Confresa; Conquista d`Oeste; Cotriguaçu; Cuiabá; Curvelândia; Denise; Diamantino; Dom Aquino; Feliz Natal; Figueirópolis D`Oeste; Gaúcha do Norte; General Carneiro; Glória d`Oeste; Guarantã do Norte; Guiratinga; Indiavaí; Ipiranga do Norte; Itanhangá; Itaúba; Itiquira; Jaciara; Jangada; Jauru ; Juara; Juína; Juruena; Juscimeira; Lambari d`Oeste; Lucas do Rio Verde; Luciara; Marcelândia; Matupá; Mirassol D`Oeste; Nobres; Nortelândia; Nossa Senhora do Livramento; Nova Bandeirantes; Nova Brasilândia; Nova Canaã do Norte; Nova Guarita; Nova Lacerda; Nova Marilândia; Nova Maringá; Nova Monte verde; Nova Mutum; Nova Nazaré; Nova Olímpia; Nova Santa Helena; Nova Ubiratã; Nova Xavantina; Novo Horizonte do Norte; Novo Mundo; Novo Santo Antônio; Novo São Joaquim; Paranaíta; Paranatinga; Pedra Preta; Peixoto de Azevedo; Planalto da Serra; Poconé; Pontal do Araguaia; Ponte Branca; Pontes e Lacerda; Porto Alegre do Norte; Porto dos Gaúchos; Porto Esperidião; Porto Estrela; Poxoréu; Primavera do Leste; Querência; Reserva do Cabaçal; Ribeirão Cascalheira; Ribeirãozinho; Rio Branco; Rondolândia; Rondonópolis; Rosário-Oeste; Salto do Céu; Santa Carmem; Santa Cruz do Xingu; Santa Rita do Trivelato; Santa Terezinha; Santo Afonso; Santo Antônio do Leste; Santo Antônio do Leverger; São Félix do Araguaia; São José do Povo; São José do Rio Claro; São José do Xingu; São José dos Quatro Marcos; São Pedro da Cipa; Sapezal; Serra Nova Dourada; Sinop; Sorriso; Tabaporã; Tangará da Serra; Tapurah; Terra Nova do Norte; Tesouro; Torixoréu; União do Sul; Vale de São Domingos; Várzea Grande; Vera; Vila Bela Santíssima Trindade; Vila Rica e dá outras providências, acompanhado de pareceres favoráveis das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final, Educação e Saúde e Finanças e Orçamento. Em discussão, manifestaram-se os Vereadores Dionardo Mendes da Conceição e Wagner Tavares da Cunha. Em votação, o Projeto de Lei nº032/2017 foi aprovado por oito votos favoráveis, seguindo à sanção. Discussão única do PROJETO DE LEI Nº048/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R$84.809,00 e dá outras providências, acompanhado de parecer conjunto favorável das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamento. Em discussão, não houve a manifestação de nenhum Vereador. Em votação, o Projeto de Lei nº048/2017 foi aprovado por oito votos favoráveis, seguindo à sanção. Discussão única PROJETO DE LEI Nº049/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R$335.000,00 e dá outras providências, acompanhado de parecer conjunto favorável das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamento. Em discussão, manifestou-se o Vereador Dionardo Mendes da Conceição. Em votação, o Projeto de Lei nº049/2017 foi aprovado por oito votos favoráveis, seguindo à sanção. Discussão única do PROJETO DE LEI Nº050/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo Municipal a doar bens móveis ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT - Campus Campo Novo do Parecis, acompanhado de parecer conjunto favorável das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamento. Em discussão, manifestou-se o Vereador Dionardo Mendes da Conceição. Em votação, o Projeto de Lei nº050/2017 foi aprovado por oito votos favoráveis, seguindo à sanção. Discussão única do PROJETO DE LEI Nº052/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar no valor de R$100.000,00 e dá outras providências, acompanhado de parecer conjunto das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamento. Em discussão, não houve a manifestação de nenhum Vere-

ador. Em votação, o Projeto de Lei nº052/2017 foi aprovado por oito votos favoráveis, seguindo à sanção. Discussão única do PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº011/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que altera dispositivos da Lei Complementar nº4/2003, de 30 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano do município de Campo Novo do Parecis, cujo quorum de votação é maioria absoluta, acompanhado de parecer conjunto favorável das Comissões de Legislação, Justiça e Obras e Serviços Públicos. Em discussão manifestou-se o Vereador Dionardo Mendes da Conceição. Em votação, o Projeto de Lei Complementar nº011/2017 foi aprovado por oito votos favoráveis, seguindo à sanção. Primeira discussão do PROJETO DE LEI Nº 024/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, e dá outras providências, acompanhado de parecer da Comissão de Finanças e Orçamento contendo emendas (1. **inclusão de mais um artigo no Capítulo III - Da Integração com os Orçamentos Anuais, figurando como art. 9º; 2. inclusão de mais R$100. 000,00, totalizando R$ 150.000,00, na seguinte ação da Secretaria Municipal de Infraestrutura: Construção de Pontes e Bueiros; 3. Redução de** R$100.000,00, totalizando R$1.546.058,00, na seguinte ação da Secretaria Municipal de Infraestrutura: Pavimentação e Drenagem de Vias Urbanas; 4. adequação do Anexo I – Programas Temáticos e Anexo IV – Prioridades e Metas LDO 2018 conforme emendas 2 e 3). Em discussão, manifestou-se o Vereador Dionardo Mendes da Conceição. Em votação, o Projeto de Lei nº024/2017, juntamente com as emendas apresentadas, foi aprovado por oito votos favoráveis, retornando à ordem do dia da sessão extraordinária que será marcada para ultimar a apreciação de projetos de lei em tramitação neste Legislativo. Discussão única do PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº012/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 020/2008, que institui o Código Tributário do Município de Campo Novo do Parecis/MT, e dá outras providências, cujo quorum de votação é maioria absoluta, acompanhado de parecer conjunto das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamento. Em discussão, manifestou-se o Vereador Dionardo Mendes da Conceição. Em votação, o Projeto de Lei Complementar nº012/2017 foi aprovado por oito votos favoráveis, seguindo à sanção. Primeira discussão do PROJETO DE LEI Nº 026/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que dispõe sobre os serviços funerários no município de Campo Novo do Parecis/MT, e dá outras providências, acompanhado de pareceres favoráveis das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Obras e Serviços Públicos e parecer da Comissão de Finanças e Orçamento contendo emendas (inclusão da alínea "e" ao art. 3º e alteração dos artigos 10, 23 e 35 e do inciso I do art. 30). Em discussão, manifestou-se o Vereador Dionardo Mendes da Conceição. Em votação, o Projeto de Lei nº026/2017, juntamente com as emendas apresentadas, foi aprovado por oito votos favoráveis, retornando à ordem do dia da sessão extraordinária que será marcada para ultimar a apreciação de projetos de lei em tramitação neste Legislativo. Primeira discussão do PROJETO DE LEI Nº 027/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que estima a receita e fixa a despesa do município de Campo Novo do Parecis para o exercício financeiro de 2018 e dá outras providências, acompanhado de parecer da Comissão de Finanças e Orçamento contendo emendas (alteração da redação do art. 5º, supressão do art. 6º, inclusão de R$100. 000,00, passando a vigorar com R$ 150.000,00, a ação 1022 – Construção de Pontes e Bueiros da Secretaria Municipal de Infraestrutura; redução de **R$100.000,00, passando a vigorar com R$1.546.058,00, a ação** 1018 – Pavimentação e Drenagem de Vias Urbanas da Secretaria Municipal de Infraestrutura; inclusão do Anexo IV, que trata das Emendas Parlamentares Impositivas, nos termos dos artigos 99-A, 99-B e 99-C da Lei Orgânica Municipal. Em discussão, não houve a manifestação de nenhum Vereador. Em votação, o Projeto de Lei nº027/2017, juntamente com as emendas apresentadas, foi aprovado por oito votos favoráveis, retornando à ordem do dia da sessão extraordinária que será marcada para ultimar a apreciação de projetos de lei em tramitação neste Legislativo. Primeira discussão do PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 008/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 020/2008, que institui o Código Tributário do Município de Campo Novo do Parecis/MT, e dá outras providências, cujo quorum de votação é maioria absoluta, acompanhado de parecer favorável da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e parecer da Comissão de Finanças contendo emenda modificativa (alteração da redação do art. 3º). Em discussão, manifestou-se o Vereador Dionardo Mendes da Conceição. Em votação, o Projeto de Lei Complementar nº008/2017, juntamente com a emenda apresentada, foi aprovado por oito votos favoráveis, retornando à ordem do dia da sessão extraordinária que será marcada para ultimar a apreciação de projetos de lei em tramitação neste Legislativo. Primeira discussão do PROJETO DE LEI Nº 037/2017, de autoria do Poder Executivo Municipal, que altera as alíquotas de contribuição previdenciária devidas pelo município ao FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis/MT, acompanhado de pareceres favoráveis das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e Finanças e Orçamento. Em discussão, manifestaram-se os Vereadores Dionardo Mendes da Conceição e Rosinha Colombo. Em votação, o Projeto de Lei nº037/2017 foi aprovado por oito votos favoráveis, retornando à ordem do dia da sessão extraordinária que será marcada para ultimar a apreciação de projetos de lei em tramitação neste Legislativo. Na sequência foi procedida a eleição para renovação da Mesa Diretora, que dirigirá os trabalhos legislativos no decorrer no decorrer de 2018, conforme dispõe o § 2º do art. 21 do Regimento Interno. O Presidente informou que foi apresentada uma chapa, registrada tempestivamente no dia 23.11.2017, assim composta: **Presidente: VANDERLEI MARCOS PULGA BAIOTO - PMDB; Vice-Presidente: WAGNER TAVARES DA CUNHA - PV; 1ª Secretária: ROSICLEA HEINZEN COLOMBO - PTB; 2º Secretário: MÁRCIO CLEI FERREIRA DO NASCIMENTO. Na sequência procedeu-se a votação nominal da matéria, com o seguinte resultado: oito votos pelo "SIM" proferido pela Vereadora Antonia Aparecida Pereira de Souza e Vereadores Cicero dos Santos Silva, Dionardo Mendes da Conceição, Gilberto Vieira de Melo, Márcio Clei Ferreira do Nascimento, Rosicléa Heinzen Colombo, Vanderlei Marcos Pulga Baioto e Wagner Tavares da Cunha e uma abstenção, do Vereador Milton Soares.** Diante do resultado, o Presidente declarou eleita a Mesa Diretora que dirigirá os trabalhos legislativos em 2018, considerando-se automaticamente empossados os eleitos a partir de 1º de janeiro subseqüente, nos termos do §2º do art. 21 do Regimento Interno. Esgotada a pauta da Ordem do Dia, o Presidente concedeu a palavra aos Vereadores inscritos em Explicação Pessoal, tendo se manifestado os Vereadores Dionardo Mendes da Conceição, Milton Soares, Rosinha Colombo, Wagner Tavares da Cunha, Márcio do Nascimento, Cicero dos Santos, Renata Franco e Vanderlei Baioto. Em seguida o Presidente convocou os Vereadores para uma sessão extraordinária, a ser realizada no dia 14 de dezembro próximo (quinta-feira), às 18:00 horas, para apreciação das contas anuais de governo da Prefeitura de Campo Novo do Parecis, relativas aos exercícios de 2014, 2015 e 2016, com a seguinte Ordem do Dia: - discussão única do Projeto de Decreto Legislativo nº004/2017, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento, que aprova as contas anuais de governo da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, relativas ao exercício financeiro de 2014, gestão do Prefeito Mauro Valter Berft; - discussão única do Projeto de Decreto Legislativo nº005/2017, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento, que aprova as contas anuais de governo da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, relativas ao exercício financeiro de 2015, gestão do Prefeito Mauro Valter Berft; - discussão única do Projeto de Decreto Legislativo nº006/2017, de autoria da Comissão de Finanças e Orçamento, que aprova as contas anuais de governo da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis, relativas ao exercício financeiro de 2016, gestão do Prefeito Mauro Valter Berft. Em seguida o Presidente agradeceu a presença e audiência de todos e, nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a sessão, às vinte horas e vinte e sete minutos. OBS: Os diálogos e os pronunciamentos desta sessão encontram-se gravados e à disposição de

quem possa interessar. A Secretária Geral da Câmara lavrou esta Ata, que lida e achada conforme, vai assinada por todos os Vereadores presentes.

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
EDITAL 03/2015 A COMISSÃO ESPECIAL PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE CAMPO NOVO DO PARECIS-MT GESTÃO 2016/2019.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2017

RAFAEL MACHADO, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, solicita o comparecimento, no prazo máximo de **5 (cinco) dias,** a contar da publicação do presente EDITAL, a candidata aprovada no Edital de Escolha dos Suplentes dos Conselheiros Tutelares nº 001/2015, a fim de assumir sua respectiva função interinamente até o dia 09/01/2018, nos Termos que determina os art. 02 e 14 da lei Municipal nº 1.177/2017- lei do Conselho Tutelar de Campo Novo do Parecis-MT.

C O N V O C A

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento do cargo para a qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

Cargo: CONSELHEIRA TUTELAR

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	COLOCAÇÃO
008	PHANMILLA PAULA MARTINS	2ª Suplente

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, aos 13 dias do mês de dezembro de 2017.

RAFAEL MACHADO Prefeito Municipal

CPF nº 929.162.010-68

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 222_2017 - HOSPI BIO IND. E COM. DE MOVEIS HOSPITALARES EIRELI- PERMANENTE HOSP. SAUDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 222/2017

PREGÃO: N° 144/2017– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: HOSPI BIO IND. E COM. DE MOVEIS HOSPITALARES EIRELI

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, PARA

ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VALOR TOTAL: R$ 26.500,00

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 221_2017 - CIRURGICA GONÇALVES LTDA- PERMANENTE HOSP. SAUDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 221/2017

PREGÃO: N° 144/2017– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: CIRURGICA GONÇALVES LTDA-

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, PARA

ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VALOR TOTAL: R$ 23.100,00

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 220_2017 - LP COMERCIO E REPRESENTACOES - PERMANENTE HOSP. SAUDE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 220/2017

PREGÃO: N° 144/2017– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: LP COMERCIO E REPRESENTACOES -

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES, PARA

ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

VALOR TOTAL: R$ 16.016,00

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212_2017 - SIMONE CRISTINA RODRIGUES -ME - MATERIAL EXPEDIENTE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2017

PREGÃO: N° 135/2017– REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis/MT

FORNECEDOR: SIMONE CRISTINA RODRIGUES -ME

VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de sua publicação

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER AS

NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

VALOR TOTAL: R$ 118.066,35

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COMODATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT E A ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS E IDOSOS DE CAMPO VERDE, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

COMODANTE:

MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, com sede à Praça dos Três Poderes, nº 03, Jardim Campo Real II, Campo Verde-MT, inscrita no CNPJ no 24.950.495/0002-69, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **FÁBIO SCHROETER**, brasileiro, casado, residente e domiciliado no município de Campo Verde - MT, portador da Carteira de Identidade no 3296068-5 SSP/PR, CPF no 346.080.601-04, no pleno exercício de suas atribuições legais e regulamentares, doravante denominado **COMODANTE** e,

COMODATÁRIA:

ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS E IDOSOS DE CAMPO VERDE, com sede estabelecida na Rua João Pessoa, nº 512, centro, Campo Verde, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.344.373/0001-66, neste ato representada pela sua presidente Sra. Nercilda Elma Echert, brasileira, viúva, residente e domiciliada na Rua Santos, n° 1731, bairro Campo Real II, portadora da Carteira de Identidade n° 1.260.995 SSP/PR, CPF n° 893.329.111-34, doravante denominado COMODATÁRIA, re-

solvem celebrar o presente Termo Aditivo que será regido pelas razões e clausulas seguintes:

Considerando que a Lei 2156/2015, que *"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONTRATO DE COMODATO DE BENS MÓVEIS MUNICIPAIS COM A ASSOCIAÇÃO DOS IDOSOS DE CAMPO VERDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS",* regula em seu artigo 1º, que o Município fica *"autorizado a proceder à concessão de uso, a título gratuito e em comodato, de bens móveis públicos, pelo prazo de 03 (três) anos"*, podendo ser prorrogado por igual período;

Considerando que o Contrato de Comodato firmado com a ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS E IDOSOS DE CAMPO VERDE foi confeccionado com prazo de vigência até 31/12/2017, ou seja, com prazo de aproximadamente um ano e meio, há a necessidade de adequar o prazo de vigência do presente contrato com o estabelecido no artigo 1º da Lei 2156/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica alterado o prazo de vigência do Contrato de Comodato previsto na Clausula Quarta, passando para o dia 22 de julho de 2019, conforme solicitação anexa e de acordo com o que estabelece o artigo 1º da Lei 2156/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do contrato originário firmado entre as partes, bem como suas alterações.

Campo Verde-MT, 18 de dezembro de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

COMODANTE

ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E

PENSIONISTAS E IDOSOS DE CAMPO VERDE

COMODATÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
PUBLICAÇÃO PARA AUTORIZAÇÃO DE ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

PUBLICAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO PÚBLICA

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público que solicitou a EXPEDIÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO no loteamento denominado JARDIM CIDADE VERDE, neste município de CAMPO VERDE, a(s) seguinte (s) pessoa(s) e alegando a propriedade sobre o(s) seguinte(s) imóvel (is):

ODETE PEREIRA DA SILVEIRA , requerendo a AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO DO IMÓVEL LOTE 04 da QUADRA 06, LOCALIZADO NA FLORIANOPOLIS, S/Nº LOTEAMENTO JARDIM CIDADE VERDE, CAMPO VERDE – MT.

Abre-se o prazo de 15 (dias) para oposição de terceiros devendo esta ser apresentada fundamentada junto a SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE – MT. Superado este prazo, o processo de emissão continuará em seu tramite normal até EXPEDIÇÃO DA AUTORIZAÇÃO PARA ESCRITURAÇÃO REQUERIDA.

Secretaria Municipal de Fazenda.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTIFICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2017

CONTRATO Nº 038/2017

REF.:DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

NOTIFICANTE:MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Praça dos 03 poderes, n.º 03, nesta cidade de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº 24. 950.495/0001-88.

NOTIFICADO(A):EFFICACE CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.435.404/0001-00, com sede na Rua Alegre, nº 94, sala 01, bairro Novo Horizonte, CEP 78.850-00, cidade de Primavera do Leste-MT, neste ato representado pelo sócio Administrador, o Sr. **Vanderlei de Souza Silva**, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº 2085960-0 SSP/MT e do CPF nº 042.266.381-66, residente e domiciliado à Av. Florianópolis, nº 2301, bairro Novo Horizonte, CEP 78.850-000, cidade de Primavera do Leste-MT.

Prezado(a) Senhor(a),

Conforme oficio nº 179/2017 – SMFIN encaminhado a estaProcuradoria Jurídica, fora constatado que Vossa Empresa não vem cumprindo com as obrigações a que se obrigou ao vencer a licitação.

Ante ao relato, vem sendo prorrogado o Contrato de Vossa Empresa desde o dia 30 de agosto de 2017 para realizar a baixa da CEI - Cadastro de Inscrição do INSS da obra executada, o que até o presente momento não ocorreu.

Diante do exposto e o constante no oficio nº 179/2017 – SMFIN, **NOTIFICO** Vossa Senhoria**,** para que, no prazo de até **30 (trinta) dias realize a baixa na CEI - Cadastro de Inscrição do INSS, sob pena de rescisão contratual por culpa exclusiva do contratado.**

O não cumprimento dessa obrigação no prazo estipulado, acarretará ao notificado as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, além da imediata rescisão contratual unilateral, por culpa exclusiva do contratado.

Por fim, decorrido o prazo acima, fica facultado a apresentação de Defesa Prévia, conforme previsto no artigo 87, § 2º da Lei nº 8.666/93, **prazo de 05 (cinco) dias úteis**, findo o qual, a Administração decidirá pela aplicação da penalidade cabível.

Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Outrossim, ficam os autos com vistas franqueadas à empresa para fins de direito.

Campo Verde-MT,19 de dezembro de 2017.

José Luiz Caetano Bernardi

OAB/MT 17.586

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 138/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA PARA RETÍFICA DE BICOS E BOMBAS INJETORAS DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL**, na modalidade pregão (presencial) **n° 138/2017** a se realizar no dia **23/01/2018, as 8hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 19 de dezembro de 2017.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 135/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE ENSINO SEFE, PARA DAR CONTINUIDADE AO SISTEMA PEDAGÓGICO DE ENSINO PARA ALUNOS, PROFESSORES E FAMILIARES**, na modalidade pregão (presencial) **n° 135/2017** a se realizar no dia **18/01/2018, as 8hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 19 de dezembro de 2017.

Leila Gubert

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO DE EDITAL DE CHAMANETO PUBLICO Nº 001/2017

AVISO DE EDITAL DE CHAMANETO PUBLICO Nº 001/2017

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Campo Verde-MT, vem através de sua Presidência, tornar público a publicação do Edital de Chamamento nº 001/2017, com o Objetivo de Seleção de Projetos de Atendimento as Crianças e Adolescentes de entidades privadas sem finalidade econômica/sem fins lucrativos, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/14, alterada pela Lei nº 13.204/15, Decreto Municipal nº 036/17, Resolução nº 137/10 do CONANDA, Resolução 050/2017 do CMDCA e pelo disposto no seu edital nº 001/2017, a disposição no site www.campoverde.mt.gov.br. Para Esclarecimento e-mail cmdca@campoverde.mt.gov.br ou telefone 66-3419-3516.

Campo Verde-MT 19 de Dezembro de 2017

IZABEL CRISTINA GUTIERREZ

Presidente CMDCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 022/2017, DE 19/12/2017, PARA LIMPEZA DOS LOTES VAZIOS E SUJOS , NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE (MT), NO PRAZO MÁXIMO DE 05(CINCO) DIAS.

Campo Verde (MT), 19/12/2017.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 022/2017, DE 19/12/2017, PARA LIMPEZA DOS LOTES VAZIOS E SUJOS , NO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE (MT), NO PRAZO MÁXIMO DE 05(CINCO) DIAS.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular da Secretaria Municipal de Obras e Viação, nos termos do Decreto º 023/2016, de 23/03/2016, artigo 20, § 1º, 2º e 3º, da Lei complementar nº 45/2014, de 19/12/2014, artigo 331, Tabela de Serviço - VI, § Único, e da Lei complementar nº 018/2009, que altera o artigo 26 da lei complementar nº 001/1994, de 19/12/1994, item XXVII; **NOTIFICA**, os sujeito(s) passivo(s), abaixo relacionados, para que procedam a LIMPEZA DOS LOTES ETERRENOS BALDIOS, no prazo máximo de 05 (CINCO) dias, a contar da publicação deste edital.

O não atendimento ao disposto neste EDITAL, e no prazo previsto, A Prefeitura, executará a limpeza dos respectivos lotes e terrenos baldios, e em sequência efetuará a cobrança de taxa de limpeza ao valor de 2,31 [dois, vírgula trinta e uma] (UPF/CV), por M² [metro quadrado] de cada lote, além de multas ao valor de 05 (CINCO) UPF/MT, por lote, aos proprietários, ficando os mesmos, sujeitos à inscrição em dívida ativa e a imediata execução judicial.

O presente EDITAL intima os sujeito(s) passivo(s), a comparecerem, em dia útil, no horário normal de atendimento, na sede da Secretaria municipal de Obras e Viação, deste município, no prazo de **05 (CINCO**) dias, a contar desta publicação, para recurso ou defesa da referida notificação.

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita à intimação no 05 (quinto) dia após a publicação deste Edital.

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

NOME

CPF/CNPJ

Nº DA NOTIFICAÇÃO

REALINO DA ROCHA BASTOS

421.534.848-04

268/17

TITULAR DO ÓRGÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

NOME :

FABIANO TERUEL

PORTARIA:

030/2015

CARGO:

SECRETÁRIO MUNICIPAL

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO

(SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO)

NOME:

MÁRCIO R. DA SILVA

MATRÍCULA:

4364

CARGO:

FISCAL MUNICIPAL

DATA DE AFIXAÇÃO:

20/12/2017

DATA DE DESAFIXAÇÃO:

24/12/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 023/2017, DE 19/12/2017, DO LANÇAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO, POR DESCUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, QUANTO À LIMPEZA DOS LOTES VAZIOS E SUJOS NO MUNICÍPIO.

Campo Verde (MT), 19/12/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 023/2017, DE 19/12/2017, DO LANÇAMENTO DO AUTO DE INFRAÇÃO, POR DESCUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL, QUANTO À LIMPEZA DOS LOTES VAZIOS E SUJOS NO MUNICÍPIO, CONFORME EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 021/2017, de 12/12/2017.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular da Secretaria Municipal de Obras e Viação, nos termos dos dispositivos legais abaixo relacionados:

1) Decreto º 023/2016, de 23/03/2016, artigo 20, § 1º, 2º e 3º;

2) da Lei complementar nº 45/2014, de 19/12/2014, artigo 331, Tabela de Serviço - VI, § Único;

3) da Lei complementar nº 018/2009, que altera o artigo 26 da lei complementar nº 001/1994, de 19/12/1994, item XXVII, e

4) Lei complementar nº 001/1994, de19/12/1994, Artigo 29, Parágrafo 1º.

Resolve,

Impor aos sujeito(s) passivo(s), abaixo relacionados, multas ao valor de 05 (CINCO) ou ½ (Meia)/UPF/MT, por lote, e cobrança de taxa limpeza ao valor de 2,31 [dois, virgula, trinta e uma] (UPF/CV), por M² [metro quadrado] de cada lote, aos proprietários dos lotes e terrenos baldios sujos, do município, não limpos no prazo estipulado, **CONFORME EDITAL DE PUBLICAÇÃO Nº 021/2017, DE 12/12/2017,** ficando os mesmos, sujeitos à inscrição em dívida ativa e a imediata execução judicial.

O presente EDITAL, intima os sujeito(s) passivo(s), a comparecerem, em dia útil, no horário normal de atendimento, na sede da Secretaria Municipal de Obras e Viação, deste município, no prazo de **15 (QUINZE**) dias, a contar desta publicação, para recurso ou defesa da referida notificação de autuação de infração.

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15 (décimo quinto) dia após a publicação deste Edital.

-SUJEITOS PASSIVOS:

NOME COMPLETO/RAZÃO SOCIAL

CPF/CNPJ

Nº DO AUTO DE INFRAÇÃO

PEITRO MATERASSI

558.378.598-53

105/2017

TITULAR DO ÓRGÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO

NOME :

FABIANO TERUEL

PORTARIA:

030/2015

CARGO:

SECRETÁRIO MUNICIPAL

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO

(SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO)

NOME:

MÁRCIO R. DA SILVA

MATRÍCULA:

4364

CARGO:

FISCAL MUNICIPAL

DATA DE AFIXAÇÃO:

20/12/2017

DATA DE DESAFIXAÇÃO:

03/01/2018

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 136/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO**, na modalidade pregão (presencial) **n° 136/2017** a se realizar no dia **17/01/2018, as 8hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 19 de dezembro de 2017.

Leila Gubert

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 011/2017

Concedente: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE, inscrito no CNPJ nº. 24.950.495/0001-88

Proponente: ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA E RECUPERAÇÃO DE VÍTIMAS DO ÁLCOOL - RESGATE VIDAS,inscrita no CNPJ nº. 03.722.266/0001-36

Objeto: Fica prorrogado o prazo de vigência do Termo de Fomento nº 011/2017 até o dia 28 de fevereiro de 2018, contados a partir do dia 01 de janeiro de 2018, conforme solicitação anexa e de acordo com o que preceitua o art. 61 do Decreto Municipal nº 036/2017 e artigo 55 da Lei 13019/2014.

Assinatura: 15 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

PORTARIA Nº. 437, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE ATRIBUÍDA À SERVIDORA KATHIA REGINA PINTON SCHULZ PELA SUPOSTA PRÁTICA DE INFRAÇÃO NO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS, SUJEITA A PENALIDADE DE DEMISSÃO.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais estatuídas no artigo 200 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008 e,

***CONSIDERANDO** a necessidade de apuração dos fatos apontados no Relatório Circunstanciado (Memorando 087/2017/SMSCJ/GS e Relatório Técnico), originados do órgão de lotação da servidora, subscritos pela Secretária Municipal de Saúde e pela Responsável Técnica pela Unidade de Saúde, respectivamente;*

***CONSIDERANDO** que a suposta prática da conduta imputada à servidora configura infração administrativa sujeita à aplicação de penalidade disciplinar de advertência e de demissão, na forma do 184 do* Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

***CONSIDERANDO** a necessidade de instauração do devido processo legal para apuração dos fatos atribuídos à respectiva servidora, em estrita observância ao artigo 201 c/c o artigo 203 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os funcionários do quadro efetivo dessa municipalidade: **CRISTIAN EDUARDO BONAPAZ**-Técnico de Informática, matriculado sob nº. 617, **DELONEI VALMORBIDA**-Contador, matriculado sob nº 046, **RAQUEL MÁRCIA INÁCIA,** matriculada sob nº. 1160 e pela Procuradora

Jurídica do Município, Drª. **VIVIENE BARBOSA SILVA**, matriculada sob nº1413, para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão de Sindicância para apuração da infração atribuída à funcionária **KATHIA REGINA PINTON SCHULZ,** admitida na forma do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeado em caráter efetivo ao cargo de Médico Clínico Geral,através da Portaria nº. 226, de 24 de abril de 2017,**registrada sob a matrícula nº. 1633,** pela prática das condutas tipificadas no artigo 171, I sujeita a penalidade de advertência, e nos incisos X e XI do mesmo artigo e do artigo 188, XIII, XVI e XVIII, sujeitas a penalidade de demissão, conforme o disposto no artigo 183, I e III c/c o artigo 184, observados os procedimentos constantes nos artigos 200 e 201, todos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008**.**

§1ºO relatório da sindicância conterá a descrição pormenorizada do ocorrido, com fundamentação na legislação pertinente e proposta objetiva ante ao que se apurou (L.C001/2008, art. 203, parágrafo único).

§2º A sindicância não comporta o contraditório e tem caráter sigiloso, devendo ser ouvidos, entretanto, todos os envolvidos nos fatos. (L.C001/2008, art. 204).

Art. 2° O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, na forma do artigo 205 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, admitida sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem e mediante justificativa fundamentada.

Parágrafo único. Suspende-se a contagem do prazo previsto no *caput* no período de recesso regulamentado no Decreto Municipal 114,de 24 de novembro de 2017.

Art. 3° Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 11 de dezembro de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 436, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE ATRIBUÍDA À SERVIDORA NATHALIA SGUAREZI CHIOCHETTA PELA SUPOSTA PRÁTICA DE INFRAÇÃO NO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS, SUJEITA A PENALIDADE DE DEMISSÃO.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais estatuídas no artigo 200 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008 e,

CONSIDERANDO *a necessidade de apuração dos fatos apontados no Relatório Circunstanciado (Memorando 085/2017/SMSCJ/GS e Ofício nº. 094/2017/CMSCJ), originados do órgão de lotação da servidora, subscritos pela Secretária Municipal de Saúde e pela Presidenta do Conselho Municipal de Saúde, respectivamente;*

CONSIDERANDO *que a suposta prática da conduta imputada à servidora configura infração administrativa sujeita à aplicação de penalidade disciplinar de advertência e de demissão, na forma do 184 do* Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO *a necessidade de instauração do devido processo legal para apuração dos fatos atribuídos à respectiva servidora, em estrita observância ao artigo 201 c/c o artigo 203 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os funcionários do quadro efetivo dessa municipalidade: **CRISTIAN EDUARDO BONAPAZ**-Técnico de Informática, matriculado sob nº. 617, **DELONEI VALMORBIDA**-Contador, matriculado sob nº 046, **FABIOLA JAQUELINE PIRES**, matriculada sob nº. 580 e pela Procuradora Jurídica do Município, Drª. **VIVIENE BARBOSA SILVA**, matriculada sob nº1413, para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão de Sindicância para apuração da infração atribuída à funcionária **NATHALIA SGUAREZI CHIOCHETTA,** admitida na forma do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeado em caráter efetivo ao cargo de Médico Clínico Geral,através da Portaria nº. 225, de 24 de abril de 2017,**registrada sob a matrícula nº. 1632,** pela prática das condutas tipificadas nos artigos 171, I, II e III, sujeitas a penalidade de advertência, na forma do artigo 185 e das infrações tipificadas no artigo 188, incisos I e IV, sujeitas à penalidade de demissão, conforme o disposto no artigo 183, III c/c o artigo 184, observados os procedimentos constantes nos artigos 200 e 201, todos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008.

§1ºO relatório da sindicância conterá a descrição pormenorizada do ocorrido, com fundamentação na legislação pertinente e proposta objetiva ante ao que se apurou (L.C001/2008, art. 203, parágrafo único).

§2º A sindicância não comporta o contraditório e tem caráter sigiloso, devendo ser ouvidos, entretanto, todos os envolvidos nos fatos. (L.C001/2008, art. 204).

Art. 2° O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, na forma do artigo 205 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, admitida sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem e mediante justificativa fundamentada.

Parágrafo único. Suspende-se a contagem do prazo previsto no *caput* no período de recesso regulamentado no Decreto Municipal 114,de 24 de novembro de 2017.

Art. 3° Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 11 de dezembro de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 444, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE AFASTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO A SERVIDOR QUE MENCIONA, EM DECORRÊNCIA DE CASAMENTO.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 156, II, alínea "a" do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008;*

CONSIDERANDO *o requerimento formalizado pela servidora mencionada no artigo 1º, protocolado sob nº. 5518/2017;*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder afastamento do serviço à servidora **JANET MIRANDA DE CAMPOS,** admitida na forma do Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo para o cargo de Professor de Pedagogia, através da Portaria nº. 082, de 15 de abril de 2013, pelo prazo de cinco dias, contados a partir da data do casamento, ocorrido em 12 de dezembro de 2017.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 12 de dezembro de 2017.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 19 de dezembro de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

“

PORTARIA Nº. 434, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE ATRIBUÍDA AO SERVIDOR CARLOS CÉSAR PETTENAN FRONZA PELA SUPOSTA PRÁTICA DE INFRAÇÃO NO EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES FUNCIONAIS.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais estatuídas no artigo 200 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008 e,

CONSIDERANDO *a necessidade de apuração dos fatos deflagrados durante a realização da Operação Legado, descritos no relatório constante dos Ofícios nºs. 154/2016/USC/DETRAN/MT e 160/2016/USC/DETRAN/MT, protocolizados sob nºs. 5358/2016 e 5359/2016, respectivamente, subscritos pela Unidade Setorial de Correição;*

CONSIDERANDO *que a suposta prática da conduta imputada ao servidor configura infração administrativa sujeita à aplicação de penalidade disciplinar, na forma do* Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

CONSIDERANDO *a necessidade de instauração do devido processo legal para apuração dos fatos atribuídos ao respectivo servidor, em estrita observância ao artigo 201 c/c o artigo 203 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os funcionários do quadro efetivo dessa municipalidade: **DELONEI VALMORBIDA-**Contador, matriculado sob nº 046, **ALINE HEIZ-**Técnico de Fiscalização Tributária, matriculada sob nº. 1086, **ELAINE TERESINHA MOURA**, matriculada sob nº. 1212 e pela Procuradora Jurídica do Município, Drª. **VIVIENE BARBOSA SILVA**, matriculada sob nº1413, para, sob a presidência do primeiro, compor a comissão de Sindicância para apuração da infração atribuída ao funcionário **CARLOS CÉSAR PETTENAN FRONZA,** admitido na forma do inciso II do artigo 37 da Constituição Federal e nomeado em caráter efetivo ao cargo de Agente Administrativo,através da Portaria nº. 045, de 02 de maio de 2002,**registrado sob a matrícula nº.017,** pela prática da conduta tipificada no artigo 171, I e III sujeira a penalidade de advertência, na forma do artigo 185 e das infrações tipificadas no artigo 180, incisos IV e XVI, sujeitas à penalidade de demissão, observados os procedimentos constantes nos artigos 181,200 e 201, todos do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008**.**

§1ºO relatório da sindicância conterá a descrição pormenorizada do ocorrido, com fundamentação na legislação pertinente e proposta objetiva ante ao que se apurou (L.C001/2008, art. 203, parágrafo único).

§2º A sindicância não comporta o contraditório e tem caráter sigiloso, devendo ser ouvidos, entretanto, todos os envolvidos nos fatos. (L.C001/2008, art. 204).

Art. 2° O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias, na forma do artigo 205 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, admitida sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias assim o exigirem e mediante justificativa fundamentada.

Parágrafo único. Suspende-se a contagem do prazo previsto no *caput* no período de recesso regulamentado no Decreto Municipal 114,de 24 de novembro de 2017.

Art. 3° Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 11 de dezembro de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 439, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

EXONERA OCUPANTE QUE MENCIONA DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO URBANA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, I da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 75, inciso I da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a senhora **ROSANA ARAUJO CRUZ SOUSA** do cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão de Fiscalização Urbana.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições contidas na Portaria nº. 104, de 01 de fevereiro de 2017.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 18 de dezembro de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

TERMO DE DESCONSTITUIÇÃO DOS EFEITOS DA PUBLICAÇÃO EFETIVADA EM 1312/2017-EDIÇÃO Nº 2.874, NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, RELATIVA À LEI Nº. 870, DE 12 DE DEZEMB

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que ficam desconstituídos os efeitos da publicação da Lei nº. 870, de 12 de dezembro de 2017, efetivada em 13 de dezembro de 2017, na Edição nº. 2.874 do Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, em virtude da alteração da referida lei, para inclusão de emenda suprimida no texto anteriormente publicado, passando a prevalecer a nova publicação da sobredita lei.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 18 de dezembro de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 440, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

EXONERA OCUPANTE QUE MENCIONA DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, I da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 75, inciso I da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a senhora **ELIANE DE SOUZA PADILHA DA SILVA** do cargo de provimento em comissão de Assessor de Atendimento ao Público.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições contidas na Portaria nº. 089, de 01 de fevereiro de 2017.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 18 de dezembro de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 441, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

EXONERA OCUPANTE QUE MENCIONA DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE PROTOCOLO.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, I da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 75, inciso I da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a senhora **SANDRELY OLIVEIRA SILVA** do cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão de Protocolo.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições contidas na Portaria nº. 101, de 01 de fevereiro de 2017.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 18 de dezembro de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

LEI Nº 870, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de CAMPOS DE JÚLIO para o Exercício Financeiro de 2018.

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do município é de R$ 55.939.186,25 (Cinquenta e cinco milhões novecentos e trinta e nove mil cento e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos), com a dedução da receita de R$ 7.212.800,00 (Sete milhões duzentos e doze mil e oitocentos reais) perfaz o montante de R$ 49.186.386.25 (Quarenta e nove milhões cento e oitenta e sies mil, trezentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos) e a despesa fixada para o orçamento fiscal da Seguridade Social é de R$ 49.186.386.25 (Quarenta e nove milhões cento e oitenta e sies mil, trezentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

I- O orçamento fiscal é de R$ 33.908.000,00 (Trinta e três milhões, novecentos e oito mil reais);

II- O orçamento da Seguridade Social é de R$ 15.278.386,25 (Quinze milhões, duzentos e setenta e oito mil, trezentos e oitenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

Art. 2º A receita orçamentária será realizada mediante a arrecadação de tributos, transferências e outras receitas, na forma da legislação em vigor e de acordo com as especificações constantes na Lei Federal nº 4.320/64 e de acordo com os desdobramentos específicos nos demonstrativos em anexos que fazem parte integrante dessa lei:

I – ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1- Por Fonte de Receita	Valor R$
1 - RECEITAS CORRENTES	**55.939.186,25**
1.1 - Receita Tributária	6.464.000,00
(-) - Dedução da Receita Tributária	(65.000,00)
1.2 Receita de Contribuições	200.000,00
1.3 Receita Patrimonial	77.000,00
1.4 Receita de Serviços	1.145.000,00
1.5 Transferências Correntes	48.053.186,25
(-) Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	(7.147.800,00)
2 – RECEITAS DE CAPITAL	**460.000,00**
2.1 Alienação de Bens Móveis	0,00
TOTAL	**49.186.386,25**

Art. 3º A despesa será realizada de acordo com a discriminação constante dos quadros 'Programas de Trabalho' a 'Natureza da Despesa', que integram a presente lei, e que apresentam os seguintes desdobramentos sintéticos:

I – Por Categoria Econômica	Valor R$
Despesas Correntes	43.840.636,25
Despesas de Capital	5.195.750,00
Reserva de Contingência	150.000,00
TOTAL	**49.186.386,25**
II – Por Órgão de Governo	**Valor R$**
Câmara Municipal	2.662.500,00
Gabinete do Prefeito	1.188.000,00
Secretaria de Administração	2.450.550,00
Secretaria de Finanças	1.781.500,00
Secretária de Obras Públicas e Serviços Urbanos	6.534.250,00
Secretaria de Saúde	9.914.386,00
Secretaria de Assistência e Promoção Social	1.655.500,25
Secretaria de Educação	18.394.200,00
Secretaria de Cultura Esporte e Turismo	1.765.500,00
Secretaria de Comunicação	168.000,00
Secretaria de Agricultura Pecuária e Meio Ambiente	1.537.500,00
Secretaria de Indústria e Comércio	326.500,00
Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	658.000,00
Reserva de Contingência	150.000,00
TOTAL GERAL	**49.186.386,25**

III – Por Programa de Governo	Valor R$
Operações Especiais	493.000,00
Ação Legislativa	2.662.500,00
Gestão Administrativo	36.248.850,00
Ação de Melhorias das Atividades Administrativas e Fiscais	2.000,00
Desenvolvimento Estratégico da Cadeia Produtiva do Turismo	15.000,00
Defesa Ambiental e Organização da Cidade	737.000,00
Alimentação Escolar e Educação Alimentar	799.200,00
Transporte Escolar Municipal	700.000,00
Infraestrutura em Transporte Rodoviário	2.036.250,00
Desenvolvimento Agropecuário	381.000,00
Melhoria da Infraestrutura em Obras Públicas	207.000,00
Infraestrutura em Saneamento Básico	300.000,00
Modernização da Administração Tributária	30.000,00
Fortalecimento do SUS	1.565.586,00
Melhoria da Habitabilidade	446.000,00
Educação com Qualidade Social	1.249.000,00
Geração de Trabalho Emprego e Renda	100.000,00
Cidadania para Todos	384.500,25
Valorização e Promoção da Cultura	595.500,00
Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Município	7.000,00
Desenvolvimento do Desporto e do Lazer	77.000,00
Reserva de Contingência	150.000,00
TOTAL GERAL	**49.186.386,25**

IV – Por Funções de Governo	Valor R$
Legislativa	2.662.500,00
Administração	5.803.050,00
Assistência Social	1.655.500,25
Saúde	9.914.386,00
Educação	18.394.200,00
Cultura	1.264.000,00
Urbanismo	1.914.000,00
Saneamento	1.145.000,00
Gestão Ambiental	617.000,00
Agricultura	870.500,00
Indústria	226.500,00
Comércio e Serviços	170.500,00
Energia	290.000,00
Transporte	3.185.250,00

Desporto e Lazer	431.000,00
Encargos Especiais	493.000,00
Reserva de Contingência	150.000,00
TOTAL GERAL	**49.186.386,25**

Art. 4º Os orçamentos das despesas das administrações indiretas poderão ser expandidos até os limites das efetivas arrecadações.

Art. 5º O poder Executivo está autorizado a:

I-realizar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de dezesseis por cento da receita estimada, nos termos da Resolução do Senado nº. 43/2001.

II-abrir créditos suplementares, até o limite de dez por cento do orçamento da despesa, nos termos do artigo 7º e 43, §1º inciso III da Lei 4.320/64.

III-abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação de convênios, não previsto na receita do orçamento, desde que respeitados os objetivos e metas da programação aprovada nessa lei.

IV-abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de excesso de arrecadação considerada a tendência do exercício.

V-abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de *superávit* financeiro apurado no exercício anterior.

VI- Utilizar a Reserva de contingência para suprir Despesas à partir do segundo semestre.

Art. 6º Acompanham a presente lei os anexos exigidos pela legislação vigente.

Art. 7º Essa lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2018.

Campos de Júlio, 18 de dezembro de 2017.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 442, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

EXONERA OCUPANTE DO CARGO EM COMISSÃO QUE MENCIONA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 75, I da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 75, inciso I da Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o senhor **WALDEMERITON CESAR VIANA** do cargo de provimento em comissão de Chefe de Divisão de Protocolo.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições contidas na Portaria nº. 093, de 01 de fevereiro de 2017.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 18 de dezembro de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 443, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA QUE MENCIONA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 134 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008;*

CONSIDERANDO *o atestado médico concedendo licença maternidade à servidora adiante nominada,*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença maternidade à servidora **JAQUELINE DELLA-TORRE,** admitida na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo para o cargo de Bioquímico, através da Portaria nº.314, de 11 de outubro de 2011, pelo prazo de 120 dias, contados a partir do dia 8 de dezembro do corrente ano.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 8 de dezembro de 2017.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 19 de dezembro de 2017.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02141/2017)

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Canarana/MT CNPJ: 15.023.922/0001-91

Endereço: RUA MIRAGUAI N228

Bairro: CENTRO CEP. 7860000

Telefone: (669) 9906-6979 Fax:

E-mail: previcancanarana@gmail.com E-mail:

Representante legal: FÁBIO MARCOS PEREIRA DE FARIA Complemento: Prefeito

CPF 888.448.461-87

Cargo: Prefeito

deptopessoalcanarana@hotmail.com Data início da gestão: 01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora: CENTRO PREVICAN-FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA CNPJ: 04.203.025/0001-43

Endereço: RUA MIRAGUAI 228

Bairro: Centro CeP 78640000

Telefone: (066) 3478-1200 Fax: (066) 3478-1215 E-mail: previcancanarana@gmail

Representante legal: EDIRCE EUNES DE ANDRADE CPF: 395.726.331-04

Cargo: Diretor Complemento: Gestor De

E-mail: deptopessoalcanarana@hotmail.com Data início da gestão 20/03/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários em conformidade com as

cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O PREVICAN-FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CANARANA é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de

Canarana da quantia de R$ 1.034.546,36 (hum milhão e trinta e quatro mil e quinhentos e quarenta e seis reais e trinta e seis centavos),

correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores

públicos, relativos ao período de 07/2017 a 11/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Canarana confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui

estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela

exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras

importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R$ 1.034.546,36 (hum milhão e trinta e quatro mil e quinhentos e quarenta e seis reais e trinta e seis centavos), será pago em 36 (trinta e

seis) parcelas mensais e sucessivas de R$ 28.737,40 (vinte e oito mil e setecentos e trinta e sete reais e quarenta centavos) atualizadas de acordo com

o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R$ 28.737,40 (vinte e oito mil e setecentos e trinta e sete reais e quarenta centavos), vencerá em 20/01/2018 e as demais

parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério

determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das

contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irretratável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida,

atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de

parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que

tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por

cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, e multa de 0,50% (zero vírgula cinquenta por

cento), conforme Lei n° Lei Municipal nº1.338 de 15 de dezembro de 2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação

dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração

acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados

Página 1

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E

CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02141/2017)

desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá

atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido

disponibilizado pelo órgão responsávelo por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao

mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento).

Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou

extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) restações

consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3

(três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Quinta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou

transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos temos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante

parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sexta - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Sétima - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro

de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Canarana - MT / 22/12/2017

Prefeitura Municipal de Canarana

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

PREVICAN-FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CANARANA

EDIRCE EUNES DE ANDRADE

Testemunhas:

SECRETARIA DE GABINETE

CPF: 001.015.961-46 CPF: 474.537.611-15

SECRETARIA

MARCIANE CORBARI ADIRMA

ROSA GUIMARAES KOESTER

RG: 14151227 SSP/MT RG: 7140908 SJSP/MT

Página 2

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E

CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02141/2017)

DECLARAÇÃO

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos

Previdenciários nº 02141/2017, firmado entre o/a Canarana e o PREVICAN-FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE

CANARANA em 22/12/2017, foi publicado em ____/____/_____ no

( ) mural

( ) jornal _____ - Edição nº _____, de _____/_____/_____

( ) Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de _____/_____/_____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Canarana, ____/____/_____

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito

Página 3

GABINETE
PORTARIA Nº 765/2017.

De 15 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito de Canarana, no uso das atribuições previstas no artigo 108, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto nos artigos 197, 198 e 200, da Lei Complementar Municipal nº 028, de 23 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do servidor municipal E.F.R., lotado na Secretaria Municipal de Saúde, destinado a apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, os fatos de que trata o Ofício nº 165/2017 –Secretaria de Administração, datado de 15 de dezembro de 2017 (15/12/2017), bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Parágrafo único. A investigação será conduzida pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, nomeada pela Portaria nº. 718/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Canarana – MT, em 15 de dezembro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito de Canarana

GABINETE
PORTARIA Nº 766/2017.

De 15 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a instauração de Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito de Canarana, no uso das atribuições previstas no artigo 108, inciso II, alínea "c", da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto nos artigos 197, 198 e 200, da Lei Complementar Municipal nº 028, de 23 de dezembro de 2002,

R E S O L V E:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor da servidora municipal D.L.C.S., lotada na Secretaria Municipal de Saúde, destinado a apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, os fatos de que trata o Ofício nº 166/2017 –Secretaria de Administração, datado de 15 de dezembro de 2017 (15/12/2017), bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Parágrafo único. A investigação será conduzida pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, nomeada pela Portaria nº. 718/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Canarana – MT, em 15 de dezembro de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito de Canarana

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 286/2017.

SÚMULA: "RETIFICA PORTARIA Nº49/2016 DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Artigo 1º - RETIFICAR o Artigo 2º da Portaria nº 49/2016, que passa a ter a seguinte redação:

***"Artigo 2º** - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:*

Qüinqüênio 2007/2012: Período de gozo: 22 de fevereiro de 2016 a 06 de abril de 2016. 18 de dezembro de 2017 a 31 de fevereiro 2018."

Artigo 2º - Fica o poder publico municipal autorizado a reeditar a Portaria nº 49/2016

Artigo3°- Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 482/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A GESTÃO, O ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E A FISCALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO, CELEBRADOS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica **DESIGNADO** o Senhor **JOÃO FERNANDES FERREIRA NOGUEIRA,** para desempenhar a função de Fiscal de Ata de Registro de Preço a partir do dia 29 de novembro de 2017, e a senhora DAIANE ROSA DA SILVA como sua suplente.

I. Pregão Presencial n° 51/2017 II. Ata de Registro de Preço n°67/2017 III. Ata de Registro de Preço n°68/2017 IV. Ata de Registro de Preço n°69/2017 V. Ata de Registro de Preço n°70/2017 VI. Ata de Registro de Preço n°71/2017 VII. Ata de Registro de Preço n°72/2017 VIII. Ata de Registro de Preço n°73/2017 IX. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais permanentes para atender as necessidades das diversas Secretarias do Municipio de Carlinda/MT.

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 305/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **SANDRA REGINA DE OLIVEIRA DOS SANTOS no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS lotada** na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Qüinqüênio 2012/2017: Período de gozo: 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018. 01 de dezembro de 2018 a 16 de janeiro de 2019

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 304/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **LENI APARECIDA CASTRO DA SILVA** no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Qüinqüênio 2012/2017: Período de gozo: 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018. 01 de dezembro de 2018 a 16 de janeiro de 2019

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.070/2017

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO E REEDIÇÃO DA LEI MUNICIPAL N.º 892 DE 17 DE SETEMBRO DE 2015 E DA LEI MUNICIPAL N.º 753 DE 07 DE JUNHO DE 2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CAMARA MUNICIPAL DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, APROVOU E EU, **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO**, PREFEITA MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Autoriza o Executivo Municipal a proceder às alterações e reedição da Lei Municipal n.º 892 de 17 de Setembro de 2015, bem como da Lei Municipal n.º 753 de 07 de Junho de 2013:

Art. 2º - Revogar o inciso VI do Art. 43 da Lei Municipal n.º 892/2015.

Art. 3º - Alterar o Parágrafo Único do Art. 50 da Lei Municipal n.º 892/2015 que passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único - A revisão anual geral dos vencimentos dos servidores, de que trata o art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, será apurada no mês de Maio e aplicada aos vencimentos dos servidores no mês de Junho, por meio da incidência do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, divulgado pelo IBGE.

Art. 4º - Alterar o inciso IV do Art. 80 da Lei Municipal n.º 892/2015que terá a seguinte redação:

IV - Tiver percebido do Sistema de Previdência, prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 06 (seis) meses, embora descontínuos, exceto para tratar das seguintes doenças:

Art. 5º - Acrescentar a alínea "a" ao inciso IV do Art. 80 da Lei Municipal n. º 892/2015 que terá a seguinte redação:

Alínea A – Câncer, Tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, esclerose múltipla, hepatopatia grave, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida (aids) ou contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada.

Art. 6º - Alterar o inciso I do Art. 124 da Lei Municipal n.º 892/2015 que terá a seguinte redação:

I - Licença para tratamento da própria saúde, por prazo superior a 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, exceto para tratar das seguintes doenças;

Art. 7º Acrescentar a alínea "a" ao inciso I do Art. 124 da Lei Municipal n.º 892/2015 que terá a seguinte redação:

Alínea A – Câncer, tuberculose ativa, hanseníase, alienação mental, esclerose múltipla, hepatopatia grave, neoplasia maligna, cegueira, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espon-

diloartrose anquilosante, nefropatia grave, estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), síndrome da deficiência imunológica adquirida (aids) ou contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada.

Art. 8º - Revogar o inciso V do Art. 35 da Lei Municipal n.º 753/2013.

Art. 9º - Acrescentar a alínea "a" ao Parágrafo único do Art. 45 da Lei Municipal n.º 753/2013 que terá a seguinte redação:

Alínea A - A data base de aplicação da Lei n.º 11.738 de 16 de junho de 2008 para a correção mínima do piso no município de Carlinda será o mês de Maio de cada ano. Respeitado o apurado na Lei Federal nesta alínea citada.

Art. 10º - A carga horária dos motoristas do transporte escolar será organizada mediante Decreto regulamentador do Executivo Municipal, respeitada as 40h (quarenta horas) semanais.

Art. 11º - Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12º Revogam-se as demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 19 de dezembro de 2.017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 303/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **MARIA DAS DORES DA COSTA** no cargo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Qüinqüênio 2010/2015: Período de gozo: 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018. 01 de dezembro de 2018 a 16 de janeiro de 2019

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 302/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **MARIA VÂNIA DA CRUZ NASCIMENTO** no cargo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Qüinqüênio 2010/2015: Período de gozo: 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018. 01 de dezembro de 2018 a 16 de janeiro de 2019

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 301/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **SALETE TENUTTI DE SOUZA** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Qüinqüênio 2012/2017: Período de gozo: 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018. 01 de julho de 2018 a 16 de agosto de 2018

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 300/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **CLARICE FOSCARIM** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Qüinqüênio 2012/2017: Período de gozo: 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018. 18 de dezembro de 2018 a 02 de fevereiro de 2019

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 299/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **IVONE SANTOS DE OLIVEIRA** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Qüinqüênio 2012/2017: Período de gozo: 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018. 18 de dezembro de 2018 a 02 de fevereiro de 2019

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 298/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **VANUSA DA ROCHA LIMA** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Qüinqüênio 2012/2017: Período de gozo: 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018. 10 de dezembro de 2018 a 25 de janeiro de 2019

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 297/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **IRIS APARECIDA SAVEDRA DOS ANJOS** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Qüinqüênio 2012/2017: Período de gozo: 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018. 01 de julho de 2019 a 16 de agosto de 2019

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 018/2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

SUMULA: "Dispõe sobre Aprovação do Plano Municipal Plurianual de Assistência Social de Carlinda-MT".

O Conselho Municipal de Assistência Social de Carlinda-MT, no uso e suas atribuições em Reunião Ordinária no dia 18 de Dezembro de 2017, considera a necessidade de apreciação e aprovação do Plano Municipal Plurianual de Assistência Social de Carlinda-MT, resolve;

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal Plurianual de Assistência Social de Carlinda-MT".

Parágrafo único. Este documento deverá ser anexado ao Plano Municipal Plurianual de Assistência Social de Carlinda-MT, como instrumento de comprovação, ambos e de parecer favorável.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de publicação e afixação no mural.

Carlinda/MT, 18 de dezembro de 2017.

_____

Odair Marques Neves

Presidente CMAS/2017-2018

Decreto 384/2017

PORTARIA INTERNA Nº. 001/UCI/2017

PORTARIA INTERNA Nº. 001/UCI/2017

SÚMULA: **ESTABELECE O PLANEJAMENTO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI/2018, NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, COM ÊNFASE NA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 009/2009, DEFININDO OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CRONOLÓGICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal de 1988, art. 59 da Lei Complementar nº. 101/2000, artigos 75 a 80 da Lei n. 4.320/1964 e artigos 7º a 10 da Lei Complementar nº. 269/2007 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso);

CONSIDERANDO a Resolução Normativa nº. 033/2012 do TCE/MT, que em seu art. 8º determina que o Planejamento Anual de Auditoria Interna – PAAI da UCI deverá ser encaminhado a este Tribunal a partir da carga mensal de janeiro de 2014;

CONSIDERANDO que a Resolução Normativa nº. 026/2014 do TCE/MT estabelece que o Plano Anual de Auditoria Interna deverá ser elaborado, aprovado, modificado e executado a critério da Unidade de Controle Interno conforme demanda a ser atendida;

CONSIDERANDO que as atividades de auditoria de competência da UCI terão o enfoque de mensurar a eficiência e eficácia dos procedimentos de controle constituídos nos diversos sistemas administrativos, cujos resultados da avaliação serão avençados em relatórios específicos contendo recomendações para o aprimoramento dos controles;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 5º da Lei Municipal nº. 430/2007 que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno, que estabelece as responsabilidades da Unidade de Controle Interno do município de Carlinda;

CONSIDERANDO o Programa Aprimora do TCE/MT, instituído pela Resolução Normativa nº. 017/2017, cujo objetivo é fomentar o desenvolvimento dos sistemas de controles internos administrativos dos entes fiscalizados, através da realização de auditorias em nível de atividade e entidade;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer em conformidade com a Resolução Normativa nº. 026/2014 TCE/MT, o Planejamento Anual de Auditoria Interna – PAAI na Administração Direta e Indireta do Município de Carlinda/MT, que consiste na análise e verificação sistemática dos atos e registros contábeis, orçamentários, financeiros, operacionais e patrimoniais, e da existência e adequação dos controles internos, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

Art. 2º - As Auditorias e verificações serão realizadas por amostragem de documentação, as quais receberão o visto da UCI.

Parágrafo Único - As auditorias internas serão executadas pela Controladora Interna e servidor designado para auxiliar no Controle Interno.

Art. 3º - O PAAI obedecerá aos procedimentos previstos na Instrução Normativa nº. 009/2009, e outras normas que venha a regulamentar o Sistema de Controle Interno.

Art. 4º O PAAI terá início em meados de fevereiro de 2018.

Art. 5º - Os sistemas a serem auditados no exercício, foram selecionados observando a necessidade no atendimento de fluxos consideráveis e por força do Ofício Circular nº. 49/2017/GABPRES-DN.

Art. 6º - O PAAI poderá sofrer modificações e alterações nas datas no decorrer do exercício conforme demanda externa e auditorias solicitadas pela gestora.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Carlinda – MT, 19 de dezembro de 2017.

Adm. PAMELA RAFAELA EGER

Controladora Interna

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES:					
Nº.	**SISTEMAS**	**ÁREAS A SEREM AUDITADAS**	**EQUIPE**	**DATA ESTIMADA**	**PRAZO**
1	Sistema de Educação	**1.** Alimentação Escolar (Programa Aprimora); **2.** Aplicação dos Recursos do FUNDEB 40% e 60%; **3.** Aplicação dos Recursos da Educação 25%;	Controlador e técnico.	**2º Semestre/2018**	Julho a Dezembro/2018
2	Sistema Financeiro	**1.** Gestão Financeira (Programa Aprimora); **2.** Prestações de contas de diárias e adiantamentos; **3.** Verificação de pagamentos com multas e juros nas contas de telefone, energia e água.	Controlador e técnico.	**1º Semestre/2018**	Fevereiro a Junho/2018
3	Sistema Contábil	**1.** Verificação de índices de pessoal e aplicação do FUNDEB 60%.	Controlador.	**Quadrimestral**	Maio, Setembro e Dezembro/2018
4	Sistema de Saúde Pública	**1.** Aplicação dos Recursos da Saúde (15%); **2.** Atividade de logística de medicamentos. (Programa Aprimora)	Controlador e técnico.	**2º Semestre/2018**	Julho a Dezembro/2018
5	Sistema de Projetos e Obras Públicas	**1.** Lançamento de informações no Sistema Geo-obras.	Controlador e técnico.	**Semestral**	Julho e Dezembro
6	Sistema de Compras, Licitações e Contratos	**1.** Processos Licitatórios;	Controlador e técnico.	**Anual e/ou concomitante (conforme necessidade)**	———
7	Sistema de Previdência	**1.** Realização de despesas Administrativas; **2.** Controle da Receita Previdenciária e da Aplicação Financeira; **3.** Concessão de Benefícios Previdenciários.	Controlador e técnico.	**1. e 2. Semestral** **3. Concomitante**	Julho/2017 e Janeiro/2018
8	Sistema de Recursos Humanos	1. Auditoria em nível de Entidade (Programa Aprimora)	Controlador e técnico.	**1º Semestre/2018**	Fevereiro a Junho/2018
Fevereiro	**Elaboração do relatório das Contas de Gestão 2017 da Administração Direta e Indireta (envio obrigatório ao TCE)**				
Abril	**Elaboração do relatório das Contas de Governo 2017 (envio obrigatório ao TCE)**				
Julho	**Elaboração do relatório Semestral de Contas anuais de Gestão 2018 da Administração Direta e Indireta (envio obrigatório ao TCE)**				
Dezembro	**Averiguação de providências referentes às recomendações da UCI**				
Dezembro	**Elaboração do PAAI/2019 e Fechamentos de relatórios sob responsabilidade da UCI**				

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 060/2017

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADAS NA PRODUÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT".**

E que teve como vencedoras as empresas:

GRÁFICA E EDITORA CORREA LTDA EPP

CNPJ:04.691.443/0001-27

GRÁFICA E EDITORA SÃO JOÃO LTDA-ME

CNPJ:**24.679.854/0001-04**

Carlinda – MT, 19 de Dezembro de 2017.

_____

Daniele Paula Maltezo

Pregoeira Oficial

Publique-se

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 296/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **APARECIDA MONTEIRO SANTOS** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Qüinqüênio 2012/2017: Período de gozo: 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018. 01 de dezembro de 2018 a 16 de janeiro de 2019

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 295/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **MARLY NOVAKOSKI DA SILVA** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Qüinqüênio 2012/2017: Período de gozo: 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018. 01 de dezembro de 2018 a 16 de janeiro de 2019

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 294/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **MARINES LOPES DOS SANTOS** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Qüinqüênio 2012/2017: Período de gozo: 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018. 01 de dezembro de 2018 a 16 de janeiro de 2019

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 293/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **JANETE APARECIDA MEDEIROS CAMPEÃO** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Qüinqüênio 2012/2017: Período de gozo: 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018. 01 de dezembro de 2018 a 16 de janeiro de 2019

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 292/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **JANAINA SOUZA SIQUEIRA** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Qüinqüênio 2012/2017: Período de gozo: 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018. 01 de dezembro de 2018 a 16 de janeiro de 2019

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 291/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **FLORIALVA DOS SANTOS** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Qüinqüênio 2012/2017: Período de gozo: 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018. 01 de dezembro de 2018 a 16 de janeiro de 2019

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 290/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **ANDREIA NUNES DOS SANTOS** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Qüinqüênio 2012/2017: Período de gozo: 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018. 01 de dezembro de 2018 a 16 de janeiro de 2019

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 289/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **NEUSA SANTOS NASCIMENTO** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Qüinqüênio 2012/2017: Período de gozo: 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018. 01 de dezembro de 2018 a 16 de janeiro de 2019

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 288/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **TÂNIA MARIA HAEFFNER** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Qüinqüênio 2012/2017: Período de gozo: 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018. 01 de dezembro de 2018 a 16 de janeiro de 2019

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 287/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **VIVIAN DOS SANTOS LEMES** no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Qüinqüênio 2012/2017: Período de gozo: 18 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018. 01 de dezembro de 2018 a 16 de janeiro de 2019

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 306/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **APARECIDA LUZIA DE CASTRO NEGRI** no cargo de **AGENTE DE SAÚDE** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Qüinqüênio 2007/2012: Período de gozo: 18 de dezembro de 2017 a 17 de março de 2018. Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 002/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA – Estado de Mato Grosso**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Tancredo Neves, s/nº, Centro, Carlinda – MT, inscrita no CNPJ 01. 617.905/0001-78, através da sua CPL – Comissão Permanente de Licitação, nomeada pelo Decreto n° 398/2017, torna Público para conhecimento os interessados, que realizará às 08h00min (Horário Oficial de Carlinda – MT), do dia **04 de Janeiro de 2017**, na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Tancredo Neves, s/n° Centro, Carlinda - MT, abertura da Tomada de Preços nº 002/2017, pelo MENOR PREÇO GLOBAL, para "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONSTRUÇÃO DE UMA QUADRA ESPORTIVA ESCOLAR, COBERTA E COM VESTIÁRIO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ESCOLA MUNICIPAL CECILIA MEIRELES".** O edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Carlinda – MT, localizada na Avenida Tancredo Neves, s/n°, Centro, durante o horário de expediente de segunda a sexta-feira, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min, ou através do telefone (66) 3525-2000.

Carlinda – MT, 19 de Dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GISLAINE ASCANIO

Presidente da CPL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 285/2017

SÚMULA: "CONCEDE ELEVAÇÃO DE CLASSE A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO ainda, a Ata de reunião nº 11, feita pela Comissão para Avaliação das Promoções e Progressões Funcionais dos servidores do Município de Carlinda-MT instituída pela Portaria nº204/2017;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica concedida a Elevação de Classe ao servidor abaixo relacionado no Cargo de VIGIA, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Servidor	Elevação Classe	**Nível**
JOSÉ CARLOS COELHO	B	II

Artigo 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 3º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 15 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 480/2017

SÚMULA: "*DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **REMOVIDO o** Servidor **ARTHUR PEREIRA ROCHA** no cargo de MOTORISTA CNH-D/E, **da Secretaria Municipal Obras de para a Secretaria Municipal De Educação.**

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrario.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 307/2017

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDA** Licença Prêmio a servidora **SIRLENE CONCEIÇAO DE SOUZA PEREIRA** no cargo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Qüinqüênio 2007/2012: Período de gozo: 18 de dezembro de 2017 a 17 de março de 2018. Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 18 de dezembro de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO N.º 04/2017

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO N.º 04/2017

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Castanheira**

CONTRATADO:**VIDA IDEAL ASSISTÊNCIA SOCIAL EIRELI – ME inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 22.987.866/0001-70**

OBJETO: Contratação Administrativo de Prestação de Serviços de Casa de Apoio de Assistência a Paciente na Praça de Cuiabá - MT

VALOR R$ 22.000,00 (Vinte e dois mil reais)

VIGÊNCIA 02/01/2018 a 29/06/2018

FORMA DE PAGAMENTO; Mediante NF

DATA DE ASSINATURA: 20/12/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO N.º 025/2017

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO N.º 25/2017

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Castanheira**

CONTRATADO:**MOACYR MANDADORI - ME inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.974.505/0001-61**

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em exames Clínicos Laboratoriais para atender a necessidade da Secretaria de Saúde do Município de Castanheira - MT

VALOR R$ 32.510,00 (Trinta e dois mil quinhentos e dez reais)

VIGÊNCIA 02/01/2018 a 29/06/2018

FORMA DE PAGAMENTO; Mediante NF

DATA DE ASSINATURA: 20/12/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO N.º 11/2017

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO N.º 11/2017

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Castanheira**

CONTRATADO:**C.R.G CONSTRUÇÕES EIRELI - EPP inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 14.936.115/0001-05**

OBJETO: Contratação de Profissional Engenheiro Sanitarista através de Empresa para atender no Município de Castanheira - MT

VALOR R$ 10.450,00 (Dez mil quatrocentos e cinqüenta reais)

VIGÊNCIA 02/01/2018 a 28/02/2018

FORMA DE PAGAMENTO; Mediante NF

DATA DE ASSINATURA: 20/12/2017

EXTRATO DO 4º TERMO DE ADITAMENTO DE CONVENIO E DE EXECUÇÃO DO CONTRATO N.º 080/2014

4º TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO DE CONVENIO E DO CONTRATO DE EXECUÇÃO N.º 080-2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira – MT

CONTRATADO: M.T. ARANTES - ME - CNPJ/MF sob o n.º 10.821.265/0001-04

OBJETO: Contrato Administrativo de Obras e Serviços de Engenharia, com Fornecimento de Materiais e Mão de Obra – Empreitada Global para Construção da Escola Municipal "Castanheira" na sede do Município de Castanheira – MT.com base na Tomada de Preços n.º 04/2014

VIGÊNCIA 31/12/2017 a 31/12/2018

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. Apresentação da NF

DATA DE ASSINATURA: 13 de Dezembro de 2017

EXTRATO DO 4º TERMO DE ADITAMENTO DE CONVENIO E DO CONTRATO DE EXECUÇÃO N.º 083/2014

4º TERMO DE ADITAMENTO DE PRAZO DE CONVENIO E DO CONTRATO DE EXECUÇÃO N.º 083-2014

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira – MT

CONTRATADO: M.T. ARANTES - ME - CNPJ/MF sob o n.º 10.821.265/0001-04

OBJETO: Contrato Administrativo de Obras e Serviços de Engenharia, com Fornecimento de Materiais e Mão de Obra – Empreitada Global para Construção da Escola Municipal "PADRE JOSÉ DE ALENCAR" no PA "Vale do Seringal" 4º Assentamento no Município de Castanheira – MT. com base na Tomada de Preços n.º 05/2014

VIGÊNCIA 31/12/2017 a 31/12/2018

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. Apresentação da NF

DATA DE ASSINATURA: 13 de Dezembro de 2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO N.º 026/2017

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO DE VALOR E PRAZO AO CONTRATO N.º 26/2017

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Castanheira**

CONTRATADO:**PATRICIA FERNANDA GRAEFF inscrita no CREA-MT 038857 e no CPF/MF n.º 047.851.191-44**

OBJETO: Contratação de Profissional com Formação em Nível Superior – Engenheiro Civil para atender a necessidade da Secretaria de Administração do Município de Castanheira - MT

VALOR R$ 21.591,00 (Vinte e um mil quinhentos e noventa e um reais)

VIGÊNCIA 02/01/2018 a 31/09/2018

FORMA DE PAGAMENTO; Mediante NF

DATA DE ASSINATURA: 20/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
E R R A T A AO AVISO DE RESULTADO E TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 060/2017

O MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES, por meio do Presidente da Comissão Permanente de Licitação abaixo assinado, torna público para conhecimento dos interessados, a **ERRATA** a Licitação Modalidade, CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2017, que tem por objeto a ***Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para Alimentação da Merenda Escolar, em atendimento ao PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR / PNAE,*** conforme especificado abaixo:

ONDE SE LÊ:

"[...]

FORNECEDOR	ITEM	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
COOPERATIVA CENTRAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DA BAIXADA CUIABANA – CENTRAL DA BAIXADA CUIABANA	25	1.600 KG	R$ 2,99	R$ 4.784,00
	32	500 KG	R$ 2,89	R$ 1.445,00
TOTAL				**R$ 296.046,00**

"

LEIA-SE:

"[...]

FORNECEDOR	ITEM	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
COOPERATIVA CENTRAL DA AGRICULTURA FAMILIAR DA BAIXADA CUIABANA – CENTRAL DA BAIXADA CUIABANA	25	1.600 KG	R$ 2,99	R$ 4.784,00
	32	500 KG	R$ 2,89	R$ 1.445,00
TOTAL				**R$ 6.229,00**

"

Chapada dos Guimarães/MT, 19 de dezembro de 2017.

Luíz Sávio Fernandes de Campos

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Marcela Maria Eloy Paixão Oliveira

Superintendente de Licitações

LEI Nº 1.750 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

LEI Nº 1.750 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoria: Vereador NETINHO – DEM

Dispõe sobre a denominação de vias no bairro VILA SEBASTIANA, situado no Distrito de Água Fria.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A via que tem seu início na MT-020 sentido comunidade do Olho D'Água, situada no bairro Vila Sebastiana, Distrito de Água Fria, passa a denominar-se "RUA BARTOLOMEU JOSÉ ORMOND".

Art. 2º -A via principal do bairro denominado Vila Sebastiana, Distrito de Água Fria, passa a denominar-se "RUA MIGUEL LODOGERO".

Parágrafo único. Integra a presente lei a planta de localização em anexo.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas ás disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 18 de dezembro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães

LEI Nº 1.749 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

LEI Nº 1.749 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoria: Vereador THOMAS JEFFERSON - PSDB

Passa a denominar-se ALMIR ALVES DA CONCEIÇÃO e IZA GARCIA ALVES a ponte de concreto construída sobre o Rio Lagoinha.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de "Almir Alves da Conceição e Iza Garcia Alves", a ponte de concreto construída sobre o Rio Lagoinha, neste município de Chapada dos Guimarães-MT.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 18 de dezembro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães

LEI Nº 1.748 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

LEI Nº 1.748 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoria: MESA DIRETORA

Dispõe sobre a alteração do artigo 4º da Lei nº 1.699 de 16 de fevereiro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 4º da Lei nº 1.699 de 16 de fevereiro de 2017, passa a viger com a seguinte redação.

Art. 4º - A vigência dos referidos contratos autorizados por esta lei será até a data de 31 de dezembro de 2017 e poderá ser prorrogada por mais 12 (doze) meses, desde que as contratações sejam feitas mediante contagem de pontos conforme Anexo I.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 18 de dezembro de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

ERRATA LEI N° 802/2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

ERRATA

LEI N° 802/2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Essa publicação está na edição do(s) dia(s): 19 de DEZEMBRO de 2017.

ONDE SE LE:

LEI N.º 802 DE 18 DEZEMBRO 2.017.

LEIA-SE:

LEI N.º 804 DE 18 DEZEMBRO 2.017.

Cocalinho, 19 de DEZEMBRO de 2017.

LEI Nº 807, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2.017.CRIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "ALEGRIA DO SABER"

LEI Nº 807, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2.017.

"Dispõe sobre a Criação da Escola Municipal de Educação Infantil "ALEGRIA DO SABER", no Âmbito da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Cocalinho – MT e da Outras Providencias".

A **PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO,** Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições que lhe são conferidas, especialmente **Lei Orgânica Municipal**, FAZ SABER que a Câmara Municipal por seus Representantes APROVOU e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada através desta lei, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a Escola Municipal de Educação Infantil "**ALEGRIA DO SABER"** situada na Rua da Antena Jardim Popular Cocalinho - MT.

Art. 2º - Compete a Prefeitura Municipal de Cocalinho – MT, através da Secretaria de Educação e Cultura a colocação de docente e administrativo, bem como a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com a legislação pertinente, para o funcionamento da referido instituição Publica.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam – se as disposições em contrario

Gabinete da Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos 19 dias do mês de dezembro de 2.017.

_____

DALVA MARIA DE LIMA PERES

PREFEITA MUNICIPAL

LEI N.º 804 DE 18 DEZEMBRO 2.017.PARCELAR DÉBITOS COM A PGE

LEI N.º 804 DE 18 DEZEMBRO 2.017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a parcelar débitos Com a PGE-PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO originário de Auto de Infração da Vigilância Sanitária do Estado de Mato Grosso e SEMA-Secretaria de Meio Ambiente de Mato Grosso e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei orgânica municipal, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou, e ela sanciona a seguinte Lei:

ART 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos desta Lei e legislação pertinente, autorizado a realizar em até 060 (sessenta meses), Termo de Parcelamentos de Débitos, referentes a Autos de Infração de nº- 84/2007, 4961/2008 e 3959/2009 da Prefeitura de Cocalinho/MT com penalidade de Multa da Vigilância Sanitária do Estado de Mato Grosso e Autos de Infração de 110402/2008, 117257/2010 e 110374/2011 com penalidade de Degradação de Área Permanente e Ausência de licença Ambiental da SEMA - SECRETARIA DO MEIO DE AMBIENTE DE MATO GROSSO.

Parágrafo único. A Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso deverá, antes de efetivar o referido parcelamento, apresentar ao Poder Executivo Municipal, o valor do débito apurado referente ao período a que se refere este artigo, utilizando os Benefícios do REFIS/MT ficando ainda a Prefeita Municipal, autorizada a assinar todo e qualquer documento para executar de fato e de direito o competente parcelamento.

ART 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

ART 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos 18 dias do mês de Dezembro de 2.017.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

LEI MUNICIPAL N.º 806/2017 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017 DISPÕE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2018

LEI MUNICIPAL N.º 806/2017 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2018 e dá outras providências.

DALVA MARIA DE LIMA PERES, Prefeita do Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Nos termos da Constituição Federal, Artigo 165 Parágrafo 2º, esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de Cocalinho para o exercício de 2018 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, dispõem sobre as alterações na Legislação Tributária e atende as determinações impostas pela Lei Complementar n.º 101/00, de 04 de maio de 2000.

Artigo 2º - As metas e prioridades do Município para o exercício de 2018 serão estabelecidas no Anexo I desta Lei.

Parágrafo Único – Atendendo ao disposto no artigo 4º da Lei Complementar 101/2000 e no artigo 1º da Portaria STN nº 462/2009, integram esta Lei os seguintes anexos:

I – Tabela I – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências – Anexo de Riscos Fiscais - ARF (LRF, artigo 4º, § 3º);

II – Tabela II – Demonstrativo I – Metas Anuais – AMF (LRF, artigo 4º, § 1º);

III – Tabela III – Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior - AMF (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso I);

IV – Tabela IV – Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores - AMF (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso II);

V – Tabela V – Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido - AMF - (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso III);

VI – Tabela VI – Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos - AMF - (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso III);

VII – Tabela IX – Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - AMF - (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso V);

VIII – Tabela X – Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - AMF - (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso V);

Artigo 3º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício de 2018, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais, desde que façam parte do plano Plurianual correspondente ao período de 2018/2021.

Artigo 4º - A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público,conforme determina o artigo 45 da Lei Complementar n.º 101/00, de 04 de maio de 2000.

§ 1º - A Regra constante do *caput* deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

Artigo 5º – São prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2018 o cumprimento de ações estratégicas nas áreas de:

a) Educação;

b) Saúde e Saneamento;

c) Infra–Estrutura Urbana Básica;

d) Modernização Administrativa Funcional;

e) Política Salarial de acordo as normas vigentes;

f) Promoção e Assistência Social;

g) Meio Ambiente e Turismo.

Artigo 6º – O Orçamento do Município consignará, obrigatoriamente, recursos para atender as despesas de:

a) Pagamento do serviço da dívida;

b) Pagamento de pessoal e seus encargos;

c) Duodécimos destinados ao Poder Legislativo;

d) Cobertura de precatórios judiciais;

e) Manutenção das atividades do município e seus fundos;

f) Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

g) Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde;

h) Contribuição ao PASEP;

i) Reserva de Contigência nos termos do artigo 19.

Parágrafo Único – Na hipótese de o Município vir a contratar consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum, nos termos da Lei Federal nº 11.107/05, deverá observar as normas contidas no artigo 8º do referido diploma legal.

Artigo 7º – O Poder Executivo Municipal, tendo vista a capacidade financeira do município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta lei.

Parágrafo Único – Não poderão ser fixados novos projetos sem que sejam definidas as fontes de recursos, exceto aqueles financiados com recursos de outras esferas de governo.

Artigo 8º - A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância às demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Conforme previsto no artigo 166, § 8º da Constituição Federal, será admitido o desequilíbrio entre receitas e despesas desde que as previsões de receitas excedam as fixações de despesas e atendam exclusivamente às atribuições legais dos fundos previdenciários cujo objetivo principal é a captação e aplicação dos recursos financeiros para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários, considerando ainda:

I – que as despesas de custeio dos fundos previdenciários não excedam a dois pontos percentuais do valor total da remuneração dos servidores dos entes contribuidores conforme determinação da Portaria MPAS nº. 4.992, artigo 17, VIII, § 3º;

II – que os recursos dos fundos devem ser aplicados exclusivamente nos pagamentos de benefícios previdenciários conforme determinado pelo inciso III do artigo 2º da Portaria MPAS nº. 4992;

III – que os ingressos mensais de receitas são consideravelmente maiores que a execução das despesas legais e obrigacionais do fundo de previdência.

Artigo 9º - Até trinta dias após a publicação da Lei orçamentária do exercício de 2018, o Executivo estabelecerá, por Decreto, o Cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º - O cronograma que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 2º - No caso de órgãos da administração indireta, os cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a programação das transferências intragovernamentais eventualmente previstas na lei orçamentária.

Artigo 10 - Na hipótese de ser constatada após o encerramento de um bimestre, frustração na arrecadação de receitas, mediante atos próprios, os Poderes Executivo e Legislativo determinarão limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 1º - Ao determinarem à limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos poderes executivo e legislativo adotarão critérios que produza o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

§ 2º - Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3º - Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.

§ 4º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotado na hipótese de ser necessário a redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõem o artigo 31 da Lei Complementar 101/2000.

Artigo 11 - A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte caso a situação de frustração de receita se reverta no bimestre seguinte.

Artigo 12 – Todo o projeto de Lei enviado pelo Executivo, versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no artigo 14 da Lei Complementar 101/00, de 4 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município e que não afetará as ações de caráter social, particularmente, a educação, saúde e assistência social.

Artigo 13 –Para fins do disposto no Parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar n.º 101/00 considera-se irrelevante as despesas realizadas até o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) no caso de aquisições de bens e prestações de serviços, e de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) , no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Parágrafo Único – Para fins do disposto no Artigo 4º da Lei Municipal n.º 741/2015 considera-se irrelevantes as despesas realizadas até o valor de R$ 29.092,50 (vinte e nove mil e noventa e dois reais e cinquenta e dois centavos) item (c) no caso de aquisições de bens e prestações de serviços, e de R$ 54.548,54 (cinquenta e quatro mil quinhentos e quarenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), Artigo 3º item (a) no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Artigo 14 – Para fins do disposto da alínea "e", inciso I do artigo 4º da Lei Complementar n.º 101/00, o Executivo instituirá um Conselho para efetuar o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento municipal.

§ 1º - O Conselho levantará os custos e avaliará os resultados valendo-se dos seguintes critérios:

I –**O levantamento de custos será feito por consulta de preços praticados no mercado mesmo quando referirem-se a execução de obras, serviços ou aquisições que excedam aos valores de dispensa de licitação conforme previsto no artigo 43, IV da Lei Federal 8.666/93.**

II –**Quando os valores das obras, serviços ou aquisições ultrapassarem os valores de dispensa de licitação, estas se realizarão mediante formalização de processos licitatórios regidos pela Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.**

III –**Os resultados serão avaliados levando-se em conta o cumprimento das metas pretendidas, da satisfação social e da comunidade beneficiada, a execução dentro do prazo previsto e a estrita observância dos princípios da economicidade, eficácia e transparência.**

IV –**Que a execução das obras, serviços ou aquisições venham atender solicitações comunitárias ou necessidades sociais.**

§ 2º - O Conselho que trata este artigo será nomeado por Decreto a ser baixado pelo Prefeito Municipal devendo seus membros representarem:

I –**01 – Engenheiro ou Técnico representando a Secretaria de Infraestrutura, quando tratar-se de obras ou serviços de engenharia;**

II – 01 – Representante do Setor de Compras e Licitações do Município;

III – 01 – Representante da Comunidade a ser beneficiada;

IV – 01 – Representante do Conselho Municipal de Saúde, quando tratar-se de recursos da saúde;

IV – 01 – Representante da Associação de Pais, Alunos e Professores do Município, quando tratar-se de recursos da educação.

§ 3º - Os relatórios e demonstrativos produzidos pelo Conselho serão objetos de ampla divulgação, para conhecimento dos cidadãos e instituições organizadas da sociedade.

Artigo 15 – Na realização de programa de competência do Município, adotar-se-á a estratégia de transferir recursos a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos desde que autorizado em Lei Municipal e seja firmado convênios, ajustes e outros congêneres, pelo qual fique claramente definidos os deveres de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

§ 1º - No caso de transferência a pessoas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei especifica que tenha por finalidade a regulamentação de programa pelo qual essa transferência será efetuada, ainda que por meio de concessão de crédito.

§ 2º - A regra de que trata o *caput* deste artigo aplica-se às transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou outro município.

§ 3º - As transferências intragovernamentais entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõe a lei orçamentária, ficam condicionadas às normas constantes das respectivas leis instituidoras ou leis específicas.

Artigo 16 – Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas, de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congêneres e venham oferecer benefícios à população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis:

I – Empaer;

II – Policias Civil e Militar;

III – Indea;

IV – Fema;

V – Tribunal Regional Eleitoral;

VI – Exatoria Estadual;

VII – IBAMA;

VIII – Tribunal Regional do Trabalho;

IX – Detran;

X – Sindicatos;

XI – Associações e entidades sem fins lucrativoos.

Artigo 17 – O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no Artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei especifica, desde que obedecidos os limites previstos nos artigos 20 e 22, § único da Lei Complementar n.º 101/00, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal.

§ 1º - No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, limites fixados nos artigos 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º - Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Artigo 18 – Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o artigo 22 da Lei Complementar nº. 101/00, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do chefe do executivo.

Artigo 19 – Fica constituído uma Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, equivalente a, no máximo 2 % (dois por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º - Ocorrendo a necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos e eventos fiscais imprevistos, o executivo providenciará a abertura de créditos adicionais suplementares à conta de reserva do *caput*, na forma do artigo 42 da Lei Federal 4.320/64.

§ 2º - Na hipótese de não vir a ser utilizada, no todo ou em parte, a reserva de que trata o *caput* deste artigo, poderão os recursos remanescentes serem utilizados para abertura de créditos adicionais autorizados na forma do artigo 42 da Lei Federal 4.320/64.

Artigo 20 – A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2018 e a remeterá ao Executivo até 60 (sessenta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder.

Parágrafo Único – O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2018, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo conforme previsto no § 3º do artigo 12 da LC 101/2000.

Artigo 21 – Até 30 de dezembro de 2018 o executivo poderá encaminhar ao legislativo o projeto de lei estabelecendo as seguintes alterações na legislação tributária do município:

a) Revisão da planta genérica de valores, de forma a atualizar o valor venal dos imóveis e para cobrança do IPTU;

b) Atualização das alíquotas do ISSQN;

c) Atualização das taxas municipais;

d) Contribuição de Melhorias;

e) Outras receitas de competência Municipal.

Artigo 22 – Na ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária o Poder Executivo poderá fazer a revisão das metas financeiras discriminadas no Anexo I desta Lei, adequando-as com as previsões de receitas justificadas pela Memória de Cálculo.

Parágrafo Único – A proposta orçamentária deverá ser elaborada em observância ao artigo 12 da L.C. nº. 101/00 e artigos 22 a 26 da Lei Federal nº. 4.320/64.

Artigo 23 – O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2011, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo Único – O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Artigo 24 – Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

a) elaboração da proposta orçamentária de 2018, mediante regular processo de consulta;

b) avaliação das metas fiscais, conforme definido no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Artigo 25 – Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autografo da Lei Orçamentária até o início do exercício de 2018, ficam os Poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.

Artigo 26 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cocalinho – MT, 19 de dezembro de 2017.

DALVA MARIA DE LIMA PERES

Prefeita Municipal

CPF. 283.368.791–53

RG. 1.982.506/SSP/GO

END: Avenida Araguaia, nº 1.045 – *Centro – Fone (066) 3586 1595*

CEP: 78.680-000 – Cocalinho – MATO GROSSO.

LEI N.º 805 DE 19 NOVEMBRO 2.017 DOAR ÁREA PARA CONSTRUÇÃO DE CASA PELO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

LEI N.º 805 DE 19 NOVEMBRO 2.017.

Autoriza o Município de Cocalinho Estado de Mato Grosso, a doar área para construção de Casa pelo Programa Minha Casa Minha Vida e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° Fica autorizado o Município de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, DOAR AREA PARA A CONTRUÇÃO DE CASAS POPULARES, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, de acordo com a Lei N° 11.977 de 07 de julho 2009, e suas alterações.

Art. 2° A presente lei tem o objetivamente atender as necessidades da população de baixa renda na área urbana do município, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade, através de unidades habitacionais.

Art. 3º O Município poderá outorgar escritura pública, com clausula retroativa de reversão do imóvel no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado pelo período não superior a 06 (seis) meses, mediante termo aditivo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos 19 dias do mês de Dezembro de 2.017.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

EI Nº 808, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2.017. "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL BELA VISTA DO CRISTALINO

LEI Nº 808, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2.017.

"Dispõe sobre a Criação da Escola Municipal de Ensino fundamental Bela Vista do Cristalino, no Âmbito da Secretaria de Educação e Cultura do Município de Cocalinho – MT e da Outras Providencias".

A **PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO,** Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições que lhe são conferidas, especialmente **Lei Orgânica Municipal**, FAZ SABER que a Câmara Municipal por seus Representantes APROVOU e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada através desta lei, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a Escola Municipal de Educação Básica "**Bela Vista do Cristalino**". Situada na MT 326 lado esquerdo Rio Cristalino na Zona Rural.

Art. 2º - Compete a Prefeitura Municipal de Cocalinho – MT, através da Secretaria de Educação e Cultura a colocação de docente e administrativo, bem como a aplicação dos recursos financeiros em conformidade com a legislação pertinente, para o funcionamento da referido instituição Publica.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam – se as disposições em contrario

Gabinete da Prefeita Municipal de Cocalinho, Estado de Mato Grosso, aos 19 dias do mês de dezembro de 2.017.

DALVA MARIA DE LIMA PERES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

EDITAL COMPLEMENTAR 003/2017 AO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017

A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, no uso de suas atribuições legais e cumprindo o disposto no Edital n.º 001/2017, torna público, para conhecimento dos **interessados, a prorrogação para o dia 20 dezembro de 2017 o prazo para pagamento do boleto bancário referente às inscrições. Isto posto, haverá alterações nas seguintes datas do ANEXO V – cronograma previsto:**

Último dia para pagamento da taxa de inscrição	**20/12/2017**
Publicação do Edital das Inscrições Deferidas e Indeferidas e divulgação do local da Prova Escrita	**27/12/2017**
Prazo para interposição dos Recursos referente às Inscrições Geral	**28 e 29/12/2017**

Colíder/MT, 19 de dezembro de 2017.

Luciana da Silva Sant Ana

Presidente da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DECRETO LEGISLATIVO N. 018/2017

DECRETO LEGISLATIVO N. 018/2017

Súmula: "Decreta Aprovação da Contas Anuais do Poder Executivo Municipal do Exercício de 2016, Gestão do Sr. Esvandir Antonio Mendes, e dá outras providências."

O Presidente da Câmara Municipal de Colniza, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal Aprovou, e

CONSIDERANDO o Parecer Prévio N. 32/2017-TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Processo 8.441-7/2016, o qual sugere aprovação das Contas Anuais de Governo, Exercício Financeiro de 2016, Gestão do Sr. Esvandir Antonio Mendes;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovada as Contas Anuais de Governo do Exercício Financeiro de 2016, Gestão do Sr. Esvandir Antonio Mendes.

Art. 2º - Fica aprovado o Parecer Prévio n. 32/2017 -TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, Processo 8.441-7/2016.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Colniza/MT, segunda-feira,18 de dezembro de 2017.

Rodolfo Cesar Andrade Gonçalves

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE ADITIVO 175/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 175/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 090/2017

DATA: 06/12/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: C L TRANPORTES E LOCAÇÕES LTDA – ME

OBJETO: a prorrogação de prazo bem como o acréscimo do Contrato de Prestação de Serviços nº. 090/2017, que tem como objeto a contratação de horas de Caminhão para execução de serviços de recuperação de estradas vicinais no município de Comodoro-MT, sendo aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento) do valor original, que corresponde ao valor de R$31.250,00(trinta e um mil duzentos e cinquenta reais)referente ao acréscimo de 500 (quinhentas) horas no valor de R$62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos) a hora, vigorando de 07/12/2017 à 07/04/2018.

Dotação: 09.03.2.249.3.3.90.39 (525)

EXTRATO DE ADITIVO 176/2017

OITAVO TERMO ADITIVO Nº 176/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 040/2014 E ADITIVO Nº056/2015, 259/2015, 047/2016, 159, 311/2016, 011/2017 E 052/2017

DATA: 06/12/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: M. P. DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WE

OBJETO: prorrogação de prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº 040/2014 e Aditivos nºs 056/2015, 259/2015, 047/2016 e 159, 311/2016, 011/2017 e 052/2017, que tem por objeto a prestação de serviços de manutenção do sistema administrador da website www.COMODORO.mt.gov.br, Sistema de Ouvidoria, Portal Transparência hospedagens, suporte técnico, atendimento, administração das contas de e-mail, locação do sistema administrador, alteração de visual e de dados sempre que necessário, bem como o acréscimo de 25 % (vinte e cinco por cento) do valor original que corresponde ao valor de R$1.700,00 (um mil e setecentos reais), o valor do contrato fica ajustado em R$8.500,00 (oito mil e quinhentos reais), que se refere a 08 (oito) parcelas, que passarão para o valor de R$1.062,50 (mil e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) cada, vigorando de 07/12/2017 à 07/08/2018, pelo período de 08 (oito) meses.

Dotação: 03.04.2.102.3.3.90.39 (131).

EXTRATO DE ADITIVO 174/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 174/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS Nº 068/2017

DATA: 04/12/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: FERREIRA DA SILVA & CIA LTDA - ME

OBJETO: prorrogação de prazo serviços de Mecânica para manutenção preventiva e corretiva de veículos e maquinas da frota municipal, por mais 06 (seis) meses, vigorando de 05/12/2017 à 05/06/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N. 118/2017.

DECRETO N. 118/2017.

DISPÕE SOBRE DECLARAÇÃO INSERVÌVEIS OS BENS MÓVEIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, PREFEITO MUNICIPAL DE CONFRESA ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

Considerando que compete ao Governo Municipal a gestão, a condução dos negócios e a administração dos bens móveis pertencentes ao Patrimônio Público Municipal; e

Considerando ainda o interesse público, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a necessidade de baixar os referidos bens por motivos justificados;

Considerando algumas informações equivocadas constantes no Decreto nº 110, de 01 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º. Ficam declarados como inservíveis para o serviço público os bens mobiliários constantes do anexo I ao LIV, que faz parte integrante deste Decreto, pertencentes à Prefeitura Municipal de Confresa- MT, por se encontrarem em desuso e em situação precária para uso, conforme Parecer técnico da Comissão especialmente designada para este fim.

Art. 2º. Os bens móveis referidos no artigo anterior ficarão à disposição da Secretaria de Administração a partir desta data, para fins de doação, transformações, incineração destruição total ou alienação, mediante procedimentos técnicos inerentes à modalidade da baixa cabível.

Art. 3º. Torna-se sem efeitos o Decreto nº 110, de 01 de novembro de 2017.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/11/2017.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Confresa - MT, em 15 de Dezembro de 2017

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO – I Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATU-AL- $
1	3766	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
2	3767	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
3	3768	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
4	3769	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
5	3770	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
6	3772	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
7	3773	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,08
8	3774	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
9	3775	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
10	3776	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
11	3778	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,08
12	3779	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
13	3780	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
14	3781	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
15	3782	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
16	3783	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
17	3785	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
18	3786	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
19	3787	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
20	3788	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
21	3789	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
22	3790	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
23	3791	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
24	3792	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
25	3793	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
26	3794	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
27	3795	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
28	3796	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
29	3797	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
30	3798	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
31	3799	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
32	3800	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
33	3818	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
34	3819	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
35	3820	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
36	3821	MESA DE MADEIRA (REUNIAO)	PESSIMO	10,53
37	3822	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
38	3823	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
39	3828	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
40	3844	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56

ANEXO – II Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATU-AL- $
41	3854	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
42	3855	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
43	3856	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MA-DEIRA	PESSIMO	1,90
44	3857	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
45	3858	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
46	3859	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
47	3860	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
48	3861	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
49	3862	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
50	3863	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MA-DEIRA	PESSIMO	1,90
51	3865	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
52	3867	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
53	3868	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
54	3869	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
55	3870	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
56	3871	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
57	3872	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
58	3873	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
59	3874	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
60	3875	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
61	3876	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
62	3877	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
63	3878	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
64	3879	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
65	3880	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
66	3881	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
67	3882	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
68	3883	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
69	3884	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
70	3885	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
71	3886	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
72	3887	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PRO-FESSOR)	PESSIMO	7,60
73	3888	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PRO-FESSOR)	PESSIMO	7,60
74	3901	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
75	3902	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
76	3903	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
77	3904	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
78	3905	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
79	3906	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
80	3907	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46

ANEXO – III Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATU-AL- $
81	3908	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MA-DEIRA	PESSIMO	1,90
82	3909	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MA-DEIRA	PESSIMO	1,90
83	3910	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MA-DEIRA	PESSIMO	1,90
84	3911	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MA-DEIRA	PESSIMO	1,90
85	3913	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MA-DEIRA	PESSIMO	1,90
86	3914	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MA-DEIRA	PESSIMO	1,90
87	3915	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MA-DEIRA	PESSIMO	1,90
88	3916	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MA-DEIRA	PESSIMO	1,90
89	3917	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MA-DEIRA	PESSIMO	1,90
90	3918	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MA-DEIRA	PESSIMO	1,90
91	3919	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MA-DEIRA	PESSIMO	1,90
92	3920	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MA-DEIRA	PESSIMO	1,90
93	3921	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
94	3922	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
95	3924	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PRO-FESSOR)	PESSIMO	7,60
96	3925	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PRO-FESSOR)	PESSIMO	7,60
97	3929	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PRO-FESSOR)	PESSIMO	7,60
98	3930	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
99	3931	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MA-DEIRA	PESSIMO	1,90
100	3932	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
101	3933	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
102	3939	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
103	3940	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
104	3941	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
105	3942	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
106	3943	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
107	3944	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
108	3945	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
109	3946	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
110	3947	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
111	3948	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46

112	3950	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
113	3951	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
114	3952	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
115	3953	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
116	3954	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
117	3955	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
118	3956	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
119	3957	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
120	3958	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46

ANEXO – IV Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
121	3959	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
122	3960	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
123	3961	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
124	3962	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
125	3963	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
126	3964	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
127	3965	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
128	3966	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
129	3967	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
130	3968	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
131	3969	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
132	3970	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
133	3971	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
134	3972	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
135	3973	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
136	3974	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
137	3975	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
138	3976	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
139	3977	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
140	3978	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
141	3979	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
142	3980	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
143	3982	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
144	3983	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
145	3984	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
146	3985	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
147	3987	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
148	3993	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PROFESSOR)	PESSIMO	7,60
149	3994	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PROFESSOR)	PESSIMO	7,60
150	3995	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
151	3996	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
152	3997	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
153	3998	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
154	3999	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
155	4000	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
156	4201	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
157	4202	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
158	4203	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
159	4204	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
160	4205	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46

ANEXO – V Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
162	4207	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
163	4208	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
164	4209	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
165	4210	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
166	4212	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
167	4213	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
168	4214	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
169	4215	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
170	4216	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
171	4217	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
172	6930	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
173	6945	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
174	6955	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
175	6986	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
176	9709	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
177	9716	CADEIRA GIRATORIA PRESIDENTE	PESSIMO	164,08
178	3301	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
179	3302	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
180	3304	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
181	3305	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
182	3306	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
183	3308	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
184	3309	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
185	3310	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
186	3311	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
187	3312	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
188	3313	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
189	3314	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
190	3315	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
191	3316	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
192	3317	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
193	3319	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
194	3320	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
195	3321	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
196	3322	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
197	3323	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
198	3324	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
199	3325	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
200	3326	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
201	3327	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56

ANEXO – VI Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
202	3401	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
203	3402	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
204	3403	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
205	3404	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
206	3405	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
207	3406	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
208	3407	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
209	3408	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
210	3409	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
211	3410	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
212	3411	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
213	3412	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
214	3413	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
215	3414	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
216	3415	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
217	3417	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
218	3418	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
219	3419	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
220	3420	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
221	3421	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
222	3422	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56

223	3423	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
224	3424	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
225	3425	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
226	3426	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
227	3427	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
228	3428	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
229	3429	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
230	3430	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
231	3431	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
232	3432	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
233	3433	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
234	3434	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
235	3435	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
236	3436	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
237	3437	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
238	3438	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
239	3439	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
240	5662	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
241	5634	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	36,00

ANEXO – VII Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
242	5360	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
243	5361	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
244	5362	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
245	5363	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
246	5364	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
247	5365	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
248	5366	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
249	5367	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
250	5368	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
251	5369	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
252	5370	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
253	5371	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
254	5372	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
255	5373	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
256	5374	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
257	5375	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
258	5376	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
259	5377	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
260	5378	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
261	5379	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
262	5381	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
263	5382	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
264	5383	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
265	5384	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
266	5385	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
267	5386	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
268	5387	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
269	5388	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
270	5389	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
271	5390	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
272	5391	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
273	5392	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
274	5394	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
275	5395	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
276	5396	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
277	5397	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
278	5461	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
279	5468	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
280	5469	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
281	5473	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90

ANEXO – VIII Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
282	5475	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
283	5476	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
284	5477	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
285	5478	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
286	5479	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
287	5480	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
288	5481	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
289	5482	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
290	5483	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
291	5484	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
292	5485	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
293	5486	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
294	5487	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
295	5488	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
296	5489	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
297	5490	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
298	5491	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
299	5492	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
300	5493	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
301	5494	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
302	5495	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
303	5496	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
304	5497	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
305	5498	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
306	5499	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
307	5500	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
308	5502	MESA ESCOLAR DE MADEIERA (PROFESSOR)	PESSIMO	7,60
309	5503	MESA ESCOLAR DE MADEIERA (PROFESSOR)	PESSIMO	7,60
310	5504	MESA ESCOLAR DE MADEIERA (PROFESSOR)	PESSIMO	7,60
311	5506	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
312	5508	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
313	5509	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
314	5510	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
315	5511	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
316	5512	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
317	5513	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
318	5514	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
319	5515	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
320	5516	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
321	5517	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88

ANEXO – IX Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
322	5518	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
323	5519	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
324	5520	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
325	5521	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
326	5522	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
327	5523	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
328	5525	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
329	5527	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
330	5528	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
331	5530	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
332	5531	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
333	5532	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
334	5533	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
335	5534	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04

336	5535	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
337	5536	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
338	5537	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
339	5538	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
340	5539	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
341	5540	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
342	5541	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
343	5542	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
344	5545	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
345	5552	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
346	5553	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
347	5554	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
348	1562	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	7,48
349	3010	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
350	3098	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
351	4101	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
352	4108	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
353	4113	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
354	4125	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
355	4132	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
356	4159	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
357	4175	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
358	4177	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
359	4180	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
360	4181	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
361	4270	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46

ANEXO – X Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATU-AL- $
362	4291	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
363	4307	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
364	4412	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
365	4443	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
366	4457	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
367	1316	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
368	3730	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
369	3892	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
370	3893	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
371	3894	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	6,24
372	3895	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	6,24
373	3897	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	4,76
374	3898	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	4,76
375	3899	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	4,76
376	4221	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,80
377	4222	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	4,76
378	4223	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	8,84
379	4224	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
380	4225	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	4,76
381	4226	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
382	4227	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
383	4228	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	8,84
384	4229	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	8,84
385	4233	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
386	4257	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	4,16
387	7919	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
388	7920	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
389	7921	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
390	7922	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
391	7923	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
392	7924	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
393	7925	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
394	7926	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
395	7927	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
396	7928	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
397	7929	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
398	7930	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
399	7931	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
400	7932	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
401	7933	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67

ANEXO – XI Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATU-AL- $
402	7934	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
403	7935	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
404	7936	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
405	7937	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
406	7938	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
407	7939	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
408	7940	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
409	7941	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
410	7942	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
411	7943	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
412	7944	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
413	7945	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
414	7946	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
415	7947	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
416	7948	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
417	7949	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
418	7950	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
419	7951	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
420	7952	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
421	7953	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
422	7954	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
423	7955	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
424	7956	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
425	7957	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
426	7958	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
427	7959	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
428	7960	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
429	7961	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
430	7962	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
431	7963	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
432	7964	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
433	7965	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67

434	7966	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
435	8480	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
436	8481	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
437	8482	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
438	8483	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
439	8484	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
440	8485	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
441	8486	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89

ANEXO – XII Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
442	8487	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
443	8488	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
444	8489	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
445	8490	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
446	8491	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
447	8492	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
448	8493	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
449	8494	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
450	8495	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
451	8496	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
452	1148	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
453	2272	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
454	2390	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
455	2391	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
456	2393	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
457	2396	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
458	2397	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	7,48
459	2398	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
460	3002	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
461	3003	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
462	3004	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
463	3005	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
464	3006	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
465	3007	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
466	3008	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
467	3009	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
468	3011	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
469	3012	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
470	3013	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	7,48
471	3014	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
472	3015	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
473	3016	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
474	3017	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
475	3019	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
476	3021	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
477	3022	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
478	3023	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
479	3024	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
480	3029	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
481	3033	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46

ANEXO – XIII Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
482	3034	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
483	3035	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	7,48
484	3036	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
485	3037	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
486	3039	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
487	3042	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
488	3043	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
489	3044	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
490	3045	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
491	3046	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
492	3047	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
493	3048	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
494	3051	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
495	3052	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
496	3053	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
497	3054	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,52
498	3055	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
499	3056	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
500	3057	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
501	3058	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	7,48
502	3059	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
503	3061	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
504	3062	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
505	3064	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
506	3065	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
507	3067	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
508	3069	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	7,48
509	3070	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
510	3072	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
511	3073	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
512	3074	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
513	3076	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
514	3077	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
515	3081	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
516	3082	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
517	3083	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,52
518	3084	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,52
519	3085	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,52
520	3086	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,52
521	3087	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,52

ANEXO – XIV Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
522	3088	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,52
523	3091	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PROFESSOR)	PESSIMO	7,60
524	3092	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PROFESSOR)	PESSIMO	7,60
525	3096	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
526	3097	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
527	3099	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
528	3100	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
529	3102	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
530	3103	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
531	3104	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
532	3105	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
533	3109	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
534	3111	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
535	3113	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
536	3115	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
537	3117	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
538	3118	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,08
539	3123	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	7,48
540	3124	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
541	3125	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
542	3126	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
543	3127	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,08
544	3128	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
545	3130	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
546	3133	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
547	3134	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
548	3137	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
549	3138	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
550	3145	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04

551	3146	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
552	3147	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
553	3148	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
554	3149	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
555	3150	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
556	3201	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
557	3202	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
558	3204	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
559	3207	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
560	3208	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,08
561	3209	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46

ANEXO – XV Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
562	3210	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
563	3211	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
564	3212	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
565	3213	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
566	3214	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
567	3215	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
568	3216	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
569	3218	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,08
570	3219	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
571	3224	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
572	3226	MESA DE ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
573	3227	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,08
574	3228	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
575	3229	MESA DE ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
576	3230	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,08
577	3233	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
578	3234	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
579	3235	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
580	3236	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
581	3237	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
582	3241	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
583	3242	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
584	3243	MESA DE ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
585	3244	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
586	3246	MESA DE ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
587	3248	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
588	3251	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
589	3253	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
590	3254	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
591	3255	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
592	3257	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
593	3258	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
594	3260	MESA DE ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
595	3261	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
596	3262	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
597	3266	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
598	3267	MESA DE ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
599	3268	MESA DE ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
600	3272	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
601	3274	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90

ANEXO – XVI Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
602	3275	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
603	3276	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
604	3277	MESA DE ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
605	3280	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
606	3282	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
607	3283	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	7,48
608	3288	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
609	3289	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
610	3291	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
611	3292	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
612	3293	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
613	3294	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
614	3296	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
615	3297	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
616	3298	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
617	3299	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
618	3300	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
619	3375	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	7,48
620	3376	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
621	3377	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
622	3379	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
623	3380	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
624	3381	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
625	3382	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
626	3383	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
627	3384	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
628	3386	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
629	3389	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
630	3400	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
631	6580	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
632	8057	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
633	8058	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
634	8059	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
635	8060	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
636	8061	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
637	8062	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
638	8063	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
639	8064	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
640	8065	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
641	8066	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89

ANEXO – XVII Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
642	8067	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
643	8068	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
644	8069	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
645	8070	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89

646	8071	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
647	8072	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
648	8073	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
649	8074	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
650	8075	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
651	8076	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
652	8077	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
653	8078	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
654	8079	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
655	8080	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
656	8081	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
657	8082	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
658	8083	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
659	8084	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
660	8085	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
661	8086	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
662	8087	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
663	8088	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
664	8089	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
665	8090	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
666	8091	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
667	8092	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
668	8093	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
669	8094	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
670	8095	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
671	8096	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
672	8097	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
673	8098	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
674	8099	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
675	8100	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
676	8101	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
677	8102	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
678	8103	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
679	8104	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
680	8105	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
681	8106	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89

ANEXO – XVIII Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATU-AL- $
682	8107	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
683	8108	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
684	8109	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
685	8110	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
686	8111	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
687	8112	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
688	8113	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
689	8114	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
690	8115	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
691	8116	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
692	8117	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
693	8118	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
694	8119	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
695	8120	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
696	8121	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
697	8122	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
698	8123	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
699	8124	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
700	8125	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
701	8126	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
702	8127	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
703	8128	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
704	8129	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
705	8130	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
706	8131	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
707	8132	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
708	8133	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
709	8134	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
710	8135	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
711	8136	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
712	8137	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
713	8138	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
714	8139	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
715	8140	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
716	8141	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
717	8142	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
718	8143	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
719	8144	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
720	8145	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
721	8146	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89

ANEXO – XIX Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATU-AL- $
722	8147	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
723	8148	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
724	8149	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
725	8150	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
726	8151	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
727	8152	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
728	8153	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
729	8154	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89

730	8155	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
731	8156	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
732	8157	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
733	8158	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
734	8159	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
735	8160	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
736	8161	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
737	8162	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
738	8163	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
739	8164	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
740	8165	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
741	8166	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
742	8167	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
743	8168	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
744	8169	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
745	8170	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
746	8171	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
747	8172	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
748	8173	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
749	8174	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
750	8175	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
751	8176	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
752	8177	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
753	8178	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
754	4881	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,08
755	4882	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,08
756	4883	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,08
757	4884	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,08
758	4885	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,08
759	4886	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,08
760	4887	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
761	4888	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04

ANEXO – XX Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
762	4893	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
763	4894	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
764	4895	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
765	4896	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,08
766	4897	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,08
767	4898	RETROPROJETOR	PESSIMO	163,13
768	4899	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
769	4936	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
770	4937	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
771	4938	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
772	4939	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
773	4940	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
774	4941	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
775	4942	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
776	4943	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
777	4944	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
778	4945	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
779	4946	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
780	4947	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
781	4948	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
782	4949	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
783	1281	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
784	1290	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
785	1909	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
786	1910	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
787	1925	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	2,08
788	714	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	2,08
789	715	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	2,08
790	716	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	2,08
791	832	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	2,08
792	837	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	2,08
793	838	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	2,08
794	839	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	2,08
795	840	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	2,08
796	854	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
797	889	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	2,08
798	1003	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PROFESSOR)	PESSIMO	7,60
799	1525	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PROFESSOR)	PESSIMO	5,20
800	3040	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
801	6701	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90

ANEXO – XXI Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
802	6702	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
803	6703	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
804	6704	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
805	6705	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
806	6706	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
807	6707	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
808	6708	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
809	6709	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
810	6710	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
811	6711	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
812	6712	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
813	6713	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
814	6714	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
815	6715	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
816	6716	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
817	6717	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
818	6718	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
819	6719	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
820	6720	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
821	6721	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
822	6722	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
823	6723	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
824	6724	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
825	6725	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
826	6726	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
827	6727	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
828	6728	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
829	6729	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
830	6730	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90
831	6731	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITARIA	PESSIMO	11,90

832	6732	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
833	6733	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
834	6734	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
835	6735	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
836	6736	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
837	6737	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
838	6738	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
839	6739	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
840	6740	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
841	6741	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90

ANEXO – XXII Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL-$
842	6742	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
843	6743	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
844	6744	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
845	6745	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
846	6746	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
847	6747	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
848	6748	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
849	6749	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
850	6750	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
851	6751	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
852	6752	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
853	6753	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
854	6754	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
855	6755	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
856	6756	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
857	6757	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
858	6758	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
859	6759	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
860	6760	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
861	6761	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
862	6762	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
863	6763	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
864	6764	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
865	6765	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
866	6766	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
867	6767	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
868	6768	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
869	6769	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
870	6770	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
871	6771	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
872	6772	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
873	6773	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
874	6774	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
875	6775	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
876	6776	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
877	6777	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
878	6778	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
879	6779	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
880	6780	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
881	6781	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90

ANEXO – XXIII Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL-$
882	6782	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
883	6783	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
884	6784	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
885	6785	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
886	6786	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
887	6787	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
888	6788	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
889	6789	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
890	6790	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
891	6791	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
892	6792	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
893	6793	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
894	6794	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
895	6795	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
896	6796	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
897	6797	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
898	6798	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
899	6799	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
900	6800	CARTEIRA ESCOLAR UNIVERSITA-RIA	PESSIMO	11,90
901	6923	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
902	6925	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
903	6926	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
904	6927	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
905	6928	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
906	6929	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
907	6931	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
908	6932	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
909	6933	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
910	6934	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
911	6935	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
912	6936	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
913	6937	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
914	6938	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
915	6939	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
916	6940	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
917	6941	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
918	6942	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
919	6943	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
920	6944	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
921	6946	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90

ANEXO – XXIV Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $

922	6947	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
923	6948	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
924	6949	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
925	6950	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
926	6951	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
927	6952	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
928	6953	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
929	6954	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
930	6956	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
931	6957	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
932	6958	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
933	6959	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
934	6960	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
935	6961	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
936	6962	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
937	6963	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
938	6964	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
939	6965	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
940	6966	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
941	6967	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
942	6968	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
943	6969	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
944	6970	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
945	6971	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
946	6972	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
947	6973	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
948	6974	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
949	6975	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
950	6976	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
951	6977	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
952	6978	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
953	6979	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
954	6980	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
955	6981	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
956	6982	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
957	6983	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
958	6984	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
959	6985	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
960	6987	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
961	6988	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90

ANEXO – XXV Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATU-AL- $
962	6989	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
963	6990	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
964	6991	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
965	7877	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
966	7878	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
967	7879	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
968	7880	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
969	7882	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
970	7883	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
971	7884	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
972	7885	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
973	7886	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
974	7887	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
975	7888	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
976	7889	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
977	7890	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
978	7891	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
979	7892	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
980	7893	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
981	7894	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
982	7895	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
983	7896	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
984	7898	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
985	7899	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
986	7900	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
987	7901	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
988	7902	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
989	7903	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
990	7904	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
991	7905	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
992	7906	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
993	7907	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
994	7908	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
995	7909	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
996	7910	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
997	7911	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
998	7912	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
999	7913	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1000	7914	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1001	7915	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67

ANEXO – XXVI Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATU-AL- $
1002	7916	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1003	7917	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1004	7918	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1005	8336	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1006	8337	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1007	8338	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1008	8339	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1009	8340	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1010	8341	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1011	8342	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1012	8343	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1013	8344	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1014	8345	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1015	8346	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1016	8347	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1017	8348	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1018	8349	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1019	8350	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1020	8351	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1021	8352	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1022	8353	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67

1023	8354	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1024	8355	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1025	8356	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1026	8357	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1027	8358	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1028	8359	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1029	8360	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1030	8361	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1031	8362	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1032	8363	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1033	8364	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1034	8365	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1035	8366	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1036	8367	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1037	8368	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1038	8369	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1039	8370	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1040	8371	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1041	8372	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67

ANEXO – XXVII Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATU-AL- $
1042	8373	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1043	8374	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1044	8375	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1045	8376	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1046	8377	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1047	8378	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1048	8379	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1049	8380	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1050	8381	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1051	8382	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1052	8383	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1053	8384	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1054	8385	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1055	8386	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1056	8387	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1057	8388	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1058	8389	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1059	8390	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1060	8391	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1061	8392	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1062	8393	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1063	8394	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1064	8395	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1065	8396	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1066	8397	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1067	8398	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1068	8399	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1069	8400	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1070	8401	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1071	8402	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1072	8403	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1073	8404	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1074	8405	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1075	8406	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1076	8407	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1077	8408	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1078	8409	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1079	8410	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1080	8411	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1081	8412	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89

ANEXO – XXVIII Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATU-AL- $
1082	8413	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1083	8414	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1084	8415	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1085	8416	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1086	8417	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1087	8418	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1088	8419	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1089	8420	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1090	8421	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1091	8422	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1092	8423	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1093	8424	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1094	8425	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1095	8426	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1096	8427	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1097	8428	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1098	8429	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1099	8430	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1100	8431	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1101	8432	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1102	8433	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1103	8434	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1104	8435	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1105	8436	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1106	8437	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89

1107	8438	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1108	8439	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1109	8440	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1110	8441	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1111	8442	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1112	8443	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1113	8444	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1114	8445	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1115	8446	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1116	8447	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1117	8448	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1118	8449	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1119	8450	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1120	8451	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1121	8452	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89

ANEXO – XXIX Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATU-AL- $
1122	8453	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1123	8454	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1124	8455	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1125	8456	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1126	8457	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1127	8458	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1128	8459	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1129	8460	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1130	8461	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1131	8462	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1132	8463	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1133	8464	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1134	8465	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1135	8466	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1136	8467	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1137	8468	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1138	8469	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1139	8470	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1140	8471	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1141	8472	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1142	8473	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1143	8474	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1144	8475	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1145	8476	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1146	8477	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1147	8478	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1148	8479	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1149	4345	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1150	4346	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1151	4347	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1152	4348	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1153	4349	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1154	4350	QUADRO NEGRO 1,60 X 2,20	PESSIMO	22,98
1155	4351	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1156	4352	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1157	4353	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1158	4354	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1159	4355	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1160	4356	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1161	4357	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46

ANEXO – XXX Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATU-AL- $
1162	4358	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1163	4359	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1164	4360	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1165	4361	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1166	4362	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1167	4363	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1168	4364	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1169	4365	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1170	4366	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1171	4367	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1172	4368	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1173	4371	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1174	4372	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1175	4373	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1176	4374	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1177	4376	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1178	4380	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1179	4381	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1180	4382	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1181	4383	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1182	4384	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1183	4385	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1184	4386	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1185	4387	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1186	4388	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1187	4389	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1188	4391	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1189	4392	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1190	4393	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1191	4394	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1192	4396	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PRO-FESSOR)	PESSIMO	7,60
1193	4398	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1194	4399	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1195	4482	MONITOR 15 POL.	PESSIMO	10,19
1196	4483	MONITOR 15 POL.	PESSIMO	10,19
1197	4484	MONITOR 15 POL.	PESSIMO	10,19
1198	4485	MONITOR 15 POL.	PESSIMO	10,19
1199	4486	MONITOR 15 POL.	PESSIMO	10,19
1200	4487	CPU NS:0031640	PESSIMO	55,69
1201	4488	IMPRESSORA HP OFFICEJET 5400	PESSIMO	17,56

ANEXO – XXXI Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATU-AL- $
1202	4489	ESTABILIZADOR DE TENSAO 440 VA	PESSIMO	51,10
1203	4490	MESA PARA COMPUTADOR	PESSIMO	3,78
1204	4491	MESA PARA COMPUTADOR	PESSIMO	3,78
1205	4492	MESA PARA COMPUTADOR	PESSIMO	3,78
1206	4493	MESA PARA COMPUTADOR	PESSIMO	3,78
1207	4494	MESA PARA COMPUTADOR	PESSIMO	3,78
1208	4496	CADEIRA MULTIUSO PRETA	PESSIMO	5,91
1209	4498	CADEIRA MULTIUSO PRETA	PESSIMO	5,91
1210	4499	CADEIRA MULTIUSO PRETA	PESSIMO	5,91
1211	4500	CADEIRA MULTIUSO PRETA	PESSIMO	5,91
1212	4701	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1213	4702	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46

1214	4703	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1215	4704	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1216	4705	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1217	4706	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1218	4707	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1219	4708	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1220	4709	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1221	4710	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1222	4711	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1223	4712	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1224	4713	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1225	4714	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1226	4715	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1227	4716	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1228	4717	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1229	4718	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1230	4719	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1231	4720	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1232	4721	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1233	4722	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1234	4725	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1235	4726	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1236	4727	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1237	4728	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1238	4729	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1239	4735	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1240	4736	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1241	4739	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56

ANEXO – XXXII Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
1242	4740	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1243	4741	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1244	4742	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1245	4746	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1246	4747	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1247	4748	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
1248	4749	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
1249	4750	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
1250	4751	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
1251	4752	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
1252	4753	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
1253	4754	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
1254	4760	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1255	4762	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1256	4765	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1257	4766	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1258	4767	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1259	4768	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1260	4773	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1261	4774	VENTILADOR DE TETO	PESSIMO	15,60
1262	4775	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1263	4776	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1264	4777	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1265	4778	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1266	4779	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1267	4780	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1268	4781	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1269	4782	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1270	4783	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1271	4784	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1272	4785	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1273	4786	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1274	4787	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1275	4788	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1276	4789	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1277	4790	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1278	4791	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1279	4792	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1280	4793	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1281	4794	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56

ANEXO – XXXIII Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
1282	4795	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1283	4796	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1284	4797	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1285	4798	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1286	4799	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1287	4800	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1288	4801	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1289	4802	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1290	4803	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1291	4804	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1292	4805	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1293	4806	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PROFESSOR)	PESSIMO	7,60
1294	4807	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PROFESSOR)	PESSIMO	7,60
1295	4808	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PROFESSOR)	PESSIMO	7,60
1296	4809	FOGAO 03 BOCAS COM FORNO IND.	PESSIMO	24,95
1297	4810	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1298	4811	FORNO MICROONDAS GISCHER	PESSIMO	10,51
1299	4812	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1300	4813	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1301	4814	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1302	4815	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1303	4817	FREEZER 530 LTS. CONSUL	PESSIMO	284,88
1304	4818	ARMARIO DE MADEIRA COM 08 PORTAS	PESSIMO	13,30
1305	4819	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1306	4820	FOGAO INDUSTRIAL COM 02 BOCAS	PESSIMO	18,68
1307	4821	ARMARIO DE MADEIRA COM 08 PORTAS	PESSIMO	13,30
1308	4822	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,08
1309	4823	ARQUIVO DE ACO 04 GAVETAS	PESSIMO	13,19
1310	4826	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1311	4827	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PROFESSOR)	PESSIMO	7,60
1312	4828	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1313	4829	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,08
1314	4831	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PROFESSOR)	PESSIMO	7,60
1315	4832	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1316	4833	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1317	4834	VENTILADOR DE PAREDE	PESSIMO	19,64

1318	4835	MIMEOGRAFO	PESSIMO	19,18
1319	4838	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PROFESSOR)	PESSIMO	7,60
1320	4839	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1321	4840	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46

ANEXO – XXXIV Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
1322	4841	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1323	4842	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1324	4843	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1325	4845	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1326	4846	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1327	4848	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1328	4849	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1329	4850	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1330	4852	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1331	4853	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1332	4856	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1333	4857	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	22,50
1334	4858	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1335	4859	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1336	4860	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1337	4863	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1338	4865	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1339	4866	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1340	4867	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1341	4868	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1342	4869	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1343	4870	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1344	4871	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1345	4873	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1346	4874	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1347	4876	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1348	4877	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PROFESSOR)	PESSIMO	7,60
1349	4901	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1350	4902	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1351	4903	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1352	4905	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1353	4906	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1354	4907	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1355	4908	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1356	4909	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1357	4910	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1358	4911	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1359	4912	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1360	4913	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1361	4914	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56

ANEXO – XXXV Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
1362	4915	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1363	4916	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA COM ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1364	4919	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1365	4920	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1366	4921	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1367	4922	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1368	4923	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1369	4925	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1370	4927	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1371	4929	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1372	4930	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1373	4931	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1374	4933	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1375	4934	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1376	4935	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1377	7143	CADEIRA MULTIUSO PRETA	PESSIMO	5,91
1378	7144	MESA PARA IMPRESSORA	PESSIMO	4,10
1379	2584	MESA DE MADEIRA	PESSIMO	6,80
1380	3192	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1381	3194	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1382	3198	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1383	3199	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1384	3442	FOGAO INDUSTRIAL C/ 4 BOCAS	PESSIMO	28,63
1385	3443	FOGAO INDUSTRIAL C/ 4 BOCAS	PESSIMO	28,63
1386	3444	FREEZER 2 PORTAS	PESSIMO	261,92
1387	3445	CPU N°/S: 00031607	PESSIMO	55,69
1388	3446	IMPRESSORA HP 5400	PESSIMO	17,56
1389	3447	MONITOR 15 POL.	PESSIMO	10,19
1390	3448	MONITOR 15 POL.	PESSIMO	10,19
1391	3449	MONITOR 15 POL.	PESSIMO	10,19
1392	3450	MONITOR 15 POL.	PESSIMO	10,19
1393	3451	MONITOR 15 POL.	PESSIMO	10,19
1394	3453	APARELHO DE DVD PRECISION	PESSIMO	20,77
1395	3456	CADEIRA MULTIUSO PRETA	PESSIMO	5,91
1396	3457	CADEIRA MULTIUSO PRETA	PESSIMO	5,91
1397	3458	CADEIRA MULTIUSO PRETA	PESSIMO	5,91
1398	3461	MESA P/ COMPUTADOR	PESSIMO	3,78
1399	3462	MESA P/ COMPUTADOR	PESSIMO	3,78
1400	3463	MESA P/ COMPUTADOR	PESSIMO	3,78
1401	3464	MESA P/ COMPUTADOR	PESSIMO	3,78

ANEXO – XXXVI Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
1402	3465	MESA P/ COMPUTADOR	PESSIMO	3,78
1403	3466	ESTABILIZADOR 300 VA	PESSIMO	6,83
1404	3468	ARQUIVO DE ACO C/ 4 GAVETAS	PESSIMO	13,19
1405	3469	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PROFESSOR)	PESSIMO	7,60
1406	3470	MALA DE MADEIRA	PESSIMO	6,84
1407	3471	ESTANTE DE MADEIRA C/ 4 PRATELEIRA	PESSIMO	1,90
1408	3473	ESTANTE DE MADEIRA C/ 5 PRATELEIRA	PESSIMO	1,90
1409	3474	ESTANTE DE MADEIRA C/ 5 PRATELEIRA	PESSIMO	1,90
1410	3475	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1411	3476	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1412	3477	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1413	3478	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1414	3479	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1415	3480	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1416	3481	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1417	3482	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1418	3483	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1419	3484	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1420	3485	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1421	3486	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1422	3487	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1423	3488	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1424	3489	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1425	3490	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1426	3491	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56

1427	3492	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1428	3493	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1429	3494	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1430	3495	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1431	3496	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1432	3497	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1433	3499	MESA P/ IMPRESSORA	PESSIMO	4,10
1434	3500	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1435	3501	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1436	3502	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1437	3503	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1438	3504	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1439	3505	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1440	3506	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1441	3507	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46

ANEXO – XXXVII Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
1442	3508	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1443	3509	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1444	3510	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1445	3511	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1446	3512	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1447	3513	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1448	3515	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1449	3516	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1450	3517	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1451	3518	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1452	3519	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1453	3520	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1454	3521	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1455	3522	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1456	3523	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1457	3524	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1458	3526	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1459	3527	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1460	3528	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1461	3529	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1462	3530	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1463	3531	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1464	3532	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1465	3533	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1466	3534	CARTEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1467	3536	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
1468	3537	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1469	3538	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1470	3539	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1471	3540	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1472	3541	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1473	3542	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1474	3543	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1475	3544	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1476	3545	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1477	3546	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1478	3550	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1479	3551	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1480	3552	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1481	3555	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46

ANEXO – XXXVIII Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
1482	3556	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1483	3557	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1484	3558	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1485	3559	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1486	3560	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1487	3561	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1488	3562	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1489	3563	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1490	3564	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1491	3565	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1492	3566	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1493	3567	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1494	3568	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1495	3569	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1496	3570	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1497	3571	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1498	3572	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1499	3573	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1500	3574	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1501	3575	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1502	3576	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1503	3577	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1504	3578	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1505	3579	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1506	3580	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1507	3582	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1508	3583	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1509	3584	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1510	3585	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1511	3586	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1512	3587	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1513	3588	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1514	3590	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1515	3591	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
1516	3594	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
1517	3595	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
1518	3596	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	13,30
1519	3598	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1520	3600	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1521	3601	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56

ANEXO – XXXIX Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
1522	3602	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1523	3604	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1524	3606	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1525	3607	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1526	3608	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1527	3609	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1528	3610	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1529	3611	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1530	3612	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1531	3613	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1532	3614	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1533	3615	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1534	3616	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1535	3617	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1536	3618	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1537	3619	QUADRO NEGRO	PESSIMO	17,95
1538	3620	QUADRO NEGRO	PESSIMO	17,95
1539	3621	QUADRO NEGRO	PESSIMO	17,95
1540	3622	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1541	3623	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1542	3624	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1543	3625	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1544	3626	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1545	3627	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1546	3628	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46

1547	3629	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1548	3630	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1549	3631	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1550	3632	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1551	3633	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1552	3634	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1553	3635	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1554	3636	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1555	3637	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1556	3638	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1557	3639	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1558	3640	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1559	3641	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1560	3642	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1561	3643	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46

ANEXO – XL Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATU-AL- $
1562	3645	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1563	3646	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1564	3651	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1565	3652	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1566	3656	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
1567	3660	QUADRO NEGRO	PESSIMO	17,95
1568	3664	BEBEDOURO DE ACO C/ 4 TORNEIRAS	PESSIMO	349,04
1569	3665	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1570	3666	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1571	3667	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1572	3668	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1573	3669	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1574	3670	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1575	3671	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1576	3672	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1577	3673	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1578	3674	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1579	3675	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1580	3677	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1581	3678	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1582	3679	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1583	3680	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1584	3681	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1585	3682	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1586	3683	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1587	3684	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1588	3685	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1589	3686	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1590	3690	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1591	3694	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,08
1592	3696	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,08
1593	3697	QUADRO NEGRO	PESSIMO	17,95
1594	3702	QUADRO NEGRO	PESSIMO	17,95
1595	3703	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1596	3704	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1597	3705	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1598	3706	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1599	3707	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1600	3708	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1601	3709	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46

ANEXO – XLI Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATU-AL- $
1602	3710	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1603	3711	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1604	3712	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1605	3722	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1606	3726	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1607	3728	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1608	3729	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1609	3731	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1610	3732	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1611	3733	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1612	3734	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1613	3735	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1614	3736	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1615	3737	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1616	3738	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1617	3739	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1618	3740	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1619	3741	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1620	3742	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1621	3745	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA C/ ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	4,56
1622	3755	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1623	3756	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1624	3757	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1625	3759	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1626	3760	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1627	3761	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1628	3762	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1629	3763	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1630	3764	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1631	3765	QUADRO NEGRO	PESSIMO	17,95
1632	3806	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1633	3810	MICRO SYSTEM	PESSIMO	39,44
1634	7137	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA	PESSIMO	77,59
1635	7138	TELEVISAO 20 POL. LG	PESSIMO	65,53
1636	7140	CADEIRA MULTIUSO PRETA	PESSIMO	5,91
1637	7141	CADEIRA MULTIUSO PRETA	PESSIMO	5,91
1638	7142	ESTABILIZADOR DE TENSAO 440 VA	PESSIMO	51,10
1639	293	APARELHO DE AR CONDICIONADO CONSUL 7.500	PESSIMO	288,64
1640	12218	CADEIRA INFANTIL 05 A 06 ANOS C4	PESSIMO	24,24
1641	12219	CADEIRA INFANTIL 05 A 06 ANOS C4	PESSIMO	24,24

ANEXO – XLII Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATU-AL- $
1642	12220	CADEIRA INFANTIL 05 A 06 ANOS C4	PESSIMO	24,24
1643	12221	CADEIRA INFANTIL 05 A 06 ANOS C4	PESSIMO	24,24
1644	12222	CADEIRA INFANTIL 05 A 06 ANOS C4	PESSIMO	24,24
1645	12223	CADEIRA INFANTIL 05 A 06 ANOS C4	PESSIMO	24,24
1646	12224	CADEIRA INFANTIL 05 A 06 ANOS C4	PESSIMO	24,24
1647	12225	CADEIRA INFANTIL 05 A 06 ANOS C4	PESSIMO	24,24
1648	12226	CADEIRA INFANTIL 05 A 06 ANOS C4	PESSIMO	24,24
1649	12227	CADEIRA INFANTIL 05 A 06 ANOS C4	PESSIMO	24,24
1650	12228	CADEIRA INFANTIL 05 A 06 ANOS C4	PESSIMO	24,24
1651	12229	CADEIRA INFANTIL 05 A 06 ANOS C4	PESSIMO	24,24
1652	12230	CADEIRA INFANTIL 05 A 06 ANOS C4	PESSIMO	24,24
1653	12231	CADEIRA INFANTIL 05 A 06 ANOS C4	PESSIMO	24,24
1654	12232	CADEIRA INFANTIL 05 A 06 ANOS C4	PESSIMO	24,24
1655	12233	CADEIRA INFANTIL 05 A 06 ANOS C4	PESSIMO	24,24
1656	12235	CONJUNTO COLETIVO TAMANHO 1	PESSIMO	285,58
1657	12236	CONJUNTO COLETIVO TAMANHO 1	PESSIMO	285,58
1658	12237	CONJUNTO COLETIVO TAMANHO 1	PESSIMO	285,58
1659	12238	CONJUNTO COLETIVO TAMANHO 1	PESSIMO	285,58
1660	12239	CONJUNTO COLETIVO TAMANHO 1	PESSIMO	285,58
1661	12240	CONJUNTO COLETIVO TAMANHO 1	PESSIMO	285,58
1662	12241	CONJUNTO COLETIVO TAMANHO 1	PESSIMO	285,58
1663	12242	CONJUNTO COLETIVO TAMANHO 1	PESSIMO	285,58
1664	12243	CONJUNTO COLETIVO TAMANHO 1	PESSIMO	285,58
1665	12244	CONJUNTO COLETIVO TAMANHO 1	PESSIMO	285,58
1666	12260	CONJUNTO MESA/CADEIRA ALUNO TAMANHO 1	PESSIMO	103,91
1667	12261	CONJUNTO MESA/CADEIRA ALUNO TAMANHO 1	PESSIMO	103,91
1668	12262	CONJUNTO MESA/CADEIRA ALUNO TAMANHO 1	PESSIMO	103,91
1669	12263	CONJUNTO MESA/CADEIRA ALUNO TAMANHO 1	PESSIMO	103,91
1670	12264	CONJUNTO MESA/CADEIRA ALUNO TAMANHO 1	PESSIMO	103,91
1671	12265	CONJUNTO MESA/CADEIRA ALUNO TAMANHO 1	PESSIMO	103,91
1672	12266	CONJUNTO MESA/CADEIRA ALUNO TAMANHO 1	PESSIMO	103,91
1673	12267	CONJUNTO MESA/CADEIRA ALUNO TAMANHO 1	PESSIMO	103,91

1674	12268	CONJUNTO MESA/CADEIRA ALUNO TAMANHO 1	PESSIMO	103,91
1675	12269	CONJUNTO MESA/CADEIRA ALUNO TAMANHO 1	PESSIMO	103,91
1676	12270	CONJUNTO MESA/CADEIRA ALUNO TAMANHO 1	PESSIMO	103,91
1677	12271	CONJUNTO MESA/CADEIRA ALUNO TAMANHO 1	PESSIMO	103,91
1678	1718	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1679	1719	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,44
1680	1720	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1681	1721	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46

ANEXO – XLIII Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
1682	1722	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1683	1723	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1684	1724	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1685	1725	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1686	1726	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1687	1727	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1688	1728	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1689	1734	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1690	1791	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1691	1793	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1692	1794	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1693	1795	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1694	1796	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1695	1797	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1696	1798	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1697	1799	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1698	1800	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1699	2001	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1700	2002	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	11,20
1701	2003	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1702	2004	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1703	2005	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1704	2006	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1705	2007	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1706	2008	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1707	2009	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1708	2010	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1709	2011	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1710	2012	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1711	2013	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1712	2014	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1713	2015	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1714	2016	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1715	2018	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1716	2019	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1717	2020	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1718	2021	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1719	2027	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1720	2029	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1721	2030	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88

ANEXO – XLIV Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
1722	2032	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1723	2033	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1724	2034	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1725	2036	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1726	2037	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1727	2038	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1728	2039	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1729	2040	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1730	2041	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1731	2042	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1732	2043	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1733	2046	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	11,20
1734	2047	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PROFESSOR)	PESSIMO	6,40
1735	2048	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1736	2049	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1737	2050	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1738	2052	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1739	2053	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1740	2054	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1741	2055	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1742	2056	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1743	2057	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1744	2058	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1745	2059	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1746	2060	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1747	2061	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1748	2062	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1749	2063	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1750	2064	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1751	2065	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1752	2066	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1753	2067	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1754	2068	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1755	2069	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1756	2070	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1757	2071	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1758	2072	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1759	2073	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1760	2074	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1761	2076	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12

ANEXO – XLV Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
1762	2077	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1763	2080	VENTILADOR DE PAREDE ARGE	PESSIMO	3,39
1764	2082	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1765	2083	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1766	2084	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1767	2085	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1768	2086	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1769	2087	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1770	2088	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1771	2089	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1772	2090	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1773	2091	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1774	2092	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1775	2093	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1776	2094	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1777	2095	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1778	2096	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1779	2097	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1780	2098	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1781	2099	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1782	2100	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1783	2202	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,60
1784	2203	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,60
1785	2204	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1786	2205	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1787	2206	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	11,20
1788	2207	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	11,20
1789	2213	VENTILADOR DE PAREDE ARGE	PESSIMO	3,39
1790	2214	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1791	2215	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1792	2216	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1793	2217	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1794	2218	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1795	2219	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88

1796	2220	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1797	2222	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1798	2223	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1799	2224	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PROFESSOR)	PESSIMO	6,40
1800	2225	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1801	2226	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12

ANEXO – XLVI Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
1802	2227	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1803	2228	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1804	2233	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1805	2234	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1806	2235	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1807	2236	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1808	2237	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1809	2238	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1810	2239	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1811	2240	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1812	2241	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1813	2242	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1814	2243	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1815	2244	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1816	2245	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1817	2246	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1818	2247	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1819	2248	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1820	2249	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,60
1821	2251	VENTILADOR DE PAREDE ARGE	PESSIMO	3,39
1822	2257	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1823	2258	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1824	2259	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1825	2260	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1826	2261	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1827	2262	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,60
1828	2263	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,60
1829	2264	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,60
1830	2265	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1831	2266	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1832	2267	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1833	2268	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1834	2269	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1835	2270	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1836	2271	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1837	2274	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1838	2275	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1839	2276	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1840	2277	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1841	2278	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84

ANEXO – XLVII Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
1842	2279	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1843	2280	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1844	2283	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1845	2284	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	11,20
1846	2287	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	11,20
1847	2293	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PROFESSOR)	PESSIMO	6,40
1848	2298	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1849	2299	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1850	2301	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1851	2302	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1852	2304	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1853	2305	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1854	2306	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1855	2307	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1856	2308	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1857	2309	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1858	2310	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1859	2311	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1860	2312	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1861	2313	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1862	2314	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1863	2315	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1864	2316	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1865	2317	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1866	2318	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1867	2319	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1868	2320	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1869	2321	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1870	2322	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1871	2323	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1872	2324	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1873	2325	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1874	2326	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1875	2327	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1876	2328	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1877	2329	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1878	2331	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1879	2332	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1880	2334	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1881	2335	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56

ANEXO – XLVIII Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
1882	2336	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1883	2338	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1884	2339	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1885	2340	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1886	2343	MESA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	11,20
1887	2344	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	10,88
1888	2345	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	6,46
1889	2346	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1890	2347	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1891	2348	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
1892	2349	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1893	2350	MESA ESCOLAR DE MADEIRA (PROFESSOR)	PESSIMO	6,40
1894	2351	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1895	2352	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1896	2354	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,60
1897	2355	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,44
1898	2356	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,44
1899	2357		PESSIMO	2,56
1900	2358	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1901	2359	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1902	2360	CADEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	2,56
1903	2361	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,44
1904	2365	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA ESTRUTURA DE FERRO	PESSIMO	3,84
1905	2367	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,60
1906	2379	SIRENE COM ALCANCE DE 500M	PESSIMO	10,35
1907	6387	QUADRO NEGRO	PESSIMO	13,64
1908	6389	QUADRO NEGRO	PESSIMO	13,64
1909	6924	CARTEIRA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	11,90
1910	7762	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1911	7763	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67

1912	7764	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1913	7765	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1914	7766	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1915	7767	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1916	7768	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1917	7769	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1918	7770	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1919	7771	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1920	7772	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1921	7773	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67

ANEXO – XLIX Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATU-AL- $
1922	7774	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1923	7775	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1924	7776	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1925	7777	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1926	7778	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1927	7779	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1928	7780	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1929	7781	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1930	7782	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1931	7783	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1932	7784	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1933	7785	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1934	7786	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1935	7787	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1936	7788	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1937	7789	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1938	7790	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1939	7791	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1940	7792	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1941	7793	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1942	7794	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1943	7795	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1944	7796	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1945	7797	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1946	7798	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1947	7799	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1948	7800	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1949	7801	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1950	7802	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1951	7803	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1952	7804	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1953	7805	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1954	7806	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1955	7807	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1956	7808	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1957	7809	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1958	7810	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1959	7811	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1960	7812	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 06 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	11,67
1961	8179	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89

ANEXO – L Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATU-AL- $
1962	8180	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1963	8181	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1964	8182	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1965	8183	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1966	8184	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1967	8185	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1968	8186	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1969	8187	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1970	8188	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1971	8189	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1972	8190	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1973	8191	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1974	8192	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1975	8193	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1976	8194	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1977	8195	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1978	8196	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1979	8197	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1980	8198	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1981	8199	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1982	8200	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1983	8201	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1984	8202	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1985	8203	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1986	8204	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1987	8205	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1988	8206	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1989	8207	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1990	8208	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1991	8209	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1992	8210	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1993	8211	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1994	8212	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1995	8213	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89

1996	8214	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1997	8215	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1998	8216	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
1999	8217	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2000	8218	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2001	8219	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89

ANEXO – LI Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
2002	8220	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2003	8221	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2004	8222	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2005	8223	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2006	8224	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2007	8225	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2008	8226	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2009	8227	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2010	8228	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2011	8229	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2012	8230	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2013	8231	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2014	8232	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2015	8233	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2016	8234	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2017	8235	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2018	8236	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2019	8237	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2020	8238	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2021	8239	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2022	8240	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2023	8241	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2024	8242	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2025	8243	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2026	8244	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2027	8245	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2028	8246	CONJUNTO P/ ALUNO TAM 03 (1 MESA E 1 CADEIRA)	PESSIMO	7,89
2029	8859	CONJUNTO PARA PROFESSOR (MESA E CADEIRA ESTOFADA)	PESSIMO	19,90
2030	8860	CONJUNTO PARA PROFESSOR (MESA E CADEIRA ESTOFADA)	PESSIMO	19,90
2031	8861	CONJUNTO PARA PROFESSOR (MESA E CADEIRA ESTOFADA)	PESSIMO	19,90
2032	8862	CONJUNTO PARA PROFESSOR (MESA E CADEIRA ESTOFADA)	PESSIMO	19,90
2033	8863	CONJUNTO PARA PROFESSOR (MESA E CADEIRA ESTOFADA)	PESSIMO	19,90
2034	8864	CONJUNTO PARA PROFESSOR (MESA E CADEIRA ESTOFADA)	PESSIMO	19,90
2035	8865	CONJUNTO PARA PROFESSOR (MESA E CADEIRA ESTOFADA)	PESSIMO	19,90
2036	8866	CONJUNTO PARA PROFESSOR (MESA E CADEIRA ESTOFADA)	PESSIMO	19,90
2037	8867	CONJUNTO PARA PROFESSOR (MESA E CADEIRA ESTOFADA)	PESSIMO	19,90
2038	8868	CONJUNTO PARA PROFESSOR (MESA E CADEIRA ESTOFADA)	PESSIMO	19,90
2039	9088	JOGO DE MESA INFANTIL C/ 4 CADEIRAS	PESSIMO	25,00
2040	9089	JOGO DE MESA INFANTIL C/ 4 CADEIRAS	PESSIMO	25,00
2041	9090	JOGO DE MESA INFANTIL C/ 4 CADEIRAS	PESSIMO	25,00

ANEXO – LII Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL- $
2042	9091	JOGO DE MESA INFANTIL C/ 4 CADEIRAS	PESSIMO	25,00
2043	9092	JOGO DE MESA INFANTIL C/ 4 CADEIRAS	PESSIMO	25,00
2044	9142	VENTILADOR DE TETO	PESSIMO	44,60
2045	9143	VENTILADOR DE TETO	PESSIMO	44,60
2046	9144	VENTILADOR DE TETO	PESSIMO	44,60
2047	9161	VENTILADOR DE TETO	PESSIMO	44,60
2048	9162	VENTILADOR DE TETO	PESSIMO	44,60
2049	2658	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2050	2659	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2051	2660	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2052	2661	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2053	2662	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2054	2663	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2055	2665	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2056	2666	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2057	2670	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2058	2671	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2059	2672	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2060	2673	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2061	2674	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2062	2675	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2063	2676	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2064	2677	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2065	2678	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2066	2679	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2067	2680	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2068	2681	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2069	2682	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2070	2683	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2071	2684	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2072	2685	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2073	2686	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2074	2688	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2075	2689	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2076	2690	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2077	2691	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2078	2692	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2079	2693	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2080	2694	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
2081	2695	VENTILADOR 50CM	PESSIMO	48,06

ANEXO – LIII Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

ITEM	R.P.	NOMECLATURA	CONSER.	V. ATUAL-$
2082	2697	VENTILADOR 50CM	PESSIMO	48,06
2083	2699	VENTILADOR 50CM	PESSIMO	48,06
2084	2704	CADEIRA DE MADEIRA	PESSIMO	3,04
2085	2706	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
2086	2707	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
2087	2708	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
2088	2709	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
2089	2710	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
2090	2711	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
2091	2712	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
2092	2713	MESA ESCOLAR DE MADEIRA	PESSIMO	5,12
2093	2714	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2094	2715	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2095	2716	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2096	2717	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2097	2718	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2098	2719	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2099	2720	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2100	2724	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2101	2725	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2102	2726	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2103	2729	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2104	2730	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2105	2732	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2106	2733	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2107	2734	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2108	2736	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2109	2737	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2110	2738	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,96
2111	2739	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2112	2740	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2113	2741	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2114	2742	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2115	2743	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2116	2744	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2117	2746	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2118	2747	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2119	2748	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2120	2749	CADEIRA ESCOLAR INFANTIL DE MADEIRA	PESSIMO	1,90
2121	9131	VENTILADOR 50CM	PESSIMO	69,57
2122	9132	VENTILADOR 50CM	PESSIMO	69,57

ANEXO – LIV Do Decreto 118/2017 de 15 de Dezembro de 2017.

2123	9133	VENTILADOR 50CM	PESSIMO	69,57
TOTAL				22.312,96

Confresa - MT, em 15 de Dezembro de 2017

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 115-2017

DECRETO N°:115/2017

Dispõe sobre a inscrição de despesas em Restos a Pagar no exercício de 2016, e dá outras providências.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

Considerando a necessidade do fiel cumprimento das normas estabelecidas na Lei Complementar 101/2000, especificamente no que diz respeito ao equilíbrio orçamentária entre receitas e despesas;

Considerando que é imprescindível registrar somente os compromissos líquidos e certos assumidos pela administração após a devida liquidação das despesas nos termos do artigo 63, § 2º da Lei Federal 4.320/64;

Considerando ainda que é fundamental que os demonstrativos contábeis informem saldos reais de dívidas flutuantes, extirpando aquelas registradas indevidamente.

DECRETA:

Art. 1o Somente poderão ser inscritas em Restos a Pagar no exercício de 2017 as despesas empenhadas e efetivamente realizadas no exercício financeiro correspondente, cuja liquidação se tenha verificado no ano ou possa vir a ocorrer até 29 de dezembro de 2017.

§ 1o Para fins do disposto neste artigo, consideram-se realizadas as despesas em que a contraprestação em bens, serviços ou obras tenham sido efetivamente realizadas no exercício, e liquidadas aquelas cujos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito comprovem o direito do credor, conforme estabelecido no § 2º do art. 63 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.

§ 2o Os saldos de empenhos referentes a despesas que não se enquadrem no **caput** deste artigo, bem como aquelas cujo saldo se referem a empenhos estimados deverão ser anulados pelo ordenador de despesas em 29 de Dezembro de 2017.

§ 3o As despesas inscritas em Restos a Pagar não processadas e não liquidadas até 29 de dezembro do exercício de 2017 serão imediatamente anuladas, conforme demonstra Anexo I deste decreto.

§ 4o O pagamento que vier a ser reclamado em decorrência das anulações estabelecidas nos §§ 2o e 3o, cujas despesas tenham sido liquidadas ou realizadas, serão atendidos à conta de dotação orçamentária constante da lei orçamentária anual ou de créditos adicionais abertos no exercício em que se der a reclamação, por conta da dotação – despesas de Exercícios anteriores.

Art. 2o As despesas inscritas em Restos a Pagar em 2017, assim como em exercícios anteriores, e não liquidadas até a presente data, deverão ser obrigatoriamente anuladas.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no **caput** às despesas relativas a:

I - ações orçamentárias financiadas com recursos de operações de crédito externo, inclusive sua contrapartida nacional;

II - ações orçamentárias financiadas com recursos de próprios ou de convênios cuja execução esteja paralisada por falta de transferência de recursos pelas entidades conveniadas ou redimensionamento de investimentos das ações municipais;

III - restos a pagar referentes de folha de pagamentos; e

IV - encargos sociais não parcelados junto ao RGPS ou outras instituições beneficiárias dos repasses.

Art. 4o Cabe à Secretaria Municipal de Finanças e de Administração o levantamento dos créditos, situações de liquidações da despesa e cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 5o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Confresa-MT, em 15 de dezembro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 116-2017

DECRETO N°:116/2017

Estabelece normas relativas ao encerramento da execução orçamentária, financeira e patrimonial e ao levantamento do Balanço Geral do Município, do exercício de 2017, e dá outras providências.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e;

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES ABRANGIDOS

Art. 1º. Os órgãos do Poder Executivo Municipal, as entidades autárquicas, as fundações e os fundos municipais regerão suas atividades orçamentárias, financeiras e patrimoniais de encerramento do exercício em curso em conformidade com as normas da Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964, do Decreto nº 8138, de 01 de novembro de 2005, e as fixadas neste Decreto.

CAPÍTULO II

DO ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Seção I – Da Emissão de Notas de Empenho

Art. 2º. O prazo para a emissão de nota de empenho, e de seus respectivos reforços, e a liberação da cota orçamentária à conta das dotações orçamentárias do presente exercício, encerrar-se-á em 29 de dezembro de 2017, ressalvados os casos abaixo:

I – Em casos excepcionais devidamente justificados e autorizados pelo Sr. Prefeito Municipal;

II – Quando se tratar de despesas com pessoal, encargos sociais ou amortização de divida interna;

III – Despesas com água, luz, telefone e outras despesas inerentes ao funcionamento e manutenção das atividades essenciais da administração pública tais como: Infra-estrutura, Estradas e Ações e Serviços de Saúde.

Art. 3º. As Notas de Empenhos a serem emitidas nos casos relacionados no artigo anterior devem contar com previsão de recursos financeiros suficientes para seu pagamento, serão mediante disponibilidades que passarão para o exercício de 2018, então mediante comprometimento de receitas a serem arrecadadas em 2018 conforme Cronograma de Desembolso a ser elaborado pela Tesouraria Municipal.

Seção II - Da Anulação dos Empenhos e dos Saldos dos Empenhos e Globais não realizados

Art. 4º. Serão anulados até 31 de dezembro, os empenhos e os saldos dos empenhos por estimativa e globais relativos a materiais não entregues, serviços não prestados e encargos financeiros não ocorridos até esta data.

Art. 5º. Poderão ser mantidos, quando não puderem ser processados a conta do orçamento de 2017 os empenhos relativos a:

I – Transferências estabelecidas em Lei para Entidades Filantrópicas ou Particulares;

II – Materiais e equipamentos em trânsito, ou seja, as despesas empenhadas cujos materiais e equipamentos estão a caminho da sede do município ou que já tenham sido autorizados suas aquisições;

III – Obras e serviços em andamento;

IV – Compromissos decorrentes de Contratos e Convênios inclusive os relativos a serviços de utilidade pública;

V – Despesas de pessoal já ocorridas e devidamente especificadas.

Seção III – Do Pagamento

Art. 6º. O pagamento das despesas empenhadas no corrente exercício e dos restos a pagar de exercícios anteriores encerrar-se-ão em 29 de dezembro de 2017.

Seção IV – Das Inscrições das Despesas em Restos a Pagar

Art. 7º. Todas as despesas relativas a Notas de Empenhos legalmente emitidas até 31 de dezembro e não pagas serão objetos de:

I – Inscrição em Restos a Pagar Processados: Quando os materiais tenham sido entregues ou os serviços tenham sido prestados.

II – Inscrição em Restos a Pagar Não Processados: Quando os materiais não tiverem sido entregues ou serviços não tiverem sido prestados e, cujas despesas não possam ser processadas pelo orçamento de 2016.

Art. 8º. A inscrição dos Restos a Pagar Processados será realizada de forma automática pelo Departamento contábil, bastando que seja efetuada a liquidação da despesa.

Art. 9º. As Inscrições em Restos a Pagar discriminadas no artigo anterior devem obedecer ao disposto no artigo 3º desse Decreto, ou seja, devem ter obrigatoriamente previsão de recursos financeiros para seu pagamento.

Seção V – Dos Adiantamentos Concedidos

Art. 10 Na aplicação de recursos originários de adiantamentos a servidores, para atendimento de despesas de pequeno vulto e pronto pagamento, ficam as pessoas responsáveis limitadas à data de 31 de dezembro de 2017 para as realizações das despesas e dos respectivos pagamentos.

Parágrafo único. Os responsáveis por adiantamentos, de que trata o *caput*, deverão efetuar o recolhimento dos saldos não aplicados até o dia 29 de dezembro de 2017.

Seção VI – Dos Saldos Orçamentários

Art. 11 Até 29 de dezembro de 2017, a Secretaria Municipal de Finanças e Administração deverá cancelar as cotas orçamentárias não utilizadas e os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão anular os saldos das notas de empenhos referentes a despesas não realizadas no exercício corrente.

Seção VII – Da Receita Tributária

Art. 12 A Secretaria Municipal de Finanças Públicas, mediante a Coordenadoria de Atendimento Tributário, providenciará, junto às Agências bancárias, os documentos relativos aos valores arrecadados, encaminhando-os para processamento devido e concomitante, até os dias:

I – 31 de dezembro, os produzidos no período de 15 a 21 de dezembro de 2017;

II - 05 de janeiro de 2018, as produzidas no período de 28 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 13 A Secretaria Municipal de Finanças Públicas, encarregada da inscrição dos créditos públicos na Dívida Ativa, bem como dos seus respectivos controle e cobrança, mediante a Coordenadoria de Atendimento Tributário, providenciará, até o dia 15 de janeiro de 2018, comunicação relativa à movimentação dos valores no exercício, relacionando os inscritos pelos seus respectivos saldos devedores.

Art. 14 A atualização monetária dos Tributos Municipais deve ser feita até o dia 29 de dezembro de 2017 por meio de Decreto Municipal, e a publicação do ato deve ser feita ainda no exercício de 2017 para que possa vigorar no exercício de 2018.

Seção VIII – Dos Inventários Patrimoniais

Art. 15 Os órgãos da administração Direta, as entidades autárquicas, fundações e os fundos municipais deverão encaminhar seus respectivos inventários patrimoniais de Bens Móveis e Imóveis até o dia 15 de janeiro de 2018 para o Setor de Patrimônio, afim que este possa elaborar o inventário Geral do Município, atestando a localização e as responsabilidades das guardas.

I – Cabe ao setor de patrimônio elaborar o inventário geral consolidado do município;

II – É também responsabilidade do setor de patrimônio elaborar os termos de baixa, transferência, reavaliação e mesmo depreciação, obedecendo às normas gerais de contabilidade e critérios bem especificados pela comissão inventariante;

III – Deve também elaborar a relação de bens adquiridos no ano consolidada, para registro contábil e conferencia do Balanço Geral.

Art. 16 O Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal, deverá encaminhar até o dia 15 de janeiro de 2018 para a Contabilidade Central a 2ª via do Inventário Patrimonial Consolidado, para fins de análise dos aspectos técnicos formais para consolidação do Balanço Geral.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 Em caráter excepcional e devidamente justificado pelo titular de órgão e entidade da Administração Pública Municipal, é admitido, após as datas previstas nos artigos 2º e 6º, a liberação de cota orçamentária, de nota de empenho e de seus respectivos reforços, bem como do pagamento de despesas, nas dotações referentes aos créditos suplementares abertos e remanejados após as datas previstas nos artigos 2º e 6º.

Art. 18 O Departamento de Contabilidade, bem como a Secretaria Municipal de Administração ficam autorizadas a baixar instruções complementares e dirimir as dúvidas que surgirem na interpretação das disposições deste Decreto.

Art. 19 O não cumprimento dos prazos estabelecidos no presente Decreto implicará a apuração incorreta do resultado do exercício, sujeito à citação individualizada em notas explicativas ao Balanço Geral do Município.

Parágrafo único. Caberá à Secretaria Municipal de Administração a fiscalização, apuração e imposição de penalidades aos responsáveis pelo retardamento do preparo dos documentos, ou aqueles que deixarem de cumprir os prazos fixados neste Decreto.

Art. 20. Os prazos fixados neste Decreto poderão ser prorrogados a critério da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 21. Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Confresa-MT, em 15 de dezembro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 117-2017

DECRETO N.117/2017

DISPÕE SOBRE DECLARAÇÃO DE RECESSO ADMINISTRATIVO EM VIRTUDE DO ENCERRAMENTO DO ANO/EXERCÍCIO 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO:

- a proximidade do encerramento das atividades administrativas do ano/exercício 2017 desta Prefeitura, que exige atenção diferenciada pelo volume de trabalho com vistas ao fechamento de contas da Gestão, na forma da lei;

DECRETA:

Art. 1º - O período correspondido entre 18 de dezembro de 2017 a janeiro a 2 de janeiro de 2018 será considerado como período de recesso administrativo nos termos deste DECRETO;

Art. 2º - No período de recesso somente ocorrerão atividades internas nos seguintes setores: Gabinete do Prefeito, Recepção, Secretaria Municipal de Administração, Secretaria de Finanças, Contabilidade, Recursos Humanos, permanecendo inalterado o horário de trabalho. Fica suspenso o atendimento ao público no referido período, exceto casos de emergência ou urgência autorizados pelo Sr. Prefeito Municipal.

Art. 3º - Os setores considerados essenciais, tais como Setor de Tributos, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria de Infraestrutura permanecerão executando seus serviços, contudo a Secretaria de Infraestrutura somente atenderá casos de urgência, conforme análise do Secretário da Pasta, com exceção da coleta de lixo e limpeza urbana, que não poderão ser suspensas.

Art. 4º - A Secretaria Municipal de Administração tomará as providências necessárias para o cumprimento deste Decreto.

Art. 5º- Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Confresa, em 15 de dezembro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO EXPROPRIATÓRIO N.002 /2017

DECRETO EXPROPRIATÓRIO N.002 /2017

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA E AUTORIZA A DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA ESPECÍFICA, NA FORMA DO ARTIGO 5º DO DECRETO-LEI N. 3.365/41.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa MT, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, combinados com os artigos 5º, letra "i", e 6º do Decreto - Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1.941,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, a fim de ser desapropriada, por via administrativa amigável a área a seguir descrita e caracterizada, com as seguintes especificações:

- área localizada à margem da BR 158, altura do Km 02 da estrada vicinal que liga a BR 158 ao Setor de Chácaras Paraíso, sendo uma área de 1. 645,02 metros quadrados, parte de uma área maior objeto da matrícula n. 18.322 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Barra do Garças-MT, atualmente situada no perímetro urbano do Município de Confresa.

Parágrafo Único – Os titulares da área conforme matrícula são o Sr. João Prychua e sua esposa Sra. Evalina Sepp Prychua.

Art. 2º -A área objeto de desapropriação possui a seguinte descrição:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **M-1**, de coordenadas **N 8.819.757,969**m e**E 437.995,854**m;deste, segue confrontando com ESTRADA VICINAL, com os seguintes azimutes e distâncias: 108°09'30" e

252,042 m até o vértice **M-2**, de coordenadas **N 8.819.679,421**m e **E 438.235,344**m; ; deste, segue confrontando com AGROPECUARIA FRENOVA, com os seguintes azimutes e distâncias: 197°57'35" e 292,763 m até o vértice **M-3**, de coordenadas **N 8.819.400,923**m e **E 438.145,071**m; 197°54'03" e 277,799 m até o vértice **M-4**, de coordenadas **N 8.819.136,572**m e **E 438.059,684**m; 288°05'17" e 185,359 m até o vértice **M-5**, de coordenadas **N 8.819.194,122**m e **E 437.883,485**m; ; deste, segue confrontando com RICARDO BABINSKY, com os seguintes azimutes e distâncias: 288°04'26" e 66,142 m até o vértice **M-6**, de coordenadas **N 8.819.214,642**m e **E 437.820,607**m; 17°27'12" e 367,916 m até o vértice **M-7**, de coordenadas **N 8.819.565,620**m e **E 437.930,956**m; 18°38'39" e 203,002 m até o vértice **M-1**, ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 3º -O Município de Confresa já é o detentor da posse da área objeto desta desapropriação, onde estão implantados equipamentos públicos, como a Estação de Tratamento de Esgoto-ETE.

Art. 4º -A presente desapropriação é de caráter consensual entre o Município de Confresa e os proprietários do imóvel.

Art. 5º -Fica declarada de natureza urgente a desapropriação autorizada por este Decreto, para o fim do disposto no artigo 15, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1.941.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 9 de outubro de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

PORTARIA Nº 069/2017

PORTARIA N.º 069/2017

"Dispõe sobre o Auxílio Doença em favor da Servidora Sr.ª ALDENICY MATIAS PEREIRA".

*A Diretora Executiva do **PREVI-COTRI**, Instituto Municipal de Previdência Social de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 a 19, da Lei Municipal n.º 692/2011, de 02 de maio de 2011.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXÍLIO DOENÇA** em favor da servidora **Sr.ª ALDENICY MATIAS PEREIRA**, efetiva no cargo de Agente Público, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura, com remuneração integral a partir de 06/12/2017 e término em 03/02/2018, conforme processo do PREVI-COTRI nº 2017.01.00000020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cotriguaçu-MT, 12 de dezembro de 2017

Denise Schütz Freitas

Diretora Executiva do PREVI-COTRI

Portaria nº 11/2017

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Processo: 112/2017

Licitação: 01/2017 - CC

Modalidade: Concorrência p/ compras e serviços

Data da Homologação: 19/12/2017

Objeto da Licitação: **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, COM O FORNECIMENTO DE 01 (UM) MÉDICO CLINICO GERAL PARA ATENDIMENTO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF), DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, PERFAZENDO UMA CARGA HORÁRIA DE 08 (OITO) HORAS DIÁRIAS, NUM TOTAL DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS E REALIZAÇÃO DE NO MAXIMO 20 (VINTE) PLANTÕES PRESENCIAIS DE 12 HORAS, NO HOSPITAL MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU. "**

Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

- 012475 - ANDERSON BALESTRIN – ME: VALOR GLOBAL: R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)

SEC. GOVERNO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2017

VERSÃO:01

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA- PAAI- 2018

UNIDADE RESPONSÁVEL: Unidade de Coordenação do Controle Interno

I – FINALIDADE

Dispor sobre o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI/2018, da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu- MT, dos seus procedimentos e da outras providências.

II- Considerando, que o sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº4320/64, Lei Complementar nº101/2000, Lei Orgânica do Município, Lei 897/2015, demais legislações, bem como as normas especificas do TCE/MT.

RESOLVE:

Art.1°_ Apresentar o Plano Anual de Auditoria Interna- PAAI da PREFEITURA de Cotriguaçu- MT para o ano de 2018, que consiste na análise e verificação quanto aos procedimentos a serem seguidos com referências nas Instruções normativas já implementadas na Administração, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

Art.2º - Designar que o Controlador Interno Municipal, auxiliado por servidores requisitados ao órgão a ser executado a auditoria, executem a auditoria.

I- O Controlador poderá solicitar ao responsável pelo departamento a ser realizado a auditoria um funcionário responsável em acompanhar e auxiliar a executar a auditoria, no referido departamento.

II- O tipo de auditoria utilizado pelo controle interno será por amostragem.

III- O cronograma de atividade, anexo único deste Ato, poderá sofrer alterações necessárias quando da sua execução.

IV- O prazo de respostas para solicitações vindas da unidade de controle interno será de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da solicitação.

V- A Unidade de Controle Interno poderá participar de todas as reuniões dos conselhos municipais.

Art. 3º - O Plano de Auditoria Interna, esta no anexo único, desta referida Instrução Normativa.

Prefeitura Municipal de Cotriguaçu- MT, 08 de dezembro de 2017

Adalberto Cazarin da Silva

Controlador Interno de Cotriguaçu

ANEXO I

PAAI- PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA -2018

MÊS/2018	ORGÃO CENTRAL	ATIVIDADES A SEREM VERIFICADAS
JANEIRO/ FEVEREIRO	CONTROLE INTERNO	Parecer Conclusivo referente contas do ano de 2017.
	Controle Interno	Verificação dos procedimentos para a remessa de documentos e informações ao TCE/MT (Sistema APLIC).
FEVEREIRO		
	Departamento de contabilidade	Verificar o Balancete de Janeiro de 2018 e os processos de pagamentos.
MARÇO		
	Departamento de contabilidade	Verificar o Balancete de FEVEREIRO de 2018 e os processos de pagamentos.
Abril		
	Controle Interno	Verificação dos procedimentos para a remessa de documentos e informações ao TCE/MT (Sistema APLIC).
	Departamento de contabilidade	Verificar o Balancete de março de 2018 e os processos de pagamentos.
Maio		
	Departamento de contabilidade	Verificar o Balancete de abril de 2018, os processos de pagamentos e demais procedimentos da contabilidade.
	Controle Interno	Analise dos cumprimentos dos índices legais, saúde, educação, Despesa com pessoal de acordo com a LC nº 101 de 04/05/ 2000, referente ao 1º quadrimestre.
Junho	Departamento de Contabilidade	Verificar o balancete de maio de 2018 e os processos de pagamentos.
	Núcleo dos Distritos do Município	Acompanhar os procedimentos de Controle nos Distritos do Município.
Julho	Controle interno	Verificação dos procedimentos para a remessa de documentos e informações ao TCE/MT (Sistema APLIC).
	Departamento de contabilidade	Verificar o balancete de junho de 2018 e os processos de pagamentos.
Agosto		
	Departamento de contabilidade	Verificar o balancete de julho de 2018 e os processos de pagamentos.
	Controle Interno	Verificação dos procedimentos para a remessa de documentos e informações ao TCE/MT (Sistema APLIC).
Setembro		
	Departamento de contabilidade	Verificar o balancete de agosto de 2018 e os processos de pagamentos.
	Controle Interno	Analise dos cumprimentos dos índices legais, saúde, educação, Despesa com pessoal de acordo com a LC nº 101 de 04/05/ 2000, referente ao 2º quadrimestre
Outubro		
	Departamento de contabilidade	Verificar o balancete de setembro de 2018 e os processos de pagamentos.
	Controle Interno	Verificação dos procedimentos para a remessa de documentos e informações ao TCE/MT (Sistema APLIC).
Novembro	Departamento de contabilidade	Verificar o balancete de outubro de 2018 e os processos de pagamentos.
	Controle Interno	Verificação dos procedimentos para a remessa de documentos e informações ao TCE/MT (Sistema APLIC).
Dezembro		
	Departamento de contabilidade	Verificar o balancete de novembro de 2018 e os processos de pagamentos
	Controle Interno	Verificação dos procedimentos para a remessa de documentos e informações ao TCE/MT (Sistema APLIC).
	Controle Interno	Elaboração do PAAI 2018

AUDITORIAS PROGRAMA APRIMORA:

Primeiro Semestre	Gestão Financeira	Desenvolver auditoria na metodologia do programa aprimora
Primeiro Semestre	Avaliação a nível de entidade	Desenvolver auditoria na metodologia do programa aprimora
Segundo Semestre	Avaliação logística de medicamentos	Desenvolver auditoria na metodologia do programa aprimora
Segundo Semestre	Avaliação de alimentação escolar	Desenvolver auditoria na metodologia do programa aprimora

AUDITORIAS CONCOMITANTES PARA O EXERCÍCIO DE 2018:

Exercício de 2018	Departamento de licitação/ Compras	Verificação de no mínimo 10% das licitações realizadas com elaboração de parecer a cada trimestre.
Exercício de 2018	Pagamentos de Diárias	Verificação dos procedimentos de controle no pagamento de diárias com acompanhamento de no mínimo 10% das diárias concedidas.
Exercício de 2018	Pagamentos de adiantamento	Verificação de no mínimo 20 % dos adiantamentos concedidos por semestre.

ATUALIZAÇÃO INSTRUÇÃO NORMATIVA EXERCÍCIO DE 2018:

Período	Instrução Normativa a ser atualizada
Primeiro semestre 2018.	Instrução Normativa 04/2013- Instrução normativa fiscal de contrato Regulamenta **os procedimentos a serem adotados pelo Fiscal de Contrato da Prefeitura Municipal de Cotriguaçu.**
Primeiro semestre 2018.	Instrução Normativa 017/2010- Procedimentos Sistema de Saúde
Segundo semestre 2018.	Discussão para elaboração de Instrução Normativa – Processos seletivos/ Concurso.

PORTARIA Nº 068/2017

PORTARIA N.º 068/2017

"Dispõe sobre a Licença Maternidade em favor da Servidora Sr.ª NAY LUCIO MACHADO".

*A Diretora Executiva do **PREVI-COTRI**, Instituto Municipal de Previdência Social de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 26 e 27, da Lei Municipal n.º 692/2011, de 02 de maio de 2011.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **LICENÇA MATERNIDADE** em favor da servidora **Sr.ª NAY LUCIO MACHADO**, efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, com remuneração integral a partir de 05/12/2017 e término em 03/04/2018, conforme processo do PREVI-COTRI nº 2017.02.00000007.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cotriguaçu-MT, 12 de dezembro de 2017

Denise Schütz Freitas

Diretora Executiva do PREVI-COTRI

Portaria nº 11/2017

OITAVO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 010/2014.

Pelo presente TERMO ADITIVO**, ficam alteradas** A Cláusula Sétima (DO PRAZO), **referente ao Contrato nº 010/2014, objetivando a contratação:"CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA OU FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NAS UNIDADES DE SAÚDE PSF (COTRIGUAÇU I E II) E HOSPITAL MUNICIPAL".** De um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU / MT, denominada de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa TORRES E MOCHETTI SOCIEDADE MÉDICA SS, inscrito no CNPJ n° 13.766.893/0001-22, neste ato representada pelo Srº Otavio Gemenes Alvares Torres, denominado de CONTRATADO.

CLÁUSULA SEGUNDA ADITIVO – DO PRAZO – o prazo de vigência do contrato será de 31/12/2017 até 30/08/2018. Cotriguaçu, 15 de Dezembro 2017.

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 116/2017 PREGÃO PRESENCIAL 077/2017

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 116/2017

b) Licitação Nr.: 077/2017-PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 19/12/2017

e) Objeto da Licitação: **"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DE COZINHA, MOVEIS E ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E AS ESCOLAS MUNICIPAIS."**

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

- 012538 – FERRARI CELL LTDA - EPP: (04) R$ 23.370,00

- 012513 – OLMI INFORMATICA LTDA - EPP: (12) R$ 123.804,00

- 011844 – RODRIGO JESUINO PADILHA - ME: (02) R$ 26.803,00

Totalizando (18) itens no valor global de R$ 173.977,00

SEC. GOVERNO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2017 PREVI - COTRI

VERSÃO:01

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA- PAAI- 2018

UNIDADE RESPONSÁVEL: Unidade de Coordenação do Controle Interno

I – FINALIDADE

Dispor sobre o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI/2018, do Instituto de Previdência Própria PREVI-COTRI de Cotriguaçu- MT, dos seus procedimentos e da outras providências.

II- Considerando, que o sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº4320/64, Lei Complementar nº101/2000, Lei Orgânica do Município, demais legislações, bem como as normas especificas do TCE/MT.

RESOLVE:

Art.1°_ Apresentar o Plano Anual de Auditoria Interna- PAAI do PREVI-COTRI de Cotriguaçu- MT para o ano de 2018, que consiste na análise e verificação quanto aos procedimentos a serem seguidos com referências nas Instruções normativas já implementadas na Administração, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

Art.2º - Designar que o Controlador Interno Municipal, auxiliado por servidores requisitados ao órgão a ser executado a auditoria, executem a auditoria.

I- O Controlador solicitara ao responsável pelo departamento a ser realizado a auditoria um funcionário responsável em acompanhar e auxiliar a executar a auditoria, no referido departamento.

II- O tipo de auditoria utilizado pelo controle interno será por amostragem.

III- O cronograma de atividade, anexo único deste Ato, poderá sofrer alterações necessárias quando da sua execução.

IV- O prazo de respostas para solicitações vindas da unidade de controle interno será de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da solicitação.

V- A Unidade de Controle Interno poderá participar de todas as reuniões do Conselho Fiscal e do Conselho Curador.

Art. 3º - O Plano de Auditoria Interna, esta no anexo I, desta referida Instrução Normativa.

Prefeitura Municipal de Cotriguaçu- MT, 04 de dezembro de 2017

Adalberto Cazarim da Silva

Controlador Interno de Cotriguaçu

ANEXO I

PAAI- PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA -2018

MÊS/2018	ATIVIDADES A SEREM VERIFICADAS
Janeiro/ Fevereiro	
	Parecer conclusivo do controle interno sobre as contas referente ao exercício de 2017
Maio	
	Relatório referente ao Primeiro quadrimestre/2018
Julho	Parecer Semestral Controle Interno
Setembro	
	Relatório referente ao segundo quadrimestre/2018
Dezembro	
	Elaboração do PAAI-2019

RESULTADO DO PREGÃO 077/2017 PROCESSO 116/2017

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 077/2017 obteve os seguintes resultados: A empresa **FERRARI CELL LTDA - EPP** CNPJ: **11.350.664/0001-05**, foi vencedora para os itens: 5,11,12 e 21 com valor global de **R$ 23.370,00** (Vinte e três mil, trezentos e setenta reais). A empresa **OLMI INFORMATICA LTDA - EPP** CNPJ: **00.789.321/0001-17**, foi vencedora para os itens: 1,2,3,4,6,7,8,13,15,16,17 e 22 com valor global de **R$ 123.804,00** (Cento e vinte e três mil, oitocentos e quatro reais). A empresa **RODRIGO JESUINO PADILHA** CNPJ: **16.698.725/0001-35**, foi vencedora para os itens: 10 e 20 com valor global de **R$ 26.803,00** (Vinte e seis mil, oitocentos e três reais). Declaro em tempo **DESERTO** os seguintes itens: 9,14,18 e 19. O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 19 de Dezembro de 2017. Ana Vera Dreier. Pregoeira da Comissão Especial de Licitação.

PORTARIA Nº 070/2017

PORTARIA N.º 070/2017

"Dispõe sobre a prorrogação do Auxílio Doença em favor da Servidora Sr.ª ELIANDRA SOUSA DA CONCEIÇÃO".

*A Diretora Executiva do **PREVI-COTRI**, Instituto Municipal de Previdência Social de Cotriguaçu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 a 19, da Lei Municipal n.º 692/2011, de 02 de maio de 2011.*

Resolve,

Art. 1º Conceder a prorrogação do benefício de **AUXÍLIO DOENÇA** em favor da servidora **Sr.ª ELIANDRA SOUSA DA CONCEIÇÃO**, efetiva no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com remuneração integral a partir de 06/12/2017 e término em 04/06/2018, conforme processo do PREVI-COTRI nº 2014.10.00000014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Cotriguaçu-MT, 19 de dezembro de 2017

Denise Schütz Freitas

Diretora Executiva do PREVI-COTRI

Portaria nº 11/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 177/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino-Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.67,VI da Lei Orgânica do Município e,

DECRETA:

Art. 1° – Fica **EXONERADA** a pedido, a servidoraefetiva**: KÁTIA REGINA DA SILVA LARA**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade RG nº 0913025-0 SSP-MT, inscrita no CPF sob o nº 883.322.681-68, nomeada para o Cargo de **Agente Comunitário de Saúde** na função de **Agente Comunitário de Saúde,** pelo Decreto nº. 013/2010 e empossada em 24 de Março de 2010, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, exonerada em 01 de Dezembro de 2017.

Art. 1° – Fica **EXONERADA,** por falecimento, a servidoraefetiva**: OSMARINA PEREIRA CARDOSO**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade RG nº 8980984 SSP-SP, inscrita no CPF sob o nº 023.746.978-27, nomeada para o Cargo de **Técnico de Nível Médio** na função de **Técnico de Enfermagem,** pelo Decreto nº. 023/2012 e empossada em 19 de Março de 2012, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, falecimento em 07 de Dezembro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor com efeito retroativo a 01/12/2017, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino, 12 de Dezembro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 182/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR OBRA DE REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA MAJOR CAETANO DIAS , NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT

PRAZO: PRORROGADO PRAZO DE VIGÊNCIA POR MAIS 180 (CONTO E OITENTA) DIAS

CONTRATADO: ELETROCONSTRO ELETRIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

SETOR RH
PORTARIA Nº 188/2017

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder nos termos da Lei 741/2010, conforme lhe faculta o artigo 1º, Licença Maternidade, de 180(cento e oitenta) dias à servidora **KARINA APARECIDA DE LARA FERREIRA FONTES,** matrícula 5972-1**,** contados a partir de 13 de Dezembro de 2017 a 10 de Junho de 2018.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na com efeito retroativo a 13 de Dezembro de 2017.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 19 de Dezembro de 2018.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

SETOR RH
PORTARIA DRH Nº 189/2017

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONCEDE RETORNO DE AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA JAQUELINE DA SILVA LIMA DE OLIVEIRA

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder, o retorno de Auxilio Doença a servidora **JAQUELINE DA SILVA LIMA DE OLIVEIRA,** matricula nº 3075-1, no Cargo/Função de ATENDENTE DE CIDADANIA, lotada da Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, com data de retorno no dia 13 de Dezembro de 2017.

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo de 13 de Dezembro de 2017.

Diamantino/MT, 19 de Dezembro de 2017.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÃO
EXTRATO DO DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 449/2011

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA DO MINI CENTRO OLÍMPICO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT

PRAZO: 120 (CENTO E VINTE) DIAS

CONTRATADO: PRATA & CIA LTDA EPP

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

GABINETE
LEI Nº 1.193/2017

Autoriza a realização de remanejamento, transferência e transposição de dotações orçamentárias constantes da Lei Orçamentária Anual – LOA do Município de Diamantino – MT, e dá outras providências.

O Senhor **Eduardo Capistrano de Oliveira**, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dos recursos orçamentários constantes da Lei Orçamentária Anual vigente.

Parágrafo Único - Fica estipulado como limite máximo o mesmo estabelecido na Lei Orçamentária Anual para abertura de créditos adicionais suplementares do total da despesa fixada.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares, especiais e extraordinários por excesso de arrecadação, superávit financeiro, atendido o disposto nos artigos 42 e incisos I, II, III e IV do § 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64.

Parágrafo Único - Se necessária a suplementação ou abertura de crédito especial fica o Poder Executivo Municipal obrigado a atender o contido no art. 43, da Lei nº. 4.320/64, expedindo-se o Decreto Municipal de abertura de créditos adicionais, devendo detalhar o máximo possível as despesas, descrevendo a respectiva função, subfunção, programa e ação (atividade ou projeto).

Art. 3º - O Poder Executivo poderá, mediante decreto, realizar realocações de recursos entre Fontes/destinação de Recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, entre fontes/destinação de recursos orçamentárias, sem prejuízo à aplicação dos recursos vinculados de programas e transferências, de acordo com o Art. 8º, parágrafo único, da Lei n° 101/2000.

Art. 4º Para os fins desta Lei, entende-se:

I - como **transposição** as realocações no âmbito dos programas de trabalho dentro do mesmo órgão compreendendo os projetos e ou atividades;

II - como **remanejamento** as realocações com destinação de recursos de um órgão para outro;

III - como **transferência** as realocações de recursos entre categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho;

IV – como **realocações** de fontes/destinações ás alterações entre fontes de recursos determinadas na lei orçamentaria para a execução de determinado elemento de despesas.

Art. 5° - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, no curso da execução orçamentária, operações de crédito nas espécies, limites e condições estabelecidas em Resolução do Senado Federal e na legislação federal pertinente, especialmente na Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 6º - Não onerarão o limite para abertura de créditos suplementares, previsto na Lei Orçamentária Anual, os créditos:

I - Destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias, relativas à despesa de pessoal;

II - Provenientes de Incorporações por Superávit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior e incorporações de recursos provenientes de Convênios Celebrados na esfera intergovernamental, até o limite de 5% (cinco por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual;

III - Provenientes de Excesso de Arrecadação, até o limite de 5% (cinco por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária Anual;

IV - Realocações de recursos entre Fontes/destinação de Recursos de determinado elemento de despesa dentro de uma mesma categoria de programação (projeto/ atividade);

V – Créditos adicionais oriundos de leis específicas.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 01/01/2018 até 31/12/2018.

Diamantino/MT, 12 de dezembro de 2.017.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº 1.194/2017

Institui o Programa de Prorrogação da Licença-Paternidade.

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, Sr. **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica instituído o Programa de Prorrogação da Licença-Paternidade para os servidores regidos pela Lei nº 006, de 21 de maio de 1990, no âmbito do Município de Diamantino/MT.

Artigo 2° - A prorrogação da licença-paternidade será concedida ao servidor público que requeira o benefício no prazo de dois dias úteis após o nascimento ou a adoção e terá duração de quinze dias, além dos cinco dias concedidos pelo Parágrafo 1º do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

§ 1º - A prorrogação se iniciará no dia subsequente ao término da licença de que se trata o Parágrafo 1º do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

§ 2º - O disposto nesta lei aplica-se igualmente a quem adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção.

Artigo 3° - O beneficiado pela prorrogação da licença-paternidade não poderá exercer qualquer atividade remunerada durante a prorrogação da licença-paternidade.

Parágrafo único - O descumprimento do disposto neste artigo implicará o cancelamento da prorrogação da licença e o registro da ausência como falta ao serviço.

Artigo 4° - O servidor em gozo de licença-paternidade na data de entrada em vigor desta lei poderá solicitar a prorrogação da licença, desde que requerida até o último dia da licença ordinária de cinco dias.

Artigo 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino /MT, 12 de dezembro de 2017.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2017, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03. 648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2341 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, TORNA PÚBLICO, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS, do tipo “Menor Preço por item”, tendo como objetivo : REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ALUGUEL DE SITEMA DE SOM, LOCAÇÃO DE PALCOS E PROPAGANDA VOLANTE PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE DIAMANTINO-MT, que se deu no dia 14/12/2017, onde sagrou-se vencedora do único item nº 36564, 36563, 36562, 36561, 24344, 24343, 24342 e 24341 a empresa PAULO HENRIQUE ROMÃO-ME, perfazendo um valor total de R$ 605.600,00 (Seiscentos e cinco e seiscentos reais), sobre os itens. A ata encontra-se disponível no setor de licitação.

Diamantino – MT, 19 de Dezembro de 2017.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

GABINETE
LEI Nº 1.195/2017.

Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 919/2013, que institui o Plano Diretor Participativo de Diamantino e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º. Fica incluído o Parágrafo Único ao art. 54 da Lei Municipal nº 919/2013, que assim dispõe:

*"**Parágrafo Único** – Os lotes das Zonas de Interesse Social obedecerão às seguintes especificações, para fins de parcelamento do solo e licenciamento de obras e atividades:*

***I** – Lote mínimo: 200,00m² (duzentos metros quadrados);*

***II** – Testada mínima: 10,00m (dez metros);*

***III** – Coeficiente máximo de aproveitamento: 3 (três);*

***IV** – Afastamentos:*

***a**) Afastamento lateral: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);*

***b**) Afastamento frontal: 3m (três metros);*

***c**) Afastamento de fundo: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);*

***V**)Taxas de ocupação mínima: 22% (vinte e dois por cento);*

***VI**) Taxas de ocupação máxima: 75% (setenta e cinco por cento);*

***VII**) Estacionamento de veículos: conforme Código de Obras."*

Artigo 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 19 de dezembro de 2017

Eduardo Capistrano De Oliveira

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº 1.196/2017

Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 919/2013, que institui o Plano Diretor Participativo de Diamantino e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Artigo 1º. Fica incluído o Parágrafo Único ao art. 54 da Lei Municipal nº 919/2013, que assim dispõe:

*"**Parágrafo Único** – Os lotes das Zonas de Interesse Social obedecerão às seguintes especificações, para fins de parcelamento do solo e licenciamento de obras e atividades:*

***I** – Lote mínimo: 200,00m² (duzentos metros quadrados);*

***II** – Testada mínima: 10,00m (dez metros);*

***III** – Coeficiente máximo de aproveitamento: 3 (três);*

***IV** – Afastamentos:*

***a**) Afastamento lateral: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);*

***b**) Afastamento frontal: 3m (três metros);*

***c**) Afastamento de fundo: 1,50m (um metro e cinquenta centímetros);*

***V**)Taxas de ocupação mínima: 22% (vinte e dois por cento);*

***VI**) Taxas de ocupação máxima: 75% (setenta e cinco por cento);*

***VII**) Estacionamento de veículos: conforme Código de Obras."*

Artigo 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 19 de dezembro de 2017

Eduardo Capistrano De Oliveira

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº 1.196/2017

Dispõe sobre o Sistema Municipal de Assistência Social de Diamantino – SUAS/MT.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Diamantino/MT

Art. 1º. A política de Assistência Social em Diamantino/MT, habilitada em Gestão Plena, que tem por funções a proteção social, a vigilância sócio assistencial e a defesa de direitos, organiza-se sob a forma de sistema público não contributivo, com comando único, descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS/DIAMANTINO/MT.

Parágrafo único. A assistência social ocupa-se de prover proteção à vida, reduzir danos, prevenir a incidência de riscos sociais, independente de contribuição prévia, e deve ser financiada com recursos previstos no orçamento Municipal.

Art. 2º. A Política de Assistência Social do Município de Diamantino tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária.

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;

IV - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis;

V - primazia da responsabilidade do ente político na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo;

VI - centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território;

VII - integrar a rede pública e privada, com vínculo ao SUAS, de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social;

VIII - implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;

IX - estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios;

X - afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos como funções da política de assistência social.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a Assistência Social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais visando universalizar a proteção social e atender às contingências sociais.

Art. 3º. São princípios organizativos do SUAS/DIAMANTINO/MT:

I - universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

II - gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida, observado o que dispõe o art. 35, da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso;

III - integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV – intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais;

V – equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;

VI - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

VII - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

VIII - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IX - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

X - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Art. 4º. São seguranças afiançadas pelo SUAS/DIAMANTINO/MT:

I - acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter:

a) condições de recepção;

b) escuta profissional qualificada;

c) informação;

d) referência;

e) concessão de benefícios;

f) aquisições materiais e sociais;

g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco.

II - renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros ofertados pelas esferas Estadual e Federal e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

III - convívio ou vivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:

a) a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários;

b) o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade;

IV - desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para:

a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania;

b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão e a cidadã, a família e a sociedade;

c) conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos e as cidadãs sob contingências e vicissitudes.

V - apoio e auxílio: quando, sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

Art. 5º. A organização da Assistência Social no Município de Diamantino observará as seguintes diretrizes:

I - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de Assistência Social em cada esfera de governo;

II - descentralização político-administrativa e comando único em cada esfera de gestão;

III – do financiamento partilhado dos entes federados;

IV – matricialidade sociofamiliar;

V- territorialização;

VI - fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;

VII - participação popular e controle social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

Art. 6°. São princípios éticos para a oferta da proteção socioassistencial no SUAS/DIAMANTINO/MT:

I - defesa incondicional da liberdade, da dignidade da pessoa humana, da privacidade, da cidadania, da integridade física, moral e psicológica e dos direitos socioassistenciais;

II – defesa do protagonismo e da autonomia dos usuários e a recusa de práticas de caráter clientelista, vexatório ou com intuito de benesse ou ajuda;

III - oferta de serviços, programas, projetos e benefícios públicos gratuitos com qualidade e continuidade, que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais;

IV - garantia da laicidade na relação entre o cidadão e o Estado na prestação e divulgação das ações do SUAS;

V - respeito à pluralidade e diversidade cultural, socioeconômica, política e religiosa;

VI - combate às discriminações etárias, étnicas, de classe social, de gênero, por orientação sexual ou por deficiência, dentre outras;

VII – garantia do direito a receber dos órgãos públicos e prestadores de serviços o acesso às informações e documentos da assistência social, de interesse particular, ou coletivo, ou geral, que serão prestadas dentro do prazo da Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação - LAI, e a identificação daqueles que o atender;

VIII - proteção à privacidade dos usuários, observando o sigilo profissional, preservando sua intimidade e opção e resgatando sua história de vida;

IX - garantia de atenção profissional direcionada para a construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade do usuário;

X - reconhecimento do direito dos usuários de ter acesso a benefícios e à renda ofertada pelas esferas Estadual e Federal;

XI – garantia incondicional do exercício do direito à participação democrática dos usuários, com incentivo e apoio à organização de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares, potencializando práticas participativas;

XII - acesso à assistência social a quem dela necessitar, sem discriminação social de qualquer natureza, resguardando os critérios de elegibilidade dos diferentes benefícios e as especificidades dos serviços, programas e projetos;

XIII - garantia aos profissionais das condições necessárias para a oferta de serviços em local adequado e acessível aos usuários, com a preservação do sigilo sobre as informações prestadas no atendimento socioassistencial, de forma a assegurar o compromisso ético e profissional estabelecidos na Norma Operacional Básica de Recurso Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS;

XIV - disseminação do conhecimento produzido no âmbito do SUAS, por meio da publicização e divulgação das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários e trabalhadores, no sentido de que estes possam usá-las na defesa da assistência social, de seus direitos e na melhoria das qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios;

XV – simplificação dos processos e procedimentos na relação com os usuários no acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios, agilizando e melhorando sua oferta;

XVI – garantia de acolhida digna, atenciosa, equitativa, com qualidade, agilidade e continuidade;

XVII – prevalência, no âmbito do SUAS, de ações articuladas e integradas, para garantir a integralidade da proteção socioassistencial aos usuários dos serviços, programas, projetos e benefícios;

XVIII – garantia aos usuários do direito às informações do respectivo histórico de atendimentos, devidamente registrados nos prontuários do SUAS.

Art. 7º. A garantia de proteção socioassistencial do SUAS/DIAMANTINO/MT compreende:

I - precedência da proteção social básica, com o objetivo de prevenir situações de risco social e pessoal;

II - não submissão do usuário a situações de subalternização;

III - desenvolvimento de ofertas de serviços e benefícios que favoreçam aos usuários do SUAS a autonomia, resiliência, sustentabilidade, protagonismo, acesso a oportunidades, condições de convívio e socialização, de acordo com sua capacidade, dignidade e projeto pessoal e social;

IV – dimensão proativa que compreende a intervenção planejada e sistemática para o alcance dos objetivos do SUAS com absoluta primazia da responsabilidade estatal na condução da política de assistência social municipal;

V – reafirmação da assistência social como política de seguridade social e a importância da intersetorialidade com as demais políticas públicas para a efetivação da proteção social.

Art. 8º. São responsabilidades do Município de Diamantino/MT:

I - destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 - LOAS, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS;

II - efetuar a oferta do auxílio-natalidade e o auxílio- funeral;

III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV - atender às ações socioassistenciais de caráter de emergenciais;

V - prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993 LOAS;

VI - cofinanciar o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas e projetos de assistência social, em âmbito local;

VII - realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em âmbito local;

VIII - aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;

IX - organizar a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;

X - organizar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial;

XI – alimentar o Censo SUAS;

XII - assumir as atribuições no processo de municipalização dos serviços de proteção social básica;

XIII - participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na Comissão Intergestores Bipartite - CIB;

XIV - realizar a gestão local do Benefício de Prestação Continuada, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;

XV - gerir, no âmbito municipal, o Cadastro Único e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1º do art. 8° da Lei nº. 10.836 de 2004;

XVI - elaborar e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e pactuado na CIB;

XVII - prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;

XVIII – zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos Estados ao Município, inclusive no que tange a prestação de contas;

XIX - proceder o preenchimento do sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social de que trata o inciso XI do art. 19 da LOAS;

XX - viabilizar estratégias e mecanismos de organização para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades e organizações de acordo com as normativas federais;

XXI – normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades vinculadas ao SUAS, conforme §3º do art. 6º B da LOAS e sua regulamentação em âmbito federal.

CAPÍTULO II

Da Gestão e Organização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Município de Diamantino/MT

Seção I

Da Gestão

Art. 9º. A gestão das ações na área de Assistência Social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União.

Parágrafo único. O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de Assistência Social e pelas entidades e organizações de Assistência Social abrangida pela Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art. 10. O Município de Diamantino atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo-

lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais em seu âmbito.

Art. 11. O órgão gestor da política de Assistência Social no Município de Diamantino é a Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS.

Seção II

Da Organização

Art. 12. Os serviços socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social no Município de Diamantino/MT são organizados segundo as seguintes funções:

I – Vigilância Socioassistencial: refere-se à produção, sistematização de informações, indicadores e índices territorializados das situações de vulnerabilidade e de risco pessoal e social que incidem sobre famílias/pessoas nos diferentes ciclos de vida;

II – Proteção Social: consistem no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo Sistema Único de Assistência Social – SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo de vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional;

III – Defesa Social e Institucional: a proteção social, tanto básica quanto especial, deve ser organizada de forma a garantir aos seus usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa.

Parágrafo único. Com base nas vulnerabilidades e riscos sociais, as proteções sociais são ofertadas no Sistema Único de Assistência Social – SUAS por níveis de complexidade, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Art. 13. O Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Município de Diamantino/MT organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - Proteção Social Básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários por meio do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam à convivência, à socialização e ao acolhimento em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho;

II - Proteção Social Especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos destinada às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, negligência, maus tratos físicos e/ou psíquicos, violência sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, situação de rua, situação de trabalho infanto-juvenil.

Art. 14. A Proteção Social Básica compõe-se precipuamente dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

II - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;

III – Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;

§1°. Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Básica poderão ser executados de forma descentralizada por equipes habilitadas;

§2°. O PAIF deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Art. 15. A Proteção Social Especial ofertará precipuamente os seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – Proteção Social Especial de Média Complexidade:

a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI;

b) Serviço Especializado de Abordagem Social;

c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade;

d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;

e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

II – Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

a) Serviço de Acolhimento Institucional;

b) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

§1°. O PAEFI deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.

§2°. No município, a Proteção Social Especial de Alta Complexidade ocorre na modalidade de Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, ofertado por convênio com entidade.

Art. 16. A Proteção Social Especial de Média Complexidade oferece atendimento às famílias ou indivíduos cujos direitos são violados e cujos vínculos familiares e comunitários estão fragilizados, mas não rompidos, requerendo atenção especializada e individualizada, além de acompanhamento contínuo e monitorado.

Art. 17. Os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade são aqueles que garantem proteção integral para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados do seu núcleo familiar e/ou comunitário.

Art. 18. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos ou pelas entidades e organizações de Assistência Social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada serviço, programa ou projeto socioassistencial.

§1º. Considera-se rede socioassistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social mediante a articulação entre todas as unidades do SUAS.

§2º. A vinculação ao SUAS é o reconhecimento pela União, em colaboração com Município, de que a entidade de Assistência Social integra a rede socioassistencial.

§3º. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, respectivamente, e pelas entidades de assistência social.

§4º. O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI devem ser ofertados exclusivamente nos CRAS e CREAS.

Art. 19. O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

Art. 20. O CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por viola-

ção de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial.

Art. 21. Os CRAS e os CREAS são unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

Art. 22. A implantação das unidades de CRAS e CREAS deve observar as diretrizes da:

I – Territorialização: oferta capilar de serviços baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão e com o intuito de desenvolver seu caráter preventivo e educativo nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social;

II – Universalização: a fim de que a proteção social básica seja prestada na totalidade dos territórios do município;

III – Regionalização: prestação de serviços socioassistenciais de proteção social especial cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem rede regional e desconcentrada de serviços no âmbito do Estado.

Art. 23. As unidades públicas instituídas no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS integram a estrutura administrativa do Município, quais sejam:

I – Centro de Referência de Assistência Social - CRAS;

II – Centro de Referência Especializado em Assistência Social -CREAS.

Parágrafo único. As instalações das unidades públicas devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento reservado das famílias e indivíduos, assegurados a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.

Art. 24. As ofertas socioassistenciais nas unidades públicas pressupõem a constituição de equipe de referência na forma das Resoluções nº 269/2006, nº 17/2011 e nº 09/2014, do Conselho Nacional - CNAS.

Parágrafo único. O diagnóstico socioterritorial e os dados de Vigilância Socioassistencial são fundamentais para a definição da forma de oferta da Proteção Social Básica e Especial.

Art. 25. São seguranças afiançadas pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS:

I - Acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter:

a) condições de recepção;

b) escuta profissional qualificada;

c) informação;

d) referência;

e) concessão de benefícios;

f) aquisições materiais e sociais;

g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco;

h) oferta de uma rede de serviços e de locais de permanência de indivíduos e famílias de curta, média e longa permanência.

II - Renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho;

III - Convívio ou Vivência Familiar, Comunitária e Social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:

a) a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários;

b) o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

IV - Desenvolvimento de Autonomia: exige ações profissionais e sociais para:

a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício da participação social e cidadania;

b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão, a família e a sociedade;

c) a conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos sob contingências e vicissitudes.

V - Apoio e Auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e custeio, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

Seção III

Das Responsabilidades

Art. 26. Compete ao Município de Diamantino/MT, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social:

I - destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da Lei Federal nº 8.742/93, mediante critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

II - efetuar o pagamento dos Auxílios por Natalidade e funeral;

III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV - atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;

V - prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da Lei Federal nº 8.742/1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

VI - implantar:

a) a vigilância socioassistencial no âmbito municipal, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais;

b) sistema de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para promover o aprimoramento, qualificação e integração contínuos dos serviços da rede socioassistencial, conforme Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e o Plano de Assistência Social.

VII - regulamentar:

a) e coordenar a formulação e a implementação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de Assistência Social, observando as deliberações das conferências nacional, estadual e municipal de Assistência Social e as deliberações de competência do Conselho Municipal de Assistência Social;

b) os benefícios eventuais em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social.

VIII – cofinanciar:

a) o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas e projetos de assistência social, em âmbito local;

b) em conjunto com a esfera federal e estadual, a Política Nacional de Educação Permanente, com base nos princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, coordenando-a e executando-a em seu âmbito.

IX – realizar:

a) o monitoramento e a avaliação da política de Assistência Social em seu âmbito;

b) a gestão local do Beneficio de Prestação Continuada - BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;

c) em conjunto com o Conselho de Assistência Social, as conferências de assistência social.

X – gerir:

a) de forma integrada, os serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência;

b) o Fundo Municipal de Assistência Social;

c) no âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1º do art. 8° da Lei nº 10.836/2004.

XI – organizar:

a) a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;

b) e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial, articulando as ofertas;

c) coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e as pactuações de suas respectivas instâncias, normatizando e regulando a política de Assistência Social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da União.

XII – elaborar:

a) a proposta orçamentária da Assistência Social no Município, assegurando recursos do Tesouro Municipal;

b) submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social, anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

c) cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS, aprovado pelo Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e pactuado na Comissão Intergestores Bipartite - CIB;

d) executar o Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS implementando-o em âmbito municipal;

e) executar a política de recursos humanos, de acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social -NOB/RH - SUAS;

f) executar o Plano Municipal de Assistência Social, a partir das responsabilidades e de seu respectivo e estágio no aprimoramento da gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas nas instâncias de pactuação e negociação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

g) expedir os atos normativos necessários à gestão do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Municipal de Assistência Social;

XIII - aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;

XIV – alimentar e manter atualizado:

a) a base de dados dos aplicativos do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

b) o Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social – SCNEAS de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei Federal nº 8.742/1993;

c) o conjunto de aplicativos do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS;

XV – garantir:

a) a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo Conselho Municipal de Assistência Social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, translados e diárias de conselheiros e/ou representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições;

b) que a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Plano Plurianual, o Plano de Assistência Social e dos compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

c) a integralidade da proteção socioassistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, exercendo essa responsabilidade de forma compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

d) a capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de Assistência Social, além de desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência social, em especial para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a tipificação nacional;

e) o comando único das ações do Sistema Único de Assistência Social - SUAS pelo órgão gestor da política de Assistência Social, conforme preconiza a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS;

XVI - definir:

a) os fluxos de referência e contra-referencias do atendimento nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas;

b) os indicadores necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação, observado as suas competências.

XVII - implementar:

a) os protocolos pactuados na Comissão Intergestora Tripartite - CIT;

b) a gestão do trabalho e a educação permanente.

XVIII – promover:

a) a integração da política municipal de Assistência Social com outros sistemas públicos que fazem interface com o Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

b) articulação intersetorial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS com as demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça;

c) a participação da sociedade, especialmente dos/as usuários/as, na elaboração da política de assistência social;

XIX - assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de proteção social básica;

XX - participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na Comissão Intergestores Bipartite - CIB;

XXI - prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;

XXII – zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos estados ao Município, inclusive no que tange a prestação de contas;

XXIII - assessorar as entidades de Assistência Social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, viabilizando estratégias e mecanismos de organização para aferir o pertencimento à

rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades de Assistência Social de acordo com as normativas federais;

XXIV – acompanhar a execução de parcerias firmadas entre os municípios e as entidades de Assistência Social e promover a avaliação das prestações de contas;

XXVI – normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de Assistência Social ofertado pelas entidades vinculadas ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS, conforme §3º do art. 6º B da Lei Federal nº 8.742/93, e sua regulamentação em âmbito federal;

XXVII - aferir os padrões de qualidade de atendimento, a partir dos indicadores de acompanhamento definidos pelo respectivo Conselho Municipal de Assistência Social para a qualificação dos serviços e benefícios em consonância com as normas gerais;

XXVIII - encaminhar para apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social os relatórios trimestrais e anuais de atividades e de execução físico-financeira a título de prestação de contas;

XXIX – compor as instâncias de pactuação e negociação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

XXX - estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social;

XXXI - instituir o planejamento contínuo e participativo no âmbito da política de assistência social;

XXXII – dar publicidade ao dispêndio dos recursos públicos destinados à assistência social;

XXXIII - criar ouvidoria do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, preferencialmente com profissionais do quadro efetivo.

Seção IV

Do Plano Municipal de Assistência Social

Art. 27. O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da política de Assistência Social no âmbito do Município de Diamantino/MT.

§1º. A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social acontecerá a cada 04 (quatro) anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual e contemplará:

I - diagnóstico socioterritorial;

II - objetivos gerais e específicos;

III - diretrizes e prioridades deliberadas;

IV - ações estratégicas para sua implementação;

V - metas estabelecidas;

VI - resultados e impactos esperados;

VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;

VIII - mecanismos e fontes de financiamento;

IX - indicadores de monitoramento e avaliação;

X - tempo de execução.

§2º. O Plano Municipal de Assistência Social incluirá e observará:

I - as deliberações das conferências de assistência social;

II - metas nacionais e estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

III - ações articuladas e intersetoriais.

CAPÍTULO III

Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS

Seção I

Do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Art. 28. Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Diamantino/MT, órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social cujos membros, nomeados pelo Prefeito, têm mandato de 02 (dois) anos, permitida única recondução por igual período.

§1º. O Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS é composto por 12 (doze) membros e respectivos suplentes indicados de acordo com os critérios de composição paritária entre governo, sociedade civil, trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social e usuários do Sistema Único de Assistência Social, escolhidos em foro próprio, conforme segue:

I – representantes governamentais, sendo:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social;

b) Secretaria Municipal de Saúde e VISA;

c) Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

d) Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

e) Secretaria Municipal de Finanças;

II – representante dos profissionais da área:

a) Representante de entidade de atendimento à infância e adolescência;

b) Representante de albergue e asilos;

III – representantes dos profissionais das áreas:

a) Representante dos assistentes sociais;

b) Representantes dos psicólogos;

IV – dos usuários:

a) Representante das entidades ou associações comunitárias;

b) Representante das associações de portadores de deficiência;

c) Representante das associações da criança e do adolescente;

d) Representante das associações de idosos;

e) Representante dos sindicatos de entidades de trabalhadores;

§1º. Cada titular terá um suplente, oriundo da mesma categoria representativa.

§2º. Cada membro poderá representar somente um órgão ou entidade.

§3º. Somente será admitida a representação no Conselho Municipal de Assistência Social de entidades juridicamente constituídas, em regular funcionamento e devidamente Inscritas no Conselho.

§4º. Os membros do Conselho Municipal de Assistência Social poderão ser substituídos mediante solicitação da instituição ou órgão que representam. Trabalhadores e usuários do Sistema Único de Assistência Social, mediante solicitação do conselheiro, apresentada ao próprio conselho que encaminhará os novos nomes para nomeação imediata pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 29. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS será presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, para mandato de 02 (dois) anos, permitida única recondução por igual período, observada a alternância entre representantes do Poder Público, sociedade civil, trabalhadores e usuários.

Art. 30. O CMAS contará com uma Secretaria Executiva, que é a unidade de apoio para o seu funcionamento e tem por objetivo assessorar as reuniões do colegiado e divulgar suas deliberações, devendo contar com pes-

soal de apoio técnico e administrativo, conforme define a NOB SUAS/ 2012, no §2º do art.123.

§1º. A estrutura da Secretaria Executiva deverá ser disciplinada em ato do Poder Executivo, com corpo técnico e administrativo composto de servidores do quadro da Secretaria Municipal de Assistência Social, com a finalidade de cumprir as funções designadas pelo Conselho, conforme o §3º do artigo 17 da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e o artigo 15 da Resolução Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS n° 237/2006.

§2º. Para a Secretaria Executiva será nomeado, preferencialmente, servidor efetivo com graduação de nível superior de acordo com as constantes na Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

§3º. O Secretário Executivo deverá exercer exclusivamente suas funções no Conselho Municipal de Assistência Social.

§4º. A Secretaria Executiva subsidiará o Plenário com Assessoria Técnica e poderá requisitar consultoria e assessoramento de instituições, órgãos e entidades ligados à área da assistência social, para dar suporte e/ou prestar apoio técnico-logístico ao Conselho.

Art. 31. O CMAS se reunirá, ordinariamente, uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

§1º. As reuniões deverão ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas e funcionará de acordo com o Regimento Interno.

§2º. O Regimento Interno definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário, para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 32. A participação dos conselheiros no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS é de interesse público e relevante valor social e não será remunerada.

Art. 33. O controle social do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no Município efetiva-se por intermédio do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e das Conferências Municipais de Assistência Social, além de outros fóruns de discussão da sociedade civil.

Art. 34. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - elaborar, aprovar e publicar seu Regimento interno;

II - convocar as Conferências Municipais de Assistência Social e acompanhar a execução de suas deliberações;

III - aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das conferências de assistência social;

IV - apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes, prioridades das conferências municipais e da Política Municipal de Assistência Social;

V - aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, apresentado pelo órgão gestor da assistência social;

VI - aprovar o Plano de Capacitação, elaborado pelo órgão gestor;

VII - acompanhar o cumprimento das metas nacionais, estaduais e municipais do Pacto de Aprimoramento da Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

VIII - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família-PBF com a criação da Comissão Temática Especial de Controle Social do Programa Bolsa Família;

IX - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de natureza pública e privada no campo da Assistência Social de âmbito local, de acordo com as prioridades estabelecidas pela Conferência Municipal de Assistência Social;

X - apreciar e aprovar informações da Secretaria Municipal de Assistência Social inseridas nos sistemas nacionais e estaduais de informação referentes ao planejamento do uso dos recursos de cofinanciamento e a prestação de contas;

XI - apreciar os dados e informações inseridas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, unidades públicas e privadas da assistência social, nos sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre o sistema municipal de assistência social;

XII - alimentar os sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre os Conselhos Municipais de Assistência Social;

XIII - zelar pela efetivação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no Município;

XIV - zelar pela efetivação da participação da população na formulação da política e no controle da implementação;

XV - deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS em seu âmbito de competência;

XVI - estabelecer critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais;

XVII - apreciar e aprovar a proposta orçamentária da Assistência Social a ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social em consonância com a Política Municipal de Assistência Social;

XVIII - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS;

XIX - fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – IGD/PBF e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – IGD/ SUAS;

XX - planejar e deliberar sobre a aplicação dos recursos IGD/PBF e IGD/ SUAS destinados às atividades de apoio técnico e operacional ao CMAS;

XXI - participar, estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar a elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no que se referem à Assistência Social, bem como do planejamento e da aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto dos recursos próprios quanto dos oriundos do Estado e da União, alocados Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

XXII - elaborar e aprovar o Plano de Aplicação do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

XXIII - zelar pela efetivação do sistema descentralizado e participativo de assistência social;

XXIV - aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;

XXV - orientar e fiscalizar o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;

XXVI - divulgar no Diário Oficial Municipal, ou em outro meio de comunicação, todas as suas decisões na forma de Resoluções, bem como as deliberações acerca da execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e os respectivos pareceres emitidos;

XXVII - receber, apurar e dar o devido prosseguimento a denúncias;

XXVIII - deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS no âmbito do município;

XXIX - estabelecer articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas setoriais e conselhos de direitos;

XXX - realizar a inscrição das entidades e organização de assistência social;

XXXI - notificar fundamentadamente a entidade ou organização de Assistência Social no caso de indeferimento do requerimento de inscrição;

XXXII - fiscalizar as entidades e organizações de assistência social;

XXXIII - emitir resolução quanto às suas deliberações;

XXXIV - registrar em ata as reuniões;

XXXV - instituir comissões e convidar especialistas sempre que se fizerem necessários;

XXXVI - zelar pela boa e regular execução dos recursos repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS executados direta ou indiretamente, inclusive no que tange à prestação de contas;

XXXVII - avaliar, analisar e elaborar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados ao Município, se manifestando por meio de Resolução pela aprovação, aprovação parcial ou reprovação;

XXXVIII - acompanhar e fiscalizar o cumprimento da contratação da equipe multiprofissional, conforme dispõe a Norma Operacional Básica - NOB/RH;

XXXIX - propor modificações nas estruturas do sistema municipal que visem à promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos dos usuários da assistência social;

XXXX - elaborar seu Regimento Interno e Código de Ética;

XXXXI - Propor a formulação de estudos e pesquisas com vistas a identificar situações relevantes e a qualidade dos serviços de assistência social;

Art. 35. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS deverá planejar suas ações de forma a garantir a consecução das suas atribuições e o exercício do controle social, primando pela efetividade e transparência das suas atividades.

§1º. O planejamento das ações do conselho deve orientar a construção do orçamento da gestão da Assistência Social para o apoio financeiro e técnico às funções do Conselho.

§2º. O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS utilizará de ferramenta informatizada para o planejamento das atividades do conselho, contendo as atividades, metas, cronograma de execução e prazos a fim de possibilitar a publicidade.

Seção II

Da Conferência Municipal de Assistência Social

Art. 36. As Conferências Municipais de Assistência Social são instâncias periódicas de debate, de formulação e de avaliação da política pública de Assistência Social e definição de diretrizes para o aprimoramento do Sistema Único de Saúde - SUAS, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 37. As Conferências Municipais devem observar as seguintes diretrizes:

I - divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;

II - garantia da diversidade dos sujeitos participantes com a realização da Conferência Municipal de Assistência Social precedida de debates regionais (pré-conferências) nos diversos territórios do município;

III - estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e para a escolha dos delegados da sociedade civil;

IV - publicidade de seus resultados;

V - determinação do modelo de acompanhamento de suas deliberações;

VI - articulação com a conferência estadual e nacional de Assistência Social.

Art. 38. A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada 04 (quatro) anos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e extraordinariamente, a cada 02 (dois) anos mediante deliberação da maioria dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 39. Para organização e realização da Conferência, o Conselho Municipal de Assistência Social constituirá comissão organizadora paritária formada pelo Conselho e Órgão Gestor, de acordo com o seu Regimento Interno.

Art. 40. A estrutura e o funcionamento da Conferência Municipal de Assistência Social será definido em regulamento próprio, garantindo eventos preparatórios.

Seção III

Participação dos Usuários

Art. 41. É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social, e garantir os direitos socioassistenciais, o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários nos Conselhos e Conferências de Assistência Social.

Art. 42. O estímulo à participação dos usuários pode se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e ainda a organização de diversos espaços tais como fórum de debate, comissão de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Parágrafo único. Os usuários poderão receber vale transporte para a garantia de participação nas reuniões do Conselho Municipal de Assistência Social e atividades correlatas.

CAPÍTULO IV

Dos Benefícios Eventuais, dos Serviços, dos Programas de Assistência Social e dos Projetos de Enfrentamento da Pobreza

Seção I

Da Definição dos Benefícios Eventuais

Art. 43. Entende-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais humanos e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

§1º. Para fins de concessão de qualquer beneficio eventual, será considerada como renda familiar, o Benefício Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, pensão alimentícia, aposentadoria, auxílio-doença, auxílio-reclusão, recursos oriundos de atividades autônomas, salários e seus afins.

§2º. Não são provisões da Política de Assistência Social os itens referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, próteses dentárias, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial; fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso bem como transporte escolar ou material didático escolar.

Seção II

Dos Princípios dos Benefícios Eventuais

Art. 44. Os benefícios eventuais devem atender, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, aos seguintes princípios:

I - integração à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas;

II - constituição de provisão certa para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos;

III - proibição de subordinação a contribuições prévias e de vinculação a contrapartidas;

IV - adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS;

V - garantia de qualidade e prontidão de respostas aos usuários, bem como de espaços para manifestação e defesa de seus direitos;

VI - garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual;

VII - afirmação dos benefícios eventuais como direito relativo à cidadania;

VIII - ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;

IX - desvinculação de comprovações complexas e vexatórias de pobreza, que estigmatizam os benefícios, os beneficiários e a política de assistência social.

Seção III

Da Forma de Concessão dos Benefícios Eventuais

Art. 45. Para concessão dos benefícios eventuais as famílias e indivíduos deverão apresentar documentação comprobatória de residência no município de Diamantino/MT, em nome do responsável familiar e, na falta desse, no nome de um dos membros da composição familiar.

Parágrafo único. Deverá ser obedecida a especificidade de cada benefício.

Art. 46. Os benefícios eventuais poderão ser concedidos na forma de:

I - bens de consumo;

II - custeio;

III - pecúnia.

Art. 47. A concessão dos benefícios eventuais somente ocorrerá mediante realização de estudos socioeconômicos por assistente social que integre uma das equipes de referência, podendo solicitar outras documentações, se assim julgar necessárias.

Parágrafo único. A concessão dos benefícios eventuais poderá ser cumulada, conforme o caso.

Art. 48. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da Assistência Social.

Seção IV

Dos Beneficiários em Geral

Art. 49. A concessão dos benefícios eventuais priorizará as famílias e indivíduos sem renda ou com renda per capita inferior igual a 1/4 (um quarto) do Salário Mínimo nacional vigente e com impossibilidades de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais que provoquem riscos e fragilizem a manutenção da unidade familiar, a sobrevivência de seus membros ou a manutenção da pessoa, exceto nos casos do benefício por calamidade pública e Auxílio por Morte com o critério de renda per capita ampliado para até 2/3 (dois terços) do Salário Mínimo nacional vigente.

§1º. Considera-se Família o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social, vinculados por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, circunscritos às obrigações recíprocas e mútuas organizadas em torno de relações de geração, gênero homoafetiva que vivem sob o mesmo teto.

§2º. São prioridades na concessão dos benefícios eventuais, a criança, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as famílias envolvidas em situações de calamidade pública bem como às mulheres em situação de ameaça ou exposição à violência doméstica e familiar, desde que esgotadas as possibilidades de imediato reatamento de vínculos familiares.

Seção V

Da Documentação

Art. 50. Os documentos necessários para a concessão de qualquer um dos benefícios eventuais são:

I - comprovante de inclusão no Cadastro Único - Cadúnico;

II – carteira de Identidade e CPF, ou documento comprobatório da ausência dos mesmos, de todos os membros da família, que residem no mesmo domicílio;

III – certidão de Nascimento de crianças e adolescentes, quando não possuir carteira de identidade;

IV – carteira de Trabalho de todos os membros da família, maiores de 16 (dezesseis) anos, que residem no mesmo domicílio;

V – comprovante de rendimentos e/ou declaração de renda - aposentadoria, pensão, auxílio doença, pensão alimentícia ou protocolo de encaminhamento de seguro desemprego e outros benefícios sociais como BPC - de todos os membros da família maiores de 16 (dezesseis) anos, que residem no mesmo domicilio;

VI – comprovante de residência atual do ano em curso - fatura de água, luz, telefone, IPTU e outros;

VII – comprovante de locação em caso de pagamento de aluguel;

VIII – carteira de pré-natal, no caso de gestante; no caso de responsável, antes do nascimento com Declaração Médica comprovando o tempo gestacional; Certidão de Nascimento se for após o nascimento ou documento expedido pela Secretaria Municipal de Saúde do Registro de Nascimento e Certidão de Óbito no caso de natimorto.

§1º. No caso de perda, roubo ou extravio desses documentos o beneficiário deverá apresentar o Boletim de Ocorrência.

§2º. Na ausência de documentação pessoal, a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), conforme sua competência, adotará as medidas necessárias ao acesso do indivíduo e suas famílias à documentação civil e demais registros para ampla cidadania do mesmo.

Seção VI

Das Competências

Subseção I

Do Órgão Gestor da Política de Assistência Social do Município

Art. 51. Compete ao órgão gestor da Política de Assistência Social de Diamantino:

I – a coordenação geral, a operacionalização, o acompanhamento, a avaliação da concessão dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II – a realização de diagnóstico e monitoramento da demanda para constante ampliação da concessão dos benefícios eventuais;

III – a expedição de instruções e a criação de formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais;

IV - elaboração de um Plano de Inserção, Acompanhamento e Monitoramento das Famílias Beneficiárias e apresentação ao CMAS para deliberação.

Parágrafo único. O objetivo do Plano de Inserção, Acompanhamento e Monitoramento deve ter a vinculação da concessão do benefício eventual com os serviços, programas e projetos socioassistenciais e com a rede das demais políticas setoriais e de defesa de direitos.

Subseção II

Da Atuação do Conselho Municipal de Assistência Social

Art. 52. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I – o monitoramento, o acompanhamento e a avaliação da execução dos benefícios eventuais, trimestralmente, por meio da lista de concessões fornecidas pelo órgão gestor da Assistência Social;

II – o acompanhamento, a avaliação e a fiscalização do financiamento e, se necessário, a reformulação, anualmente, do valor dos auxílios que deverão constar na Lei Orçamentária do Município.

Seção VII

Da Classificação

Art. 53. No âmbito do Município de Diamantino, os benefícios eventuais classificam-se nas seguintes modalidades:

I – Auxílio Natalidade;

II – Auxílio por Morte;

III – Auxílio em Situações de Vulnerabilidade Temporária;

IV – Auxílio em Situações de Desastre e Calamidade Pública.

§1º. O Auxílio em Situações de Vulnerabilidade Temporária será ofertado por meio de:

a) auxílio alimentação na forma de cesta básica e\ou marmitex;

b) Diárias em hotel para as mulheres em situação de violência;

c) passagem municipal e/ou intermunicipal;

d) foto 3x4;

e) auxílio documentação;

f) aluguel social;

g) auxílio transporte;

h) pagamento de conta de água e energia em forma de pecúnia.

§2º. O Auxílio em Situações de Desastre e Calamidade Pública será ofertado por meio de:

a) auxílio alimentação na forma de cesta básica e\ou marmitex;

b) foto 3x4;

c) auxílio documentação;

d) aluguel social;

e) auxílio colchão.

Seção VIII

Do Auxílio Natalidade

Art. 54. A modalidade de Auxílio Natalidade constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva, da assistência social.

Art. 55. O Auxílio Natalidade será na forma de bens de consumo em número igual ao da ocorrência de nascimento com a concessão do kit higiene e kit enxoval ao nascituro, incluindo os itens de vestuário e produtos de higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária.

§1°. O kit higiene será composto por:

a) 01 (uma) escova plástica com cerdas macias;

b) 01 (um) pente de plástico com pontas arredondadas;

c) 01 (uma) tesoura infantil com ponta arredondada;

d) 01 (um) shampoo infantil 200 ml (duzentos miligramas);

e) 01 (um) sabonete infantil 80 gr (oitenta gramas);

f) 01 (um) pacote de fralda infantil descartável, tamanho P com 34 (trinta e quatro) unidades;

g) 01 (uma) caixa de lenços umedecidos sem álcool com 75 (setenta e cinco) unidades.

§2°. O kit enxoval terá a seguinte composição:

a) 01 (uma) banheira de 20L (duzentos litros) unissex;

b) 01 (um) cobertor 100% (cem por cento) algodão, medindo 75x90;

c) 01 (uma) caixa de fralda de tecido com 05 (cinco) unidades 100% (cem por cento) algodão;

d) 03 (três) macacões manga longa com pé;

e) 03 (três) pagãos infantil com 03 (três) peças;

f) 03 (três) “mijão” infantil com três (03) peças 100% (cem por cento) algodão;

g) 03 (três) meias lisas 100% (cem por cento) algodão;

h) 02 (dois) jogos de berços contendo 01 lençol estampado de 1,40x90, e 01 (uma) fronha 40x28;

i) 01 (um) kit de cueiro com 03 (três) unidades 60x80 cm;

j) 06 (seis) calças infantil 100% (cem por cento) algodão;

k) 06 (seis) “body” regata 100% (cem por cento) algodão;

l) 01 (uma) toalha de banho infantil.

m) 01 (uma) bolsa maternidade

Art. 56. O Auxílio Natalidade atenderá, preferencialmente, aos seguintes aspectos:

I - necessidades do nascituro;

II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido;

III - apoio à família no caso de morte da mãe.

Parágrafo único. A concessão de Auxílio Natalidade também será para as gestantes em situação de rua que, em passagem por Diamantino/MT, vierem a dar à luz no município, bem como aquelas que estiverem em unidades ou entidades de acolhimento sem referência familiar.

Art. 57. O Auxílio Natalidade deverá atender às famílias em situação de vulnerabilidade e/ou risco pessoal e social, cuja renda familiar per capita seja de até 1/4 (um quarto) do salário mínimo nacional.

§1º. O enxoval será concedido em número igual ao da ocorrência do nascimento.

§2º. Será assegurado o benefício à gestante que comprove residir no município de Diamantino/MT.

3º. Será concedido mediante avaliação e parecer social de técnicos habilitados.

§4º. Será concedido às pessoas em situação de rua e aos usuários da Assistência Social que, em passagem por Diamantino/MT, vierem a nascer neste referido município e aos que estiverem em unidades ou entidades de acolhimento sem referência familiar.

§5º. Para receber este benefício o beneficiário deverá possuir inscrição no Cadastro Único do Governo Federal.

Art. 58. O benefício do Auxílio Natalidade poderá ser solicitado a partir do 7º (sétimo) mês de gestação até 90 (noventa) dias após o nascimento, devendo este ser acompanhado e deferido por Assistente Social da equipe técnica.

Parágrafo único. O Auxílio Natalidade deverá ser concedido até 30 (trinta) dias após o requerimento, e, quando na morte da criança e/ ou da mãe, não inabilita a família de receber o benefício.

Seção IX

Do Auxílio por Morte

Art. 59. A modalidade do Auxílio por Morte constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva, da assistência social.

Art. 60. O Auxílio por Morte deverá ser concedido por meio de contrato ou convênio firmado entre o município de Diamantino e entidades privadas

que prestam serviço no âmbito municipal com repasse, diretamente, à funerária, conforme legislação em vigor, a qual deverá suprir as despesas, conforme licitação.

Art. 61. Os bens de custeio serão em número igual ao da ocorrência de óbito com a concessão de itens do Kit Funeral Adulto e Kit Funeral Infantil, na forma abaixo:

I - O Kit Funeral Adulto:

a) urna mortuária adulta em madeira,

b) roupa masculina e/ou roupa feminina completa;

c) suporte para o caixão;

d) 04 (quatro) velas;

e) coroa de flores;

f) 01 (um) livro de presença;

g) disponibilização da capela mortuária para velório;

h) remoção;

i) serviços de translado da capela até o local de sepultamento, bem como todos os trâmites para sua realização;

j) translado nos casos que houver necessidade.

II - O Kit Funeral Infantil:

a) urna mortuária adulta em madeira,

b) roupa masculina e/ou roupa feminina completa;

c) suporte para o caixão;

d) 04 (quatro) velas;

e) coroa de flores;

f) 01 (um) livro de presença;

g) disponibilização da capela mortuária para velório;

h) remoção;

i) serviços de translado da capela até o local de sepultamento, bem como todos os trâmites para sua realização;

j) translado nos casos que houver necessidade.

§1º. O translado restringe-se aos óbitos ocorridos de pessoas residentes no município de Diamantino e que estejam em tratamento fora de domicílio – TFD/ SUS.

§2º. O translado a que se refere o parágrafo anterior deverá ocorrer com veiculo funerário para a remoção da pessoa em óbito, urna mortuária adulta ou infantil para remoção até o município de Diamantino, por quilômetro rodado em estrada de chão/terra, bem como translado por veiculo funerário para a remoção da pessoa em óbito, urna mortuária adulta ou infantil, para remoção ate o município de Diamantino, por quilômetro rodado em asfalto.

Art. 62. O Auxílio por Morte atenderá, prioritariamente:

I - as despesas definidas no art. 22 da presente Lei;

II - as necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros;

III - o Auxílio por Morte será na forma de bens de custeio.

Art. 63. O Auxílio por Morte será assegurado:

I - o translado dentro do Município e também o translado a Diamantino de munícipes falecidos dentro do Estado do Mato Grosso, mediante comprovação de residência em diamantino, se necessário;

II – às famílias com renda per capita de até 2/3 (dois terços) do salário mínimo nacional vigente;

III – pessoas em situação de rua, bem como usuários da Assistência Social que, em passagem por Diamantino, vierem a óbito no município e os que estiverem em unidades ou entidades de acolhimento sem referência familiar, via CREAS, podendo o responsável pela entidade solicitar o Auxílio por Morte.

Art. 64. Os CRAS, CREAS e equipe habilitada designada em apoio ao CRAS, em virtude a separação dos bairros do município por uma serra, serão responsáveis pela emissão do encaminhamento, de acordo com seu funcionamento em dias úteis.

Parágrafo único. Nos fins de semana e feriados, os documentos necessários serão solicitados no primeiro dia útil após o sepultamento.

Art. 65. O requerimento do Auxílio por Morte deverá ser solicitado à Secretaria Municipal de Assistência Social, logo após o falecimento.

Parágrafo único. Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou pessoa em situação de rua, a Secretaria de Assistência Social, responsável pela concessão do benefício, uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer.

Art. 66. O Auxílio por Morte será ofertado por Assistente Social que integre uma das equipes de referência da Proteção Social e nas unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme seu funcionamento.

Art. 67. As famílias beneficiárias e demais requerentes dos benefícios deverão apresentar os seguintes documentos:

I – documentos de identificação do falecido se houver;

II - carteira de identidade ou documentação equivalente do requerente;

III – CPF do requerente;

IV – comprovante de renda da família do falecido, se houver;

V – comprovante de residência do Município de Diamantino atualizado, tais como conta de água, luz, telefone, IPTU, contrato de locação de imóvel ou outra forma prevista em lei;

VI – certidão de óbito e guia de sepultamento.

VII – atender os requisitos do Art. 49.

Parágrafo único. O Auxílio por Natalidade e Auxílio por Mortalidade não serão concedidos, concomitantemente, quando ocorrer a morte do nascituro.

Seção X

Do Auxílio em Situações de Vulnerabilidade Temporária

Art. 68. O Auxílio em Situações de Vulnerabilidade Temporária é uma provisão suplementar provisória de Assistência Social, caracterizada pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar.

Art. 69. O Auxílio em Situações de Vulnerabilidade Temporária será concedido nas seguintes situações:

I - Riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - Perdas: privação de bens e de segurança material;

III - Danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - da falta de:

a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) documentação;

c) domicílio.

II - da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III - da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida;

IV - de desastres e de calamidade pública;

V - de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Art. 70. Na seleção de famílias e indivíduos, para fins de concessão dos auxílios em situação de vulnerabilidade temporária, devem ser observados:

I – no caso de Auxílio Alimentação por meio de cesta básica:

a) a concessão será por requerimento do benefício realizado pelo responsável ou por algum membro de sua família com a abertura e/ou atualização de prontuário no CRAS, mediante o preenchimento de instrumentais técnicos e com todos os documentos necessários (RG, CPF, comprovante de Residência do município de Diamantino, comprovante de renda, se houver) de todos os membros da família;

b) avaliação de assistente social do CRAS com a definição de acordo para sua concessão em caráter temporário;

c) a renda familiar per capita de até 1/4 (um quarto) do salário mínimo nacional vigente;

d) os seguintes itens para sua composição: 10 kg (dez quilos) de arroz branco Tipo 1; 04 kg (quatro quilos) de açúcar cristalizado branco; 250g (duzentos e cinquenta grama) de café torrado e moído primeira qualidade embalagem a vácuo; 01 (uma) lata de extrato de tomate concentrado de 140gr (cento e quarenta gramas); 01 kg (hum quilo) de farinha de trigo especial branca; 02 kg (dois quilos) de feijão carioca Tipo 1; 02 lata de óleo de soja 900 ml; 01 (hum) pacote de macarrão, tipo espaguete de 500g (quinhentos gramas) cada; 01 kg Farinha de mandioca – embalagem plástica; 01 kg biscoito cream cracker embalagem de 400g; 01 pct biscoito maisena, embalagem de 400 gr; 01 kg sal refinado; 01 pct Esponja de lã de aço; 02 pct Papel higiênico; 01 pct de sabão em pó; 01 pct sabão em barra c/5 un.; 01 un sabonete; 01 un de creme dental 50gr; 01 Doce de goiaba 300gr.

II – no caso de Auxílio Alimentação por meio de marmitex:

a) a concessão será por requerimento do benefício realizado pelo responsável ou por algum membro de sua família com a abertura e/ou atualização de prontuário no CREAS, mediante o preenchimento de instrumentais técnicos e com todos os documentos necessários (RG, CPF, Comprovante de Residência do município de Diamantino, comprovante de renda, se houver) de todos os membros da família;

b) a avaliação do técnico do CREAS com a definição de acordo para sua concessão em caráter temporário;

c) a renda familiar per capita de até ¼ (um quarto) do salário mínimo nacional vigente.

III - no caso de Auxílio Diárias em hotel para as mulheres em situação de violência:

a) a concessão será por requerimento do benefício realizado pelo responsável ou por algum membro de sua família com a abertura e/ou atualização de prontuário no CREAS, mediante o preenchimento de instrumentais técnicos e com todos os documentos necessários (RG, CPF, Comprovante de Residência do município de Diamantino, o comprovante de renda, se houver) de todos os membros da família;

b) avaliação do técnico do CREAS com a definição de acordo para sua concessão em caráter temporário;

c) a renda familiar per capita de até ¼ (um quarto) do salário-mínimo nacional;

d) as diárias serão garantidas até no máximo 03 (três) dias em hotel, previamente, licitado pela Prefeitura para o atendimento às mulheres em situação de violência e seus filhos de (0) zero a 18 (dezoito) anos.

IV – no caso de Auxílio Transporte Municipal e Intermunicipal:

a) abertura e/ou atualização de prontuário no CRAS, nas unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social que dão cobertura ao CRAS e/ou CREAS, contendo todos os documentos necessários (RG, CPF, Comprovante de Residência do município de Diamantino, comprovante de renda, se houver) de todos os membros da família;

b) avaliação do técnico do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS nas unidades da Secretaria Municipal de Assistência Social que dão cobertura ao CRAS e/ou CREAS, com a definição de acordo para sua concessão em caráter temporário;

c) renda familiar per capita de até ¼ (um quarto) do salário mínimo nacional vigente;

d) o Transporte municipal e intermunicipal constitui em prestação temporária, concedido somente nos casos de pessoas em situação de rua, pessoas em trânsito, crianças e adolescentes em acompanhamento pelo Conselho Tutelar; em casos de atividades referentes à proteção social básica fora do território em que o usuário está inserido e em outras situações relativas aos indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social por meio de avaliação socioeconômica de assistente social da equipe técnica referenciada;

e) a concessão de Auxílio Transporte será por meio do fornecimento de passagem do seu local de origem ou à cidade mais próxima, após parecer favorável à concessão e de acordo com o contrato celebrado com a empresa prestadora do serviço de passagem para transporte municipal ou intermunicipal de menor custo.

V – no caso de Auxílio Foto 3x4:

a) abertura e/ou atualização de prontuário no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e/ou CREAS, contendo todos os documentos necessários (RG, CPF, Comprovante de residência do município de Diamantino, comprovante de renda, se houver), de todos os membros da família;

b) encaminhamento à empresa conveniada, em papel timbrado e devidamente assinado pelo técnico do CRAS, da equipe de apoio ao CRAS - devido à localização geográfica - e/ou do CREAS;

c) renda familiar per capita de até ¼ (um quarto) do salário mínimo nacional vigente.

VI - no caso de Auxílio Documentação:

a) visa a emissão de 2ª (segunda) via da documentação aos indivíduos e famílias que necessitam de documentos tais como a certidão de nascimento e óbito, certidão de casamento por meio de encaminhamento de pedido a Cartórios de todo território Nacional, observados os critérios de avaliação social, necessidade e urgência da documentação;

b) a ausência de documentação pessoal não será motivo de impedimento para a concessão do benefício, devendo a Secretaria Municipal de Assistência Social, adotar as medidas necessárias ao acesso do indivíduo e suas famílias à documentação civil e demais registros para a ampla cidadania do mesmo.

VII – no caso de Auxílio Aluguel Social:

a) visa disponibilizar o benefício eventual de caráter suplementar e provisório a indivíduos e famílias residentes no Município de Diamantino, que constará em assegurar o custeio de locação de imóvel residencial para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, bem como às mulheres em situação de ameaça ou exposição à violência doméstica e familiar, desde que esgotadas as possibilidades de imediato reatamento de vínculos familiares;

b) o Auxílio Aluguel Social às mulheres em situação de ameaça ou exposição à violência doméstica e familiar ocorrerá, desde que esgotadas as possibilidades de imediato reatamento de vínculos familiares;

c)o valor máximo do aluguel será de até R$ 400,00 (quatrocentos reais), que deverá ser repassado, ao proprietário do imóvel ou imobiliária, pela Administração Municipal, conforme contrato firmado entre as partes pelo período de até 03 (três) meses, não podendo ser prorrogado;

d) esse benefício será concedido uma única vez por beneficiário;

e) o contrato de Aluguel Social será encerrado ou suspenso: por solicitação do beneficiário, a qualquer tempo; por desvio de finalidade do benefício; sublocação do imóvel; prestação de declaração falsa; alteração de dados cadastrais, com extinção das condições que justificavam a concessão do benefício; por solicitação do proprietário, desde que com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias; por extinção dos prazos, previamente, estabelecidos;

f) no caso de solicitação de encerramento do contrato pelo proprietário do imóvel ou imobiliária, a Administração Municipal deverá providenciar um novo imóvel no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

g) abertura e/ou atualização de prontuário no CRAS e/ou CREAS, contendo todos os documentos necessários (RG, CPF, Comprovante de residência do município de Diamantino, comprovante de renda, se houver), de todos os membros da família;

h) parecer social do técnico do CRAS, da equipe de apoio ao CRAS - devido a localização geográfica - e/ou do CREAS, relatando a realidade socioeconômica;

i) renda familiar per capita de até ¼ do salário mínimo nacional vigente.

VIII – no caso de pagamento de conta de água e energia em forma de pecúnia:

a) visa pagamento de conta de água e energia elétrica em caráter suplementar e provisório de indivíduos e famílias residentes no Município de Diamantino, de forma a atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária;

b) o valor máximo mensal por família, somadas as contas de água e energia elétrica, é de R$ 200,00 (duzentos reais), num total de 03 (três) meses consecutivos ou intercalados, no período de 01 (um) ano;

c) a quantidade de meses deverá ser definida por avaliação técnica de assistente social da equipe de referência;

d) o pagamento será realizado em pecúnia ao beneficiário no valor correspondente à(s) conta(s) paga(s), ficando o mesmo obrigado a prestar conta no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena dele ou qualquer membro de sua família ficar impedido de receber outro benefício eventual por 02 (dois) anos;

e) abertura e/ou atualização de prontuário no CRAS, CREAS e/ou da equipe de apoio ao CRAS, contendo todos os documentos necessários (RG, CPF, Comprovante de residência do município de Diamantino, comprovante de renda, se houver), de todos os membros da família;

f) parecer social do técnico do CRAS, da equipe de apoio ao CRAS e/ou do CREAS, relatando a realidade socioeconômica;

g) renda familiar per capita de até ¼ do salário mínimo nacional vigente.

Parágrafo único. Nos casos de separação conjugal, emancipação de dependentes ou outra forma de subdivisão em que seja formado um novo núcleo de indivíduos ou familiar, deverá ser elaborada uma reavaliação social para subsidiar os encaminhamentos.

Seção XI

Do Auxílio em Situações de Calamidade Pública

Art. 71. Entende-se por estado de Calamidade Pública o reconhecimento pelo Poder Público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes.

Art. 72. O Auxílio em Situações de Calamidade Pública visa suprir situações de riscos, perdas e danos imediatos que impeçam o desenvolvimento e a autonomia da família, possibilitando o fortalecimento dos vínculos familiares e garantia da inserção comunitária por meio dos seguintes bens de consumo:

I – auxílio alimentação por meio de cesta básica;

II - auxílio alimentação por meio de marmitex;

III – foto 3x4;

IV - auxílio documentação;

V - aluguel social;

VI – auxilio colchão.

Parágrafo único. A concessão de benefícios eventuais de Calamidade Pública ocorrerá em até 01 (um) dia após o requerimento, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez mediante avaliação técnica de Assistente Social.

Art. 73. O público alvo em estado de Calamidade Pública são as famílias e indivíduos em situação de risco social, residentes ou em passagem pelo município de Diamantino por meio de avaliação e parecer social de Assistente Social.

Art. 74. Na seleção de famílias e indivíduos, para fins de concessão dos auxílios em situação de calamidade pública, devem ser observados:

I – no caso de Auxílio Alimentação por meio de cesta básica:

a) a concessão será por requerimento do benefício realizado pelo responsável ou por algum membro de sua família com a abertura e/ou atualização de prontuário no CRAS, mediante o preenchimento de instrumentais técnicos e com todos os documentos necessários (RG, CPF, comprovante de residência do município de Diamantino, comprovante de renda) se houver, de todos os membros da família;

b) avaliação de assistente social com a definição de acordo para sua concessão em caráter temporário;

c) a renda familiar per capita de até 2/3 (dois terços) do salário mínimo nacional vigente;

d) os seguintes itens para sua composição: 10 kg (dez quilos) de arroz branco Tipo 1; 04 kg (quatro quilos) de açúcar cristalizado branco; 250g (duzentos e cinquenta grama) de café torrado e moído primeira qualidade embalagem a vácuo; 01 (uma) lata de extrato de tomate concentrado de 140gr (cento e quarenta gramas); 01 kg (hum quilo) de farinha de trigo especial branca; 02 kg (dois quilos) de feijão carioca Tipo 1; 02 lata de óleo de soja 900 ml; 01 (hum) pacote de macarrão, tipo espaguete de 500g (quinhentos gramas) cada; 01 kg Farinha de mandioca – embalagem plástica; 01 kg biscoito cream cracker embalagem de 400g; 01 pct biscoito maisena, embalagem de 400 gr; 01 kg sal refinado; 01 pct Esponja de lã de aço; 02 pct Papel higiênico; 01 pct de sabão em pó; 01 pct sabão em barra c/5 un.; 01 un sabonete; 01 un de creme dental 50gr; 01 Doce de goiaba 300gr.

II – no caso do Auxílio Alimentação por meio de marmitex:

a) a concessão será por requerimento do benefício realizado pelo responsável ou por algum membro de sua família com a abertura e/ou atualização de prontuário no CRAS/da equipe constituída de apoio ao CRAS e CREAS, mediante o preenchimento de instrumentais técnicos e com todos os documentos necessários (RG, CPF, Comprovante de residência do município de diamantino, comprovante de renda, se houver) de todos os membros da família;

b) a avaliação do técnico do CREAS com a definição de acordo para sua concessão em caráter temporário;

c) a renda familiar per capita de até 2/3 (dois terços) do salário mínimo nacional vigente.

III – no caso do Auxílio Foto 3x4:

a) abertura e/ou atualização de prontuário no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e/ou CREAS, contendo todos os documentos necessários (RG, CPF, Comprovante de residência do município de Diamantino, comprovante de renda, se houver), de todos os membros da família;

b) encaminhamento à empresa conveniada, em papel timbrado e devidamente assinado pelo técnico do CRAS, da equipe de apoio ao CRAS - devido à localização geográfica - e/ou do CREAS;

c) renda familiar per capita de até 2/3 (dois terços) do salário mínimo nacional vigente.

IV – no caso do Auxílio Documentação:

a) visa a emissão de 2ª (segunda) via da documentação aos indivíduos e famílias que necessitam de documentos tais como a certidão de nascimento e óbito, certidão de casamento por meio de encaminhamento de pedido a Cartórios de todo território Nacional, observados os critérios de avaliação social, necessidade e urgência da documentação;

b) a ausência de documentação pessoal não será motivo de impedimento para a concessão do benefício, devendo a Secretaria Municipal de Assistência Social, adotar as medidas necessárias ao acesso do indivíduo e suas famílias à documentação civil e demais registros para a ampla cidadania do mesmo.

V – no caso do Auxílio do Aluguel Social:

a) visa disponibilizar o benefício eventual de caráter suplementar e provisório a indivíduos e famílias residentes no Município de Diamantino, que constará em assegurar o custeio de locação de imóvel residencial para atender necessidades advindas de situações de calamidades públicas;

b) os indivíduos ou famílias atingidas por situações de calamidades públicas farão jus ao Aluguel Social, independentemente, de haver declaração formal do estado de calamidade pública por parte do poder público;

c)o valor máximo do aluguel será de até 01 (um) salário mínimo nacional vigente, que deverá ser repassado, ao proprietário do imóvel ou imobiliária, pela Administração Municipal, conforme contrato firmado entre as partes pelo período de até 03 (três) meses, podendo ser prorrogado por igual período uma única vez mediante avaliação técnica de assistente social da equipe de referência;

d) esse benefício será concedido uma única vez por beneficiário;

e) o contrato de Aluguel Social será encerrado ou suspenso: por solicitação do beneficiário, a qualquer tempo; por desvio de finalidade do benefício; sublocação do imóvel; prestação de declaração falsa; alteração de dados cadastrais, com extinção das condições que justificavam a concessão do benefício; por solicitação do proprietário, desde que com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias; por extinção dos prazos, previamente, estabelecidos; liberação da residência original do beneficiário, após comprovação dos órgãos de Defesa Civil sobre a extinção das condições de risco ou calamidade;

f) no caso de solicitação de encerramento do contrato pelo proprietário do imóvel, a Administração Municipal deverá providenciar um novo imóvel no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

g) a abertura e/ou atualização de prontuário no CRAS e/ou CREAS, contendo todos os documentos necessários (RG, CPF, Comprovante de residência do município de Diamantino, comprovante de renda, se houver), de todos os membros da família;

h) parecer social do técnico do CRAS, da equipe de apoio ao CRAS - devido à localização geográfica - e/ou do CREAS, relatando a realidade socioeconômica.

i) renda familiar per capita de até 2/3 do salário mínimo nacional vigente.

§1º. Nos casos de situações de calamidades públicas, a Administração Municipal deverá buscar o ressarcimento dos pagamentos efetuados junto aos órgãos ou empresas responsáveis pelo sinistro.

§2º. Nos casos de separação conjugal, emancipação de dependentes ou outra forma de subdivisão em que seja formado um novo núcleo de indivíduos ou familiar, deverá ser elaborada uma reavaliação social para subsidiar os encaminhamentos.

Seção XII

Da Prestação de Contas dos Benefícios Eventuais

Art. 75. A prestação de contas dos benefícios eventuais será operacionalizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme legislação local pertinente e deverá ser encaminhada, trimestralmente, ao Conselho Municipal de Assistência Social para acompanhamento.

Art. 76. Responderá civil e criminalmente, quem utilizar os benefícios eventuais para fins diversos ao qual é destinado, como também o agente público, que de alguma forma contribuir para a malversação dos recursos públicos objeto dos benefícios.

Art. 77. Por serem considerados direitos socioassistenciais, é vedada a vinculação dos benefícios eventuais a quaisquer Programas de Governo, em consonância às diretrizes da Política Pública de Assistência Social, disciplinada na forma do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Art. 78. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social deverão estar à disposição para atender o usuário da Política de Assistência Social quando este apresentar as necessidades acima especificadas, através dos benefícios já dispostos nesta Lei.

Art. 79. As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Seção XIII

Dos Serviços

Art. 80. Os Serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visam à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei nº Federal 8.742/1993, e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Seção XIV

Dos Programas de Assistência Social

Art. 81. Os programas de Assistência Social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

§1º. Os programas serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidos aos objetivos e princípios que regem Lei Federal nº 8. 742/1993, com prioridade para a inserção profissional e social.

§2º. Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 da Lei Federal nº 8.742/1993.

Seção XV

Dos Projetos de Enfrentamento à Pobreza

Art. 82. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Parágrafo único. Os projetos de enfrentamento à pobreza se realizarão por meio de instrumento técnico, elaborado de forma intersetorial englobando as várias políticas públicas, com a finalidade de estruturação e organização de ações articuladas voltadas ao público que se encontra em situação de risco.

Seção XVI

Da Relação com as Entidades de Assistência Social

Art. 83. As entidades e organizações de Assistência Social são aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, que prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742/1993, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art. 84. As entidades de Assistência Social e os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social para que obtenha a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social, tendo por objetivos:

I - realizar atendimento, assessoramento ou defesa e garantia de direitos na área da assistência social;

II - garantir a universalidade do atendimento, independentemente de contraprestação do usuário;

III - ter finalidade pública e transparência nas suas ações.

§1º. As entidades e organizações de Assistência Social podem ser isolada ou cumulativamente:

a) de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos da Lei nº 8.742/1993, e respeitadas as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS de que tratam os incisos I e II do artigo 18 daquela Lei;

b) de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742/1993, e respeitadas as deliberações do CNAS de que tratam os incisos I e II do artigo 18 daquela Lei;

c) de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos da Lei nº 8.742/1993, e respeitadas às deliberações do CNAS de que tratam os incisos I e II do artigo 18 daquela Lei.

§2º. As entidades e organizações de Assistência Social deverão estar inscritas nos Conselhos Municipais de Assistência Social para seu regular funcionamento, nos termos do artigo 9º da Lei nº 8.742/1993, aos quais caberá a fiscalização destas entidades e organizações, independentemente do recebimento ou não de recursos públicos, conforme segue:

a) as entidades e organizações de Assistência Social deverão estar em consonância com o Decreto nº 6.308/2007, Resolução nº 109/2009, que aprova a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, e Resolução nº 16/2010, bem como outras legislações pertinentes;

b) na hipótese de atuação em mais de um Município ou Estado, as entidades e organizações de Assistência Social deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios no Conselho de Assistência Social do respectivo Município que se pretende atingir, apresentando, para tanto, o plano ou relatório de atividades, bem como o comprovante de inscrição no Conselho Municipal de sua sede ou de onde desenvolve suas principais atividades.

§3º. Somente poderão executar serviços, programas e projetos de Assistência Social vinculado à rede socioassistencial que integra o Sistema Único da Assistência Social – SUAS, as entidades e organizações inscritas;

§4°. O Conselho Municipal de Assistência Social deverá regulamentar em seu regimento interno, instâncias recursais de seus atos e definir prazos para análise dos processos de inscrição.

Art. 85. Constituem critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais:

I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV – garantir a existência de processos participativos dos/as usuários/as na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 86. As entidades ou organizações de Assistência Social no ato da inscrição demonstrarão:

I - ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;

II - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - elaborar Plano de Ação Anual;

IV - ter expresso em seu relatório de atividades:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistenciais executado.

§1º. Os pedidos de inscrição observarão as seguintes etapas de análise:

a) análise documental;

b) visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;

c) elaboração do parecer da Comissão;

d) pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;

e) publicação da decisão plenária;

f) emissão do comprovante;

g) notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício.

§2º. O Conselho Municipal de Assistência Social realizará todas as etapas de análise do processo de inscrição, para o deferimento ou indeferimento da solicitação de entidades ou organizações de assistência social, bem como de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, o qual deverá ser assim manifestado por meio de resolução.

CAPÍTULO VI

Da Política Municipal de Assistência Social

Seção I

Do Financiamento

Art. 87. O financiamento da Política Municipal de Assistência Social é previsto e executado através dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O orçamento da Assistência Social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual, devendo os recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social serem voltados à operacionalização, presta-

ção, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 88. Caberá ao órgão gestor da Assistência Social, responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo Municipal de Assistência Social, o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Parágrafo único. Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu Fundo de Assistência Social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

Seção II

Do Fundo Municipal de Assistência Social

Art. 89. O Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, criado pela Lei Municipal nº 231/1996 e Regulamentado pelo Decreto do FMAS n° 511/2015, inscrito no CNPJ sob o n° 21.609.021/0001-89, é um fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, com objetivo de proporcionar recursos para cofinanciar à gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 90. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS:

I – recursos provenientes da transferência dos fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II – dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III – doações, auxílios, contribuições, subvenções de organizações internacionais e nacionais, Governamentais e não Governamentais;

IV – receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei;

V – as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor;

VI – produtos de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII – doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII – outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§1º. A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da Administração Pública Municipal, responsável pela Assistência Social, será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§2º. Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sobre a denominação – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

§3º. As contas recebedoras dos recursos do cofinanciamento federal das ações socioassistenciais serão abertas pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 91. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 92. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS serão aplicados em:

I – financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de Assistência Social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, ou por Órgão conveniado;

II – em parcerias entre poder público e entidades de Assistência Social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistenciais específicos;

III – aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações socioassistenciais;

IV – construção reforma ampliação, aquisição ou locação de imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;

V – desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

VI – pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

VII - pagamento de profissionais que integrarem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS;

VIII – desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de assistência social;

§1º. A realização de parcerias entre poder público e entidades de Assistência Social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistenciais, nos termos do inciso II desse artigo deverá observar a Lei Federal nº 13.019/2014, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento.

§2º. As transferências de recursos para organizações governamentais e não governamentais de Assistência Social se processarão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares, obedecendo à legislação vigente sobre a matéria e em conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo CMAS.

Art. 93. O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, observando o disposto nesta Lei.

Art. 94. Os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do CMAS, trimestralmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

Parágrafo único. A contabilidade será responsável pela visibilidade da situação financeira, patrimonial e orçamentária do FMAS, conforme legislação pertinente, ao permitir controle prévio, concomitante e subsequente, informando apropriações, apurando custos de serviços, interpretando e avaliando com os instrumentos de sua competência, os resultados obtidos.

Art. 95. A contabilidade do FMAS será feita por profissional habilitado, emitindo relatórios mensais de gestão dos custos dos serviços, assim como balancetes.

Art. 96. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 97. Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais n° 240/1997 e 971/2014.

Diamantino/MT, 19 de dezembro de 2017.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº 1.197/2017

Dispõe sobre a limpeza de terrenos baldios de particulares e dá outras providências**.**

O Senhor **Eduardo Capistrano de Oliveira**, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Todos os terrenos baldios deverão ser convenientemente conservados pelos proprietários ou possuidores no que diz respeito à limpeza dos mesmos através do uso da capinação ou outros meios adequados.

Art. 2º. Para efeitos desta Lei, entende-se por terrenos baldios, os terrenos sem construções, os terrenos com construções e desabitados, os imóveis e os terrenos que embora habitados, permanecem sujos, colocando em risco a saúde da vizinhança.

§1º. Não será permitida, em qualquer outra hipótese a existência de terrenos cobertos de matos ou servindo de depósito de resíduos ou entulhos.

§2°. Os terrenos baldios tratados no caput são aqueles localizados em zona urbana, cuja área seja urbanizada, contemplando, no mínimo, vias de acesso e circulação, e rede de abastecimento de água potável e de energia elétrica.

Art. 3º. Entende-se por limpeza de terrenos:

I – A capinagem mecânica e/ou manual, roçagem do mato manual e/ou mecânica, eventualmente crescido no terreno;

II – Remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados no terreno baldio.

Parágrafo único. Fica proibido o emprego de fogo como forma de limpeza na vegetação, lixo ou de quaisquer detritos e objetos, nos imóveis edificados e não edificados.

Art. 4º. Qualquer munícipe poderá reclamar por escrito, através de requerimento endereçado ao Chefe do Poder Executivo, a existência de terrenos baldios que necessitem de limpeza.

Art. 5º. A fiscalização será exercida através dos fiscais de obras, ou sob sua coordenação.

§1°. Caberá aos fiscais realizar inspeções, lavrar notificações, autuar e multar, além de outros procedimentos administrativos que se tornarem necessários.

§2°. Por interesse da Administração Pública, a princípio, os fiscais poderão realizar apenas um levantamento para identificar os imóveis em situação irregular e respectivos proprietários ou possuidores, elaborando um Relatório Circunstanciado contendo: data e hora da constatação; localização, número de inscrição imobiliária e área do imóvel; dados do infrator; descrição do fato e dispositivo legal infringido; e, outros dados que entender necessários, para fins de realização da notificação por Edital, na forma do art. 10, inciso IV, desta Lei.

Art. 6º. Constatada pela fiscalização a existência de terreno baldio que infrinja ao disposto no art. 1º desta Lei, será lavrado o competente Auto de Infração.

Parágrafo único. Do Auto de Infração, lavrado com clareza, sem omissões e abreviaturas, sem entrelinhas ou rasuras, não ressalvas, constarão obrigatoriamente:

I – A menção do local, data e hora da lavratura;

II – A qualificação do infrator ou infratores e, se existirem, das testemunhas presenciais e denunciantes;

III – A localização, número de inscrição imobiliária e área do imóvel;

IV – A descrição do fato e dos elementos que caracterizam a infração;

V – O dispositivo legal infringido e a penalidade prevista para o caso, conforme art. 11 desta Lei;

VI – A notificação do autuado, quando for possível;

VII – A assinatura, o nome legível e o cargo da autoridade fiscal que constatou a infração e lavrou o Auto.

Art. 7º. Lavrado o Auto de Infração ou o Relatório Circunstanciado do §2°, art. 5°, desta Lei, o proprietário do imóvel ou possuidor será notificado para proceder a limpeza do terreno baldio, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de aplicação de multa.

§1º Os artigos 1º, 2° e 3º deverão estar impressos na notificação emitida pelo órgão competente.

§2º No prazo da notificação, o proprietário ou possuidor de terrenos baldios sujos cuja somatória ultrapassam 5.000m² (cinco mil metros quadrados), poderá solicitar a dilação de prazo para 60 (sessenta) dias.

Art. 8°. Dentro dos 15 (quinze) dias iniciais ao da notificação, o proprietário ou possuidor, poderá:

I – solicitar gratuitamente a cessão 01 (um) contêiner para remoção de detritos, entulhos e lixos que estejam depositados em seu terreno, desde que possua um único imóvel e demonstre carência financeira, através de cadastro no CAD Único;

II –poderá solicitar que o Município realize a limpeza de seu imóvel, mediante requerimento e prévio recolhimento das respectivas taxas de serviço público previstas em lei municipal.

Parágrafo único. *A cessão tratada no inciso I será de 01 (um) dia e estará limitada a 01 (uma) a cada 06 (seis) meses por* proprietário ou possuidor.

Art. 9º. Quando o notificado tomar as providências exigidas, fica ele obrigado a comunicar o setor competente do Município para que efetue nova vistoria no local e ateste a execução do serviço em campo, o que deverá constar na própria notificação.

Art. 10. O proprietário ou possuidor do terreno será considerado regularmente notificado mediante:

I – Notificação por escrito e pessoal do infrator, quando feita pelo fiscal competente;

II – Notificação via postal com aviso de recebimento (AR);

III – Notificação por edital divulgado no Diário Oficial dos Municípios, quando o proprietário ou possuidor do imóvel a qualquer título não for identificado, não for encontrado ou recusar-se a receber a intimação;

IV – Notificação por edital, divulgando o Relatório Circunstanciado, a que alude o §2°, art. 5°, e art. 13, desta Lei, através de publicação no Diário Oficial dos Municípios, no site da Prefeitura, e demais meios de comunicação.

Art. 11. Esgotado o prazo inicial de 30 (trinta) dias ou de 60 (sessenta) dias, em caso de prorrogação na forma do §2°, art. 7°, desta Lei, independente de nova notificação, o proprietário ou possuidor será multado.

§1° O valor da multa respeitará o tamanho da área do imóvel, da seguinte forma:

I – 15 (quinze) Unidades Padrão Fiscal (UPFD) para imóveis com até 500m² (quinhentos metros quadrados);

II – 20 (vinte) Unidades Padrão Fiscal (UPFD) para imóveis medindo acima de 500m² (quinhentos metros quadrados) e menos de 1000m² (um mil metros quadrados);

III – 30 (trinta) Unidades Padrão Fiscal (UPFD) para imóveis com medida acima de 1000m² (um mil metros quadrados).

§2° *A multa será dobrada em caso de reincidência.*

Art. 12. Findo o prazo de 30 (trinta) ou 60 (sessenta) dias, fica o Município de Diamantino autorizado a executar os serviços através da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos, sem prévio aviso ou interpelação e sem qualquer direito a reclamações, ficando o proprietário ou

possuidor do respectivo terreno obrigado a ressarcir aos cofres públicos municipais as despesas efetuadas.

§1º O Infrator não poderá opor qualquer resistência à execução dos serviços referido neste artigo, por parte do Município, sob pena de ser requerida força policial e/ou autorização judicial.

§2º Em caso de terreno não habitado, cercado por qualquer modalidade de construção, poderá o Município, através da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos, efetuar rompimento do cadeado ou outro tipo de tranca/lacre, podendo ainda, proceder o rompimento de qualquer obstáculo (muro e/ou cerca) para efetuar o serviço, objeto da notificação.

§3º Caso seja efetivado qualquer das medidas do §2º deste artigo, o Município não será obrigado a reparar ou restituir qualquer dano causado.

§4º Os valores dos serviços realizados correspondem ao das taxas de serviço público previstas em lei municipal.

Art. 13. Concluídos os trabalhos pelo Município, a Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Públicos elaborará um Relatório Circunstanciado contendo: data da limpeza; descrição dos serviços realizados e respectivos valores das taxas geradas; valor da multa aplicada; localização, número de inscrição imobiliária e área do imóvel; e dados do infrator, a fim de efetuar a sua notificação, na forma do art. 10, inciso IV, desta Lei, para pagar, no prazo de 30 (trinta) dias:

I – o débito decorrente dos serviços realizados pelo Município, sob pena de multa de 20% (vinte por cento);

II – a multa prevista no art. 11 desta Lei.

Parágrafo único. *Caso o pagamento da multa seja realizado no prazo previsto no caput, o infrator terá 50% (cinquenta por cento) de desconto.*

Art. 14. O débito e a multa não pagos no prazo previsto nesta Lei, serão inscritos em dívida ativa e, por derradeiro, processada a respectiva cobrança administrativa e/ou judicial, acrescidos de juros de mora e correção monetária, nos termos da Lei.

Art. 15. Para efeitos desta Lei, os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o do vencimento.

Art. 16. As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 17. *A cada semestre, o Município de Diamantino elaborará um Decreto com um cronograma de execução dos trabalhos de fiscalização e limpeza dos terrenos baldios, tratados nesta Lei, definindo a região/bairro e o período de execução dos trabalhos.*

Art. 18. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal n° 710/2009 e o art. 177 do Código de Posturas (Lei Municipal n° 624/2006).

Diamantino/MT, 19 de dezembro de 2017

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

GABINETE
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Ref: Sindicância JBS – Portaria 242/2017

Trata-se de procedimento de sindicância instaurado no âmbito da Administração Direta com o escopo de apurar responsabilidade funcional sobre a perda ou extravio do processo administrativo que teve por objeto a concessão de isenção para a empresa JBS S/A.

Foram nomeados para compor a comissão de sindicância os servidores Ana Cristina dos Santos, Odair de Souza Barbosa e Suellen Hoffmesiter.

Durante os trabalhos foram ouvidos diversos servidores que à época dos fatos poderiam ter participado do procedimento. Assim, foram ouvidos o advogado de gabinete, Ramon de Oliveira Martins, a contabilista Dalva Vieira de Barros, o fiscal Ademir Saldanha, entre outros.

De acordo com as informações prestadas, não se pôde chegar a qualquer conclusão acerca do processo de concessão de isenção. Isso porque ninguém tinha conhecimentos sobre sua instauração.

Outrossim, não foram encontradas publicações oficiais relativa ao suposto processo.

Diante disso, a comissão de sindicância concluiu, em seu relatório final, que não houve regular processo de isenção, razão pela qual não houve extravio de qualquer documento.

Do mesmo modo, não se pôde constatar a responsabilidade de qualquer servidor por total ausência de dados concretos.

Pelo exposto, como restaram infrutíferas todas as buscas por informações e, considerando que as provas até então angariadas não indicam claramente responsabilidade funcional de qualquer servidor, homologo o relatório da comissão processante e o adoto como razão para a presente decisão.

Publique-se e arquive-se.

Diamantino – MT, 19 de dezembro de 2017.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº 1.198/2017.

Autoriza o Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, a firmar convênio com Entidades Não Governamentais e sem fins lucrativos, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, a firmar convênio com quaisquer Entidades Não Governamentais sem fins lucrativos, de acordo com a Portaria n° 747/2014, e alterações promovidas por meio das Portarias n° 778/2014 e 500/2015, todas do Ministério das Cidades, com resultado homologado pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil até 1o de Julho de 2017, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades aprovado pela Resolução n° 214 do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social - CCFDS, de 15 de Novembro de 2.016, visando a construção de moradias populares, destinadas às famílias com a renda familiar de até R$1.800,00 (Um mil e oitocentos reais).

Art. 2º. O convênio, cuja minuta fará parte integrante desta Lei, tem como objeto atender as necessidades da população de baixa renda na área urbana do município, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade, através de unidades habitacionais.

Art. 3º. O Município poderá outorgar escritura pública às respectivas Entidades que vier a firmar o Convênio, com cláusula retroativa de reversão do imóvel no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado por período não superior a 06 (seis) meses, mediante termo aditivo.

Art. 4º. Todos os atos normativos deverão obedecer, ainda, as disposições legais constantes da Instrução Normativa do Ministério das Cidades, sob o n° 14, de 22 de Março de 2017.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 19 de dezembro de 2017

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

MINUTA DO TERMO DE PARCERIA

"TERMO DE PARCERIA E COOPERAÇÃO TÉCNICA, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, E A (ENTEDIDA), MEDIANTE AS SEGUINTES CLÁUSULAS E CONDIÇÕES".

O MUNICÍPIO DE DIAMANTINO, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MT sob nº 03.648.540/0001-74, com sede administrativa na cidade de Diamantino, na Av. Des. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2341, Bairro Jardim Eldorado, Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade civil nº 1158486-6 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 937.368.431-00, residente na Avenida Diamantino, nº 570, bairro Centro, nesta cidade, e a **(ENTIDADE), pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o n° XX.XXX.XXX/XXX-XX,** representada neste ato pelo seu Presidente, (NOME), Brasileiro, Casado, RG n° XXX SSP-XX, CPF: XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado (ENDEREÇO), resolvem firmar a presente parceria e cooperação técnica, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO

1.1. O presente TERMO DE PARCERIA tem por objeto a construção de unidades habitacionais faixa 1, no município de Diamantino, de acordo com as Normas e Legislações vigentes do Programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida - Entidades - FDS.

CLÁUSULA SEGUNDA - ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO:

I. Apresentar Certidão de Ônus Reais do terreno onde será realizado o projeto;

II. Certidão de Inteiro Teor (terreno);

III. Certidão Vintenária (terreno);

IV. Certidão de Uso do Solo (terreno);

V. Memorial Descritivo (se houver) (terreno);

VI. Croqui de Localização do terreno;

VII. Localização por satélite da área;

VIII. Preenchimento da Ficha de Informações do Terreno;

IX. Apresentação da demanda (cadastro dos beneficiários, conforme estabelece as Portarias e Resoluções Normativas do Ministério das Cidades;

X. Apresentar Plano Planialtimétrico da área;

XI. Indicar as rotas de acesso ao empreendimento;

XII. Declaração de atendimento à coleta de lixo no empreendimento;

XIII. Execução de infraestrutura no interior do empreendimento conforme normas estabelecidas pelo Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal e o Código de Obras Municipal;

XIV. Fazer o pedido das AVTOs junto as Concessionárias e a Licença Ambiental junto do Governo do Estado de Mato Grosso;

XV. Plano Diretor do Município;

XVI. Código de Obras;

XVII. Promover a doação do terreno onde será realizado o projeto;

XVIII. Prestar o apoio necessário à consecução do objetivo delineado neste instrumento, observando todas as normas e princípios inerentes ao exercício da função administrativa, em especial os preceitos basilares da legalidade, moralidade, igualdade e livre iniciativa;

XIX. Viabilizar por meio de reuniões, visitas e atividades sócias educativas a socialização de informações a respeito da construção das moradias;

XX. Prestar auxílio jurídico ao pleno desenvolvimento das ações necessárias à consecução dos objetivos.

XXI. Conceder aos imóveis construídos, desoneração e/ou isenção do recolhimento dos seguintes tributos municipais: ITBI - Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, quando da transferência da propriedade do imóvel do Município para o Donatário, na efetivação da doação, e, quando da transferência da propriedade das unidades habitacionais produzidas aos beneficiários pelo donatário, efetivada pela Caixa Econômica Federal; e de IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, apenas enquanto permanecer sob a propriedade do Donatário;

XXII. Conceder à Associação, quando da construção das unidades habitacionais de que trata esta PARCERIA e objeto da doação através da Lei Municipal, a desoneração de todos os impostos e taxas municipais, destacando-se o ISSQN sobre a obra;

XXIII. Promover a inclusão dos residentes no município nos programas habitacionais de interesse social, com vista a garantir o direito fundamental à moradia;

XXIV. Juntamente com a Entidade, cadastrar os interessados em participar dos programas habitacionais de interesse social do município;

XXV. Contribuir com a Entidade, em todas as etapas dos programas habitacionais implantados com recursos oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV - ENTIDADES - FDS, nos assuntos que depender de auxílio do município.

CLÁUSULA TERCEIRA - ATRIBUIÇÕES DA ENTIDADE:

I. Projeto técnico de engenharia - implantação e urbanismo do empreendimento, segundo as Instruções Normativas, Portarias do Ministério das Cidades e especificações técnicas da Caixa Econômica Federal, conforme Código de Práticas dessa instituição financeira;

II. Projeto completo da unidade habitacional, inclusive das unidades para portadores de necessidades especiais - PNE;

III. Elaboração, aprovação e acompanhamento do Projeto de Trabalho Técnico Social junto aos beneficiários;

IV. Assessoria junto ao órgão responsável pelo Meio Ambiente no Estado de Mato Grosso;

V. Assessoria e acompanhamento dos projetos junto aos órgãos municipais, Cartórios, Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades até a sua efetiva aprovação e contratação;

VI. Promover a construção de unidades habitacionais, especificamente às disponibilizadas por intermédio da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, por intermédio do Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, BANCO DO BRASIL ou qualquer instituição financeira pública ou privada que disponha de verba destinada para habitação de interesse social, nos termos da Lei n° 11.977, de 07 de julho de 2009;

VII. Prestar o apoio necessário à consecução do objetivo delineado neste instrumento, observando todas as normas e princípios inerentes ao exercício da função administrativa, em especial os preceitos basilares da legalidade, moralidade, igualdade e livre iniciativa;

VIII. Viabilizar, por meio de reuniões, visitas e atividades sócio educativas, a socialização de informações a respeito da construção das moradias;

IX. Prestar auxílio jurídico ao pleno desenvolvimento das ações necessárias à consecução dos objetivos;

X. Promover as tratativas necessárias com vista à liberação dos recursos oriundos do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV para a construção de unidades habitacionais;

XI. Promover a filiação de todos os interessados/cadastrados em particular dos programas habitacionais de interesse social às entidades vinculadas,

de forma a atender as disposições específicas do Programa Minha Casa Minha Vida e a qualquer Programa Habitacional de interesse social;

XII. Promover a interface necessária à construção das unidades habitacionais, ultimando as medidas pertinentes à formalização dos atos específicos a sua implantação;

XIII. E, prestar todo o apoio necessário à consecução do objetivo delineado neste instrumento, observando seu estatuto social e demais normativos atinentes às ações e objetivos, orientando o município naquilo que for formalmente requerido e de sua competência.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO

4.1. Será designado 01 representante por parte Município e 01 representante por parte da Entidade (nome da entidade e CNPJ) para acompanhar e fiscalizar todos os atos pertinentes a PARCERIA.

CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA

5.1. A presente parceria terá vigência de 02 (dois) anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, aditada ou rescindida por mútuo acordo, bastando que a parte interessada se manifeste por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias.

5.2. Qualquer dos partícipes poderá denunciar e retirar sua cooperação decorrente da presente parceria, quando a sua execução não obedecer fielmente ao que nele ficou avençado.

5.3. Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, o denunciante somente ficará responsável pelas obrigações e auferirá as vantagens pelo tempo em que comprovadamente participou da presente parceria, ouvindo o seu executor.

Diamantino/MT, 07 de dezembro de 2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

ENTIDADE XXX

CNPJ:

GABINETE
LEI N° 1.199/2017

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional ao orçamento do exercício financeiro de 2017, e dá outras providências.

O Senhor Eduardo Capistrano de Oliveira, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, encaminha para apreciação da câmara de vereadores o seguinte projeto de lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento financeiro de 2017, alterando a Lei Municipal 1.142/2016 (LOA 2017), acrescentando recursos no orçamento do município, até o limite de 3% (três por cento) do montante da Despesa fixado no Art. 1º da Lei 1.142/2016, por meio de **Superávit Financeiro de Exercício Anterior**.

Art. 2º Para cobertura ao crédito adicional especial, aberto no Artigo 1º, serão utilizados recursos conforme o artigo 43 da Lei Federal n°4.320/64, inciso I – Superávit Financeiro de Exercício Anterior, de acordo com os saldos apurados no Balanço do exercício anterior, nas seguintes Fontes de Recursos e de acordo com o Anexo I – Balanço Patrimonial 2016:

Fontes com Superávit Financeiro de Exercício Anterior:

Ø Fonte/Destinação de Recursos 0.3.14 – Transferências de Recursos do SUS União – Exercício Anterior;

Ø Fonte/Destinação de Recursos 0.3.42 – Transferências de Recursos do SUS Estado – Exercício Anterior;

Ø Fonte/Destinação de Recursos 0.329 – Transferências de Recursos do FNAS – Exercício Anterior;

Ø Fonte/Destinação de Recursos 0.300 – Recursos Ordinários – Exercício Anterior;

Ø Fonte/Destinação de Recursos 0.317 – Recursos da COSIP – Exercício Anterior;

Ø Fonte/Destinação de Recursos 0.318 – Recursos do FUNDEB – Exercício Anterior;

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 5% (cinco por cento) do montante da despesa fixada no artigo 1º da Lei nº 1.142/2016, de acordo com o art. 43, inciso III da Lei nº. 4.320/64;

II – promover a transposição, remanejamento e transferência de recurso de uma categoria para outra ou de um órgão para outro;

III – atualizar a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2017, Lei 1. 117/2016 (LDO), atualizando o de Metas e Prioridades;

IV – proceder com a atualização dos Anexos da Lei do Plano Plurianual – PPA, Lei 944/2013, atualizando as metas físicas e financeiras correspondentes.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Diamantino/MT, 19 de dezembro de 2017

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº. 043/2017

"Institui o Regime Especial de Incentivos Fiscais para o desenvolvimento de Infraestrutura de Indústria de Energia Renovável no âmbito do Município de Diamantino – MT e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, Sr. **EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA**, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal de Diamantino aprovou, e ELE sanciona a seguinte lei complementar:

Art. 1º. As sociedades empresariais que tenham como objetivo social a construção de parques para geração de energia renovável fotovoltaica e eólica e serviços relativos e congêneres ou pequenas centrais hidrelétricas (**PCH**), poderão ter uma redução de 40% (quarenta por cento) da alíquota do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN nos serviços de construção, montagens e afins dos parques de energia renovável.

Parágrafo 1º - Para ter direito ao benefício, a empresa deverá:

I – contratar, preferencialmente, no mínimo 40% de mão-de-obra direta de trabalhadores provenientes e com residência no município de Diamantino

a) A condição ora de exposta não se aplica para os cargos que dependem de mão de obra indireta ou especializada que não sejam encontradas no município de Diamantino;

b) Para o devido acompanhamento da condicionante trazida na alínea anterior caberá o encargo para as empresas em utilizar o banco de dados do SINE de competência do município de Diamantino e em atendimento às Leis federais nº. 10.748/03, alterada pela Lei nº 10.940/04(primeiro emprego), Lei 11.788/08 (estágio) e Lei 10.097/00 (aprendizagem);

II – A empresa deverá estar regularmente inscrita no Município de Diamantino, bem como manter um escritório de representação no Município;

III – As empresas beneficiadas pela isenção realizarão o pagamento de sua folha de pagamento de pessoal em agências bancárias situadas no município de Diamantino.

Parágrafo 2º - Os benefícios previstos nesta Lei serão implementados somente após o deferimento do pedido pela Comissão de Análise de Incentivos Fiscais.

Art. 2º - Gozam dos mesmos benefícios dessa Lei as empresas prestadoras de serviços que estejam diretamente ligadas à construção e implantação dos parques de energia renovável ou pequenas centrais hidrelétricas (**PCH**) e congêneres instalados neste Município.

Art. 3º - Os valores de materiais ou de equipamentos fornecidos pelo prestador dos serviços, previstos no contrato, na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, integram a base de cálculo do ISSQN, desde que respeitado o limite de 60% (sessenta por cento) do valor bruto dos serviços prestados.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Diamantino 12 de dezembro de 2017.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 168/2017

PORTARIA N.º 168/2017

"Dispõe sobre a Concessão do Benefício de Aposentadoria por Invalidez em favor do Servidor Sr.º ELVINO ELLY".

A Diretora Executiva do FELIZ PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003 e Art. 14 da Lei Municipal nº. 558/2016 de 01 de Setembro de 2.016, que rege a Previdência Municipal e ainda combinado a Lei Complementar n.º 026/13 que rege sobre o Plano de Cargos e Remunerações dos Servidores e Lei n.º 003/07 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos de Feliz Natal.

RESOLVE

Art. 1º Conceder o Benefício de **Aposentadoria Por Invalidez,** com Proventos Integrais em favor do Servidor **ELVINO ELLY,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua São Miguel do Oeste, nº 1132, portador de RG 1.823.072 SSP/PR, CPF: 761.275.679-04, servidor EFETIVO, no cargo de **OPERADOR DE MÁQUINAS I**, lotado na Secretaria Municipal de Obras, devidamente matriculado sob o número 015, tendo contribuído 12. 677 (Doze mil seiscentos e setenta e sete dias) dias líquidos, correspondendo há 34 anos, 08 meses e 24 dias, conforme Processo Administrativo 2017.06.00005A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de Dezembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Feliz Natal – MT, 18 de Dezembro de 2017.

.

DANIELA DICÉLIA SCARIOT

Diretora Executiva HOMOLOGO: RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 169/2017

PORTARIA N.º 169/2017

"Dispõe sobre a Concessão do Benefício de Aposentadoria por Idade em favor da Servidora Sr.ª ANA MONTEIRO DE MEDEIROS".

A Diretora Executiva do FELIZ PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso III, "b", da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, e ainda combinado com Artigo 12, inciso III, "b", da Lei Municipal nº. 558/2016, de 01 de Setembro de 2016, que rege a Previdência Municipal e Lei Complementar nº 019/2012, que Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remunerações dos Profissionais da Educação do Município de Feliz Natal.

RESOLVE

Art. 1º Conceder o Benefício de **Aposentadoria Voluntária Por Idade,** com Proventos Proporcionais em favor da Servidora **ANA MONTEIRO DE MEDEIROS**, divorciada, residente e domiciliada na Rua Francisco de Oliveira Caldeira, nº 284, neste município, portadora do RG nº. 457.576 SSP/MS, inscrita no CPF nº. 923.860.081-34, servidora **EFETIVA**, no cargo de **APOIO EM MANUTENÇÃO DE INFRAESTRUTURA ESCOLAR II - ZELADOR**, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, devidamente matriculada sob o nº. 537, tendo contribuído 8.565 (oito mil quinhentos e sessenta e cinco) dias líquidos, correspondendo há 23 anos e 05 meses e 19 dias, conforme Processo Administrativo 2017.08.00005A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de Dezembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Feliz Natal – MT, 18 de Dezembro de 2017.

DANIELA DICÉLIA SCARIOT Diretora Executiva HOMOLOGO: RAFAEL PAVEI Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO N° 06/2017/CMAS/ GAUCHA DO NORTE /MT

Dispõe sobre a Regularização da Prestação de Contas do Exercício 2012.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE GAUCHA DO NORTE CMAS/GAUCHA DO NORTE/MT, representado neste ato por seu Presidente, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 368, de 06 de Outubro de 2009, e conforme deliberação do Pleno em Reunião Ordinária realizada no dia 19 de Dezembro; Após analisar documentação da Prestação de Contas do Bloco Serviços/Programas/Projetos, Execução Financeira, Piso Variável de Média Complexidade, referente ao ano de 2012.

R E S O L V E:

Art. 1° Aprovar a Prestação de Contas do Bloco Serviços/Programas/Projetos, Execução Financeira, Piso Variável de Média Complexidade, referente ao ano de 2012.

Registrada. Publicada. Cumpra-se.

Gaúcha do Norte - MT, 19 de dezembro de 2017.

_____

DEISE CLECIANE FOLLMANN

Presidente do CMAS - Gaúcha do Norte/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 18/2017- MENOR PREÇO POR ITEM

Aos Dezoito Dias do mês de Dezembro de 2017, às 08:00 hs, o Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste, Estado de Mato Grosso o Sr. SIDINEI DA SILVA e Equipe de Apoio, nomeados pelo Decreto Municipal nº 707 de 22 de Fevereiro de 2017, deu início ao Pregão Presencial nº 18/2017, julgamento tipo menor preço por ítem, referente ao processo Administrativo Nº 029/2017, que tem como objeto Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme Termo de Referência em anexo.

CREDENCIAMENTO

Declarada aberta a sessão pelo Sr. Pregoeiro, constatando a presença de interessado, a sessão inicia-se com o Credenciamento do participante, constituindo no exame dos documentos oferecidos pelos interessados presentes, visando a comprovação da existência de poderes para formulação de propostas e a prática dos demais atos de atribuição dos licitantes.

Depois de analisados os documentos pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio foram credenciado a empresa abaixo;

EMPRESA	ME/EPP	CNPJ	REPRESENTANTE	IDENTIFICAÇÃO
ADRIANO SCARPAZZA – ME	ME	28.929.775/0001-65	Adriano Scarpazza	Propietário

O pregoeiro após 10 (dez) minutos de tolerância, comunicou o encerramento do credenciamento.

Ao término do credenciamento, o Sr. Pregoeiro solicitou a empresa presente credenciada que entregasse à Equipe de Apoio, os envelopes nº 01 contendo a Proposta e o nº 02 contendo a habilitação.

REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA INICIAL ESCRITA

Ato contínuo foram aberto o Envelope contendo a proposta, e com a colaboração da equipe de apoio, o pregoeiro, passando-se a analisar a proposta da empresa credenciada, para verificar se a mesma atendia aos requisitos do Edital e examinando a compatibilidade do objeto, prazos e condições de fornecimento. O Pregoeiro franqueou o acesso a todos ao conteúdo da proposta, solicitando que as rubricassem.

Após esse procedimento, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio verificaram que a empresa credenciada atenderam as exigências do Edital. Estando portando classificada, conforme quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	ADRIANO SCARPAZZA - ME		
			MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CIMENTO 50 KG	2500 SC	VOTORANTIM	R$28,50	R$71.250,00
02	ARGAMASSA 20 KG	1500 SC	QUARTZOLIT	R$11,20	R$16.800,00
03	COLUNA MALHA AÇO 14,0X8,0 5/16 6MT	10 UN	ROLESTEEL	R$56,95	R$569,50
04	FERRO CA60 4,2MM 1,31 KG/BARRA 4,2X12	40 UN	ROLLER	R$6,61	R$264,40
05	FERRO FR SAE 1006/08 8,00MM 5/16X12	40 UN	ROLLER	R$23,73	R$949,20
06	FERRO FR SAE 1006/08 9,50MM 3/8X12	40 UN	ROLLER	R$30,92	R$1.236,80
07	TELHA PORTUGUESA (1A)	3000 UN	2 IRMAOS	R$1,30	R$3.900,00
08	TIJOLO 8 FUROS	10.000 UN	CONSTRUEST	R$0,55	R$5.500,00
09	BUCHA 07 ABA PLAST PARE MACICA	200 UN	SOMA	R$0,10	R$20,00
10	BUCHA 08 ABA PLAST PARE MACICA	200 UN	STOKY	R$0,11	R$22,00
11	BUCHA 09 ABA PLAST PARE MACICA	200 UN	STOKY	R$0,15	R$30,00
12	PARAF SOBERB SEX 1/4 X 40	200 UN	NEGRAO	R$0,27	R$54,00
13	GRAMPO MIGUEL 2 PREG BR 15PCS RIBEL	04 CX	NEGRAO	R$1,98	R$7,92
14	PREGO C/CABEÇA 15X15 POLIDO	20 KG	DISMATAL	R$9,26	R$185,20
15	PREGO C/CABEÇA 12X12 POLIDO	20 KG	DISMATAL	R$10,34	R$206,80
16	PREGO C/CABEÇA 17X21 POLIDO	40 KG	DISMATAL	R$8,98	R$359,20
17	PREGO C/CABEÇA 18X24 POLIDO	40 KG	DISMATAL	R$8,27	R$330,80
18	PREGO C/CABEÇA 19X36 POLIDO	40 KG	DISMATAL	R$8,96	R$358,40
19	PREGO C/CABEÇA 20X36 POLIDO	40 KG	DISMATAL	R$8,02	R$320,80
20	PREGO C/CABEÇA 22X42 POLIDO	60 KG	DISMATAL	R$8,27	R$496,20
21	PREGO C/CABEÇA 22X48 POLIDO	60 KG	DISMATAL	R$8,74	R$524,40
22	PREGO C/CABEÇA 24X60 POLIDO	150 KG	DISMATAL	R$10,99	R$1.648,50
23	PREGO C/CABEÇA 25X72 POLIDO	150 KG	DISMATAL	R$9,89	R$1.483,50
24	CHUVEIRO ELETRICO DUCHA 127V/4600	30 UN	LORENZETTI	R$44,86	R$1.345,80
25	CHUVEIRO ELÉTRICO DUCHA 127V/5500W	30 UN	NEGRAO	R$46,31	R$1.389,30
26	CARRINHO DE MÃO GALVANIZADO	20 UN	METALPAMA	R$108,36	R$2.167,20
27	PA DE BICO N 04 C/CABO RETO	10 UN	CANAL	R$35,25	R$352,50
28	ENXADA LARGA S/ CABO	10 UN	NEGRAO	R$34,10	R$341,00
29	ENXADA LARGA C/ CABO	10 UN	FAMASTIL	R$39,90	R$399,00
30	SERRA CIRCULAR 1200W	01 UN	BOSCH	R$450,00	R$450,00
31	SERRA MARMORE 127V 1200W	01 UN	BOSCH	R$295,38	R$295,38
32	FURADEIRA 127V COMPLETA C/MALA E BROCAS 600W	04 UN	BOSCH	R$285,62	R$1.142,48
33	CHAVE BIELA 08MM	04 UN	TRAMONTINA	R$10,78	R$43,12
34	CHAVE BIELA 10MM	04 UN	STOKY	R$16,09	R$64,36
35	CHAVE BIELA 11MM	04 UN	TRAMONTINA	R$13,86	R$55,44
36	CHAVE BIELA 12MM	04 UN	NEGRAO	R$16,01	R$64,04
37	CHAVE BIELA 13MM	04 UN	NEGRAO	R$17,95	R$71,80
38	CHAVE BIELA 14MM	04 UN	NEGRAO	R$19,97	R$79,88

39	CHAVE BIELA 15MM	04 UN	NEGRAO	R$21,08	R$84,32
40	CHAVE BIELA 16MM	04 UN	TRAMONTINA	R$16,00	R$64,00
41	CHAVE BIELA 17MM	04 UN	NEGRAO	R$21,60	R$86,40
42	CHAVE BIELA 18MM	04 UN	NEGRAO	R$20,44	R$81,76
43	CHAVE BIELA 19MM	04 UN	NEGRAO	R$26,67	R$106,68
44	CHAVE COMB 08MM	04 UN	NEGRAO	R$6,90	R$27,60
45	CHAVE COMB 09MM	04 UN	MULTICON	R$6,35	R$25,40
46	CHAVE COMB 10MM	04 UN	NEGRAO	R$8,47	R$33,88
47	CHAVE COMB 11MM	04 UN	NEGRAO	R$8,33	R$33,32
48	CHAVE COMB 12MM	04 UN	NEGRAO	R$8,01	R$32,04
49	CHAVE COMB 13MM	04 UN	NEGRAO	R$8,39	R$33,56
50	CHAVE COMB 14MM	04 UN	NEGRAO	R$7,95	R$31,80
51	CHAVE COMB 17MM	04 UN	NEGRAO	R$16,69	R$66,76
52	CHAVE COMB 19MM	04 UN	NEGRAO	R$14,36	R$57,44
53	CHAVE COMB 21 MM	04 UN	NEGRAO	R$13,32	R$53,28
54	CHAVE COMB 24MM	04 UN	NEGRAO	R$19,75	R$79,00
55	CHAVE COMB 25MM	04 UN	TRAMONTINA	R$14,80	R$59,20
56	CHAVE COMB 26MM	04 UN	TRAMONTINA	R$16,48	R$65,92
57	CHAVE COMB 27MM	04 UN	NEGRAO	R$24,91	R$99,64
58	CHAVE COMB 28MM	04 UN	NEGRAO	R$31,27	R$125,08
59	CHAVE COMB 29MM	04 UN	ROLREST	R$33,90	R$135,60
60	CHAVE COMB 30MM	04 UN	NEGRAO	R$37,05	R$148,20
61	CHAVE COMB 32MM	04 UN	TRAMONTINA	R$26,74	R$106,96
62	CHAVE DE FENDA PONTA CHATA 1/4 X 4	04 UN	NEGRAO	R$5,67	R$22,68
63	CHAVE PHILLIPS 1/4 X 4 CB AMA	04 UN	NEGRAO	R$6,02	R$24,08
64	CHAVE PHILLIPS CB AMA 3/16X4	04 UN	NEGRAO	R$4,48	R$17,92
65	TIJOLOS MACICOS BRANCO	10.000 UN	CONSTRUEST	R$0,28	R$2.800,00
66	PRUMO FACE METALICA 700G	04 UN	MULTICON	R$22,19	R$88,76
67	COLHER PEDREIRO RETA SOLDAD 9	10 UN	CORTAG	R$12,10	R$121,00
68	COLHER PEDREIRO RETA SOLDAD 10	10 UN	CORTAG	R$13,54	R$135,40
69	PISO 41X41	200 MT	ALMEIDA	R$14,86	R$2.972,00
70	PISO PORCELANATO 61X61 GELO	200 MT	DELTA	R$49,92	R$9.984,00
71	REJUNTE PARA PORCELANATO PCT KG	80 PCT	QUARTZOLIT	R$51,05	R$5.105,00
72	REJUNTE GRAFITE 1 KG	100 KG	QUARTZOLIT	R$5,11	R$511,00
73	REJUNTE PRETO 1 KG	100 KG	QUARTZOLIT	R$21,32	R$2.132,00
74	TUBO ESGOTO PRIMARIO 6M 100MM	10 BARRA	PLASTILIT	R$7,20	R$72,00
75	TUBO ESGOTO PRIMARIO 50MM	10 BARRA	PLASTILIT	R$4,41	R$44,10
76	TUBO ESGOTO SEC. PB 6M 40MM	10 BARRA	TUBOZAN	R$2,93	R$29,30
77	TUBO SOLDAVEL 25MM	40 BARRA	PLASTILIT	R$2,15	R$86,00
78	TUBO SOLDAVEL 50MM	10 BARRA	TIGRE	R$8,86	R$88,60
79	ADESIVO BISNAGA 75G	60 UN	NEGRAO	R$3,29	R$197,40
80	BROXA RETANGULAR	100 UN	TIGRE	R$9,08	R$908,00
81	CAP SOLDAVEL 25MM	06 UN	PLASTILIT	R$0,73	R$4,38
82	JOELHO 90 ESGOTO 100MM	10 UN	PLASTILIT	R$3,52	R$35,20
83	JOELHO 90 ESGOTO 50MM	20 UN	PLASTILIT	R$1,45	R$29,00
84	JOELHO 90 ESGOTO SEC 40MM	10 UN	PLASTILIT	R$0,83	R$8,30
85	JOELHO 90 SOLD/MISTA 25MMX 1/2	40 UN	PLASTILIT	R$2,89	R$115,60
86	JOELHO 90 SOLDAVEL 25MM	40 UN	TIGRE	R$0,87	R$34,80
87	JOELHO 90 SOLDAVEL 50MM	15 UN	PLASTILIT	R$2,45	R$36,75
88	LUVA SOLDAVEL 25MM	10 UN	PLASTILIT	R$0,62	R$6,20
89	LUVA SOLDAVEL 50MM	10 UN	PLASTILIT	R$2,43	R$24,30
90	TE 90 SOLDAVEL 25MM	20 UN	PLASTILIT	R$0,95	R$19,00
91	TE 90 SOLDAVEL 50 MM	10 UN	PLASTILIT	R$3,46	R$34,60
92	TORNEIRA JARDI BIC 1/2.3/4 PR 1128	50 UN	HERC	R$3,00	R$150,00
93	TORNEIRA PLAS 15CM 1/2 E 3/4 1158-2	50 UN	NEGRAO	R$3,84	R$192,00
94	MANGUEIRA FLEX SILIC 1/2	200 MT	VIQUA	R$2,31	R$462,00
95	ALAVANCA 1,80 MT	05 UN	BIAZUS	R$91,13	R$455,65
96	BROCA AÇO RAPIDO 10MM	05 UN	MARTINS	R$18,94	R$94,70
97	BROCA AÇO RAPIDO 11,5MM	05 UN	MARTINS	R$24,75	R$123,75
98	BROCA AÇO RAPIDO 12MM	05 UN	MARTINS	R$27,77	R$138,85
99	BROCA AÇO RAPIDO 2,5MM	05 UN	MARTINS	R$4,21	R$21,05
100	BROCA AÇO RAPIDO 3,0MM	05 UN	NEGRAO	R$4,48	R$22,40
101	BROCA AÇO RAPIDO 3,5MM	05 UN	NEGRAO	R$4,85	R$24,25
102	BROCA AÇO RAPIDO 4,0MM	05 UN	MARTINS	R$4,70	R$23,50
103	BROCA AÇO RAPIDO 4,5MM	05 UN	MARTINS	R$5,43	R$27,15
104	BROCA AÇO RAPIDO 5,0MM	05 UN	MARTINS	R$5,65	R$28,25
105	BROCA AÇO RAPIDO 5,5MM	05 UN	MARTINS	R$6,60	R$33,00
106	BROCA AÇO RAPIDO 6,0MM	05 UN	MARTINS	R$7,21	R$36,05
107	BROCA AÇO RAPIDO 6,5MM	05 UN	MARTINS	R$8,77	R$43,85
108	BROCA AÇO RAPIDO 7,0MM	05 UN	MARTINS	R$9,04	R$45,20
109	BROCA AÇO RAPIDO 7,5MM	05 UN	MARTINS	R$10,23	R$51,15
110	BROCA AÇO RAPIDO 8,0MM	05 UN	MARTINS	R$12,32	R$61,60
111	BROCA AÇO RAPIDO 8,5MM	05 UN	MARTINS	R$12,88	R$64,40
112	BROCA CONCRETO 10MM	05 UN	MARTINS	R$12,54	R$62,70

113	BROCA CONCRETO 6MM	05 UN	MARTINS	R$5,69	R$28,45
114	BROCA CONCRETO 7MM	05 UN	MARTINS	R$7,25	R$36,25
115	BROCA CONCRETO 8MM	05 UN	MARTINS	R$8,93	R$44,65
116	CAIXA DESCARGA 9L	20 UN	ASTRA	R$22,58	R$112,90
117	ENGATE BRANCO 40CM 1/2	20 UN	ASTRA	R$4,09	R$81,80
118	ENGATE BRANCO 60CM 1/2	20 UN	ASTRA	R$5,19	R$103,80
119	CX POLIETILENO1000LT C/TAMPA	05 UN	FORTLEV	R$276,09	R$1380,45
120	CX PILETILENO 500LTC/TAMPA	05 UN	FORTLEV	R$187,38	R$936,90
121	TELHA ONDULADA 0.50 X 4 X 2.44 9.4KG	50 UN	INFIBRA	R$13,81	R$690,50
122	TELHA ONDULADA 1.10 X 6 X 3.66 51.6KG	50 UN	INFIBRA	R$76,50	R$3.825,00
123	LIXA DAGUA 100	200 UN	TIGRE	R$1,23	R$246,00
124	LIXA DAGUA 150	200 UN	TIGRE	R$1,23	R$246,00
125	LIXA DAGUA 180	200 UN	TIGRE	R$1,23	R$246,00
126	LIXA FERRO 100	200 UN	TIGRE	R$1,72	R$344,00
127	LIXA FERRO 80	200 UN	TIGRE	R$1,81	R$362,00
128	LIXA MASSA 100	200 UN	TIGRE	R$0,55	R$110,00
129	LIXA MASSA 150	200 UN	TIGRE	R$0,51	R$102,00
130	LIXA MASSA 180	200 UN	TIGRE	R$0,55	R$110,00
131	TINTA SPRAY BRANCO BRILHANTE	20 UN	NEGRAO	R$14,78	R$295,60
132	TINTA SPRAY BRANCO FOSCO	20 UN	NEGRAO	R$14,09	R$281,80
133	TINTA SPRAY DOURADO	20 UN	JOWITEC	R$16,61	R$332,20
134	TINTA SPRAY PRETO BRILANTE	20 UN	NEGRAO	R$14,30	R$286,00
135	TINTA SPRAY PRETO FOSCO	20 UN	NEGRAO	R$14,30	R$286,00
136	TINTA SPRAY VERDE FLOR	20 UN	STOKY	R$14,60	R$292,00
137	TINTA SPRAY VERMELHO	20 UN	JOWITEC	R$14,77	R$295,40
138	TINTA SPRAY AZUL	20 UN	NEGRAO	R$14,30	R$286,00
139	TINTA SPRAY PRATA	20 UN	TAMBASA	R$15,00	R$300,00
140	MASSA CORRIDA PVA 18L/27KG	10 UN	STOKY	R$66,89	R$668,90
141	MASSA CORRIDA PVA 3,6L/5,8KG	05 UN	STOKY	R$18,76	R$93,80
142	TINTA ESM BRILHANTE 3,600 COR VERMELHO	02 UN	HORIZONTE	R$55,85	R$11,70
143	TINTA ESM BRILHANTE 3,600 COR AMARELA	02 UN	HORIZONTE	R$63,40	R$126,80
144	TINTA ESM BRILHANTE 3,600 COR ZUL	10 UN	HORIZONTE	R$63,40	R$634,00
145	TINTA ESM BRILHANTE 3,600 COR BRANCA	10 UN	HORIZONTE	R$65,00	R$650,00
146	TINTA ESM BRILHANTE 3,600 COR PRETA	02 UN	HORIZONTE	R$19,53	R$39,06
147	TINTA ESM BRILHANTE 3,600 COR PRATA	02 UN	HORIZONTE	R$64,90	R$129,80
148	MASSA ACRILICA 18L/28KG	02 UN	MULTICON	R$104,57	R$209,14
149	TINTA ACRÍLICA COR GELO 18L	30 UN	MULTICON	R$192,78	R$5.783,40
150	TINTA ACRÍLICA COR BRANCA 18L	15 UN	MULTICON	R$192,75	R$2.891,25
151	TINTA ACRÍLICA COR JEANS 18L	30 UN	MULTICON	R$188,81	R$5.664,30
152	THINNER 5LT	20 UN	MULTICON	R$44,27	R$885,40
153	THINNER 900 ML	10 UN	MULTICON	R$9,31	R$93,10
154	BARRA ROSCADA POL 1/2	50 UN	CISER	R$5,87	R$293,50
155	BARRA ROSCADA POL 3/4	50 UN	CISER	R$15,78	R$789,00
156	BARRA ROSCADA POL 3/8	50 UN	CISER	R$2,99	R$149,50
157	BARRA ROSCADA POL 5/8	50 UN	CISER	R$9,92	R$496,00
158	BARRA ROSCADA POL 7/19	50 UN	--	R$0,00	R$0,00
159	BARRA ROSCADA POL 7/8	50 UN	CISER	R$21,21	R$1060,50
160	BARRA ROSCAVEL 1 POL	50 UN	STOLY	R$26,91	R$1.345,50
161	BARRA ROSCAVEL 1/4	50 UN	CISER	R$1,53	R$76,50
162	BARRA ROSCAVEL 5/16	50 UN	CISER	R$2,36	R$118,00
163	PORCA SEX POL 1	300 UN	CISER	R$2,66	R$798,00
164	PORCA SEX POL 1/2	300 UN	CISER	R$1,85	R$555,00
165	PORCA SEX POL 1/4	300 UN	CISER	R$0,06	R$18,00
166	PORCA SEX POL 3/8	300 UN	CISER	R$0,09	R$27,00
167	PORCA SEX POL 5/16	300 UM	MULTICON	R$0,08	R$24,00
168	PORCA SEX POL 5/8	300 UN	CISER	R$0,51	R$153,00
169	PORCA SEX UNC POL 3/16	300 UN	NEGRAO	R$0,05	R$15,00
170	PORCA SEX 7/8	300 UN	STOKY	R$1,30	R$390,00
171	PORCA SEX 7/16 POLIDA	300 UN	CISER	R$0,16	R$48,00
172	PORCA SEX 3/4 POLIDA	300 UN	CISER	R$0,81	R$243,00
173	ARRUELA LISA POLIDA 7/16	300 UN	CISER	R$0,17	R$51,00
174	ARRUELA LISA 1/4	300 UN	CISER	R$0,07	R$21,00
175	ARRUELA LISA 12 ZINCADA	300 UN	CISER	R$0,23	R$69,00
176	ARRUELA LISA 7/16	300 UN	CISER	R$0,17	R$51,00
177	ARRUELA LISA POL 1	300 UN	CISER	R$0,45	R$135,00
178	ARRUELA LISA POL 1/2	300 UN	CISER	R$0,22	R$66,00
179	ARRUELA LISA POL 3/16	300 UN	MULTICON	R$0,05	R$15,00
180	ARRUELA LISA POL 3/4	300 UN	CISER	R$0,23	R$69,00
181	ARRUELA LISA POL 3/8	300 UN	CISER	R$0,88	R$264,00
182	ARRUELA LISA POL 5/16	300 UN	CISER	R$0,09	R$27,00
183	ARRUELA LISA POL 5/8	300 UN	CISER	R$0,24	R$72,00
184	ARRUELA LISA POL 7/8	300 UN	CISER	R$0,31	R$93,00
185	ARAME RECOZIDO TORCIDO 1 KG N.º18	06 UN	STOKY	R$7,91	R$47,46
186	ARAME GALVANIZADO Nº12 1KG	10 UN	DISMATAL	R$10,48	R$104,80

187	ARAME GALVANIZADO Nº14 1KG	10 UN	DISMATAL	R$10,72	R$107,20
188	ARAME GALVANIZADO Nº16 1KG	10 UN	DISMATAL	R$11,30	R$113,00
190	ARAME GALVANIZADO Nº18 1KG	10 UN	DISMATAL	R$13,62	R$136,20
191	ALICATE UNIVERSAL INOX	05 UN	NEGRAO	R$41,05	R$205,25
192	ALICATE BICO MEIA CANA 6	05 UN	NEGRAO	R$18,68	R$93,40
193	MARTELO UNHA 29MM CABO DE FIBRA	10 UN	NEGRAO	R$35,82	R$358,20
194	TRINCHA BASICA 1/2	10 UN	TIGRE	R$1,43	R$14,30
195	TRINCHA BASICA 3/4	10 UN	TIGRE	R$1,84	R$18,40
196	TRINCHA BASICA 1	10 UN	TIGRE	R$2,24	R$22,40
197	TRINCHA BASICA 1.1/2	10 UN	TIGRE	R$3,23	R$32,30
198	TRINCHA BASICA 2	10 UN	TIGRE	R$4,47	R$44,70
199	TRINCHA BASICA 2.1/2	10 UN	TIGRE	R$5,66	R$56,60
200	TRINCHA BASICA 3	10 UN	TIGRE	R$6,88	R$68,80
201	TRINCHA BASICA 4	10 UN	TIGRE	R$9,08	R$90,80
202	ROLO LÃ SINTÉTICO 23CM ANTIRRESPINGO	20 UN	TIGRE	R$14,43	R$288,60
203	MANGUEIRA PAD	4.000 MT	TIGRE	R$3,81	R$15.240,00
204	ADAPTADOR PAD	400 UN	TIGRE	R$4,05	R$1.620,00
205	COLAR 60 MM	400 UN	TIGRE	R$9,53	R$3.812,00
206	COLAR 75 MM	20 UN	TIGRE	R$12,68	R$253,60
207	COLAR 85 MM	20 UN	TIGRE	R$10,85	R$217,00
208	CANO 60 MM BARRA 6MT	150 BARRA	MADEMARI	R$11,41	R$1.711,50
209	CHAVE DE CANO 8"	04 UN	NEGRAO	R$35,30	R$141,20
210	CHAVE DE CANO 18"	04 UN	NEGRAO	R$69,90	R$279,60
210	LUVA 60 MM	40 UN	NEGRAO	R$8,56	R$342,40
211	LUVA 85 MM	10 UN	TIGRE	R$22,47	R$224,70
212	LUVA 100 MM	10 UN	PLASTILIT	R$3,06	R$30,60
213	TINTA AUTOMOTIVA COR BRANCA 3,6 L	08 LATA	ANJO	R$68,50	R$548,00
214	TINTA AUTOMOTIVA COR AZUL 3,6 L	04 LATA	ANJO	R$68,50	R$274,00
215	TINTA AUTOMOTIVA COR AMARELA 3,6 L	04 LATA	ANJO	R$68,50	R$274,00
216	TINTA AUTOMOTIVA COR VERMELHA 3,6 L	04 LATA	ANJO	R$68,50	R$274,00
217	TINTA AUTOMOTIVA COR LILÁS 3,6 L	04 LATA	ANJO	R$68,50	R$274,00
218	TINTA AUTOMOTIVA COR PRATA 3,6 L	04 LATA	ANJO	R$68,50	R$274,00
219	TINTA AUTOMOTIVA COR DOURADO 3,6 L	04 LATA	ANJO	R$68,50	R$274,00
220	DISCO DIAMANTADO DE CERÂMICA	06 UN	MARTINS	R$16,32	R$97,92
221	DISCO PARA MADEIRA SERRA MARMORE	06 UN	CORTAG	R$18,11	R$108,66
222	PEDRA PARA ESMERIL	02 UN	NEGRAO	R$22,80	R$45,60
223	DISCO PARA SERRA CIRCULAR	04 UN	MULTICON	R$11,27	R$45,08
224	DISCO POLICORTE	10 UN	NEGRAO	R$42,81	R$428,10
225	PORTAL MADEIRA	10 UN	MADEMATOS	R$94,10	R$941,00
226	FECHADURA SIMPLES	20 UN	STOKY	R$29,67	R$593,40
227	DOBRADIÇA	20 PAR	SOMA	R$6,06	R$121,20
228	ARREBITE AÇO 4,8 X 25MM	1.000 UN	NEGRAO	R$0,21	R$210,00
229	MIOLO DE FECHADURA	30 UN	NEGRAO	R$17,20	R$516,00
230	VENEZIANA 1 X 1,20	04 UN	AÇOFER	R$198,67	R$794,68
231	VENEZIANA 1 X 1,5	04 UN	AÇOFER	R$237,57	R$950,28
232	VENEZIANA 40 X 60	04 UN	AÇOFER	R$43,12	R$172,48
233	VÁLVULA PARA PIA	60 UN	MULTICON	R$2,48	R$148,80
234	VÁLVULA PARA DESCARGA	06 UN	ASTRA	R$71,91	R$431,46
235	VASO SANITÁRIO	04 UN	DURATEX	R$104,99	R$419,96
236	PIA SANITÁRIA	04 UN	DURATEX	R$60,74	R$242,96
237	COLUNA PARA PIA	04 UN	DURATEX	R$45,69	R$182,76
238	SIFÃO	60 UN	ASTRA	R$7,80	R$468,00
239	FOLHA DE SERRINHA	30 UN	NEGRAO	R$5,94	R$178,20
240	ARCO PARA SERRA	04 UN	NEGRAO	R$24,32	R$97,28
241	SERROTE	01 UN	MULTICON	R$44,85	R$44,85
242	ELETRODO 2,50 MM X 350MM 01 KG	40 KG	STOKY	R$15,57	R$622,80
243	ELETRODO 3,25 MM X 350MM 01 KG	40 KG	STOKY	R$13,36	R$534,40
244	ELETRODO 4,00 MM X 350MM 01 KG	40 KG	STOKY	R$14,02	R$560,80
245	BOIA PARA CAIXA D´AGUA	20 UN	ASTRA	R$9,97	R$199,40
246	VEDAROSCA	200 UN	TIGRE	R$3,59	R$718,00
247	TORNEIRA PARA BEBEDOURO	10 UN	HERC	R$6,40	R$64,00
248	MARRETA 1 KG	02 UN	STOKY	R$19,60	R$39,20
249	MARRETA 2 KG	02 UN	STOKY	R$32,90	R$65,80
250	ESPATULA	10 UN	NEGRAO	R$4,13	R$41,30
251	GALOCHA	05 UN	NEGRAO	R$9,39	R$46,95
252	DESEMPENADEIRA DE PLÁSTICO	40 UN	ASTRA	R$23,54	R$941,60
253	SUPORTE PARA ROLO DE PINTURA	10 UN	TIGRE	R$4,54	R$45,40
254	BUCHA 10 ABA PLAST PARE MACICA	200 UN	NEGRAO	R$0,39	R$78,00

RODADA DE LANCES E NEGOCIAÇÃO

Como houve somente uma empresa interessada, o Pregoeiro convidou-a formular lances, na tentativa de obter maior vantajosidade a administração pública, e assim os lances ocorreu da forma seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	ADRIANO SCARPAZZA - ME		
			MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	CIMENTO 50 KG	2500 SC	VOTORANTIM	R$28,50	R$71.250,00
02	ARGAMASSA 20 KG	1500 SC	QUARTZOLIT	R$11,12	R$16.680,00
03	COLUNA MALHA AÇO 14,0X8,0 5/16 6MT	10 UN	ROLESTEEL	R$55,90	R$559,00
04	FERRO CA60 4,2MM 1,31 KG/BARRA 4,2X12	40 UN	ROLLER	R$6,61	R$264,40
05	FERRO FR SAE 1006/08 8,00MM 5/16X12	40 UN	ROLLER	R$23,30	R$932,00
06	FERRO FR SAE 1006/08 9,50MM 3/8X12	40 UN	ROLLER	R$30,92	R$1.236,80
07	TELHA PORTUGUESA (1A)	3000 UN	2 IRMAOS	R$1,30	R$3.900,00
08	TIJOLO 8 FUROS	10.000 UN	CONSTRUEST	R$0,55	R$5.500,00
09	BUCHA 07 ABA PLAST PARE MACICA	200 UN	SOMA	R$0,10	R$20,00
10	BUCHA 08 ABA PLAST PARE MACICA	200 UN	STOKY	R$0,11	R$22,00
11	BUCHA 09 ABA PLAST PARE MACICA	200 UN	STOKY	R$0,15	R$30,00
12	PARAF SOBERB SEX 1/4 X 40	200 UN	NEGRAO	R$0,27	R$54,00
13	GRAMPO MIGUEL 2 PREG BR 15PCS RIBEL	04 CX	NEGRAO	R$1,98	R$7,92
14	PREGO C/CABEÇA 15X15 POLIDO	20 KG	DISMATAL	R$9,07	R$181,40
15	PREGO C/CABEÇA 12X12 POLIDO	20 KG	DISMATAL	R$10,15	R$203,00
16	PREGO C/CABEÇA 17X21 POLIDO	40 KG	DISMATAL	R$8,89	R$355,60
17	PREGO C/CABEÇA 18X24 POLIDO	40 KG	DISMATAL	R$8,18	R$327,20
18	PREGO C/CABEÇA 19X36 POLIDO	40 KG	DISMATAL	R$8,87	R$354,80
19	PREGO C/CABEÇA 20X36 POLIDO	40 KG	DISMATAL	R$8,02	R$320,80
20	PREGO C/CABEÇA 22X42 POLIDO	60 KG	DISMATAL	R$8,20	R$492,00
21	PREGO C/CABEÇA 22X48 POLIDO	60 KG	DISMATAL	R$8,56	R$513,60
22	PREGO C/CABEÇA 24X60 POLIDO	150 KG	DISMATAL	R$10,99	R$1.648,50
23	PREGO C/CABEÇA 25X72 POLIDO	150 KG	DISMATAL	R$9,89	R$1.483,50
24	CHUVEIRO ELETRICO DUCHA 127V/4600	30 UN	LORENZETTI	R$43,97	R$1.319,10
25	CHUVEIRO ELÉTRICO DUCHA 127V/5500W	30 UN	NEGRAO	R$45,39	R$1.361,70
26	CARRINHO DE MÃO GALVANIZADO	20 UN	METALPAMA	R$108,36	R$2.167,20
27	PA DE BICO N 04 C/CABO RETO	10 UN	CANAL	R$34,19	R$341,90
28	ENXADA LARGA S/ CABO	10 UN	NEGRAO	R$33,42	R$334,20
29	ENXADA LARGA C/ CABO	10 UN	FAMASTIL	R$39,10	R$391,00
30	SERRA CIRCULAR 1200W	01 UN	BOSCH	R$450,00	R$450,00
31	SERRA MARMORE 127V 1200W	01 UN	BOSCH	R$295,38	R$295,38
32	FURADEIRA 127V COMPLETA C/MALA E BROCAS 600W	04 UN	BOSCH	R$285,62	R$1.142,48
33	CHAVE BIELA 08MM	04 UN	TRAMONTINA	R$10,45	R$41,80
34	CHAVE BIELA 10MM	04 UN	STOKY	R$15,60	R$62,40
35	CHAVE BIELA 11MM	04 UN	TRAMONTINA	R$13,44	R$53,76
36	CHAVE BIELA 12MM	04 UN	NEGRAO	R$15,53	R$62,12
37	CHAVE BIELA 13MM	04 UN	NEGRAO	R$17,42	R$69,68
38	CHAVE BIELA 14MM	04 UN	NEGRAO	R$19,36	R$77,44
39	CHAVE BIELA 15MM	04 UN	NEGRAO	R$20,45	R$81,80
40	CHAVE BIELA 16MM	04 UN	TRAMONTINA	R$15,52	R$62,08
41	CHAVE BIELA 17MM	04 UN	NEGRAO	R$20,95	R$83,80
42	CHAVE BIELA 18MM	04 UN	NEGRAO	R$19,83	R$ 79,32
43	CHAVE BIELA 19MM	04 UN	NEGRAO	R$25,88	R$ 103,52
44	CHAVE COMB 08MM	04 UN	NEGRAO	R$6,69	R$ 26,76
45	CHAVE COMB 09MM	04 UN	MULTICON	R$6,15	R$ 24,60
46	CHAVE COMB 10MM	04 UN	NEGRAO	R$8,21	R$ 32,84
47	CHAVE COMB 11MM	04 UN	NEGRAO	R$8,08	R$ 32,32
48	CHAVE COMB 12MM	04 UN	NEGRAO	R$7,77	R$ 31,08
49	CHAVE COMB 13MM	04 UN	NEGRAO	R$8,14	R$ 32,56
50	CHAVE COMB 14MM	04 UN	NEGRAO	R$7,95	R$ 31,80
51	CHAVE COMB 17MM	04 UN	NEGRAO	R$16,19	R$ 64,76
52	CHAVE COMB 19MM	04 UN	NEGRAO	R$14,36	R$ 57,44
53	CHAVE COMB 21 MM	04 UN	NEGRAO	R$13,32	R$ 53,28
54	CHAVE COMB 24MM	04 UN	NEGRAO	R$19,75	R$ 79,00
55	CHAVE COMB 25MM	04 UN	TRAMONTINA	R$14,80	R$ 59,20
56	CHAVE COMB 26MM	04 UN	TRAMONTINA	R$16,48	R$ 65,92
57	CHAVE COMB 27MM	04 UN	NEGRAO	R$24,16	R$ 96,64
58	CHAVE COMB 28MM	04 UN	NEGRAO	R$30,64	R$ 122,56
59	CHAVE COMB 29MM	04 UN	ROLREST	R$33,18	R$ 132,72
60	CHAVE COMB 30MM	04 UN	NEGRAO	R$35,97	R$ 143,88
61	CHAVE COMB 32MM	04 UN	TRAMONTINA	R$26,74	R$ 106,96
62	CHAVE DE FENDA PONTA CHATA 1/4 X 4	04 UN	NEGRAO	R$5,67	R$ 22,68
63	CHAVE PHILLIPS 1/4 X 4 CB AMA	04 UN	NEGRAO	R$6,02	R$ 24,08
64	CHAVE PHILLIPS CB AMA 3/16X4	04 UN	NEGRAO	R$4,48	R$ 17,92
65	TIJOLOS MACICOS BRANCO	10.000 UN	CONSTRUEST	R$0,28	2.800,00
66	PRUMO FACE METALICA 700G	04 UN	MULTICON	R$21,74	
67	COLHER PEDREIRO RETA SOLDAD 9	10 UN	CORTAG	R$12,10	R$121,00
68	COLHER PEDREIRO RETA SOLDAD 10	10 UN	CORTAG	R$13,54	R$135,40
69	PISO 41X41	200 MT	ALMEIDA	R$14,86	R$2.972,00
70	PISO PORCELANATO 61X61 GELO	200 MT	DELTA	R$49,92	R$9.984,00
71	REJUNTE PARA PORCELANATO PCT KG	80 PCT	QUARTZOLIT	R$49,60	R$3.968,00
72	REJUNTE GRAFITE 1 KG	100 KG	QUARTZOLIT	R$5,00	R$500,00

73	REJUNTE PRETO 1 KG	100 KG	QUARTZOLIT	R$20,89	R$2.089,00
74	TUBO ESGOTO PRIMARIO 6M 100MM	10 BARRA	PLASTILIT	R$7,20	R$72,00
75	TUBO ESGOTO PRIMARIO 50MM	10 BARRA	PLASTILIT	R$4,41	R$44,10
76	TUBO ESGOTO SEC. PB 6M 40MM	10 BARRA	TUBOZAN	R$2,93	R$29,30
77	TUBO SOLDAVEL 25MM	40 BARRA	PLASTILIT	R$2,15	R$86,00
78	TUBO SOLDAVEL 50MM	10 BARRA	TIGRE	R$8,86	R$88,60
79	ADESIVO BISNAGA 75G	60 UN	NEGRAO	R$3,19	R$191,40
80	BROXA RETANGULAR	100 UN	TIGRE	R$8,98	R$898,00
81	CAP SOLDAVEL 25MM	06 UN	PLASTILIT	R$0,73	R$4,38
82	JOELHO 90 ESGOTO 100MM	10 UN	PLASTILIT	R$3,52	R$35,20
83	JOELHO 90 ESGOTO 50MM	20 UN	PLASTILIT	R$1,45	R$29,00
84	JOELHO 90 ESGOTO SEC 40MM	10 UN	PLASTILIT	R$0,83	R$8,30
85	JOELHO 90 SOLD/MISTA 25MMX 1/2	40 UN	PLASTILIT	R$2,89	R$115,60
86	JOELHO 90 SOLDAVEL 25MM	40 UN	TIGRE	R$0,87	R$34,80
87	JOELHO 90 SOLDAVEL 50MM	15 UN	PLASTILIT	R$2,45	R$36,75
88	LUVA SOLDAVEL 25MM	10 UN	PLASTILIT	R$0,62	R$6,20
89	LUVA SOLDAVEL 50MM	10 UN	PLASTILIT	R$2,43	R$24,30
90	TE 90 SOLDAVEL 25MM	20 UN	PLASTILIT	R$0,95	R$19,00
91	TE 90 SOLDAVEL 50 MM	10 UN	PLASTILIT	R$3,46	R$34,60
92	TORNEIRA JARDI BIC 1/2.3/4 PR 1128	50 UN	HERC	R$3,00	R$150,00
93	TORNEIRA PLAS 15CM 1/2 E 3/4 1158-2	50 UN	NEGRAO	R$3,84	R$192,00
94	MANGUEIRA FLEX SILIC 1/2	200 MT	VIQUA	R$2,31	R$462,00
95	ALAVANCA 1,80 MT	05 UN	BIAZUS	R$89,30	R$446,50
96	BROCA AÇO RAPIDO 10MM	05 UN	MARTINS	R$18,94	R$94,70
97	BROCA AÇO RAPIDO 11,5MM	05 UN	MARTINS	R$24,75	R$123,75
98	BROCA AÇO RAPIDO 12MM	05 UN	MARTINS	R$27,77	R$138,85
99	BROCA AÇO RAPIDO 2,5MM	05 UN	MARTINS	R$4,21	R$21,05
100	BROCA AÇO RAPIDO 3,0MM	05 UN	NEGRAO	R$4,48	R$22,40
101	BROCA AÇO RAPIDO 3,5MM	05 UN	NEGRAO	R$4,85	R$24,25
102	BROCA AÇO RAPIDO 4,0MM	05 UN	MARTINS	R$4,70	R$23,50
103	BROCA AÇO RAPIDO 4,5MM	05 UN	MARTINS	R$5,43	R$27,15
104	BROCA AÇO RAPIDO 5,0MM	05 UN	MARTINS	R$5,65	R$28,25
105	BROCA AÇO RAPIDO 5,5MM	05 UN	MARTINS	R$6,60	R$33,00
106	BROCA AÇO RAPIDO 6,0MM	05 UN	MARTINS	R$7,21	R$36,05
107	BROCA AÇO RAPIDO 6,5MM	05 UN	MARTINS	R$8,77	R$43,85
108	BROCA AÇO RAPIDO 7,0MM	05 UN	MARTINS	R$9,04	R$45,20
109	BROCA AÇO RAPIDO 7,5MM	05 UN	MARTINS	R$10,23	R$51,15
110	BROCA AÇO RAPIDO 8,0MM	05 UN	MARTINS	R$12,32	R$61,60
111	BROCA AÇO RAPIDO 8,5MM	05 UN	MARTINS	R$12,88	R$64,40
112	BROCA CONCRETO 10MM	05 UN	MARTINS	R$12,54	R$62,70
113	BROCA CONCRETO 6MM	05 UN	MARTINS	R$5,69	R$28,45
114	BROCA CONCRETO 7MM	05 UN	MARTINS	R$7,25	R$36,25
115	BROCA CONCRETO 8MM	05 UN	MARTINS	R$8,93	R$44,65
116	CAIXA DESCARGA 9L	20 UN	ASTRA	R$21,97	R$439,40
117	ENGATE BRANCO 40CM 1/2	20 UN	ASTRA	R$4,09	R$81,80
118	ENGATE BRANCO 60CM 1/2	20 UN	ASTRA	R$5,19	R$103,80
119	CX POLIETILENO1000LT C/TAMPA	05 UN	FORTLEV	R$276,09	R$1380,45
120	CX PILETILENO 500LTC/TAMPA	05 UN	FORTLEV	R$187,38	R$936,90
121	TELHA ONDULADA 0.50 X 4 X 2.44 9.4KG	50 UN	INFIBRA	R$13,81	R$690,50
122	TELHA ONDULADA 1.10 X 6 X 3.66 51.6KG	50 UN	INFIBRA	R$76,50	R$3.825,00
123	LIXA DAGUA 100	200 UN	TIGRE	R$1,19	R$238,00
124	LIXA DAGUA 150	200 UN	TIGRE	R$1,19	R$238,00
125	LIXA DAGUA 180	200 UN	TIGRE	R$1,19	R$238,00
126	LIXA FERRO 100	200 UN	TIGRE	R$1,67	R$334,00
127	LIXA FERRO 80	200 UN	TIGRE	R$1,76	R$352,00
128	LIXA MASSA 100	200 UN	TIGRE	R$0,55	R$110,00
129	LIXA MASSA 150	200 UN	TIGRE	R$0,51	R$102,00
130	LIXA MASSA 180	200 UN	TIGRE	R$0,55	R$110,00
131	TINTA SPRAY BRANCO BRILHANTE	20 UN	NEGRAO	R$14,34	R$286,80
132	TINTA SPRAY BRANCO FOSCO	20 UN	NEGRAO	R$13,67	R$273,40
133	TINTA SPRAY DOURADO	20 UN	JOWITEC	R$16,11	R$ 322,20
134	TINTA SPRAY PRETO BRILANTE	20 UN	NEGRAO	R$13,87	R$ 277,40
135	TINTA SPRAY PRETO FOSCO	20 UN	NEGRAO	R$13,87	R$ 277,40
136	TINTA SPRAY VERDE FLOR	20 UN	STOKY	R$14,16	R$ 283,20
137	TINTA SPRAY VERMELHO	20 UN	JOWITEC	R$14,33	R$ 286,60
138	TINTA SPRAY AZUL	20 UN	NEGRAO	R$13,87	R$ 277,40
139	TINTA SPRAY PRATA	20 UN	TAMBASA	R$14,55	R$ 291,00
140	MASSA CORRIDA PVA 18L/27KG	10 UN	STOKY	R$66,89	R$668,90
141	MASSA CORRIDA PVA 3,6L/5,8KG	05 UN	STOKY	R$18,76	R$93,80
142	TINTA ESM BRILHANTE 3,600 COR VERMELHO	02 UN	HORIZONTE	R$55,85	R$111,70
143	TINTA ESM BRILHANTE 3,600 COR AMARELA	02 UN	HORIZONTE	R$63,40	R$126,80
144	TINTA ESM BRILHANTE 3,600 COR ZUL	10 UN	HORIZONTE	R$63,40	R$634,00
145	TINTA ESM BRILHANTE 3,600 COR BRANCA	10 UN	HORIZONTE	R$65,00	R$650,00
146	TINTA ESM BRILHANTE 3,600 COR PRETA	02 UN	HORIZONTE	R$19,53	R$39,06

147	TINTA ESM BRILHANTE 3,600 COR PRATA	02 UN	HORIZONTE	R$64,90	R$129,80
148	MASSA ACRILICA 18L/28KG	02 UN	MULTICON	R$104,57	R$209,14
149	TINTA ACRÍLICA COR GELO 18L	30 UN	MULTICON	R$192,78	R$5.783,40
150	TINTA ACRÍLICA COR BRANCA 18L	15 UN	MULTICON	R$192,75	R$2.891,25
151	TINTA ACRÍLICA COR JEANS 18L	30 UN	MULTICON	R$188,81	R$5.664,30
152	THINNER 5LT	20 UN	MULTICON	R$43,82	R$876,40
153	THINNER 900 ML	10 UN	MULTICON	R$9,12	R$91,20
154	BARRA ROSCADA POL 1/2	50 UN	CISER	R$5,87	R$293,50
155	BARRA ROSCADA POL 3/4	50 UN	CISER	R$15,78	R$789,00
156	BARRA ROSCADA POL 3/8	50 UN	CISER	R$2,99	R$149,50
157	BARRA ROSCADA POL 5/8	50 UN	CISER	R$9,92	R$496,00
158	BARRA ROSCADA POL 7/19	50 UN	--	R$0,00	R$0,00
159	BARRA ROSCADA POL 7/8	50 UN	CISER	R$21,21	R$1060,50
160	BARRA ROSCAVEL 1 POL	50 UN	STOLY	R$26,91	R$1.345,50
161	BARRA ROSCAVEL 1/4	50 UN	CISER	R$1,53	R$76,50
162	BARRA ROSCAVEL 5/16	50 UN	CISER	R$2,36	R$118,00
163	PORCA SEX POL 1	300 UN	CISER	R$2,66	R$798,00
164	PORCA SEX POL 1/2	300 UN	CISER	R$1,85	R$555,00
165	PORCA SEX POL 1/4	300 UN	CISER	R$0,06	R$18,00
166	PORCA SEX POL 3/8	300 UN	CISER	R$0,09	R$27,00
167	PORCA SEX POL 5/16	300 UM	MULTICON	R$0,08	R$24,00
168	PORCA SEX POL 5/8	300 UN	CISER	R$0,51	R$153,00
169	PORCA SEX UNC POL 3/16	300 UN	NEGRAO	R$0,05	R$15,00
170	PORCA SEX 7/8	300 UN	STOKY	R$1,30	R$390,00
171	PORCA SEX 7/16 POLIDA	300 UN	CISER	R$0,16	R$48,00
172	PORCA SEX 3/4 POLIDA	300 UN	CISER	R$0,81	R$243,00
173	ARRUELA LISA POLIDA 7/16	300 UN	CISER	R$0,17	R$51,00
174	ARRUELA LISA 1/4	300 UN	CISER	R$0,07	R$21,00
175	ARRUELA LISA 12 ZINCADA	300 UN	CISER	R$0,23	R$69,00
176	ARRUELA LISA 7/16	300 UN	CISER	R$0,17	R$51,00
177	ARRUELA LISA POL 1	300 UN	CISER	R$0,45	R$135,00
178	ARRUELA LISA POL 1/2	300 UN	CISER	R$0,22	R$66,00
179	ARRUELA LISA POL 3/16	300 UN	MULTICON	R$0,05	R$15,00
180	ARRUELA LISA POL 3/4	300 UN	CISER	R$0,23	R$69,00
181	ARRUELA LISA POL 3/8	300 UN	CISER	R$0,88	R$264,00
182	ARRUELA LISA POL 5/16	300 UN	CISER	R$0,09	R$27,00
183	ARRUELA LISA POL 5/8	300 UN	CISER	R$0,24	R$72,00
184	ARRUELA LISA POL 7/8	300 UN	CISER	R$0,31	R$93,00
185	ARAME RECOZIDO TORCIDO 1 KG N.º18	06 UN	STOKY	R$7,91	R$47,46
186	ARAME GALVANIZADO Nº12 1KG	10 UN	DISMATAL	R$10,17	R$ 101,70
187	ARAME GALVANIZADO Nº14 1KG	10 UN	DISMATAL	R$10,40	R$ 104,00
188	ARAME GALVANIZADO Nº16 1KG	10 UN	DISMATAL	R$10,96	R$ 109,60
190	ARAME GALVANIZADO Nº18 1KG	10 UN	DISMATAL	R$10,21	R$ 102,10
191	ALICATE UNIVERSAL INOX	05 UN	NEGRAO	R$41,05	R$205,25
192	ALICATE BICO MEIA CANA 6	05 UN	NEGRAO	R$18,68	R$93,40
193	MARTELO UNHA 29MM CABO DE FIBRA	10 UN	NEGRAO	R$35,82	R$358,20
194	TRINCHA BASICA 1/2	10 UN	TIGRE	R$1,43	R$14,30
195	TRINCHA BASICA 3/4	10 UN	TIGRE	R$1,84	R$18,40
196	TRINCHA BASICA 1	10 UN	TIGRE	R$2,24	R$22,40
197	TRINCHA BASICA 1.1/2	10 UN	TIGRE	R$3,23	R$32,30
198	TRINCHA BASICA 2	10 UN	TIGRE	R$4,47	R$44,70
199	TRINCHA BASICA 2.1/2	10 UN	TIGRE	R$5,66	R$56,60
200	TRINCHA BASICA 3	10 UN	TIGRE	R$6,88	R$68,80
201	TRINCHA BASICA 4	10 UN	TIGRE	R$9,08	R$90,80
202	ROLO LÃ SINTÉTICO 23CM ANTIRRESPINGO	20 UN	TIGRE	R$14,43	R$288,60
203	MANGUEIRA PAD	4.000 MT	TIGRE	R$3,81	R$15.240,00
204	ADAPTADOR PAD	400 UN	TIGRE	R$4,05	R$1.620,00
205	COLAR 60 MM	400 UN	TIGRE	R$9,53	R$3.812,00
206	COLAR 75 MM	20 UN	TIGRE	R$12,68	R$253,60
207	COLAR 85 MM	20 UN	TIGRE	R$10,85	R$217,00
208	CANO 60 MM BARRA 6MT	150 BARRA	MADEMARI	R$11,41	R$1.711,50
209	CHAVE DE CANO 8"	04 UN	NEGRAO	R$35,30	R$141,20
210	CHAVE DE CANO 18"	04 UN	NEGRAO	R$69,90	R$279,60
210	LUVA 60 MM	40 UN	NEGRAO	R$8,56	R$342,40
211	LUVA 85 MM	10 UN	TIGRE	R$22,47	R$224,70
212	LUVA 100 MM	10 UN	PLASTILIT	R$3,06	R$30,60
213	TINTA AUTOMOTIVA COR BRANCA 3,6 L	08 LATA	ANJO	R$68,50	R$548,00
214	TINTA AUTOMOTIVA COR AZUL 3,6 L	04 LATA	ANJO	R$68,50	R$274,00
215	TINTA AUTOMOTIVA COR AMARELA 3,6 L	04 LATA	ANJO	R$68,50	R$274,00
216	TINTA AUTOMOTIVA COR VERMELHA 3,6 L	04 LATA	ANJO	R$68,50	R$274,00
217	TINTA AUTOMOTIVA COR LILÁS 3,6 L	04 LATA	ANJO	R$68,50	R$274,00
218	TINTA AUTOMOTIVA COR PRATA 3,6 L	04 LATA	ANJO	R$68,50	R$274,00
219	TINTA AUTOMOTIVA COR DOURADO 3,6 L	04 LATA	ANJO	R$68,50	R$274,00
220	DISCO DIAMANTADO DE CERÂMICA	06 UN	MARTINS	R$15,83	R$94,98

221	**DISCO PARA MADEIRA SERRA MARMORE**	**06 UN**	CORTAG	R$17,57	R$ 105,42
222	**PEDRA PARA ESMERIL**	**02 UN**	NEGRAO	R$22,11	R$ 44,22
223	**DISCO PARA SERRA CIRCULAR**	**04 UN**	MULTICON	R$10,93	R$ 43,72
224	**DISCO POLICORTE**	**10 UN**	NEGRAO	R$41,53	R$ 415,30
225	**PORTAL MADEIRA**	**10 UN**	MADEMATOS	R$94,10	R$941,00
226	**FECHADURA SIMPLES**	**20 UN**	STOKY	R$29,67	R$593,40
227	**DOBRADIÇA**	**20 PAR**	SOMA	R$5,88	R$117,60
228	**ARREBITE AÇO 4,8 X 25MM**	**1.000 UN**	NEGRAO	R$0,20	R$200
229	**MIOLO DE FECHADURA**	**30 UN**	NEGRAO	R$17,20	R$516,00
230	**VENEZIANA 1 X 1,20**	**04 UN**	AÇOFER	R$198,67	R$794,68
231	**VENEZIANA 1 X 1,5**	**04 UN**	AÇOFER	R$237,57	R$950,28
232	**VENEZIANA 40 X 60**	**04 UN**	AÇOFER	R$43,12	R$172,48
233	**VÁLVULA PARA PIA**	**60 UN**	MULTICON	R$2,41	R$144,60
234	**VÁLVULA PARA DESCARGA**	**06 UN**	ASTRA	R$71,91	R$431,46
235	**VASO SANITÁRIO**	**04 UN**	DURATEX	R$101,85	R$407,40
236	**PIA SANITÁRIA**	**04 UN**	DURATEX	R$58,92	R$235,68
237	**COLUNA PARA PIA**	**04 UN**	DURATEX	R$44,32	R$177,28
238	**SIFÃO**	**60 UN**	ASTRA	R$7,80	R$468,00
239	**FOLHA DE SERRINHA**	**30 UN**	NEGRAO	R$5,94	R$178,20
240	**ARCO PARA SERRA**	**04 UN**	NEGRAO	R$23,60	R$94,40
241	**SERROTE**	**01 UN**	MULTICON	R$43,50	R$43,50
242	**ELETRODO 2,50 MM X 350MM 01 KG**	**40 KG**	STOKY	R$15,57	R$622,80
243	**ELETRODO 3,25 MM X 350MM 01 KG**	**40 KG**	STOKY	R$13,36	R$534,40
244	**ELETRODO 4,00 MM X 350MM 01 KG**	**40 KG**	STOKY	R$14,02	R$560,80
245	**BOIA PARA CAIXA D´AGUA**	**20 UN**	ASTRA	R$9,67	R$193,40
246	**VEDAROSCA**	**200 UN**	TIGRE	R$3,59	R$718,00
247	**TORNEIRA PARA BEBEDOURO**	**10 UN**	HERC	R$6,20	R$62,00
248	**MARRETA 1 KG**	**02 UN**	STOKY	R$19,01	R$38,02
249	**MARRETA 2 KG**	**02 UN**	STOKY	R$31,91	R$63,82
250	**ESPATULA**	**10 UN**	NEGRAO	R$4,13	R$41,30
251	**GALOCHA**	**05 UN**	NEGRAO	R$9,39	R$46,95
252	**DESEMPENADEIRA DE PLÁSTICO**	**40 UN**	ASTRA	R$23,54	R$941,60
253	**SUPORTE PARA ROLO DE PINTURA**	**10 UN**	TIGRE	R$4,54	R$45,40
254	**BUCHA 10 ABA PLAST PARE MACICA**	**200 UN**	NEGRAO	R$0,39	R$78,00
TOAL					R$219.048,59

SITUAÇÃO FINAL DOS ITENS

O pregoeiro declara encerrado a fase de lances, e foram CLASSIFICADAS conforme situação abaixo;

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	ADRIANO SCARPAZZA - ME		
			MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	**CIMENTO 50 KG**	**2500 SC**	VOTORANTIM	R$28,50	R$71.250,00
02	**ARGAMASSA 20 KG**	**1500 SC**	QUARTZOLIT	R$11,12	R$16.680,00
03	**COLUNA MALHA AÇO 14,0X8,0 5/16 6MT**	**10 UN**	ROLESTEEL	R$55,90	R$559,00
04	**FERRO CA60 4,2MM 1,31 KG/BARRA 4,2X12**	**40 UN**	ROLLER	R$6,61	R$264,40
05	**FERRO FR SAE 1006/08 8,00MM 5/16X12**	**40 UN**	ROLLER	R$23,30	R$932,00
06	**FERRO FR SAE 1006/08 9,50MM 3/8X12**	**40 UN**	ROLLER	R$30,92	R$1.236,80
07	**TELHA PORTUGUESA (1A)**	**3000 UN**	2 IRMAOS	R$1,30	R$3.900,00
08	**TIJOLO 8 FUROS**	**10.000 UN**	CONSTRUEST	R$0,55	R$5.500,00
09	**BUCHA 07 ABA PLAST PARE MACICA**	**200 UN**	SOMA	R$0,10	R$20,00
10	**BUCHA 08 ABA PLAST PARE MACICA**	**200 UN**	STOKY	R$0,11	R$22,00
11	**BUCHA 09 ABA PLAST PARE MACICA**	**200 UN**	STOKY	R$0,15	R$30,00
12	**PARAF SOBERB SEX 1/4 X 40**	**200 UN**	NEGRAO	R$0,27	R$54,00
13	**GRAMPO MIGUEL 2 PREG BR 15PCS RIBEL**	**04 CX**	NEGRAO	R$1,98	R$7,92
14	**PREGO C/CABEÇA 15X15 POLIDO**	**20 KG**	DISMATAL	R$9,07	R$181,40
15	**PREGO C/CABEÇA 12X12 POLIDO**	**20 KG**	DISMATAL	R$10,15	R$203,00
16	**PREGO C/CABEÇA 17X21 POLIDO**	**40 KG**	DISMATAL	R$8,89	R$355,60
17	**PREGO C/CABEÇA 18X24 POLIDO**	**40 KG**	DISMATAL	R$8,18	R$327,20
18	**PREGO C/CABEÇA 19X36 POLIDO**	**40 KG**	DISMATAL	R$8,87	R$354,80
19	**PREGO C/CABEÇA 20X36 POLIDO**	**40 KG**	DISMATAL	R$8,02	R$320,80
20	**PREGO C/CABEÇA 22X42 POLIDO**	**60 KG**	DISMATAL	R$8,20	R$492,00
21	**PREGO C/CABEÇA 22X48 POLIDO**	**60 KG**	DISMATAL	R$8,56	R$513,60
22	**PREGO C/CABEÇA 24X60 POLIDO**	**150 KG**	DISMATAL	R$10,99	R$1.648,50
23	**PREGO C/CABEÇA 25X72 POLIDO**	**150 KG**	DISMATAL	R$9,89	R$1.483,50
24	**CHUVEIRO ELETRICO DUCHA 127V/4600**	**30 UN**	LORENZETTI	R$43,97	R$1.319,10
25	**CHUVEIRO ELÉTRICO DUCHA 127V/5500W**	**30 UN**	NEGRAO	R$45,39	R$1.361,70
26	**CARRINHO DE MÃO GALVANIZADO**	**20 UN**	METALPAMA	R$108,36	R$2.167,20
27	**PA DE BICO N 04 C/CABO RETO**	**10 UN**	CANAL	R$34,19	R$341,90
28	**ENXADA LARGA S/ CABO**	**10 UN**	NEGRAO	R$33,42	R$334,20
29	**ENXADA LARGA C/ CABO**	**10 UN**	FAMASTIL	R$39,10	R$391,00
30	**SERRA CIRCULAR 1200W**	**01 UN**	BOSCH	R$450,00	R$450,00
31	**SERRA MARMORE 127V 1200W**	**01 UN**	BOSCH	R$295,38	R$295,38
32	**FURADEIRA 127V COMPLETA C/MALA E BROCAS 600W**	**04 UN**	BOSCH	R$285,62	R$1.142,48

33	CHAVE BIELA 08MM	04 UN	TRAMONTINA	R$10,45	R$41,80
34	CHAVE BIELA 10MM	04 UN	STOKY	R$15,60	R$62,40
35	CHAVE BIELA 11MM	04 UN	TRAMONTINA	R$13,44	R$53,76
36	CHAVE BIELA 12MM	04 UN	NEGRAO	R$15,53	R$62,12
37	CHAVE BIELA 13MM	04 UN	NEGRAO	R$17,42	R$69,68
38	CHAVE BIELA 14MM	04 UN	NEGRAO	R$19,36	R$77,44
39	CHAVE BIELA 15MM	04 UN	NEGRAO	R$20,45	R$81,80
40	CHAVE BIELA 16MM	04 UN	TRAMONTINA	R$15,52	R$62,08
41	CHAVE BIELA 17MM	04 UN	NEGRAO	R$20,95	R$83,80
42	CHAVE BIELA 18MM	04 UN	NEGRAO	R$19,83	R$ 79,32
43	CHAVE BIELA 19MM	04 UN	NEGRAO	R$25,88	R$ 103,52
44	CHAVE COMB 08MM	04 UN	NEGRAO	R$6,69	R$ 26,76
45	CHAVE COMB 09MM	04 UN	MULTICON	R$6,15	R$ 24,60
46	CHAVE COMB 10MM	04 UN	NEGRAO	R$8,21	R$ 32,84
47	CHAVE COMB 11MM	04 UN	NEGRAO	R$8,08	R$ 32,32
48	CHAVE COMB 12MM	04 UN	NEGRAO	R$7,77	R$ 31,08
49	CHAVE COMB 13MM	04 UN	NEGRAO	R$8,14	R$ 32,56
50	CHAVE COMB 14MM	04 UN	NEGRAO	R$7,95	R$ 31,80
51	CHAVE COMB 17MM	04 UN	NEGRAO	R$16,19	R$ 64,76
52	CHAVE COMB 19MM	04 UN	NEGRAO	R$14,36	R$ 57,44
53	CHAVE COMB 21 MM	04 UN	NEGRAO	R$13,32	R$ 53,28
54	CHAVE COMB 24MM	04 UN	NEGRAO	R$19,75	R$ 79,00
55	CHAVE COMB 25MM	04 UN	TRAMONTINA	R$14,80	R$ 59,20
56	CHAVE COMB 26MM	04 UN	TRAMONTINA	R$16,48	R$ 65,92
57	CHAVE COMB 27MM	04 UN	NEGRAO	R$24,16	R$ 96,64
58	CHAVE COMB 28MM	04 UN	NEGRAO	R$30,64	R$ 122,56
59	CHAVE COMB 29MM	04 UN	ROLREST	R$33,18	R$ 132,72
60	CHAVE COMB 30MM	04 UN	NEGRAO	R$35,97	R$ 143,88
61	CHAVE COMB 32MM	04 UN	TRAMONTINA	R$26,74	R$ 106,96
62	CHAVE DE FENDA PONTA CHATA 1/4 X 4	04 UN	NEGRAO	R$5,67	R$ 22,68
63	CHAVE PHILLIPS 1/4 X 4 CB AMA	04 UN	NEGRAO	R$6,02	R$ 24,08
64	CHAVE PHILLIPS CB AMA 3/16X4	04 UN	NEGRAO	R$4,48	R$ 17,92
65	TIJOLOS MACICOS BRANCO	10.000 UN	CONSTRUEST	R$0,28	2.800,00
66	PRUMO FACE METALICA 700G	04 UN	MULTICON	R$21,74	
67	COLHER PEDREIRO RETA SOLDAD 9	10 UN	CORTAG	R$12,10	R$121,00
68	COLHER PEDREIRO RETA SOLDAD 10	10 UN	CORTAG	R$13,54	R$135,40
69	PISO 41X41	200 MT	ALMEIDA	R$14,86	R$2.972,00
70	PISO PORCELANATO 61X61 GELO	200 MT	DELTA	R$49,92	R$9.984,00
71	REJUNTE PARA PORCELANATO PCT KG	80 PCT	QUARTZOLIT	R$49,60	R$3.968,00
72	REJUNTE GRAFITE 1 KG	100 KG	QUARTZOLIT	R$5,00	R$500,00
73	REJUNTE PRETO 1 KG	100 KG	QUARTZOLIT	R$20,89	R$2.089,00
74	TUBO ESGOTO PRIMARIO 6M 100MM	10 BARRA	PLASTILIT	R$7,20	R$72,00
75	TUBO ESGOTO PRIMARIO 50MM	10 BARRA	PLASTILIT	R$4,41	R$44,10
76	TUBO ESGOTO SEC. PB 6M 40MM	10 BARRA	TUBOZAN	R$2,93	R$29,30
77	TUBO SOLDAVEL 25MM	40 BARRA	PLASTILIT	R$2,15	R$86,00
78	TUBO SOLDAVEL 50MM	10 BARRA	TIGRE	R$8,86	R$88,60
79	ADESIVO BISNAGA 75G	60 UN	NEGRAO	R$3,19	R$191,40
80	BROXA RETANGULAR	100 UN	TIGRE	R$8,98	R$898,00
81	CAP SOLDAVEL 25MM	06 UN	PLASTILIT	R$0,73	R$4,38
82	JOELHO 90 ESGOTO 100MM	10 UN	PLASTILIT	R$3,52	R$35,20
83	JOELHO 90 ESGOTO 50MM	20 UN	PLASTILIT	R$1,45	R$29,00
84	JOELHO 90 ESGOTO SEC 40MM	10 UN	PLASTILIT	R$0,83	R$8,30
85	JOELHO 90 SOLD/MISTA 25MMX 1/2	40 UN	PLASTILIT	R$2,89	R$115,60
86	JOELHO 90 SOLDAVEL 25MM	40 UN	TIGRE	R$0,87	R$34,80
87	JOELHO 90 SOLDAVEL 50MM	15 UN	PLASTILIT	R$2,45	R$36,75
88	LUVA SOLDAVEL 25MM	10 UN	PLASTILIT	R$0,62	R$6,20
89	LUVA SOLDAVEL 50MM	10 UN	PLASTILIT	R$2,43	R$24,30
90	TE 90 SOLDAVEL 25MM	20 UN	PLASTILIT	R$0,95	R$19,00
91	TE 90 SOLDAVEL 50 MM	10 UN	PLASTILIT	R$3,46	R$34,60
92	TORNEIRA JARDI BIC 1/2.3/4 PR 1128	50 UN	HERC	R$3,00	R$150,00
93	TORNEIRA PLAS 15CM 1/2 E 3/4 1158-2	50 UN	NEGRAO	R$3,84	R$192,00
94	MANGUEIRA FLEX SILIC 1/2	200 MT	VIQUA	R$2,31	R$462,00
95	ALAVANCA 1,80 MT	05 UN	BIAZUS	R$89,30	R$446,50
96	BROCA AÇO RAPIDO 10MM	05 UN	MARTINS	R$18,94	R$94,70
97	BROCA AÇO RAPIDO 11,5MM	05 UN	MARTINS	R$24,75	R$123,75
98	BROCA AÇO RAPIDO 12MM	05 UN	MARTINS	R$27,77	R$138,85
99	BROCA AÇO RAPIDO 2,5MM	05 UN	MARTINS	R$4,21	R$21,05
100	BROCA AÇO RAPIDO 3,0MM	05 UN	NEGRAO	R$4,48	R$22,40
101	BROCA AÇO RAPIDO 3,5MM	05 UN	NEGRAO	R$4,85	R$24,25
102	BROCA AÇO RAPIDO 4,0MM	05 UN	MARTINS	R$4,70	R$23,50
103	BROCA AÇO RAPIDO 4,5MM	05 UN	MARTINS	R$5,43	R$27,15
104	BROCA AÇO RAPIDO 5,0MM	05 UN	MARTINS	R$5,65	R$28,25
105	BROCA AÇO RAPIDO 5,5MM	05 UN	MARTINS	R$6,60	R$33,00
106	BROCA AÇO RAPIDO 6,0MM	05 UN	MARTINS	R$7,21	R$36,05

107	BROCA AÇO RAPIDO 6,5MM	05 UN	MARTINS	R$8,77	R$43,85
108	BROCA AÇO RAPIDO 7,0MM	05 UN	MARTINS	R$9,04	R$45,20
109	BROCA AÇO RAPIDO 7,5MM	05 UN	MARTINS	R$10,23	R$51,15
110	BROCA AÇO RAPIDO 8,0MM	05 UN	MARTINS	R$12,32	R$61,60
111	BROCA AÇO RAPIDO 8,5MM	05 UN	MARTINS	R$12,88	R$64,40
112	BROCA CONCRETO 10MM	05 UN	MARTINS	R$12,54	R$62,70
113	BROCA CONCRETO 6MM	05 UN	MARTINS	R$5,69	R$28,45
114	BROCA CONCRETO 7MM	05 UN	MARTINS	R$7,25	R$36,25
115	BROCA CONCRETO 8MM	05 UN	MARTINS	R$8,93	R$44,65
116	CAIXA DESCARGA 9L	20 UN	ASTRA	R$21,97	R$439,40
117	ENGATE BRANCO 40CM 1/2	20 UN	ASTRA	R$4,09	R$81,80
118	ENGATE BRANCO 60CM 1/2	20 UN	ASTRA	R$5,19	R$103,80
119	CX POLIETILENO1000LT C/TAMPA	05 UN	FORTLEV	R$276,09	R$1380,45
120	CX PILETILENO 500LTC/TAMPA	05 UN	FORTLEV	R$187,38	R$936,90
121	TELHA ONDULADA 0.50 X 4 X 2.44 9.4KG	50 UN	INFIBRA	R$13,81	R$690,50
122	TELHA ONDULADA 1.10 X 6 X 3.66 51.6KG	50 UN	INFIBRA	R$76,50	R$3.825,00
123	LIXA DAGUA 100	200 UN	TIGRE	R$1,19	R$238,00
124	LIXA DAGUA 150	200 UN	TIGRE	R$1,19	R$238,00
125	LIXA DAGUA 180	200 UN	TIGRE	R$1,19	R$238,00
126	LIXA FERRO 100	200 UN	TIGRE	R$1,67	R$334,00
127	LIXA FERRO 80	200 UN	TIGRE	R$1,76	R$352,00
128	LIXA MASSA 100	200 UN	TIGRE	R$0,55	R$110,00
129	LIXA MASSA 150	200 UN	TIGRE	R$0,51	R$102,00
130	LIXA MASSA 180	200 UN	TIGRE	R$0,55	R$110,00
131	TINTA SPRAY BRANCO BRILHANTE	20 UN	NEGRAO	R$14,34	R$286,80
132	TINTA SPRAY BRANCO FOSCO	20 UN	NEGRAO	R$13,67	R$273,40
133	TINTA SPRAY DOURADO	20 UN	JOWITEC	R$16,11	R$ 322,20
134	TINTA SPRAY PRETO BRILANTE	20 UN	NEGRAO	R$13,87	R$ 277,40
135	TINTA SPRAY PRETO FOSCO	20 UN	NEGRAO	R$13,87	R$ 277,40
136	TINTA SPRAY VERDE FLOR	20 UN	STOKY	R$14,16	R$ 283,20
137	TINTA SPRAY VERMELHO	20 UN	JOWITEC	R$14,33	R$ 286,60
138	TINTA SPRAY AZUL	20 UN	NEGRAO	R$13,87	R$ 277,40
139	TINTA SPRAY PRATA	20 UN	TAMBASA	R$14,55	R$ 291,00
140	MASSA CORRIDA PVA 18L/27KG	10 UN	STOKY	R$66,89	R$668,90
141	MASSA CORRIDA PVA 3,6L/5,8KG	05 UN	STOKY	R$18,76	R$93,80
142	TINTA ESM BRILHANTE 3,600 COR VERMELHO	02 UN	HORIZONTE	R$55,85	R$111,70
143	TINTA ESM BRILHANTE 3,600 COR AMARELA	02 UN	HORIZONTE	R$63,40	R$126,80
144	TINTA ESM BRILHANTE 3,600 COR ZUL	10 UN	HORIZONTE	R$63,40	R$634,00
145	TINTA ESM BRILHANTE 3,600 COR BRANCA	10 UN	HORIZONTE	R$65,00	R$650,00
146	TINTA ESM BRILHANTE 3,600 COR PRETA	02 UN	HORIZONTE	R$19,53	R$39,06
147	TINTA ESM BRILHANTE 3,600 COR PRATA	02 UN	HORIZONTE	R$64,90	R$129,80
148	MASSA ACRILICA 18L/28KG	02 UN	MULTICON	R$104,57	R$209,14
149	TINTA ACRÍLICA COR GELO 18L	30 UN	MULTICON	R$192,78	R$5.783,40
150	TINTA ACRÍLICA COR BRANCA 18L	15 UN	MULTICON	R$192,75	R$2.891,25
151	TINTA ACRÍLICA COR JEANS 18L	30 UN	MULTICON	R$188,81	R$5.664,30
152	THINNER 5LT	20 UN	MULTICON	R$43,82	R$876,40
153	THINNER 900 ML	10 UN	MULTICON	R$9,12	R$91,20
154	BARRA ROSCADA POL 1/2	50 UN	CISER	R$5,87	R$293,50
155	BARRA ROSCADA POL 3/4	50 UN	CISER	R$15,78	R$789,00
156	BARRA ROSCADA POL 3/8	50 UN	CISER	R$2,99	R$149,50
157	BARRA ROSCADA POL 5/8	50 UN	CISER	R$9,92	R$496,00
158	BARRA ROSCADA POL 7/19	50 UN	--	R$0,00	R$0,00
159	BARRA ROSCADA POL 7/8	50 UN	CISER	R$21,21	R$1060,50
160	BARRA ROSCAVEL 1 POL	50 UN	STOLY	R$26,91	R$1.345,50
161	BARRA ROSCAVEL 1/4	50 UN	CISER	R$1,53	R$76,50
162	BARRA ROSCAVEL 5/16	50 UN	CISER	R$2,36	R$118,00
163	PORCA SEX POL 1	300 UN	CISER	R$2,66	R$798,00
164	PORCA SEX POL 1/2	300 UN	CISER	R$1,85	R$555,00
165	PORCA SEX POL 1/4	300 UN	CISER	R$0,06	R$18,00
166	PORCA SEX POL 3/8	300 UN	CISER	R$0,09	R$27,00
167	PORCA SEX POL 5/16	300 UM	MULTICON	R$0,08	R$24,00
168	PORCA SEX POL 5/8	300 UN	CISER	R$0,51	R$153,00
169	PORCA SEX UNC POL 3/16	300 UN	NEGRAO	R$0,05	R$15,00
170	PORCA SEX 7/8	300 UN	STOKY	R$1,30	R$390,00
171	PORCA SEX 7/16 POLIDA	300 UN	CISER	R$0,16	R$48,00
172	PORCA SEX 3/4 POLIDA	300 UN	CISER	R$0,81	R$243,00
173	ARRUELA LISA POLIDA 7/16	300 UN	CISER	R$0,17	R$51,00
174	ARRUELA LISA 1/4	300 UN	CISER	R$0,07	R$21,00
175	ARRUELA LISA 12 ZINCADA	300 UN	CISER	R$0,23	R$69,00
176	ARRUELA LISA 7/16	300 UN	CISER	R$0,17	R$51,00
177	ARRUELA LISA POL 1	300 UN	CISER	R$0,45	R$135,00
178	ARRUELA LISA POL 1/2	300 UN	CISER	R$0,22	R$66,00
179	ARRUELA LISA POL 3/16	300 UN	MULTICON	R$0,05	R$15,00
180	ARRUELA LISA POL 3/4	300 UN	CISER	R$0,23	R$69,00

181	ARRUELA LISA POL 3/8	300 UN	CISER	R$0,88	R$264,00
182	ARRUELA LISA POL 5/16	300 UN	CISER	R$0,09	R$27,00
183	ARRUELA LISA POL 5/8	300 UN	CISER	R$0,24	R$72,00
184	ARRUELA LISA POL 7/8	300 UN	CISER	R$0,31	R$93,00
185	ARAME RECOZIDO TORCIDO 1 KG N.º18	06 UN	STOKY	R$7,91	R$47,46
186	ARAME GALVANIZADO Nº12 1KG	10 UN	DISMATAL	R$10,17	R$ 101,70
187	ARAME GALVANIZADO Nº14 1KG	10 UN	DISMATAL	R$10,40	R$ 104,00
188	ARAME GALVANIZADO Nº16 1KG	10 UN	DISMATAL	R$10,96	R$ 109,60
190	ARAME GALVANIZADO Nº18 1KG	10 UN	DISMATAL	R$10,21	R$ 102,10
191	ALICATE UNIVERSAL INOX	05 UN	NEGRAO	R$41,05	R$205,25
192	ALICATE BICO MEIA CANA 6	05 UN	NEGRAO	R$18,68	R$93,40
193	MARTELO UNHA 29MM CABO DE FIBRA	10 UN	NEGRAO	R$35,82	R$358,20
194	TRINCHA BASICA 1/2	10 UN	TIGRE	R$1,43	R$14,30
195	TRINCHA BASICA 3/4	10 UN	TIGRE	R$1,84	R$18,40
196	TRINCHA BASICA 1	10 UN	TIGRE	R$2,24	R$22,40
197	TRINCHA BASICA 1.1/2	10 UN	TIGRE	R$3,23	R$32,30
198	TRINCHA BASICA 2	10 UN	TIGRE	R$4,47	R$44,70
199	TRINCHA BASICA 2.1/2	10 UN	TIGRE	R$5,66	R$56,60
200	TRINCHA BASICA 3	10 UN	TIGRE	R$6,88	R$68,80
201	TRINCHA BASICA 4	10 UN	TIGRE	R$9,08	R$90,80
202	ROLO LÃ SINTÉTICO 23CM ANTIRRESPINGO	20 UN	TIGRE	R$14,43	R$288,60
203	MANGUEIRA PAD	4.000 MT	TIGRE	R$3,81	R$15.240,00
204	ADAPTADOR PAD	400 UN	TIGRE	R$4,05	R$1.620,00
205	COLAR 60 MM	400 UN	TIGRE	R$9,53	R$3.812,00
206	COLAR 75 MM	20 UN	TIGRE	R$12,68	R$253,60
207	COLAR 85 MM	20 UN	TIGRE	R$10,85	R$217,00
208	CANO 60 MM BARRA 6MT	150 BARRA	MADEMARI	R$11,41	R$1.711,50
209	CHAVE DE CANO 8"	04 UN	NEGRAO	R$35,30	R$141,20
210	CHAVE DE CANO 18"	04 UN	NEGRAO	R$69,90	R$279,60
210	LUVA 60 MM	40 UN	NEGRAO	R$8,56	R$342,40
211	LUVA 85 MM	10 UN	TIGRE	R$22,47	R$224,70
212	LUVA 100 MM	10 UN	PLASTILIT	R$3,06	R$30,60
213	TINTA AUTOMOTIVA COR BRANCA 3,6 L	08 LATA	ANJO	R$68,50	R$548,00
214	TINTA AUTOMOTIVA COR AZUL 3,6 L	04 LATA	ANJO	R$68,50	R$274,00
215	TINTA AUTOMOTIVA COR AMARELA 3,6 L	04 LATA	ANJO	R$68,50	R$274,00
216	TINTA AUTOMOTIVA COR VERMELHA 3,6 L	04 LATA	ANJO	R$68,50	R$274,00
217	TINTA AUTOMOTIVA COR LILÁS 3,6 L	04 LATA	ANJO	R$68,50	R$274,00
218	TINTA AUTOMOTIVA COR PRATA 3,6 L	04 LATA	ANJO	R$68,50	R$274,00
219	TINTA AUTOMOTIVA COR DOURADO 3,6 L	04 LATA	ANJO	R$68,50	R$274,00
220	DISCO DIAMANTADO DE CERÂMICA	06 UN	MARTINS	R$15,83	R$94,98
221	DISCO PARA MADEIRA SERRA MARMORE	06 UN	CORTAG	R$17,57	R$ 105,42
222	PEDRA PARA ESMERIL	02 UN	NEGRAO	R$22,11	R$ 44,22
223	DISCO PARA SERRA CIRCULAR	04 UN	MULTICON	R$10,93	R$ 43,72
224	DISCO POLICORTE	10 UN	NEGRAO	R$41,53	R$ 415,30
225	PORTAL MADEIRA	10 UN	MADEMATOS	R$94,10	R$941,00
226	FECHADURA SIMPLES	20 UN	STOKY	R$29,67	R$593,40
227	DOBRADIÇA	20 PAR	SOMA	R$5,88	R$117,60
228	ARREBITE AÇO 4,8 X 25MM	1.000 UN	NEGRAO	R$0,20	R$200
229	MIOLO DE FECHADURA	30 UN	NEGRAO	R$17,20	R$516,00
230	VENEZIANA 1 X 1,20	04 UN	AÇOFER	R$198,67	R$794,68
231	VENEZIANA 1 X 1,5	04 UN	AÇOFER	R$237,57	R$950,28
232	VENEZIANA 40 X 60	04 UN	AÇOFER	R$43,12	R$172,48
233	VÁLVULA PARA PIA	60 UN	MULTICON	R$2,41	R$144,60
234	VÁLVULA PARA DESCARGA	06 UN	ASTRA	R$71,91	R$431,46
235	VASO SANITÁRIO	04 UN	DURATEX	R$101,85	R$407,40
236	PIA SANITÁRIA	04 UN	DURATEX	R$58,92	R$235,68
237	COLUNA PARA PIA	04 UN	DURATEX	R$44,32	R$177,28
238	SIFÃO	60 UN	ASTRA	R$7,80	R$468,00
239	FOLHA DE SERRINHA	30 UN	NEGRAO	R$5,94	R$178,20
240	ARCO PARA SERRA	04 UN	NEGRAO	R$23,60	R$94,40
241	SERROTE	01 UN	MULTICON	R$43,50	R$43,50
242	ELETRODO 2,50 MM X 350MM 01 KG	40 KG	STOKY	R$15,57	R$622,80
243	ELETRODO 3,25 MM X 350MM 01 KG	40 KG	STOKY	R$13,36	R$534,40
244	ELETRODO 4,00 MM X 350MM 01 KG	40 KG	STOKY	R$14,02	R$560,80
245	BOIA PARA CAIXA D´AGUA	20 UN	ASTRA	R$9,67	R$193,40
246	VEDAROSCA	200 UN	TIGRE	R$3,59	R$718,00
247	TORNEIRA PARA BEBEDOURO	10 UN	HERC	R$6,20	R$62,00
248	MARRETA 1 KG	02 UN	STOKY	R$19,01	R$38,02
249	MARRETA 2 KG	02 UN	STOKY	R$31,91	R$63,82
250	ESPATULA	10 UN	NEGRAO	R$4,13	R$41,30
251	GALOCHA	05 UN	NEGRAO	R$9,39	R$46,95
252	DESEMPENADEIRA DE PLÁSTICO	40 UN	ASTRA	R$23,54	R$941,60
253	SUPORTE PARA ROLO DE PINTURA	10 UN	TIGRE	R$4,54	R$45,40
254	BUCHA 10 ABA PLAST PARE MACICA	200 UN	NEGRAO	R$0,39	R$78,00

TOTAL	R$219.048,59

HABILITAÇÃO

Após a classificação provisória das Licitantes, o Pregoeiro recebeu, vistou os lacres e passou-se à abertura do envelope 02 de habilitação, tendo o Pregoeiro e a Equipe de Apoio facultado aos interessados a verificação da documentação.

Analisada a documentação o Pregoeiro considerou a licitante habilitada. O Pregoeiro declara vencedor CLASSIFICANDO - Os DEFINITIVAMENTE conforme o quadro demonstrativo abaixo:

PROPONENTE/FORNECEDOR	TIPO DE EMPRESA	REPRESENTANTE	SITUAÇÃO
ADRIANO SCARPAZZA – ME	ME	Adriano Scarpazza	Classificado

Da fase de Apresentação de Recursos

Após a classificação definitiva do Proponente/Fornecedor, o Pregoeiro avisou que se houvesse algum interesse em interpor recurso contra o procedimento deveria manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, que seria registrada no final da ata. Como ninguém manifestou intenção, o Pregoeiro deu continuidade aos trabalhos.

Da Adjudicação

Á vista da Habilitação, foram declarados vencedores e não havendo qualquer manifesto de intenção de recursos pelo representante, o Sr. Pregoeiro adjudicou o objeto do certame ao vencedor da licitação.

Das Ocorrências na Sessão Pública

Não houve ocorrência digna de registro.

Encerramento da Sessão

Nada mais havendo a tratar o Pregoeiro encerrou a sessão, da qual, para constar, lavrou-se a presente Ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e pelo licitante presente.

Publicação

Todos os atos relativos ao processo Pregão Presencial nº 018/2017, serão publicados no MURAL da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento e no Site da Prefeitura, o Contrato e Homologação no Diário Oficial da AMM.

Glória D´Oeste – MT, 18 de Dezembro de 2017.

Sidinei da silva Ângela Aparecida da Silva Toloi

Pregoeiro Oficial Equipe de Apoio

Jaqueliny de Almeida da Silva Marcia Helena Martins dos Santos

Equipe de Apoio Equipe de Apoio

Daiane da Silva Teodoro

Equipe de Apoio

ADRIANO SCARPAZZA – ME

CNPJ: 28.929.775/0001-65

Adriano Scarpazza

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 026/2017.

PORTARIA Nº. 026/2017.

Sumula: "Nomeia Comissão Representativa no Período de Recesso, e dá outras providências".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, Estado de Mato Grosso, o Sr. **ELEANDRO CESAR CASSOL,** no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas no Regimento Interno em seu Art. 25 – Parágrafo VII Alínea (b).

RESOLVE

Art. 1º - Nomear Comissão Representativa no Período de Recesso da Câmara Municipal pelo período de 23 de Dezembro 2017, a 01 de Fevereiro de 2018, a Comissão terá a responsabilidade de representar o Poder Legislativo no Período de Recesso, nos termo do Regimento Interno.

Art. 2º - Designa os Senhores Vereadores e a Senhora Vereadora, para comporem a Comissão Representativa da Câmara Municipal Itanhangá-MT, para o Recesso Legislativo.

Art. 3º - A Comissão terá a seguinte composição:

PRESIDENTE – Alexandre Caminski – PPS.

RELATOR – Bruno Henrique Ascari Felix – PSB.

MEMBRO – Luiza Francisca da Rocha - PSDB.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itanhangá – MT, aos 15 dias do mês de dezembro de 2017.

Registre–se

Publique-se

Cumpra-se.

ELEANDRO CESAR CASSOL

Presidente

Câmara Municipal de Itanhangá.

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 027/2017.

Sumula: "Dispõe Sobre o Período Administrativo na Câmara Municipal de Itanhangá, e dá outras providências".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ, Estado de Mato Grosso, o Sr. **ELEANDRO CESAR CASSOL,** no uso das suas atribuições legais que lhes são conferidas no Regimento Interno, e considerando as tradicionais festividades de fim de ano, bem como, o encerramento do exercício financeiro e o recesso parlamentar desta Casa de Leis;

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer Recesso Administrativo pelo Poder Legislativo no período de **29 de dezembro de 2017 a 02 de janeiro de 2016,** retornando as atividades administrativas no dia 03 janeiro 2018.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itanhangá – MT, aos 18 dias do mês de dezembro de 2017.

Registre–se

Publique-se

Cumpra-se.

ELEANDRO CESAR CASSOL

Presidente

Câmara Municipal de Itanhangá.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 048/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ– MT

CONTRATADA: UM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA-ME

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar a execução dos serviços, alterando o prazo de execução previsto na cláusula segunda do contrato nº. 048/2017.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 29 de dezembro de 2017.

DATA DE ASSINATURA: 14/12/2017.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 300, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre a ***concessão do benefício de Pensão por morte*** *a* ***Sra. Ignes Dolores Guarda de Lima****, cônjuge do "de cujus", em decorrência do falecimento do servidor efetivo* ***Sr. Leocir Alves de Lima".***

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o Art. 40, § 7º, inciso II, da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c Art. 7º inciso I, Art. 28, inciso II, Art. 30 inciso II da Lei Municipal nº 675 de 18 de março de 2010, que institui a previdência municipal de Itiquira e Lei Municipal nº 827 de 07 de maio de 2014, que Dispõe sobre o Plano de Cargo, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Itiquira/MT; Lei Municipal nº 982/2017, que dispõe sobre a Concessão da Revisão Geral Anual da Remuneração dos Servidores Públicos Municipais, no âmbito do Poder Executivo, correspondente ao Exercício de 2016 e Decreto Municipal nº 035 de 19 de maio de 2017 que Aplica a Revisão Geral Anual de 6.58% e dá outras providências;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício **Pensão Por Morte**, em decorrência do falecimento do **Sr. Leocir Alves de Lima**, brasileiro, portador do documento de identidade n. 1.694.524 SSP/SC, inscrito no CPF sob o n.º 802.080. 619-91, servidor Efetivo no cargo de Guarda Municipal, Classe "A", Nível "04", matriculado sob nº 788, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, na proporção de 100% e vitalício, em favor da **Sra. Ignes Dolores Guarda de Lima,** cônjuge do *de cujus***,** brasileira**,** portadora da cédula de Identidade nº 001.594.719 SE-JUSP/MT e CPF nº. 554.965.989-15, conforme processo administrativo do **ITIPREV** n.º 2017.07.00056P, a partir de **01/12/2017,** data do requerimento, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legaisa **01 de dezembro de 2017,** revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 19 de dezembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2017

EDITAL DE RETIFICAÇÃO 01

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados que, considerando a decisão de procedência do pedido de impugnação ao edital pela empresa **MEDLEVENSOHN COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** CNPJ nº 05.343.029/0001-90, fica RETIFICADO o edital do Pregão Eletrônico nº 004/2017.

1. Onde se lê:

14	193705-7	GLICOSIMETRO - PORTÁTIL, NA ESCALA DE 10 A 600 MG/DL, FOTORREFLITANCIA/FOTOMETRIA, TEMPO DE TESTE DE APROXIMADAMENTE 5 SEGUNDOS, ALIMENTAÇÃO: BATERIA 3 VOLTS.	UNIDADE	100	89,00	8.900,00

Leia-se:

14	0008940	GLICOSIMETRO - PORTÁTIL, LEITURA COM VALOR ENTRE 10 E 600 MG/DL, COM TECNOLOGIA FOTOMÉTRICA OU APEROMÉTRICA, TEMPO DE TESTE DE ATÉ 30 SEGUNDOS, ALIMENTAÇÃO: BATERIA 3 VOLTS.	UNIDADE	100	89,00	8.900,00

2. E, considerando o previsto no§ 4o do artigo 21 da Lei nº 8.666/93, ficam alteradas as datas constantes no edital do Pregão Eletrônico nº 004/2017, conforme segue:

Recebimento das propostas:	**A partir do dia 20 de dezembro de 2017, às 08h00.** (Horário de Brasília - DF)
Encerramento do recebimento das propostas:	**Dia 15 de janeiro de 2018, às 18h00.** (Horário de Brasília - DF)
Abertura das propostas:	**Dia 16 de janeiro de 2018, às 09h00.** (Horário de Brasília - DF)
Início da sessão de disputa de preços:	**Dia 16 de janeiro de 2018, às 09h30min.** (Horário de Brasília - DF).

3. Permanecem inalteradas e ratificadas as demais exigências do edital do Pregão Eletrônico nº 004/2017.

Itiquira/MT, 19 de dezembro de 2016.

Juliane Presotto

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2015

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT E **N M FERREIRA EDIFICACOES - EPP,** CNPJ Nº 10.720.593/0001-14.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a supressão do valor ao CONTRATO nº 028/2015, assinado em 01/07/2015, em R$ 26.556,80 (vinte e seis mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos), referente a planilha da obra da construção do Paço Municipal, conforme requerimento e documentos comprobatórios, parecer jurídico e despacho do Gestor Municipal, o qual autorizou o presente termo.

Data de Assinatura: 15/12/2017.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 028/2015

PARTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT E **N M FERREIRA EDIFICACOES - EPP,** CNPJ Nº 10.720.593/0001-14.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo ao valor do CONTRATO nº 028/2015, assinado em 01/07/2015, no importe de R$ 34.474,17 (trinta e quatro mil, quatrocentos e setenta e quatro reais e dezessete centavos), referente a planilha da obra da CONSTRUÇÃO DO PAÇO MUNICIPAL; bem como, a prorrogação do prazo de vigência e de execução do Contrato em 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir de 24/12/2017 até 22/06/2018, conforme requerimento e documentos comprobatórios, parecer jurídico e despacho do Gestor Municipal, o qual autorizou o presente termo.

Data de Assinatura: 18/12/2017.

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 297, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

*Credencia o **Hospital Municipal Osnir Bortolini**, para a realização do procedimento de Laqueadura Tubária e Vasectomia junto ao Sistema de Informação Hospitalar – SIH/SUS, e dá outras providencias.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a solicitação da *Secretaria Municipal de Saúde de* Itiquira-MTem credenciar o **Hospital Municipal Osnir Bortolini,** para inclusão dos procedimentos de *Laqueadura Tubária* e *Vasectomia* junto ao Sistema Único de Saúde – SUS.

CONSIDERANDO a **Lei Nº 9.263/96** que regula o parágrafo 7º do art. 226 da Constituição Federal que trata do Planejamento Familiar.

CONSIDERANDO a **Portaria Nº 077/98/SES** que estabelece normas que regulamentam a Autorização dos Procedimentos de Laqueadura Tubária e Vasectomia no âmbito do SUS/MT conforme as exigências da **Portaria Nº 144/MS**.

CONSIDERANDO a **Portaria Nº 048/99/MS** que estabelece normas de funcionamento e mecanismo de fiscalização para execução dessas ações pelas instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde – SUS.

CONSIDERANDO a **Resolução CIB/MT Nº 046/05**, que dispõe sobre normas de procedimento para Laqueadura Tubária e Vasectomia no âmbito do SUS no Estado de Mato Grosso.

CONSIDERANDO a **Portaria 629/SAS de 25 de Agosto de 2006**, que estabelece que os processos administrativos relativos à gestão do Sistema Único de Saúde - SUS sejam definidos e deliberados no âmbito das Comissões Intergestores Bipartite e descentraliza para os gestores estaduais/municipais de saúde, o registro das habilitações no SCNES para os estabelecimentos aptos a realizarem os procedimentos referentes aos Cuidados Prolongados, Internação Domiciliar, Planejamento Familiar/Esterilização, Cuidados Intermediários Neonatal, e de Cirurgias por Vídeolaparoscopia, após as devidas deliberações na instância da Comissão Intergestores Bipartite – CIB;

CONSIDERANDO a **Resolução do Conselho Municipal de Saúde de Itiquira, nº 005/2017**, de 30/11/2017, que aprova a realização de cirurgia de Laqueadura Tubária e Vasectomia no Hospital Osnir Bortolini;

CONSIDERANDO a **Proposição Operacional nº 58, de 20 de junho de 2017**, que aprova o credenciamento/habilitação dos procedimentos de Laqueadura Tubária e Vasectomia no estabelecimento do Hospital Osnir Bortolini;

CONSIDERANDO a **Resolução CIB nº 58,** que aprova o credenciamento e habilitação do Hospital Municipal de Itiquira, para a realização dos procedimentos de Laqueadura Tubária e Vasectomia, no âmbito SUS/MT, no município de Itiquira-MT;

CONSIDERANDOque o município de Itiquira-MT, possui na rede do Sistema Único de Saúde, Equipe Multidisciplinar que oferece opções de anticoncepção para a população, atendendo e comprometendo-se a realizar atividades educativas em Planejamento Familiar.

RESOLVE:

Art. 1° - Credenciar o **Hospital Municipal Osnir Bortolini**, *CNPJ Nº 03.370.251/0001-56*, para a realização do procedimento de Laqueadura Tubária e Vasectomia junto ao Sistema de Informação Hospitalar – SIH/SUS.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 30 de novembro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO N.º 061/2017 DE: 01.11.2017

"Estabelece a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso das unidades orçamentárias do Poder Executivo/Prefeitura Municipal para o período de NOVEMBRO e DEZEMBRO de 2017, e dá outras providências."

HUMBERTO BORTOLINI, Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e exaradas no art. 167, § 3.° da Constituição Federal; arts. 47 a 50 da Lei Federal n.° 4.320, de 17 de março de 1964, e 8.° da Lei Complementar Federal n.° 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), e

CONSIDERANDO imposição legal, e a necessidade de planejamento prévio para a operacionalização orçamentária e financeira do Poder Executivo/Prefeitura Municipal de todas as unidades administrativas, que consubstancia-se na programação financeira e no cronograma de execução mensal,

DECRETA

Art. 1º. Fica estabelecida a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso das Unidades Orçamentárias/Órgãos/Unidades Administrativas do Poder Executivo/Prefeitura para o 6.° (sexto) bimestre do corrente exercício (2017), compreendendo os meses de NOVEMBRO e DEZEMBRO, desdobrados mês a mês, conforme os ANEXOS I e II.

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 2º. A fixação das cotas de que trata o Anexo I atenderá aos seguintes objetivos:

a) assegurar às unidades orçamentárias, em tempo útil, a soma de recursos necessários e suficientes à melhor execução do seu programa anual de trabalho;

b) manter, durante o exercício, na medida do possível, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa realizada, de modo a reduzir ao mínimo eventuais insuficiências de tesouraria.

Art. 3º. A programação da despesa orçamentária, para efeito do disposto no artigo anterior, levará em conta os créditos adicionais e as operações extra-orçamentárias.

Art. 4º. As cotas bimestrais poderão ser alteradas durante o exercício, observados o limite da dotação e o comportamento da execução orçamentária.

Art. 5°. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de novembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 1004 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

LEI MUNICIPAL Nº 1004 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

*"Dispõe sobre Autorização para proceder a **CONTRATAÇAO DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO**, visando atender necessidades de excepcional interesse do Poder Legislativo Municipal de Itiquira-MT., e, dá outras providências."*

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, consoante às normas gerais de direito público, a Constituição Federal e a Lei Orgânica Municipal, **FAZ SABER** a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Para atender necessidade temporária de excepcional interesse público do Poder Legislativo do Município de Itiquira-MT., os órgãos da Administração Pública, poderá efetuar contratação de pessoal por tempo determinado nas condições e prazos desta Lei.

Art. 2º As contratações temporárias a que ser refere o *caput* do artigo 1º da presente Lei são para suprir as necessidades excepcionais de interesse público, para atender serviços de limpeza, motorista e vigilância, constantes no quadro funcional, estabelecidos pelas Leis Municipais 971/2017, cujas vagas estão previstas abaixo:

Cargo	Qt. Vagas	Salário
Auxiliar de Serviços Gerais	02	1.225,60
Agente de Segurança	03	1.225,60
Motorista	01	1.661,92

Parágrafo Único: Atribuições dos cargos, escolaridade e condições de trabalho, estão estabelecidas na Lei Municipal 971/2017.

Art. 3º As contratações referidas nessa Lei terão vigência pelo prazo de 11 meses e 30 dias, com início em 02 de janeiro/2018 e término em 31/dezembro/2018.

Parágrafo Único: Havendo posse para o Concurso Público 001/2009, os contratos serão rescindidos automaticamente.

Art. 4º Os servidores contratados por esta Lei perceberão o vencimento fixado no Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Legislativo Municipal fixado pela Lei Municipal 971/2017.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito, em Itiquira/MT, aos 15 de dezembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO Nº 60 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017.

§ **"Abre Crédito Suplementar no valor de R$** R$ 510.561,00 **(Quinhentos e Dez Mil, Quinhentos e Sessenta e Um reais, e dá outras providências".**

§ **HUMBERTO BORTOLINI,** Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 963/2016 de 08/12/2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$510.561,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
2.001	01	0001	4.4.90.52.00.00.00.00	2.000,00
2.001	03	0001	3.1.90.11.00.00.00.00	57.000,00
2.001	04	0001	3.3.90.14.00.00.00.00	20.000,00
2.001	09	0001	3.3.90.93.00.00.00.00	190.000,00
2.002	11	0001	3.3.90.13.00.00.00.00	57.000,00

9999	569	201	3.3.90.30.00.00.00.00	4.500,00
9999	603	201	3.3.90.39.00.00.00.00	20.000,00
2187	117	0999	3.3.90.36.00.00.00.00	3.000,00
9999	622	201	3.3.90.30.00.00.00.00	5.000,00
9999	824	0999	3.3.90.30.00.00.00.00	5.000,00
9999	348	0101	3.3.90.30.00.00.00.00	20.000,00
1014	685	0014	3.3.90.30.00.00.00.00	27.200,00
9999	579	0014	3.3.90.30.00.00.00.00	1.000,00
1133	115	0999	3.3.90.30.00.00.00.00	10.000,00
2153	118	0999	3.3.90.39.00.00.00.00	10.000,00
2153	59	0999	3.3.90.91.00.00.00.00	361,00
1133	373	0101	3.3.90.30.00.00.00.00	500,00
1133	118	0999	3.3.90.39.00.00.00.00	25.000,00
1133	115	0999	3.3.90.30.00.00.00.00	20.000,00
1133	373	0101	3.3.90.30.00.00.00.00	15.000,00
1133	929	0999	3.3.90.39.00.00.00.00	10.000,00
TOTAL	546	0014	3.3.90.36.00.00.00.00	8.000,00
				510.561,00

§ **Art. 2º.** Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III, da Lei 4.320/64 resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO ATIVIDADE	DOTAÇÃO	RECURSO	ELEMENTO DESPESAS	VALOR
1.002	02	0001	4.4.90.51.00.00.00.00	50.000,00
2.001	06	0001	3.3.90.35.00.00.00.00	90.000,00
2.001	07	0001	3.3.90.36.00.00.00.00	20.000,00
2.002	10	0001	3.1.90.11.00.00.00.00	31.000,00
2.002	13	0001	3.3.90.14.00.00.00.00	15.000,00
2.002	14	0001	3.3.90.36.00.00.00.00	25.000,00
2.002	15	0001	3.3.90.39.00.00.00.00	50.000,00
2.002	16	0001	3.3.90.41.00.00.00.00	10.000,00
2.002	17	0001	3.3.90.46.00.00.00.00	20.000,00
2.008	18	0001	4.4.90.71.00.00.00.00	2.000,00
2.134	19	0001	3.3.90.39.00.00.00.00	1.000,00
2.139	20	0001	3.3.90.39.00.00.00.00	1.000,00
2.140	21	0001	3.3.90.39.00.00.00.00	9.000,00
2.141	22	0001	3.3.90.39.00.00.00.00	1.000,00
2.142	23	0001	3.3.90.39.00.00.00.00	1.000,00
9999	124	0999	9.9.99.99.00.00.00.00	4.500,00
9999	124	0999	9.9.99.99.00.00.00.00	20.000,00
2187	162	0999	3.3.90.39.00.00.00.00	3.000,00
9999	124	0999	9.9.99.99.00.00.00.00	5.000,00
9999	124	0999	9.9.99.99.00.00.00.00	5.000,00
9999	124	0999	9.9.99.99.00.00.00.00	20.000,00
1014	892	0301	4.4.90.51.00.00.00.00	28.200,00
9999	124	0999	9.9.99.99.00.00.00.00	10.000,00
1133	946	0999	4.4.90.51.00.00.00.00	10.000,00
2153	977	0999	3.3.90.39.00.00.00.00	361,00
2153	977	0999	3.3.90.39.00.00.00.00	500,00
1133	946	0999	4.4.90.51.00.00.00.00	25.000,00
1133	946	0999	4.4.90.51.00.00.00.00	20.000,00
1133	946	0999	4.4.90.51.00.00.00.00	15.000,00
1133	946	0999	4.4.90.51.00.00.00.00	10.000,00
1133	946	0999	4.4.90.51.00.00.00.00	8.000,00
TOTAL				**510.561,00**

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, aos 01 do mês de Novembro de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 003/2017 AO CONTRATO N.º 005/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: PAULINI CONSTRUÇÕES LTDA;** OBJETO:PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA até 08/09/2018 / PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA até 11/06/2018;Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas do Contrato nº. 005/2017; **ASSINATURA**: 19/12/2017.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
DECISÃO ADMINISTRATIVA N.º 008/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2017

O Prefeito Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, **Sr. ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD**, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os interessados em participar do processo licitatório Pregão Presencial nº 052/2017, cujo objeto é a **"Registro de preços para aquisições de medicamentos e seus correlatos, materiais odontológicos e de consumo, equipamentos e insumos para atendimento e manutenção do Hospital Municipal, Farmácia Básica, Banco de Sangue e Laboratório Municipal, PSF(s), SAMU, Odontologia e outras unidades da Secretaria Municipal de Saúde de Jaciara – MT"**, através de ampla publicidade da presente DECISÃO ADMINISTRATIVA que:

CONSIDERANDO o Processo Administrativo Nº 5188/2017, Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 049/2017;

CONSIDERANDO o Recurso interposto pela empresa **ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME**, enviada em 17/11/2017;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico, datado em 04/12/2017;

DECIDE:

1. RATIFICAR o Parecer Jurídico Nº 60/2017, da Assessoria Jurídica, datado 04/12/2017. **2. DECLARAR o DESPROVIMENTO** do Recurso apresentado pela empresa **ROYAL MED HOSPITALAR LTDA - ME**.

3. DETERMINAR a publicação da presente Decisão Administrativa em caráter de urgência;

4. COMUNICAR aos interessados esta decisão.

Registre-se;

Publique-se.

Jaciara/MT, 05 de dezembro de 2017.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

DECRETO Nº 038/2017, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre o recesso funcional das repartições públicas no âmbito do Poder Executivo Municipal de Jangada-MT, no período de 15 de dezembro de 2017 a 15 de Janeiro de 2018 devido às Festividades de Natal e de Fim de Ano"

EDÉRZIO DE JESUS MENDES, PREFEITO MUNICIPAL DE JANGADA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO a legislação quanto à nova contabilidade e os MCASP, bem como a crise financeira instalada no País, estabelece as normas administrativas para encerramento do exercício;

CONSIDERANDO as tradicionais festividades de final de ano e a necessidade de paralisação dos serviços não essenciais nesses dias comemorativos;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade da redução do custeio da Administração Pública Municipal; e

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de ajuste financeiro, a fim de manter o equilíbrio entre a receita e despesa e fechamento de balanço.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica estabelecido Recesso nas Repartições Públicas Municipais, no período de 15 de dezembro de 2017 a 15 de Janeiro de 2018, em virtude dos feriados e em face as festividades alusivas ao Natal e ao Final de Ano.

Parágrafo Único. Não haverá recesso no período mencionado no caput aos órgãos abaixo elencados, em razão da tipicidade dos serviços executados, pois não admitem paralisação por serem considerados de prestação de serviços essenciais:

1- Secretaria Municipal de Saúde 2- Secretaria Municipal de Infraestrutura

Art. 2º - No âmbito da Secretaria Municipal da Saúde no período mencionado no art. 1º, será implementado e todos os atendimentos serão realizados no Pronto Atendimento Municipal.

§ 1º - Visando ao bom funcionamento dos serviços de saúde, durante este período de recesso, não serão permitidas as seguintes situações:

I - escalar os servidores com férias programadas a partir de 02 de janeiro de 2018 para folgar na Semana do Natal, no período de 21 a 26 de dezembro de 2017; e

II - usar o crédito do Banco de Horas para programar folgas durante o período de recesso.

§ 2º - Não se enquadram no caput deste artigo o Pronto Atendimento Municipal que tem funcionamento 24 (vinte e quatro) horas, em virtude que o mesmo não permite paralisação em recesso municipal, aos sábados, domingos e feriados.

Art. 3º- Caberá a todos os Secretários Municipais fiscalizar o cumprimento das disposições deste Decreto.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDÉRZIO DE JESUS MENDES

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JANGADA-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2017

Ratifico na forma do Artigo 26, de Lei Federal nº 8.666/93, atualizada pela Lei Municipal nº 724/2017, a Dispensa de licitação constante do Processo nº001/2017. Dispensa de Licitação nº001/2017, conforme Parecer Jurídico datado de 14 de dezembro de 2017, aquisição de 02 (dois) aparelhos de condicionador de ar, Split classe, com potência de 12.000 BTU's para atender o PREVI-JAURU.

Paço Municipal "José Perez" em Jauru – MT 14 de Dezembro de 2017.

KÁTYA REGINA NOVAK DE MOURA

Secretária de Administração

Gestora do RPPS

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SEC. MUN. PLANEJAMENTO ORÇAMENTO E GESTÃO
DECRETO Nº 1.235/2017

Decreto nº 1.235, de 19 de dezembro de 2017

Dispõe sobre Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017 e dá outras providências.

A Senhora Luciane Borba Azoia Bezerra Prefeita do Município de Juara, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica; e

Considerando a realização das provas objetivas com base nas exigências estabelecidas no Edital nº 002/2017.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica Homologado o Resultado Final das provas objetivas do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017, conforme relatório de notas com a respectiva classificação que faz parte do anexo único deste Decreto e encontra-se afixado no Painel de Publicações da Prefeitura Municipal e outros meios de comunicação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Governo Municipal de Juara, Estado de Mato

Grosso, em 19 de dezembro de 2017.

Luciane Borba Azoia Bezerra

Prefeita do Município

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL ZONA RURAL

N.	Candidato	Inscr.	RG	CB e CG	CE	CB e CG	CE	TG	RESULTADO	DESEMPATE
1	JULIANA DE GOES	520	2659783-7- SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	APROVADO	
2	CARMEN LUCIANE REZER	708	1700665-1-SEJSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	APROVADO	
3	APARECIDA PEREIRA SOARES	706	2076777-3-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	
4	MARIA APARECIDA CLAUDINO	535	1074543-2-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
5	GISLAINE BRAITBACH SANTOS	510	2074077-8-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
6	BEATRIZ CLAUDINO PEREIRA	507	2891000-1-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
7	SELMA PEREIRA	528	2242435-0-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	
8	SONIA MARIANO FERREIRA	522	1714802-2-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
9	LURDES LEMES PEREIRA ALVES	523	2524412-4-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
10	LUZIA SCHEMOELER BATISTA	713	1459889-2	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	
11	LEDIANE MARIA DE SOUSA		2447031-7-SEJSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	
12	JUSSIMARA SOUSA DA SILVA	541	2314253-7-SSP/MT	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	DESCLASSIFICADO	
13	MARCIANA QUEIROZ SOARES	526	2887016-6-SSP/MT	3,0	1,0	1,5	1,5	3,0	DESCLASSIFICADO	
14	LEDIR DA SILVA A SILVA	709	1432729-5-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
15	LUCINEIA LEMES PEREIRA	524	2038213-8-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	

CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL-ZONA URBANA

N.	Candidato	Inscr.	RG	CB e CG	CE	CB e CG	CE	TG	RESULTADO	DESEMPATE
1	IVANI CAIRES	315	1582513-2-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	APROVADO	IDADE
2	SANDRA REGINA DA SILVA MARQUES	215	1159439-0SEJSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	APROVADO	IDADE
3	ELIZANGELA DE ALMEIDA BUONO	353	1100352-9-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	APROVADO	IDADE
4	ANGELA MARIA HICKMANN	254	1434601-0-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	APROVADO	IDADE
5	MARILENE COUTINHO	660	1481310-0SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	APROVADO	IDADE
6	ADRIANA BUFOLO MONTEIRO DA SILVA	339	1711168-4-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
7	ALCIONE PEREIRA DE OLIVEIRA	781	1880991-0-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
8	ULIANI CRIS BELARMINO DOS SANTOS	223	2161145-9-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
9	MARIA APARECIDA M GOMES DE SOUZA	655	2383383-1-SEJSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
10	JULIANA FERREIRA VERGE	496	2788909-2-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
11	CRISTINA BERNINI BAGINSKI	676	2965001-1-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
12	MARIA CICERA NEVES	273	425894-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
13	MARIA DA PAIXÃO MORAES DA SILVA	103	1298617-8-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
14	NEDINA FERREIRA DA SILVA	415	1637981-0-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
15	VANUZA BERNARDO DOS SANTOS	92	1324013-7-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
16	MARICELIA DO NASCIMENTO FERREIRA	256	1434512-9-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
17	MARIA LUCELIA DOS SANTOS FANTIN	436	1417099-0-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
18	CLEIDE DE FREITAS MORAES	322	1436472-7-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
19	LUCILIA CRISTINA DA SILVA BRAZICA	193	1834004-0-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
20	JUSCELEIDE BERNADES DOS SANTOS	51	1653630-4-SJ/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
21	JOSIANE PEREIRA DE SOUZA	747	14741093-SSP/MG	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
22	ELIS KARINA CANDIDO DA CRUZ	197	2104819-3-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
23	ELIZA LANDI DE SOUSA	169	1841468-0-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
24	TAMIRIS SILVERIO BRAGA	21	2007219-8-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
25	KELLY DOS SANTOS	35	2565862-0- SEJSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
26	LAURA JANAINA INACIO	142	1514006-7-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
27	SCARLLATH MORAIS LOPES	287	2299888-8-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
28	RENATA MARTINS DOS SANTOS	112	2780448-8-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
29	ELAINE PEREIRA DE SOUSA	600	7879137-SSP/PA	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
30	MARIA LUCIA SANTANA TEIXEIRA	294	1598709-4-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
31	SIMONE VEDOVETTO LEANDRO	166	1734281-3-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
32	CLEUZA ROSA DE SOUZA	5	1310986-3 SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
33	MARIA SOLANGE GONÇALVES	271	1481996-1-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
34	ROSA MARIA BARBOSA DA SILVA	853	1413635-0-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
35	EUDES HONORIO LEMUNIER	32	1386240-5-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
36	MARLENE ALVES DE SOUZA	194	1417274-7-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
37	RUTE ACIOLI DOS SANTOS TORRES	645	1688530-9-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
38	ALESSANDRA APARECIDA CORDEIRO	13	8.318.855-3SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
39	DANIELE APARECIDA BARBOSA	857	1905434-3-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
40	LUCELIA CAETANO FERNANDES	65	1856580-8-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
41	LUCIANA DA SILVA	79	1786641-3-SJSP	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
42	THAIS THAMIRIS ROSINKE DOS SANTOS	799	1969848-8-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
43	ANTONIA ASSUNÇAO SILVA	326	2060226-0-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
44	MARLUCIA SATURNO RODRIGUES	752	2033910-0-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
45	ALINE APARECIDA DE FRANÇA BARBOSA	30	2157615-7-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
46	SIMEIA LANDI	195	2233353-3-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
47	RUTH ALVES TEIXEIRA	121	2439218-9-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
48	JANAINA CRISTINA DA SILVA	150	2466914-8-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
49	GESIKA CRISTINA BATISTA	380	2413536-4-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
50	TATIANE RODRIGUES SOBRINHO	388	2555895-1-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
51	ROSICLEIA LIMA DE JESUS	214	2272135-5-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
52	GIOVANA CAROLINA CYPEL FERREIRA	630	2346991-0SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
53	KARINA MARIA DA SILVA	33	2413119-9- SEJSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
54	THAYNARA STEPHANIE DE FRANÇA MACIEL	421	2297146-7-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
55	SIMONE GUIMARAES PIMENTA	653	2569901-6-SEJS/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
56	LEOMAR SANTOS LISBOA	138	6619375-SSP/PA	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
57	JOVENITA DE SOUZA	370	345614-SSP/MS	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE

58	CLEIDE CRUZ SANCHES	658	1324144-5-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
59	ISABEL CAIRES	109	1417179-1-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
60	MARIA NEREIDE DE OLIVEIRA	567	1483555-0-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
61	EDNEIA DA SILVA SANTOS	167	1147675-3-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
62	CARLA FURLANETO	443	1059773-5-SJ/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
63	REGIANI RAMOS DE ALMEIDA	241	1144423-1-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
64	EDEUZINA ALMEIDA ASSUNÇÃO CAUBELLI	190	1215801-1-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
65	ELAINE CRISTINA DE OLIVEIRA	249	1327896-7-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
66	ELZA MARIA DE BRITO	471	1766839-5-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
67	FRANCILENE DIAS DOS SANTOS	802	143662-1-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
68	FRANCISLENE FLORES DOS SANTOS	604	13774539-SSP/MG	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
69	SONIA BEATRIZ HAUSCHILD	575	1779700-4SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
70	SIMONE MORAES DE ALMEIDA	738	1464820-2-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
71	ALESSANDRA LUCIANA DA SILVA	20	1879216-2 -SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
72	FABIULA ANIANI DOS SANTOS AMARAL	590	2329834-0-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
73	ANDREIA FREITAS VERNEK	385	2302013-0-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
74	ANA PAULA PEREIRA LOBATO	335	10749546-0-SSP/PR	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
75	ALESSANDRA DA SILVA SAMPAIO DE SOUSA	628	2440515-9-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
76	POLIANA TORCI FRIZZERA	835	2588811-0-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
77	ANDRESSA FREITAS VERNEK	736	2467104-5-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
78	ELISANGELA APARECIDA ROCHA	19	2331704-3-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
79	TAINARA XAVIER DA ROSA DE ARAUJO	47	2645614-1-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
80	NEIDE SANTANA DA SILVA	740	111062-2-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
81	CELIANE SANTANA FARIA	756	1119027-2-SJS/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
82	ROSILENE RIBEIRO ALVES	161	1378573-7-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
83	ROSENILDA DE CARVALHO C BUCHELT	153	1330829-7-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
84	GISLAINE BARBOSA UVIDA	699	1762965-9-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
85	GISELIA FARIAS	579	2498214-8-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
86	FERNNADA LEMOS SILVA	826	2298434-8-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
87	ANNA KAROLYNA JOAQUIM DOS SANTOS	308	2440520-5-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
88	LUCIANA BATISTA CARNEIRO	662	2753195-3-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
89	LUCIANO JORGE PREGUIÇA	152	2889086-8-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
90	DENIZE RODRIGUS PREGUIÇA	498	2406820-9-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	C.E.
91	MARIA CELIA DE MATOS GOMES	102	1467444-0-SSP/MT	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	C.E.
92	ERISMAR BRAZ SANTOS	631	1511235-7-SSP/MT	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
93	EDIMEIA DE JESUS SOUZA	633	08050351-92-SSP/BA	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
94	CLEIDINEIA PINHEIRO	127	25113922-0-SSP/SP	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
95	BENEDITA ROSA DA CRUZ	409	0909177-7-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
96	ANDREIA DIAS TEIXEIRA	582	1996466-8-SJ/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
97	VANIA APARECIDA CARDENA DA SILVA		1271203-5-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
98	SIRLETE DA CONCEIÇAO MOREIRA	258	1691763-4-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
99	CLAUDINEIA DOS SANTOS OLIVEIRA	16	1969325-7-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
100	POLIANI MACHADO DA COSTA	171	2060206-5-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
101	PATRICIA MARIA QUEIROZ	324	62398867-7-SSP/SP	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
102	ODAIZA DURCI DOS SANTOS	559	2667515-3-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
103	MARIA RODRIGUES DA SILVA	615	1933530-0-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
104	ZILMAR TEODORO DOS SANTOS	48	468723-SSP/RO	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
105	MARCIANE GOUVEIA	274	6711636-4-SSP/PR	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
106	ANTONIA SOUZA SILVA	9	07298246-24-SSP/BA	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
107	ALEXANDRA RODRIGUES DA SILVA	728	1190800-9-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
108	GISELY CAMILO	345	3983943-SSP/PA	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
109	ROSANA DE OLIVEIRA PICCIN	364	1446671-6-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
110	ERICA LIDIANE DE MORAES	50	1166848-2SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
111	LEILA APARECIDA MAIA DE LIMA	487	1904121-7-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
112	LUCELIA DE LIMA ARRUDA	664	1930537-0-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
113	SILVANA CERQUEIRA DA CUNHA	351	1939926-0-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
114	SANDRA GONÇALVES	53	1956066-4-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
115	PAULA DANIELE COSSI	644	8692536-2-SSP/PR	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
116	HELENA MARIA DA SILVA	553	1714825-1-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
117	FRANCIELE MOREIRA DE CARVALHO	560	57963370-6-SSP/SP	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
118	MARINA TEIXEIRA	610	2528755-9-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
119	JULIANA GARANHANI KORB	91	2350969-4-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
120	ANA LUCIA REOLON DOS SANTOS	775	2685896-7-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
121	NUBIA DA SILVA SIQUEIRA	730	2385420-0	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
122	AMANDA GIMENES DA SILVA	613	3751928-SSP/PI	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
123	THAILA MARIA ALVES RODRIGUES	3	3018004-0-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
124	DILCINEIA ROSA DA SILVA FLORES	148	2223364-4-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
125	LUIZA DA SILVA	352	2685942-4-SEJ/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
126	CLEONI DOS SANTOS ALMEIDA	84	1053417-2-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
127	IRACI LUIZ DA SILVA REQUENA	80	1013203-1-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
128	MARCIA DOS SANTOS	482	1215316-8-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
129	ANDREIA MARQUES RICARDO	759	1680351-5-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
130	VANESSA CONCEIÇAO DE FIGUEIREDO	364	1447416-6-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
131	ADRIANA OLIVEIRA DA SILVA	665	1653457-3-SJSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
132	LUCIANA ALVES DE LIMA	806	1456925-6-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
133	VALERIA LUCIA JESUS OLIVEIRA	459	1734344-5-SESP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
134	MIRIANA APARECIDA DE LIMA	44	14.427.828-3-SESP/PR	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE

135	ADRIANA DE SOUZA MIGUEL	399	2231773-2-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
136	TATIANE CRISTINA DIAS	581	2531734-2-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
137	VANUZA LOPES LEITE	45	2324602-2-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
138	AWESLE ALMEIDA FLOR	731	2764671-8-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
139	BEATRIZ MAIRA BOTELHO	473	2475891-4-SEJSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
140	CLAUDETE ROMUALDO DE ARAUJO	198	2990925-2-SSP/MT	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
141	SOLANGE ALVES DE SOUZA	663	1417136-8-SSP/MT	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
142	POLIANA DE JESUS OLIVEIRA	270	2003153-0-SSP/MT	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
143	VANILZA DOS SANTOS CANDIDO	130	1423957-4-SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
144	MARIA APARECIDA ROCHA	59	1311045-4-SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
145	LINDAURA APARECIDA FERMINO	807	1466150-0-SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
146	ODEZIA BARBOSA DA SILVA	598	1971059-3-SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
147	MICHELE APARECIDA BARBOSA	186	2419356-9-SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
148	MICHELE DOS SANTOS DE OLIVEIRA	677	2308276-3-SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
149	ADRIELI FLOR	441	2877700-0-SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
150	TASIELE DA SILVA LADEIA	191	3020754-1-SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
151	MAYARA DA CRUZ FERREIRA	379	2823052-3-SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
152	CLEIDE DE SOUZA BREVES DOS SANTOS	320	18372384-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
153	DALCINO CARDOSO DOS SANTOS JUNIOR	761	2789779-6-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
154	IVONE TEIXEIRA	74	1857588-9-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
155	LUCIANA APARECIDA ONORO DOS SANTOS	290	2421895-2-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
156	LUCIMARA MACHADO DA SILVA	323	2555884-6-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
157	LUCINEIDE MARQUES DA SILVA	355	1693908-5-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
158	MARIA JOSE PINHEIRO DA SILVA	173	1330935-8-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
159	MARILUCE RODRIGUES	154	0928317-0-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
160	SIMONE DOS SANTOS CAMARGO	425	1417166-0-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
161	THAILANA BARBOSA DE ALEMEIDA	4	2769283-3-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
162	THALIA MORAES DOS SANTOS	116	1411915-SSP/RO	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
163	ALDELI SILVA TRINDADE	798	749410-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
164	ANDRESSA APARECIDA V CAZAROTTO	281	2909181-0-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
165	DINALVA PEREIRA	607	22993552-7-SSP/SP	5,0	1,0	2,5	1,5	4,0	DESCLASSIFICADO	
166	EDINEUZA ROSA DOS SANTOS	846	1993343-1-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
167	GREICIANE DALPIAZ KUCHAR	800	1911668-3-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
168	JANDIRA DE JESUS GOIS	207	1662712-1-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
169	JANE PATRICIA TEIXEIRA TEODORO	275	1189887-9-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
170	JAQUELINE DE SOUZA	698	2329845-6-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
171	JULIANA MARIANO DIAS	681	2112329-2-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
172	LETICIA DE FATIMA LIMA ARRUDA	220	2301576-4-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
173	LUCILENE FERREIRA LOPES DE CARVALHO	675	1653448-4-SEJUJP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
174	LUCINEIA RODRIGUES	272	2157625-4-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
175	MARCIANA JORGE PREGUIÇA	117	2214800-0-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
176	MARIA APARECIDA DOS SANTOS	269	1433364-3-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
177	MARIA DOS SANTOS BATISTA	104	1324053-6-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
178	MARIA IRAILDE BRAS DOS SANTOS	280	1679977-1-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
179	MARLENE TEIXEIRA	656	1434716-4-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
180	MONICA APARECIDA SANTOS DA SILVA	286	2659772-1-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
181	NELCI PEREIRA LOBATO	438	5434686-7-SSP/PR	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
182	PAULA DOS SANTOS FONSECA	225	1994906-5-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
183	VANIA EZIDIA DA SILVA	680	6482547-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
184	DANIELE PEREIRA DE JESUS	367	2655008-3-SSP/MT	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	DESCLASSIFICADO	
185	JULIANA MARQUES DA SILVA	333	2698374-5-SSP/MT	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	DESCLASSIFICADO	
186	LUANA DURCI	732	2719386-1-SSP/MT	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	DESCLASSIFICADO	
187	LUZIA FIGUEIREDO NAVARRO	619	1546357-5-SSP/MT	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	DESCLASSIFICADO	
188	MARIA APARECIDA DIAS	265	0805045-7-SSP/MT	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	DESCLASSIFICADO	
189	MARIA CLAUDIA DA CRUZ SOARES	87	1323448-0-SSP/MT	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	DESCLASSIFICADO	
190	MARINETE ALVES DA SILVA	237	2612460-2-SSP/MT	4,0	1,0	2,0	1,5	3,5	DESCLASSIFICADO	
191	MARTA BARBOSA DOS SANTOS	418	2004845-9-SSP/MT	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	DESCLASSIFICADO	
192	MONICA ARAUJO ANDRADE	90	2711659-0-SSP/MT	4,0	1,0	2,0	1,5	3,5	DESCLASSIFICADO	
193	ROSILAINE LIMA DE JESUS	234	2780447-0-SSP/MT	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	DESCLASSIFICADO	
194	SONIA VEDOVETO	244	961083-SSP/MT	4,0	1,0	2,0	1,5	3,5	DESCLASSIFICADO	
195	ULIANE COUTINHO ALVES PADUA	733	1370345-SSDC/RO	4,0	1,0	2,0	1,5	3,5	DESCLASSIFICADO	
196	CELIA DA SILVA RIBEIRO	236	1215643-4-SSP/MT	3,0	1,0	1,5	1,5	3,0	DESCLASSIFICADO	
197	DENIZE DA SILVA VIEIRA	235	2498208-3-SSP/MT	3,0	1,0	1,5	1,5	3,0	DESCLASSIFICADO	
198	JULYANY PATRICIA DE SOUZA ROCHA	776	2764762-0-SSP/MT	3,0	1,0	1,5	1,5	3,0	DESCLASSIFICADO	
199	MARILI FRANCISCO DE OLIVEIRA	170	237308-3-SSP/MT	3,0	1,0	1,5	1,5	3,0	DESCLASSIFICADO	
200	REGINA DOS SANTOS COSTA	625	2590148-6-SSP/MT	3,0	1,0	1,5	1,5	3,0	DESCLASSIFICADO	
201	FERNANDA APARECIDA L DE F FERNANDES	101	2571984-0-SJSP/MT	2,0	1,0	1,0	1,5	2,5	DESCLASSIFICADO	
202	JAYNE LOISLAINE GOBI	563	2678442-4-SJSP/MT	2,0	1,0	1,0	1,5	2,5	DESCLASSIFICADO	
203	ANA PAULA FIGUEREDO	591	2390994-3-SEJSP/MT	1,0	1,0	0,5	1,5	2,0	DESCLASSIFICADO	
204	JAINE PAULA BARBOSA	63	2249965-SSP/MT	1,0	1,0	0,5	1,5	2,0	DESCLASSIFICADO	
205	LUANA NASCIMENTO FERREIRA	749	2941170-0-SSP/MT	1,0	1,0	0,5	1,5	2,0	DESCLASSIFICADO	
206	SILVANA APARECIDA DA SILVA	470	2080612-4-SSP/MT	1,0	1,0	0,5	1,5	2,0	DESCLASSIFICADO	
207	DILMA GOIVINHO	700	1761812-6-SP-SP/MT	3,0	0,0	1,5	0,0	1,5	DESCLASSIFICADO	
208	FRANCIELI DAIANE QUIRINO DIAS	268	1964537-6-SSP/MT	0,0	1,0	0,0	1,5	1,5	DESCLASSIFICADO	
209	MARIA CRISTINA PERES	452	1514049-0-SSP/MT	2,0	0,0	1,0	0,0	1,0	DESCLASSIFICADO	
210	MARIA DE LOURDES OLIVEIRA SILVA	177	2776057-0-SSP/MT	2,0	0,0	1,0	0,0	1,0	DESCLASSIFICADO	
211	ALESSANDRA DE OLIVEIRA MARIA	10	1842636-0-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	

212	BRUNA PEREIRA DE ANDRADE	314	3051043-0-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
213	CLAUDIA SILVA DA ROCHA	174	2080492-0-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
214	CRISTIANE ELIANE DE OLIVEIRA	640	000941316-SSP/RO	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
215	CRISTINA CORREIA DA SILVA	469	1741457-1-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
216	DAIANA NARA DOS REIS	311	1813208-1-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
217	DAIANE CRISTINA CORSINI DE LIMA	486	2734570-0-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
218	DARCI PAULA TEIXEIRA DA ROCHA	484	749433-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
219	DIEGO DE SOUSA	295	1838436-6-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
220	FABIANA MARTINS	685	2178882-0-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
221	FRANCIELLY REGIANE FELICIANO DE SOUZA	293	2629261-0-SSP/SE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
222	ITAMAR CARDOSO DA SILVA	659	1483549-5-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
223	JAQUELINE SATURNO ERBACH	573	2215608-9-SSP-MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
224	JHENIFER TAMINE GOMES SOARES	803	2865811-6-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
225	KEILA FERREIRA NUNES	476	2539924-1-SEJSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
226	LARISSA CRISTINA SOUTO	394	2514135-0-SJSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
227	LENICE ALVES RUSSO	151	2281808-1-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
228	LUIZA DA SILVA REGO	351	1680031-1-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
229	MARIA MADALENA DOS SANTOS MOURA	373	2123232-6-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
230	MICHELE BATISTA DOS SANTOS	40	1543571-7-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
231	NATACHA FLORENTINO LOPES COELHO	433	2358444-0-SEJP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
232	NIVALDO LUCIO DOS SANTOS	767	7754787-SSP/SC	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
233	PATRICIA FERREIRA	201	2324565-4-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
234	RENILDA ALMEIDA ASSUNÇAO	307	1215876-3-SJ/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
235	ROSANGELA DE LIMA PINTO	321	1782164-9-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
236	ROSANGELA LUZIA DOS SANTOS GOUVEIA	765	39375070-X-SSP/SP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
237	ROSIMAR CORREIA DA SILVA	475	1942529-5-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
238	VANDERLEIA DA SILVA SOUZA ALVES	182	2314251-0-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
239	VIVIANI SILVA CRUZ	809	2815541-6-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
240	WILLIAN CRISTIAN DOMINGUES DE SOUZA	808	2298593-0-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
241	ROSICLEIA DE SOUZA	580	1911390-0SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
242	ZIZELIA ELAINE APARECIDA DA SILVA	375	3142056-7-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	

CARGO: PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR / PEDAGOGIA ZONA RURAL

N.	Candidato	Inscr.	RG	CB e CG	CE	CB e CG	CE	TG	RESULTADO	DESEMPATE
1	JOCELY GOMES DA SILVA	538	1271222-1-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	APROVADO	
2	ROSIANE NERY DE OLIVEIRA	513	1999582-2-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
3	NATIELI DA COSTA CARVALHO	543	2440518-3-SJSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
4	LETICIA APARECIDA F PELEGRINI	701	2410766-2-SEJSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	
5	SILVIA JURACI G N DE ANDRADE	546	1310928-6-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
6	SANDRA REGIANE FIGUEIREDO	509	1562465-0-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
7	ANA PAULA FERREIRA BELO	544	2074187-1-SSP/MT	3,	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
8	GRACI APARECIDA IGNACIO SOARES	516	120043 0-8-SP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
9	LURDES SOARES CONTINI	547	1921138-4-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
10	RAFAELA MELO DA SILVA	519	2097224-5-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
11	VANUZA DOS SANTOS AIOLFI	506	2419502-2-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	
12	ANGELA MARIA BUENO	545	4060586-0-SSP/PR	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
13	WILMA GOMES DA SILVA SOUZA	549	1335881-2-SSP/MT	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
14	FERNNADA ALKAE FERNANDES	714	1635241-6-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	
15	LINALDA BORGES DA SILVA	531	28335051-9-SSP/SP	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
16	GIOVANO GOTARGO	511	8359.330-0-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
17	RUTE ESTER DE PAULA	540	1938798-9-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
18	IZAC BORGES DA COSTA	532	2154713-0-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
19	SILVIA HELENA REZENDE	515	1015157-5-SJ/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
20	WESLEY MANUEL DA SILVA	527	1449792-1-SESP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
21	MARILZA FERREIRA REZENDE	715	2455216-5-SJSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
22	REGINALDO DE OLIVEIRA	529	1594249-0-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
23	ELIZABETH CRISTINA BELLEZE	533	4.676.305-6-DDP/PR	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
24	MARIA APARECIDA G M CARVALHO	703	569356-SSP/MS	2,0	1,0	1,0	1,5	2,5	DESCLASSIFICADO	

CARGO: PROFESSOR ÁREA DO CONHECIMENTO ZONA RURAL

N.	Candidato	Inscr.	RG	CB e CG	CE	CB e CG	CE	TG	RESULTADO	DESEMPATE
1	ROBERTO TEODORO SOUTO	512	1456042-9-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	APROVADO	
2	SABRINA DAMIELA J REGINO	534	12.322.017-0-SSP/PR	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	APROVADO	
3	FATIMA APARECIDA DA SILVA	717	13240487-SSP/SP	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	
4	CARINA MENDES SEMENSATO	542	1717661-1-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	
5	IONARA BARBOSA DE FREITAS	705	1995247-3-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	

CARGO: PROFESSOR MAGISTÉRIO ZONA RURAL

N.	Candidato	Inscr.	RG	CB e CG	CE	CB e CG	CE	TG	RESULTADO	DESEMPATE
1	REGEENE BRAZ SANTOS	517	3122226-9-SSP/SE	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	APROVADA	
2	LAURA PAULINA L MUNHOZ	702	5109700-9-SESP/PR	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADA	

CARGO: PROFESSOR NÍVEL MÉDIO ZONA RURAL

N.	Candidato	Inscr.	RG	CB e CG	CE	CB e CG	CE	TG	RESULTADO	DESEMPATE
1	PRISCILA APARECIDA DA SILVA	707	2298628-6-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	APROVADO	
2	SELMA GONÇALVES DE FARIAS	711	1417381-6-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	APROVADO	IDADE

3	MARIA CASSIA SOARES	505	2629988-7-SSP/SE	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	
4	ZIZEUDA GOMES DE MORAES	504	771.884-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
5	FABIANA DE FUCIO A DA SILVA	550	2618127-4-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	
6	CASSIA NASCIMENTO DE OLIVEIRA	530	2255056-9-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	
7	LUZINETE LIMA SAMPAIO	716	1478947-7-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
8	LUCIANA LEMES PEREIRA	725	2455270-4-SSP/MT	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	DESCLASSIFICADO	

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGIA ZONA URBANA

N.	Candidato	Inscr.	RG	CB e CG	CE	CB e CG	CE	TG	RESULTADO	DESEMPATE
1	ROSIANE VIOLADA	266	1018297-7-SSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	APROVADO	IDADE
2	MONIQUE ALLIE PEREIRA	242	1389209-6-SSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	APROVADO	IDADE
3	ROSELENE MAGALHAES CASTÃO	393	2083678-3-SPSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	APROVADO	IDADE
4	PALOMA SILVA SOUZA	849	15817550-54-SSP/BA	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	APROVADO	IDADE
5	GEOVANE LUZES GALVÃO	159	2410198-2-SSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	APROVADO	IDADE
6	CINTIA DAMASCENO DOS SANTOS	140	2484207-9-SSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	APROVADO	IDADE
7	ANGELA MARIA MEIRELLES DOS SANTOS	28	1124153-5-SESP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	APROVADO	IDADE
8	MARCIA RODRIGUES DA SILVA	422	1401220-0-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	APROVADO	IDADE
9	ELIZANGELA ALVES FERREIRA	472	1417133-3-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	APROVADO	IDADE
10	DENISE WURZLER	139	1511215-2-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	APROVADO	IDADE
11	JULIANA PEREIRA DA SILVA	135	1680019-2-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
12	ADRIANA GUILHERME DA ROCHA	616	1781249-6-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
13	REJANE FIGUEIREDO	34	1546379-6-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
14	CLEBER BORGES DOS SANTOS	196	1719713-9-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
15	ELISANGELA CAMILO DE SOUZA	89	1972331-8-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
16	AMANDA ROSA DE SOUZA	350	2178588-0-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
17	GISELE APARECIDA PROCOPIO	100	2020923-5-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
18	MIRIAN DOS SANTOS VITORIO	27	2025423-7-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
19	FERNANDA DOS SANTOS VITORIO	115	2025438-5-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
20	VERIDIANA S DE ALMEIDA	338	2169602-0-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
21	GESSICA MAIARA M S BRIULA	602	2513204-0-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
22	ANA PAULA DELISE MACEDO	672	2171525-4-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
23	MARIA JACQUELINE DA SILVA	217	2430163-9-SEJSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
24	MARINES PELLIZZARI DO NASCIMENTO	25	861.335-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
25	CLAUDIANE EVANGELISTA DA SILVA	404	1417114-7-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
26	OSEIAS DOS SANTOS BELARMINO	599	1546188-2-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
27	BRUNA CELESTINA P DE ALENCAR	23	2074239-8-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
28	SUELI MUNIS DA SILVA	727	1662654-0-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
29	SIMONI SANTOS DO N ROCHA	255	2076204-6-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
30	JOSE ALENTINO CAMPOS	397	904018-SSP/MT	2,0	5,0	1,0	7,5	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
31	MARIA IVONE PEREIRA GUIMARAES	95	1480325-9-SSP/MT	2,0	5,0	1,0	7,5	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
32	VALERIA M RICARDO LUDKE	774	1734301-1-SSP/MT	2,0	5,0	1,0	7,5	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
33	DIELY DE ALMEIDA	303	2120325-3-SSP/MT	2,0	5,0	1,0	7,5	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
34	KARINA BARTOLOMEU ALVES	777	1783883-5-SSP/MT	2,0	5,0	1,0	7,5	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
35	MAGALI CORREA DE LIMA	113	2350971-6-SSP/MT	2,0	5,0	1,0	7,5	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
36	CLAUDIA REGINA DE QUEIROZ	437	2412412-5-SEJP/MT	2,0	5,0	1,0	7,5	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
37	NAIARA DA SILVA T CASSIANO	212	2391045-3-SESP/MT	2,0	5,0	1,0	7,5	8,5	CLASSIFICADO	C.E
38	OSMARINA EVANGELISTA DA SILVA	760	1494841-9-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
39	PATRICIA BESERRA DOS SANTOS	748	1780686-0-SJSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
40	MAIQUELE DUARTE DOS SANTOS	448	1837925-7-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
41	ILSON ROGERIO MACHADO	561	1960890-0-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
42	MICHELI CARVALHO BORGES	312	2060993-0-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
43	CLAUDENIR MENDES DA SILVA	283	2272084-7-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
44	ESTER BARBOSA DE SOUZA	284	2298680-4SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
45	REGIANE DAMIAO LIMA	832	2447037-6-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
46	FERNANDA GASTALDI AGUIAR	316	2391017-8-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
47	KEISSIELE RIBEIRO SANTONI	679	2072568-0-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
48	TEREZA DE P DO NASCIMENTO	432	302402-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
49	ELEUSA ACIOLI SILVA	230	1502867-4-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
50	ELIANE DE LIMA SOUZA	248	1158861-6-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
51	MARCIO ADRIANO RAMOS DE OLIVEIRA	31	1568513-6-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
52	DILEUSA MAGALHAES	160	1316879-7-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
53	ELIZANGELA ARRUDA DA SILVA	319	1287031-5-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
54	CLÉDINA RAMOS DOS SANTOS	493	14173347-9-SEJSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
55	ADELIANE TOMAS DA SILVA	622	001400677-SSP/MS	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
56	LUCIANA RODRIGUES DA SILVA	614	1897080-0-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
57	VANESSA LIMA DE OLIVEIRA	304	2127854-0-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
58	SILVANA APARECIDA CARDOSO	413	2272073-1-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
59	ELIANE CRISTINA CASTILHO	463	2207099-0-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
60	PRISCYLA MARTINS HORNICH	556	2347812-8-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
61	ANDRESSA APARECIDA DA SILVA	554	2346959-5-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
62	VANESSA CAMARGO TROMBONI	38	2419525-1-SESP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
63	GENECI PAULINO BUENO	144	594692-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
64	MARIA APARECIDA DA SILVA	601	1650530-1-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
65	ELISA MARIA RODRIGUES	750	2057162-3-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
66	PATRICIA DUARTE DE BRITTO	136	6.429.474-1-SSP/PR	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
67	ELDA FLAVIA DA SILVA	609	1834129-2-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE

68	JANETE APARECIDA DOS SANTOS	246	1323972-4-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
69	LILIANE DO AMARANTE	146	1852090-1-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
70	RITA DE CASSIA BISCA	261	8535693-3-SSP/PR	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
71	SANDRA REGINA DE SOUZA MARQUES	66	1922657-8-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
72	JUSCILENE COSTA DE MELO	301	1755353-9-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
73	JOSIVAL BERNARDO DOS SANTOS	305	1945282-9-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
74	ROSECLEIA DOS SANTOS SANSANA	569	2207108-3-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
75	GESSICA FERNANDA DE OLIVEIRA	119	2267468-3-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
76	TAYNARA SANTOS RODRIGUES	347	1879952-3-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	PROLE
77	AMANDA BEZERRA	650	2330114-7-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
78	BRUNA MARIA APARECIDA AZE	617	2654977-8-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
79	DAIANE MAGALHAES CASTÃO	354	2586349-5-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
80	MARCIELY RODRIGUES DA SILVA	147	2588781-5-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
81	MARIA EDIRLENE DE ALMEIDA	829	53554951-9-SSP/SP	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
82	RAQUEL COVALSKI MARIANO	15	1183802-7-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
83	CLAUDIA ALVES LOPES	183	1623428-6-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
84	MARIA ELIANE BEZERRA DOS SANTOS	636	1417184-8-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
85	PRISCILA DE OLIVEIRA TOME	423	1536126-8-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
86	MARTA MUNIS COSTA	162	1756769-6-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
87	ADELAINE TABORDA SOUZA	400	1995349-6-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
88	NAPAULA CELESTINA P ALENCAR	344	1782147-9-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
89	MARCOS RAFAEL DE SOUZA	232	4601433-0-SSP/SC	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
90	CLASANCIA PEREIRA GOMES	231	1466162-4-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
91	ADRIANA CAVALCANTE DOS SANTOS	780	1922373-0-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
92	DAMARIA SANTOS DE C DO NASCIMENTO	56	1670109-7SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
93	EDILENE FERNADA G. DE MATOS	276	1938783-0-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
94	POLIANA BARBOSA DE LIMA	467	2233334-7-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
95	ELAINE ALVES CAMPOS	262	2329828-6-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
96	FERNANDA MARIA VOLPATO	328	2642191-7-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
97	VERA LUCIA	282	0489214-3-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
98	CLARICE DIAS BARRANCO	407	4443581-0-SSP/PR	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
99	ZILDA A DE SOUZA SILVA	551	489205-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
100	MARIA INES DA C C ASSUNÇAO	417	7505842-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
101	SUELDIVA DANTAS GARCIA	462	0882337-5-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
102	JOSEFA SANDRA SO NASCIMENTO	222	1998775-1-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
103	NADIA MARIA DE SOUZA MILESKI	203	2369570-6-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
104	ROSA GONÇALVES DE OLIVEIRA	329	1450720-0-SSP/MT	4,0	3,	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
105	MARIA CRISTINA FERNANDES BRASIL	387	1434741-5-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
106	ARTERNISIA DA SILVA REIS	124	1434718-0-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
107	MARCIELI VENANCIO PINHEIRO	838	1680345-0-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
108	ERICA TAISA DE BRITO RAIMUNDO	847	1893229-0-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
109	RAFAELA DAMASCENO DOS S BARALDI	279	2036157-2-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
110	JUCIELI BERTONCELLO	455	2076236-4-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
111	ADRIANA DA SILVA RIBEIRO	133	2076844-3-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
112	EIDVANIA BERTONCELLO MARTINS	674	2064915-9-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
113	ROSELI RIBEIRO COSTA	176	1293393-0-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
114	EVANILDA BARBOSA DE O MAZELI	70	000.576.762-SSP/MS	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
115	ROSICLEIA REGINA DE C DA CUNHA	445	1058132-4-SJ/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
116	CELINA DA SILVA REIS	205	1434743-1-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
117	ELAINE DE POLIO	477	1449933-9-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
118	GRESSIELE PEREIRA DE OLIVEIRA	647	1801110-1-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
119	LUCINETE BATISTA DA CUNHA	189	1819844-5-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
120	ELIANE ALVES CAMPOS	494	1996463-3-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
121	FLAVIA CRISTINA BOTELHO	635	1653460-3-SJSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
122	LUZIA GONÇALVES PEREIRA	378	1838072-7-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
123	ELIETE LORETTO DE ARAUJO	485	1879095-0-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
124	ELAINE RODRIGUES DE SOUZA	828	1884470-4-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
125	MARIA LETICIA MORAIS LOURENÇO	118	2280967-8-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
126	MARIA ROSANGELA DE SANTANA	491	24083410-SEJSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
127	JOANIELE PEDRO DA SILVA	460	2413515-1-SESSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
128	JESSICA NAIARA DA SILVA NOGUEIRA	83	2513203-2-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
129	SILVESTRE CAVALCANTE ZAU	60	16.658.495-2-SSP/SP	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
130	ELANIA MARIA DOS SANTOS	458	1159775-5-SJ/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
131	MARIA CELESTINA PEREIRA GOIS	757	1586083-3-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
132	OSMARINA OLERIANO F RIBEIRO	155	1176175-0-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
133	FERNANDO DANTE	654	1321491-8-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
134	ANGELITA CELESTINA ALENCAR TOMAS	392	2410782-4-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
135	AUIRES FERREIRA LUCAS	587	2413165-2-SEJSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
136	ALESSANDRA LENZ	430	1388387-9-SSP/MT	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
137	MARKELLY BIANNK FREITAS B JARDIM	726	2083290-7-SSP/MT	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
138	ROSANGELA APARECIDA DE PAIVA	306	596436-SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
139	MARIA JOSE ANTUNES MAGALHAES	257	0735695-1-SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
140	JOICE TEODORO	168	1013161-2-SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
141	SANDRA LUCIA BATISTA	8	1331860-8-SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
142	LEANDRO KREIN BERNARDI	291	1417181-3-SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
143	EDNA DE MATOS SHIMIZU	848	1459899-0SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
144	ADRIANA VENTURA SIMAO	691	1371095-8-SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE

145	FABIO RICARDO L DOS SANTOS	840	1815756-4-SSP/MT;	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
146	LETICIA DAHIANE BERTON	64	2301600-0-SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
147	DAIANE DE SOUZA ANTONIO	479	1970528-0-SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
148	LETICIA BATELO BARRETO	429	2171524-6-SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
149	ALMIRO FERREIRA DA COSTA	451	1027386-7-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
150	BRAZ RIBEIRO DA SILVA	490	12800970-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
151	DANIEL ALVES DE SOUZA	576	1813480-7-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
152	EDILEUSA BARBOSA DE SOUZA	96	961.094-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
153	EMILY DUARTE RAMOS	405	1844311-7-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
154	IZAURA CAMPANHOLI DOS SANTOS	296	32794123-6-SSP/SP	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
155	JOSILENE DIAS DE OLIVEIRA	434	4694644-SSP/PE	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
156	LEIDIANE APARECIDA DA SILVA	497	1755302-4-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
157	NAIANE CORREIA DE OLIVEIRA	583	2154138-6-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
158	ALINE DE MELO SOUZA	410	2121045-4-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
159	ANDREIA NEVES BARROS	184	5712506-SSP/PA	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
160	ENIO DOS SANTOS	447	1143003-6-SJ/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
161	IVONETE ALVES DOS SANTOS	108	519.893-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
162	MARCIANA DE PAULA	396	1096391-0-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
163	NILZA LUCAS DOS SANTOS	420	12163554-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
164	RODRIGO BORDINHAO	369	2308003-5-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
165	ROSILMA MARTINS PEREIRA	360	940319-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
166	SOLANGE ALVES DE ARRUDA	395	514577-SSP/MS	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
167	GEDEON CRISTIANO DE S SANTOS	456	1904115-2-SSP/MT	4,0	1,0	2,0	1,5	3,5	DESCLASSIFICADO	
168	MARIA APARECIDA DA COSTA FLORES	157	0691261-3-SSP/MT	4,0	1,0	2,0	1,5	3,5	DESCLASSIFICADO	
169	ELENICE DA SILVA XAVIER	461	2190507-0-SSP/MT	2,0	1,0	1,0	1,5	2,5	DESCLASSIFICADO	
170	NILCINEIA CAVALCANTE DA SILVA	474	1610749-7-SSP/MT	2,0	1,0	1,0	1,5	2,5	DESCLASSIFICADO	
171	QUEILA VIOLADA	755	1246499-6-SJ/MT	1,0	1,0	0,5	1,5	2,0	DESCLASSIFICADO	
172	ANGELICA ALVES DA SILVA	667	2373149-4SEJSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
173	CELIA APARECIDA DA SILVA	852	1524344-3-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
174	ELISON MORAES DA SILVA	763	2233658-3-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
175	FRANCIELI GUIRRO SANTOS	158	1624114-2-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
176	IGOR DIONNE DOS SANTOS PADOVAN	779	2366904-7-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
177	JANAINA KELLY NASCIMENTO MOURA	648	1832906-3-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
178	JESSICA TALITA DOS SANTOS PERGHER	414	2004832-7-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
179	MAIARA DAIANE DA SILVA OLGADO	804	1540423-4-SSPMT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
180	MARCIANA DE OLIVEIRA SANTOS	670	204384-0-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
181	MICHELI DA SILVA CAMPOS	402	2001109-1-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
182	RAFAEL RODRIGUES DA SILVA	384	2103600-4-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
183	ROSIMAGNA DA SILVA SOUZA	611	1713197-9-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
184	SIDINEI CONCEIÇAO CASTÃO	564	1973308-9-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
185	WHEVERGTON RIBEIRO DA SILVA	298	1662722-9-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	

CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL ZONA RURAL

N.	Candidato	Inscr.	RG	CB e CG	CE	CB e CG	CE	TG	RESULTADO	DESEMPATE
1	ADILSON CESARIO BRITO	536	1183899-0-SSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	APROVADO	
2	ROSANGELA FRANCISCA DA S PEREIRA	712	1844818-6-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	
3	PATRICIA TONDIN COUTINHO	501	2514139-2-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	
4	RODRIGO GOMES BRANQUINHO	508	473290-4- SSP/GO	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	
5	ERICK MACAULLI DOMINGUES	518	2861888-2-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	
6	REGIANE ESTEVO DA SILVA	521	1921052-3-SSP/MT	2,0	1,0	1,0	1,5	2,5	DESCLASSIFICADO	
7	LEONARDO DA SILVA PEREIRA	539	2715909-1-SSP/MT	2,0	0,0	1,0	0,0	1,0	DESCLASSIFICADO	
8	LUDECIR SIVAL BATISTA	514	2402913-0-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	

CARGO: TÉCNICO DESENVOLVIMENTO INFANTIL ZONA URBANA

N.	Candidato	Inscr.	RG	CB e CG	CE	CB e CG	CE	TG	RESULTADO	DESEMPATE
1	LUZIA FERREIRA BERTO	764	1215209-9-SSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	APROVADO	IDADE
2	ROSIMEIRE APARECIDA LOPES	260	1488027-0-SSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	APROVADO	IDADE
3	MARIA CLAUDIA CUSTODIO GOMES	349	1520754-4-SSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	CLASSIFICADO	IDADE
4	HEDILENE COUTINHO	661	1598785-0-SSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	CLASSIFICADO	IDADE
5	EMERSON DOS SANTOS	642	1838349-1-SSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	CLASSIFICADO	IDADE
6	FRANCIELE LUCIA DE JESUS	468	2301971-9-SSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	CLASSIFICADO	IDADE
7	ADRIANI FUHR SANTI	336	2387130-0-SSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	CLASSIFICADO	IDADE
8	LETICIA FERREIRA DOS SANTOS	41	2702613-2-SESP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	CLASSIFICADO	IDADE
9	MARIANA DA SILVA TOMADON	71	2588777-7-SSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	CLASSIFICADO	IDADE
10	ATHILLEN TAMARA MARTINS DA SILVA	54	2643426-1-SSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	CLASSIFICADO	IDADE
11	JULIANA FERREIRA DE OLIVEIRA	783	2672279-8-SSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	CLASSIFICADO	IDADE
12	MARIA EDINEIDE DOS SANTOS	69	9.118.506-SSP/PE	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	CLASSIFICADO	IDADE
13	CLEIDILAINE VEDOVETTO LEANDRO	626	2298441-0-SSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	CLASSIFICADO	IDADE
14	THAYNARA MOTA DA SILVA	337	2028487-0-SSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	CLASSIFICADO	IDADE
15	VALERIA DOS SANTOS SILVA	218	2817020-2-SESP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	CLASSIFICADO	IDADE
16	GIOVANA DA SILVA REIS	62	2466814-1-SSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	CLASSIFICADO	IDADE
17	BEATRIZ COSTA	650	2597877-2-SEJSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	CLASSIFICADO	IDADE
18	ERIKA MAISA SANTOS PADOVAN	729	2366887-3-SSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	CLASSIFICADO	IDADE
19	SALETE OLIVEIRA DE GODOY	753	2922476-4-SSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	CLASSIFICADO	IDADE
20	ZELIA GOMES PEREIRA	125	1124157-8-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
21	ELIANE TEREZINHA KLEIN	686	1035482-4-SJ/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
22	LUCIANA FREITAS APARECIDO	368	1916486-6-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE

23	CLEIDINEIA ALVES DA SILVA	571	1970029-6-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
24	NATIELLE APARECIDA BASSIQUETE	801	1878896-3-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
25	RENATA DE OLIVEIRA	651	2050935-9-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
26	GISLANE ASSUNÇAO FRIZERA	277	2308075-2-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
27	CLEIDINEIA FERREIRA L DA SILVA	678	2368577-8-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
28	LUCILENE DA SILVA COSTA	216	2199467-6-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
29	EDIELI CLEICI DOS SANTOS	830	2173137-3-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
30	VIVIANE DOS SANTOS F COUTINHO	371	2528751-6-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
31	DEBORA APARECIDA LEONEL	219	2513217-2-SEJSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
32	ADRIELE ALVES SANTOS	348	2711860-6-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
33	NARA FERNANDA GONÇALVES LISBOA	97	2383375-0-SEJP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
34	RENATA DILENBURG DELGADO	361	2557865-0-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
35	IRINA GONÇALVES DA SILVA	483	2578015-8-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
36	THALITA CAROLINE DOS S PEREIRA	169	2711688-2-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
37	BRUNA APARECIDA FARIA DE LIMA	165	2734578-5-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
38	BRUNA CAROLINA MESSIAS DA SILVA	424	2924475-7-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
39	JANAYNE ELLIOTT DA COSTA	289	2816986-7-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
40	KEITIELY RODRIGUES ALVES DA SILVA	684	2865822-1-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
41	QUELY FERNANDA B DOS SANTOS	578	2788341-8-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
42	ALINE CORREIA DOS SANTOS PEREIRA	382	2863034-3-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
43	ALESSANDRA CARMO ARAUJO	374	2570958-5-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
44	GLEICIELE DA SILVA MARCELINO	77	2901901-0-SSP/MT	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
45	JOCELIA GOMES DA SILVA	238	1364887-0-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
46	SILVIO EUZEBIO GATTI NOVACOWSKI	669	1405501-5-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
47	LEIDE DAIANE DA SILVA	243	1516960-0-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
48	MARILEI SOARES RECH	7	2324588-3-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
49	IVANI AMBROSIO GOMES	416	1612048-5-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
50	KATIA GUEDES DA SILVA	754	1706778-2-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
51	PAMELA DA SILVA MAIA	624	1742502-6-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
52	RAFAELA ABREU DOS SANTOS	78	2178703-4-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
53	FABIANA ALMEIDA DOS SANTOS	67	2604160-0-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
54	LETICIA ALVES DE SOUZA	342	2383364-5-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
55	ANA PAULA GOUVEIA DE MORAES	412	2711721-9-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
56	GESSICA TAINARA LEITE OLIVEIRA	346	2738520-5-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
57	KAROLLAINE RENATA R DE OLIVEIRA	689	2879455-9-SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
58	SANDRA IANKE	199	1477409-7-SSP/MT	2,0	5,0	1,0	7,5	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
59	JULIANA CANDIDO ANSELMO	419	45250162-3-SSP/SP	2,0	5,0	1,0	7,5	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
60	DAIANE SILVA DA ROCHA	606	16448758-10-SSP/BA	2,0	5,0	1,0	7,5	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
61	LEIDIANE BARBOSA PEREIRA	762	2528547-5-SSP/MT	2,0	5,0	1,0	7,5	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
62	DIANE PANHU BURUM	180	2901959-1-SSP/MT	2,0	5,0	1,0	7,5	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
63	CELIA MARCIA REISNER DALLA ROSA	49	9.827.226-7-SSP/PR	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
64	ORIVALDA ALVES DOS SANTOS	278	1183882-5-SJ/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
65	SANDRA APARECIDA DA SILVA	442	1417383-2-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
66	ELIANE BORGES DA COSTA SANTOS	426	1905383-5-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
67	CLEONICE DA SILVA	744	1786630-8-SJ/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
68	ANA PAULA SANCHES	221	2327713-0-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
69	WYTINA SANTANA DE OLIVEIRA	299	48150758-9-SSP/SP	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
70	KARINA RODRIGUES DE MOURA	22	2267446-2-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
71	MONIQUE GONÇALVES MORAES	772	2412400-1-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
72	JESSICA FERREIRA DE OLIVEIRA	668	2531740-7-SEJSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
73	DAIANE ALVES PIRES GUIMARAES	204	2412413-3-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
74	JHESEBEL PEREIRA DE ALMEIDA	446	2010871-0-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
75	ALINE DA SILVA PIMENTEL	745	2406795-4-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
76	THAYNA DE ARRUDA ALVES	435	2524407-8-SEJJP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
77	EMILLY ANDRESSA DA SILVA	57	2807630-3-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
78	JESSICA FERNANDA KLEIN	687	2659948-1-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
79	RUTE MACHADO RODRIGUES	12	2779551-9-SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
80	FABIANA FREITAS VERNEK	381	2389141-6-SJP/MT	1,0	5,0	0,5	7,5	8,0	CLASSIFICADO	CE
81	VILMA GOIVINHO FRANCISCO	683	0711476-1-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
82	SIRLENE CAMARGO DOS SANTOS	94	0826929-7-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
83	MARIA LUCIA DOS SANTOS	612	942937-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
84	EDILEUSA BARBOSA DA SILVA	562	1904067-9-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
85	FRANCIELE APARECIDA C DE OLIVEIRA	492	1624279-3-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
86	ROZI MARCIA APARECIDA TEIXEIRA	457	1662581-1-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
87	GUIOMAR PEREIRA DOS SANTOS	114	1578889-0-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
88	MARCIA RIBAS	343	9262442-0-SSP/PR	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
89	DANIELI COUTINHO TOBIAS	253	42921361-X-SSP/SP	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
90	ROSANGELA APARECIDA MARTINS	758	1651130-1-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
91	KATNAYHANE R E DE OLIVEIRA	831	2059203-5-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
92	LUCIANGELA BATISTA CARNEIRO	211	2173178-0-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
93	ALINE ROXADELLI DIAS	55	1973649-5-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
94	RODRIGO MARCELINO	334	1880042-4-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
95	PATRICIA DELGADO FRISKE	251	2178562-7-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
96	EDILAINE ALVES MIGUEL	693	2076630-0-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
97	ANDREIA CORDEIRO DOS SANTOS	383	2406804-7	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
98	MICHELE DA SILVA RODRIGUES	111	2382864-1-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
99	ELIANE MORAIS DE CARVALHO	837	2373114-1-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE

100	ANDRESA FERNANDA ALMEIDA FLOR	726	2588764-5-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
101	PATRICIA APARECIDA DA SILVA	834	2734588-2-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
102	ROSANA DE SOUZA BENTO	187	2744025-7-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
103	ROSICLEIA DE SOUZA BENTO	175	2744026-5-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
104	NATALIA RIPAR DOS SANTOS	671	2890552-0-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
105	ALENCAR GONÇALVES DOS S JUNIOR	229	2608187-3-SEJUP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
106	LUNARA THAIS ARAUJO MARTINS	341	2815584-0-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
107	FRANCIELE TRINDADE DOS SANTOS	122	2642197-6-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
108	RAFAELA LOPÉS DE SOUZA	208	2702334-6-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
109	PAMELLA DE SOUZA RODRIGUES	411	2879427-3-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
110	TALUZA CRISLAINE D MACANHAN	439	2466981-4-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
111	MARCOS MAGALHAES CASTAO	778	2856742-0-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
112	CARMEN CANDIDO	408	17167732-SSP/SP	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
113	MARIA HERMINDA B SANTOS	637	1298514-7-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
114	IRIS APARECIDA DA SILVA	357	1150086-7-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
115	LUZIA MATHIAS DOS SANTOS	163	1401957-4-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
116	NOEMIA BARBOSA DA SILVA	192	1536035-0-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
117	NEIDI APARECIDA PEREIRA	52	1549082-3-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
118	REGIANE DE MATOS SANTOS	340	2815594-7-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
119	CLAUDIA DO NASCIMENTO NUNES	11	214.025-SSP/RO	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
120	NAYARA COMPAGNONI TOSSI	782	2190539-8-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
121	ANDREIA BRUNA ONOFRE	850	2249434-0-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
122	RITA CRISTIANE ANDRADE DOS SANTOS	318	2386508-3-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
123	VALERIA GREIN	82	2297300-1-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
124	THAINARA NASCIMENTO DOS SANTOS	688	2080548-9-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
125	SILMARA REGINA DE AZEVEDO	746	2182692-7-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
126	TATIANE CRIVILIN CHAGAS MILHOMEM	568	2175482-9-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
127	CRISTIELE MORAES DOS SANTOS	99	2643427-0-SJSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
128	THAIS REGINA SILVA DOS SANTOS	574	2172550-0-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
129	JESSICA RIBAS BARBON	649	2297232-3-SESP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
130	REGIANE DE PAULO	68	1462530-0-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
131	RAQUEL MORAES DOS SANTOS	72	3067535-9-SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
132	ANA CARLA NASCIMENTO	42	2856804-4-SESP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
133	LUZIA APARECIDA DE OLIVEIRA	39	1018287-0-SJ/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
134	SILVIA REGINA SOARES	366	1215874-7-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
135	NEUZA PEDROZO	499	1161266-5-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
136	VALDINEIA MATHIAS DOS S E SANTOS	285	1094172-0-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
137	VANESSA BARROS SANTOS ANTUNES	18	1956070-2-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
138	KASSIANE MORAES CARDOSO	188	2141953-1-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
139	TANIA ANDRIELY DA SILVA LADEIA	179	2093839-0-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
140	CLEIDIANE PEREIRA DE AQUINO	297	6045441-SSP/PA	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
141	ANDRESSA FRANCIELE DE SOUZA LIMA	310	2542016-0-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
142	KEILA PAULA DA SILVA	300	2267616-3-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
143	MICHELE VITORIANO XAVIER	131	2039528-0-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
144	TAMIRES DA SILVA DA CONCEIÇÃO	98	052800032014-3SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
145	DANIELE FERNANDA NDA SILVA	552	2841738-0-SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
146	MICHELE FERNANDA GOUVEA CAMARA	827	1310875-1-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
147	JULIANA RODRIGUES DE LIRA	37	2008020-4-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
148	LAIS ALINE DE BRITO RAIMUNDO	453	2097282-2-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
149	ESTER RODRIGUES DA SILVA	81	2467683-7-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
150	ANA PAULA PIERETTI DOS SANTOS	558	2308025-6-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
151	ANA PAULA RONDON MENDES	178	2298721-5-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
152	KARLA APARECIDA DOS SANTOS	134	1904068-7-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
153	KARINA HULLY DOS REIS	480	2478548-2-SEJSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
154	BRUNA FERNANDA SANTOS E SOUZA	839	2341024-8-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
155	TATIELLY PRISCILA SILVA DOS SANTOS	592	2172662-0-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
156	ADRIELE LUZIA DA SILVA	805	2887034-4-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
157	RIENE SANTANA TABORDA	629	2891034-6-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
158	LUDIMILA BREVES DA SILVA	593	2956365-8-SESP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
159	LAUANE LAIS FERRAZ RICO	259	2990958-9-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
160	ANA ROMELIA CARDOSO DOS SANTOS	859	807917-SSP/MT	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
161	MARIA APARECIDA PEREIRA	313	5118542967-SSP/RS	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
162	ELENICE DE SOUZA MARQUES	621	1253900-7-SSP/MT	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
163	MARIA NEUSA DE SOUZA	376	1766234-6-SSP/MT	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
164	IRENE CLAUDIA KUNJAJUP	267	1903039-8-SSP/MT	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
165	SEBASTIÃO BORGES PEREIRA	449	1523201-8-SSP/MT	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
166	CLAUDINEIA RODRIGUES PEGO	156	2402933-5-SSP/MT	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
167	GLEICE CRISTINA DE BRITO	770	2454655-0-SSP/MT	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
168	CRISTINA COLOGE DE SOUZA	164	2115712-0-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
169	CECILIA GOMES DA SILVA	638	001353824-SSP/MS	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
170	TATIANE SILVA DO CARMO	372	1643307-6-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
171	FRANCIELE PEREIRA DOS SANTOS	200	1875229-2-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
172	DIELDA SANTANA SANTOS	110	2319172-4-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
173	MAYARA CRISTINA CAMPOS BARBOSA	572	231794-9-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
174	ARNALDO CORREIA DA SILVA JUNIOR	145	2649299-7-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
175	SIMONE DA SILVA RIBEIRO	464	2739189-2-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
176	ANA CAROLINA DE ARAUJO	206	62732040-5-SSP/SP	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE

177	BEATRIZ DE FATIMA DA SILVA	450	1921158-9	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
178	ROSANO PAS DE SANTANA	557	2813752-3-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
179	FERNANDA NATALIA ISTOSKI TABORDA	652	2722415-5-SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
180	EUFRIDA CLARA DA SILVA	327	1582508-6-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
181	ROSELI LOPES GOTARDO	403	1563940-1-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
182	EDNA MARIA DE SOUZA SANTANA	105	1578226-3-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
183	CLEIDE FERREIRA ASSUNÇAO	302	1434634-6-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
184	VANIA NERY MIRANDA	132	1520775-7-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
185	DANIELE APARECIDA DE B BORCHARDT	149	1663118-8-SJSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
186	ROSIMEIRE DE JESUS SANTOS	239	1909637-2-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
187	FABIANA JERONIMO DA SILVA	331	1921167-8-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
188	PAMELA DA SILVA KELLER	500	1907648-7-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
189	PATRICIA PEREIRA GUERRA	26	1965918-0-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
190	GESSICA LAUDIR GOMES FERNANDES	632	2272121-5-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
191	NAIARA ELEOTERIO C DA CUNHA	185	2319518-5-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
192	CARLA LEONCIO DA COSTA	363	3027226-2-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
193	EDUARDO SOLANO DAMIN DA SILVA	245	2668368-7-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
194	ISADORA PINHEIRO RAMIREZ	639	47286205-4-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
195	ALINE FRANCIELE COLARES	391	2780463-1-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
196	MARIA APARECIDA DE SOUZA	428	1238555-7-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
197	MARINA PEREIRA DA SILVA	358	2008336-0-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
198	SOLANGE SIGNORI ALMEIDA	489	1680043-5-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
199	SIRLENE BATISTA DO NASCIMENTO	330	1166991-8-SJ/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
200	ROSANA DE BITTENCOURT MARTINS	386	1779482-0-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
201	ADRIANA POSTAI	465	1742486-0-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
202	QUELI CUNHA CORREIA	1	2013786-9-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
203	DEYZIANE APARECIDA RODRIGUES	735	2136397-8-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
204	CINTIA NATALIA BONIFACIO	126	2263521-1-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
205	PATRICIA APARECIDA MORANI	481	2242105-0-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
206	JAQUELINE DA SILVA B DE SOUZA	739	1300625-SSP/TO	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
207	GESSICA CAROLINE DOS S ALMEIDA	288	2834773-0-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
208	KETLEN LUANA PINHEIRO VELLO	858	2466804-4-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
209	JOSERLI LOPES	181	2942644-8-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
210	NATASHA ALESSANDRA S DOS REIS	440	2825694-8-SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
211	GUSTAVO BRUNO JACOB DOS PASSOS	58	1763736-2-SESP/MT	5,0	2,0	2,5	3,0	5,5	CLASSIFICADO	CE
212	ELAINE CRISTINA DOS SANTOS	359	1500756-1-SSP/MT	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
213	JOSIELE HONORIO DA SILVA	673	2466982-2-SSP/MT	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
214	MARIA ELIZANIA FEITOSA LIMA	641	2207194-6-SSP/MT	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
215	FRANCIELLE CAROLINE S DE OLIVEIRA	965	2308285-2-SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	CE
216	ANGESCA LEINY DA SILVA SANTOS	43	10.575.050-1SESP/MT	0,0	3,0	0,0	4,5	4,5	DESCLASSIFICADO	
217	CELIA PEREIRA DO VALE	768	1434672-9-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
218	LAUANA EDUARDA GRUPO	751	2214069-7-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
219	LUCIANE APARECIDA DOS SANTOS	690	9254360-9-SSP/PR	0,0	3,0	0,0	4,5	4,5	DESCLASSIFICADO	
220	RUBIANA SOUZA DA SILVA	228	1582486-1-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
221	TANIA XAVIER DAS CHAGAS MARQUES	851	1596493-0-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
222	THAIS SILVA DE CARVALHO	398	2915240-2-SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
223	VERA DE OLIVEIRA MORAES	643	1215259-5SJ/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
224	ADRIANA CAVALCANTE	93	001130439-SSP/MS	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
225	ADRIANA TOTTI DE SOUZA E SOUZA	588	1680156-3-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
226	ADRIELE FERNNADA DOS SANTOS GOBI	627	2484208-7-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
227	ELIAS GABRIEL CEARA	608	2297035-5-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
228	FATIMA DE SOUZA MARQUES	61	1529718-7-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
229	LEANDRA CELMA WOLF	356	1070966-5-SJ/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
230	RAFAEL HENRIQUE NASCIMENTO ALVES	309	2452415-8-SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
231	JEFERSON RODRIGUES DA SILVA	29	2247067-0- SESP/MT	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	DESCLASSIFICADO	
232	SUELENE APARECIDA DE OLIVEIRA	495	2373099-4-SSP/MT	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	DESCLASSIFICADO	
233	ANGELA DA SILVA SERAFIM	120	1215166-1-SSP/MT	3,0	1,0	1,5	1,5	3,0	DESCLASSIFICADO	
234	CAROLINA GONÇALVES SILVA	263	12640845-5-SSP/PR	3,0	1,0	1,5	1,5	3,0	DESCLASSIFICADO	
235	MARILZA ROSA DA SILVA SANTOS	595	1819996-8-SSP/MT	0,0	2,0	0,0	3,0	3,0	DESCLASSIFICADO	
236	ADAIR ZAROCHINSKI	292	1841522-9-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
237	ADILSON PEREIRA DA SILVA JUNIOR	694	2471316-3-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
238	ADRIANA DE SOUZA SILVA	252	1932072-8-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
239	ALINE FERNANDA DA S GONÇALVES	603	2715082-8-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
240	ALY KELLY ALICE DOS S CARVALHO	682	2571992-0-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
241	ANA MARIA RODRIGUES BELO	86	2317291-6-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
242	ANTONIO APARECIDO GOMES NETO	466	2520158-1-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
243	ARIEL GARCIA ALEXANDRE	106	2625049-7-SEJSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
244	BARBARA CRUZ DA SILVA	209	2337054-8-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
245	BRUNA JANAINA AMARO	141	2301622-1-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
246	CLARICE DE ARAUJO LOPES	227	1475774-5-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
247	DANIELA MARA CAMARA DOS SANTOS	6	2242250-1-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
248	DANIELLE CRISTINA ZAUZA	46	1154592-5-SJ/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
249	DIANE KELLI DA CUNHA	210	1881070-5-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
250	DIRCE LIMA VIOLADA	836	1780700-0-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
251	ELIETE ALVES TEIXEIRA	620	1615096-1-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
252	ELIZETE RAQUEL DOS SANTOS	618	2897230-9-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
253	ERICKA UBALDO DE BRITO	76	1324783-2-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	

254	FERNANDA ALINE SAVARIS TOLIN	488	2003779-1-SESP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
255	FRANCIELE BRANDAO ROCHA	577	2074163-4-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
256	FRANCISLAINE BUENO DE MELO	454	2410244-0-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
257	GILVANEIDE FLORENCIO DOS SANTOS	769	2681430-7-SSP/SE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
258	JANAINA CABRAL DA SILVA	734	001641021-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
259	JANAINA DE MELO SOUZA	250	2576223-0-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
260	JENIFER MACKIEVICZ ARIAS	860	60773160-6-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
261	JESSICA LORRAYNE DA SILVA SANTOS	586	2772777-7-SESP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
262	KELLI CRISTINA FERREIRA SANTOS	833	1126412-8-SJ/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
263	KERLIN TEREZINHA FLORES	566	2223361-1-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
264	LUCIANE DE FATIMA SEREIA	377	8473350-4-SSP/PR	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
265	LUDIMILA LOPES DINIZ	697	2576225-7-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
266	MARIA ALVES DOS SANTOS	427	857030-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
267	MARIA HELENA NESPOLO DA SILVA	107	0847080-4-SEJSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
268	MARLI APARECIDA FLORES	589	1635248-3-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
269	MARLON UVIDA BORGES	389	1740807-5-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
270	MARTA PEREIRA LIMA	478	212481-7-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
271	MAXISLEIDE LOPES DE SOUZA	224	2498237-7-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
272	MICHELE MAINE BISPO ALVES	565	38829910-1-SSP/SP	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
273	NILENE LIMA DA SILVA	362	1565735-3-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
274	SILAINE FERREIRA RAMOS	766	1624106-1-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
275	SIMONE APARECIDA P DE PAULA	143	2419357-7-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
276	THIARLES MICHEL S DE ALMEIDA	240	2299703-2-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
277	VALERIA DA SILVA S ALVES	172	27346722-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
278	VANESSA FRIZZERA DAS CHAGAS	597	2734681-1-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
279	VIVIANE BATISTA DE OLIVEIRA	623	1407304-8-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
280	WANESSA FRIZZERA DAS CHAGAS	567	2734681-1-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
281	WESLEI ALMIR GONÇALVES DA SILVA	773	2037118-7-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	
282	CAROLINE MINOZZO MALAQUIAS	564	2642192-5-SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	DESCLASSIFICADO	

CARGO: TÉCNICO DESENVOLVIMENTO INFANTIL ZONA RURAL

N.	Candidato	Inscr.	RG	CB e CG	CE	CB e CG	CE	TG	RESULTADO	DESEMPATE
1	PATRICIA CALVALCANTE DA SILVA	537	2463974-5-SSP/MT	5,0	5,0	2,5	7,5	10,0	APROVADO	
2	GEOVANA GOMES PEREIRA	704	2753202-0-SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	
3	SANDRA ROSELI BUCHELT	525	1423995-7-SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	
4	IVONEIDE MARIA PINHEIRO JULIAO	548	0817572-1-SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE VINCULAÇÃO Nº 027/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS Nº 078/2012 ORIUNDO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2012.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE JURUENA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Avenida 04 de Julho, nº 360, Bairro Centro, Juruena/MT, inscrito no CNPJ sob o nº 24.950.461/0001-93, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal Sra. **Sandra Josy Lopes de Souza**, brasileira, casada, portadora do CPF nº 747.198.402-30 e do RG nº 698.611 SSP/RO, residente e domiciliada na Avenida 04 de julho, nº 153, Bairro Vila Nova - Juruena/MT e o seu Regime Próprio de Previdência Social denominado legalmente **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JURUENA - PREVI-JURUENA**, Fundo Contábil regulado pela Lei Municipal nº 582, de 16 de fevereiro de 2016, devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº 37.464.955/0001-10, sediada na Avenida 04 de Julho, nº 360, Bairro Juruena/MT, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração Sr. **Rodolfo Pereira Dias**, brasileiro, casado, portador do CPF nº 198.834.719-04 e do RG nº 1206124 SSP/PR, residente e domiciliado na Rua Cerejeiras, nº 151, Bairro Juruena/MT, doravante denominados **CONTRATANTES e a ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.234.260/0001-21, sediada na Avenida Rubens de Mendonça, 3.920, no Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, neste ato representada por seu Presidente **Neurilan Fraga**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 0042840-0 SSP/MT, CPF nº 063.907.691-34, residente e domiciliado na Avenida Valentin Peron, nº 66, Bairro Centro, CEP: 70. 430-000, Nortelândia/MT, doravante denominada AMM E **COORDENADOR DO PROGRAMA AMM-PREVI**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Vinculação nº 027/2013 ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Técnicos nº 078/2012, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e legislação correlata, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência de que trata a Cláusula Terceira do Termo de Vinculação nº 027/2013, nos termos do § 4º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência de que trata a Cláusula Terceira do Termo de Vinculação nº 027/2013 fica prorrogado para 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO

Na execução do presente termo aditivo observar-se-á o preço previsto na cláusula terceira do contrato nº 078/2012 com a alteração prevista na cláusula segunda do segundo termo aditivo firmado em 11 de dezembro de 2017, publicado no jornal oficial eletrônico dos municípios de Mato Grosso do dia 13 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições contidas no Instrumento original do Termo de Vinculação nº 027/2013.

CLÁUSULA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá aos CONTRATANTES à publicação do extrato deste Termo Aditivo na imprensa oficial, conforme dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei n° 8. 666/93

CLÁUSULA SEXTA: DO FORO

O foro do presente Termo Aditivo será o da Comarca dos CONTRATANTES, excluído qualquer outro.

E, por estarem de acordo, foi o presente Termo Aditivo lavrado em três vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Cuiabá/MT, 15 de dezembro de 2017.

ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

Neurilan Fraga – Presidente

MUNICÍPIO DE JURUENA

Sandra Josy Lopes de Souza - Prefeita Municipal

Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE JURUENA - PREVI-JURUENA

Rodolfo Pereira Dias – Secretário Municipal de Administração

Contratante

Testemunhas:

1. Renato Ferreira de Santana Lara 2. Lieda Resende Brito

R.G. n.º 0742716-6 SSP/MT R.G. n.º 392034 SSP/MT

C.P.F. n.º 569.651.251-87 C.P.F. n.º 304.817.911-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA

LEI Nº 1094 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

LEI Nº 1094 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

*Autoriza o Município de Juscimeira-MT a participar do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde/Medicamentos e Sserviços- " **CONSUSMT** " e a ratificar o Protocolo de Intenções firmado entre os Municípios de Acorizal;Água Boa; Alta Floresta; Alto Araguaia; Alto Boa Vista; Alto Garças; Alto Paraguai; Alto Taquari; Apiacás; Araguaiana; Araguainha; Araputanga; Arenápolis; Aripuanã; Barão de Melgaço; Barra do Bugres; Barra do Garças; Bom Jesus do Araguaia; Brasnorte; Cáceres; Campinápolis ; Campo Novo do Parecis; Campo Verde; Campos de Júlio; Canabrava do Norte; Canarana; Carlinda; Castanheira; Chapada dos Guimarães; Cláudia; Cocalinho; Colíder; Colniza; Comodoro; Confresa; Conquista d`Oeste; Cotriguaçu; Cuiabá; Curvelândia; Denise; Diamantino; Dom Aquino; Feliz Natal; Figueirópolis D`Oeste; Gaúcha do Norte; General Carneiro; Glória d`Oeste; Guarantã do Norte; Guiratinga; Indiavaí; Ipiranga do Norte; Itanhangá; Itaúba; Itiquira; Jaciara; Jangada; Jauru ; Juara; Juína; Juruena; Juscimeira; Lambari d`Oeste; Lucas do Rio Verde; Luciara; Marcelândia; Matupá; Mirassol D`Oeste; Nobres; Nortelândia; Nossa Senhora do Livramento; Nova Bandeirantes; Nova Brasilândia; Nova Canaã do Norte; Nova Guarita; Nova Lacerda; Nova Marilândia; Nova Maringá; Nova Monte verde; Nova Mutum; Nova Nazaré; Nova Olímpia; Nova Santa Helena; Nova Ubiratã; Nova Xavantina; Novo Horizonte do Norte; Novo Mundo; Novo Santo Antônio; Novo São Joaquim; Paranaíta; Paranatinga; Pedra Preta; Peixoto de Azevedo; Planalto da Serra; Poconé; Pontal do Araguaia; Ponte Branca; Pontes e Lacerda; Porto Alegre do Norte; Porto dos Gaúchos; Porto Esperidião; Porto Estrela; Poxoréu; Primavera do Leste; Querência; Reserva do Cabaçal; Ribeirão Cascalheira; Ribeirãozinho; Rio Branco; Rondolândia; Rondonópolis; Rosário Oeste; Salto do Céu; Santa Carmem; Santa Cruz do Xingu; Santa Rita do Trivelato; Santa Terezinha; Santo Afonso; Santo Antônio do Leste; Santo Antônio do Leverger; São Félix do Araguaia; São José do Povo; São José do Rio Claro; São José do Xingu; São José dos Quatro Marcos; São Pedro da Cipa; Sapezal; Serra Nova Dourada; Sinop; Sorriso; Tabaporã; Tangará da Serra; Tapurah; Terra Nova do Norte; Tesouro; Torixoréu; União do Sul; Vale de São Domingos; Várzea Grande; Vera; Vila Bela Santíssima Trindade; Vila Rica e dá outras providências*

MOISES DOS SANTOS, Prefeito Municipal De Juscimeira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar a participação do Município de Juscimeria-MT no Consórcio Intermunicipal de Saúde/Medicamentos e Serviços , denominado **CONSUSMT** ", ratificando o Protocolo de Intenções, firmado em 10 de julho de 2017 entre os municípios de **Acorizal;Água Boa; Alta Floresta; Alto Araguaia; Alto Boa Vista; Alto Garças; Alto Paraguai; Alto Taquari; Apiacás; Araguaiana; Araguainha; Araputanga; Arenápolis; Aripuanã; Barão de Melgaço; Barra do Bugres; Barra do Garças; Bom Jesus do Araguaia; Brasnorte; Cáceres; Campinápolis ; Campo Novo do Parecis; Campo Verde; Campos de Júlio; Canabrava do Norte; Canarana; Carlinda; Castanheira; Chapada dos Guimarães; Cláudia; Cocalinho; Colíder; Colniza; Comodoro; Confresa; Conquista d`Oeste; Cotriguaçu; Cuiabá; Curvelândia; Denise; Diamantino; Dom Aquino; Feliz Natal; Figueirópolis D`Oeste; Gaúcha do Norte; General Carneiro; Glória d`Oeste; Guarantã do Norte; Guiratinga; Indiavaí; Ipiranga do Norte; Itanhangá; Itaúba; Itiquira; Jaciara; Jangada; Jauru ; Juara; Juína; Juruena; Juscimeira; Lambari d`Oeste; Lucas do Rio Verde; Luciara; Marcelândia; Matupá; Mirassol D`Oeste; Nobres; Nortelândia; Nossa Senhora do Livramento; Nova Bandeirantes; Nova Brasilândia; Nova Canaã do Norte; Nova Guarita; Nova Lacerda; Nova Marilândia; Nova Maringá; Nova Monte verde; Nova Mutum; Nova Nazaré; Nova Olímpia; Nova Santa Helena; Nova Ubiratã; Nova Xavantina; Novo Horizonte do Norte; Novo Mundo; Novo Santo Antônio; Novo São Joaquim; Paranaíta; Paranatinga; Pedra Preta; Peixoto de Azevedo; Planalto da Serra; Poconé; Pontal do Araguaia; Ponte Branca; Pontes e Lacerda; Porto Alegre do Norte; Porto dos Gaúchos; Porto Esperidião; Porto Estrela; Poxoréu; Primavera do Leste; Querência; Reserva do Cabaçal; Ribeirão Cascalheira; Ribeirãozinho; Rio Branco; Rondolândia; Rondonópolis; Rosário Oeste; Salto do Céu; Santa Carmem; Santa Cruz do Xingu; Santa Rita do Trivelato; Santa Terezinha; Santo Afonso; Santo Antônio do Leste; Santo Antônio do Leverger; São Félix do Araguaia; São José do Povo; São José do Rio Claro; São José do Xingu; São José dos Quatro Marcos; São Pedro da Cipa; Sapezal; Serra Nova Dourada; Sinop; Sorriso; Tabaporã; Tangará da Serra; Tapurah; Terra Nova do Norte; Tesouro; Torixoréu; União do Sul; Vale de São Domingos; Várzea Grande; Vera; Vila Bela Santíssima Trindade; Vila Rica** com a finalidade de instituir o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde/Medicamentos e serviços- "CONSUSMT", sob a forma de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado com base na Lei 11.107/2015, Decreto 6.017/2007 assim como as leis 13.019/2014 e 13. 204/2015 leis das Organizações Civis.

Parágrafo único. Constitui objeto do presente Protocolo de Intenções a cooperação entre os partícipes a gestão associada de saúde com a finalidade específica de operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica por meio da aquisição e distribuição de medicamentos, insumos, equipamentos e serviços com destinação exclusiva à população usuária do Sistema Único de Saúde nos municípios de Mato Grosso.

Art. 2º. O Estatuto do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso, "CONSUSMT" disporá sobre à organização e o funcionamento de cada um dos seus órgãos constitutivos.

Art. 3º. Os entes consorciados poderão ceder servidores públicos ao Consórcio, na forma e condições da legislação de cada um.

Art. 4º. O valor dos recursos financeiros, quando necessários para o cumprimento do contrato de rateio e ou para outro instrumento jurídico permitido pela gestão associada de serviços do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso, "CONSUSMT" previsto no art. 8°, da Lei n°. 11.107/2005 e Decreto n°. 6.017/2007, deverão estar consignados em rubrica específica nas Leis Orçamentárias em vigência.

§ 1º. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam.

§ 2º. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º. Os entes Consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio Público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº. 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes Consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente Consorciado na conformidade com os elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

§ 5º. Poderá ser excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em nas suas Leis Orçamentárias futuras ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Art. 5º Para atender as despesas, decorrentes da execução da presente Lei, serão utilizados recursos provenientes da dotação orçamentária, constante no orçamento vigente.

Art. 6º. A retirada do ente consorciado do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante na assembleia geral, na forma previamente disciplinada no Protocolo de Intenções do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso, "CONSUSMT".

Parágrafo único. Os bens destinados ao Consórcio Público pelo consorciado que se manifesta formalmente a intenção de destituir-se do Consórcio, somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou alienação.

Art. 7º. A alteração ou extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, ratificado mediante lei por todos os entes Consorciados.

Art. 8º. Aplica-se ao Consórcio Público o disposto na Constituição Federal, Lei nº11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto n°. 6.017/2007, de 17 de janeiro de 2007 e a Lei n° 13.019/2014e 13.204/2015.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Juscimeira-MT, aos 23 de novembro de 2017.

MOISÉS DOS SANTOS

PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 048/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 048/2017

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2017

CONTRATADA: BORTOLOZZO E FREITAS LTDA – ME

CNPJ: 22.727.211/0001-63

OBJETO DO CONTRATO: A AQUISIÇÃO COM O FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, DESTINADOS À FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 4 (QUATRO) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 ATÉ 30 DE ABRIL DE 2018.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NO ARTIGO 57 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 005/2014

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 005/2014

CONTRATANTE: LAMBARI – PREVI.

CONTRATADA: P.H.DA C. FERREIRA ASSESSORIA PÚBLICA.

PRAZO E VIGENCIA DO CONTRATO: O PRESENTE ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS À PARTIR DE 01(PRIMEIRO) DE JANEIRO DE 2018 À 31 (TRINTA E UM) DE DEZEMBRO DE 2018.

VALOR: DÁ-SE A ESSE TERMO ADITIVO O VALOR DE R$ 15.720,00 (quinze mil, setecentos e vinte reais), VALOR BRUTO. O ATUAL CONTRATO SERÁ PAGO EM 12 (dose) PARCELAS MENSAIS DE R$ 1. 310,00 (Hum mil , trezentos e dez reais)**,** NOS MOLDES DO CONTRATO ORIGINAL.

ORIGEM: CONTRATO Nº 005/2014.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

FUNDAMENTO: O PRESENTE TERMO ADITIVO, APRESENTA EMBASAMENTO LEGAL NO ART. 57, PARÁGRAFO 1º, INCISO II DA LEI Nº 8. 666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

LAMBARI D´OESTE – MT, 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIRETOR EXECUTIVO – NÉLITON DA SILVA MOTA.

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2014

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2014

CONTRATANTE: LAMBARI – PREVI.

CONTRATADA: : JUSSEMAR REBULI PINTO -ME

PRAZO E VIGENCIA DO CONTRATO: O PRESENTE ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 (DOSE) MESES, CONTADOS À PARTIR DE 01(PRIMEIRO) DE JANEIRO DE 2018 À 31 (TRINTA E UM) DE DEZEMBRO DE 2018.

VALOR: DÁ-SE A ESSE TERMO ADITIVO O VALOR DE R$ 15.675,00 (Quinze mil, seiscentos e setenta e cinco reais), VALOR BRUTO. O ATUAL COTRATO SERÁ PAGO EM 12 (dose) PARCELAS MENSAIS DE R$ 1.306,25 (Hum mil , trezentos e seis reais e vinte e cinco centavos)**,** NOS MOLDES DO CONTRATO ORIGINAL.

ORIGEM: CONTRATO Nº 004/2014.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

FUNDAMENTO: O PRESENTE TERMO ADITIVO, APRESENTA EMBASAMENTO LEGAL NO ART. 57, PARÁGRAFO 1º, INCISO II DA LEI Nº 8. 666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

LAMBARI D´OESTE – MT, 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIRETOR EXECUTIVO – NÉLITON DA SILVA MOTA.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 009/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 009/2017

CONTRATADA: NEONET SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMIDIA LTDA - ME

CNPJ: 13.739.410/0001-09

OBJETO DO CONTRATO: FORNECIMENTO DE INTERNET BANDA LARGA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM GERAL, CONFORME NECESSIDADE; PARA ATENDER AO POSTO DO CARTÓRIO ELEITORAL, SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ESCOLA MUNICIPAL FERNÃO DIAS PAES, ESCOLA MUNICIPAL EXPEDITO BARBOSA, CONSELHO TUTELAR, DELEGACIA DE POLICIA MILITAR, SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL EMMA DELLAPARTE VITTORAZZI (CRECHE).

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 11 (ONZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 ATÉ 30 DE NOVEMBRO DE 2018.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 049/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 049/2017

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2017

CONTRATADA: AUTO POSTO SANTIAGO LTDA – EPP

CNPJ: 24.705.071/0001-58

OBJETO DO CONTRATO: A AQUISIÇÃO COM O FORNECIMENTO PARCELADO DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, DESTINADOS À FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 4 (QUATRO) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 ATÉ 30 DE ABRIL DE 2018.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NO ARTIGO 57 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2015

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2015

CONTRATANTE: LAMBARI – PREVI.

CONTRATADA: : I.F.CONSULTORIA ATUARIAL LTDA.

PRAZO E VIGENCIA DO CONTRATO: O PRESENTE ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS À PARTIR DE 01(PRIMEIRO) DE JANEIRO DE 2018 À 31 (TRINTA E UM) DE DEZEMBRO DE 2018.

VALOR: DÁ-SE A ESSE TERMO ADITIVO O VALOR DE R$** 9.540,00 (NOVE MIL QUINHENTOS E QUARENTA REAIS) VALOR BRUTO. O ATUAL CONTRATO SERÁ PAGO EM 12 (dose) PARCELAS MENSAIS DE R$ 795,00 (SETECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS),** NOS MOLDES DO CONTRATO ORIGINAL.

ORIGEM: CONTRATO Nº 004/2015.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

FUNDAMENTO: O PRESENTE TERMO ADITIVO, APRESENTA EMBASAMENTO LEGAL NO ART. 57, PARÁGRAFO 1º, INCISO II DA LEI Nº 8. 666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

LAMBARI D´OESTE – MT, 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIRETOR EXECUTIVO – NÉLITON DA SILVA MOTA.

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2017.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2017.

CONTRATANTE: LAMBARI – PREVI.

CONTRATADA: P.H.DA C. FERREIRA ASSESSORIA PÚBLICA.

PRAZO E VIGENCIA DO CONTRATO: O PRESENTE ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS À PARTIR DE 01(PRIMEIRO) DE JANEIRO DE 2018 À 31 (TRINTA E UM) DE DEZEMBRO DE 2018.

VALOR: DÁ-SE A ESSE TERMO ADITIVO O VALOR DE R$ 26.149,92 (vinte e seis mil, cento e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos). VALOR BRUTO. O ATUAL CONTRATO SERÁ PAGO EM 12 (dose) PARCELAS MENSAIS DE **R$ 2.179,16, (Dois mil , cento e setenta e nove reais e dezesseis centavos),** NOS MOLDES DO CONTRATO ORIGINAL.

ORIGEM: CONTRATO Nº 004/2017.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

FUNDAMENTO: O PRESENTE TERMO ADITIVO, APRESENTA EMBASAMENTO LEGAL NO ART. 57, PARÁGRAFO 1º, INCISO II DA LEI Nº 8. 666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

LAMBARI D´OESTE – MT, 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIRETOR EXECUTIVO – NÉLITON DA SILVA MOTA.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 062/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 062/2017

CONTRATADA: CONTROL – ANÁLISES DE ÁGUA E EFLUENTES LTDA - ME

CNPJ: 14.936.584/0001-16

LICITAÇÃO: DISPENSA N.º 005/2017

OBJETO DO CONTRATO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ANÁLISES LABORATORIAIS AO DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE– MT.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 (DOZE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO NO ARTIGO 57, INCISO II DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 005/2017.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 005/2017.

CONTRATANTE: LAMBARI – PREVI.

CONTRATADA: LIDER CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.

PRAZO E VIGENCIA DO CONTRATO: O PRESENTE ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 12 (DOSE) MESES, CONTADOS À PARTIR DE 01(PRIMEIRO) DE JANEIRO DE 2018 À 31 (TRINTA E UM) DE DEZEMBRO DE 2018.

VALOR: DÁ-SE A ESSE TERMO ADITIVO O VALOR DE R$ 28.125,00 (Vinte e oito mil, cento e vinte e cinco reais). O ATUAL CONTRATO SERÁ PAGO EM 12 (dose) PARCELAS MENSAIS DE R$ 2.343,75 (Dois mil , trezentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**,** NOS MOLDES DO CONTRATO ORIGINAL.

ORIGEM: CONTRATO Nº 005/2017.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

FUNDAMENTO: O PRESENTE TERMO ADITIVO, APRESENTA EMBASAMENTO LEGAL NO ART. 57, PARÁGRAFO 1º, INCISO II DA LEI Nº 8. 666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

LAMBARI D´OESTE – MT, 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

DIRETOR EXECUTIVO – NÉLITON DA SILVA MOTA.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 038/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 038/2017

LOCADOR: SEBASTIÃO SILVA GOMES

CPF: 110.090.201-53

OBJETO DO CONTRATO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA AVENIDA BOA VISTA, Nº 148-N, ESQUINA COM A RUA SEPOTUBA, COMPOSTO DE 02 (DOIS) SALÕES COMERCIAIS, MEDINDO APROXIMADAMENTE 300 M2, QUE SERÃO DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, PARA FUNCIONAMENTO DO CRAS.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 09 (NOVE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 ATÉ 30 DE SETEMBRO DE 2018 E O ACRÉSCIMO DE MAIS UMA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA, ORIUNDA DO PROGRAMA PAIF, QUE SERVIRÁ COMO SEGUNDA OPÇÃO PARA O PAGAMENTO DA REFERIDA LOCAÇÃO.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA CLÁUSULA QUARTA DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NO ARTIGO 57 DA LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 047/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 047/2017

LOCADORA: SELMA MAFORTE

CPF: 906.046.601-20

OBJETO DO CONTRATO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NA AVENIDA BOA VISTA, Nº 2.818, CENTRO, EM LAMBARI D'OESTE – MT, DESTINADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ORIGINAL POR MAIS 09 (NOVE) MESES, CONTADOS A PARTIR DE 31 DE DEZEMBRO DE 2017 ATÉ 30 DE SETEMBRO DE 2018.

FUNDAMENTO: O PRESENTE ADITIVO ENCONTRA EMBASAMENTO LEGAL NA CLÁUSULA QUARTA DO REFERIDO CONTRATO, BEM COMO NO ARTIGO 57 LEI N.º 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

DA RATIFICAÇÃO: AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO EM REFERÊNCIA PERMANECEM INALTERADAS E SÃO PELO PRESENTE TERMO ADITIVO, RATIFICADAS.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 965/2017 - DISPÕE SOBRE PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO MUNICÍPIO DE MARCELÂNDIA - MT COM SEU REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS.

DATA: 19 de dezembro de 2017

Dispõe sobre parcelamento de débitos do Município de Marcelândia - MT com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

O Prefeito Municipal de Marcelândia - MT, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber que a Câmara Municipal de Marcelândia - MT aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento dos débitos do Município de Marcelândia - MT com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Marcelândia - MT, relativos a competências de junho de 2017 a novembro de 2017, em até 37 (trinta e sete) prestações mensais, iguais e consecutivas, nos termos do artigo 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, na redação das Portarias MPS nº 21/2013 e nº 307/2013:

Parágrafo único. É vedado o parcelamento, para o período a que se refere o caput deste artigo, de débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas e de débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias.

Art. 2º Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo IGPM acrescido de juros simples de 1% um por cento ao mês e multa de 2% dois por cento, acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento.

§ 1º. As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo IGPM, acrescido de juros simples de 1% um por cento ao mês,acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês do pagamento.

§ 2º. As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo IGPM, acrescido de juros simples de 1% um por cento ao mês, e multa de 2% dois por cento,acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento até o mês do efetivo pagamento.

§ 3° Osíndices para atualizações especificas no artigo 2° atendem ao disposto na Lei Complementar 07/2005 de 20/12/2005 Código Tributários Municipal, artigos 142 e 285, conforme caput.

Art. 3º Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Marcelândia – MT, 19 de dezembro de 2017.

_____

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº 004/2017

Pelo presente instrumento particular de **TERMO DE RESCISÃO,** o **MUNICÍPIO DE MARCELANDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Guairá nº 777, Marcelândia - MT, inscrito junto ao CNPJ sob o n.º 03.238.987/0001-75, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE**, brasileiro, residente e domiciliado a Rua Ema de Carli Fogo n° 241, portador do **RG. M-930500 SSP/MG**, CPF **174.151.101-10,** e a Sr. **GEAZY ALVES LACERDA** brasileiro, maior,portador do **RG nº 23438827 SSP/MT** e **CPF sob nº 043.763.431-02,** residente e domiciliado a Av. São Paulo n° 309 – Centro, Analândia do Norte, Município de Marcelândia, Mato Grosso, na qualidade de contratado, tem justo e firmado entre si este **Termo de Rescisão Contratual.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo tem por objetivo a rescisão do contrato de prestação de serviço na função de **Motorista**, carga horária 40 horas semanais junto a Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o contrato de que trata a Cláusula primeira, a partir de **22 de dezembro de 2017**, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente á obrigação assumida no ajuste ora rescindida.

CLÁUSULA TERCEIRA – As partes elegem o Fórum da Comarca de Marcelândia – MT, para dirimir dúvidas oriundas do presente termo.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, sendo subscrito por duas testemunhas.

Marcelândia MT, 06 de dezembro de 2017.

Contratante: **Arnóbio Vieira de Andrade**

Prefeito Municipal

Contratado:

GEAZY ALVES LACERDA

Testemunhas:

Cleide Ribeiro Alves Sonia Martinis

CPF: 630.632.391.00 CPF: 581.754.581.00

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 966/2017 - AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, POR PRAZO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DATA: 19/12/2017

SÚMULA: AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, POR PRAZO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE**, Prefeito de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. - Para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, em conformidade com o que estabelece o Art. 37, IX da Constituição Federal de 1988, bem como nas condições e prazos previstos nesta Lei.

Art. 2º. - A presente Lei autoriza contratação por prazo determinado, até 31/12/2018, dependendo das necessidades do Executivo Municipal, para atender a demanda de pessoal nas Secretarias de Educação e Saúde, respeitadas as legislações de contratações temporárias por ente público.

Parágrafo Único – Havendo homologação de Concurso Público ou Teste Seletivo Público, os contratos serão rescindidos tão logo sejam convocados os aprovados para as vagas objeto do artigo 5º desta Lei.

Art. 3º. - A remuneração do pessoal contratado por força desta Lei será fixada em conformidade com a remuneração constante nas tabelas praticadas aos servidores de carreira, observando para tanto, o padrão de vencimento inicial.

Parágrafo Único – Para efeitos deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados por paradigma.

Art. 4º. - As contratações somente poderão ser efetuadas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Chefe do Poder Executivo, ressaltando que a lotação do servidor a ser contratado, deverá respeitar rigorosamente os quadros constantes na legislação específica do Município.

Art. 5º. - Considera-se necessidade temporária os cargos e vagas especificados abaixo:

Secretaria Municipal de Educação

01 Nutricionista

05 Motoristas

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento

03 Motoristas

01 Psicólogo

Art. 6º. - Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018.

Paço Municipal, Marcelândia - MT, em 19 de dezembro de 2017.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº 007/2017

Pelo presente instrumento particular de **TERMO DE RESCISÃO**, o **MUNICÍPIO DE MARCELANDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Guairá nº 777, Marcelândia - MT, inscrito junto ao CNPJ sob o n.º 03.238.987/0001-75, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE**, brasileiro, residente e domiciliado a Rua Ema de Carli Fogo n° 241, portador do **RG. M-930500 SSP/MG**, CPF **174.151.101-10**, e **ERISVALDO GOMES MEDEIROS,** brasileiro, maior,portador do **RG nº 1710554-4 SSP/MT** e **CPF sob nº 035.852.841-08,** residente e domiciliado a Rua Hélio Kovaleski nº 1188 – Vila Esperança neste Município de Marcelândia, Mato Grosso, na qualidade de contratado, tem justo e firmado entre si este **Termo de Rescisão Contratual**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo tem por objetivo a rescisão do contrato de prestação de serviços na função de **Motorista**, junto a Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o contrato de que trata a Cláusula primeira e seus aditivos, a partir de **22 de dezembro de 2017**, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente á obrigação assumida no ajuste ora rescindida.

CLÁUSULA TERCEIRA – As partes elegem o Fórum da Comarca de Marcelândia – MT, para dirimir dúvidas oriundas do presente termo.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, sendo subscrito por duas testemunhas.

Marcelândia MT, 06 de dezembro de 2017.

Contratante: **Arnóbio Vieira de Andrade**

Prefeito Municipal

Contratado:

ERISVALDO GOMES MEDEIROS

Testemunhas:

Cleide Ribeiro Alves Sonia Martinis

CPF:630.632.391.00 CPF: 581.754.581.00

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº 005/2017

Pelo presente instrumento particular de **TERMO DE RESCISÃO**, o **MUNICÍPIO DE MARCELANDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Guairá nº 777, Marcelândia - MT, inscrito junto ao CNPJ sob o n.º 03.238.987/0001-75, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE**, brasileiro, residente e domiciliado a Rua Ema de Carli Fogo n° 241, portador do **RG. M-930500 SSP/MG**, CPF **174.151.101-10** e **OLIMPIO PEREIRA DE NOVAIS,** brasileiro, maior,portador do RG nº 05639190 **SSP/ MT** e CPF sob nº 452.045.601-06**,** residente e domiciliado na Rua Emilio Borin, nº. 777 centro neste Município de Marcelândia, Mato Grosso, na qualidade de contratado, tem justo e firmado entre si este **Termo de Rescisão Contratual**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo tem por objetivo a rescisão do contrato de prestação de serviço na função de **Motorista**, junto a Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o contrato de que trata a Cláusula primeira e seus aditivos, a partir de **22 de dezembro de 2017**, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente á obrigação assumida no ajuste ora rescindida.

CLÁUSULA TERCEIRA – As partes elegem o Fórum da Comarca de Marcelândia – MT, para dirimir dúvidas oriundas do presente termo.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, sendo subscrito por duas testemunhas.

Marcelândia MT, 06 de dezembro de 2017.

Contratante: **Arnóbio Vieira de Andrade**

Prefeito Municipal

Contratado:

Olímpio Pereiro de Novais

Testemunhas:

Cleide Ribeiro Alves Sonia Martinis

CPF: 630.632.391.00 CPF: 581.754.581.00

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº 003/2017

Pelo presente instrumento particular de **TERMO DE RESCISÃO**, o **MUNICÍPIO DE MARCELANDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Guairá nº 777, Marcelândia - MT, inscrito junto ao CNPJ sob o n.º 03.238.987/0001-75, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE**, brasileiro, residente e domiciliado a Rua Ema de Carli Fogo n° 241, portador do **RG. M-930500 SSP/MG**, CPF **174.151.101-10** e **IZAIAS LOPES FERREIRA,** brasileiro, maior,portador do RG nº 796.054 **SSP/ MT** e CPF sob nº 532.168.901.63**,** residente e domiciliado na Rua Joaquim Hilário nº 984, Vila Esperança, neste Município de Marcelândia, Mato Grosso, na qualidade de contratado, tem justo e firmado entre si este **Termo de Rescisão Contratual**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo tem por objetivo a rescisão do contrato de prestação de serviço na função de **Motorista**, junto a Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o contrato de que trata a Cláusula primeira e seus aditivos, a partir de **31 de dezembro de 2017**, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente á obrigação assumida no ajuste ora rescindida.

CLÁUSULA TERCEIRA – As partes elegem o Fórum da Comarca de Marcelândia – MT, para dirimir dúvidas oriundas do presente termo.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, sendo subscrito por duas testemunhas.

Marcelândia MT, 06 de dezembro de 2017.

Contratante: **Arnóbio Vieira de Andrade**

Prefeito Municipal

Contratado:

Izaias Lopes Ferreira

Testemunhas:

Cleide Ribeiro Alves Sonia Martinis

CPF: 630.632.391.00 CPF: 581.754.581.00

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº 008/2017

Pelo presente instrumento particular de **TERMO DE RESCISÃO,** o **MUNICÍPIO DE MARCELANDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Guairá nº 777, Marcelândia - MT, inscrito junto ao CNPJ sob o n.º 03.238.987/0001-75, neste ato representado pelo seu Prefeito Munici-

pal **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE**, brasileiro, residente e domiciliado a Rua Ema de Carli Fogo n° 241, portador do **RG. M-930500 SSP/MG**, CPF **174.151.101-10,** e o Sr. **ROBERTO FERREIRA BRAGA** brasileiro, maior,portador do RG nº 2188962-7 **SSP/MT** e CPF sob nº 009.876.411-07**,** residente e domiciliado na Rua Rosa de Paula, 1035 Bairro Vila Esperança, Município de Marcelândia, Mato Grosso, na qualidade de contratado, tem justo e firmado entre si este **Termo de Rescisão Contratual.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo tem por objetivo a rescisão do contrato de prestação de serviço na função de **Motorista,** com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o contrato de que trata a Cláusula primeira, a partir de **31 de dezembro de 2017**, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente á obrigação assumida no ajuste ora rescindida.

CLÁUSULA TERCEIRA – As partes elegem o Fórum da Comarca de Marcelândia – MT, para dirimir dúvidas oriundas do presente termo.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, sendo subscrito por duas testemunhas.

Marcelândia MT, 06 de dezembro de 2017.

Contratante: **Arnóbio Vieira de Andrade**

Prefeito Municipal

Contratado:

ROBERTO FERREIRA BRAGA

Testemunhas:

Denise Aparecida Siebert Silas de Oliveira Rezende

CPF: 910.904.661.53 CPF: 092.077.986.70

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº 002/2017

Pelo presente instrumento particular de **TERMO DE RESCISÃO,** o **MUNICÍPIO DE MARCELANDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Guairá nº 777, Marcelândia - MT, inscrito junto ao CNPJ sob o n.º 03.238.987/0001-75, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE**, brasileiro, residente e domiciliado a Rua Ema de Carli Fogo n° 241, portador do **RG. M-930500 SSP/MG**, CPF **174.151.101-10,** e a Sra. **NAYARA DA SILVA SOUSA** brasileira, maior,portadora do **RG nº 021120002002-9 SSP/MA** e **CPF sob nº 034. 571.633-75,** residente e domiciliado a Rua Vereador Tio Otávio n° 1563 – Centro, neste Município de Marcelândia, Mato Grosso, na qualidade de contratado, tem justo e firmado entre si este **Termo de Rescisão Contratual.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo tem por objetivo a rescisão do contrato de prestação de serviço na função de **Nutricionista**, junto a Secretaria Municipal de Educação - FUNDEB 40%.

CLÁUSULA SEGUNDA – Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o contrato de que trata a Cláusula primeira e seus aditivos, a partir de **31 de dezembro de 2017**, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente á obrigação assumida no ajuste ora rescindida.

CLÁUSULA TERCEIRA – As partes elegem o Fórum da Comarca de Marcelândia – MT, para dirimir dúvidas oriundas do presente termo.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, sendo subscrito por duas testemunhas.

Marcelândia MT, 06 de dezembro de 2017.

Contratante: **Arnóbio Vieira de Andrade**

Prefeito Municipal

Contratado:

Nayara da Silva Sousa

Testemunhas:

Damaris Rodrigues Chaves **Sonia Martinis**

CPF: 042.437.271.12 CPF: 581.754.581.00

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº 009/2017

Pelo presente instrumento particular de **TERMO DE RESCISÃO,** o **MUNICÍPIO DE MARCELANDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Guairá nº 777, Marcelândia - MT, inscrito junto ao CNPJ sob o n.º 03.238.987/0001-75, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE**, brasileiro, residente e domiciliado a Rua Ema de Carli Fogo n° 241, portador do **RG. M-930500 SSP/MG**, CPF **174.151.101-10,** e a Sra. **KAUANI ANGELI,** brasileira, maior,portadora do RG nº 2069555-1 **SSP/ MT** e CPF sob nº 030.035.891-13**,** residente e domiciliada na Rua Deiza Xavier Petryk Casula nº 482, Centro, Município de Marcelândia, Mato Grosso, na qualidade de contratado, tem justo e firmado entre si este **Termo de Rescisão Contratual.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo tem por objetivo a rescisão do contrato de prestação de serviço na função de **Psicóloga,** com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Saúde.

CLÁUSULA SEGUNDA – Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o contrato de que trata a Cláusula primeira, a partir de **31 de dezembro de 2017**, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente á obrigação assumida no ajuste ora rescindida.

CLÁUSULA TERCEIRA – As partes elegem o Fórum da Comarca de Marcelândia – MT, para dirimir dúvidas oriundas do presente termo.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, sendo subscrito por duas testemunhas.

Marcelândia MT, 06 de dezembro de 2017.

Contratante: **Arnóbio Vieira de Andrade**

Prefeito Municipal

Contratado:

KAUANI ANGELI

Testemunhas:

Denise Aparecida Siebert Silas de Oliveira Rezende

CPF: 910.904.661.53 CPF: 092.077.986.70

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONTRATO Nº 006/2017

Pelo presente instrumento particular de **TERMO DE RESCISÃO**, o **MUNICÍPIO DE MARCELANDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, sito a Rua Guairá nº 777, Marcelândia - MT, inscrito junto ao CNPJ sob o n.º 03.238.987/0001-75, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE**, brasileiro, residente e domiciliado a Rua Ema de Carli Fogo n° 241, portador do **RG. M-930500 SSP/MG**, CPF **174.151.101-10** e **DIOGO ANDRÉ FERNANDES,** brasileiro, maior,portador do RG nº 1729112-7 **SSP/ MT** e CPF sob nº 012.959.681-77**,** residente e domiciliado na estrada cachoeirinha casa 03, Zona rural neste

Município de Marcelândia, Mato Grosso, na qualidade de contratado, tem justo e firmado entre si este **Termo de Rescisão Contratual**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo tem por objetivo a rescisão do contrato de prestação de serviço na função de **Motorista**, junto a Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SEGUNDA – Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o contrato de que trata a Cláusula primeira e seus aditivos, a partir de **15 de dezembro de 2017**, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente á obrigação assumida no ajuste ora rescindida.

CLÁUSULA TERCEIRA – As partes elegem o Fórum da Comarca de Marcelândia – MT, para dirimir dúvidas oriundas do presente termo.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam as partes, o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, sendo subscrito por duas testemunhas.

Marcelândia MT, 06 de dezembro de 2017.

Contratante: **Arnóbio Vieira de Andrade**

Prefeito Municipal

Contratado:

Diogo André Fernandes

Testemunhas:

Cleide Ribeiro Alves Sonia Martinis

CPF: 630.632.391.00 CPF: 581.754.581.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2017

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 001/2017

LOCAL DAS PROVAS

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Matupá, Estado de Mato Grosso torna público o que segue:

1. LOCAL DAS PROVAS

1.1 Os candidatos que se inscreveram nos cargos seguintes, conforme as instruções do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017 e seus nomes constam na lista de Inscrições Homologadas do Processo Seletivo Simplificado, a qual está à disposição dos candidatos na internet, no site www.matupa.mt.gov.br e na Prefeitura Municipal de Matupá, Estado de Mato Grosso, Avenida Dr. Hermínio Ometto, nº 101, Bairro ZE – 22, Matupá – MT, farão as provas objetivas nos seguintes locais:

1.2 ESCOLA ESTADUAL ANTONIO OMETTO

ENDEREÇO: Av. Dr. Hermínio Ometto, nº 11 – Bairro ZH1 – 001 – Matupá-MT

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

ASSISTENTE SOCIAL

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

COZINHEIRO

CUIDADOR SOCIAL

EDUCADOR SOCIAL

ENFERMEIRO

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

FISIOTERAPEUTA

FONOAUDIÓLOGO

MOTORISTA – TRANSPORTE ESCOLAR – ZONA RURAL

NUTRIÇÃO ESCOLAR – SEDE DO MUNICIPIO

NUTRIÇÃO ESCOLAR - ZONA RURAL

ODONTÓLOGO

PROFESSOR DE HISTÓRIA

PROFESSOR DE MATEMÁTICA

PROFESSOR DE PEDAGOGIA – HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL – ESCOLA INDIGENA

PROFESSOR DE PEDAGOGIA – HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL - SEDE

PROFESSOR DE PEDAGOGIA – HABILITAÇÃO EM EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA RURAL

PROFESSOR DE PEDAGOGIA - SEDE

PROFESSOR DE PEDAGOGIA – ZONA RURAL

TÉCNICO EM LABORATÓRIO

1.3 ESCOLA ESTADUAL BAIRRO UNIÃO

ENDEREÇO: Rua 10, nº 46 – Bairro União – Matupá-MT

AUXILIAR DE CRECHE

MANUTENÇÃO E LIMPEZA

RECEPCIONISTA

Matupá – MT, em 19 de dezembro de 2017.

Renato Fernandes de Souza

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA Nº 086/2017

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: **CONSTRUTORA PLENITUDE LTDA**

OBJETO **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS CELULARES DE PRÉ-MOLDADOS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. Contidas nos anexos do Edital 095/2017, TOMADA DE PREÇO 018/2017, com fornecimento pela empresa contratada de todos** os materiais, equipamentos, peças e serviços**.**

VALOR/GLOBAL: Ficando **REDUZIDO** o valor de **R$ 17.378,84 (Dezessete mil, trezentos e setenta e oito reais e oitenta e quatro centavos).**

Assinatura: 15/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI 1.446

LEI Nº 1.446 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIZA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE/MT - SAEMI, A RECEBER NA FATURA DE ÁGUA, DOAÇÕES DESTINADAS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) DE MIRASSOL D'OESTE/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA INTERINA DO MUNICIPIO DE MIRASSOL D´OESTE, no uso de suas legais atribuições, fundamentado no artigo 29, *caput*, cc/ artigo 61, *caput*, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que o plenário das de-

liberações da Câmara Municipal em sessão ordinária realizada em 18 de dezembro de 2017, aprovou e ela sanciona a seguinte Lei.

Art. 1° - Esta lei autoriza o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D`Oeste (SAEMI), a inserir diretamente na fatura de água de seus usuários que expressamente e voluntariamente permitirem a cobrança referente a doação de valor em pecúnia á Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mirassol D`Oeste/MT.

§1° - O valor da contribuição será de R$ 2,00 (dois reais) ou 05 (cinco) reais, com a identificação na fatura do consumo de água.

§2° - Em caso de inadimplência do usuário no pagamento da fatura de água não indiciará, sobre o valor da doação, multa, juros ou correção monetária.

Art. 2° - A inclusão de importância a título de doação na conta de água é facultativa ao usuário titular da fatura, e depende de sua prévia e expressa autorização, podendo ser revogada por ele ao qualquer momento.

§1° - Será fornecido modelo de autorização aos usuários do SAEMI, distribuído com auxílio da APAE de Mirassol D'Oeste/MT e voluntários.

§2° - Poderão ser adotados todos os meios legalmente disponíveis de se obter a autorização dos usuários, com o auxílio de entidades sem fins lucrativos, órgãos públicos, secretarias municipais, além de pessoas jurídicas de direito público e privado.

Art. 3°- A qualquer momento o titular da conta de água poderá se dirigir à sede da APAE, para autorizar a sua doação, aumentar ou reduzir seu valor, mediante novo preenchimento de autorização, revogando tacitamente as autorizações anteriormente realizadas, podendo a APAE se valer de voluntários e sociedade organizada para colher a assinatura dos clientes que autorizarem a doação a APAE.

Art. 4°- O usuário que não mais desejar efetuar à doação deverá se dirigir ao SAEMI e assinar o termo de revogação de doação.

Parágrafo Único - Revogada a autorização do usuário atinente à doação, esta cessará a partir da próxima fatura de água.

Art. 5°- Todo o montante advindo das doações será repassado através de depósito bancário ou transferências entre contas pelo SAEMI para a APAE até o último dia útil do mês seguinte ao de referência, em relação às contas de água e de esgoto pagas dentro do mês de referência.

Art. 6°- O SAEMI encaminhará, mensalmente documento contábil dos valores arrecadados por doações a APAE, deixando cópia a disposição de consulta pública para qualquer cidadão ou órgão fiscalizador.

Art. 7°- Está lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Interina do Municipio de Mirassol D´Oeste, sede provisória do Paço Municipal em 19 de dezembro de 2017.

Marinez de Campos

Prefeita Interina

MIRASSOL PREVI
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE VINCULAÇÃO Nº 004/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS Nº 078/2012

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE VINCULAÇÃO Nº 004/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS Nº 078/2012 ORIUNDO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2012.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Antônio Tavares, nº 3.310, bairro Centro, Mirassol d'Oeste/MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03.775.477/0001-75, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal Interina Sra. **Marinez Campos**, brasileira, casada, portadora do CPF nº 474.656.891-04 e do RG nº 0529908-2 SSP/MT, residente e domiciliada na Rua Antonio Tavares, nº 3310 CEP nº 78.280-000, Mirassol d'Oeste/MT, e o seu Regime Próprio de Previdência Social denominado legalmente **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MIRASSOL D'OESTE - MIRASSOL-PREVI**, Fundo Contábil regulado pela Lei Complementar nº 160, de 21 de dezembro de 2016, devidamente cadastrada no CNPJ sob o nº 24.179.668/0001-06, sediada na Rua Antonio Tavares, nº 3.310, centro, CEP 78.280-000, Mirassol d'Oeste/MT, neste ato representado pela Diretora Executiva Sra. **Fátima Borghi Martins**, brasileira, casada, portadora do CPF nº 018.675. 838-36 e do RG nº 9.484.240-1 SSP/MT, residente e domiciliada na Rua Bento Alexandre dos Santos, nº 165, Centro, CEP , Mirassol d'Oeste/MT, doravante denominados **CONTRATANTES e a ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.234.260/0001-21, sediada na Avenida Rubens de Mendonça, 3.920, no Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, neste ato representada por seu Presidente **Neurilan Fraga**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 0042840-0 SSP/MT, CPF nº 063.907.691-34, residente e domiciliado na Avenida Valentin Peron, nº 66, Bairro Centro, CEP: 70.430-000, Nortelândia/MT, doravante denominada AMM **E COORDENADOR DO PROGRAMA AMM-PREVI**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Vinculação nº 004/2015 ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Técnicos nº 078/2012, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e legislação correlata, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência de que trata a Cláusula Terceira do Termo de Vinculação nº 004/2015, nos termos do § 4º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência de que trata a Cláusula Terceira do Termo de Vinculação nº 004/2015 fica prorrogado para 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO

Na execução do presente termo aditivo observar-se-á o preço previsto na cláusula terceira do contrato nº 078/2012 com a alteração prevista na cláusula segunda do segundo termo aditivo firmado em 11 de dezembro de 2017, publicado no jornal oficial eletrônico dos municípios de Mato Grosso do dia 13 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições contidas no Instrumento original do Termo de Vinculação nº 004/2015.

CLÁUSULA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá aos CONTRATANTES à publicação do extrato deste Termo Aditivo na imprensa oficial, conforme dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei n° 8. 666/93

CLÁUSULA SEXTA: DO FORO

O foro do presente Termo Aditivo será o da Comarca dos CONTRATANTES, excluído qualquer outro.

E, por estarem de acordo, foi o presente Termo Aditivo lavrado em três vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Cuiabá/MT, 15 de dezembro de 2017.

ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

Neurilan Fraga – Presidente

MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE

Marinez Campos - Prefeito Municipal

Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE MIRASSOL D'OESTE - MIRASSOL-PREVI

Fátima Borghi Martins – Diretora Executiva

Contratante

Testemunhas:

1. Renato Ferreira de Santana Lara 2. Lieda Resende Brito

R.G. n.º 0742716-6 SSP/MT R.G. n.º 392034 SSP/MT

C.P.F. n.º 569.651.251-87 C.P.F. n.º 304.817.911-91

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
LEI Nº 1447 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

LEI Nº 1447 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências.

RONALDO JARDIM DOS SANTOS, Presidente Interino da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, respaldadas pelo art. 61, §1º, inciso II da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, **APROVOU** em Sessão Ordinária realizada no dia 18 de Dezembro de 2017 a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar pessoal para atender necessidade Artigo 1o.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 70.000,00 assim descrito:

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

731 15.451.0012.1212.0000 CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO MORUMBI 70.000,00

4.4.90.51.99 OUTRAS OBRAS E INSTALACOES

F.R.: 0 124

1 Recursos do Exercício Corrente

100 014 Conv.Const. Praça Bairro Morumbi

Artigo 2º - O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

314 10.301.0028.1225.0000 CONST. REFORMA E AMPL. DE DOIS PSF´S, NA ZONA RURA 20.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

F.R. Grupo: 0 124

1 Recursos do Exercício Corrente

300 020 Conv. União - PSF Zona Rural

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

460 15.451.0019.1155.0000 REVITALIZACAO PARCIAL DE ESPACO PUBLICO - PRACA DA 50.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

F.R. Grupo: 0 124

1 Recursos do Exercício Corrente

100 011 Conv. Construção de Praças

Artigo 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício Leocídio Pereira Benevides, Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, em 18 de dezembro de 2017.

RONALDO JARDIM DOS SANTOS

Presidente Interino

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE Nº 004 DE 15 DE DEZEMBRO 2017

PORTARIA DE Nº 004 DE 15 DE DEZEMBRO 2017

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO Sr.ª. SUELLEN MENEZES BARRANCO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITO SAMUEL GREVE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal 127/2013(Lei criação Fundação).

RESOLVE

I – Exonerar à partir do dia 31/12/2017 a Sr.ª. **SUELLEN MENEZES BARRANCO**, do cargo de **Assessora Jurídica desta Fundação**, nomeada para o cargo através da Portaria nº 002/2017.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Diretora Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
LEI Nº 1446 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

LEI Nº 1446 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE/MT - SAEMI, A RECEBER NA FATURA DE ÁGUA, DOAÇÕES DESTINADAS À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS (APAE) DE MIRASSOL D'OESTE/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO JARDIM DOS SANTOS, Presidente Interino da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições, respaldadas pelo art. 61, §1º, inciso II da Lei Orgânica do Município;

FAZ SABER que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, **APROVOU** em Sessão Ordinária realizada no dia 18 de Dezembro de 2017 a seguinte Lei:

Art. 1° - Esta lei autoriza o Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D`Oeste (SAEMI), a inserir diretamente na fatura de água de seus usuários que expressamente e voluntariamente permitirem a cobrança referente a doação de valor em pecúnia á Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Mirassol D`Oeste/MT.

§1° - O valor da contribuição será de R$ 2,00 (dois reais) ou 05 (cinco) reais, com a identificação na fatura do consumo de água.

§2° - Em caso de inadimplência do usuário no pagamento da fatura de água não indiciará, sobre o valor da doação, multa, juros ou correção monetária.

Art. 2° - A inclusão de importância a título de doação na conta de água é facultativa ao usuário titular da fatura, e depende de sua prévia e expressa autorização, podendo ser revogada por ele ao qualquer momento.

§1° - Será fornecido modelo de autorização aos usuários do SAEMI, distribuído com auxílio da APAE de Mirassol D'Oeste/MT e voluntários.

§2° - Poderão ser adotados todos os meios legalmente disponíveis de se obter a autorização dos usuários, com o auxílio de entidades sem fins lucrativos, órgãos públicos, secretarias municipais, além de pessoas jurídicas de direito público e privado.

Art. 3°- A qualquer momento o titular da conta de água poderá se dirigir à sede da APAE, para autorizar a sua doação, aumentar ou reduzir seu valor, mediante novo preenchimento de autorização, revogando tacitamente as autorizações anteriormente realizadas, podendo a APAE se valer de voluntários e sociedade organizada para colher a assinatura dos clientes que autorizarem a doação a APAE.

Art. 4°- O usuário que não mais desejar efetuar à doação deverá se dirigir ao SAEMI e assinar o termo de revogação de doação.

Parágrafo Único - Revogada a autorização do usuário atinente à doação, esta cessará a partir da próxima fatura de água.

Art. 5°- Todo o montante advindo das doações será repassado através de depósito bancário ou transferências entre contas pelo SAEMI para a APAE até o último dia útil do mês seguinte ao de referência, em relação às contas de água e de esgoto pagas dentro do mês de referência.

Art. 6°- O SAEMI encaminhará, mensalmente documento contábil dos valores arrecadados por doações a APAE, deixando cópia a disposição de consulta pública para qualquer cidadão ou órgão fiscalizador.

Art. 7°- Está lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício Leocídio Pereira Benevides, Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, em 18 de dezembro de 2017.

RONALDO JARDIM DOS SANTOS

Presidente Interino

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE Nº 003 DE 15 DE DEZEMBRO 2017

PORTARIA DE Nº 003 DE 15 DE DEZEMBRO 2017

"DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO Sr.ª. FABIANA PEREIRA DE SOUZA LOPES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

HÉCTOR ALVARES BEZERRA, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE PREFEITO SAMUEL GREVE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal 127/2013(Lei criação Fundação).

RESOLVE

I – Exonerar à partir do dia 31/12/2017, a Sr.ª. **FABIANA PEREIRA DE SOUZA LOPES**, do cargo de **Diretora Administrativo Financeiro, desta Fundação**, nomeada para o cargo através da Portaria nº 001/2017.

II – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e Publique-se.

HÉCTOR ALVARES BEZERRA

Diretor Presidente

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
LEI Nº 1.447

LEI MUNICIPAL Nº 1.447, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

Abre no orçamento vigente crédito adicional especial e da outras providências

A PREFEITA INTERINA DO MUNICIPIO DE MIRASSOL DOESTE, Faço saber que a Câmara Municipal em Sessão Ordinária realizada em 18 de dezembro de 2017, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º.- Fica aberto no orçamento vigente, um crédito adicional especial na importância de R$ 70.000,00 assim descrito:

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

731 15.451.0012.1212.0000 CONSTRUÇÃO DA PRAÇA NO BAIRRO MORUMBI 70.000,00

4.4.90.51.99 OUTRAS OBRAS E INSTALACOES

F.R.: 0 124

1 Recursos do Exercício Corrente

100 014 Conv.Const. Praça Bairro Morumbi

Artigo 2º.- O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

Anulação:

02 06 02 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

314 10.301.0028.1225.0000 CONST. REFORMA E AMPL. DE DOIS PSF´S, NA ZONA RURA 20.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

F.R. Grupo: 0 124

1 Recursos do Exercício Corrente

300 020 Conv. União - PSF Zona Rural

02 07 02 COORDENADORIA DE OBRAS CIVIS E SERVICOS URBANOS

460 15.451.0019.1155.0000 REVITALIZACAO PARCIAL DE ESPACO PUBLICO - PRACA DA 50.000,00

4.4.90.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

F.R. Grupo: 0 124

1 Recursos do Exercício Corrente

100 011 Conv. Construção de Praças

Artigo 3º.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Interina do Município de Mirassol D'Oeste - MT, sede provisória do Paço Municipal em 19 de Dezembro de 2017.

MARINEZ DE CAMPOS

Prefeita Interina

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **MARIANA RODRIGUES CAMPOS GOMES**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **MARIANA RODRIGUES CAMPOS GOMES,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1676057-3 SSP/MT e do CPF n.º 008.337.801. 40, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00110/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAO PROFISSIONALIZADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL MARIANA RODRIGUES CAMPOS GOMES

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 480/2017

PORTARIA Nº. 480/2017

*"Dispõe sobre a exoneração do Sr. **Mateus Ziebel Mendes** e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Exonerar o Sr. ***Mateus Ziebel Mendes*** portador do RG nº. 4300080 DGPC - GO, devidamente cadastrado no CPF nº. 027.836. 751-88, do cargo em Comissão de Supervisor de Secretaria de Agricultura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de dezembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de dezembro de 2017.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 479/2017

PORTARIA Nº. 479/2017

*"Dispõe sobre a exoneração do Sr. **Denis Adriano de Campos**,e dá outras providências".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Exonerar o Sr. ***Denis Adriano de Campos***, portador do RG nº. 10398678 SSP/MT, devidamente cadastrado no CPF nº. 688.441.401-44, do cargo em Comissão de Gerente de Secretaria de Agricultura.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de 20 de dezembro de 2017, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 05 de outubro de 2017.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.472/2017

LEI MUNICIPAL Nº. 1.472/2017

"Cria a Verba de Natureza Indenizatória no âmbito do Poder Executivo Municipal e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES/MT**, Sr. LEOCIR HANEL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica instituída verba de natureza indenizatória no âmbito do Poder Executivo Municipal pelo exercício de atividades fins de Prefeito Municipal, Subprefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais, nos termos do Inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal.

Art. 2º. A verba de que trata esta Lei será paga mensalmente ao Prefeito, Vice-Prefeito, Subprefeito e Secretários Municipais, em efetivo exercício nas atividades do cargo, de forma compensatória ao não recebimento de diárias, adiantamentos, passagens e ajuda de transporte, dentre outras despesas inerentes ao exercício dos cargos para custeio das viagens dentro do Estado.

Parágrafo único. Para as viagens fora do Estado, o ente Público custeará as despesas de transporte e hospedagem.

Art. 3º. Os valores pagos a título de indenização será de:

a) R$ 3.000,00 (três reais) para Prefeito;

b) R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para Subprefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais.

Art. 4º. Não será paga a verba indenizatória nas seguintes situações:

a) Durante o período de gozo de Férias;

b) Licença Maternidade;

c) Durante o período de afastamento do cargo e/ou função.

Art. 5º. A verba indenizatória recebida indevidamente, deverá ser restituída ao Erário Público mediante a emissão de guia de recolhimento emitida pelo Departamento de Arrecadação do Município.

Art. 6º. Em nenhuma hipótese, a verba indenizatória cobrirá gastos de terceiro, bem como nãoincorporará definitivamente na remuneração do Agente Político.

Art. 7º. As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Exercício Financeiro de 2018, e abaixo elencadas, ficando dispensada a prestação de contas.

02. Gabinete do Prefeito

02.001. Gabinete do Prefeito

2005. Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

3390.93.00.00.00 Indenizações e Restituições

03. Secretaria Municipal de Administração

03.001. Gabinete do Secretário

2010. Manutenção das Atividades da Secretaria de

3390.93.00.00.00 Indenizações e Restituições

04. Secretaria Municipal de Finanças

04.001. Gabinete do Secretário

2017. Manutenção das Atividades da Secretaria de Finanças

3390.93.00.00.00 Indenizações e Restituições

05. Secretaria Municipal de Educação

05.001. Gabinete do Secretário

2029. Manutenção e Encargos da Secretária de Educação

3390.93.00.00.00 Indenizações e Restituições

06. Secretaria Municipal de Saúde

06.001. Gabinete do Secretário

2080 – Gestão, Manutenção e Encargos da Saúde

3390.93.00.00.00 Indenizações e Restituições

07. Secretaria Municipal de Assistência Social

07.001. Gabinete da Secretaria de Assistência Social

2070. Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social

3390.93.00.00.00 Indenizações e Restituições

08. Secretaria Municipal de Infra - Estrutura

08.001. Gabinete do Secretario

2053. Manutenção e Enc. Da Secretaria de Obras e Serv. Públicos

3390.93.00.00.00 Indenizações e Restituições

09. Secretaria Municipal Desenvolv. Rural Meio Amb. E Mineração

09.001. Gabinete do Secretario

2056. Apoio aos Micros Empreendedores Urbanos e Rurais

3390.93.00.00.00 Indenizações e Restituições

10. Secretaria Municipal de Fiscalização

10.001. Gabinete do Secretario

2058. Manut. E Encargos Secret. De Fiscalização

3390.93.00.00.00 Indenizações e Restituições

11. Secretaria Municipal de Turismo e Cultura

11.001. Gabinete do Secretário

2046. Manutenção e Encargos com Sec. De Turismo e Cultura

3390.93.00.00.00 Indenizações e Restituições

12. Secretaria Municipal de Governo

12.001. Gabinete do Secretário

2021. Manutenção das Atividades da Secretaria de Governo

3390.93.00.00.00 Indenizações e Restituições

17. Sub Prefeito

17.001. Sub Prefeitura

2023. Manutenção das Atividades da Sub Prefeitura

3390.93.00.00.00 Indenizações e Restituições

Art. 08. As despesas da referida Verba Indenizatória, caso necessário, terão como fonte de recursos a anulação dotações previstas na LOA 2018, de acordo com o Art. 43, Inciso III da Lei Federal 4.320/64.

Art. 09. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, 19 de dezembro de 2017.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.471/2017

LEI MUNICIPAL Nº. 1.471/2017

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional suplementar para a câmara municipal de Nobres-MT no exercício financeiro de 2017".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES/MT**, Sr. LEOCIR HANEL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar na Lei Municipal nº 1.422/2016 (Lei Orçamentária Anual para 2017), no orçamento do exercício financeiro de 2017, no valor de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), a ser consignado nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 01 – Câmara Municipal

Unidade: 01001 – Gabinete da Câmara Municipal de Nobres

Função: 01 – Legislativa

Sub. função: 031 – Ação Legislativa

Projeto: 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

Dotação Orçamentária: 33.90.93-00 – Indenizações e Restituições – R$ 28.000,00

Art. 2º. Para servir de cobertura para o Crédito Adicional Suplementar do artigo anterior serão remanejados do orçamento da despesa da Prefeitura Municipal junto aos seguintes elementos:

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração

Unidade: 001 – Secretaria de Administração

Função: 04 – Administração

Sub. função: 122 – Administração Geral

Programa: 004 – Desenvolvimento e Gestão da Secretaria de Administração

Projeto/Atividade: 2007 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração

D. Orçamentária: 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – R$ 28.000,00

Art. 3º. Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, 19 de dezembro de 2017.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.470/2017

LEI MUNICIPAL Nº. 1.470/2017

"Dispõe sobre o Registro, o Acompanhamento e a Fiscalização da exploração de recursos minerais no território do Município de Nobres/MT, de acordo com as competências definidas no art. 23, XI e no art. 30, I e II, da Constituição Federal, e dá outras providências. "

O Sr. **Leocir Hanel**, Prefeito Municipal de Nobres/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS QUE EXPLORAM RECURSOS MINERAIS

Art. 1º. As empresas que exploram recursos minerais no território do Município de Nobres/MT, deverão cumprir as obrigações previstas na presente Lei, estabelecidas em decorrência da competência outorgada ao Município para registrar, acompanhar e fiscalizar a pesquisa e a exploração de recursos minerais em seu território, pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo único. As obrigações decorrentes da atividade econômica de pesquisa e exploração de recursos minerais no território do Município de Nobres/MT, ora instituídas, não excluem eventuais obrigações estabelecidas pela Agência Nacional da Mineração (ANM) ou pelo Estado de Mato Grosso, em relação à mesma atividade econômica.

Art. 2º. As empresas que exploram recursos minerais no território do Município de Nobres/MT deverão depositar, independente de prévia notificação, na Secretaria Municipal de Tributos, em prazo a ser definido em regulamento a ser expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, a seguinte documentação:

I - cópias autenticadas de todos os atos administrativos em vigor, que disponham sobre o regime de exploração, exportação e aproveitamento de recursos minerais no território de Nobres/MT, sob as formas de concessão, autorização ou licenciamento, expedidas pela União;

II - cópias autenticadas de todos os documentos, seja de natureza fiscal, declaratória, informativa ou contratual, referentes à produção e comercialização de substâncias/produtos minerais, necessários à verificação da correção de pagamentos correspondentes à compensação financeira pela exploração de recursos minerais – CFEM, de que tratam as Leis Federais nº 7.990/89 e nº 8.001/90 e respectivas alterações posteriores, desde o exercício anterior ao corrente.

§ 1°. A autenticação de documentos poderá ser realizada por servidor da Secretaria Municipal de Fazenda, mediante a apresentação, pela empresa, da documentação original, que será devolvida a seu representante ou preposto, tão logo seja concluída pela Secretaria Municipal de Fazenda a verificação de autenticidade das cópias depositadas.

§ 2º. Qualquer empresa que pretenda se instalar no Município de Nobres/MT, que tenha objeto social pertinente à pesquisa ou à exploração de recursos minerais, deverá apresentar a documentação prevista no artigo 2º, no que couber, quando do requerimento de inscrição no cadastro municipal e solicitação de licença para localização e funcionamento, bem como no momento de obter a renovação ou eventual prorrogação da referida licença, sob pena de não obtenção do alvará correspondente à licença para localização e funcionamento.

§ 3º. O disposto no parágrafo 2º aplica-se também às atividades econômicas decorrentes de ampliação, diversificação, redução ou qualquer tipo de alteração no regime de aproveitamento e exploração de recursos minerais no território de Nobres/MT, por empresa já estabelecida e em atividade no Município.

§ 4º. As obrigações previstas neste artigo compreendem também o depósito de documentação referente a:

I - empresas que porventura tenham sido incorporadas, por qualquer dos meios previstos legalmente, ao patrimônio da empresa que atualmente seja a responsável pela exploração dos recursos minerais no território do Município

II - empresas subsidiárias ou empresas que pertençam ao mesmo grupo econômico da atual empresa exploradora dos recursos minerais e que já tenham figurado como responsáveis pelo pagamento da CFEM, desde o exercício anterior ao corrente;

III - empresas que, sob qualquer forma, tenham cedido direitos decorrentes da exploração de recursos minerais ou que tenham alienado ou arrendado seus direitos minerários e/ou estabelecimentos localizados no território do Município de Nobres/MT, para que outras empresas realizem a exploração de recursos minerais em proveito próprio;

IV - empresas que tenham assumido as obrigações legais e a responsabilidade pelas operações concernentes à exploração de recursos minerais de outras empresas já instaladas e em atividade no território do Município;

V - empresas formadas a partir da transformação, fusão, cisão ou incorporação de empresas que já tenham figurado como responsáveis pelo pagamento da CFEM, decorrente da exploração de recursos minerais no território do Município de Nobres, desde o exercício anterior ao corrente.

VI - qualquer documentação referente a obrigações ou negócios jurídicos que tenham como objeto direitos minerários e/ou a atividade de pesquisa e/ou exploração de recursos minerais no território de Nobres/MT.

Art. 3º. Sem prejuízo da obrigação prevista no artigo 2º, as empresas que realizem atividades de pesquisa e/ou exploração de recursos minerais no território do Município de Nobres/MT deverão depositar, na Secretaria Municipal de Tributos a seguinte documentação:

I - relatório técnico atinente à pesquisa e/ou produção mineral decorrente da exploração mineral realizada no território do Município de Nobres/MT;

II - cópias autenticadas dos atos administrativos que disponham sobre o licenciamento ambiental da atividade de exploração de recursos minerais no território do Município de Nobres/MT, expedidos pelas entidades e órgãos ambientais estaduais e federais, suas respectivas compensações, condicionantes ou medidas mitigadoras, bem como o comprovante do cumprimento tempestivo e adequado das mesmas;

III - cópias autenticadas de atos administrativos e/ou contratos, expedidos, em data posterior à entrada em vigor da presente Lei, que disponham sobre o regime de exploração e aproveitamento de recursos minerais no território do Município de Nobres/MT, sob as formas de concessão, autorização, licenciamento ou sob qualquer outro regime ou forma que venham a ser instituídos pela União;

IV - cópias autenticadas de todos os documentos, seja de natureza fiscal, declaratória, informativa ou contratual, referente à produção e comercialização de substâncias/produtos minerais, necessários à verificação da correção dos pagamentos correspondentes à compensação financeira pela exploração de recursos minerais – CFEM;

V - fluxo do processo produtivo e logístico desde a extração da substância mineral até o consumidor final, inclusive as operações e transações realizadas entre os estabelecimentos do mesmo grupo econômico, com descrição pormenorizada de cada etapa, compreendendo planta de beneficiamento, quando cabível, para cada uma das substâncias exploradas/exploradas.

§ 1º. O disposto neste artigo aplica-se também às atividades econômicas decorrentes de ampliação, diversificação, redução ou qualquer tipo de alteração no regime de aproveitamento e exploração de recursos minerais no território de Nobres/MT, por empresa já estabelecida e em atividade no Município.

§ 2º. Qualquer alteração do ato constitutivo das empresas exploradoras de recursos minerais, bem como do seu quadro societário, deverão ser informados à Secretaria Municipal de Tributos, no prazo de até 30 (trinta) dias após o seu registro no órgão competente, aplicando-se ainda o disposto no parágrafo 4º do artigo 2º desta Lei, quando cabível.

§ 3º. Em caso de alteração da situação prevista no inciso III, a empresa exploradora de recursos minerais ou o terceiro legalmente obrigado, disponibilizará documentação que comprove a modificação ocorrida no prazo previsto no parágrafo 4º deste artigo.

§ 4º. A documentação e as informações previstas neste artigo serão depositadas na Secretaria Municipal de Fazenda, independente de prévia notificação, nos prazos fixados nesta lei, salvo se houver modificação superveniente da legislação.

§ 5º. Quando as empresas se enquadrarem como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação federal pertinente, a documentação e as informações previstas no art. 3º e seu parágrafo 3º, desta Lei, deverão ser depositadas na Secretaria Municipal de Tributos, apenas no primeiro dia útil do mês de fevereiro de cada ano.

§ 6º. A documentação prevista no inciso II deste artigo deverá ser depositada na Secretaria Municipal de Tributos, anualmente, conforme o disposto no artigo 2º desta lei.

CAPÍTULO II

DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

Art. 4º O descumprimento das obrigações previstas nesta lei sujeita as empresas exploradoras de recursos minerais ao pagamento de multa, no importe equivalente a 30% (trinta por cento) do valor da CFEM recolhida no exercício anterior pela empresa exploradora de recursos minerais, em favor do Município, corrigido monetariamente, por mês de atraso no cumprimento do prazo fixado, na hipótese de descumprimento de quaisquer

das obrigações previstas no art. 2º e 3º desta Lei, além da não concessão, não renovação e/ou não prorrogação do alvará correspondente à licença para localização e funcionamento.

§ 1º. A penalidade prevista no presente artigo aplica-se também ao descumprimento das obrigações estabelecidas nos artigos 2º e 3º, quando da ocorrência de ampliação, diversificação, redução ou qualquer tipo de alteração no regime de aproveitamento e exploração de recursos minerais no território de Nobres, por empresa já estabelecida e em atividade no município.

§ 2º. A aplicação da penalidade pecuniária prevista no caput dar-se-á da seguinte forma:

I - não depósito de um ou mais documentos previstos no inciso I do art. 2º: multa de 30% (trinta por cento) do valor da CFEM recolhida no exercício anterior, em favor do Município, corrigido monetariamente, por mês de atraso no cumprimento do prazo fixado;

II - não depósito de um ou mais documentos previstos no inciso II do art. 2º: multa de 30% (trinta por cento) do valor da CFEM recolhida no exercício anterior, em favor do Município, corrigido monetariamente, por mês de atraso no cumprimento do prazo fixado;

III - não depósito de um ou mais documentos previstos no inciso I do art. 3º: multa de 30% (trinta por cento) do valor da CFEM recolhida no exercício anterior em favor do Município, corrigido monetariamente por mês de atraso no cumprimento do prazo fixado;

IV - não depósito de um ou mais documentos previstos no inciso II do art. 3º: multa de 30% (trinta por cento) do valor da CFEM recolhida no exercício anterior, em favor do Município, corrigido monetariamente, por mês de atraso no cumprimento do prazo fixado;

V - não depósito de um ou mais documentos previstos no inciso III do art. 3º: multa de 30% (trinta por cento) do valor da CFEM recolhida no exercício anterior, em favor do Município, corrigido monetariamente, por mês de atraso no cumprimento do prazo fixado;

VI - não depósito de um ou mais documentos previstos no inciso IV do art. 3º: multa de 30% (trinta po rcento) do valor da CFEM recolhida no exercício anterior, em favor do Município, corrigido monetariamente, por mês de atraso no cumprimento do prazo fixado;

VII - não depósito do documento previsto no inciso V do art. 3º: multa de 30% (trinta por cento) do valor da CFEM recolhida no exercício anterior, em favor do Município, corrigido monetariamente, por mês de atraso no cumprimento do prazo fixado.

§ 3º. Após o cumprimento das obrigações estipuladas, se ficar constatada pela Secretaria Municipal de Tributos, a omissão na entrega de qualquer documento previsto nos arts. 2º e 3º desta lei, incidirá igualmente a multa prevista no caput deste artigo.

§ 4º. Admite-se a cumulação de penalidades na hipótese de descumprimento de obrigações previstas em incisos diversos, sejam do mesmo artigo de lei ou não.

§ 5º. A base de cálculo da penalidade prevista neste artigo é o valor do recolhimento da CFEM efetuado por cada empresa exploradora de recursos minerais, a favor do Município.

§ 6º. Na hipótese de inadimplemento, a base de cálculo será o valor informado pela Agência Nacional da Mineração (ANM), como o valor efetivamente devido ao Município, a título de CFEM, pela empresa exploradora de recursos minerais.

§ 7º. Na hipótese de inexistência de apuração do valor devido, a título de CFEM pela ANM, a base de cálculo da penalidade pecuniária será arbitrada, levando-se em consideração as informações de natureza fiscal ou não, referentes à empresa exploradora de recursos minerais, obtidas junto à Secretaria Municipal de Tributos, à Secretaria de Estado da Fazenda de Mato Grosso, a ANM e a quaisquer outros órgãos ou entidades governamentais

§ 8º. A não concessão, não renovação e/ou não prorrogação do alvará correspondente à licença para localização e funcionamento, independe de prévia instauração de processo administrativo, bastando a constatação pela Secretaria Municipal de Tributos, de não atendimento a notificação lavrada pelo órgão ou de simples descumprimento dos prazos fixados nos §§ 4º, 5º e 6º do art. 3º desta lei ou no seu respectivo regulamento.

Art. 5º As empresas exploradoras de recursos minerais no território do Município de Nobres-MT, que estiverem inscritas na dívida ativa da União ou de suas entidades, ou no CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, por não pagamento da CFEM, não terão direito ao alvará correspondente à licença para localização e funcionamento de sua sede, estabelecimento ou unidades, sob sua responsabilidade, que estejam instalados no território do Município de Nobres.

Art. 6º O descumprimento da legislação federal, estadual ou municipal, concernente à pesquisa e exploração de recursos minerais a que estão sujeitas as empresas exploradoras de recursos minerais, seja de natureza penal, cível, administrativa, fiscal ou ambiental, também importará na cassação do alvará correspondente à licença para localização e funcionamento de sua sede, estabelecimento ou unidades sob sua responsabilidade, que estejam instalados no território do Município de Nobres.

Art. 7º O descumprimento de outras obrigações previstas na presente lei, a que não tenham sido atribuídas penalidades específicas, ensejará o pagamento de multa, no importe equivalente a 20% (vinte por cento) do valor total de CFEM recolhida pela empresa mineradora a favor do Município, no exercício anterior, corrigido monetariamente.

§ 1º. A base de cálculo da penalidade prevista neste artigo é o valor do recolhimento da CFEM efetuado por cada empresa exploradora de recursos minerais, a favor do Município.

§ 2º. Na hipótese de inadimplemento, a base de cálculo será o valor informado pela ANM, como o valor efetivamente devido ao Município, a título de CFEM, pela empresa exploradora de recursos minerais.

§ 3º. Na hipótese de inexistência de apuração do valor devido, a título de CFEM, pela ANM, a base de cálculo da penalidade pecuniária será arbitrada, levando-se em consideração as informações de natureza fiscal ou não, referentes à empresa exploradora de recursos minerais, obtidas junto à Secretaria Municipal de Tributos, à Secretaria de Estado da Fazenda de Mato Grosso, ao ANM e a quaisquer outros órgãos ou entidades governamentais.

Art. 8º Em caso de reincidência quanto ao descumprimento das obrigações previstas nesta lei no mesmo exercício financeiro, a multa será aplicada em dobro.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 9º A Secretaria Municipal de Tributos instaurará procedimento administrativo para a aplicação das penalidades previstas nesta Lei, observadas as seguintes normas:

I - expedição de auto de infração lavrado por fiscal competente, noticiando a infração cometida pela empresa, assinalando prazo de defesa de 5 (cinco) dias, contados a partir da juntada do Aviso de Recebimento do referido Auto de Infração, ou a partir da juntada, nos autos do processo administrativo, da notificação realizada diretamente por fiscal tributário;

II - a oportunidade de produção de provas tidas como indispensáveis e suficientes para a comprovação das razões de defesa da empresa notificada;

III - após a apresentação da defesa ou certificado, o término do prazo sem manifestação da empresa notificada, serão os autos do processo administrativo encaminhados ao Titular da Secretaria Municipal de Tributos, que

lavrará decisão no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento dos autos.

§ 1º. Da decisão do titular da Secretaria Municipal da Tributos caberá recurso ao Sr. Prefeito Municipal, a ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da ciência da decisão, devendo o recurso ser decidido no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento dos autos.

§ 2º. A comprovação documental da inscrição em dívida ativa da União ou de suas entidades, ou no CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, por não recolhimento da CFEM importará na imediata instauração de processo administrativo, que poderá resultar na cassação do alvará de localização e funcionamento.

§ 3º. A comprovação da suspensão, revogação ou anulação do ato de inscrição em dívida ativa da União ou de suas entidades, durante o curso do processo administrativo importará na liberação de alvará provisório, por no máximo 30 dias, ou até a conclusão do processo administrativo.

§ 4º. Concluído o processo administrativo e constatada a inscrição da empresa exploradora de recursos minerais na dívida ativa da União ou de suas entidades, ou no CADIN, por não recolhimento da CFEM, será cassado o alvará referente à licença para localização e funcionamento, cabendo à fiscalização da Secretaria Municipal da Tributos proceder à interdição, fechamento ou encerramento das atividades do respectivo estabelecimento ou unidade, no mesmo ato em que for comunicada a empresa da decisão definitiva exarada processo administrativo.

§ 5º. A comprovação documental de descumprimento da legislação federal, estadual ou municipal, concernente à pesquisa e exploração de recursos minerais, a que estão sujeitas as empresas exploradoras de recursos minerais, seja de natureza penal, cível, administrativa, fiscal ou ambiental, importará na imediata instauração de processo administrativo, que poderá resultar na cassação do alvará de localização e funcionamento.

§ 6º. Concluído o processo administrativo e constatado o descumprimento da legislação federal, estadual ou municipal, concernente à pesquisa e exploração de recursos minerais, a que estão sujeitas as empresas exploradoras de recursos minerais, seja de natureza penal, cível, administrativa, fiscal ou ambiental, será cassado o alvará referente à licença para localização e funcionamento, cabendo à fiscalização da Secretaria Municipal de Tributos proceder à interdição, fechamento ou encerramento das atividades do respectivo estabelecimento ou unidade, no mesmo ato em que for comunicada a empresa da decisão definitiva exarada no processo administrativo.

§ 7º. A comprovação do efetivo cumprimento da legislação federal, estadual ou municipal, concernente à pesquisa e exploração de recursos minerais, a que estão sujeitas as empresas exploradoras de recursos minerais, seja de natureza penal, cível, administrativa, fiscal ou ambiental, durante o curso do processo administrativo, importará na liberação de alvará provisório, por no máximo 30 (trinta) dias, ou até a conclusão do processo administrativo.

Art. 10 Aplicam-se, subsidiariamente, ao processo administrativo ora previsto, no que couber, as normas relativas à fiscalização de receita tributária disciplinadas no Código Tributário Municipal e posteriores alterações, bem como pela respectiva regulamentação.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 11 As empresas exploradoras de recursos minerais e os terceiros legalmente obrigados, a partir da publicação desta lei, relativamente a cada um de seus estabelecimentos, deverão:

I - disponibilizar, à Secretaria Municipal de Tributos, todos os documentos e livros das escritas fiscais e contábeis referente à exploração e comercialização dos recursos minerais;

II - conservar os documentos e livros referidos no inciso anterior até que ocorra a prescrição dos créditos não-tributários, na forma da lei civil, decorrentes das explorações minerais.

Art. 12 Aplicam-se, subsidiariamente, à arrecadação e cobrança das multas previstas nesta lei, no que couber, as normas contidas no Código Tributário Municipal e posteriores alterações, bem como na respectiva regulamentação, notadamente a incidência de juros de mora e correção monetária, conforme previsão expressa no referido diploma legal.

Art. 13 Aplicam-se subsidiariamente as normas municipais referente a posturas e meio ambiente, no tocante às atividades econômicas disciplinadas pela presente lei.

Art. 14 As normas regulamentares necessárias a garantir a plena eficácia desta Lei, serão estabelecidas em ato do Poder Executivo.

Art. 15 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, 08 de dezembro de 2017.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.469/2017

LEI MUNICIPAL Nº. 1.469/2017

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder desconto em impostos Municipais para os contribuintes que procederem a transferência de registro de veículo para a circunscrição regional de trânsito - CIRETRAN de Nobres/MT, e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES/MT**, Sr. LEOCIR HANEL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art.1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder desconto no pagamento de qualquer dos impostos municipais devido pelos proprietários ou arrendatários de veículos automotores que efetuarem transferência de registro de veículo para a Circunscrição Regional de Trânsito do Município de Nobres/MT, a título de incentivo.

Parágrafo único. O desconto mencionado no *caput* será o valor pago a título de taxa de transferência do veículo e poderá ser requerido pelo Contribuinte até o final do exercício seguinte em que houver efetivado a transferência, sendo permitido a cessão do crédito.

Art. 2º. Para obtenção do benefício previsto nesta lei, o Contribuinte deverá apresentar cópia autenticada do documento que comprove a transferência do veículo para a Circunscrição Regional de Trânsito - CIRETRAN de Nobres/MT.

Art. 3º. Esta Lei poderá ser regulamentada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal através de Decreto a presente Lei.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, 19 de dezembro de 2017.

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº. 1.468/2017

LEI MUNICIPAL Nº. 1.468/2017

"Dispõe sobre a dispensa do funcionário da rede municipal na data do seu aniversário"

O **PREFEITO MUNICIPAL DE NOBRES/MT**, Sr. LEOCIR HANEL, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º O servidor público municipal, na data do seu aniversário, será dispensado de suas atividades.

Art. 2º O funcionário aniversariante do mês, fica ciente de que será dispensado e este dia será deduzido no momento que o mesmo gozar das férias.

Art. 3º Fica assegurado este direito para todos os funcionários da rede municipal, efetivos, nomeados e contratados.

Art. 4º Esta lei entrara em vigor no prazo de 30 (trinta) dias após a data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/ MT, 18 de Dezembro de 2017. **LEOCIR HANEL** Prefeito Municipal	**Grupo Ocupacional: CARGOS COMISSIONADOS**

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 75/2017 - PREVI-NOBRES

PORTARIA N.º 75/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora JOANITA EMILIA DA SILVA*."*

O(A) Sr(A). NADIR DA SILVA, **Diretor (a) Executivo (a) do PREVI-NOBRES** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de NOBRES, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal n.º 1325, de 22 de Julho de 2014, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra JOANITA EMILIA DA SILVA, efetiva no cargo de COPEIRA, referência "K", nível "01", lotado na S. M. DE VIAÇÃO E OBRAS, com vencimentos integrais, a partir de 01/12/2017 e término em 29/04/2018 , conforme processo administrativo do PREVI-NOBRES, n.º **2017.05.01040P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

NOBRES - MT, 18/12/2017.

NADIR DA SILVA

Diretora Executivo do PREVI-NOBRES

Homologo:

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **REGIANE FERREIRA COIMBRA RODRIGUES**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **REGIANE FERREIRA COIMBRA RODRIGUES,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 2179048-5 SEJSP/MT e do CPF n.º 036.260. 211.57, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00015/2016**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL REGIANE FERREIRA COIMBRA RODRIGUES

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **ZULEICA AVELINO DOS SANTOS**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **ZULEICA AVELINO DOS SANTOS,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1.260.312-6 SSP/PR e do CPF n.º 355.349.829.34, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00088/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAO PROFISSIONALIZADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL ZULEICA AVELINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **ZENILDE DOS SANTOS MAKIALO**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **ZENILDE DOS SANTOS MAKIALO,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1502880-1 SSP/MT e do CPF n.º 938.284.541.00, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00051/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL ZENILDE DOS SANTOS MAKIALO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **VANDA CLEIA DA SILVA SERAFIM**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **VANDA CLEIA DA SILVA SERAFIM,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1494906-7 SSP/MT e do CPF n.º 968.529.681.20, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00019/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **MERENDEIRA**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL VANDA CLEIA DA SILVA SERAFIM

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **VALQUIRIA LIMA SOUTO**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **VALQUIRIA LIMA SOUTO,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 2242491-1 SSP/MT e do CPF n.º 038.975.291.65, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00022/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **MONITOR ESCOLAR**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL VALQUIRIA LIMA SOUTO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **UILTES SIQUEIRA CAMPOS TUSSOLINI DE ALMEIDA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **UILTES SIQUEIRA CAMPOS TUSSOLINI DE ALMEIDA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 0610 945-4 SSP/MT e do CPF n.º 406.463.191.91, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00050/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL UILTES SIQUEIRA CAMPOS TUSSOLINI DE ALMEIDA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **THAIS CRISTINE DIAS PEDROSO**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **THAIS CRISTINE DIAS PEDROSO,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1958286-2 SEJSP/MT e do CPF n.º 027.442.031.73, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00016/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAO PROFISSIONALIZADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL THAIS CRISTINE DIAS PEDROSO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **TEREZA DALLA VECCHIA HUNGER**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **TEREZA DALLA VECCHIA HUNGER,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 610.982 SSP/MT e do CPF n.º 442.145.371.49, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00068/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____
_____

LEOCIR HANEL TEREZA DALLA VECCHIA HUNGER

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____
_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **TEREZA CELENSINA ALVES BARBOSA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **TEREZA CELENSINA ALVES BARBOSA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 6.272.953-8 SSP/PR e do CPF n.º 897.436.449.20, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00018/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____
_____

LEOCIR HANEL TEREZA CELENSINA ALVES BARBOSA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____
_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **TELMA CLEONICE DE ARRUDA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **TELMA CLEONICE DE ARRUDA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1230040-3 SJ/MT e do CPF n.º 002.847.641.75, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00021/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL TELMA CLEONICE DE ARRUDA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **TATIANE VIEIRA DA SILVA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **TATIANE VIEIRA DA SILVA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 2207202-0 SSP/MT e do CPF n.º 038.076.941.70, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00010/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **MONITOR ESCOLAR**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL TATIANE VIEIRA DA SILVA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **TANIANE PAULINA MARQUES**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **TANIANE PAULINA MARQUES,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1529642-3 SSP/MT e do CPF n.º 010.956.361.11, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00036/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 30 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL TANIANE PAULINA MARQUES

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **TANIA APARECIDA MENDES LIMA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **TANIA APARECIDA MENDES LIMA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 0743123-6 SJ/MT e do CPF n.º 593.221.101.63, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00053/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL TANIA APARECIDA MENDES LIMA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **SERGIANA GENESSI DO PRADO SILVA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **SERGIANA GENESSI DO PRADO SILVA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1467217-0 SESP/MT e do CPF n.º 972.041.021.34, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00046/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAO PROFISSIONALIZADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL SERGIANA GENESSI DO PRADO SILVA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **SEBASTIAO DA GUIA DE SIQUEIRA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **SEBASTIAO DA GUIA DE SIQUEIRA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 0892189-0 SEJSP/MT e do CPF n.º 630.963.581.68, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00087/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 30 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL SEBASTIAO DA GUIA DE SIQUEIRA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **SEBASTIANA SANTANA MENDES RAPIS**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **SEBASTIANA SANTANA MENDES RAPIS,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 0765646-7 SSP/MT e do CPF n.º 344.721.931. 91, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00118/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **MONITOR ESCOLAR**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____
_____

LEOCIR HANEL SEBASTIANA SANTANA MENDES RAPIS

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____
_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **SANDRA REGINA RODRIGUES MEQUIVO**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **SANDRA REGINA RODRIGUES MEQUIVO,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 2008162-6 SSP/MT e do CPF n.º 019.142.421. 81, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00082/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____
_____

LEOCIR HANEL SANDRA REGINA RODRIGUES MEQUIVO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____
_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **ROSINEI MARQUES DE FRANÇA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **ROSINEI MARQUES DE FRANÇA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1712105-1 SSP/MT e do CPF n.º 042.653.651.75, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00043/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAO PROFISSIONALIZADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL ROSINEI MARQUES DE FRANÇA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **ROSILENE GLORIA DE ALMEIDA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **ROSILENE GLORIA DE ALMEIDA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1153982-8 SJ/MT e do CPF n.º 654.439.501.34, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00026/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL ROSILENE GLORIA DE ALMEIDA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **ROSEMARE DA SILVA SANTOS**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **ROSEMARE DA SILVA SANTOS,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 24075167 SEJSP/MT e do CPF n.º 035.970.131.04, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00107/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **MONITOR ESCOLAR**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL ROSEMARE DA SILVA SANTOS

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **ROSANGELA MARIA DE SOUZA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **ROSANGELA MARIA DE SOUZA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 0695198-8 SSP/MT e do CPF n.º 630.650.101.00, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00093/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAO PROFISSIONALIZADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____
_____

LEOCIR HANEL ROSANGELA MARIA DE SOUZA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____
_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **ROSANGELA DE ASSUNÇÃO**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **ROSANGELA DE ASSUNÇÃO,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1676116-2 SSP/MT e do CPF n.º 011.392.531.07, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00085/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAO PROFISSIONALIZADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____
_____

LEOCIR HANEL ROSANGELA DE ASSUNÇÃO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____
_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **ROSANA FRANCISCA DE SOUZA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **ROSANA FRANCISCA DE SOUZA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1912636-0 SSP/MT e do CPF n.º 020.765.321.61, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00017/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **MONITOR ESCOLAR**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____
_____

LEOCIR HANEL ROSANA FRANCISCA DE SOUZA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____
_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **REJIANE CLAUDINO DA SILVA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **REJIANE CLAUDINO DA SILVA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1.766.027-0 SSP/MT e do CPF n.º 022.204.671.63, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00116/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL REJIANE CLAUDINO DA SILVA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **QUINTINA PAULINA MARQUES**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **QUINTINA PAULINA MARQUES,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 0.418.181-6 SSP/MT e do CPF n.º 326.308.161.68, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00106/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL QUINTINA PAULINA MARQUES

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **QUEITE LAURA SILVA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **QUEITE LAURA SILVA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1494909-1 SSP/MT e do CPF n.º 998.592.541.68, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00099/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL QUEITE LAURA SILVA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **PAULA APARECIDA COSTA DAMASCENO**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **PAULA APARECIDA COSTA DAMASCENO,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1712383-6 SSP/MT e do CPF n.º 030.624.131. 58, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00084/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL PAULA APARECIDA COSTA DAMASCENO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **OZANA DE CARVALHO**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **OZANA DE CARVALHO,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 748.645 SSP/MT e do CPF n.º 651.706.441.91, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00094/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAO PROFISSIONALIZADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL OZANA DE CARVALHO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **OLINDA HELENA DAL PIZZOL**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **OLINDA HELENA DAL PIZZOL,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 955.593 SSP/MT e do CPF n.º 654.184.411.91, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00058/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL OLINDA HELENA DAL PIZZOL

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **OLINALVA MARIA DE JESUS ROMERA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **OLINALVA MARIA DE JESUS ROMERA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 0684709-9 SSP/MT e do CPF n.º 468.505.381.87, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00045/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAO PROFISSIONALIZADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL OLINALVA MARIA DE JESUS ROMERA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **NOEMIA SOARES MOREIRA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **NOEMIA SOARES MOREIRA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 328.729 SSP/MT e do CPF n.º 326.220.401.30, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00111/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL NOEMIA SOARES MOREIRA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **NILMA CAMPOS LUCAS**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **NILMA CAMPOS LUCAS,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 0676015-5 SSP/MT e do CPF n.º 458.280.671.68, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00054/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____
_____

LEOCIR HANEL NILMA CAMPOS LUCAS

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____
_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **NEUZA COIMBRA NEVES**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **NEUZA COIMBRA NEVES,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1386395-9 SSP/MT e do CPF n.º 933.360.711.00, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00011/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **MONITOR ESCOLAR**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____
_____

LEOCIR HANEL NEUZA COIMBRA NEVES

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____
_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **NATANE CARLA SILVA DOS SANTOS**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **NATANE CARLA SILVA DOS SANTOS,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 2241706-0 SSP/MT e do CPF n.º 048.630.061.79, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00025/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL NATANE CARLA SILVA DOS SANTOS

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **NAIANE DOS SANTOS PULQUERIO**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **NAIANE DOS SANTOS PULQUERIO,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 2383638-5 SEJSP/MT e do CPF n.º 040.316.061.84, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00089/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL NAIANE DOS SANTOS PULQUERIO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **MICHELLE ALEXANDRA KRUG**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **MICHELLE ALEXANDRA KRUG,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1358957-1 SSP/MT e do CPF n.º 918.343.091.15, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00120/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL MICHELLE ALEXANDRA KRUG

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **MARLUCE LOUREIRO POSSANI**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **MARLUCE LOUREIRO POSSANI,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 9674437-4 SESP/PR e do CPF n.º 035.380.451.78, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00092/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL MARLUCE LOUREIRO POSSANI

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **MARLI RODRIGUES SOUTO BORGES DE PAULA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **MARLI RODRIGUES SOUTO BORGES DE PAULA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1092528-7 SSP/MT e do CPF n.º 893.301.531.00, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00029/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAO PROFISSIONALIZADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL MARLI RODRIGUES SOUTO BORGES DE PAULA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **MARISTELA DE FATIMA LOUREIRO**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **MARISTELA DE FATIMA LOUREIRO,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 3.228.801-4 SSP/PR e do CPF n.º 030.864.069.17, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00071/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL MARISTELA DE FATIMA LOUREIRO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **MARINALVA ERCULANA DA SILVA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **MARINALVA ERCULANA DA SILVA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1663707-0 SEJUSP/MT e do CPF n.º 021.052.051.51, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00104/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL MARINALVA ERCULANA DA SILVA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 477/2017

PORTARIA Nº. 477/2017

"Regulamenta o horário de transporte dos alunos residentes na zona rural que estudam nas escolas urbanas Municipais e Estaduais"

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **e:**

Considerando-se que o objetivo desta medida é minimizar custos com transporte escolar, cumprindo com o princípio da economicidade.

Considerando-se o princípio da eficiência, o qual submete as ações do executivo ao controle dos resultados.

Considerando-se que a rede de ensino municipal e estadual, atende toda a demanda da pré-escola do ensino médio no período matutino, não prejudicando o aluno com relação às vagas.

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer o horário matutino para o transporte dos alunos da zona rural que estudam nas escolas urbanas Municipais e Estaduais.

Art. 2º. Tendo em vista as condições citadas, caso os pais ou responsáveis optemem não matricular seus filhos no horário matutino, responsabilizar-se-ão pelo transporte dos mesmos.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 19 de Dezembro de 2017.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **MARIA JOANET ALBUQUERQUE DA SILVA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **MARIA JOANET ALBUQUERQUE DA SILVA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1183223-1 SJ/MT e do CPF n.º 837.062.161. 91, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00057/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL MARIA JOANET ALBUQUERQUE DA SILVA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **MARIA FERREIRA LUZ**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **MARIA FERREIRA LUZ,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 955 555 SSP/MT e do CPF n.º 835.188.781.15, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00047/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAO PROFISSIONALIZADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____
_____

LEOCIR HANEL MARIA FERREIRA LUZ

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____
_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **MARIA DO CARMO RODRIGUES DA SILVA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **MARIA DO CARMO RODRIGUES DA SILVA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 21500019-3 SSP/MT e do CPF n.º 034.310.111. 44, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00006/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **MONITOR ESCOLAR**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____
_____

LEOCIR HANEL MARIA DO CARMO RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____
_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **MARIA DO BOMDESPACHO DE FRANÇA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **MARIA DO BOMDESPACHO DE FRANÇA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 2.090.197-6 SSP/MT e do CPF n.º 023.746.811.57, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00059/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL MARIA DO BOMDESPACHO DE FRANÇA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **MARIA CRISTINA MARTINS DA SILVA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **MARIA CRISTINA MARTINS DA SILVA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1.500.612-3 SSP/MT e do CPF n.º 912.463.421.20, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00078/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL MARIA CRISTINA MARTINS DA SILVA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **MARIA CRISTINA GARCIA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **MARIA CRISTINA GARCIA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 000816318 SSP/MS e do CPF n.º 652.640.451.00, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00032/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL MARIA CRISTINA GARCIA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **MARIA APARECIDA DE SOUZA SANTOS**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **MARIA APARECIDA DE SOUZA SANTOS,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 8.132.629-4 SSP/SP e do CPF n.º 668.617.138.72, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00076/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL MARIA APARECIDA DE SOUZA SANTOS

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **MARIA APARECIDA DE CAMPOS SOUZA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **MARIA APARECIDA DE CAMPOS SOUZA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 0999415-7 SSP/MT e do CPF n.º 654.326.731. 34, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00076/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL MARIA APARECIDA DE CAMPOS SOUZA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **MARIA APARECIDA DE ANUNCIAÇÃO**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **MARIA APARECIDA DE ANUNCIAÇÃO,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1956769-3 SSP/MT e do CPF n.º 036.060.321.10, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00117/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **MONITOR ESCOLAR**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL MARIA APARECIDA DE ANUNCIAÇÃO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **MARIA APARECIDA BARBOSA RIBEIRO**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **MARIA APARECIDA BARBOSA RIBEIRO,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 0397406-5 SEJUSP/MT e do CPF n.º 460.162.281. 68, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00031/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL MARIA APARECIDA BARBOSA RIBEIRO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **MANOEL GERALDO LEITE**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **MANOEL GERALDO LEITE,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 241870100 SSP/SP e do CPF n.º 570.781.905.30, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00001/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **MOTORISTA DE VEICULO PESADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL MANOEL GERALDO LEITE

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **LUZIANE CRISTINA DE BRITO SILVA BARROS**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **LUZIANE CRISTINA DE BRITO SILVA BARROS,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1124507-7 SJ/MT e do CPF n.º 811.617. 941.15, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00086/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAO PROFISSIONALIZADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL LUZIANE CRISTINA DE BRITO SILVA BARROS

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **LURDES MARIA ALMEIDA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **LURDES MARIA ALMEIDA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 0748641-3 SJ/MT e do CPF n.º 839.956.921.68, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00062/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL LURDES MARIA ALMEIDA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **LUIZA ESTEVAM DE CAMPOS SOUZA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **LUIZA ESTEVAM DE CAMPOS SOUZA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1293080-6 SSP/MT e do CPF n.º 878.182.721.00, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00052/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL LUIZA ESTEVAM DE CAMPOS SOUZA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **LUCINEY PACHECO DOS SANTOS NUNES**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **LUCINEY PACHECO DOS SANTOS NUNES,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 0768427-4 SSP/MT e do CPF n.º 523.186.051. 49, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato

de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00039/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL LUCINEY PACHECO DOS SANTOS NUNES

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **LUANA CARLA SILVA DOS SANTOS**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **LUANA CARLA SILVA DOS SANTOS,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 21100691 SSP/MT e do CPF n.º 042.580.091.13, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00049/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAO PROFISSIONALIZADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL LUANA CARLA SILVA DOS SANTOS

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **LEONICE ALMEIDA DOS SANTOS**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **LEONICE ALMEIDA DOS SANTOS,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 2157873-7 SSP/MT e do CPF n.º 037.191.351.95, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00048/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAO PROFISSIONALIZADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL LEONICE ALMEIDA DOS SANTOS

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **LAURA ADRIANA DE PINHO RIBEIRO**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **LAURA ADRIANA DE PINHO RIBEIRO,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1230038-1 SEJSP/MT e do CPF n.º 886.606.301. 06, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00009/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____
_____

LEOCIR HANEL LAURA ADRIANA DE PINHO RIBEIRO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____
_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **LARISSA CARVALHO COSTA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **LARISSA CARVALHO COSTA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 2466503-7 SEJUSP/MT e do CPF n.º 022.116.641.64, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00044/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAO PROFISSIONALIZADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____
_____

LEOCIR HANEL LARISSA CARVALHO COSTA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____
_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **JUVERCINA ODILIA DA COSTA E SILVA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **JUVERCINA ODILIA DA COSTA E SILVA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1116515-4 SJ/MT e do CPF n.º 003.338.431.26, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00024/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL JUVERCINA ODILIA DA COSTA E SILVA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **JUCINETE EMILIA DA SILVA BRITO**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **JUCINETE EMILIA DA SILVA BRITO,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1092744-1 SESP/MT e do CPF n.º 793.236.341.15, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00090/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL JUCINETE EMILIA DA SILVA BRITO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **JUCINEIA RAMOS DA SILVA FICHER**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **JUCINEIA RAMOS DA SILVA FICHER,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1006779-5 SEJSP/MT e do CPF n.º 840.713.381. 72, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00040/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAO PROFISSIONALIZADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL JUCINEIA RAMOS DA SILVA FICHER

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **JUCILEI XAVIER RAMOS**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **JUCILEI XAVIER RAMOS,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 0749888-8 SSP/MT e do CPF n.º 615.540.141.15, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, re-

solvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00027/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL JUCILEI XAVIER RAMOS

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **JOSIANE DELFINO DE ARAUJO**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **JOSIANE DELFINO DE ARAUJO,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1669042-7 SSP/MT e do CPF n.º 009.714.881.42, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00041/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAO PROFISSIONALIZADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL JOSIANE DELFINO DE ARAUJO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **JOSE AUGUSTO SOUTO DA SILVA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **JOSE AUGUSTO SOUTO DA SILVA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1913854-7 SESP/MT00 e do CPF n.º 021.054.081.84, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00023/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **MONITOR ESCOLAR**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL JOSE AUGUSTO SOUTO DA SILVA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **IVANETE DE ALMEIDA LARA LIMA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **IVANETE DE ALMEIDA LARA LIMA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1.473.098-7 SSP/MT e do CPF n.º 972.703.931.68, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00075/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____
_____

LEOCIR HANEL IVANETE DE ALMEIDA LARA LIMA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____
_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **ISLENE VIEIRA REIS**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **ISLENE VIEIRA REIS,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1447813-7 SSP/MT e do CPF n.º 969.594.281.49, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00012/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAO PROFISSIONALIZADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____
_____

LEOCIR HANEL ISLENE VIEIRA REIS

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____
_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **GUIELMA MARIA DE OLIVEIRA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **GUIELMA MARIA DE OLIVEIRA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 2518998-0 SEJUSP/MT e do CPF n.º 057.030.831.33, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00035/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **MONITOR ESCOLAR**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL GUIELMA MARIA DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **GRACIELI GREICE DE MORAES GONÇALVES**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **GRACIELI GREICE DE MORAES GONÇALVES,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 21500371 SSP/MT e do CPF n.º 032.640. 161.09, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00052/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAO PROFISSIONALIZADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL GRACIELI GREICE DE MORAES GONÇALVES

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **GERALDA FERNANDES DA SILVA SANTANA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **GERALDA FERNANDES DA SILVA SANTANA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 30405211 SESP/MT e do CPF n.º 566.352. 221.20, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00042/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL GERALDA FERNANDES DA SILVA SANTANA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **GENICREI FRANCISCA DE FRANCA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **GENICREI FRANCISCA DE FRANCA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1613972-0 SSP/MT e do CPF n.º 012.498.741. 90, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato

de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00101/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL GENICREI FRANCISCA DE FRANCA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **FRANSUIZA FRANÇA DA SILVA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **FRANSUIZA FRANÇA DA SILVA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 2209167-0 SSP/MT e do CPF n.º 037.447.491.50, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00061/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAO PROFISSIONALIZADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL FRANSUIZA FRANÇA DA SILVA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **EVELLYN NUBIA DA SILVA NEVES**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **EVELLYN NUBIA DA SILVA NEVES,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1716591-1 SSP/MT e do CPF n.º 010.958.371.09, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00063/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL EVELLYN NUBIA DA SILVA NEVES

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **EVANETHE PIRES DA SILVA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **EVANETHE PIRES DA SILVA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 991 051 SSP/MT e do CPF n.º 667.833.131.15, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00066/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL EVANETHE PIRES DA SILVA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **ELENICE TEREZINHA BUENO BORDIGNON**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **ELENICE TEREZINHA BUENO BORDIGNON,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1.004.592 SSP/MT e do CPF n.º 462.537.690. 49, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00073/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL ELENICE TEREZINHA BUENO BORDIGNON

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **EDINEIA SILVA DA LUZ**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **EDINEIA SILVA DA LUZ,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1501568-8 SSP/MT e do CPF n.º 000.907.231.47, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00079/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL EDINEIA SILVA DA LUZ

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **EDINEIA PALITA SOARES**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **EDINEIA PALITA SOARES,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 2.060.074-7 SSP/MT e do CPF n.º 031.136.491.88, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00055/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL EDINEIA PALITA SOARES

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **DORYLEIA SANTANA DE AMORIM**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **DORYLEIA SANTANA DE AMORIM,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1735348-3 SSP/MT e do CPF n.º 017.925.101.52, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00100/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL DORYLEIA SANTANA DE AMORIM

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **DIRCE CORREA FALCÃO**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **DIRCE CORREA FALCÃO,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 14.580.053-2 SSP/SP e do CPF n.º 321.530.311.68, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00074/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL DIRCE CORREA FALCÃO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **DEONICE MARIA DE ROMA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **DEONICE MARIA DE ROMA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 400.034 SSP/MT e do CPF n.º 253.912.751.72, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00065/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL DEONICE MARIA DE ROMA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **DANIELI FERREIRA DA SILVA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **DANIELI FERREIRA DA SILVA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 2497414-5 SEJSP/MT e do CPF n.º 050.876.221.94, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00109/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **TECNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL NAO PROFISSIONALIZADO**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL DANIELI FERREIRA DA SILVA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **CARMEM MARCIELLEN PEREIRA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **CARMEM MARCIELLEN PEREIRA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1066729-6 SSP/MT e do CPF n.º 831.710.701.97, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00008/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL CARMEM MARCIELLEN PEREIRA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **CARMEM ALVES PEDROSO DA COSTA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **CARMEM ALVES PEDROSO DA COSTA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1746756-0 SSP/MT e do CPF n.º 013.412.561.46, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00038/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL CARMEM ALVES PEDROSO DA COSTA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **BETINA KANZY DA COSTA BRANDÃO**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **BETINA KANZY DA COSTA BRANDÃO,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 2526357-9 SEJUSP/MT e do CPF n.º 020.064.462. 90, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00098/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL BETINA KANZY DA COSTA BRANDÃO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **AUREA JANI RONDON MAYER**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **AUREA JANI RONDON MAYER,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 0.325.778-9 SSP/MT e do CPF n.º 205.384.801.49, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00015/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL AUREA JANI RONDON MAYER

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **ANDREIA SOUZA DA SILVA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **ANDREIA SOUZA DA SILVA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 2972038-9 SSP/MT e do CPF n.º 061.195.351.01, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00034/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **MONITOR ESCOLAR**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL ANDREIA SOUZA DA SILVA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **ANDRE DOS SANTOS**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **ANDRE DOS SANTOS,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 0751573-1 SEJUSP/MT e do CPF n.º 654.139.381.87, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00069/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL ANDRE DOS SANTOS

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **ANAIL LUCIA CABRAL**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **ANAIL LUCIA CABRAL,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1230143-4 SJ/MT e do CPF n.º 654.424.231.49, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00091/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL ANAIL LUCIA CABRAL

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **ANAIDE COSTA PEDROZO**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **ANAIDE COSTA PEDROZO,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1874217-3 SSP/MT e do CPF n.º 019.080.551.03, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00028/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL ANAIDE COSTA PEDROZO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL

DE NOBRES E O SRº (A) **ANA SIMOA AVELINO DOS SANTOS PESSOA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **ANA SIMOA AVELINO DOS SANTOS PESSOA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 2334393-1 SSP/MT e do CPF n.º 401.613. 669.53, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00072/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL ANA SIMOA AVELINO DOS SANTOS PESSOA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **AMARILISE RODRIGUES DA SILVA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n.º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **AMARILISE RODRIGUES DA SILVA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 2100059-0 SSP/MT e do CPF n.º 046.230.251. 28, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00081/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL AMARILISE RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **ALESSANDRA DE OLIVEIRA CARVALHO**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **ALESSANDRA DE OLIVEIRA CARVALHO,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 1193450-6 SJ/MT e do CPF n.º 964.591.151.68, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00119/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL ALESSANDRA DE OLIVEIRA CARVALHO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **ADRIELE DE FRANÇA OLIVEIRA MIOTTO**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **ADRIELE DE FRANÇA OLIVEIRA MIOTTO,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 2.002.517-3 SSP/MT e do CPF n.º 025.502.471. 16, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00030/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL ADRIELE DE FRANÇA OLIVEIRA MIOTTO

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **ADELAINE FERREIRA DE SOUZA**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n. º159.026.509-25, e **ADELAINE FERREIRA DE SOUZA,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 18295142 SSP/MT e do CPF n.º 042.332.311.30, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00014/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL ADELAINE FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 476/2017

PORTARIA Nº. 476/2017

"Dispõe sobre a aplicação de Advertência a Servidor"

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E GESTÃO, no uso da competência prevista no Artigo 174 da Lei 992/2006, e tendo em vista o que consta do Processo- Portaria nº 450/2017, **RESOLVE:**

Art. 1º. – Aplicar ao servidor W.F.A, matrícula nº 1394, MOTORISTA DE AMBULÂNCIA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a pena de ADVERTÊNCIA, prevista no art. 146, por infringência ao artigo 135, incisos I, VII e IX, e artigos 141 e 142, da Lei do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Nobres MT. Publique-se. Intime-se e arquive-se.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Nobres/MT, 19 de dezembro de 2017.

Mara Lurdes Ohlweiler

Secretária de Administração Planejamento e Gestão

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 74/2017 - PREVI-NOBRES

PORTARIA N.º 74/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora ARLETE PARZIANELLO MACIEL.*"*

O(A) Sr(A). NADIR DA SILVA, **Diretor (a) Executivo (a) do PREVI-NOBRES** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de NOBRES, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal n.º 1325, de 22 de Julho de 2014, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra ARLETE PARZIANELLO MACIEL, efetiva no cargo de PROFESSOR 30 HORAS, referência "", nível "5", lotado na S. EDUCAÇÃO CULT. ESP. FUNDEB, com vencimentos integrais, a partir de 30/11/2017 e término em 27/01/2018 , conforme processo administrativo do PREVI-NOBRES, n.º **2017.05.01029R2**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

NOBRES - MT, 18/12/2017.

NADIR DA SILVA

Diretora Executiva do PREVI-NOBRES

Homologo:

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

RH
DPTO DE RECURSOS HUMANOS

RESCISÃO CONSENSUAL DE CONTRATO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS TEMPORÁRIOS, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O SRº (A) **BENEDITA LINEIDE DE ALBUQUERQUE**

O Município de Nobres, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/n. º, Jardim Paraná, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o n. º 03.424.272/0001-07, representado pelo Prefeito Municipal, **SR. LEOCIR HANEL**, brasileiro, casado, agente Político, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres – MT, inscrito no RG sob o n.º 740239 SSP/PR e CPF n.º159.026.509-25, e **BENEDITA LINEIDE DE ALBUQUERQUE,** brasileiro, portador (a) do RG n.º 619.942 SSP/MT e do CPF n.º 631.848.501.53, considerando os termos da Lei n.º 1148/2009, bem como por conveniência das partes, resolvem **rescindir CONSENSUALMENTE** o Contrato de Execução de Serviços, firmado entre si, conforme cláusulas a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1.1 - Fica rescindido de forma CONSENSUAL o Contrato deExecução de Serviços Temporários, nº. **00064/2017**, firmado entre o Distratante e o Distratado, que tinha como objeto a contratação temporária de servidor, para a função de **PROFESSOR 20 HORAS**junto a Secretaria de Educação**.**

1.2 – A presente rescisão se fundamenta no Artigo 11, inciso I, da Lei nº. 1148/2009.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – **A DISTRATANTE** promoverá a partir desta data, a baixa do referido contrato, bem como o empenho dos restos a receber, referente ao período efetivamente trabalhado, caso houver.

2.2 – **O DISTRATADO** fica na responsabilidade de devolução de quaisquer objetos ou bens da Fazenda Pública Municipal, que por ventura estiver em seu poder, caso houver.

2.3 – Fica eleito o foro da Comarca de Nobres – MT, para dirimir qualquer dúvida que por ventura venha a ocorrer com a execução deste termo.

Nobres - MT,22 de dezembro de 2017.

_____

_____

LEOCIR HANEL BENEDITA LINEIDE DE ALBUQUERQUE

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

JURIDICO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 054/2016

Motivo: Dilação excepcional dos prazos de execução e de vigência do Contrato Administrativo nº 054/2016, após expirado o termo final.

Contratada: Construtora Irmãos Gonçalves LTDA.

Objeto: Construção do Centro de Atendimento ao Turista.

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de análise da possibilidade de reativação das tratativas ajustadas referente ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 054/2016, em que figura como Contratante o Município de Nortelândia/MT, como Contratada Construtora Irmãos Gonçalves LTDA, visto que a formalização do termo aditivo foi pretendida de forma intempestiva

Considerando o Parecer nº 029/2017, exarado pela Assessoria Jurídica, dando conta da necessidade de prorrogação do Contrato Administrativo nº 054/2016 a bem do interesse público, **DECIDO** homologar o teor do Parecer Jurídico nº 029, de 14 de dezembro de 2017 e decido pela lavratura do Segundo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 054/2016. Na mesma oportunidade, considerando também a indisponibilidade do interesse público, a legalidade e, sobretudo, a eficiência dos serviços públicos **DETERMINO** a apuração de eventual responsabilidade pela inobservância dos prazos limítrofe para a solicitação da prorrogação do prazo do ajuste, instaurando-se a competente sindicância.

Nortelândia, 18 de dezembro 2017.

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

JURIDICO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 059/2014

Motivo: Dilação excepcional do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 059/2014, após expirado o termo final.

Contratada: FG Projetos e Consultorias LTDA ME.

Objeto: Elaboração de Projeto executivo e planilhas de engenharia para implantação da Unidade de Beneficiamento de Alevinos.

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de análise da possibilidade de reativação das tratativas ajustadas referente ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 059/2014, em que figura como Contratante o Município de Nortelândia/MT, como Contratada FG Projetos e Consultorias LTDA ME, visto que a formalização do termo aditivo foi pretendida de forma intempestiva.

Considerando o Parecer nº 032/2017, exarado pela Assessoria Jurídica, dando conta da necessidade de prorrogação do Contrato Administrativo nº 059/2014 a bem do interesse público, **DECIDO** homologar o teor do Parecer Jurídico nº 032, de 14 de dezembro de 2017 e decido pela lavratura do Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 059/2014. Na mesma oportunidade, considerando também a indisponibilidade do interesse público, a legalidade e, sobretudo, a eficiência dos serviços públicos **DETERMINO** a apuração de eventual responsabilidade pela inobservância dos prazos limítrofe para a solicitação da prorrogação do prazo do ajuste, instaurando-se a competente sindicância.

Nortelândia, 18 de dezembro 2017.

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

JURIDICO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 060/2014

Motivo: Dilação excepcional do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 060/2014, após expirado o termo final.

Contratada: FG Projetos e Consultorias LTDA ME.

Objeto: Elaboração de Projeto executivo e planilhas de engenharia para implantação da Unidade de Beneficiamento de Alevinos.

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de análise da possibilidade de reativação das tratativas ajustadas referente ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 060/2014, em que figura como Contratante o Município de Nortelândia/MT, como Contratada FG Projetos e Consultorias LTDA ME, visto que a formalização do termo aditivo foi pretendida de forma intempestiva.

Considerando o Parecer nº 033/2017, exarado pela Assessoria Jurídica, dando conta da necessidade de prorrogação do Contrato Administrativo nº 060/2014 a bem do interesse público, **DECIDO** homologar o teor do Parecer Jurídico nº 033, de 14 de dezembro de 2017 e decido pela lavratura do Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 060/2014. Na mesma oportunidade, considerando também a indisponibilidade do interesse público, a legalidade e, sobretudo, a eficiência dos serviços públicos **DETERMINO** a apuração de eventual responsabilidade pela inobservância dos prazos limítrofe para a solicitação da prorrogação do prazo do ajuste, instaurando-se a competente sindicância.

Nortelândia, 18 de dezembro 2017.

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DOS ANEXOS DA LEI MUNICIPAL Nº 437, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017

EXTRATO DOS ANEXOS DA **LEI MUNICIPAL Nº 437, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017**

Objeto: ANEXOS DA LEI QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS, QUE ESTÃO DISPONIVEIS NA INTEGRA NO SITE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA E NO MURAL.

(LINK DE NOTÍCIAS)

ANEXOS:

Nortelandia_Disponibilidade Hidrica Urbana_A4

Nortelandia_Disponibilidade Hidrica_A3

Nortelandia_Fundo de Vale_A4

Nortelandia_HidroBacias e UPG_A4

Nortelandia_Hidrografia_A4

Nortelandia_Localidades Rurais_A3

Nortelandia_Localizacao_A4

Nortelandia_Recursos Hidricos Subterraneos_A4

Nortelandia_Saneamento_A3

Nortelandia_Vias de Acesso_A4

C1_AltoRioParaguai_AterroSanitario_GeralA_A3

C20170426_Diagnóstico Nortelândia_V9_rev

D20170514_Prognóstico_Nortelândia_V02_Rev

EF20170512_Programas Projetos e Ações e Plano de Execução_Nortelândia_Rev

G20161202_Minuta do Projeto de Lei do PMSB_NORTELÂNDIA

H20170126_Indicadores de Desempenho_Nortelandia_V1

I20160627_Sistema de Informações_Nortelândia_V1

Data da Assinatura: 18 DE DEZEMBRO de 2017.

JURIDICO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 038/2014

Motivo: Dilação excepcional do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 038/2014, após expirado o termo final.

Contratada: Global Light Construções LTDA.

Objeto: Execução de Obra de Construção de UBS Porte I.

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de análise da possibilidade de reativação das tratativas ajustadas referente ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 038/2014, em que figura como Contratante o Município de Nortelândia/MT, como Contratada Global Light Construções LTDA, visto que a formalização do termo aditivo foi pretendida de forma intempestiva.

Considerando o Parecer nº 038/2017, exarado pela Assessoria Jurídica, dando conta da necessidade de prorrogação do Contrato Administrativo nº 038/2014 a bem do interesse público, **DECIDO** homologar o teor do Parecer Jurídico nº 038, de 14 de dezembro de 2017 e decido pela lavratura do Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 038/2014. Na mesma oportunidade, considerando também a indisponibilidade do interesse público, a legalidade e, sobretudo, a eficiência dos serviços públicos **DETERMINO** a apuração de eventual responsabilidade pela inobservância dos prazos limítrofe para a solicitação da prorrogação do prazo do ajuste, instaurando-se a competente sindicância.

Nortelândia, 18 de dezembro 2017.

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

JURIDICO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 004/2016

Motivo: Dilação excepcional do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 004/2016, após expirado o termo final.

Contratada: Hecoservice Construções e Saneamento EIRELE.

Objeto: Execução de drenagem e pavimentação asfálticas de Via Urbana – Av. Nicolau Gomes de Souza, Av. Rodolfo Rodrigues Silva, Rua Ademar de Barros, Rua Wellington Fagundes e Rua Cuiabá, no Município de Nortelândia.

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de análise da possibilidade de reativação das tratativas ajustadas referente ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 004/2016, em que figura como Contratante o Município de Nortelândia/MT, como Contratada Hecoservice Construções e Saneamento EIRELE, visto que a formalização do termo aditivo foi pretendida de forma intempestiva.

Considerando o Parecer nº 037/2017, exarado pela Assessoria Jurídica, dando conta da necessidade de prorrogação do Contrato Administrativo nº 004/2016 a bem do interesse público, **DECIDO** homologar o teor do Parecer Jurídico nº 037, de 14 de dezembro de 2017 e decido pela lavratura do Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 004/2016. Na mesma oportunidade, considerando também a indisponibilidade do interesse público, a legalidade e, sobretudo, a eficiência dos serviços públicos **DETERMINO** a apuração de eventual responsabilidade pela inobservância dos prazos limítrofe para a solicitação da prorrogação do prazo do ajuste, instaurando-se a competente sindicância.

Nortelândia, 18 de dezembro 2017.

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 004/2017

EDITAL DE RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº 003/2017 DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA ATUAR NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NORTELÂNDIA – MATO GROSSO, DURANTE O ANO LETIVO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº 003/2017 QUE TRATA DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA - MT, COMO CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PARA ATUAR NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPECIALMENTE, PARA PREENCHER AS VAGAS DE SUBSTITUIÇÃO DE SERVIDORES EFETIVOS AFASTADOS OU LICENCIADOS, AULAS E TURMAS LIVRES, E PARA OS ACRÉSCIMOS DE SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA OU NÃO, CONFORME EDITAIS NºS 001/2017-SMECDL, 002/2017-SMECDL, 003/2017-SMECDL E LEI MUNICIPAL Nº 427 DE 13/11/2017, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2017.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER, em conjunto com a **COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICAD**O, no uso de suas atribuições legais, torna público a retificação do Edital nº 003/2017, de 18 de dezembro de 2017, sobre a relação dos candidatos que tiveram as inscrições **DEFERIDAS E INDEFERIDAS**, para o Processo Seletivo Simplificado 001/2017-SMECDL.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

(...)

2. DAS INSCRIÇÕES DEFERIDAS

2.1 Acrescentar a inscrição do Candidato abaixo relacionado para o cargo de:

A) CARGO: VIGIA

INSC.	NOME:	CPF	RG:
216	FELIPE VENANCIO DE SOUZA SILVA	057269631-05	2705997-9

2.2 Alterar a inscrição dos Candidatos abaixo relacionados para os seguintes cargos:

B) CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL: AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

INSC.	NOME:	CPF	RG:
179	PAULA DE SOUZA CANEI	051593551-46	2601794-6

C) CARGO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL – LIMPEZA E INFRA ESTRUTURA

INSC.	NOME:	CPF	RG:
121	SHIRLY DIVINA DA SILVA	007.277.291-36	1564116-3

(...)

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nortelândia – MT, 19 de Dezembro de 2017.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

PREFEITO MUNICIPAL

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

EDILEUSA OLIVEIRA DE SOUZA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER

MARIA DE LOURDES CAVALCANTE CASADO

PRESIDENTE DA COMISSÃO

Registrado e publicado, na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

JURIDICO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 050/2014

Motivo: Dilação excepcional do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 050/2014, após expirado o termo final.

Contratada: Construtora WRE LTDA - ME.

Objeto: Execução de obras ampliação do Centro de Saúde de Nortelândia/MT.

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de análise da possibilidade de reativação das tratativas ajustadas referente ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 050/2014, em que figura como Contratante o Município de Nortelândia/MT, como Contratada Guaxe Construtora LTDA, visto que a formalização do termo aditivo foi pretendida de forma intempestiva.

Considerando o Parecer nº 036/2017, exarado pela Assessoria Jurídica, dando conta da necessidade de prorrogação do Contrato Administrativo nº 050/2014 a bem do interesse público, **DECIDO** homologar o teor do Parecer Jurídico nº 036, de 14 de dezembro de 2017 e decido pela lavratura do Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 050/2014. Na mesma oportunidade, considerando também a indisponibilidade do interesse público, a legalidade e, sobretudo, a eficiência dos serviços públicos **DETERMINO** a apuração de eventual responsabilidade pela inobservância dos prazos limítrofe para a solicitação da prorrogação do prazo do ajuste, instaurando-se a competente sindicância.

Nortelândia, 18 de dezembro 2017.

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

JURIDICO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 027/2012

Motivo: Dilação excepcional do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 027/2012, após expirado o termo final.

Contratada: Planeje Projetos Engenharias e Construção LTDA - EPP.

Objeto: Execução de obras de urbanização da Praia Norteflay.

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de análise da possibilidade de reativação das tratativas ajustadas referente ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 027/2012, em que figura como Contratante o Município de Nortelândia/MT, como Contratada Planeje Projetos Engenharias e Construção LTDA - EPP, visto que a formalização do termo aditivo foi pretendida de forma intempestiva.

Considerando o Parecer nº 035/2017, exarado pela Assessoria Jurídica, dando conta da necessidade de prorrogação do Contrato Administrativo nº 027/2012 a bem do interesse público, **DECIDO** homologar o teor do Parecer Jurídico nº 035, de 14 de dezembro de 2017 e decido pela lavratura do Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 027/2012. Na mesma oportunidade, considerando também a indisponibilidade do interesse público, a legalidade e, sobretudo, a eficiência dos serviços públicos **DETERMINO** a apuração de eventual responsabilidade pela inobservância dos prazos limítrofe para a solicitação da prorrogação do prazo do ajuste, instaurando-se a competente sindicância.

Nortelândia, 18 de dezembro 2017.

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

JURIDICO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 061/2014

Motivo: Dilação excepcional do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 061/2014, após expirado o termo final.

Contratada: FG Projetos e Consultorias LTDA ME.

Objeto: Elaboração de Projeto executivo e planilhas de engenharia para implantação da Unidade de Beneficiamento de Alevinos.

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de análise da possibilidade de reativação das tratativas ajustadas referente ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 061/2014, em que figura como Contratante o Município de Nortelândia/MT, como Contratada FG Projetos e Consultorias LTDA ME, visto que a formalização do termo aditivo foi pretendida de forma intempestiva.

Considerando o Parecer nº 034/2017, exarado pela Assessoria Jurídica, dando conta da necessidade de prorrogação do Contrato Administrativo nº 061/2014 a bem do interesse público, **DECIDO** homologar o teor do Parecer Jurídico nº 034, de 14 de dezembro de 2017 e decido pela lavratura do Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 061/2014. Na mesma oportunidade, considerando também a indisponibilidade do interesse público, a legalidade e, sobretudo, a eficiência dos serviços públicos **DETERMINO** a apuração de eventual responsabilidade pela inobservância dos prazos limítrofe para a solicitação da prorrogação do prazo do ajuste, instaurando-se a competente sindicância

Nortelândia, 18 de dezembro 2017.

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

JURIDICO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 032/2013

Motivo: Dilação excepcional do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 032/2013, após expirado o termo final.

Contratada: Guaxe Construtora LTDA.

Objeto: Execução e Pavimentação Asfáltica em TSD (Tratamento Superficial Duplo), capa selante e drenagem superficial de águas pluviais nas Ruas Enedina Altamira Amorin, Olinda Moreira de Brito, Garimpeiros, Rodrigo L. Souza e Pref. Francisco de A. Andrade, no Município de Nortelândia/MT.

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de análise da possibilidade de reativação das tratativas ajustadas referente ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 032/2013, em que figura como Contratante o Município de Nortelândia/MT, como Contratada Guaxe Construtora LTDA, visto que a formalização do termo aditivo foi pretendida de forma intempestiva.

Considerando o Parecer nº 030/2017, exarado pela Assessoria Jurídica, dando conta da necessidade de prorrogação do Contrato Administrativo nº 032/2013 a bem do interesse público, **DECIDO** homologar o teor do Parecer Jurídico nº 030, de 14 de dezembro de 2017 e decido pela lavratura do Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 032/2013. Na mesma oportunidade, considerando também a indisponibilidade do interesse público, a legalidade e, sobretudo, a eficiência dos serviços públicos **DETERMINO** a apuração de eventual responsabilidade pela inobservância dos prazos limítrofe para a solicitação da prorrogação do prazo do ajuste, instaurando-se a competente sindicância.

Nortelândia, 18 de dezembro 2017.

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

JURIDICO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 058/2014

Motivo: Dilação excepcional do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 058/2014, após expirado o termo final.

Contratada: FG Projetos e Consultorias LTDA ME.

Objeto: Elaboração de Projeto executivo e planilhas de engenharia para implantação da Unidade de Beneficiamento de Peixe.

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de análise da possibilidade de reativação das tratativas ajustadas referente ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços nº 058/2014, em que figura como Contratante o Município de Nortelândia/MT, como Contratada FG Projetos e Consultorias LTDA ME, visto que a formalização do termo aditivo foi pretendida de forma intempestiva.

Considerando o Parecer nº 031/2017, exarado pela Assessoria Jurídica, dando conta da necessidade de prorrogação do Contrato Administrativo nº 058/2014 a bem do interesse público, **DECIDO** homologar o teor do Pare-

cer Jurídico nº 031, de 14 de dezembro de 2017 e decido pela lavratura do Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 058/2014. Na mesma oportunidade, considerando também a indisponibilidade do interesse público, a legalidade e, sobretudo, a eficiência dos serviços públicos **DETERMINO** a apuração de eventual responsabilidade pela inobservância dos prazos limítrofe para a solicitação da prorrogação do prazo do ajuste, instaurando-se a competente sindicância.

Nortelândia, 18 de dezembro 2017.

Jossimar José Fernandes

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 06/2017

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 06/2017

Contratante: Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento- MT

Contratado: Construtora Nativa – LTDA

Objeto: O termo aditivo tem por finalidade a prorrogação do prazo de vigência do Contrato 06/2017 e da obra de "Reforma e ampliação do Prédio da Câmara Municipal de Nossa Senhora do Livramento".

A prorrogação do prazo do referido termo contratual se dará sem aplicação de reajuste de valor.

Assinatura: 18/12/2017

Fundamento legal: art. 57 da Lei 8.666/93

Prazo de prorrogação: 60 (sessenta) dias, contados a partir do dia

19 de Dezembro de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 029/2017

Portaria nº 029/2017

Ementa: Autoriza a Depreciação dos Bens Móveis e imóveis, e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Artigo 1º - Autoriza a Depreciação dos Bens Móveis e Imóveis desta Câmara Municipal, pela necessidade de enquadrá-los ao valor de mercado.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Bandeirantes-MT, 22 de novembro de 2.017

ADELINO SCHMOLLER

Presidente

CAMARA MUNICIPAL
COMUNICADO SOBRE AS CONTAS ANUAIS EXERCÍCIO 2016

Oficio nº 202/2017. Em 15 de Dezembro de 2017

Srª. Solange Sousa Kreidloro

Ex- Prefeita Municipal

Nova Bandeirantes /MT.

Ref: Comunicado sobre as Contas Anuais Exercício 2016

Senhora Ex-Prefeita

Vimos pelo presente, comunicar Vossa Senhoria que encontra-se em tramitação nesta Câmara Municipal, as contas anuais de Governo, Exercício 2016, a partir do dia 12 de Dezembro de 2017, Parecer Prévio Favorável nº 72-2017-TP. Do Tribunal de Contas, Estado de Mato Grosso.

Informamos ainda que Vossa Senhoria, receberá cópia do parecer da Comissão de Finanças e Orçamento, e será comunicada com antecedência mínima de 10 (dez) dias sobre a data da Sessão de Votação das referidas contas, que será julgada somente no ano de 2018.

Sendo o que tínhamos para o momento aproveitamos a oportunidade para elevar-mos os mais sinceros votos de alta estima e apreço.

Atenciosamente,

Adelino Schmoller

Presidente

Câmara Municipal

Biênio 2017/2018

CAMARA MUNICIPAL
REQUERIMENTO DE OITIVA SOBRE DILAÇÃO DO PRAZO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PARA EMISSÃO DE PARECER SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS, EXERCÍCIO 2016.

Ofício nº 201/2017, em **18 de dezembro de 2017.**

À sua excelência

SOLANGE SOUSA KLEIDLORO

Ex-Prefeita, gestão 2013/2016

Assunto: Requerimento de Oitiva sobre dilação do prazo da Comissão de Finanças e Orçamento para emissão de parecer sobre prestação de contas anuais, exercício 2016.

Excelentíssima Senhora,

Nos termos do artigo 213, parágrafo primeiro do Regimento Interno desta Câmara Municipal o prazo para a Comissão de Finanças e Orçamento emitir parecer sobre a prestação de contas é de 15 (quinze) dias, prorrogáveis por igual período por meio de requerimento, ouvido o ex-prefeito responsável pela conta em análise. Desta forma, **requer de Vossa Excelência a oitiva sobre a prorrogação do prazo da Comissão por mais 15 (quinze) dias, para emissão do parecer das contas em análise do exercício de 2016.**

Atenciosamente,

_____

Adelino Schmoller

Presidente Biênio 2017**/2018**

Câmara Municipal de Nova Bandeirantes**/MT**

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 028/2017

PORTARIA Nº 028/2017

SÚMULA: Nomeia a Comissão de levantamento e Avaliação do Patrimônio Físico e Financeiro da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, e dá outras providências.

Adelino Schmoller Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, tendo em vista o disposto do artigo 96 da Lei 4.320/64, e

Considerando a inexistência de funcionário graduado para a realização adequada dos serviços, compor-se-à a comissão de avaliação e do patrimônio da Câmara Municipal, com funcionários aptos as execuções dos

serviços pretendidos, dado aos seus conhecimentos atinentes a bens móveis e imóveis,

RESOLVE *:*

Artigo 1º - Fica instituída a Comissão de Inventário Físico Financeiro, para levantamento, avaliação depreciação de bens moveis e imóveis da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes – MT.

Artigo 2º - A Comissão compor-se á das seguintes pessoas:

Andreia Cristina da Silva Della Rosa

Joaquim Schmoeller

Maraisa Lopes dos Santos

Artigo 3º - O prazo para entrega dos trabalhos é até o dia 29/12/2017

Artigo 4º- Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 22 de novembro de 2.017

Artigo 5º - Revogam - se as disposições em contrário.

Registre - se Publique - se Cumpra - se

GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

EM 22 DE NOVEMBRO DE 2.017.

Adelino Schomoller

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 060/ 2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 060/ 2017

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **ELCIO MENDES DA SILVA – ME**

CNPJ: 08.618.802/0001-71

OBJETO: **Prorrogação do prazo de Vigência do Contrato Original por mais 03 (três) meses, vigorando a partir de 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Março de 2018.**

ASSINATURA: **19 de dezembro de 2017.**

VIGENCIA:**01 de Janeiro de 2018 a 31 de Março de 2018.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 059/ 2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 059/ 2017

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **NILMO APARECIDO GARCIA EIRELI – ME**

CNPJ: 18.003.773/0001-97

OBJETO: **Prorrogação do prazo de Vigência do Contrato Original por mais 03 (três) meses, vigorando a partir de 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Março de 2018.**

ASSINATURA: **19 de dezembro de 2017.**

VIGENCIA:**01 de Janeiro de 2018 a 31 de Março de 2018.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 058/ 2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 058/ 2017

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA: **JR PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA – ME**

CNPJ: 27.422.876/0001-82

OBJETO: **Prorrogação do prazo de Vigência do Contrato Original por mais 03 (três) meses, vigorando a partir de 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Março de 2018.**

ASSINATURA: **19 de dezembro de 2017.**

VIGENCIA:**01 de Janeiro de 2018 a 31 de Março de 2018.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93.**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

LEI MUNICIPAL Nº. 1119 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre alteração da Lei nº 667/2017, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras dos Servidores da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT, nas tabelas de remuneração, referente aos anexos VI, VII, VIII e IX e dá outras providências.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam alteradas as tabelas de valores através de reestruturação, os ANEXOS VI, VII, VIII e IX – Cargos Comissionados Diretos, Apoio de Serviços Administrativo, Técnico de Serviços Administrativos e Profissional de Nível Superior da Lei Municipal nº 667/2005, de 09 de agosto de 2005, para acomodar alteração na remuneração do quadro de servidores da Câmara Municipal de Nova Olímpia-MT.

Art. 2º - Os dispostos desta Lei aplicam-se, no que couber, aos aposentados e pensionistas, do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão na forma da lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, vigendo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2018, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

ANEXO VI

CARGOS COMISSIONADOS DIRETOS	
CARGO	**VALOR R$**
DAS-1	6.764,77
DAS-2	6.300,00
DAS-3	2.966,80
DAS-4	1.977,87
DAS-5	1.483,35

ANEXO VII

APOIO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO - NÍVEL ELEMENTAR 40 H				
NÍVEL	**CLASSE**			
	A	**B**	**C**	D
1	1.609,29	2.029,80	2.513,58	3.438,93
2	1.639,04	2.069,33	2.566,68	3.517,53
3	1.669,38	2.130,02	2.621,41	3.598,43
4	1.700,93	2.154,08	2.677,70	3.681,75
5	1.733,40	2.198,23	2.735,68	3.767,50
6	1.766,86	2.243,93	2.795,35	3.855,80
7	1.801,29	2.290,86	2.856,78	3.946,73
8	1.837,14	2.339,21	2.920,00	4.040,29
9	1.873,71	2.389,00	2.985,02	4.136,62
10	1.911,29	2.440,21	3.052,21	4.235,83
11	1.949,98	2.492,98	3.121,14	4.270,57
12	1.989,85	2.547,26	3.192,22	4.373,70

ANEXO VIII

TÉCNICO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS NÍVEL MÉDIO – 40 HORAS				
NÍVEL	**CLASSE**			
	A	**B**	**C**	D
1	1.785,63	2.285,28	3.106,19	4.281,72
2	1.835,27	2.349,48	3.194,35	4.397,27
3	1.886,34	2.415,59	3.285,15	4.503,84
4	1.939,03	2.483,66	3.317,34	4.669,10
5	1.993,23	2.553,74	3.410,19	4.801,43
6	2.049,05	2.625,90	3.509,05	4.927,22
7	2.106,50	2.700,24	3.609,19	5.081,15
8	2.165,68	2.776,75	3.712,29	5.227,73
9	2.226,62	2.855,50	3.818,44	5.378,56
10	2.289,30	2.936,64	3.927,79	5.533,98
11	2.353,88	3.020,14	4.040,32	5.693,91
12	2.420,35	3.106,16	4.156,22	5.858,65

ANEXO IX

PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR – 40 HORAS				
NÍVEL	**CLASSE**			
	A	**B**	**C**	D
W	5.101,87	6.088,91	7.272,46	9.110,47
2	5.218,59	6.136,38	7.445,61	9.337,30
3	5.337,39	6.279,90	7.624,19	9.571,02
4	5.459,80	6.426,65	7.683,01	9.811,61
5	5.585,77	6.579,68	7.868,43	10.059,52
6	5.628,87	6.736,32	8.059,39	10.314,81
7	5.759,82	6.897,61	8.257,46	10.577,74
8	5.896,12	7.063,60	8.460,13	10.848,59
9	6.035,11	7.234,72	8.668,49	11.127,52
10	6.125,74	7.410,84	8.883,19	11.414,84
11	6.325,52	7.592,21	9.104,04	11.710,73
12	6.477,23	7.779,00	9.331,65	12.015,54

LEI MUNICIPAL Nº. 1118 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre alteração da denominação do logradouro público Rua 32 do Bairro Jardim das Oliveiras, para Rua Francisco Zuza dos Santos e dá outras providências.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua Francisco Zuza dos Santos, em substituição da atual denominação da Rua 32 do Bairro Jardim das Oliveiras de Nova Olímpia-MT.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 058 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Que altera os dispositivos das Leis Complementares nº 013/2008 e 014/2008 que trata de adicional de insalubridade e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, Faz saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 43 de Lei Complementar nº 013/2008 de 27 de março de 2008 e seu paragrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 43 – Aos servidores em exercício habitual de suas funções em condições insalubres e ou perigosas fica assegurado a percepção de adicional de insalubridade e ou periculosidade calculado sobre o menor valor pago na escala de nível elementar da respectiva carreira de cada servidor, de acordo com grau mínimo, médio e máximo a que estejam expostos conforme o disposto em regulamento especifico.

§ 1º: Para os cargos de 20 (vinte) ou 30 (trinta) horas semanais o adicional de insalubridade e ou periculosidade será proporcional a carga horária tradicional de 40 (quarenta horas).

§ 2º: A caracterização e a classificação da insalubridade e ou periculosidade far-se-ão através de Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho, elaborado por técnicos e ou empresas habilitadas (os) em segurança e saúde do trabalho.

§ 3º: Os adicionais de insalubridade e periculosidade são excludentes entre si não podendo o servidor acumulá-los; podendo sim optar pelo mais vantajoso.

Art. 2º - - O artigo 42 de Lei Complementar nº 014/2008 de 27 de março de 2008 e seu paragrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art. 43 – Aos servidores em exercício habitual de suas funções em condições insalubres e ou perigosas fica assegurado a percepção de adicional de insalubridade e ou periculosidade calculado sobre o menor valor pago na escala de nível elementar da respectiva carreira de cada servidor, de acordo com grau mínimo, médio e máximo a que estejam expostos conforme o disposto em regulamento especifico.

§ 1º: Para os cargos de 20 (vinte) ou 30 (trinta) horas semanais o adicional de insalubridade será proporcional a carga horária tradicional de 40 (quarenta horas).

§ 2º: A caracterização e a classificação da insalubridade e ou periculosidade far-se-ão através de Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho, elaborado por técnicos e ou empresas habilitadas (os) em segurança e saúde do trabalho.

§ 3º: Os adicionais de insalubridade e periculosidade são excludentes entre si não podendo o servidor acumulá-los; podendo sim optar pelo mais vantajoso.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia-MT, aos 15 dias do mês de dezembro de 2017.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº. 1117 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

Súmula: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Nova Olímpia – MT, para o Exercício Financeiro de 2018 e dá outras providências.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:**

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - Esta Lei Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Nova Olímpia - MT, para o Exercício Financeiro de 2018 em **R$ 57.101.765,00 (Cinquenta e Sete Milhões, Cento e Um Mil, Setecentos e Sessenta e Cinco Reais),** compreendendo:

I. - O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus Fundos Especiais, Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta.

II. - O Orçamento da Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da Administração Direta.

Parágrafo único. O orçamento do Fundo de Previdência do Servidor Municipal, órgão vinculado a Administração Direta do Município de Nova Olímpia - MT, integrante do Orçamento da Seguridade Social, foi fixado em **R$ 12.467.000,00 (Doze Milhões, Quatrocentos e Sessenta e Sete Mil Reais).**

CAPÍTULO II DA PREVISÃO DA RECEITA

Artigo 2º - A Receita Orçamentária Bruta é estimada na forma dos anexos desta Lei em **R$ 62.227.683,46 (Sessenta e Dois Milhões, Duzentos e Vinte e Sete Mil, Seiscentos e Oitenta e Três Reais e Quarenta e Seis Centavos)** para Administração Direta, tendo como Dedução para o Fundeb o valor de **R$ 5.125.918,46 (Cinco Milhões, Cento e Vinte e Cinco Mil, Novecentos e Dezoito Reais e Quarenta e Seis Centavos)**, perfazendo assim uma Receita Liquida de **R$ 57.101.765,00 (Cinquenta e Sete Milhões, Cento e Um Mil, Setecentos e Sessenta e Cinco Reais)** que serão arrecadados na forma da legislação em vigor, com a estimativa constante do seguinte desdobramento:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
RECEITAS CORRENTES	44.758.343,98	14.204.157,69	58.962.501,67
RECEITAS DE CAPITAL	805.082,68	32.099,11	837.181,79
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	2.428.000,00	2.428.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-5.125.918,46	0,00	-5.125.918,46
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**40.437.508,20**	**16.664.256,80**	**57.101.765,00**
TOTAL GERAL	**40.437.508,20**	**16.664.256,80**	**57.101.765,00**

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
RECEITAS CORRENTES			
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.514.661,35	0,00	5.514.661,35
Contribuições	288.872,02	2.034.000,00	2.322.872,02
Receita de Patrimonial	352.573,72	8.000.000,00	8.352.573,72
Receita de Serviços	1.200.000,00	0,00	1.200.000,00
Transferências Correntes	37.368.345,74	4.169.157,69	41.537.503,43
Outras Receitas Correntes	33.891,15	1.000,00	34.891,15
Total das Receitas Correntes	**44.758.343,98**	**14.204.157,69**	**58.962.501,67**
RECEITA DE CAPITAL			
Transferências de Capital	805.082,68	32.099,11	837.181,79
Total das Receitas de Capital	**805.082,68**	**32.099,11**	**837.181,79**
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			
Receitas de Contribuição Intra-Orçamentárias	0,00	2.428.000,00	2.428.000,00
Outras Receitas Intra-Orçmentária			
Total Receitas Intra-Orçmentária	**0,00**	**2.428.000,00**	**2.428.000,00**
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE			

Deduções de Transferências Correntes	-5.125.918,46	0,00	-5.125.918,46
Total Deduções da Receita Corrente	**-5.125.918,46**	**0,00**	**-5.125.918,46**
TOTAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**40.437.508,20**	**16.664.256,80**	**57.101.765,00**
TOTAL GERAL	**40.437.508,20**	**16.664.256,80**	**57.101.765,00**

CAPÍTULO III

DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Artigo 3º - A despesa do Município é fixada na forma dos anexos desta Lei em **R$ 57.101.765,00 (Cinquenta e Sete Milhões, Cento e Um Mil, Setecentos e Sessenta e Cinco Reais)** para Administração Direta e será realizada segundo a discriminação dos quadros de trabalho e natureza de despesas que estão assim desdobrados:

I. - Por Categoria Econômica:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
DESPESAS CORRENTES	**26.756.851,54**	**17.351.220,95**	**44.108.072,49**
Pessoal e Encargos Sociais	16.457.376,52	12.145.534,27	28.602.910,79
Juros e Encargos da Dívida	1.000,00	0,00	1.000,00
Outras Despesas Correntes	10.298.475,02	5.205.686,68	15.504.161,70
DESPESAS DE CAPITAL	**4.111.057,75**	**576.634,76**	**4.687.692,51**
Investimentos	4.032.057,75	576.634,76	4.608.692,51
Amortização da Dívida	79.000,00	0,00	79.000,00
RESERVA RPPS	**0,00**	**7.906.000,00**	**7.906.000,00**
RESERVA RPPS	0,00	7.906.000,00	7.906.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**400.000,00**	**0,00**	**400.000,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	400.000,00	0,00	400.000,00
Total da Administração Direta	**31.267.909,29**	**25.833.855,71**	**57.101.765,00**
TOTAL GERAL	**31.267.909,29**	**25.833.855,71**	**57.101.765,00**

II. – Por Órgãos de Governo:

ESPECIFICAÇÃO	FISCAL	SEGURIDADE SOCIAL	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA			
Câmara Municipal	2.035.624,24	0,00	2.035.624,24
Gabinete do Prefeito	1.856.152,04	0,00	1.856.152,04
Secretaria Mun. de Administração	1.495.423,94	0,00	1.495.423,94
Secretaria Mun. de Finanças	2.595.702,02	0,00	2.595.702,02
Secretaria Mun. de Educação e Cultura Desporto e Lazer	15.122.160,85	0,00	15.122.160,85
Secretaria Mun. de Saúde	0,00	11.564.810,35	11.564.810,35
Secretaria Mun. de Assistência Social	60.000,00	1.802.045,36	1.862.045,36
Secretaria Mun. de Desenvolvimento Rural	870.942,29	0,00	870.942,29
Secretaria Mun. de Desenvolvimento da Indústria, Comercio e Serviços	249.237,93	0,00	249.237,93
Secretaria Mun. de Obras e Serviços Urbanos	4.799.685,69	0,00	4.799.685,69
Secretaria Mun. De Planejamento	2.182.980,29	0,00	2.182.980,29
Fundo Municipal de Previdência Social	0,00	12.467.000,00	12.467.000,00
Total da Administração Direta	**31.267.909,29**	**25.833.855,71**	**57.101.765,00**
TOTAL GERAL	**31.267.909,29**	**25.833.855,71**	**57.101.765,00**

III. – Por Funções:

ESPECIFICAÇÃO	TOTAL
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
01. Legislativa	2.035.624,24
04. Administração	5.969.006,22
06. Segurança Publica	20.000,00
08. Assistência Social	1.802.045,36
09. Previdência Municipal	12.467.000,00
10. Saúde	11.564.810,35
12. Educação	14.596.937,76
13. Cultura	197.868,09
15. Urbanismo	2.205.260,83
16. Habitação	60.000,00
17. Saneamento	2.233.165,00
18. Gestão Ambiental	203.910,00
20. Agricultura	840.942,29
22. Industria	30.000,00
23. Comercio e Serviços	68.000,00
26. Transporte	1.557.139,86
27. Desporto e Lazer	327.355,00
28. Encargos Especiais	522.700,00
99 - Reserva de Contigencia	400.000,00
Total da Administração Direta	**57.101.765,00**
TOTAL GERAL	**57.101.765,00**

Artigo. 4º - O Orçamento Fiscal e Seguridade Social do Município, abrangendo todas as entidades da Administração Direta ficam assim distribuídos:

DESCRICAO	TOTAL
Orçamento Fiscal	**31.267.909,29**
Orçamento da Seguridade Social	**25.833.855,71**
Saúde	11.564.810,35
Assistência Social	1.802.045,36
Previdência Social	12.467.000,00
ORCAMENTO TOTAL	**57.101.765,00**

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Artigo 5.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares em obediência ao que dispõe o Art. 167, incisos V e VI, da Constituição Federal, combinado com o disposto no Art. 43, parágrafo 1º, incisos I, II, III e IV, da Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1.964, observando-se as seguintes condições:

I - até o limite de 30% (Trinta por cento) da despesa fixada no Art. 3º desta lei, para os casos de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, podendo para tanto, realizar a transposição, o remanejamento ou transferência de recursos de *uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro*, desde que não haja prejuízos à execução orçamentária do projeto/atividade e/ou órgão unidade de origem.

II - até o limite do total apurado no Balanço Patrimonial, para abertura de créditos suplementares à conta de recursos provenientes de superávit financeiro;

III - As alterações orçamentárias entre fontes de destinações de despesas da mesma dotação e ou projeto atividade não afetarão o limite previsto no *caput* deste artigo.

Artigo 6.º - O Poder Executivo fica autorizado Contratar Operações de Crédito até o limite fixado pela legislação pertinente.

Artigo 7.º - Durante a execução da presente Lei, observar-se-ão as disposições constantes da Lei das Diretrizes Orçamentárias para 2.018.

Artigo 8.º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2.018, revogadas a disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, em 15 de dezembro de 2017.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE VINCULAÇÃO Nº 031/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE VINCULAÇÃO Nº 031/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS Nº 078/2012 ORIUNDO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2012.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Praça João Alberto Zaneti, s/n, Bairro Centro, Nova Santa Helena/MT, inscrito no CNPJ sob o nº 04.214.704/0001-18, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal Sra. **Terezinha Guedes**, brasileira, portadora do CPF nº 395.335.061-72 e do RG nº 0549098-7 SSP-MT, residente e domiciliada em Nova Santa Helena/MT, e o seu Regime Próprio de Previdência Social denominado legalmente **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NOVA SANTA HELENA – SANTA HELENA - PREVI**, de natureza jurídica autárquica regulado pela Lei Municipal nº 491, de 09 de maio de 2012, devidamente cadastrada no CNPJ. sob o nº 07.236.008/0001-09, sediada na Praça João Alberto Zaneti, s/n, Bairro Centro, Nova Santa Helena/MT, neste ato representado pela Diretora Executiva Sra. **Bruna Maria Procópio Martins Parron**, brasileira, portadora do CPF n.º 931.375.401-00 e da cédula de identidade n.º 13785095 SSP/MT residente e domiciliada em Nova Santa Helena/MT, doravante denominados **CONTRATANTES e a ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.234.260/0001-21, sediada na Avenida Rubens de Mendonça, 3.920, no Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, neste ato representada por seu Presidente **Neurilan Fraga,** brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 0042840-0 SSP/MT, CPF nº 063.907.691-34, residente e domiciliado na Avenida Valentin Peron, nº 66, Bairro Centro, CEP: 70.430-000, Nortelândia/MT, doravante denominada AMM E **COORDENADOR DO PROGRAMA AMM-PREVI**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Vinculação nº 031/2013 ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Técnicos nº 078/2012, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e legislação correlata, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência de que trata a Cláusula Terceira do Termo de Vinculação nº 031/2013, nos termos do § 4º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência de que trata a Cláusula Terceira do Termo de Vinculação nº 031/2013 fica prorrogado para 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO

Na execução do presente termo aditivo observar-se-á o preço previsto na cláusula terceira do contrato nº 078/2012 com a alteração prevista na cláusula segunda do segundo termo aditivo firmado em 11 de dezembro de 2017, publicado no jornal oficial eletrônico dos municípios de Mato Grosso do dia 13 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições contidas no Instrumento original do Termo de Vinculação nº 031/2013.

CLÁUSULA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá aos CONTRATANTES à publicação do extrato deste Termo Aditivo na imprensa oficial, conforme dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei n° 8. 666/93

CLÁUSULA SEXTA: DO FORO

O foro do presente Termo Aditivo será o da Comarca dos CONTRATANTES, excluído qualquer outro.

E, por estarem de acordo, foi o presente Termo Aditivo lavrado em três vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Cuiabá/MT, 15 de dezembro de 2017.

ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

Neurilan Fraga – Presidente

MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA

Terezinha Guedes - Prefeita Municipal

Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NOVA SANTA HELENA – SANTA HELENA - PREVI

Bruna Maria Procópio Martins Parron – Diretora Executiva

Contratante

Testemunhas:

1. Renato Ferreira de Santana Lara 2. Lieda Resende Brito

R.G. n.º 0742716-6 SSP/MT R.G. n.º 392034 SSP/MT

C.P.F. n.º 569.651.251-87 C.P.F. n.º 304.817.911-91

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATA DE ARREMATAÇÃO EM LEILÃO PÚBLICO 004/2017

Aos 14 (quatorze) dias do mês de Novembro de 2017, realizou-se o Leilão Público 004/2017 – Imóvel Rural, tendo como Vendedor a Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT, inscrita no CNPJ 04.214.704/0001-18, o leilão foi realizado de forma online e presencial simultaneamente, pelo site www.kleiberleiloes.com.br. Através desta Ata a Comissão de Avaliação e Alienação de Bem Imóvel nomeados pela Portaria Nº 241/2017, certifica o resultado conforme segue:

O Bem leiloado é um lote único: um imóvel rural com área total de 13,54 hectares, denominada de Horta Comunitária, distante da sede 09 Km da cidade de Nova Santa Helena, matricula 20.064 do SNR do Cartório do 1º Ofício da Comarca de Colíder – MT. Possui muitas benfeitorias como: área cercada com fio de arame liso, pequenas construções de residências em alvenaria e madeira com baixo padrão, plantação perene de arvores frutíferas e tanques para criação de peixes.

Esse imóvel não foi arrematado.

Sendo o que segue para o momento finalizo a presente Ata que segue assinado por mim que a lavrei, Giorgeo José Spagnol, secretário da Comissão e pelos demais membros.

Giorgeo José Spagnol

Secretário

Carlos Alberto Carrara

Presidente

Marcos César Gomes

Elder Ap. Vieira de Miranda

Cosme Damião Sotini

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
ATA DE ARREMATAÇÃO EM LEILÃO PÚBLICO 003/2017

Aos 14 (quatorze) dias do mês de Novembro de 2017, realizou-se o Leilão Público 003/2017 – Bens Móveis Diversos, tendo como Vendedor a Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena – MT, inscrita no CNPJ 04.214.704/0001-18, o leilão foi realizado de forma online e presencial simultanea-

mente, pelo site www.kleiberleiloes.com.br. Através desta Ata a Comissão de Avaliação e Alienação de Bens Móveis nomeados pela Portaria Nº 227/2017, certifica o resultado conforme segue:

Os bens leiloados foram divididos em 07 (sete) lotes conforme segue:

Lote 01 - 01 Camionete Ford Ranger XL, diesel, cabina dupla, ano 2007/08, placa NJO-9370, cor branca, chassis 8AFER13P28J125932, rodando. Avaliação R$ 16.000,00.

Este lote foi arrematado pelo Sr. Celso C. Strohschein, no valor de **R$ 16.500,00**, Inscrito no CPF: 603.178.259-68, RG 4355170-1 SSP/PR, residente na Avenida dos Imigrantes, 306, Centro, Nova Guarita – MT.

Lote 02 – 01 Camionete MMB L-200, 4X4, diesel, cabina dupla, ano 2001/02, placa JZJ-6125, cor branca, chassis 93XJNK3402C117800, rodando. Avaliação R$ 9.000,00.

Este lote não foi arrematado.

Lote 03 - 01 Camionete GM Chevrolet Blazer DLX, diesel, ano 2003/04, placa JZT-6281, cor azul escuro, chassis 9BG116BC04C402818, rodando. Avaliação R$ 18.700,00.

Este lote não foi arrematado.

Lote 04 - 01 Camionete GM Chevrolet S-10 4X4, cabina dupla, diesel, ano 2003, placa DJD-4855, cor branca, chassis 9BG138BC03C414627, rodando. Avaliação R$ 17.600,00.

Este lote foi arrematado pelo Sr. Wagner Fernandes de Carvalho, no valor de R$ 17.600,00 via online, inscrito no CPF: 019.212.579-62, RG 6.914.896-4 SSP/PR, residente na Rua H-015, 1.534, Bairro Industrial, Alta Floresta – MT.

Lote 05 - 01 Caminhão Mercedes Benz 608, cabina estendida, ano 1982, placa JYX-4802, cor branco, chassis 30830212602456, carroceria de madeira, parado. Avaliação R$ 10.000,00.

Este lote foi arrematado pelo Sr. Ronilton Pereira da Silva, no valor de R$ 10.000,00, inscrito no CPF: 395.420.411-87, RG 03199533 SEJUSP/MT, residente na Rua Professora Olivia Rondon, 25, Bairro Gonçalo Botelho, Várzea Grande – MT.

Lote 06 - 01 Caminhão GM Chevrolet 22000, ano 1987, placa JYS-9013, cor branco, chassis 9BG993NXHHC019582, carroceria em prancha ruim, eixo duplo, parado. Avaliação R$ 13.500,00.

Este lote foi arrematado pela empresa S.F. Madeira de Souza – ME, no valor de R$ 13.700,00, localizada na Avenida José Francisco Otênio, S/N, Centro, Nova Bandeirantes – MT.

Lote 07 – Motoniveladora Caterpillar 120-B, parou trabalhando. Avaliação R$ 23.100,00

Este lote foi arrematado pela empresa S.F. Madeira de Souza – ME, no valor de R$ 23.100,00, localizada na Avenida José Francisco Otênio, S/N, Centro, Nova Bandeirantes – MT.

Avaliação total de 07 lotes do leilão ----------R$ 107.900,00.

Avaliação total dos lotes 02 e 03 não vendidos----------R$ 27.700,00.

Avaliação dos 05 lotes restantes----------R$ 80.200,00.

Total arrecadado com a venda de 05 lotes do leilão ----------R$ 80.900,00.

Sendo o que segue para o momento finalizo a presente ata que segue assinada por mim que a lavrei, Cristiane Botelho de Souza, secretária da Comissão e pelos demais membros.

Cristiane Botelho de Souza

Secretária

Marco Antonio Zaneti

Presidente

Dilma Ap. G. Voinaroski

Eduardo Sabino Batista

Valmir Santos de Souza

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA - PAAI/2018

Aprovação em: 13/12/2017

Ato de Aprovação: 56/2017

Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI/2018

Unidade Responsável: Controle Interno

Estabelece o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI/2018, da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, dos procedimentos metodológicos e cronológicos e outras providências.

O Senhor Gilson Parron, Controlador Interno do Município de Nova Santa Helena, nomeado através da Portaria nº. 115 de 01 de outubro de 2013, no uso das atribuições que lhe são incumbidas, resolve instituir normas para o acompanhamento do Controle Interno e dá outras providências".

Considerando, que o Sistema de Controle Interno é exercido em obediência ao disposto na Constituição Federal, nas normas gerais de direito financeiro contidas na Lei Federal nº. 4.320/64, Lei Complementar Federal nº. 101/2000, Lei Orgânica do Município e demais legislações, bem como as normas específicas do TCE/MT;

Considerando, que o Manual de Auditoria Interna, o documento que orienta as normas para auditoria internas, especificará os procedimentos e metodologia de trabalho a serem observados pela Controladoria do Sistema de Controle Interno do Município

Considerando, que as atividades de competência ao Controle Interno do Município terão como enfoque principal a avaliação da eficiência e eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, pelo órgão central e unidades setoriais, cujos resultados serão consignados em relatório contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles;

RESOLVE:

Art. 1º – Apresentar o Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nova Santa Helena - MT, para o ano de 2018, que consiste na análise e verificação quanto aos procedimentos a serem seguidos com referência as Instruções normativas já implementadas aos Sistemas Administrativos na Administração, baseada nos princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e eficácia.

Art. 2º - Designar que o Controlador Interno Municipal, auxiliado pelos agentes de controle interno e/ou servidores requisitados de outros órgãos, executem as auditorias internas, através de projetos de auditoria, e caso necessário, poderá ser contratado auditor externo para a realização dos trabalhos, em observância ao plano anual de auditoria interna.

Art. 3º - Estabelecer os objetivos, áreas auditadas, metodologia utilizada e período da execução;

§ 1º - Os objetivos serão de:

a) Averiguar o cumprimento quanto aos resultados das recomendações nas auditorias realizadas em exercícios anteriores;

b) Verificar a efetividade do cumprimento aos procedimentos estabelecidos nas Instruções Normativas para os Sistemas Administrativos a serem auditados.

c) Recomendar correções necessárias de acordo com as verificações realizadas.

§ 2º - Os Sistemas Administrativos auditados serão:

- Sistema de Compras, Licitações e Contratos – SCL;

- Sistema de Convênio e Consórcios – SCV;

- Sistema de Transporte – STR;

- Sistema de Recursos Humanos – SRH;

- Sistema de Controle Patrimonial – SPA;

- Sistema de Projeto de Obras Publicas – SPO;

- Sistema de Educação – SEC;

- Sistema de Saúde Pública – SSP;

- Sistema de Tributos - STB;

- Sistema de Planejamento e Orçamento – SPO

- Sistema de Contabilidade – SCO

§ 3º – O Tipode Auditoria realizada será Operacional, seguido do Projeto de Desenvolvimento e Pesquisa – PDP, método por amostragem.

§ 4º - Com base nos relatórios de auditorias realizadas em exercícios anteriores, esse plano visará examinar e analisar os seguintes procedimentos de controles adotados em:

a) Processos licitatórios;

b) Compras efetuadas;

c) Cumprimento das metas orçamentária e financeira para o exercício em curso;

d) Elaboração dos contratos, termos aditivos e rescisão contratual;

e) Convênios celebrados pela Administração;

f) Gerenciamento do uso de frotas de veículos e seus equipamentos, assim como: o controle de estoque de combustível, peças, pneus, acessórios dos veículos e equipamento; os procedimentos de manutenções preventivas e corretivas da frota de veículos e equipamentos; procedimentos adotados quanto à locação de veículos, equipamentos e maquinários;

g) Folha de pagamento; cumprimento ao limite legal com despesa de pessoal; contratação e documentação apresentada pelo contratado;

h) Acompanhamento da execução e controle de Obras Públicas;

i) Gerenciamento e controle do transporte escolar;

j) Gerenciamento e controle da merenda escolar;

l) Gerenciamento e controle da distribuição de medicamento e material médico-clínico, bem como ao transporte de paciente sob cuidados médicos;

m) Verificação dos registros contábeis – Balancete mensal

§ 5º – As auditorias serão realizadas nas unidades executoras e departamentos responsáveis pelos Sistemas Administrativos a serem auditados.

§ 6º - O período de Execução será entre os meses de Janeiro a Dezembro/2018, conforme cronograma de atividade em anexo;

§ 7º - O cronograma de atividade, anexo único deste Ato, poderá sofrer alterações necessárias quando da sua execução.

Art. 4º - Outras Atividades

Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna – PAAI para o ano de 2019.

Objetivo: Cumprir exigências do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso;

Auditorias de avaliação de controles internos da atividade de gestão financeira e em nível de entidade, bem como a reavaliação das atividades de logística de medicamentos e de alimentação escolar.

Período: fevereiro à dezembro de 2018

Nova Santa Helena/MT, 13 de dezembro de 2017

Gilson Parron

Controlador Interno

De Acordo

Terezinha Guedes Carrara

Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO

CRONOGRAMA DE ATIVIDADE – PAAI/2018

SISTEMAS	ÁREA	PERÍODO ESTIMADO	EQUIPE	DATA INICIAL	DATA TERMINO
Gestão Financeira e em nível de entidade	Secretaria de Finanças	30 dias	Auditoria	01/02/18	01/03/18
Reavaliação de Logística de Medicamentos	Secretaria de Saúde e Unidades de Saúde	31 dias	Auditoria	16/07/18	17/08/18
Reavaliação da Alimentação Escolar	Secretaria de Educação e Unidades Escolar	31 dias	Auditoria	27/08/18	28/09/18
Previdência Própria – RPPS	SANTA HELENA PREVI	30 dias	Auditoria	20/09/18	19/10/18
Reavaliação do Frotas	Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos	29 dias	Auditoria	08/10/18	07/11/18
Câmara Municipal	Câmara Municipal	23 dias	Auditoria	08/05/18	31/05/18
MÊS DE DEZEMBRO					
PAAI - 2019	(Elaboração)	10 dias	CI	03/12/18	31/12/18

Nova Santa Helena/MT, 13 de dezembro 2017

Gilson Parron

Controlador Interno

DECRETO 056/2017

DECRETO 56/2017 DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Homologa o Plano Anual de Auditoria Interna, do Município de Nova Santa Helena – MT, relativo ao exercício de 2018.

A Excelentíssima Senhora Terezinha Guedes Carrara Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e objetivando a operacionalização do Sistema de Controle Interno do Município de Nova Santa Helena.

DECRETA:

Art. 1º. Fica Homologada a Plano Anual de Auditoria Interna, do Município de Nova Santa Helena/MT, relativo ao exercício financeiro de 2018.

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, 13 de dezembro de 2017.

Terezinha Guedes Carrara

Prefeita Municipal

CÂMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº.034/2017

RESOLUÇÃO

Nº.034/2017

SÚMULA:"AUTORIZA DESINCORPORAR DO PATRIMONIO DA CAMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA/MT E DAR BAIXA DOS BENS PATRIMONIAIS CONSTANTES DO RELATÓRIO ANEXO I, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A MESA DIRETORIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS ARTIGO 30 INCISO I ALÍNEA d DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA DE LEIS, FAZ SABER QUE O PLENÁRIO APROVOU E ELA PROMULGA A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

RESOLVE:

Art. 1º Fica a Mesa Diretora autorizada a processar a baixa dos bens patrimoniais relacionados nos Anexos I desta Resolução e considerados inservíveis para a Câmara Municipal de Nova Santa Helena/MT.

Art. 2º Os bens de que trata o anexo I desta Resolução serão doados a Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT.

Art. 3º Fica a Secretaria Administrativa autorizada a proceder à baixa dos bens que trata o art. 1º no Balanço Patrimonial da Câmara Municipal, relativo ao exercício de 2017, bem como a firmar o termo de doação (OU DE DEVOLUÇÃO) com a Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT.

Art. 4º Fica autorizado o Poder Executivo a receber em doação os bens constantes do Anexo I desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 19 de dezembro de 2017.

EDIVAN DE JESUS DA SILVA RAUL BATISTELO

Presidente 1º Secretário

PUBLICA-SE - REGISTRA-SE - CUMPRA-SE

AFIXADO NO MURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA PELO PERÍODO DE 19/12/2017 à 19/01/2018

Anexo I

Relação de Bens inservíveis ou quebrados que serão eliminados dos bens patrimoniais da Câmara Municipal de Nova Santa Helena

Placa	Data de Aquisição	Tipo	Descrição	Valor Reavaliado
23	05/02/2001	MOVEL	AR CONDICIONADO SPRINGER INNOVARE	R$ 160,16
139	24/02/2005	MOVEL	POLTRONA RUNAPEL PRESIDENTE C/BASE GIRATORIA	R$ 96,00
219	3/11/2010	MOVEL	NOBREAK NET STATION 600VA	R$ 72,00
224	22/07/2011	MOVEL	IMPRESSORA HP DESKJET MULTIF	R$ 160,16
240	03/08/2011	MOVEL	NOBREAK SMS 600 VA NETSTATION	R$ 160,16
241	15/02/2012	MOVEL	MICROCOMPUTADOR INTEL CORE	R$ 800,08

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2017 EDITAL COMPLEMENTAR 07/2017 EDITAL DE PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DAS INTERPOSIÇÕES DOS RECURSOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

ESTADO DE MATO GROSSO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2017

EDITAL COMPLEMENTAR 07/2017

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES DAS INTERPOSIÇÕES DOS RECURSOS

INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS Nº. 01/2017, Nº. 02/2017, Nº. 03/2017 e Nº. 04/2017

PARECER Nº. 01/2017

A Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo Portaria nº 429/2017, no uso de suas atribuições legais que lhes foram conferidas e conforme o anexo III do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2017 vem por meio de este Tornar Público o **PARECER** quanto a **INTERPOSIÇÃO DE RECURSO 01/2017** da Candidata **ANELISE DOS SANTOS BOMFIM PINTO**, concorrendo à vaga de Nível Superior, no cargo de **Professora** 30hs/semanais na Secretaria Municipal de Educação – CEMEI Pequeno Anjo:

No caso colocado em análise, percebe-se que há a confirmação de que a correção de seu gabarito estava incorreta. Sendo assim considera-se a mudança das notas e classificação, passando a ser nota geral 7,0 na prova objetiva e sendo Classificada em 5º lugar; o que constará no Edital de Resultado Definitivo, o qual será publicado no dia 20/12/17.

Neste caso caberá a esta Comissão fazer a devida classificação dos demais candidatos ao cargo de Professor, no CEMEI Pequeno Anjo, conforme gabarito da prova objetiva, com a alteração adequada.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, respondendo ao questionamento formulado, opina-se no sentido de que esta Comissão para e por intermédio de lei, declara a **INTERPOSIÇÃO FAVORÁVEL A CANDIDATA** mencionada.

É o parecer.

Nova Ubiratã, MT- 19 de Dezembro de 2017.

VANÚBIA GALVÃO DA SILVA

Presidente da Comissão de Elaboração do Teste Seletivo

Portaria: 429/2017

PARECER Nº. 02/2017

A Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo Portaria nº 429/2017, no uso de suas atribuições legais que lhes foram conferidas e conforme o anexo III do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2017 vem por meio de este Tornar Público o **PARECER** quanto a **INTERPOSIÇÃO DE RECURSO 02/2017** da Candidata **CRISTIANA TEN CATEN G. DA S. SANTOS**, concorrendo à vaga de Nível Médio, no cargo de **Técnico De Desenvolvimento e/ou Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e de Educação Especial** 20hs/semanais - Secretaria Municipal de Educação – CEMEI Dois Pinheiro:

No caso colocado em análise, percebe-se que há a confirmação de que sua inscrição é para o CEMEI Dois Pinheiro e não para o CEMEI Pequeno Anjo, como consta no edital provisório de notas e classificação, passando a ser nota geral 8,5 na prova objetiva e sendo Classificada em 3º lugar; o que constará no Edital de Resultado Definitivo, o qual será publicado no dia 20/12/17.

Neste caso caberá a esta Comissão fazer a devida classificação dos demais candidatos ao cargo, com a alteração adequada.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, respondendo ao questionamento formulado, opina-se no sentido de que esta Comissão para e por intermédio de lei, declara a **INTERPOSIÇÃO FAVORÁVEL A CANDIDATA** mencionada.

É o parecer.

Nova Ubiratã, MT- 19 de Dezembro de 2017.

VANÚBIA GALVÃO DA SILVA

Presidente da Comissão de Elaboração do Teste Seletivo

Portaria: 429/2017

PARECER Nº. 03/2017

A Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo Portaria nº 429/2017, no uso de suas atribuições legais que lhes foram conferidas e conforme o anexo III do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2017 vem por meio de este Tornar Público o **PARECER** quanto a **INTERPOSIÇÃO DE RECURSO 03/2017** da Candidata **LUIZA PALIGA PATEL**, concorrendo à vaga de Nível Médio, no cargo de **Técnico De Desenvolvimento e/ou Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e de Educação Especial** 20hs/semanais - Secretaria Municipal de Educação – Escola M. Entre Rios:

No caso colocado em análise, percebe-se que **NÃO HÁ** a confirmação de seu recurso no que consta a sua nota em verificação na questão nº 20, para tanto houve anteriormente a retificação do edital dos gabaritos, mas a correção foi realizada pela comissão. Neste caso não haverá mudança em sua nota e classificação, permanecendo conforme edital provisório de notas e classificação.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, respondendo ao questionamento formulado, opina-se no sentido de que esta Comissão para e por intermédio de lei, declara a **INTERPOSIÇÃO DESFAVORÁVEL A CANDIDATA** mencionada.

É o parecer.

Nova Ubiratã, MT- 19 de Dezembro de 2017.

VANÚBIA GALVÃO DA SILVA

Presidente da Comissão de Elaboração do Teste Seletivo

Portaria: 429/2017

PARECER Nº. 04/2017

A Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo Portaria nº 429/2017, no uso de suas atribuições legais que lhes foram conferidas e conforme o anexo III do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2017 vem por meio de este Tornar Público o **PARECER** quanto a **INTERPOSIÇÃO DE RECURSO 04/2017** da Candidata **DERLI SOLANGE ZORZI**, concorrendo à vaga de Nível Médio, no cargo de **Técnico De Desenvolvimento e/ou Auxiliar de Desenvolvimento Infantil e de Educação Especial** 20hs/semanais - Secretaria Municipal de Educação – Escola M. Pedro Alvares Cabral:

No caso colocado em análise, percebe-se que há a confirmação de que a correção de seu gabarito estava incorreta. Sendo assim considera-se a mudança das notas e classificação, passando a ser nota geral 8,5 na prova objetiva e sendo Aprovada em 1º lugar; o que constará no Edital de Resultado Definitivo, o qual será publicado no dia 20/12/17.

Neste caso caberá a esta Comissão fazer a devida classificação dos demais candidatos ao cargo de Professor, no CEMEI Pequeno Anjo, conforme gabarito da prova objetiva, com a alteração adequada.

.

CONCLUSÃO

Pelo exposto, respondendo ao questionamento formulado, opina-se no sentido de que esta Comissão para e por intermédio de lei, declara a **INTERPOSIÇÃO FAVORÁVEL A CANDIDATA** mencionada.

É o parecer.

Nova Ubiratã, MT- 19 de Dezembro de 2017.

VANÚBIA GALVÃO DA SILVA

Presidente da Comissão de Elaboração do Teste Seletivo

Portaria: 429/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 33/2017

O MUNICIPIO DE NOVA XAVANTINA, MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Avenida Expedição Roncador Xingu, 249, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.024.045/0001-73, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa HIDASI E AIRES SOCIEDADES DE ADVOGADOS, inscrito no CNPJ 27.479.087/0001-88, localizado na Rua Desembargador do Amaral, n° 1745, sala 04/05, centro de Corrente-PI, CEP 64.980-000, na pessoa de seu sócio PEDRO LUSTOSA DO AMARAL HIDASI, inscrito na OAB/PI 8201-A, OAB/GO 29.479; OAB/TO 4679-A; e LUCIANO HENRIQUE SOARES DE OLIVEIRA AIRES, inscrito na OAB/TO n° 11.663-A, OAB/PI 11.663-A, brasileiros, advogados, sócios de HIDASI e AIRES Sociedade de Advogados regularmente inscrito no OAB/PI sob o n° 43/2017, com escritório sito no Av. Desembargador Amaral, n° 1745, Sala 04/05, Corrente - PI CEP 64980-000, denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o primeiro termo aditivo ao contrato nº 33/2017, de prorrogação de prazo de vigência, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Fica inserida de comum acordo a redação do Item 4.0 da Cláusula Quarta, que passa a ter a seguinte redação:

CLAUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Contrato vigorará até o dia 31/12/2019, ou até a conclusão do objeto contratual, podendo ter sua conclusão antecipada, nas hipóteses de conclusão do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES

3.1 Ficam inteiramente ratificadas em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais, no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente termo, que faz parte integrante e inseparável do contrato 033/2017.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Nova Xavantina, MT, 19 de dezembro de 2017.

JOAO BATISTA VAZ DA SILVA - Cebola

Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 003/2017

O MUNICIPIO DE NOVA XAVANTINA, MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Avenida Expedição Roncador Xingu, 249, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.024.045/0001-73, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa **NP CAPACITACAO E SOLUCÕES TECNOLÓGICAS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF n° 07.797.967/0001-95, estabelecida na Rua Lourenço Pinto, 196, 2° e 3° andar, centro, Curitiba - Paraná, CEP 80.010-160, doravante de denominada CONTRATADA, por seu representante, o Sr. **RUDIMAR BARBOSA DOS REIS**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF n° 574.460.249-68, denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o primeiro termo aditivo ao contrato nº 003/2017, de prorrogação de prazo de vigência, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Fica inserida de comum acordo a redação da Cláusula Segunda, que passa a ter a seguinte redação:

CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente instrumento será até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado nos termos do Artigo 57 da Lei 8.666/93, desde que haja acordo entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES

3.1 Ficam inteiramente ratificadas em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais, no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente termo, que faz parte integrante e inseparável do contrato 003/2017.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Nova Xavantina, MT, 19 de dezembro de 2017.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - Cebola

Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 37/2017

O MUNICIPIO DE NOVA XAVANTINA, MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Avenida Expedição Roncador Xingu, 249, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 15.024.045/0001-73, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa **SUGUIKAWA E OLIVEIRA LTDA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º **27.397.780/0001-01**, estabelecida na Rua 21, n.º 124, Quadra 15 Lote 3, Bairro Campinas, CEP: 78.600-000, na cidade de Barra do Garças, neste ato representada pelo **MORGANA SOARES LUCAS DE OLIVEIRA,** brasileira, estado civil, solteira, inscrito no CPF sob o n.º 779.601.066-49 e RG de n.º 0504266 SESP – MT, denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o primeiro termo aditivo ao contrato nº 37/2017, de prorrogação de prazo de vigência, com as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES

Fica inserida de comum acordo a redação do Item 4.0 da Cláusula Quarta, que passa a ter a seguinte redação:

4.0 – CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

4.1 – O presente contrato terá vigência até 31 de julho de 2018, a contar da data de assinatura do contrato. O prazo contratual estabelecido poderá ser prorrogado na forma prevista na Lei 8666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – RATIFICAÇÕES

3.1 Ficam inteiramente ratificadas em todos os seus termos, cláusulas e condições, as disposições contratuais originais, no que não tiverem sido retificadas, alteradas ou modificadas pelo presente termo, que faz parte integrante e inseparável do contrato 037/2017.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Nova Xavantina, MT, 04 de dezembro de 2017.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA - Cebola

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 004/2015

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 004/2015, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NOR-

TE E A EMPRESA FISSLEX – SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA LTDA - EPP.

Pelo presente instrumento contratual regido pela Lei Federal n.º 8.666/93 de 21/06/93 e as Alterações Posteriores, o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Municipal, com sede administrativa à Rua Augusto de Souza, 171, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o número 03.238.888/0001-93, representado neste pelo atual Prefeito Municipal, **Sr Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade/RG n.° 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.° 503.521.641-15, doravante denominado de **CONTRATANTE** e do outro lado a Empresa **Fisslex – Sistema de gestão Pública LTDA – EPP**, inscrita no **CNPJ n.° 16.890.572/0001-23**, estabelecida na Rua Baltazar Navarros, nº 405, sala 001, Bairro Bandeirantes, na cidade de Cuiabá-MT, CEP: 78575-000, representada neste ato pelo seu sócio proprietário Sr.° **Mauro Bartolomeu dos Reis**, brasileiro, portador do C.I. RG nº 1.239.899-5 SJSP/MT e do CPF nº 856.683.111-04, residente na Rua Dr. Moacir de Freitas n° 036 na cidade de Cuiabá – MT, doravante denominada de **CONTRATADA,** resolvem nos termos do Pregão Presencial n.°003/2015, conforme cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objetivo deste Termo Aditivo é **prorrogar o prazo de vigência** referente ao Contrato nº 004/2015, que por meio do Terceiro Termo Aditivo vencerá em 31/12/2017, a fim de manter a **prestação de serviços técnicos continuados de acesso simultâneo e sem limite em número de usuários; incluindo a conversão de dados; implantação e treinamento; locação; suporte técnico; manutenção adaptativa e corretiva; incluindo o livro eletrônico e a Nota Fiscal de Serviço Eletrônico (NFSE) para o município de Novo Horizonte do Norte/MT**.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do presente contrato será a partir de 01 de janeiro de 2018, com vencimento em 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

A CONTRATANTE não admitirá quaisquer alterações na prestação dos serviços contratados, salvo se devidamente justificado e fundamentado, pela CONTRATADA, a sua necessidade e desde que observados os prazos e regulamentações legais.

SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA

A CONTRATADA somente poderá subempreitar a execução dos serviços com a prévia concordância da CONTRATANTE, ficando, neste caso, solidariamente responsável, perante a CONTRATANTE, pelos serviços executados por subempreiteiros e, ainda, pelas conseqüências dos fatos e atos a eles imputáveis.

SUB-CLÁUSULA SEGUNDA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto dos Gaúchos - MT a que está judicialmente vinculado, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Novo Horizonte do Norte - MT, 19 de dezembro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES MAURO BARTOLOMEU DOS REIS

Prefeito Municipal Sócio Proprietário

CONTRATANTE CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1._____ 2._____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE VINCULAÇÃO Nº 032/2013

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE VINCULAÇÃO Nº 032/2013 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS Nº 078/2012 ORIUNDO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2012.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Rua Augusto de Souza, Novo Horizonte do Norte/MT, inscrito no CNPJ sob o nº 03.238.888/0001-93, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **Silvano Pereira Neves**, brasileiro, portador do CPF nº 503.321.641-15 e do RG nº 06259162 SSP/MT, residente e domiciliado em Novo Horizonte do Norte/MT, e o seu Regime Próprio de Previdência Social denominado legalmente **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NOVO HORIZONTE DO NORTE –FUMPS**, Fundo Contábil regulado pela Lei Municipal nº 1.009, de 15 de outubro de 2013, devidamente cadastrada no CNPJ. sob o nº 05.222.621/0001-33, sediada na Rua Augusto de Souza, Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração Sr. **André Luiz Gomes Razine**, brasileiro, portador do CPF nº 037.600.711-71 e da cédula de identidade nº 20361912 SSP/MT residente e domiciliada em Novo Horizonte do Norte/MT, doravante denominados **CONTRATANTES e a ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.234.260/0001-21, sediada na Avenida Rubens de Mendonça, 3.920, no Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, neste ato representada por seu Presidente **Neurilan Fraga**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 0042840-0 SSP/MT, CPF nº 063.907.691-34, residente e domiciliado na Avenida Valentin Peron, nº 66, Bairro Centro, CEP: 70.430-000, Nortelândia/MT, doravante denominada AMM E **COORDENADOR DO PROGRAMA AMM-PREVI**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Vinculação nº 032/2013 ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Técnicos nº 078/2012, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e legislação correlata, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência de que trata a Cláusula Terceira do Termo de Vinculação nº 032/2013, nos termos do § 4º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência de que trata a Cláusula Terceira do Termo de Vinculação nº 032/2013 fica prorrogado para 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO

Na execução do presente termo aditivo observar-se-á o preço previsto na cláusula terceira do contrato nº 078/2012 com a alteração prevista na cláusula segunda do segundo termo aditivo firmado em 11 de dezembro de 2017, publicado no jornal oficial eletrônico dos municípios de Mato Grosso do dia 13 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições contidas no Instrumento original do Termo de Vinculação nº 032/2013.

CLÁUSULA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá aos CONTRATANTES à publicação do extrato deste Termo Aditivo na imprensa oficial, conforme dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei n° 8. 666/93

CLÁUSULA SEXTA: DO FORO

O foro do presente Termo Aditivo será o da Comarca dos CONTRATANTES, excluído qualquer outro.

E, por estarem de acordo, foi o presente Termo Aditivo lavrado em três vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Cuiabá/MT, 15 de dezembro de 2017.

ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

Neurilan Fraga – Presidente

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

Silvano Pereira Neves - Prefeito Municipal

Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE NOVO HORIZONTE DO NORTE – FUMPS

André Luiz Gomes Razine –

Secretário Municipal de Administração Contratante

Testemunhas:

1. Renato Ferreira de Santana Lara

R.G. n.º 0742716-6 SSP/MT

C.P.F. n.º 569.651.251-87

2. Lieda Resende Brito

R.G. n.º 392034 SSP/MT

C.P.F. n.º 304.817.911-91

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 030/2014

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 030/2014, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE E A EMPRESA FERREIRA AMORIM E RIBEIRO LTDA - EPP.

Pelo presente instrumento contratual regido pela Lei Federal n.º 8.666/93 de 21/06/93 e as Alterações Posteriores, o **MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público Municipal, com sede administrativa à Rua Augusto de Souza, 171, Centro, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o número 03.238.888/0001-93, representado neste pelo atual Prefeito Municipal, **Sr Silvano Pereira Neves**, brasileiro, casado,empresário, residente e domiciliado neste Município, portador da Carteira de Identidade/RG n.° 0625916-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob o n.° 503.521.641-15, doravante denominado de **CONTRATANTE** e do outro lado a Empresa **FERREIRA AMORIM E RIBEIRO LTDA – EPP**, inscrita no **CNPJ n.° 10.302.095/0001-51**, estabelecida na Av. Girua nº 1151, Centro de Porto dos Gauchos - MT, CEP: 78560-000, representada neste ato pelo seu sócio proprietário Sr.° **Gilmar Ferreira Amorim**, brasileiro, portador do C.I. RG nº 428.360 SSP/MT e do CPF nº 352.840.301-25, residente na Rua João Cupaioli s/n, doravante denominada de **CONTRATADA,** resolvem celebrar o presente Termo aditivo, conforme cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O objetivo deste Termo Aditivo é **prorrogar o prazo de vigência** referente ao Contrato nº 004/2015, que por meio do Sétimo Termo Aditivo vencerá em 31/12/2017, a fim de **concluir as instalações da Rodoviária**.

CLÁUSULA SEGUNDA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do presente contrato será a partir de 01 de janeiro de 2018, com vencimento em 31 de dezembro de 2018.

SUB-CLÁUSULA PRIMEIRA – FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto dos Gaúchos - MT a que está judicialmente vinculado, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Novo Horizonte do Norte - MT, 19 de dezembro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES GILMAR FERREIRA AMORIM

Prefeito Municipal Sócio Proprietário

CONTRATANTE CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1._____ 2._____

NOME: NOME:

CPF: CPF:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 76/2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, bem como o §, do Art. 49 da Lei Municipal nº 550/2001;

D E C R E T A:

Artigo 1º- Fica atualizado os valores unitários de metro quadrado (m²), de Construção e de Terreno, correspondentes a Tipos e Padrões para efeito do cálculo do IPTU, previsto no Art. 29, do Código Tributário Municipal em 1,62% (um vírgula sessenta e dois) por cento, relativo ao índice INPC, do IBGE de 2016/2017.

Artigo 2º- Este Decreto entrará em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 18 de dezembro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 77/2017

DISPÕE SOBRE O RECESSO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS NA DATA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PRVIDÊNCIAS.

SILVANO PEREIRA NEVES, Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, no uso de suas atribuições legais: e,

Considerando os feriados nacionais dos dias 25 de dezembro (Natal) e 01 de janeiro (Confraternização Universal);

Considerando a necessidade de cumprimento às normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando que o recesso mencionado proporciona redução do custeio da administração Pública Municipal;

DECRETA:

Artigo 1º- Fica Decretado o Recesso nas Repartições Públicas Municipais da Administração Direta e Indireta, a partir do dia 22 de dezembro de 2017 a 07 de janeiro de 2018.

Parágrafo Único- Não haverá recesso no período mencionado no caput aos órgãos que, em razão da tipicidade dos serviços executados não admitem paralisação por serem considerados de prestação de serviços es-

senciais, como sendo os serviços essenciais de saúde e de limpeza pública.

Artigo 2º- Fica determinado que não serão paralisados os serviços administrativos cujos quais sua paralisação causará prejuízos à Administração, ficando facultada a vigência do recesso para convocações de prestação de serviços extraordinário, principalmente nos casos de situação de emergência ou calamidade pública.

Artigo 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário em especial o Decreto 72/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 19 de Dezembro de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 434/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Dispõe Sobre Concessão De Férias, E Dá Outras Providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER,** férias em conformidade com o Art. 69 c/c Art. 73 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, para o período de 18/12/2017 à 17/01/2018 ao servidor **JONAS FERNANDES BENTO**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1788629-5 SSP/MT, devidamente inscrito no CPF 018.924.921.80, ocupante do cargo de COORDENADOR DE FISCALIZAÇÃO SANITARIA**,** devidamente matriculado sob o nº 2700, referente ao período aquisitivo de 04/01/2017 a 03/01/2018.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 18 de Dezembro de 2017.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 060/2017. DE 15 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre o Recesso nas Repartições Públicas Municipais de Novo Mundo/MT e dá outras providencias."

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de Novo Mundo, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

Considerando a necessidade imperiosa do encerramento das atividades administrativas no âmbito do Poder Executivo Municipal em razão das comemorações Natalinas e do Ano Novo;

Considerando que as festividades Natalinas e de Ano Novo são de cunho regioso e familiar e que a "Familia é a base da sociedade".

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado Recesso Funcional nas Repartições Públicas, o período de 21 de Dezembro de 2017 á 21 de Janeiro de 2018, tendo em vista as festividades natalinas, de final de ano e de economia administrativa organizacional.

Paragrafo Único: Excetuam-se do disposto neste artigo, os órgãos encarregados dos serviços básicos à coletividade, as ações voltadas à Saúde, os serviços educacionais que necessitem do cumprimento dos dias letivos descriminados em lei, e, ainda, aqueles dos quais possam derivar ou comprometer obrigações essenciais assumidas pela Municipalidade.

Art. 2º. Fica a critério das Secretarias Municipais durante o periodo disposto no caput deste decreto, fazer a convocação de servidores para a conclusão dos trabalhos que julgarem necessários ou inadiáveis.

Art. 3º. Os Servidores Públicos lotados nas Secretarias, Departamentos, Divisões, Coordenadorias e Setores ou quaisquer órgãos da Administração Pública Municipal, que executam serviços públicos essenciais deverão proceder uma escala de rodizio, de modo que não ocorram interrupções na prestação de tais serviços, sob orientação do Secretário de cada pasta.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito de Novo Mundo – MT, 15 de Dezembro de 2017.

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 428/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Dispõe Sobre Concessão De Afastamento Em Razão Da Licença Premio, E Dá Outras Providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** o afastamento em razão a LICENÇA PREMIO, em conformidade com o Art. 101 da LC 04/2001 de 28/12/2001, no período de 04/12/2017 à 04/03/2018 ao servidor **LUIS CHAVES DOS SANTOS,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 2825988-2 SSP/MT e do CPF 907.485.571.72, efetivo no cargo de APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (VIGIA), matriculado no DRH sob o nº 876, referente ao período aquisitivo de 03/09/2012 à 02/09/2017.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 04 de Dezembro de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 18 de Dezembro de 2017.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 432/2017 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre concessão de Auxílio doença ao Servidor Efetivo e dá outras providências".

A Diretora Executiva do ***PREVI-MUNDO****, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais*

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** Auxílio Doença em conformidade com o artigo 15 e 16, da LEI/189 de 04 de novembro de 2004, atestados e perícia médica de 07/12/2017 à 06/01/2018, à servidora Sra. **WANERIA DE MELLO GELIO,** portadora do RG nº 17876650 SSP/SP e do CPF nº 080.163.328.11, servidora Efetiva no cargo de Odontóloga**,** matriculada no DRH sob o nº 1626.

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Com efeitos a partir de 07/12/2017

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Regime Próprio de Previdência Social de Novo Mundo MT,19 de dezembro de 2017.

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 429/2017 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **Antonio Mafini**, Prefeito Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e Ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, para o exercício de 2018 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

I - as Metas Fiscais;

II - as Prioridades da Administração Municipal;

III - a Estrutura dos Orçamentos;

IV - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;

V - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;

VI - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;

VII - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e

VIII - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2018, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria nº 403, de 28 de junho de 2016-STN.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece as determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA PORTARIA Nº 403, de 28 de junho de 2016-STN, 7ª Edição do Manual de Elaboração válida para 2017.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei, constituem-se dos seguintes:

01.00.00 PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS.

01.01.00 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS.

02.00.00 PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS

02.01.00 DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS.

02.02.00 DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

02.03.00 DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

02.04.00 DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

02.05.00 DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.

02.06.00 DEMONSTRATIVO 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES.

02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA.

02.08.00 DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º -Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2018, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo 1- Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2018 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2018, 2019 e 2020 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria nº 403/2016 da STN.

§ 2º - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 403/2016, as METAS ANUAIS DA LDO 2018, passam a conter o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Parágrafo Único - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria nº 403/2016, as METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR da LDO 2018, passam a conter o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art.9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo 1.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 12 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o modelo da Portaria nº 403/2016-STN, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 13 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, e outros.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 14 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 15 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria nº 403/2016-STN, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2018, 2019 e 2020.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO.

Art. 16 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL.

Art. 17 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

Parágrafo Único - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 18 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2018, 2019 e 2020.

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 19 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018, estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2018 a 2021, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2018 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianualnão se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei,

a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 20 - O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 21 - A Lei Orçamentária para 2018 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 22 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 23 - O Orçamento para exercício de 2018 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 24 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2018 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de calculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocara à disposição da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 25 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

I - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;

II - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 26 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2018, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2017 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 27 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo Único - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos constantes de Artigo 43 da Lei Federal Nº 4.320/1964.

Art. 28 - O Orçamento para o exercício de 2018 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 1% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 30% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2018, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 29 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).

Art. 30 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 31 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2018 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 32 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2018, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 33 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 34 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2018, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666 / 1993, devidamente atualizado porLei Municipal (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 35 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentá-

rios, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 38 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 39 - Durante a execução orçamentária de 2018, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 40 - O controle de custos das açõesdesenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 41 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2018 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42 - A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 43 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 44 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1°, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 45 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2018, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2018.

Art. 46 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2018, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2017, acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 47 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 48 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II - eliminação das despesas com horas-extras;

III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;

IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 49 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 50 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 51 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam comprovadamente superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 52 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 54 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 55 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por Decreto do Executivo.

Art. 56 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 57 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Mundo MT, 19 de Dezembro de 2. 017.

AntonioMafini

Prefeito Municipal

LICITIÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público que realizou Licitação na Modalidade **"TOMADA DE PREÇOS"** nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 08h00min do dia 04 de Dezembro de 2017, objetivando a **Reforma de Ponte de Madeira Tipo I – Vigamento Simples com Fundação em Estacas (Padrão SINFRA-MT) sobre o rio Nhandú, Rod. MT 389 Trecho Entrº. MT – 419 (Novo Mundo) – P.A 5 MIL, Extensão 50,90 m respectivamente na região de Novo Mundo – MT**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagrou-se vencedora do citado certame a seguinte empresa: **PANTANAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA ME**, CNPJ: 13.508.359/0001-16, que apresentou proposta no valor de **R$ 412.220,77 (Quatrocentos e Doze Mil e Duzentos e Vinte Reais e Setenta e Sete Centavos).**Assim por ter apresentado propostas com preço praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foi declarada vencedora.

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, sito na Rua Nunes Freire, n° 12, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo MT, 19 de Dezembro de 2017.

Cleber Valsoler

Presidente CPL

LICITIÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2017

A Prefeitura Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Pregoeira, torna público que realizou Licitação na Modalidade **"Pregão Presencial"** nos termos da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/02 e suas alterações, em sua Sede na Rua Nunes Freire, 12, Alto da Bela Vista, às 08h00min do dia 19 de Dezembro de 2017, objetivando a **Aquisição de Câmara Fria e Equipamentos para a Agroindústria de Beneficiamento e Processamento de Frutas de Novo Mundo – MT**, conforme discriminado no Edital, onde obteve o seguinte resultado:

Sagrou-se vencedora do citado certame o seguinte licitante: Lote 01, **EDER ROBERTO DE PAULA ME,** com o valor de **R$ 52.667,90** (Cinquenta e Dois Mil e Seiscentos e Sessenta e Sete Reais e Noventa Centavos),lote 02 restou deserto. Assim por ter apresentado propostas com preço compatível ao praticado no mercado e dentro das condições exigidas no Edital, foi declarada vencedora.

O Processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Novo Mundo/MT, sito na Rua Nunes Freire, n° 12, Alto da Bela Vista, de segunda a sexta-feira no horário de atendimento ao público.

Novo Mundo MT, 19 de Dezembro de 2017.

Luciana Da Silva Betarelo

Pregoeira Oficial

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 431/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Dispõe Sobre Concessão De Férias, E Dá Outras Providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER,** férias em conformidade com o Art. 69 c/c Art. 73 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, para o período de 15/12/2017 à 14/01/2017 aos servidores:

KASSIA PRISCILA LEMOS DA ROSA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 26616904 SSP/MT, devidamente inscrita no CPF nº 056. 735.491.13, celetista no cargo de AGENTE DE SAUDE COMUNITARIO**,** devidamente matriculada sob o nº 2682, referente ao período aquisitivo de 07/10/2016 a 06/10/2017.

GLEICIELY SOLAO ALVES, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 2594694-3 SSP/MT, devidamente inscrita no CPF nº 054.539.861. 40, celetista no cargo de AGENTE DE SAUDE COMUNITARIO**,** devidamente matriculada sob o nº 2607, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Com efeitos a partir de 15 de Dezembro de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 18 de Dezembro de 2017.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 427/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Dispõe Sobre Concessão De Férias, E Dá Outras Providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER,** férias em conformidade com o Art. 69 c/c Art. 73 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, para o período de 18/12/2017 à 17/01/2018 ao servidor **EDSON APARECIDO DE SOUZA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 2371504-9 SSP/MT, devidamente inscrito no CPF nº 044.743.851.44, ocupante do cargo de VISTORIADOR**,** devidamente matriculado sob o nº 2204, referente ao período aquisitivo de 01/07/2015 a 30/06/2017.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 18 de Dezembro de 2017.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 430/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

"*Dispõe Sobre Concessão De Férias, E Dá Outras Providências".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER,** férias em conformidade com o Art. 69 c/c Art. 73 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, para o período de 01/12/2017 à 31/12/2017 aos servidores:

ZELIDE BIANCHIN, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1529183-9 SSP/MT, devidamente inscrita no CPF nº 887.328.511.20, efetiva no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**,** devidamente matriculada sob o nº 72, referente ao período aquisitivo de 02/01/2016 a 01/01/2017.

CASCIANO MARTINS REIS, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 1090534 SSP/MT, devidamente inscrito no CPF nº 848.681.391.34, efetivo no cargo de AGENTE DE SAÚDE**,** devidamente matriculado sob o nº 06, referente ao período aquisitivo de 20/02/2016 a 19/02/2017.

POLIANI RENATA DA SILVA, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 10.610.756 SSP/MG, devidamente inscrita no CPF nº 037.141.786.43, efetiva no cargo de ENFERMEIRA**,** devidamente matriculada sob o nº 952, referente ao período aquisitivo de 01/11/2015 a 31/10/2016.

CLEONIR COELHO FLAMIN, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 0891445-1 SSP/MT, devidamente inscrita no CPF nº 570.545.171.72, efetiva no cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM**,** devidamente matriculada sob o nº 2200, referente ao período aquisitivo de 01/07/2016 a 30/06/2017.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Com efeitos a partir de 13 de Dezembro de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 18 de Dezembro de 2017.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 429/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

"*Dispõe Sobre Concessão De Férias, E Dá Outras Providências".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER,** férias em conformidade com o Art. 69 c/c Art. 73 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, para o período de 15/12/2017 à 14/01/2018 ao servidor **JANIR DOS SANTOS FONSECA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 0429959-0 SSP/MT, devidamente inscrito no CPF nº 514.425.150.15, ocupante do cargo de COORDENADOR DE SERVIÇOS URBANOS**,** devidamente matriculado sob o nº 2708, referente ao período aquisitivo de 01/02/2016 a 31/01/2017.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Com efeitos a partir de 15 de Dezembro de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 18 de Dezembro de 2017.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 433/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

"*Dispõe Sobre Concessão De Férias, E Dá Outras Providências".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER,** férias em conformidade com o Art. 69 c/c Art. 73 da Lei Complementar n.º 004/2001 de 28/12/2001, para o período de 11/12/2017 à 10/01/2018 ao servidor **RENATO PEREIRA DA SILVA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 19460317 SSP/MT, devidamente inscrito no CPF 700.657.781.03, celetista do cargo de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS**,** devidamente matriculado sob o nº 2486, referente ao período aquisitivo de 05/05/2015 a 04/05/2016.

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. Com efeitos a partir de 11 de Dezembro de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 18 de Dezembro de 2017.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 213/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **112/2017**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais**

Permanente e Consumo para Casa de Passagem Lar Coração de Maria (Casa Transitória) de Acordo com o Convenio 002/2017 - Gaúcha do Norte, atendendo a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Paranatinga-MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG 0305291-5 SJ/MT e CPF 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2017** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 Empresa vencedora:

MARILICE KEIL – MEI.

CNPJ 27.075.106/0001-00.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	342417	LIQUIDIFICADOR COM 2 VELOCIDADES - funcao pulsar / capacidades para triturar gelo voltgem 110V	UNIDADE	R$ 172,70	1	R$ 172,70
2	347461	MAQUINA DE LAVAR ROUPA - 15kg. linha branca, 12 programas de lavagem, voltagem 110 ou 220.	UNIDADE	R$ 2.303,30	1	R$ 2.303,30
3	493811	TATAME EVA 1OMM POR 100 X 100 CM	UNIDADE	R$ 80,00	30	R$ 2.400,00

VALOR GLOBAL R$ 4.876,00. Departamento de Licitações e Contratos, em 18 de Dezembro de 2017.

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 06 AO CONTRATO Nº 49/2017

Aditivo nº 06 ao Contrato 49/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **WORLD MUSIC PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - ME.** Objeto: Contratação de show artístico da Dupla “Mayck e Lyan”, que acontecerá no dia 30/06/2017 em Comemoração ao 53º Aniversário do Município de Paranatinga-MT, conforme termo de convênio nº 0818/2017, atendendo ao departamento de Cultura. Justifica-se o presente Termo Aditivo tendo em vista que a verba (convênio) destinada para pagamento do contrato original ainda não foi repassada. **Prazo: 28/12/2017 A 28/01/2018**. Departamento de Licitações e Contratos, em 19 de Dezembro de 2017.

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº. 1445/2017

DECRETO Nº. 1445/2017

“Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993”.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito de Paranatinga/MT, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 15, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 11, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e considerando o que consta no processo administrativo nº 64.854/2016;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. As contratações de serviços e a aquisição de bens, quando efetuadas pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, no âmbito da administração pública municipal direta e indireta obedecerão ao disposto neste Decreto.

Art. 2º. Para os efeitos deste Decreto são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - Ata de registro de preços (ARP) - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

III - Órgão Gerenciador - órgão ou entidade da administração pública municipal responsável pelos procedimentos concernentes ao Sistema para Intenção de Registro de Preços (IRP), pela condução do conjunto de procedimentos e ações do certame para o registro de preços, e gerenciamento das Atas de Registros de Preços da Administração;

IV - Órgão Gestor/Requisitante - órgão ou entidade da administração que dá início aos procedimentos visando a elaboração de licitação para o registro de preços de bens e serviços comuns ordinários ou extraordinários, procedimentos esses que compreendem a elaboração da requisição em todos os seus aspectos;

V - Órgão Participante - órgão ou entidade da administração pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, faz prévia adesão por meio do Sistema de Intenção de Registro de Preços, e é usuário da ata de registro de preços;

VI - Compromissário Fornecedor - pessoa física ou jurídica constante da ARP como classificada em primeiro lugar, com o compromisso de fornecer o objeto;

VII - Bens e serviços comuns ordinários – bens e serviços de interesse coletivo de todas as unidades da administração;

VIII - Bens e serviços comuns extraordinários – aqueles de interesse exclusivo/específico de unidades específica da administração; e

IX - Intenção de Registro de Preços - Método pelo qual os órgãos gestores devem cadastrar as requisições para registro de preços, e os órgãos participantes devem manifestar e cadastrar a intenção para adesão a ARP.

Art. 3º. O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade; e

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

§ 1º. Poderá ser realizado registro de preços para contratação de bens e serviços de informática, obedecida a legislação vigente, desde que devidamente justificada e caracterizada a vantagem econômica.

§ 2º. A decisão acerca da conveniência e da oportunidade da realização do registro de preços é de competência da autoridade competente do órgão gerenciador.

CAPÍTULO V

DA LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

Art. 4º. A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº. 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº. 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º. O julgamento por técnica e preço, na modalidade concorrência, poderá ser excepcionalmente adotado, a critério do órgão gestor e mediante despacho fundamentado da autoridade máxima do órgão ou entidade.

§ 2º. Na licitação para registro de preços é necessário indicar a dotação orçamentária, porém a existência de saldo somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Art. 5º. As pesquisas de mercado abrangerão um universo de, no mínimo, 03 (três) cotações, com valores compatíveis entre si, sendo que dos preços obtidos será definido um médio, considerado como o de mercado.

§ 1º. Serão observadas, ainda, para obtenção do preço de mercado, as disposições contidas na Resolução de Consulta nº. 20/2016 – TP, do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

§ 2º. A pesquisa de preços será aprovada pela autoridade competente do órgão gestor/requisitante.

Art. 6º. A Administração poderá subdividir a quantidade total do objeto em lotes/itens, sempre que comprovado ser técnica e economicamente viável, de forma a possibilitar maior competitividade, observado, neste caso, dentre outros, a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

§ 1º. No caso de serviços, a subdivisão se dará em função da unidade de medida adotada para aferição dos produtos e resultados esperados, e será observada a demanda específica de cada órgão ou entidade participante do certame. Nestes casos, deverá ser evitada a contratação, num mesmo órgão ou entidade, de mais de uma pessoa física ou jurídica para a execução de um mesmo serviço, com vistas a assegurar a responsabilidade contratual e o princípio da padronização.

§ 2º. É vedada a utilização do Sistema de Registro de Preços para as compras de serviços de natureza complexa e/ou serviços de natureza contínua.

3°. Em caso de utilização de do Sistema de Registro de Preços para as compras de combustíveis e afins, o contrato a que der origem não poderá ser prorrogado.

Art. 7º. O edital de licitação para registro de preços observará o disposto nas Leis nº. 8.666, de 1993, e nº. 10.520, de 2002, e contemplará, no mínimo:

I - a especificação ou descrição do objeto, que explicitará o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para a caracterização do bem ou serviço, inclusive definindo as respectivas unidades de medida usualmente adotadas;

II - estimativa de quantidades a serem adquiridas pelo órgão gestor e órgãos participantes, no prazo de validade do registro;

III - na modalidade de concorrência, o preço unitário máximo que a Administração se dispõe a pagar;

IV - na modalidade de pregão, o preço unitário referencial para fins de competitividade;

V - condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem fornecidos e utilizados, procedimentos a serem seguidos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;

VI - prazo de validade do registro de preço, observado o disposto no *caput* do art. 11;

VII - órgãos e entidades participantes do registro de preço;

VIII - modelos de planilhas de custo, quando cabíveis, minuta da ata de registro de preços, as minutas dos instrumentos contratuais, termo de referência e outros anexos; e

IX - penalidades a serem aplicadas por descumprimento das condições estabelecidas.

§ 1º. O edital poderá admitir, como critério de julgamento, o menor preço aferido pela oferta de desconto sobre tabela de preços praticados no mercado, desde que tecnicamente justificado.

§ 2º. As Minutas dos editais de licitação, Minutas das Atas de Registro de Preços, bem como as das Minutas dos Instrumentos Contratuais (Autorização de Fornecimento e Contrato) serão previamente analisadas pelos Departamentos de Compras e Contratações, conforme dispõe o Parágrafo único do Artigo 38 da Lei nº. 8666/93.

§ 3º. Por ocasião da formalização do instrumento contratual específico (Autorização de Fornecimento ou Contrato) fica dispensada nova análise jurídica, caso tenha já sido objeto de análise prévia por ocasião da análise do edital, conforme disposto no parágrafo anterior.

Art. 8º. Quanto ao julgamento das propostas e habilitação dos licitantes:

I - quando licitação for realizada na modalidade de Pregão, serão examinadas todas as propostas dos licitantes, decidindo-se acerca de sua aceitabilidade e julgado somente o documento de habilitação do Licitante declarado vencedor; e

II - quando adotada a modalidade de Concorrência, serão examinados todos os documentos de habilitação dos licitantes participantes, e julgadas somente as propostas daquelas habilitadas para a segunda fase, sendo que os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, sem prejuízo do resultado original do certame.

CAPÍTULO VI

DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA VALIDADE DA ATA

Art. 9º. Homologado o resultado da licitação, o Órgão Gerenciador elaborará a ARP, na qual serão registrados os preços, com observância da ordem de classificação, as quantidades e as condições a serem observadas nas futuras contratações e os Órgãos Gestores/requisitante e Órgãos Participantes.

§ 1º. No caso da licitação na modalidade de Concorrência:

a) o vencedor da licitação e os licitantes que concordarem em executar o objeto pelo preço do primeiro colocado, serão convocados para assinar a ata de registro de preços;

b) o objeto do registro de preços, poderá ser adquirido do primeiro colocado (compromissário fornecedor) e daqueles que concordarem em fazer o mesmo preço do primeiro (quando houver impossibilidade de aquisição do primeiro colocado, devidamente registrada em processo administrativo);

c) o licitante que concordar em fazer o mesmo preço do primeiro colocado, quando convocado para assinar a ata e deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluído.

§ 2º. No caso da licitação na modalidade de pregão:

a) Será convocado para assinar a ARP somente o primeiro classificado declarado vencedor na ata de sessão pública, passando este a ser o compromissário fornecedor; e

b) É facultado à administração, quando a empresa declarada vencedora não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do disposto no Art. 4º, inciso XXIII da Lei Federal 10520/02.

§ 3º. Adjudicado o objeto da licitação e homologado o certame, serão tomadas as providências para tornarem-se aptas as aquisições.

Art. 10. Os licitantes serão convocados para assinar a ARP, no prazo e nas condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

§ 1º. A recusa injustificada do licitante primeiro classificado em assinar a ARP, dentro do prazo estabelecido, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

§ 2º. Colhidas as assinaturas, o Órgão Gerenciador providenciará a imediata publicação da ARP, quando esta passará a ter efeito de compromisso de fornecimento.

§ 3º. O preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal do SIRECCON da Prefeitura de Guarulhos e ficará disponibilizado durante a validade da ata de registro de preços.

Art. 11. O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses.

Art. 12. É vedado efetuar nos contratos decorrentes das ARP, acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

CAPÍTULO VII

DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

Art. 13. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o Art. 62 da Lei nº. 8.666, de 1993.

Art. 14. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 15. As aquisições ou contratações, em qualquer hipótese, decorrentes do Sistema de Registro de Preços, não poderão exceder a 100% (cem por cento) do total dos quantitativos registrados, incluindo dentro deste cálculo o somatório do total das requisições de todas as Unidades. Fica vedada a adesão pela Unidade que não manifestou prévio interesse antes da abertura do procedimento licitatório.

Parágrafo único. Será de responsabilidade das unidades que utilizarem as ARP, efetuarem obrigatoriamente, os lançamentos no sistema de compras utilizado pelo Poder Executivo Municipal, dos quantitativos adquiridos por meio de qualquer instrumento contratual.

Art. 15- A. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

§1º. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preço, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

§2º. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

§3º. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderá exercer, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§4º. O Poder Executivo Municipal poderá utilizar Atas de Registro de Preço de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, observados os prazos de vigência, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador responsável, desde que devidamente comprovada à vantagem.

Art. 16. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

CAPÍTULO VIII

DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Art. 17. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 18. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço ao valor praticado pelo mercado.

Parágrafo único. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, com a consequente rescisão amigável da ARP.

Art. 19. Quando o compromissário fornecedor comprovar o desequilíbrio da relação que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do serviço ou fornecimento, na hipótese de sobrevierem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, o órgão gerenciador negociará com ele visando a revisão do preço.

§ 1º Toda negociação deverá atender aos seguintes requisitos:

I - o valor máximo admissível para a revisão será o maior inicialmente classificado na Ata da sessão pública;

II - a alteração para maior dos preços registrados somente será aceita se atendido e comprovado o disposto no *"caput",* considerando como base, a data da assinatura da ARP;

e

III - para efeito de nova negociação, serão desconsiderados todos os eventos desequilibrantes dos preços, ocorridos antes da última revisão.

§ 2º Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá à RESCISÃO da ARP.

Art. 20. O compromissário fornecedor terá seu Registro de Preço cancelado ou a ARP Rescindida, quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - recusar-se a celebrar o contrato ou não retirar o instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração direta e indireta da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993;

V - for impedido de licitar ou contratar com a Administração direta e indireta do Município de Guarulhos, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10. 520, de 17 de julho de 2002 e do artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8. 666, de 21 de junho de 1993;

VI - solicitar, nos termos do art. 21 deste Decreto; e

VII - tiver presentes razões de interesse público.

Parágrafo único. O cancelamento do Registro de preços ou a Rescisão da ARP, assegurados o contraditório e a ampla defesa será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador, publicado na Imprensa Oficial.

Art. 21. O compromissário fornecedor poderá solicitar à Administração o cancelamento do Registro de preços ou a Rescisão da Ata de RP, nos casos previstos nos incisos XV e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 1º A solicitação será formulada por escrito e acompanhada das provas necessárias à demonstração do alegado.

§ 2º Competirá à autoridade competente do órgão gerenciador a apreciação do pedido de cancelamento do Registro de preços ou a Rescisão da ARP, e o decidirá em despacho fundamentado.

§ 3º Procedente a solicitação do compromissário fornecedor, será formalizado o cancelamento do Registro de preços ou a Rescisão da Ata de RP, amigável entre as partes.

Art. 22. Aplicam-se ao SRP e às contratações dele decorrentes as penalidades previstas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, conforme o caso.

Parágrafo único. Os procedimentos que antecedem à aplicação de penalidades relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, serão conduzidos no âmbito do órgão Gestor/requisitante e órgão participante contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade competente do órgão gerenciador.

Art. 23. Poderão ser utilizados recursos de tecnologia da informação na operacionalização das disposições de que trata este Decreto, particularmente no que concerne ao controle de preços, bem assim na automatização dos procedimentos inerentes aos controles e atribuições dos órgãos gerenciador e participante.

Art. 24. O planejamento dos Registros de Preços no âmbito da Administração Direta será realizado pela Coordenadoria de Licitações e Contratos, quando envolver aquisição de bens e contratações de serviços de uso comum ordinários ou objeto envolvendo mais de uma unidade orçamentária ou órgão.

Parágrafo único. Todos os Órgão da Administração direta que tiverem interesse de participar do Registro de Preços do Município deverão encaminhar a Coordenadoria de Licitações e Contratos a relação de materiais e serviços de uso comum a serem adquiridos, que envolva mais de uma unidade ou órgão, com as respectivas quantidades estimadas para um período de 12 meses.

Art. 25. Os preços registrados serão publicados trimestralmente no Diário Oficial do Município, com o objetivo de possibilitar o controle externo, constarão no Banco de Preços da Administração e serão disponibilizados via internet.

Art. 26. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar os preços registrados em razão de incompatibilidade deste com o preço vigente no mercado.

§ 1º A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação e instruída com os elementos probatórios disponíveis para demonstração da veracidade do alegado.

§ 2º A impugnação deverá ser endereçada à autoridade competente do órgão gerenciador, que a receberá e, após instrução, proceder-se-á a decisão.

Art. 27. A Coordenadoria Geral de Licitações e Contratos poderá editar normas complementares a este Decreto.

Art. 27. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranatinga/MT, 19 de dezembro de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito de Paranatinga/MT

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE VALOR Nº 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 59/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 053/2017

Aditivo nº 01 a Ata de Registro de Preço nº 59/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **EMAM - EMULSÕES E TRANSPORTES LTDA - CNPJ 04.420.916/0003-13.** Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Emulsão Asfáltica para Pavimentação urbana e restauração de pavimentos (Lama Asfáltica) e Execução dos serviços Tapa Buracos,** sendo com recursos do **FETHAB,** atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos do Município de Paranatinga – MT. Vigência até a data do dia 09/06/2018. Valor:

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Valor Unitário Aditivado
1	335307	EMULSAO ASFALTICA CM30 (TONELADA)	UNIDADE	R$ 3.375,00	R$ 3.780,00 - 12%
2	335309	EMULSAO ASFALTICA RL-1C (TONELADA)	UNIDADE	R$ 1.775,00	R$ 1.943,62 - 9,5%
3	335308	EMULSAO ASFALTICA RM-1C (TONELADA)	UNIDADE	R$ 1.875,00	R$ 2.053,12 - 9,5%
4	11870	EMULSAO ASFALTICA RR-2C (TONELADA)	UNIDADE	R$ 1.850,00	R$ 2.025,75 - 9,5%

Departamento de Licitações e Contratos, em 11 de Dezembro de 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 214/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **115/2017**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de 01 (Uma) Caminhonete 4x2 Cabine Dupla – Pago com Recurso do IGD – Bolsa Família, 01 (Um) Caminhão com Compactador de Resíduos Sólidos de 15M3 e 2 (dois) Caminhões Basculantes Zero Km, Motor a Diesel, com Caçamba de 12M3 Com Recursos do FETHAB,** atendendo a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social E Secretaria de Obras e Infraestrutura do Município de Paranatinga-MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG 0305291-5 SJ/MT e CPF 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 115/2017** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 Empresa vencedora:

M. DIESEL CAMINHÓES E ÔNIBUS LTDA.

CNPJ 07.811.058/0001-64.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Marca/Modelo	Valor Unitário	Qtde	Total
1	493879	Veículo Caminhão Toco, Zero Quilômetro: Tração 4x2 – Potência 260 CV. PBT, 16.000 KG, Cor Branco, Ano 2017 ou 2017/2018, ar condicionado, equipado com coletor compactador lixo 15M³: tração 4x2, ano de fabricação mínimo 2017, modelo 2017 ou superior, cabine simples avançada basculante em chapa, com ar condicionado original de fábrica, motor a diesel, com gerenciamento mecânico ou eletrônico, 6 cilindros, injeção direta, potência mínima de 260 CV, câmbio de 6 marcha à frente e 1 a ré, sistema elétrico mínimo 12 volts, embreagem monodisco seco, eixo traseiro com dupla redução, tanque de combustível mínimo de 270 litros, direção, hidráulica, peso bruto total (PBT) homologado mínimo de 16.000 KG. Freios a ar comprimido de dois circuitos, a tambor nas rodas dianteiras e traseiras, garantia de fábrica de 12 meses sem limite de quilometragem, equipado com acessórios básicos de fábrica e equipamentos de segurança obrigatórios. Quebra sol externo, estepe com suporte já adaptado no caminhão. **ESPECIFICAÇÕES COLETOR COMPACTADOR DE RESÍDUOS SÓLIDOS** – 15m³, coletor novo de fábrica, com capacidade para 15m³, "furgão com laterais lisas calandradas sem emendas transversais, confeccionados em aço de alta resistência e espessura de 3/16" (4,76 mm); Teto do furgão confeccionados em aço de alta resistência espessura 3/16 (4,76 mm), assoalho do furgão confeccionados em aço de alta resistência espessura 3/16 mm) "Sobre o chassi em aço de alto resistência e espessura de ¼" (6,35 mm); (6,35 mm) acionado por cilindro hidráulico telescópico de quatro estágios – dupla ação com hastes cromadas; Praça de carga mínima de 2,00 m³ e carga máxima de 2,20 m³; Solda externa processo MIG (inclusive inferiores); Reforço na região de fixação da traseira do furgão; Suporte de para-barro e para-barro de borracha; Guias internas da traseira para acoplamento no furgão; Guias laterais; Suporte de pás e vassouras; Fechamento traseiro do chassi do caminhão; Comandos manuais por alavancas com sistema de parada e reversão do ciclo de compactação; Cilindros hidráulicos de compactação e transportador de dupla ação com amortecimento hidráulico; Patins revestidos com polímero UHWM; Travamento da porta traseira com o baú com trava manual; Compactação com índice de 4:1; Comando traseiro com amortecimento; Cilindros com hastes cromadas; Sistema exclusivo de proteção anti-chupeta; Barramento metálico de proteção nas laterais; Filtro hidráulico de retorno; Estribo antiderrapante para quatro 04 (quatro) garis com corrimão e garras de segurança; Travessa inferiores vedados; Pintura em poliuretano aplicada com antioxidante no padrão indicado; Sinalizador rotativo; Sistema de comunicação gari-motorista; Alarma de marcha ré engatada; Com iluminação da boca de carga para trabalhos noturnos; Adesivos refletivos conforme legislação vigente; Adequação da distância dentre eixo do chassi, reforço. Caixa de chorume a maior da categoria. Emplacamento por conta da Contratada em nome da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT.	UNIDADE	Volkswagen 17.280 Equipado com coletor compactador 15M³	R$ 270.000,00	1	R$ 270.000,00
2	493881	Caminhão basculante traçado 6x4 com caçamba basculante de 12 m³ - CAMINHÃO novo (zero quilômetro) diesel, traçado 6x4, com caçamba basculante de 12 m³. Diferencial reduzido. Dispositivo de segurança do veículo composto por alarme sonoro de marcha à ré. Cadastro ou pré- cadastro na Base Índice Nacional - B.I.N. Ar condicionado. Ano/modelo: 2016 ou superior Especificações: Motor turbo diesel, Euro 5, potência mínima 275 CV ou maior, transmissão manual sincronizada de pelo menos 8 marchas à frente e 1 à ré, torque mínimo de 83 mkgf., peso bruto total mínimo de 23.000 kg, pneus dianteiros radiais direcionais com câmara 10.00 R x 20" 16 PR, pneus traseiros radiais com câmara 10.00 R x 20", direção hidráulica, freio de serviço a Ar, tipo tambor nas rodas dianteiras e traseiras, com circuito duplo, independente, freio motor eletropneumático, tecla no painel e comando no acelerador/pedal embreagem, tanque de abastecimento de combustível, embreagem com acionamento hidráulico tipo monodisco, diâmetro mínimo de 380 mm. Suspensão dianteira com molas semi-elipticas de duplo estagio, com amortecedores hidráulicos de dupla ação e barra estabilizadora. Suspensão traseira feixe de molas semielípticas de duplo estagio progressivo. Capacidade de carga útil mais carroceria mínimo de 14.600 kg. Capacidade mínima de tração 35.000 kg. -CABINE Cabine Principal: em aço, na cor branca, com retrovisores laterais externos, cinto de segurança de 03 pontos e demais equipamentos necessários para o bom desempenho do equipamento. -CAÇAMBA * com caçambas de ação indireta com 2 pistões * fundo das caçambas com chapa de ¼" * parabarros metálicos com lameiros de borracha * pintura P.U, kit de ferramentas e demais características padrão do equipamento com as normas INMETRO e ABNT; ferramental e acessórios obrigatórios por lei e garantia de fábrica de no mínimo 01 ano Garantia pelo fabricante. Local para prestação de assistência técnica autorizada pelo fabricante a distância não superior a 100 km da sede do município de Vár-	UNIDADE	Volkswagen 26.280 Equipado com caçamba basculante	R$ 262.000,00	2	R$ 524.000,00

		zea Grande com certificação da fabricante, devem possuir manual de uso e conservação do veículo. Emplacamento por conta da Contratada em nome da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT.					

VALOR GLOBAL R$ 794.000,00. Departamento de Licitações e Contratos, em 18 de Dezembro de 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 212/2017

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **112/2017**, na modalidade **ELETRÔNICO** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Materiais Permanente e Consumo para Casa de Passagem Lar Coração de Maria (Casa Transitória) de Acordo com o Convenio 002/2017 - Gaúcha do Norte,** atendendo a necessidade da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Paranatinga-MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG 0305291-5 SJ/MT e CPF 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2017** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 Empresa vencedora:

VIP MAGAZINE E COMÉRCIO EIRELI – ME.

CNPJ 05.033.039/0001-29.

Seq.	Código	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	332980	TRAVESSEIRO - 100% poliéster, formato convencional, antialergico, tamanho 50 x	UNIDADE	R$ 55,00	15	R$ 825,00

VALOR GLOBAL R$ 825,00. Departamento de Licitações e Contratos, em 18 de Dezembro de 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 211/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Paranatinga - Mato Grosso e a empresa vencedora do certame licitatório referente ao Pregão nº **116/2017**, na modalidade **PRESENCIAL** tendo por objeto**:** Registro de Preços para Futura e Eventual **Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Realização de Exames Laboratoriais para Atendimento aos Pacientes Usuários do SUS,** Conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde de Paranatinga – MT.

O **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Av. Brasil, nº 1.900 – Bairro Centro – Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o nº **15.023.971/0001-24**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, casado, portador do RG 0305291-5 SJ/MT e CPF 550.450.651-49 residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, S/N, Bairro Centro, nesta cidade de Paranatinga – MT, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE**, com obediência geral a Lei nº 10.520 de 17/07/2002, pelo Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto n° 7.892/2013 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/1993 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2017** para Registro de Preço, homologada pelo Prefeito Municipal, **RESOLVEM** registrar os preço da empresa vencedora que incidirá no valor dos produtos, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por ela alcançada nos itens, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e seus anexos e as constantes desta Ata de Registro de Preço, para formação do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP** destinado a contratações futuras sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis e Decretos supracitados e em conformidade com as disposições a seguir.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 Empresa vencedora:

GASPARINI MARTINS E NEVES LTDA – ME.

CNPJ 13.321.063/0001-91.

Seq.	Item	Descrição	Unidade	Valor Unitário	Qtde	Total
1	24515	ACIDO URICO	UNIDADE	R$ 16,00	50	R$ 800,00
2	27889	ACIDO VALPROICO	UNIDADE	R$ 22,00	50	R$ 1.100,00
3	27891	ALUMINIO	UNIDADE	R$ 24,00	50	R$ 1.200,00
4	27892	AMEBIASE	UNIDADE	R$ 23,00	50	R$ 1.150,00

5	24509	AMILASE	UNIDADE	R$ 23,50	50	R$ 1.175,00
6	27893	AMONIA	UNIDADE	R$ 14,00	50	R$ 700,00
7	27894	ANTIBIOGRAMA	UNIDADE	R$ 23,00	100	R$ 2.300,00
8	27895	ANTIESTREPTOLISINA O-ASLO	UNIDADE	R$ 22,00	50	R$ 1.100,00
9	27896	BACILOSCOPIA DIRETA PARA BARR HANSENIASE	UNIDADE	R$ 22,00	20	R$ 440,00
10	27898	BILIRRUBINAS	UNIDADE	R$ 17,00	200	R$ 3.400,00
11	27899	CALCIO	UNIDADE	R$ 24,00	50	R$ 1.200,00
12	27900	CALCIO IONICO	UNIDADE	R$ 24,00	10	R$ 240,00
13	27902	CALCULO URINARIO	UNIDADE	R$ 29,00	50	R$ 1.450,00
14	27904	CHAGAS - ANTICORPOS IgG	UNIDADE	R$ 21,00	70	R$ 1.470,00
15	27905	CHAGAS - ANTICORPOS IgM	UNIDADE	R$ 21,00	70	R$ 1.470,00
16	27903	CHAGAS (MACHADO GUERREIRO)	UNIDADE	R$ 21,00	50	R$ 1.050,00
17	27907	CHLAMYDIA -IgM	UNIDADE	R$ 26,00	50	R$ 1.300,00
18	27906	CHLAMYDIA-IgG	UNIDADE	R$ 26,00	50	R$ 1.300,00
19	27908	CISTICERCOSE	UNIDADE	R$ 39,00	30	R$ 1.170,00
20	24546	CITOMEGALOVIRUS ANTI IGG	UNIDADE	R$ 27,50	100	R$ 2.750,00
21	24547	CITOMEGALOVIRUS ANTI IGM	UNIDADE	R$ 27,50	100	R$ 2.750,00
22	27909	CITOPATOLOGICO CERVICO VAGINAL ONCOTICO	UNIDADE	R$ 35,00	20	R$ 700,00
23	27910	CKMB	UNIDADE	R$ 24,50	100	R$ 2.450,00
24	28003	CLEARANCE DE UREIA	UNIDADE	R$ 49,00	500	R$ 24.500,00
25	27911	CLEARENCE DE CREATININA	UNIDADE	R$ 27,00	50	R$ 1.350,00
26	27912	CLORO	UNIDADE	R$ 24,00	10	R$ 240,00
27	324032	COLESTEROL HDL	UNIDADE	R$ 24,00	1.000,00	R$ 24.000,00
28	27913	COLESTEROL LDL	UNIDADE	R$ 24,00	1.000,00	R$ 24.000,00
29	27914	COLESTEROL TOTAL	UNIDADE	R$ 24,00	1.000,00	R$ 24.000,00
30	27915	COLESTEROL VLDL	UNIDADE	R$ 24,00	1.000,00	R$ 24.000,00
31	27916	COLINESTERASE	UNIDADE	R$ 24,00	100	R$ 2.400,00
32	27917	CONTAGEM DE PLAQUETAS	UNIDADE	R$ 17,00	2.000,00	R$ 34.000,00
33	24533	COOMBS DIRETO	UNIDADE	R$ 18,50	70	R$ 1.295,00
34	24534	COOMBS INDIRETO	UNIDADE	R$ 18,50	70	R$ 1.295,00
35	27918	CORTISOL	UNIDADE	R$ 29,00	500	R$ 14.500,00
36	27919	CPK	UNIDADE	R$ 24,50	300	R$ 7.350,00
37	324033	CREATININA	UNIDADE	R$ 20,00	100	R$ 2.000,00
38	27921	CULTURA BACTERIANA	UNIDADE	R$ 24,00	10	R$ 240,00
39	27923	CULTURA DE FEZES E PESQUIZA DE SALMONELA	UNIDADE	R$ 24,00	10	R$ 240,00
40	27924	CULTURA DE URINA COM CONTAGEM DE COLONIAS	UNIDADE	R$ 24,00	500	R$ 12.000,00
41	27925	CULTURA EM FEZES	UNIDADE	R$ 24,00	100	R$ 2.400,00
42	27922	CULTURA PARA BARR	UNIDADE	R$ 24,00	200	R$ 4.800,00
43	27926	CULTURA PARA FUNGOS	UNIDADE	R$ 24,00	100	R$ 2.400,00
44	27927	CURVA GLICEMICA	UNIDADE	R$ 24,00	50	R$ 1.200,00
45	27928	DENGUE - IgG	UNIDADE	R$ 22,00	2.000,00	R$ 44.000,00
46	27929	DENGUE - IgM	UNIDADE	R$ 22,00	2.000,00	R$ 44.000,00
47	27930	ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	UNIDADE	R$ 24,00	500	R$ 12.000,00
48	27933	ERITOGRAMA	UNIDADE	R$ 24,00	200	R$ 4.800,00
49	27934	ESPERMOGRAMA	UNIDADE	R$ 31,00	1.000,00	R$ 31.000,00
50	27935	ESTRADIOL	UNIDADE	R$ 24,00	100	R$ 2.400,00
51	28007	FATOR REUMATOIDE	UNIDADE	R$ 18,00	200	R$ 3.600,00
52	27936	FERRO SERICO	UNIDADE	R$ 21,50	10	R$ 215,00
53	27937	FIBRINOGENIO	UNIDADE	R$ 21,50	20	R$ 430,00
54	27938	FOSFATASE ACIDA PROSTATICA	UNIDADE	R$ 18,00	20	R$ 360,00
55	24525	FOSFATASE ALCALINA	UNIDADE	R$ 22,00	20	R$ 440,00
56	27940	FOSFORO	UNIDADE	R$ 21,50	20	R$ 430,00
57	27941	GLICOSE	UNIDADE	R$ 21,60	1.000,00	R$ 21.600,00
58	27942	GRUPO SANGUINEO E FATOR RH	UNIDADE	R$ 24,30	200	R$ 4.860,00
59	27943	HCG- GONADOTROFINA CORIONICA	UNIDADE	R$ 27,60	100	R$ 2.760,00
60	27944	HELICOBACTER PYLORI-IgA	UNIDADE	R$ 26,00	50	R$ 1.300,00
61	27946	HEMATOCRITO	UNIDADE	R$ 22,00	50	R$ 1.100,00
62	27947	HEMOCULTURA	UNIDADE	R$ 64,00	50	R$ 3.200,00
63	27948	HEMOGLOBINA	UNIDADE	R$ 20,00	1.000,00	R$ 20.000,00
64	27949	HEMOGLOBINA GLICOSILADA	UNIDADE	R$ 31,00	1.000,00	R$ 31.000,00
65	27950	HEMOGRAMA COMPLETO	UNIDADE	R$ 18,50	15.000,00	R$ 277.500,00
66	27951	HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	UNIDADE	R$ 24,00	500	R$ 12.000,00
67	27952	HEPATITE A- HVA-IgG	UNIDADE	R$ 25,00	1.000,00	R$ 25.000,00
68	27953	HEPATITE A- HVA-IgM	UNIDADE	R$ 24,00	1.000,00	R$ 24.000,00
69	28025	HEPATITE B- HBC- IgG	UNIDADE	R$ 24,00	1.000,00	R$ 24.000,00
70	27954	HEPATITE B-HBC-IgM	UNIDADE	R$ 24,00	1.000,00	R$ 24.000,00
71	27956	HEPATITE B-HBeAg (antigeno"E")	UNIDADE	R$ 24,00	1.000,00	R$ 24.000,00
72	27958	HEPATITE B-HbsAg	UNIDADE	R$ 24,00	1.000,00	R$ 24.000,00
73	27959	HEPATITE C- anti- HCV	UNIDADE	R$ 27,00	1.000,00	R$ 27.000,00
74	27960	HEPATITE D (delta)	UNIDADE	R$ 27,00	100	R$ 2.700,00
75	24537	HIV WESTERN BLOT	UNIDADE	R$ 219,00	500	R$ 109.500,00
76	27961	HIV1+HIV 2(ELISA)	UNIDADE	R$ 54,00	1.000,00	R$ 54.000,00
77	27962	HORMONIO DO CRESCIMENTO	UNIDADE	R$ 33,00	200	R$ 6.600,00
78	27963	HORMONIO FOLICULO ESTIMULANTE (FSH)	UNIDADE	R$ 34,00	1.000,00	R$ 34.000,00
79	27964	HORMONIO LUTEINIZANTE	UNIDADE	R$ 21,00	1.000,00	R$ 21.000,00
80	27965	INSULINA	UNIDADE	R$ 24,00	1.000,00	R$ 24.000,00
81	27966	LEISHMANIOSE - IgG	UNIDADE	R$ 22,00	1.000,00	R$ 22.000,00

82	27967	LEISHMANIOSE - IgM	UNIDADE	R$ 22,00	100	R$ 2.200,00
83	27968	LEUCOCITOS E HEMACIAS, PESQ NAS FEZES	UNIDADE	R$ 24,00	10	R$ 240,00
84	27969	LEUCOGRAMA	UNIDADE	R$ 24,00	100	R$ 2.400,00
85	27971	LINFOCITOS T "supressores"	UNIDADE	R$ 24,00	500	R$ 12.000,00
86	27970	LINFOCITOS T "helper"	UNIDADE	R$ 24,75	500	R$ 12.375,00
87	27972	LIPIDOGRAMA COMPLETO	UNIDADE	R$ 39,00	2.000,00	R$ 78.000,00
88	27974	MUCOPROTEINAS	UNIDADE	R$ 31,00	1.000,00	R$ 31.000,00
89	27975	PARASITOLOGICO DE FEZES	UNIDADE	R$ 23,00	1.000,00	R$ 23.000,00
90	27976	PESQUISA DE FUNGOS	UNIDADE	R$ 23,00	100	R$ 2.300,00
91	27977	PESQUISA DE LEISHMANIA	UNIDADE	R$ 23,00	100	R$ 2.300,00
92	27978	PESQUISA DE OXIUROS	UNIDADE	R$ 17,00	100	R$ 1.700,00
93	27979	PESQUISA DE SANGUE OCULTO	UNIDADE	R$ 19,50	500	R$ 9.750,00
94	27980	POTASSIO	UNIDADE	R$ 24,00	500	R$ 12.000,00
95	27981	PROGESTERONA	UNIDADE	R$ 24,00	500	R$ 12.000,00
96	27982	PROLACTINA	UNIDADE	R$ 31,00	10	R$ 310,00
97	27983	PROTEINA C REATIVA	UNIDADE	R$ 26,00	200	R$ 5.200,00
98	27984	PROTEINA URINARIA 24 H	UNIDADE	R$ 39,00	200	R$ 7.800,00
99	27985	PROTEINAS TOTAIS	UNIDADE	R$ 26,00	200	R$ 5.200,00
100	27986	PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	UNIDADE	R$ 25,00	50	R$ 1.250,00
101	27987	PSA LIVRE	UNIDADE	R$ 24,50	1.000,00	R$ 24.500,00
102	27988	PSA TOTAL	UNIDADE	R$ 25,50	500	R$ 12.750,00
103	27989	RETRACAO DO COAGULO	UNIDADE	R$ 19,00	500	R$ 9.500,00
104	27990	ROTAVIRUS	UNIDADE	R$ 25,00	500	R$ 12.500,00
105	27991	RUBEOLA IGG-IGM	UNIDADE	R$ 39,50	1.000,00	R$ 39.500,00
106	27992	SARAMPO IGG-IGM	UNIDADE	R$ 49,00	50	R$ 2.450,00
107	27993	SIFILIS IGG-IGM	UNIDADE	R$ 44,00	500	R$ 22.000,00
108	27994	SIFILIS VDRL	UNIDADE	R$ 24,00	500	R$ 12.000,00
109	27995	SODIO	UNIDADE	R$ 23,50	500	R$ 11.750,00
110	24516	T3	UNIDADE	R$ 23,60	200	R$ 4.720,00
111	24517	T4	UNIDADE	R$ 23,60	200	R$ 4.720,00
112	24518	T4 LIVRE	UNIDADE	R$ 23,60	200	R$ 4.720,00
113	27996	TEMPO DE COAGULACAO	UNIDADE	R$ 17,50	1.000,00	R$ 17.500,00
114	27997	TEMPO DE PROTOMBINA	UNIDADE	R$ 17,50	1.000,00	R$ 17.500,00
115	27998	TEMPO DE SANGRAMENTO	UNIDADE	R$ 17,50	1.000,00	R$ 17.500,00
116	27999	TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVA	UNIDADE	R$ 19,50	1.000,00	R$ 19.500,00
117	28000	TESTOSTERONA TOTAL	UNIDADE	R$ 25,60	100	R$ 2.560,00
118	24526	TGO	UNIDADE	R$ 18,50	1.000,00	R$ 18.500,00
119	24527	TGP	UNIDADE	R$ 18,50	1.000,00	R$ 18.500,00
120	24543	TOXOPLASMOSE IGG	UNIDADE	R$ 25,80	1.000,00	R$ 25.800,00
121	24544	TOXOPLASMOSE IGM	UNIDADE	R$ 25,80	1.000,00	R$ 25.800,00
122	28001	TRIGLICERIDEOS	UNIDADE	R$ 24,00	1.000,00	R$ 24.000,00
123	24519	TSH	UNIDADE	R$ 19,70	1.000,00	R$ 19.700,00
124	28002	UREIA	UNIDADE	R$ 24,80	1.000,00	R$ 24.800,00
125	28004	VITAMINA B12	UNIDADE	R$ 26,10	50	R$ 1.305,00
126	28005	WAALER ROSE	UNIDADE	R$ 27,75	200	R$ 5.550,00

VALOR GLOBAL R$ 1.826.320,00. Departamento de Licitações e Contratos, em 14 de Dezembro de 2017.

DEPARTAMENTO PESSOAL
RESCISÕES - 2017

JULHO DE 2017

Funcionário	Cargo	Data da Rescisão	Descrição
EDEMILSON MENDES	222/A/01 – AAE I – VIGIA	07/07/ 2017	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.

Funcionário	Cargo	Data da Rescisão	Descrição
FAGUIANI FERREIRA DOS SANTOS	169/A/01 – AAE I – AG SERV GERAIS	01/07/ 2017	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.

Funcionário	Cargo	Data da Rescisão	Descrição
MARIO FLAVIO DE SOUZA	222/A/01 – AAE I - VIGIA	01/07/ 2017	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.

DEPARTAMENTO PESSOAL
TERMO ADITIVOS DEZEMBRO - 2017

TERMO ADITIVOS DEZEMBRO - 2017

Nº. /ANO:	FUNCIONÁRIO:	PERÍODO:	DESCRIÇÃO:	VALOR TOTAL:
09/ 2017	MARINEIDE ARAUJO SILVA	23/12/2017 a 21/12/2018	Termo aditivo referente ao contrato 204/2017	11. 580,00

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 06 AO CONTRATO Nº 52/2017

Aditivo nº 06 ao Contrato 52/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **MENINOS DE GOIAS – LTDA – ME.** Objeto: Contratação do show artístico da Banda “Os Meninos de Goiás”, que acontecerá do dia 02/07/2017, em Comemoração ao 53º Aniversário do Município de Paranatinga-MT, conforme termo de convênio nº 0818/2017 e contrapartida do Município, atendendo ao departamento de Cultura. Justifica-se o presente Termo Aditivo tendo em vista que a verba (convênio) destinada para pagamento do contrato original ainda não foi repassada. **Prazo: 28/12/2017 A 28/01/2018**. Departamento de Licitações e Contratos, em 19 de Dezembro de 2017.

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 06 AO CONTRATO Nº 51/2017

Aditivo nº 06 ao Contrato 51/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **M.S CLAUDIO - ME.** Objeto: Contratação do show artístico da Dupla “Marcelo e Cristiano”, que acontecerá no dia 02/07/2017; show artístico de “Hudson Angelim”, que acontecerá do dia 29/06/2017 ao dia 01/07/2017; e show artístico com “Os Catireiros do Araguaia”, que acontecerá do dia 29/06/2017, em Comemoração ao 53º Ani-

versário do Município de Paranatinga-MT, conforme termo de convênio nº 0818/2017, atendendo ao departamento de Cultura. Justifica-se o presente Termo Aditivo tendo em vista que a verba (convênio) destinada para pagamento do contrato original ainda não foi repassada. **Prazo: 28/12/2017 A 28/01/2018**. Departamento de Licitações e Contratos, em 19 de Dezembro de 2017.

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 06 AO CONTRATO Nº 50/2017

Aditivo nº 06 ao Contrato 50/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **FABINHO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA - ME.** Objeto: Contratação de show artístico da Dupla "Felipe e Ferrari", que acontecerá no dia 01/07/2017 em Comemoração ao 53º Aniversário do Município de Paranatinga-MT, conforme termo de convênio nº 0818/2017, atendendo ao departamento de Cultura. Justifica-se o presente Termo Aditivo tendo em vista que a verba (convênio) destinada para pagamento do contrato original ainda não foi repassada. **Prazo: 28/12/2017 A 28/01/2018**. Departamento de Licitações e Contratos, em 19 de Dezembro de 2017.

PARANATINGAPREV
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE VINCULAÇÃO Nº 005/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS Nº 078/2012 ORIUNDO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2012.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO TERMO DE VINCULAÇÃO Nº 005/2015 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS Nº 078/2012 ORIUNDO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2012.

Pelo presente instrumento o **MUNICÍPIO DE PARANATINGA**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede na Av. Brasil, n. 1032, Bairro Centro, Paranatinga/MT, inscrito no CNPJ sob o nº 15.023.971/0001-24, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **Josimar Marques Barbosa**, brasileiro, portador do CPF nº 550.450.651-49 e do RG nº 0305291-5 SJ/MT, residente e domiciliado na Rua Apolônio Bouret de Melo, Bairro Centro, Paranatinga/MT, e o seu Regime Próprio de Previdência Social denominado legalmente **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE PARANATINGA - PARANATINGAPREV**, de natureza autárquica regulado pela Lei Municipal nº 181, de 21 de junho de 2006, devidamente cadastrada no CNPJ. sob o nº 04.971.947/0001-09, sediada na Av. Brasil, n. 1991, Bairro Centro, Paranatinga/MT, neste ato representado pela Diretora Executiva Sra. **Márcia Pereira de Lima**, brasileira, portadora do CPF n.º 024.416.921-78 e da cédula de identidade n.º 1935009-0 SSP/MT residente e domiciliado na Rua Brilhante, n. 86C, Bairro Novo Horizonte, Paranatinga/MT, doravante denominados **CONTRATANTES e a ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS - AMM**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.234.260/0001-21, sediada na Avenida Rubens de Mendonça, 3.920, no Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, neste ato representada por seu Presidente **Neurilan Fraga**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 0042840-0 SSP/MT, CPF nº 063.907.691-34, residente e domiciliado na Avenida Valentin Peron, nº 66, Bairro Centro, CEP: 70.430-000, Nortelândia/MT, doravante denominada AMM E **COORDENADOR DO PROGRAMA AMM-PREVI**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Termo de Vinculação nº 005/2015 ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Técnicos nº 078/2012, observadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e legislação correlata, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo de vigência de que trata a Cláusula Terceira do Termo de Vinculação nº 005/2015, nos termos do § 4º do art. 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência de que trata a Cláusula Terceira do Termo de Vinculação nº 005/2015 fica prorrogado para 31 de dezembro de 2018.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO

Na execução do presente termo aditivo observar-se-á o preço previsto na cláusula terceira do contrato nº 078/2012 com a alteração prevista na cláusula segunda do segundo termo aditivo firmado em 11 de dezembro de 2017, publicado no jornal oficial eletrônico dos municípios de Mato Grosso do dia 13 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições contidas no Instrumento original do Termo de Vinculação nº 005/2015.

CLÁUSULA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá aos CONTRATANTES à publicação do extrato deste Termo Aditivo na imprensa oficial, conforme dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei n° 8. 666/93

CLÁUSULA SEXTA: DO FORO

O foro do presente Termo Aditivo será o da Comarca dos CONTRATANTES, excluído qualquer outro.

E, por estarem de acordo, foi o presente Termo Aditivo lavrado em três vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes e testemunhas abaixo.

Cuiabá/MT, 15 de dezembro de 2017.

ASSOCIAÇÃO MATOGROSSENSE DOS MUNICÍPIOS

Neurilan Fraga – Presidente

MUNICÍPIO DE PARANATINGA

Josimar Marques Barbosa - Prefeito Municipal

Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE PARANATINGA – PARANATINGAPREV

Márcia Pereira de Lima – Diretora Executiva

Contratante

Testemunhas:

1. Renato Ferreira de Santana Lara 2. Lieda Resende Brito

R.G. n.º 0742716-6 SSP/MT R.G. n.º 392034 SSP/MT

C.P.F. n.º 569.651.251-87 C.P.F. n.º 304.817.911-91

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

TERMO DE SUSPENSÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. 030/2017 TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO POR ITEM"

A Prefeitura Municipal de Pedra Preta - MT, através da Presidente da Comissão Especial de Licitação, Instituída pela Portaria n° 546/2017 de 20 de Outubro de 2.017, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que suspende o Pregão Presencial SRP Nº 030/2017, cujo objeto é: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA EEVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTOPARCELADO DE LOCAÇÃO DE SOM, PALCOS, TENDAS E GRADES DEPROTEÇÃO PARA EVENTOS QUE SERÃO REALIZADOS NAS SECRETARIASMUNICIPAIS DE PEDRA PRETA – MT,** devido ao recesso forense 2017/2018 fica impossibilitando a emissão do item **8.2.1.** Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, entregue no original, se houver determinação nesse sentido, em data não superior a 60 (sessenta) dias da data da sessão do pregão, se outro prazo não constar do documento. No caso de sociedades civis, certidão negativa

de distribuição de processos civis, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. O Município comunicará aos interessados a nova data de abertura das sessões públicas para recebimento de credenciamento, propostas e habilitação. Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (066) 3486-4400, fax (066) 3486-4416, junto à Comissão Permanente de Licitação.

Pedra Preta – MT, 19 de dezembro de 2017.

_____

JOSIANE CELIZE DA SILVA BOTELHO DE GOIS

PRESIDENTE CEL

LEI N° 1.022/2017. 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre autorização ao Executivo Municipal para conceder Auxilio Financeiro à Associação dos Moradores de São José do Planaltoe dá outras providencias.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal Autorizado a Conceder Auxilio Financeiro a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE SÃO JOSÉ DO PLANALTO (AMSJP), inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 14.207.058.0001-15, estabelecida neste Município, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

ARTIGO 2º - Os recursos ora concedidos serão utilizados em aquisição de conjuntos de mesas e cadeiras de plástico para atender as necessidades dos moradores do local, como escola e o centro de eventos daquela localidade, pertencente à Associação.

ARTIGO 3º - A beneficiada desta Lei fica obrigada em até **06 (seis)** meses após o recebimento do repasse financeiro, a prestar contas do recurso recebido, sob pena de ficar impossibilitada de receber novos recursos financeiros.

PARAGRAFO UNICO – A prestação de contas referida no *caput* deste artigo será composta de extrato bancário da movimentação financeira e relação de pagamentos contendo: o nome do credor; CPF/CNPJ; número e data do documento fiscal (nota fiscal ou recibo); número, data e valor do cheque e outros documentos que se fizerem e acharem necessários.

ARTIGO 4º - Em contrapartida a beneficiada cederá os conjuntos de mesas e cadeiras de plástico de sua propriedade para as atividades em eventos realizados pelo município e demais atividades em prol da comunidade.

ARTIGO 5º - As despesas decorrentes com a aplicação da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária consignada no orçamento vigente.

ARTIGO 6º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

ARTIGO 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

Registrada e Publicada

Nesta Secretaria e diário oficial.

LEI N° 1.023/2017. 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Município de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, a doar área para construção de Casa pelo Programa Minha Casa, Minha Vida e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Município de Pedra Preta, do Estado de Mato Grosso, **DOAR TERRENOS PARA A CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES**, à famílias que serão atendidas no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida, de acordo com a Lei Nº 11.977 de 07 de julho 2009, e suas alterações.

Art. 2º A presente lei, tem por objetivo promover a construção de moradias destinadas às famílias com renda mensal e de acordo com os requisitos previstos na Lei 11.977/2009.

Art. 3º O donatário terá como encargo utilizar o imóvel doado nos termos da Lei 11.977/2009, exclusivamente para construção de unidades habitacionais âmbito do PMCMV – Programa Minha Casa Minha Vida.

Art. 4º A doação realizada de acordo com a autorização contida nesta Lei ficará automaticamente revogada, revertendo à propriedade dos imóveis ao domínio pleno da municipalidade, se:

I – o donatário fizer uso dos imóveis doados para fins distintos daquele determinado no artigo anterior;

Art. 5º Só poderão ser beneficiados pelo Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, pessoas ou famílias que atendam ao estabelecido na legislação do referido programa, bem como, as que atendam aos requisitos estabelecidos pela Política Municipal de habitação vigente.

Art. 6º O Município poderá outorgar escritura pública, com cláusula retroativa de reversão do imóvel no prazo máximo de 180 - (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado pelo período não superior a 06 (seis) meses, mediante termo aditivo.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações consignadas no orçamento vigente e suplementadas, se necessário.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT

AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO

Registrada e Publicada

Nesta Secretaria e diário oficial.

LEI N° 1.024/2017. 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Autoriza o Município de Pedra Preta a celebrar Termo de Cooperação Técnica com o Município de São José do Povo/MT, compreendendo a cooperação mútua na realização de trabalhos de recuperação de estradas e dá outras providências".

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Município de Pedra Preta a firmar Termo de Cooperação Técnica com o Município de São José do Povo/MT, com o objetivo de realizar trabalhos de recuperação da **MT 470** Pedra Preta, trecho inicial, extensão de 21,4km **16°40'14.40''S-54°18'23.05"O**, final cidade de São José do Povo **16°30'59.80"S-54°15'16.74"O,** estrada vicinal do Assentamento Wilson Medeiros, extensão de **16,1km**, inicial **16°34'28.21S-54°15'19.17"O**, final **16°34'31.89"S, 54°09'08.59"O** e estrada vicinal do Assentamento Flor do Prata, com extensão de **20,5km**, inicial **16° 34'28.21S-54°15'19.17"O**, final **16°30'50,20"S-54°08'05.15"O**, por um período de 06 (seis meses), prorrogáveis por igual período, empregando

assim, conjuntamente os equipamentos públicos de posse e/ou propriedade do Município.

§1º. Os equipamentos (caminhões, pás carregadeiras, moto niveladoras, dentre outros), a serem empregados, serão os de posse e/ou propriedade dos municípios cooperantes, incluído aqueles que são objeto de termo de cessão de uso firmado com o Estado do Mato Grosso, ou ainda contratados por intermédio de SRP.

§2º. As obrigações de cada um dos signatários do acordo mencionado no caput serão definidas em Plano de Trabalho, do qual deverão constar, necessariamente:

I - a identificação do objeto a ser executado;

II - as metas a serem atingidas, ou seja, o que se pretende através do acordo;

III - as etapas ou fases de execução do objeto;

IV - o plano de aplicação dos recursos financeiros e o cronograma de desembolso;

V - a previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VI - a comprovação de que os recursos do município de Pedra Preta estarão disponíveis para a execução de sua parte no acordo;

VII - o projeto executivo dos serviços e eventuais licenças necessárias;

§3º. Findo o Termo de Cooperação a Secretaria de Obras do Município elaborará Relatório Conclusivo do acordo, destacando os objetivos alcançados e armazenando em registro (fotografias, medições, etc.) os elementos comprobatórios para fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei, dar-se-ão por conta das dotações próprias e consignadas ao orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT

AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

DECRETO Nº 107/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Vigente, e dá outras providências".

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

DECRETA:

Artigo 1° - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR,** no valor de R$ 2.251. 400,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta e hum mil e quatrocentos reais)no Orçamento Vigente (LOA - Lei Municipal nº 963/2106)**,** com detalhamento da natureza de despesa, conforme descrito:

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: GABINETE DO PREFEITO

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0002) – ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

PROJETO/ATIVIDADE: (2004) – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc.e Vant. Fixas Pessoal Civil.....		
33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R$	50.000,00
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R$	5.000,00
33903000000 – Material de Consumo.....		

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: GABINETE DO PREFEITO

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (124) – ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA: (0002) – ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

PROJETO/ATIVIDADE: (2140) – MANUT. ENC. COM O CONTROLE INTERNO

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc.e Vant. Fixas Pessoal Civil.....	R$	12.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA GERAL COORD.ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0005) – GESTAO DOS SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: (2012) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....		
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	110.000,00
33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R$	25.000,00
33900000000 – APLICACÕES DIRETAS	R$	6.000,00
33903000000 – Material de Consumo.....	R$	7.000,00
33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica...		

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINAÇAS

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (129) – ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS

PROGRAMA: (0007) – CONTROLE FINANCEIRO

PROJETO/ATIVIDADE: (2017) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	R$	65.000,00
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	20.000,00
33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R$	1.000,00

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS 33901400000 – Diárias – Pessoal Civil..... 33903000000 – Material de Consumo.....		3.500,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0011) – GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA URBANA

PROJETO/ATIVIDADE: (2021) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil..... 31901300000 – Obrigações Patronais..... **33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES** **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903000000 – Material de Consumo..... 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.	R$ R$ R$ R$	80.000,00 16.000,00 5.000,00 3.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0015) – GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: (2139) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil..... 31901300000 – Obrigações Patronais..... **33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES** **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.	R$ R$ R$	45.000,00 5.000,00 8.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (361) – ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: (0013) – MANUTENÇÃO E REVITAL.ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: (2029) – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil..... 31901300000 – Obrigações Patronais..... **33000000000 – OUTRAS DESPESESAS CORRENTES** **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS**	R$ R$ R$ R$	150.000,00 40.000,00 5.000,00 2.000,00
33900800000 – Outros Benefícios Assistenciais do Servidor..... 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.		

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (306) – ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

PROGRAMA: (0015) – GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: (2177) – PROG.NAC.ALIM.ESCOLAR-PNAE/ CRECHE

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

3000000000 – OUTRAS DESPESESAS CORRENTES **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903000000 – Material de Consumo.....	R$	1.500,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (361) – ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: (0016) – APOIO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: (2134) – AUXILIO FINAN. AO TRANSP.ESCOLAR

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

3000000000 – OUTRAS DESPESESAS CORRENTES **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica...	R$	150.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO DE MAN.E DES.EDUC.BASICA-FUNDEB

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (361) – ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: (0013) – MANUTENÇÃO E REVITAL.ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: (2122) – REMUN.DOS PROF.DO MAGIST.FUNDAMENTAL – 60%

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil..... 31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$ R$	400.000,00 100.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MAN.E DES.EDUC.BÁSCIA-FUNDEB

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (361) – ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: (0013) – MANUTENÇÃO E REVITAL.ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: (2125) – MANUTENÇÃO E ENC. DO FUNDEB FUNDAMENTAL – 40%

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	R$	200.000,00
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	20.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MAN.E DES.EDUC.BÁSCIA-FUNDEB

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (365) – EDUCAÇÃO INFANTIL

PROGRAMA: (0014) – MANUTENÇÃO E REVITAL.ENSINO INFANTIL

PROJETO/ATIVIDADE: (2123) – MANUTENÇÃO E ENC. DO FUNDEB INFANTIL – 40%

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	R$	20.000,00
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	10.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

FUNÇÃO: (08) – ASSISTENCIA SOCIAL

SUBFUNÇÃO: (243) – ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

PROGRAMA: (0026) – ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

PROJETO/ATIVIDADE: (2064) – MANUTENÇÃO CONS. TUT. DO MENOR E DO ADOLESCENTE

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	R$	12.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

FUNÇÃO: (08) – ASSISTENCIA SOCIAL

SUBFUNÇÃO: (244) – ASSISTENCIA COMUNITARIA

PROGRAMA: (0030) – GESTAO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: (2073) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	R$	46.000,00
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	5.000,00
33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS		
33903000000 – Material de Consumo.....	R$	4.500,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL ASSISTECIA SOCIAL

FUNÇÃO: (08) – ASSISTENCIA SOCIAL

SUBFUNÇÃO: (244) – ASSISTENCIA COMUNITARIA

PROGRAMA: (0030) – GESTAO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: (2005) – MANUT. ATIV. FUNDO MUN. ASS. SOCIAL

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS		
33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.	R$	5.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL ASSISTECIA SOCIAL

FUNÇÃO: (08) – ASSISTENCIA SOCIAL

SUBFUNÇÃO: (244) – ASSISTENCIA COMUNITARIA

PROGRAMA: (0030) – GESTAO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: (2205) – MANTER O IGD/PBF

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS		
33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.	R$	8.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESPORTES E LAZER

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUN. CULT. ESPORTES E LAZER

FUNÇÃO: (27) – DESPORTOS E LAZER

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0036) – GESTÃO DO SISTEMA DE DESPORTO E LAZER

PROJETO/ATIVIDADE: (2085) – MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	R$	5.000,00
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	2.000,00
33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS		
33903000000 – Material de Consumo.....	R$	3.200,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMP. PUBLICA E SERV. URBANOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SEC. MUN. DE LIMP. PUBLICA SERV. URBANOS

FUNÇÃO: (15) – URBANISMO

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0039) – CIDADE LIMPA

PROJETO/ATIVIDADE: (2090) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	R$	40.000,00
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	5.000,00
33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS		
33901400000 – Diárias – Pessoal Civil.....	R$	1.000,00
33903000000 – Material de Consumo.....	R$	6.500,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

FUNÇÃO: (10) – SAÚDE

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0024) – GESTAO DO SISTEMA DE SAUDE

PROJETO/ATIVIDADE: (2059) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	R$	75.000,00
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	5.000,00
33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS		
33903000000 – Material de Consumo.....	R$	7.200,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

FUNÇÃO: (10) – SAUDE

SUBFUNÇÃO: (302) – ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

PROGRAMA: (0020) – ASSISTENCIA AMBULAT.EMERGENCIA E HOSPITALAR

PROJETO/ATIVIDADE: (2050) – MANUTENÇÃO DO HOSP.POLICLINA MUNICIPAL

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	R$	280.000,00
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	60.000,00
33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS		
33901400000 – Diárias – Pessoal Civil.....	R$	3.500,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

FUNÇÃO: (10) – SAUDE

SUBFUNÇÃO: (301) – ATENCAO BASICA A SAUDE

PROGRAMA: (0019) – SAUDE DA FAMILIA

PROJETO/ATIVIDADE: (2048) – MANUTENÇÃO PROG. SAUDE DA FAMILIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	R$	45.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

FUNÇÃO: (10) – SAUDE

SUBFUNÇÃO: (301) – ATENCAO BASICA A SAUDE

PROGRAMA: (0019) – SAUDE DA FAMILIA

PROJETO/ATIVIDADE: (2049) – MANUTENÇÃO PROG. DE SAUDE BUCAL

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	R$	20.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

FUNÇÃO: (10) – SAUDE

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0024) – GESTAO DO SISTEMA DE SAUDE

PROJETO/ATIVIDADE: (2062) – MANUTENÇÃO FUNDO MUN. DE SAUDE

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33903000000 – Material de Consumo.....	R$	7.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

FUNÇÃO: (10) – SAUDE

SUBFUNÇÃO: (302) – ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

PROGRAMA: (0024) – GESTAO DO SISTEMA DE SAUDE

PROJETO/ATIVIDADE: (2104) – GESTAO PLENA DO SIST. MUN. DE SAUDE MEDIA COMPLEXIDADE

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	30.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

FUNÇÃO: (10) – SAUDE

SUBFUNÇÃO: (301) – ATENÇÃO BÁSICA A SAUDE

PROGRAMA: (0018) – ATENÇÃO BÁSICA A SAUDE

PROJETO/ATIVIDADE: (2164) – MAN.PROG.DIABETES MELLIT - ESTADUAL

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33903000000 – Material de Consumo.....	R$	2.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA M. MEIO AMBIENTE

FUNÇÃO: (18) – GESTAO AMBIENTAL

SUBFUNÇÃO: (541) – PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

PROGRAMA: (0054) – GESTAO M. AMBIENTE E DES. TURISTICO

PROJETO/ATIVIDADE: (2212) – MANTER AS ATIVIDAS DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Juridica	R$	8.500,00

TOTAL GERAL	**R$**	**2.251.400,00**

Artigo 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar referido no Artigo Anterior, serão utilizados recursos provenientes de Anulação Parcial (Redução) das dotações orçamentárias abaixo descritas:

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: GABINETE DO PREFEITO

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (124) – CONTROLE INTERNO

PROGRAMA: (0002) – ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

PROJETO/ATIVIDADE: (2140) – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O CONTROLE INTERNO

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33901400000 – Diárias Pessoal Civil.....	R$	1.500,00
33903000000 – Material de Consumo.....	R$	900,00
33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	R$	950,00

ÓRGÃO: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0003) – ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PROJETO/ATIVIDADE: (2097) – DESPESAS COM PUBLICIDADES

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	R$	200,00

ÓRGÃO: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0003) – ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PROJETO/ATIVIDADE: (2218) – AUXILIO FINANCEIRO ASSOC.MORADORES SÃO JOSÉ DO PLANALTO

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33500000000 – SUBVENÇÕES SOCIAIS

33504500000 – Subvenções Economicas.....	R$	3.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0005) – GESTÃO DOS SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: (2012) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33901400000 – Diárias – Pessoal Civil.....	R$	6.000,00
33903600000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.	R$	600,00
33909200000 – Despesas de Exercícios Anteriores	R$	400,00

ÓRGÃO: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (127) – ORDENAMENTO TERRITORIAL

PROGRAMA: (0003) – ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PROJETO/ATIVIDADE: (1007) – DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS

44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

44906100000 – Aquisição de Imóveis.....	R$	10.500,00

ÓRGÃO: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (127) – ORDENAMENTO TERRITORIAL

PROGRAMA: (0003) – ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PROJETO/ATIVIDADE: (2222) – EXECUTAR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica...	R$	1.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO: (14) – DIREITOS DA CIDADANIA

SUBFUNÇÃO: (422) – DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS

PROGRAMA: (0003) – ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PROJETO/ATIVIDADE: (2156) – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE DEF. CONSUMIDOR - FMDC

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33903000000 – Material de Consumo.....	R$	2.000,00
33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.	R$	2.000,00
40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL		
44000000000 – INVESTIMENTOS		

44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS 44905200000 – Equipamentos e Material Permanente		3. 600,00

ÓRGÃO: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO: (14) – DIREITOS DA CIDADANIA

SUBFUNÇÃO: (422) – DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS

PROGRAMA: (0005) – GESTÃO DOS SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: (2146) – MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO PROCON

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31909400000 – Indenizações e Restituições..... **33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES** **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903600000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física. 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.	R$ R$ R$	2. 300,00 100,00 6. 000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO: (99) – RESERVA DE CONTINGENCIA

SUBFUNÇÃO: (999) – RESERVA DE CONTINGENCIA

PROGRAMA: (9999) – RESERVA DE CONTINGENCIA

PROJETO/ATIVIDADE: (9999) – RESERVA DE CONTINGENCIA

90000000000 – RESERVA DE CONTINGENCIA

99000000000 – RESERVA DE CONTINGENCIA

99990000000 – RESERVA DE CONTINGENCIA

99999999999 – Reserva de Contingencia.....	R$	80.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (123) – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

PROGRAMA: (0007) – CONTROLE FINANCEIRO

PROJETO/ATIVIDADE: (2153) – AUXÍLIO FINANCEIRO A ASSOC. COM. IND. - ACIAPP

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33500000000 – TRANSF. A INST. PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS

33504300000 – Subvenções Sociais.....	R$	1.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (123) – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

PROGRAMA: (0007) – CONTROLE FINANCEIRO

PROJETO/ATIVIDADE: (2160) – SENTENÇAS JUDICIAIS

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS

44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

44909100000 – Sentenças Judiciais.....	R$	9.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (129) – ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS

PROGRAMA: (0007) – CONTROLE FINANCEIRO

PROJETO/ATIVIDADE: (1013) – AQUISIÇÃO DE PREMIOS PARA CAMPANHA DO IPTU

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33903200000 – Material, Bem ou Serviço P/Dist. Gratuita....	R$	3. 000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (129) – ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS

PROGRAMA: (0007) – CONTROLE FINANCEIRO

PROJETO/ATIVIDADE: (2017) – MANUT. ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31909400000 – Indenizações e Restituições Trabalhistas..... **33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES** **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903500000 – Serviços de Consultoria.....	R$ R$	10. 000,00 5.300,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FUNÇÃO: (28) – ENCARGOS ESPECIAIS

SUBFUNÇÃO: (843) – SERVIÇO DA DIVIDA INTERNA

PROGRAMA: (0008) – ENCARGOS ESPECIAIS

PROJETO/ATIVIDADE: (2018) – AMORTIZ. E ENCARCOS C/ DIVIDA PUBLICA DO MUNICIPIO

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

46000000000 – AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA

46900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

46907100000 – Principal da Divida Contratual Resgatado	R$	70.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

FUNÇÃO: (15) – URBANISMO

SUBFUNÇÃO: (451) – INFRA ESTRUTURA URBANA

PROGRAMA: (0009) – MALHA VIÁRIA URBANA

PROJETO/ATIVIDADE: (1015) – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PUBLICAS

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS

44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

44905100000 – Obras e Instalações.....	R$	3.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

FUNÇÃO: (18) – GESTÃO AMBIENTAL

SUBFUNÇÃO: (543) – RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

PROGRAMA: (0010) – CONTROLE DE ENCHENTES

PROJETO/ATIVIDADE: (1018) – CONSTRUÇÃO GALERIAS E SERV. COMPLEMENTARES

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS

44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

44905100000 – Obras e Instalações.....	R$	1.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

FUNÇÃO: (26) – TRANSPORTE

SUBFUNÇÃO: (782) – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

PROGRAMA: (0011) – GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA URBANA

PROJETO/ATIVIDADE: (1025) – AQUISIÇÃO DE MAQUINAS RODOVIÁRIAS

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS

44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

44905200000 – Equipamentos e Material Permanente.....	R$	16.500,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

FUNÇÃO: (26) – TRANSPORTE

SUBFUNÇÃO: (782) – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

PROGRAMA: (0011) – GESTAO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA URBANA

PROJETO/ATIVIDADE: (1026) – CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS

44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

44905100000 – Obras e Instalações.....	R$	2.500,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

FUNÇÃO: (26) - TRANSPORTE

SUBFUNÇÃO: (782) – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

PROGRAMA: (0011) – GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA URBANA

PROJETO/ATIVIDADE: (1027) – CONST. E AMPL. PONTES, BUEIROS E SERV. COMPLEMENTARES

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS

44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

44905100000 – Obras e Instalações.....	R$	22.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

FUNÇÃO: (26) - TRANSPORTE

SUBFUNÇÃO: (782) – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

PROGRAMA: (0011) – GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA URBANA

PROJETO/ATIVIDADE: (2026) – CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PONTES E BUEIROS

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33903000000 – Material de Consumo.....	R$	9.000,00
33903600000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física...	R$	800,00
33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	R$	55.318,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

FUNÇÃO: (26) - TRANSPORTE

SUBFUNÇÃO: (782) – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

PROGRAMA: (0011) – GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA URBANA

PROJETO/ATIVIDADE: (2027) – CONS. E MAN. DE ESTRADAS VICINAIS E ESTADUAIS

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33903600000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física...	R$	1.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0037) – DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA

PROJETO/ATIVIDADE: (2088) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES		
31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		
31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS		
31909400000 – Indenizações e Restituições Trabalhistas.....		3.500,00
33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R$	8.000,00
33903000000 – Material De Consumo.....	R$	5.696,00
3390360000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física...	R$	4.000,00
3390390000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica..	R$	300,00
3390920000 – Despesas de Exercícios Anteriores.....	R$	3.000,00
4000000000 – DESPESAS DE CAPITAL		
4400000000 – INVESTIMENTOS		
4490000000 – APLICAÇÕES DIRETAS		
4490520000 – Equipamentos e Material Permanente.....		

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0037) – DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA

PROJETO/ATIVIDADE: (2150) – AUXILIO FINAN. ASSOC. DE PROD. RURAIS

30000000000 – DESPESAS CORRENTES **33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES** **33500000000 – TR. A INST. PRIV. S/FINS LUCRATIVOS** 33504300000 – Subvenções Sociais	R$	18.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (601) – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

PROGRAMA: (0037) – DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA

PROJETO/ATIVIDADE: (2086) – INCENTIVOS A PRODUÇÃO AGRICOLA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES **33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES** **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903000000 – Material de Consumo..... 33903600000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física... 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	R$ R$ R$	7.000,00 1.000,00 5.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (601) – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

PROGRAMA: (0037) – DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA

PROJETO/ATIVIDADE: (2171) – APOIAR A EMPAER

30000000000 – DESPESAS CORRENTES **33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES** **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903000000 – Material de Consumo..... 33903600000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física... 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	R$ R$ R$	20.000,00 4.000,00 4.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (601) – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

PROGRAMA: (0037) – DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA

PROJETO/ATIVIDADE: (2216) – MAN.SERVIÇO INSPEÇÃO MUNICIPAL-SIM

30000000000 – DESPESAS CORRENTES **33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES** **33500000000 – TRANS.INST.PRIV.S/FINS LUCRATIVOS** 33504300000 – Subvenções Sociais	R$	5.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (601) – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

PROGRAMA: (0037) – DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA

PROJETO/ATIVIDADE: (2221) – ESTUDOS GEOFISICOS EM ASS.RURAIS

30000000000 – DESPESAS CORRENTES **33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES** **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica **40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL** **44000000000 – INVESTIMENTOS** **44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 44905200000 – Equipamentos e Material Permanente.....	R$ R$	4.800,00 3.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (602) – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

PROGRAMA: (0037) – DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA

PROJETO/ATIVIDADE: (2087) – INCENTIVOS A PRODUÇÃO PECUÁRIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES **31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS** **31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 31901300000 – Obrigações Patronais..... **33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES** **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903000000 – Material de Consumo..... 33903600000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física... 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	R$ R$ R$ R$	500,00 1.000,00 1.000,00 1.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (602) – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

PROGRAMA: (0037) – DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA

PROJETO/ATIVIDADE: (2172) – INCENTIVOS A PRODUÇÃO PECUÁRIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903000000 – Material de Consumo..... 33903600000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física... 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	R$ R$ R$	5.000,00 3.000,00 2.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (602) – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

PROGRAMA: (0055) – DESENVOLVIMENTO DA PSICULTURA

PROJETO/ATIVIDADE: (1103) – CONSTRUIR FRIGORIFICOS DE PEIXE

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS **44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 44905100000 – Obras e Instalações.....	R$	10.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (602) – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

PROGRAMA: (0055) – DESENVOLVIMENTO DA PSICULTURA

PROJETO/ATIVIDADE: (2174) – CONSTRUIR TANQUES PARA PSICULTURA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903000000 – Material de Consumo..... 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	R$ R$	10.000,00 10.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (602) – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

PROGRAMA: (0055) – APOIO A PSICULTURA

PROJETO/ATIVIDADE: (2175) – APOIO A PSICULTURA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903000000 – Material de Consumo..... 33903600000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física... 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	R$ R$ R$	10.000,00 5.000,00 5.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (606) – EXTENSAO RURAL

PROGRAMA: (0037) – DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA

PROJETO/ATIVIDADE: (1067) – AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPTS.

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS **44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 44905200000 – Equipamentos e Material Permanente..... ..	R$	50.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (606) – EXTENSAO RURAL

PROGRAMA: (0055) – DESENVOLVIMENTO DA PSICULTURA

PROJETO/ATIVIDADE: (1066) – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS **44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 44905200000 – Equipamentos e Material Permanente..... ..	R$	10.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) - EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (122) ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0015) – GESTAO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: (2139) – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903000000 – Material de Consumo.....	R$	6.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) - EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (306) – ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

PROGRAMA: (0014) – MAN. VER. DO ENSINO INFANTIL

PROJETO/ATIVIDADE: (2224) – MANTER AL.ESC.-CRECHE REC.PROPRIO

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903000000 – Material de Consumo.....	R$	5.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) - EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (306) – ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

PROGRAMA: (0014) – MAN. VER. DO ENSINO INFANTIL

PROJETO/ATIVIDADE: (2225) – MANTER AL.ESC.-INFANTIL REC. PROPRIO

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903000000 – Material de Consumo.....	R$	10.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) - EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (361) – ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: (0013) – MAN. REV. DO

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

LEI N° 1.025/2017. 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE NOVA DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A Avenida José Simar de Carvalho, localizada no Bairro Altos de Pedra Preta, neste município, passa a denominar-se **AVENIDA LIONS INTERNACIONAL.**

Art. 2º É de competência do Executivo Municipal adotar as providências necessárias para que a nova denominação seja inserida nos mapas da ci-

dade, bem como promover colocação de placas com o novo da referida Avenida.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT

AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

LEI N° 1.026/2017. 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

REVOGA O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 2º DA LEI MUNICIPAL Nº 758, DE FEVEREIRO DE 2014.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Revoga o parágrafo único do Artigo 2º da Lei Municipal nº 758, de 3 de fevereiro de 2014.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT

AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

PORTARIA Nº 006/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre o calendário escolar e os critérios para Matrícula e Composição de turmas das unidades escolares pertencente à Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2018.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, Maria da Cruz Martins de Arruda, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando:

Considerando a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no Artigo 24, Inciso I, da Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 9.394, de 20 dezembro 1996, que prevê o mínimo de 200 (duzentos) dias letivos, com carga horária anual mínima de 800 (oitocentas) horas, para o calendário escolar do Ensino Fundamental e da Educação Infantil;

Considerando a Resolução Normativa Nº 002/2015-CEE-MT que estabelece normas aplicáveis quanto ao procedimento de matriculas na Educação Básica e que assegura a formação da Educação Básica por Etapas, Modalidades e Especificidades garantindo a organização para a formação das turmas;

Considerando a Resolução Normativa Nº 003/2013-CEE-MT de 22 de julho de 2013, que dispõe sobre a oferta da Educação do Campo, no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução Normativa Nº 001/2012-CEE-MT que fixa normas para Educação Especial na Educação Básica;

Considerando a Resolução Normativa Nº 05/2011-CEE-MT que fixa normas para a oferta da Educação Básica na modalidade Educação Jovens e Adultos-EJA;

Considerando a necessidade de garantir os procedimentos legais no planejamento de matrículas para a formação de turmas e a necessidade de normatizar o início e término do ano letivo para as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino que ofertam o Ensino Infantil e Ensino Fundamental;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DOS PROCEDIMENTOS PARA O ANO LETIVO DE 2018

SEÇÃO I

DO CALENDÁRIO

Art. 1º Determinar que o calendário escolar para o ano letivo de 2018 seja único, para todas as unidades escolares municipais, exceto os casos excepcionais;

Art. 2º Programação Cronológica do calendário escolar de 2018:

a) 15/02/2018	**Início do Ano Letivo**
b) 02/02/2018	**Atribuição de horas/aulas e jornada de trabalho**
c) 05/02 a 09/02/2018	**Semana Pedagógica**
d) 16/07 a 29/07/2018	**Férias em julho**
e) 21/12/2018	**Término do Ano Letivo**

Art. 3º As Unidades Escolares deverão respeitar o calendário escolar da Rede Municipal, OBRIGATORIAMENTE, O INÍCIO E O TÉRMINO DO ANO LETIVO, BEM COMO AS FÉRIAS ESCOLARES, RESPEITANDO OS FERIADOS NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL conforme esta Normativa;

Art. 4° - A Unidade de Ensino que desenvolver ATIVIDADES EXTRAS CLASSE com a participação de no mínimo 70% dos alunos poderá compensar o dia no decorrer da mesma semana e/ou mês trabalhado, informando a Secretaria Municipal de Educação-SME 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, caso contrário o gestor será notificado por infringir regras.

§ 1° - A Unidade de Ensino que aderir às paralisações (Nacional ou Municipal) deverá informar a Secretaria Municipal de Educação-SME 24 (vinte e quatro) horas de antecedência a reposição imediata com prazo de até 15 (quinze) dias, caso contrário o gestor será notificado por infringir regras.

Art. 5° - Dispõe sobre os dias feriados nacional, estadual e municipal em ordem cronológica:

FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS

Fevereiro	12/02/2018 13/02/2018 14/02/2018	Carnaval Carnaval Quarta-feira de cinzas
Março	30/03/2018	Sexta feira santa
Maio	01/05/2018	Dia do trabalho
Junho	29/06/2018	São Pedro Apostolo-Padroeiro da cidade
Setembro	07/09/2018	Independência do Brasil/ compensar no dia do professor
Outubro	12/10/2018 15/10/2018	Nossa senhora aparecida/dia da criança Dia do professor
Novembro	02/11/2018 15/11/2018 16/11/2018 19/11/2018 20/11/2018	Finados Proclamação da república Ponto facultativo Ponto facultativo / dia da bandeira nacional Consciência negra
Dezembro	25/12/2018	Natal

Art. 6º - Para efeito de elaboração do calendário escolar, considerar-se-á o mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar e o mínimo de 800 horas/aula anuais, conforme Artigo 24 da LDB 9.394/96.

§ 1º – O calendário da Educação Infantil deverá respeitar o mínimo de 200 dias letivos e carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas respeitando os feriados Nacional, Estadual e Municipal, bem como garantir o período anual de férias para crianças e funcionários, conforme orienta os

Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil - MEC e conforme documento expedido pelo Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso da Resolução Normativa Nº 002/2015-CEE-MT;

§ 2º - Serão considerados dias letivos as atividades escolares extraclasses, (dia dos pais, mães, crianças, festa Junina, culminância de projetos) desde que contemplados na proposta pedagógica do Projeto Politico Pedagógico-PPP e calendário escolar do ano de 2018, com participação dos alunos de no mínimo de 70%, com efetivo planejamento e trabalho pedagógico dos docentes na unidade de ensino. Sendo encaminhados para Secretaria de Educação os projetos das atividades até 26/02/2018;

§ 3º - Não serão considerados dias letivos:

I– Festivais (promocionais), exceto via projeto (com validação da Secretária de Educação), com participação dos alunos de no mínimo de 70%;

II– Reuniões em geral;

III- Assembleias;

IV- Feriados;

V– Ponto Facultativo;

VI– Funeral;

VII– Paralisações em geral.

Paragrafo único - A unidade de ensino que planejar no decorrer do ano letivo dispensar os alunos em horário de aulas, sendo dia letivo, deverá protocolar os informes via ofício a ser deferido, (não sendo permitido o uso do aplicativo de celular WatsApp) pela Secretária Municipal de Educação com 24 horas de antecedência (com data já prevista para a reposição).

CAPÍTULO II

MATRÍCULA/ FREQUÊNCIA/DO CADASTRO E FORMAÇÃO DE TURMAS

SEÇÃO I

DA MATRÍCULA E FREQUÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Art. 7°. Programação Cronológica das matrículas e/ ou renovação na Rede Municipal de Ensino:

a) 15/12/17 a 21/12/2017 Renovação de matrícula dos alunos já atendidos na Unidade de Ensino;

b) 18 e 19/12/2017 Matrículas para os alunos matriculados nos CEIs que ingressarão na Educação Infantil de 04 anos;

c) A partir do dia 22/12/2017 Matrículas dos novos alunos nas Unidades Escolares.

§ 1º - As matrículas na Educação Infantil ocorrerão após análise dos cadastros, referendadas pelo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar da Unidade, seguindo as orientações dos Parâmetros de Qualidade para a Educação Infantil – MEC, "[...] o acesso às vagas respeitará o critério de equidade social sempre que a demanda superar a oferta de matrículas nas Instituições Municipais de Educação Infantil". Para a efetivação da matrícula deverá seguir os critérios abaixo relacionados:

a) Crianças em situação de risco (vulnerabilidade social, com deficiência e risco nutricional);

b) Preferencialmente filhos de mães ou responsáveis que tenham vínculo empregatício;

c) Filho de funcionário da referida Unidade de Ensino e/ou funcionário público das redes contidas no município.

§ 2º - Da documentação exigida:

a. Foto 3x4 para alunos novatos;

b. Certidão de nascimento da criança, CPF ou RG para os novatos;

c. Cartão de vacinação atualizado - LEI Nº 810/2014 DE 28 DE OUTUBRO DE 2014 que dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação, no ato da matrícula e rematrícula, da Carteira de Vacinação, nas Creches e Escolas Municipais e dá outras providências.;

d. Comprovante de residência atualizado;

e. RG da mãe, pai ou responsável;

f. Preenchimento da ficha de matrícula e termo de responsabilidade;

g. Cartão bolsa família;

h. Cartão SUS;

i. Comprovante de vínculo empregatício (somente para os CEIs)

j. Tipo sanguíneo para os alunos novos e para os já matriculados que ainda não apresentou;

Art. 8°. Caso a criança não tenha documentos, a mesma não será impedida de efetuar a inscrição e matrícula, mas os pais ou responsáveis deverão ser orientados a procurar a Secretaria de Assistência Social ou Conselho Tutelar do Município a fim de que estes sejam providenciados no prazo de 30 dias.

Art. 9°. A matrícula na pré-escola deve ser efetivada para as crianças que completarem 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade até 31 de março do ano letivo em curso dessa matrícula, garantindo assim, o acesso, em idade própria, ao Ensino Fundamental;

Art. 10. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: avaliação, mediante acompanhamento pedagógico diário e registro do desenvolvimento das crianças semestralmente, sem o objetivo de promoção, mas sim para sanar as dificuldades de aprendizagens diagnosticadas, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

I- Atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e o mínimo de 7 (sete) horas para a jornada integral, sendo assim, organizado para os Centros Educacionais Infantis que atendem expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança de 0 a 3 anos de idade;

II- Atendimento à criança de 04 e 05 anos de idade de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias turno parcial;

III- Controle de frequência pela Instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas;

Parágrafo Único – A criança com 03 (três) faltas consecutivas e/ou 05 (cinco) faltas intercaladas no mesmo mês, sem justificativa, será feita comunicação com o responsável seguindo o regimento interno de cada instituição. Caso haja a continuidade das faltas acionar imediatamente o Conselho Tutelar do Município acompanhado da ficha FICAI –Ficha de Aluno Infrequente (em anexo). Se o problema persistir será encaminhado ao Ministério Público. Todo procedimento deverá ser registrado em livro ATA da Unidade de Ensino com a participação do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar – CDCE.

SEÇÃO II

SOLICITAÇÃO DE VAGA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

(0 a 3 anos de idade)

Art. 11. A solicitação de vaga na Educação Infantil será efetivada através de cadastro na unidade escolar e aguardará o surgimento da mesma;

Art. 12. O cadastro deverá ser efetuado pelo preenchimento de ficha de solicitação de vaga contendo dados e informações relativas à criança e à sua família, conforme anexo

Parágrafo Único – Os dados e informações do cadastro referido no "caput" deste artigo serão analisados pelo Conselho Escolar da Unidade de Ensino obedecendo à ordem de prioridades definidas nesta normativa.

SEÇÃO III

DA MATRÍCULA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Art. 13. Programação Cronológica das matrículas na Rede Municipal de Ensino Fundamental:

a) 15/12/17 a 21/12/2017	Renovação de matrícula dos alunos já atendidos na Unidade de Ensino;
b) A partir do dia 22/12/2017	Matrículas dos novos alunos nas Unidades Escolares

Art. 14. A matrícula no Ensino Fundamental será destinada aos alunos que completarem 06 anos de idade até 31/03/2018, conforme disposto na Resolução Normativa Nº 002/2015 do CEE-MT.

Art. 15. A criança que completar 6 (seis) anos até 31 de março será matriculada no 1º ano do Ensino Fundamental de 9 anos.

Art. 16. O aluno que ingressar no ensino fundamental com 07 anos de idade, mesmo sem experiência escolar, deverá ser matriculado no ano correspondente, aplica se o ano de corte, seguindo os dispositivos da Resolução Nº 002/2015-CEE-MT no Art. 68. Matrícula extraordinária é aquela efetivada fora da época determinada pela escola e tem a finalidade de reintegrar os estudantes com idade escolar, que se encontram fora da escola, pela impossibilidade de terem sido matriculados na época determinada.

Parágrafo Único – Caberá à unidade desenvolver um projeto de atendimento diferenciado ao aluno que ingressar fora da idade regular de acordo com a Resolução Normativa 002/2015 do CEE-MT de 29 de abril de 2015.

SEÇÃO IV

DA MATRÍCULA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS-EJA

Art. 16. A matrícula na Educação de Jovens e Adultos - EJA, 1° Segmento, será destinada aos alunos a partir dos 15 anos completos conforme o disposto no Art. 6º da Resolução 005/2011/CEE/MT.

Parágrafo Único - Os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação devem ser matriculados em classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede municipal.

SEÇÃO V

DA FORMAÇÃO DE TURMAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

Art. 17. Os parâmetros para a organização das turmas deverão respeitar as condições concretas de desenvolvimento das crianças e suas especificidades:

§ 1º - Nas Unidades de Ensino onde há alunos com deficiência e que apresentam necessidade constante de auxílio nas atividades de higiene, locomoção e alimentação no cotidiano escolar, será disponibilizado um monitor com carga horária de 40 horas semanais. Caso haja necessidade de mais monitor por período, a Secretaria de Educação realizará análise com emissão de parecer para posterior encaminhamento;

§ 2º - As turmas que receberem alunos com deficiência terão redução de 10% do número de alunos, respeitando a quantificação máxima de 02 (dois) alunos com deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento por agrupamento ou turma nas classes comuns, conforme CEE/MT Resolução Nº 001/2012. Havendo a necessidade de ampliação de atendimento considerar-se-á a redução de 15%.

§ 3º - Para as crianças que ingressarem na Educação Infantil em 2018, serão consideradas as seguintes idades:

a) Berçário	06 meses a 01 ano e 01 ano e 11 meses
b) Maternal	02 anos até 31/03/2018
c) Jardim	03 anos até 31/03/2018
d) Pré I	04 anos até 31/03/2018
e) Pré II	05 anos até 31/03/2018

§ 4o – A quantidade máxima de crianças por agrupamento ou turma deverá ser proporcional ao tamanho das salas que ocupam.

Art. 18. As Escolas Municipais do Ensino Fundamental que atendem a Educação Infantil havendo a possibilidade deverão ter salas específicas para uso exclusivo das crianças de 04 a 05 anos.

Art. 19. As turmas serão organizadas levando-se em conta o Projeto Politico Pedagógico e o espaço físico, recomendando-se observar o percentual a ser atendido conforme meta do Plano Municipal de Educação, no geral, a seguinte relação mínima professor/estudante:

I- crianças de 0 a 11 meses - de 12 a 16 estudantes: 1 professor e 1 monitor; II- crianças de 1 ano a 11 meses - de 14 a 18 estudantes: 1 professor e 1 monitor; III- crianças de 2 anos a 11 meses - de 18 a 20 estudantes: 1 professor e 1 monitor; IV- crianças de 3 anos a 11 meses - de 20 a 25 estudantes: 1 professor e 1 monitor; V- crianças de 4 e 5 anos - de 25 a 27 estudantes: 1 professor.

Parágrafo Único – A quantidade mínima de crianças para abertura de turmas/agrupamento de Pré I e Pré II será de 25 (vinte e cinco) crianças e a máxima de 30. As turmas/agrupamento com 28 (vinte e oito) a 30 (trinta) crianças terão um professor e um monitor.

§ 1º – Nas unidades escolares onde não houver espaço físico ou número de alunos suficiente para formação de turma o atendimento funcionará em regime de multiagrupamento.

SEÇÃO VI

DA FORMAÇÃO DE TURMAS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL DA ZONA URBANA

Art. 20. As turmas serão compostas mediante o número de matrículas existentes, etapas de ensino, modalidades oferecidas e turnos de funcionamento da escola.

Art. 21. Para o ingresso no primeiro ano do primeiro Ciclo do Ensino Fundamental, a criança deverá ter 06 (seis) anos de idade completos até o dia 31/03/18.

Art. 21.Para o ingresso no primeiro ano do primeiro Ciclo do Ensino Fundamental, a criança deverá ter 06 (seis) anos de idade completos até o dia **31/03/18**.

Art. 22. Para o agrupamento dos alunos no Ensino Fundamental de Ciclo de Formação Humana observará as seguintes idades:

I - 1° Ciclo (1º ao 3º ano) - 6 a 8 anos de idade;

II- 2° Ciclo (4º ao 6º ano) - 9 a 11 anos;

III- 3° Ciclo (7º ao 9º ano) - 12 a 14 anos.

Art. 23. A nomenclatura do Ensino Fundamental de Nove Anos do Ciclo de Formação Humana na Rede Municipal de Ensino será observada o ATO Nº 01/03/2017 da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-SME identificada por CICLO/ANO, garantindo assim, o melhor entendimento para a comunidade escolar.

Art. 24. Os alunos com idade acima de 15 (quinze) anos, cursando o Ensino Fundamental, deverão ser atendidos, preferencialmente, em escolas que ofereçam a Educação de Jovens e Adultos.

Art. 25. A composição das turmas no Ensino Fundamental será feita com base no número de alunos, obedecendo aos critérios:

I. Ensino Fundamental:

Ciclos	Número de alunos por ano/ ano
1º Ciclo (1º, 2º e 3º) anos.	no mínimo 25 a 27 alunos
2º Ciclo (4º, 5º e 6º) anos.	no mínimo 26 a 28 alunos
3º Ciclo (7º, 8º e 9º) anos.	no mínimo 27 a 30 alunos

II. Educação de Jovens e Adultos (SEDE):

Modalidade EJA	Número de alunos por ano/ ano
1º segmento	no mínimo 25 a 30 alunos

III. Fica estabelecido que as **Unidades Municipais do Campo** adotem as seguintes formações de turmas:

Ciclos/Segmentos	**Número de alunos por fase /**
I Ciclo	no mínimo 25 a 27 alunos
II Ciclo	no mínimo 26 a 28 alunos
III Ciclo	no mínimo 27 a 30 alunos
I Segmento – EJA	no mínimo 18 a 20
Salas Multiturmas (escolas com número menor que 100 alunos)	
I Ciclo / II Ciclo/III Ciclo	De acordo com organização da secretaria de educação .

§ 1º - Somente será considerada a formação de turmas que obedecerem rigorosamente os critérios de composição descritos nos incisos I, II e III do artigo 25 desta Normativa.

§ 2º - As turmas do ensino fundamental (1° ciclo) da zona urbana, que no decorrer do ano letivo vigente, não tiverem de no mínimo 25 alunos, no ensino fundamental (2° ciclo) no mínimo de 26 alunos (3° ciclo) mínimo 27 alunos, e no I Segmento da EJA de no mínimo 25 alunos, salas de ano único, no início do segundo semestre, serão colocadas sob análise da SME para remanejamento desde que haja oferta na Unidade ou em Unidades próximas considerando as especificidades quanto à localização e oferta.

§ 3º - As escolas que ofertam o I Segmento da EJA que não atingirem o número de alunos previsto no Inciso II, funcionarão em regime multianual com um mínimo de 15 alunos por turma;

§ 4º - As Unidades Municipais do Campo que não atingirem o número de alunos previstos no inciso II, Art. 16 desta normativa, observarão:

a) unidocência na educação infantil e no ciclo da alfabetização;

b) multidocência, por área do conhecimento, para atender estudantes do ensino fundamental;

§ 5º - As Unidades Municipais do Campo que ofertarem o I Segmento da EJA que não atingirem o número de alunos previstos no inciso II, Art. 27 desta Normativa, funcionarão em regime multiturmas.

Parágrafo Único - Garantir a quantificação dos alunos com necessidades educacionais especiais, por turma em classes comuns dois alunos, no máximo, por turma de até 22 alunos. Alunos com deficiência física em que a criança não se locomove sozinha (poliomielite, espinha bífica e outras) deverão ser matriculados em turmas sem redução de número de alunos por turma, uma vez que se tem a garantia do atendimento de um monitor.

SEÇÃO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 26. O calendário escolar na oferta da Educação do Campo poderá ser flexibilizado independente do ano civil, considerando as condições climáticas, as fases de produção agrícola, os tempos formativos e atividades práticas apropriadas às reais necessidades e interesses do Projeto Político Pedagógico das escolas.

Art. 27. A organização curricular da Educação Infantil deve assegurar o princípio da organicidade, totalidade e integralidade, por meio da integração dos conteúdos, das capacidades, das áreas do conhecimento, das etapas e modalidades, articulando-se e integrando-se com as dimensões do mundo do trabalho e das práticas sociais;

Art. 28. As 800 (oitocentas) horas serão consideradas no seu sentido cronológico, de 60 (sessenta) minutos, devendo a duração de aula ser prevista no PPP e Regimento Escolar.

Art. 28. Na jornada escolar diária, o tempo destinado ao recreio faz parte da atividade educativa do estudante.

Art. 29. Os estudantes com necessidades educacionais especiais, definidos como estudantes com deficiência, transtorno global de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados na Educação Básica, terão garantidos os serviços de apoio pedagógico especializado específico para atender a suas necessidades educacionais, conforme legislação vigente.

Art. 30. Caberá a Secretaria Municipal de Educação acompanhar o cumprimento desta normativa.

Art. 31. Os casos omissos desta normativa serão definidos, posteriormente, junto a Comissão de Elaboração desta normativa, composta pelos membros abaixo:

1. Maria da Cruz Martins de Arruda

2. Eleine Carrijo Machado de Melo

3. Maria José Machado P. Luzine.

4. Maria Evangelina Carrijo Izaias

5. Maria Eliete Leão de Arruda

Art. 32. Os casos omissos a esta normativa serão atendido de acordo com as leis vigentes e as resoluções em vigor no Conselho Estadual de Educação.

Art. 33. Esta normativa entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais a partir do ano letivo de 2018, revogada a Normativa Nº 001/2017.

Pedra Preta, 18 de dezembro de 2017.

Maria da Cruz Martins de Arruda

Secretária Municipal de Educação

DECRETO Nº 106/2017 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Vigente, e dá outras providências".

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

DECRETA:

Artigo 1° - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR,** no valor de R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais)no Orçamento Vigente (LOA - Lei Municipal nº 963/2106)**,** com detalhamento da natureza de despesa, conforme descrito

ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DE FINAÇAS

FUNÇÃO: (01) – LEGISLATIVA

SUBFUNÇÃO: (031) – AÇÃO LEGISLATIVA

PROGRAMA: (0001) – PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO/ATIVIDADE: (2003) – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

Fonte de Recursos: Recursos Próprios

3390300000 – MATERIAL DE CONSUMO .....R$ 11.000,00

3390390000 – OUTROS SERV. TERC. – P. JURÍDICA .....R$ 2.000,00

3390930000 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES .....R$ 6.500,00

TOTAL GERAL	**R$**	**19.500,00**

Artigo 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar referido no Artigo Anterior, serão utilizados recursos provenientes de Anulação Parcial (Redução) das dotações orçamentárias abaixo descritas:

ÓRGÃO: CAMARA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA DA CAMARA

FUNÇÃO: (01) – LEGISLATIVA

SUBFUNÇÃO: (031) – AÇÃO LEGISLATIVA

PROGRAMA: (0001) – PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO/ATIVIDADE: (1001) – REEQUIPAR AS INSTALAÇÕES DO PODER LEGISLATIVO

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS

44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

449052000000 – Equipamentos e Material Permanente....	R$	19.500,00

Fonte de Recursos: Recursos Próprios

TOTAL GERAL	**R$**	**19.500,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

LEI LEI N° 1.021/2017. 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Vigente, e dá outras providências".

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, no uso de suas atribuições legais,**

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1° - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR,** no valor de R$ 2.251. 400,00 (dois milhões, duzentos e cinquenta e hum mil e quatrocentos reais)no Orçamento Vigente (LOA - Lei Municipal nº 963/2106)**,** com detalhamento da natureza de despesa, conforme descrito:

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: GABINETE DO PREFEITO

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0002) – ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

PROJETO/ATIVIDADE: (2004) – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc.e Vant. Fixas Pessoal Civil.....		
33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R$	50.
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R$	000,00
33903000000 – Material de Consumo.....		5.000,00

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: GABINETE DO PREFEITO

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (124) – ADMINISTRAÇÃO

PROGRAMA: (0002) – ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

PROJETO/ATIVIDADE: (2140) – MANUT. ENC. COM O CONTROLE INTERNO

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc.e Vant. Fixas Pessoal Civil.....	R$	12. 000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA GERAL COORD.ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0005) – GESTAO DOS SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: (2012) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....		
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	110. 000,00
33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R$	25.000,00
33900000000 – APLICACÕES DIRETAS	R$	6.000,00
33903000000 – Material de Consumo.....	R$	7.000,00
33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica...		

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINAÇAS

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (129) – ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS

PROGRAMA: (0007) – CONTROLE FINANCEIRO

PROJETO/ATIVIDADE: (2017) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....		
31901300000 – Obrigações Patronais.....		65.
33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R$	000,00
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R$	20.
33901400000 – Diárias – Pessoal Civil.....	R$	000,00
33903000000 – Material de Consumo.....	R$	1.000,00
		3.500,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0011) – GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA URBANA

PROJETO/ATIVIDADE: (2021) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....		
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	80.000,00
33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R$	16.
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R$	000,00
33903000000 – Material de Consumo.....	R$	5.000,00
33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.		3.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0015) – GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: (2139) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....		
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	45.000,00
33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R$	5.000,00
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R$	8.000,00
33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.		

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (361) – ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: (0013) – MANUTENÇÃO E REVITAL.ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: (2029) – MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....		
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	150.000,00
33000000000 – OUTRAS DESPESESAS CORRENTES	R$	40.000,00
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R$	5.000,00
33900800000 – Outros Benefícios Assistenciais do Servidor.....	R$	2.000,00
33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.		

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (306) – ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

PROGRAMA: (0015) – GESTÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: (2177) – PROG.NAC.ALIM.ESCOLAR-PNAE/ CRECHE

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

3000000000 – OUTRAS DESPESESAS CORRENTES		
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R$	1.500,00
33903000000 – Material de Consumo.....		

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (361) – ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: (0016) – APOIO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: (2134) – AUXILIO FINAN. AO TRANSP.ESCOLAR

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

3000000000 – OUTRAS DESPESESAS CORRENTES		
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R$	150.000,00
33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica...		

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO DE MAN.E DES.EDUC.BASICA-FUNDEB

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (361) – ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: (0013) – MANUTENÇÃO E REVITAL.ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: (2122) – REMUN.DOS PROF.DO MAGIST.FUNDAMENTAL – 60%

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	R$	400.000,00
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	100.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MAN.E DES.EDUC.BÁSCIA-FUNDEB

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (361) – ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: (0013) – MANUTENÇÃO E REVITAL.ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: (2125) – MANUTENÇÃO E ENC. DO FUNDEB FUNDAMENTAL – 40%

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	R$	200.000,00
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	20.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MAN.E DES.EDUC.BÁSCIA-FUNDEB

FUNÇÃO: (12) – EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (365) – EDUCAÇÃO INFANTIL

PROGRAMA: (0014) – MANUTENÇÃO E REVITAL.ENSINO INFANTIL

PROJETO/ATIVIDADE: (2123) – MANUTENÇÃO E ENC. DO FUNDEB INFANTIL – 40%

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	R$	20.000,00
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	10.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

FUNÇÃO: (08) – ASSISTENCIA SOCIAL

SUBFUNÇÃO: (243) – ASSISTENCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

PROGRAMA: (0026) – ATENÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

PROJETO/ATIVIDADE: (2064) – MANUTENÇÃO CONS. TUT. DO MENOR E DO ADOLESCENTE

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	R$	12.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL

FUNÇÃO: (08) – ASSISTENCIA SOCIAL

SUBFUNÇÃO: (244) – ASSISTENCIA COMUNITARIA

PROGRAMA: (0030) – GESTAO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: (2073) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....		
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	46.000,00
33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R$	5.000,00
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R$	4.500,00
33903000000 – Material de Consumo.....		

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL ASSISTECIA SOCIAL

FUNÇÃO: (08) – ASSISTENCIA SOCIAL

SUBFUNÇÃO: (244) – ASSISTENCIA COMUNITARIA

PROGRAMA: (0030) – GESTAO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: (2005) – MANUT. ATIV. FUNDO MUN. ASS. SOCIAL

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS		
33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.	R$	5.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL ASSISTECIA SOCIAL

FUNÇÃO: (08) – ASSISTENCIA SOCIAL

SUBFUNÇÃO: (244) – ASSISTENCIA COMUNITARIA

PROGRAMA: (0030) – GESTAO DO SISTEMA DE ASSISTENCIA SOCIAL

PROJETO/ATIVIDADE: (2205) – MANTER O IGD/PBF

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES		
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS		
33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.	R$	8.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA ESPORTES E LAZER

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUN. CULT. ESPORTES E LAZER

FUNÇÃO: (27) – DESPORTOS E LAZER

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0036) – GESTÃO DO SISTEMA DE DESPORTO E LAZER

PROJETO/ATIVIDADE: (2085) – MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....		
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	5.000,00
33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R$	2.000,00
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R$	3.200,00
33903000000 – Material de Consumo.....		

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE LIMP. PUBLICA E SERV. URBANOS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SEC. MUN. DE LIMP. PUBLICA SERV. URBANOS

FUNÇÃO: (15) – URBANISMO

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0039) – CIDADE LIMPA

PROJETO/ATIVIDADE: (2090) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....		
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	40.000,00
33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R$	5.000,00
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R$	1.000,00
33901400000 – Diárias – Pessoal Civil.....	R$	6.500,00
33903000000 – Material de Consumo.....		

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

FUNÇÃO: (10) – SAÚDE

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0024) – GESTAO DO SISTEMA DE SAUDE

PROJETO/ATIVIDADE: (2059) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....		
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	75.000,00
33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R$	5.000,00
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R$	7.200,00
33903000000 – Material de Consumo.....		

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

FUNÇÃO: (10) – SAUDE

SUBFUNÇÃO: (302) – ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

PROGRAMA: (0020) – ASSISTENCIA AMBULAT.EMERGENCIA E HOSPITALAR

PROJETO/ATIVIDADE: (2050) – MANUTENÇÃO DO HOSP.POLICLINA MUNICIPAL

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....		
31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	280.000,00
33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	R$	60.000,00
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R$	3.500,00
33901400000 – Diárias – Pessoal Civil.....		

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

FUNÇÃO: (10) – SAUDE

SUBFUNÇÃO: (301) – ATENCAO BASICA A SAUDE

PROGRAMA: (0019) – SAUDE DA FAMILIA

PROJETO/ATIVIDADE: (2048) – MANUTENÇÃO PROG. SAUDE DA FAMILIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	R$	45.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

FUNÇÃO: (10) – SAUDE

SUBFUNÇÃO: (301) – ATENCAO BASICA A SAUDE

PROGRAMA: (0019) – SAUDE DA FAMILIA

PROJETO/ATIVIDADE: (2049) – MANUTENÇÃO PROG. DE SAUDE BUCAL

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901100000 – Venc. E Vantagens Fixas-Pessoal Civil.....	R$	20.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

FUNÇÃO: (10) – SAUDE

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0024) – GESTAO DO SISTEMA DE SAUDE

PROJETO/ATIVIDADE: (2062) – MANUTENÇÃO FUNDO MUN. DE SAUDE

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33903000000 – Material de Consumo.....	R$	7.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

FUNÇÃO: (10) – SAUDE

SUBFUNÇÃO: (302) – ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL

PROGRAMA: (0024) – GESTAO DO SISTEMA DE SAUDE

PROJETO/ATIVIDADE: (2104) – GESTAO PLENA DO SIST. MUN. DE SAUDE MEDIA COMPLEXIDADE

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31901300000 – Obrigações Patronais.....	R$	30.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

FUNÇÃO: (10) – SAUDE

SUBFUNÇÃO: (301) – ATENÇÃO BÁSICA A SAUDE

PROGRAMA: (0018) – ATENÇÃO BÁSICA A SAUDE

PROJETO/ATIVIDADE: (2164) – MAN.PROG.DIABETES MELLIT - ESTADUAL

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33903000000 – Material de Consumo.....	R$	2.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA M. MEIO AMBIENTE

FUNÇÃO: (18) – GESTAO AMBIENTAL

SUBFUNÇÃO: (541) – PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

PROGRAMA: (0054) – GESTAO M. AMBIENTE E DES. TURISTICO

PROJETO/ATIVIDADE: (2212) – MANTER AS ATIVIDAS DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Juridica...	R$	8.500,00

TOTAL GERAL	**R$**	**2.251.400,00**

Artigo 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar referido no Artigo Anterior, serão utilizados recursos provenientes de Anulação Parcial (Redução) das dotações orçamentárias abaixo descritas:

ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: GABINETE DO PREFEITO

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (124) – CONTROLE INTERNO

PROGRAMA: (0002) – ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

PROJETO/ATIVIDADE: (2140) – MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O CONTROLE INTERNO

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33901400000 – Diárias Pessoal Civil.....	R$	1.500,00
33903000000 – Material de Consumo.....	R$	900,00
33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica...	R$	950,00

ÓRGÃO: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0003) – ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PROJETO/ATIVIDADE: (2097) – DESPESAS COM PUBLICIDADES

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica...	R$	200,00

ÓRGÃO: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0003) – ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PROJETO/ATIVIDADE: (2218) – AUXILIO FINANCEIRO ASSOC.MORADORES SÃO JOSÉ DO PLANALTO

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33500000000 – SUBVENÇÕES SOCIAIS

33504500000 – Subvenções Economicas.....	R$	3.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0005) – GESTÃO DOS SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: (2012) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33901400000 – Diárias – Pessoal Civil.....	R$	6.000,00
33903600000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física....	R$	600,00
33909200000 – Despesas de Exercícios Anteriores.....	R$	400,00

ÓRGÃO: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (127) – ORDENAMENTO TERRITORIAL

PROGRAMA: (0003) – ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PROJETO/ATIVIDADE: (1007) – DESAPROPRIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS

44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

44906100000 – Aquisição de Imóveis.....	R$	10.500,00

ÓRGÃO: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (127) – ORDENAMENTO TERRITORIAL

PROGRAMA: (0003) – ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PROJETO/ATIVIDADE: (2222) – EXECUTAR REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica...	R$	1.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO: (14) – DIREITOS DA CIDADANIA

SUBFUNÇÃO: (422) – DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS

PROGRAMA: (0003) – ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PROJETO/ATIVIDADE: (2156) – MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE DEF. CONSUMIDOR - FMDC

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33903000000 – Material de Consumo..... 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica. **40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL** **44000000000 – INVESTIMENTOS** **44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 44905200000 – Equipamentos e Material Permanente.....	R$ R$ R$	2.000,00 2.000,00 3.600,00

ÓRGÃO: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO: (14) – DIREITOS DA CIDADANIA

SUBFUNÇÃO: (422) – DIREITOS INDIVIDUAIS, COLETIVOS E DIFUSOS

PROGRAMA: (0005) – GESTÃO DOS SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: (2146) – MANUTENÇÃO ATIVIDADES DO PROCON

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31909400000 – Indenizações e Restituições..... **33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES** **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903600000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física.... 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.	R$ R$ R$	2.300,00 100,00 6.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA GERAL DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÃO: (99) – RESERVA DE CONTINGENCIA

SUBFUNÇÃO: (999) – RESERVA DE CONTINGENCIA

PROGRAMA: (9999) – RESERVA DE CONTINGENCIA

PROJETO/ATIVIDADE: (9999) – RESERVA DE CONTINGENCIA

90000000000 – RESERVA DE CONTINGENCIA

99000000000 – RESERVA DE CONTINGENCIA

99990000000 – RESERVA DE CONTINGENCIA

99999999999 – Reserva de Contingencia.....	R$	80.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (123) – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

PROGRAMA: (0007) – CONTROLE FINANCEIRO

PROJETO/ATIVIDADE: (2153) – AUXÍLIO FINANCEIRO A ASSOC. COM. IND. - ACIAPP

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33500000000 – TRANSF. A INST. PRIVADAS S/FINS LUCRATIVOS

33504300000 – Subvenções Sociais.....	R$	1.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (123) – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

PROGRAMA: (0007) – CONTROLE FINANCEIRO

PROJETO/ATIVIDADE: (2160) – SENTENÇAS JUDICIAIS

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS

44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

44909100000 – Sentenças Judiciais.....	R$	9.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (129) – ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS

PROGRAMA: (0007) – CONTROLE FINANCEIRO

PROJETO/ATIVIDADE: (1013) – AQUISIÇÃO DE PREMIOS PARA CAMPANHA DO IPTU

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33903200000 – Material, Bem ou Serviço P/Dist. Gratuita.....	R$	3.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FUNÇÃO: (04) – ADMINISTRAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (129) – ADMINISTRAÇÃO DE RECEITAS

PROGRAMA: (0007) – CONTROLE FINANCEIRO

PROJETO/ATIVIDADE: (2017) – MANUT. ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

31909400000 – Indenizações e Restituições Trabalhistas..... **33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES** **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903500000 – Serviços de Consultoria.....	R$ R$	10.000,00 5.300,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

FUNÇÃO: (28) – ENCARGOS ESPECIAIS

SUBFUNÇÃO: (843) – SERVIÇO DA DIVIDA INTERNA

PROGRAMA: (0008) – ENCARGOS ESPECIAIS

PROJETO/ATIVIDADE: (2018) – AMORTIZ. E ENCARCOS C/ DIVIDA PUBLICA DO MUNICIPIO

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

46000000000 – AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA/REFINANCIAMENTO DA DIVIDA

46900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

46907100000 – Principal da Divida Contratual Resgatado	R$	70.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

FUNÇÃO: (15) – URBANISMO

SUBFUNÇÃO: (451) – INFRA ESTRUTURA URBANA

PROGRAMA: (0009) – MALHA VIÁRIA URBANA

PROJETO/ATIVIDADE: (1015) – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PUBLICAS

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS

44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

44905100000 – Obras e Instalações.....	R$	3.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

FUNÇÃO: (18) – GESTÃO AMBIENTAL

SUBFUNÇÃO: (543) – RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS

PROGRAMA: (0010) – CONTROLE DE ENCHENTES

PROJETO/ATIVIDADE: (1018) – CONSTRUÇÃO GALERIAS E SERV. COMPLEMENTARES

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS

44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

44905100000 – Obras e Instalações.....	R$	1.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

FUNÇÃO: (26) – TRANSPORTE

SUBFUNÇÃO: (782) – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

PROGRAMA: (0011) – GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA URBANA

PROJETO/ATIVIDADE: (1025) – AQUISIÇÃO DE MAQUINAS RODOVIÁRIAS

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS

44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

44905200000 – Equipamentos e Material Permanente.....	R$	16.500,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

FUNÇÃO: (26) – TRANSPORTE

SUBFUNÇÃO: (782) – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

PROGRAMA: (0011) – GESTAO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA URBANA

PROJETO/ATIVIDADE: (1026) – CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS

44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

44905100000 – Obras e Instalações.....	R$	2.500,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

FUNÇÃO: (26) - TRANSPORTE

SUBFUNÇÃO: (782) – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

PROGRAMA: (0011) – GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA URBANA

PROJETO/ATIVIDADE: (1027) – CONST. E AMPL. PONTES, BUEIROS E SERV. COMPLEMENTARES

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS

44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

44905100000 – Obras e Instalações.....	R$	22.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

FUNÇÃO: (26) - TRANSPORTE

SUBFUNÇÃO: (782) – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

PROGRAMA: (0011) – GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA URBANA

PROJETO/ATIVIDADE: (2026) – CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO PONTES E BUEIROS

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33903000000 – Material de Consumo.....	R$	9.000,00
33903600000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	R$	800,00
33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica...	R$	55.318,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

FUNÇÃO: (26) - TRANSPORTE

SUBFUNÇÃO: (782) – TRANSPORTE RODOVIÁRIO

PROGRAMA: (0011) – GESTÃO DO SISTEMA DE INFRA ESTRUTURA URBANA

PROJETO/ATIVIDADE: (2027) – CONS. E MAN. DE ESTRADAS VICINAIS E ESTADUAIS

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS

33903600000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.....	R$	1.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0037) – DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA

PROJETO/ATIVIDADE: (2088) – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES	R$	3.500,00
31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	R$	8.000,00
31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS	R$	

31909400000 – Indenizações e Restituições Trabalhistas..... .... **33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES** **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903000000 – Material De Consumo..... ... 3390360000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física.. ..... 3390390000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica..... 3390920000 – Despesas de Exercícios Anteriores..... ..... **4000000000 – DESPESAS DE CAPITAL** **4400000000 – INVESTIMENTOS** **4490000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 4490520000 – Equipamentos e Material Permanente.....	R$	5. 696,00 4. 000,00 300,00 3. 000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (122) – ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0037) – DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA

PROJETO/ATIVIDADE: (2150) – AUXILIO FINAN. ASSOC. DE PROD. RURAIS

30000000000 – DESPESAS CORRENTES **33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES** **33500000000 – TR. A INST. PRIV. S/FINS LUCRATIVOS** 33504300000 – Subvenções Sociais.....	R$	18. 000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (601) – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

PROGRAMA: (0037) – DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA

PROJETO/ATIVIDADE: (2086) – INCENTIVOS A PRODUÇÃO AGRICOLA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES **33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES** **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903000000 – Material de Consumo..... .. 33903600000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física..... 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica...	R$ R$ R$	7. 000,00 1. 000,00 5. 000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (601) – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

PROGRAMA: (0037) – DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA

PROJETO/ATIVIDADE: (2171) – APOIAR A EMPAER

30000000000 – DESPESAS CORRENTES **33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES** **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903000000 – Material de Consumo..... .. 33903600000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física..... 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica...	R$ R$ R$	20. 000,00 4.000,00 4.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (601) – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

PROGRAMA: (0037) – DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA

PROJETO/ATIVIDADE: (2216) – MAN.SERVIÇO INSPEÇÃO MUNICIPAL-SIM

30000000000 – DESPESAS CORRENTES **33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES** **33500000000 – TRANS.INST.PRIV.S/FINS LUCRATIVOS** 33504300000 – Subvenções Sociais.....	R$	5. 000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (601) – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

PROGRAMA: (0037) – DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA

PROJETO/ATIVIDADE: (2221) – ESTUDOS GEOFISICOS EM ASS.RURAIS

30000000000 – DESPESAS CORRENTES **33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES** **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica... **40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL** **44000000000 – INVESTIMENTOS** **44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 44905200000 – Equipamentos e Material Permanente.....	R$ R$	4. 800,00 3. 000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (602) – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

PROGRAMA: (0037) – DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA

PROJETO/ATIVIDADE: (2087) – INCENTIVOS A PRODUÇÃO PECUÁRIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES **31000000000 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS** **31900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 31901300000 – Obrigações Patronais..... ... **33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES** **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903000000 – Material de Consumo..... .. 33903600000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física..... 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica...	R$ R$ R$ R$	500,00 1. 000,00 1. 000,00 1. 000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (602) – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

PROGRAMA: (0037) – DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA

PROJETO/ATIVIDADE: (2172) – INCENTIVOS A PRODUÇÃO PECUÁRIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903000000 – Material de Consumo..... .. 33903600000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física..... 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica...	R$ R$ R$	5. 000,00 3. 000,00 2. 000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (602) – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

PROGRAMA: (0055) – DESENVOLVIMENTO DA PSICULTURA

PROJETO/ATIVIDADE: (1103) – CONSTRUIR FRIGORIFICOS DE PEIXE

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS **44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 44905100000 – Obras e Instalações.....	R$	10.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (602) – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

PROGRAMA: (0055) – DESENVOLVIMENTO DA PSICULTURA

PROJETO/ATIVIDADE: (2174) – CONSTRUIR TANQUES PARA PSICULTURA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903000000 – Material de Consumo..... 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica...	R$ R$	10.000,00 10.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (602) – PROMOÇÃO DA PRODUÇÃO VEGETAL

PROGRAMA: (0055) – APOIO A PSICULTURA

PROJETO/ATIVIDADE: (2175) – APOIO A PSICULTURA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903000000 – Material de Consumo..... 33903600000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Física..... 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica...	R$ R$ R$	10.000,00 5.000,00 5.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (606) – EXTENSAO RURAL

PROGRAMA: (0037) – DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E PECUARIA

PROJETO/ATIVIDADE: (1067) – AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPTS.

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS **44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 44905200000 – Equipamentos e Material Permanente.....	R$	50.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

FUNÇÃO: (20) - AGRICULTURA

SUBFUNÇÃO: (606) – EXTENSAO RURAL

PROGRAMA: (0055) – DESENVOLVIMENTO DA PSICULTURA

PROJETO/ATIVIDADE: (1066) – AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS

40000000000 – DESPESAS DE CAPITAL

44000000000 – INVESTIMENTOS **44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 44905200000 – Equipamentos e Material Permanente.....	R$	10.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) - EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (122) ADMINISTRAÇÃO GERAL

PROGRAMA: (0015) – GESTAO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO

PROJETO/ATIVIDADE: (2139) – MANUT. DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903000000 – Material de Consumo.....	R$	6.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) - EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (306) – ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

PROGRAMA: (0014) – MAN. VER. DO ENSINO INFANTIL

PROJETO/ATIVIDADE: (2224) – MANTER AL.ESC.-CRECHE REC.PROPRIO

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903000000 – Material de Consumo.....	R$	5.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) - EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (306) – ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO

PROGRAMA: (0014) – MAN. VER. DO ENSINO INFANTIL

PROJETO/ATIVIDADE: (2225) – MANTER AL.ESC.-INFANTIL REC. PROPRIO

30000000000 – DESPESAS CORRENTES

33000000000 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES **33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS** 33903000000 – Material de Consumo.....	R$	10.000,00

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FUNÇÃO: (12) - EDUCAÇÃO

SUBFUNÇÃO: (361) – ENSINO FUNDAMENTAL

PROGRAMA: (0013) – MAN. REV. DO

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA,

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2.017.

Juvenal Pereira Brito

Prefeito

PORTARIA Nº 616/2017. DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES aos Servidores Municipais da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que os servidores fazem jus as férias, conforme solicitação.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica concedido férias aos Servidores Públicos Municipais, lotados junto a Secretaria Municipal de Saúde, a serem usufruídas no período de **18/12/17 à 16/01/2018,** conforme relação em anexo.

AGENTE ADMINISTRATIVO

ISABEL CRISTINA ALVES DE MORAIS

JADIR PÍRES RODRIGUES

JOSILAINE FATIMA MERGIAN CAMINHA PEDRAL DE MELO

MAXCILIMILLIAM NESTOR ALVES DOS SANTOS

ZIRLENE DE SOUZA PEREIRA

AGENTE ADMINISTRATIVO PSF

CLEIDIONICE DOS SANTOS

ELIENE MAURICIA DE SOUZA

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

ANDRÉIA NUNES CARDOSO JULIO

ANGELA MARIA ROCHA DOS SANTOS

APRECIDA PEIXOTO DA FONSECA LACERDA

CÁSSIA CRISTINA ROBERTO

CLAUDIMEIRE APARECIDA DE FREITAS MATTOS

DILMA DOS SANTOS

DILMA JUSTINO PRATES

FRANCISLAYNE SILVA CANHIZARES

ILZA CLAUDIA DOS SANTOS

LINDALVA DOS SANTOS FERREIRA

LIVIA TEODORO RODRIGUES DE FREITAS

LUCIMAR DE LIMA FEITOSA SOARES

LUIZINHA MENDES DOS SANTOS SOUZA

LUZIA APARECIDA NUNES BARBOSA

MARIA LUCIA MORAIS DE OLIVEIRA

MARISA TERESINHA WALKER

NADIR DE OLIVEIRA CARVALHO

NELMA MORAES PEREIRA NEVES

ODETE PEREIRA DA SILVA

REGINA BORGES DE SOUZA

ROSA MARIA DO NASCIMENTO

ROSANGELA DE SOUZA ROSA

ROSENILDA BATISTA SILVA

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

EDUARDO VINICIO ALVES DOS SANTOS

IGOR TEIXEIRA CORREIA

IVANI LOPES DA SILVA

JULIANA GONÇALVES NAPOMUCENO

NEUZA CABRAL DA SILVA

PATRICIA RICARDO DE OLIVEIRA

ROSILENE DOS SANTOS RODRIGUES

ROSIMEIRE INÁCIA DA SILVA

TATIANE CRISTINA DA SILVA

SINVAL PEREIRA DOS SANTOS

VANDERLANJA SOUZA CARDOSO

ASSISTENTE SOCIAL

ROSILEI APARECIDA APOLINÁRIO

TATIANE COELHO ANTUNES

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

LUCILENE DE SOUZA CAMPOS SILVA

ODETE BOACHA DE MEDEIROS

ROSANA DE OLIVEIRA

AUXILIAR DE ENFERMAGEM

MARINETE DOS SANTOS MARTINS

NAIR FÁTIMA DE JESUS

IVANIA LOUREDO DE SOUZA CARVALHO

AUXILIAR DE ENFERMAGEM DA FAMÍLIA

APARECIDA DE PENHA DE SOUZA

MARIA DO CARMO DE SOUZA

AUXILIAR EM SAÚDE BOCAL

JENIFER DE SOUZA SILVA

MARIA INÊS DE SOUZA RAMOS

MARIUZA DE OLIVEIRA ALVES

BIOQUÍMICA/FARMACÊUTICA

EDCLEUMA DA SILVA MACHADO

CONTÍNUA

ANA BEATRIZ DA SILVA DE SOUZA

DEUVIDE RODRIGUES DA SILVA

ELISIA MARTINS

TEREZINHA DE FREITAS CAMPOS

COORDENADORA DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA

JESSICA DAMASCENA

ENFERMEIRA

KARINE CRISTINA NADAL

PATRICIA DE OLIVEIRA SOUZA TOSTA

ENFERMEIRA DA FAMÍLIA

ROSANA FURTUNATO BATISTA

FARMACÊUTICA NASF

NÁBILA FERNANDA DA SILVA

FISIOTERAPEUTA

ISADORA TEIXEIRA MARTINS

FISIOTERAPEUTA NASF

CRISTIANE CONCEIÇÃO LIRA WINCK

INSTRUTORA

SUELY PEREIRA DOS SANTOS BUENO

MÉDICA ANESTESISTA

CLAUDIA DORATIOTO

MÉDICA CARDIOLOGISTA

CARLA CRISTINA RUAS SILVA

MÉDICA DA FAMÍLIA PSF II

THAIS PONCIANO SILVA

MÉDICO AUDITOR

KLEBER JULIO AMORIM DA SILVA

MÉDICO ESPECIALISTA EM GINEC. E OBSTETRÍCIA

ANDRÉ ALMEIDA DAGOSTINO

JOSÉ FELIPE HORTA JUNIOR

MÉDICO PLANTONISTA

THIAGO TAUE GOMES BRANDÃO

MOTORISTA

FERNANDO PEREIRA NETO

JONATHAN DA CONCEIÇÃO SILVA

ODONTÓLOGA

WULY CAROLINE SILVA BADARÓ

CARLA MARIANE MORAES PEREIRA

CAROLINE SCHNEIDER DE OLIVEIRA

ODONTÓLOGO 20H

LUIZ ANTONIO ABREU COELHO

PSICÓLOGA NASF

JOICE FERNANDES SOUZA

TÉCNICA EM ENFERMAGEM

LEIDY REGINA PEREIRA

PLACEDINA BORGES FURTADO

TÉCNICO HIGIENE DENTAL

SONIA ALVES BRANDÃO

ART. 2º - Caso necessário à convocação dos servidores em gozo de férias antes do término do período acima designado, os mesmos gozarão os dias faltantes entre o período de conforme deliberação da Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 3º -Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

PORTARIA Nº 617/2017. DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES aos Servidores Municipais da Secretaria Municipal de Assistência Social e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que os servidores fazem jus as férias, conforme solicitação.

RESOLVE:

ART. 1º - Fica concedido férias aos Servidores Públicos Municipais, lotados junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a serem usufruídas, conforme relação.

1° LEONORA OLIVEIRA PINTO SCHAFFER

Período de 11/01/2018 à 09/02/2018.

2º AGNALDO PEREIRA DOS SANTO

Período de 10/02/2018 à 11/03/2018.

3° LEIDIANE FURTADO MARIM

Período de 12/03/2018 à 10/04/2018.

4° LINDINALVA AVELINO DOS ANJOS

Período de 11/04/2018 à 10/05/2018.

5° LANNA KAROLINE DIAS

Período de 11/05/2018 à 09/06/2018.

ART. 2º - Caso necessário à convocação dos servidores em gozo de férias antes do término do período acima designado, os mesmos gozarão os dias faltantes entre o período de conforme deliberação da Secretaria Municipal de Saúde.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

DECRETO Nº 105/2017 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a Regulamentação do “Campeonato Municipal de Futebol Society, instituído através da Lei Municipal N° 1006/2017.

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica oficializada a realização do Evento Campeonato Municipal de Futebol Society, que ocorrerá nos meses de novembro e dezembro do corrente ano.

Art. 2º. Fica o poder Executivo autorizado às premiações relacionadas à realização do evento descrito no art. 1º, até o montante de R$ 7.000,00 (sete mil reais), sendo,

I – 1º COLOCADO: **R$ 3.000,00**

II – 2º COLOCADO: **R$ 1.500,00**

III – 3º CLOCADO: **R$ 1.000,00**

IV – 4º COLOCADO: **R$ 500,00**

V – MELHOR GOLEIRO: **R$ 500,00**

VI – ARTILHEIRO: **R$ 500,00**

Art. 3º. Esse decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS OITO DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

DECRETO ESPECIAL Nº 004 DE 01 DE OUTUBRO DE 2017.

"*Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar*".

ROSIMAR ALVES PEREIRA PREFEITO INTERINO DO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei n° 500/2017, de 03 de janeiro de 2017;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais) para atender a seguinte dotação orçamentária:

0011 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - IMPAS

0001 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - IMPAS

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – PREVIDÊNCIA DO REGIME ESTATUTÁRIO

0082 – PREVIDÊNCIA

0150 – RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

1078 – MANUT. E ENC. COM BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - EXECUTIVO

3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS.....R$ 110.000,00

TOTAL .....R$ 110.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1° deste decreto, se dará por anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

0011 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - IMPAS

0001 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - IMPAS

0099 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA LEGAL DO RPPS

0999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

0002 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

0150 – RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

9999 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA

9.9.99.99.00.00 – RESERVA DE CONTINGENCIA.....R$ 110.000,00

TOTAL .....R$ 110.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, em 01 de Outubro de 2017.

ROSIMAR ALVES PEREIRA

Prefeito Interino

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL Nº 872/2017

Lei Municipal n° 872/2017 De 19 de Dezembro de 2017.

"Institui o Código Sanitário do Município de Pontal do Araguaia, que dispõe sobre a promoção, proteção e preservação da saúde individual, coletiva e do trabalhador, e dá outras providências"..

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito do Município de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte lei complementar:

PRINCÍPIOS, PRECEITOS E DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º - Fica instituído o Código Sanitário do Município de Pontal do Araguaia, fundamentado nos princípios expressos na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Mato Grosso, nas Leis Orgânicas da Saúde - Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, no Código de Defesa do Consumidor - Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, no Código Sanitário Estadual – Lei nº 7. 110, de 10 de fevereiro de 1.999, Lei Federal 6.437/77 e ***demais leis*** que incidam nesta área ou outras que *venham* a *substituí-las,* com os seguintes preceitos:

I - Descentralização, preconizada nas Constituições Federal e Estadual, bem como na Lei Orgânica do Município de Pontal do Araguaia, observando-se as seguintes diretrizes:

a) direção única no âmbito municipal;

b) municipalização dos recursos, serviços e ações de saúde, e o estabelecimento de convênios e termos de cooperação para o repasse de verbas das esferas federal e estadual;

c) integração das ações e serviços, com base na regionalização e hierarquização do atendimento individual e coletivo, adequado às diversas realidades epidemiológicas;

d) universalização da assistência com igual qualidade e acesso da população urbana e rural a todos os níveis dos serviços de saúde;

II - Participação da sociedade:

a) por meio de conferências de saúde;

b) conselhos de saúde;

c) representações sindicais;

d) movimentos e organizações não governamentais;

e) articulação intra e interinstitucional, mediante o trabalho integrado e articulado entre os diversos órgãos que atuam ou se relacionam com a área de saúde;

f) publicidade, para garantir o direito à informação, facilitando seu acesso mediante sistematização, divulgação ampla e motivação dos atos;

g) privacidade, devendo as ações de vigilância sanitária e epidemiológica preservar este direito do cidadão, que só poderá ser sacrificado quando não existir outra maneira de evitar perigo atual ou iminente para a saúde pública.

OBJETIVO e CAMPO DE AÇÃO

Art. 2º - Para os efeitos deste Código, entende-se por Vigilância em Saúde as ações de Vigilância Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e de Saúde do Trabalhador, que compõem um campo integrado e indissociável de práticas, fundado no conhecimento interdisciplinar e na ação intersetorial, desenvolvidos por meio de equipes multiprofissionais, com a participação ampla e solidária da sociedade, por intermédio de suas organizações, entidades e movimentos, estruturando, em seu conjunto, um campo de conhecimento.

§ 1º - As ações de vigilância sanitária abrangem o conjunto de medidas capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, inclusive o do trabalho, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, definindo os direitos e as obrigações e regulando as atividades comerciais, industriais, institucionais de bens de consumo, da prestação de serviços, dos resíduos sólidos e dos serviços de interesse da saúde, de ambientes insalubres e dos processos de ambientes do trabalho e da saúde do trabalhador, instituindo as necessárias relações entre o poder público e os munícipes.

§ 2º - O órgão municipal de vigilância sanitária, quando houver ameaça de anos sérios ou irreversíveis à vida, à saúde e ao meio ambiente, adotarão medidas intervencionistas preventivas norteadas pelo princípio da precaução, por meio de um conjunto de ações e serviços para detectar, analisar, conhecer, monitorizar e intervir sobre determinantes do processo saúde-doença, incidentes sobre indivíduos ou sobre a coletividade, sejam eles da produção e/ou circulação de produtos, da prestação de serviços e do meio-ambiente, com a finalidade de prevenir agravos e promover o bem estar e a saúde pública.

Art. 3º - Compete ao Município dispor sobre a proteção, promoção e preservação da saúde individual e coletiva, nos aspectos relativos à Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental, Saúde do Trabalhador e Preservação do Meio-Ambiente, nele incluído o do trabalho, através de rigoroso controle e fiscalização dos diversos processos de produção, industrialização e comercialização:

I. Do Saneamento Básico e Ambiental, em que compreende:

a) As águas e seus usos, do padrão de potabilidade e fluoretação:

b) Os Esgotos Sanitários, o destino final de seus dejetos e as águas pluviais e servidas;

c) Das piscinas e locais de banho;

d) O acondicionamento, armazenamento, a coleta, o transporte, a incineração e o destino final dos lixos domésticos, industriais, sépticos, dos resíduos de serviços de saúde, das substâncias tóxicas e radioativas.

II. Das Normas de Prestação de Serviços, de Produtos e Substâncias de Interesse da Saúde, da Produção, Industrialização, Manipulação e Comercialização de Produtos/Alimentos, e de Segurança e Higiene, compreendendo a Vigilância:

a. Epidemiológica:

1. Vacinação obrigatória;

2. Calamidade pública.

b. Dos Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde e congêneres:

c. Radioatividade;

d. Dos Laboratórios de Análises Clínicas, Patológicas e similares;

e. Dos bancos de sangue, de leite e similares;

f. Dos estabelecimentos produtores, revendedores, manipuladores de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, saneantes e similares;

g. Dos cemitérios, necrotérios, crematórios e congêneres;

h. Das habitações e edificações em geral;

i. Dos hotéis, motéis, casas noturnas, pensões e aluguéis de quartos;

j. Dos restaurantes, lanchonetes, padarias, confeitarias, marimbarias e congêneres;

k. Dos estabelecimentos de ensino, creches e similares;

l. Dos estabelecimentos comerciais e industriais:

1. Dos resíduos industriais e gasosos;

2. Da proteção individual dos trabalhadores;

3. Da saúde e da segurança do trabalhador urbano;

4. Da saúde e da segurança do trabalhador rural;

5. Dos produtos químicos.

m. Da higiene e criação de animais domésticos;

n. Da prevenção e do controle de zoonoses;

o. Dos salões de beleza, barbearias, cabelereiros, saunas e similares;

p. Dos locais de diversão e esportes, das colônias de férias, das associações culturais, recreativas e religiosas, dos acampamentos e estações de água;

q. Dos serviços de limpeza, lavagem, lubrificação, pintura pulverizada ou vaporizada e similar;

r.Dos serviços de dedetização e similares;

s. Dos estabelecimentos comerciais, industriais, fornecedores e produtores de alimentos destinados ao consumo humano;

t. Da vigilância sanitária dos alimentos destinados ao consumo humano;

u. Dos mercados e feiras-livres;

v. Do comércio ambulante de produtos e alimentos;

w. Demais atividades humanas que requeiram atenção da vigilância sanitária por parte da administração pública municipal.

Art. 4º São autoridades sanitárias

I – Prefeito municipal;

II - Secretário Municipal de Saúde;

Art. 5° São Fiscais Sanitários:

I – Coordenador de Vigilância Sanitária;

II - Agentes Fiscais Sanitários.

Art. 6º – Os cargos de Fiscal Sanitário têm por delegação o poder de contenção de Notificar e Autuar, Poder de Polícia Sanitária e o Agente Ambiental o poder de notificar os cidadãos que infringirem as normas deste código, cabendo ao Vigilante Sanitário as atribuições relativas à Vigilância Sanitária e Vigilância da Saúde do Trabalhador e ao Agente de Controle de Endemias as atribuições relativas à Vigilância Ambiental.

Art. 7º - Os estabelecimentos de assistência à saúde e de interesse da saúde, de natureza agropecuária, industrial ou comercial e os profissionais autônomos e afins, quando solicitados, encaminhar e receber aos órgãos de vigilância em saúde:

I - dados e informações necessários à elaboração de estatísticas de saúde;

II - informações e depoimentos de importância para a vigilância em saúde.

DA LICENÇA SANITÁRIA

CONCEITO

Art. 8º – A Licença Sanitária é o dispositivo legal e jurídico que será fornecido a toda e qualquer atividade que envolva produção, industrialização, manipulação, comercialização e fornecimento de produtos, alimentos, substâncias, aparelhos e prestadores de serviços que direta e indiretamente possam comprometer a saúde individual ou coletiva, executados por pessoas físicas ou jurídicas, profissionais liberais ou autônomos, órgãos ou entidades públicas e particulares, e associações.

§ 1º – A Licença Sanitária será fornecida após serem preenchidos os requisitos pertinentes e específicos de cada Estabelecimento exigidos para o exercício da atividade e/ou função, do registro profissional junto ao órgão respectivo e demais previstos nesta Lei, e das formalidades exigidas na Legislação Estadual e Federal e respectivos Conselhos Federais e Regionais.

§ 2º - O valor das Taxas de Alvará Sanitário correspondentes a cada tipo de Estabelecimento está em anexo no final desta Lei. (anexo I)

Art. 09º – Entende-se por produtos, substâncias, equipamentos, maquinários, aparelhos e acessórios de interesse da saúde os alimentos, águas minerais e de fontes, bebidas, aditivos, produtos de origem animal e vegetal, dietéticos, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, agropecuários, próteses, órteses, correlatos, EPI's e coletivos, cosméticos, perfumes, produtos de higiene, saneamento, domissanitários, revestimentos e outros, equipamentos, aparelhos, utensílios, embalagens, dispositivos, contrastes e similares utilizados nos exames radiológicos, nucleares e os que possam causar danos à saúde individual e coletiva.

§ 1º - Compete à autoridade sanitária a avaliação e controle de riscos, a normatização, fiscalização e controle das condições sanitárias e técnicas relacionadas a importação, exportação, extração, produção, manipulação, beneficiamento, acondicionamento, transporte, armazenamento, distribuição, dispensação, esterilização, reembalagem, aplicação, comercialização e uso relativos aos produtos e substâncias de interesse da saúde.

§ 2º - Os Estabelecimentos previstos neste Código e nas demais Leis são responsáveis pela manutenção dos Padrões de Identidade, Qualidade e Segurança, definidas por Normas aprovadas pelo Órgão competente de Boas Práticas de Fabricação e de Boas Práticas de Prestação de Serviços, devendo sempre que solicitados pela autoridade sanitária apresentarem o Fluxograma de Produção e os documentos e instrumentos que expressem o seu bom cumprimento.

§ 3º - Os trabalhadores e técnicos envolvidos devem ter assegurado o acesso aos documentos e instrumentos das Normas de Boas Práticas de Fabricação e de Prestação de Serviços, e aos demais pertinentes.

DOS DOCUMENTOS

Art. 10º – Os documentos exigidos para fornecimento do Alvará de Licença Sanitária constam dos Anexos (anexo II) e Relações no final da presente Lei.

Parágrafo Único – Quando do fornecimento do Alvará de Licença Sanitária, os documentos entregues xerocopiados deverão estar acompanhados dos respectivos originais para serem conferidos.

DAS DEFINIÇÕES

Art. 11º – Para os efeitos desta Lei, considera-se:

01 – Alimento: Toda substância ou mistura de substâncias no estado sólido, líquido, gasoso, pastoso ou qualquer outra forma adequada, destinada a fornecer ao organismo humano os elementos normais à sua formação, manutenção e desenvolvimento.

02 – Alimento dietético: Todo alimento elaborado para regimes alimentares especiais destinado a ser ingerido por pessoas sãs.

03 – Alimento enriquecido: Todo alimento que tenha sido adicionado de substância nutriente com a finalidade de reforçar o seu valor nutritivo.

04 – Alimento de fantasia ou artificial: Todo alimento preparado com o objetivo de imitar alimento natural e em cuja composição entre, preponderantemente substância não encontrada no alimento a ser imitado.

05 – Alimento "in natura": Todo alimento de origem vegetal ou animal para cujo consumo imediato se exijam apenas a remoção da parte não comestível e os tratamentos indicados para a sua perfeita higienização e conservação.

06 – Alimento irradiado: Todo alimento que tenha sido intencionalmente submetido à ação de radiações ionizantes, com a finalidade de preservá-lo ou para outros fins lícitos, obedecidas as normas que vierem a ser elaboradas pelo órgão competente do Ministério da Saúde.

07 – Aditivo intencional: Toda substância ou mistura de substâncias, dotadas ou não de valor nutritivo, adicionada ao alimento com a finalidade de impedir alterações, manter, conferir ou intensificar seu aroma, cor e sabor, modificar ou manter seu estado físico geral ou exercer qualquer ação exigida para uma boa tecnologia de fabricação do alimento.

08 – Aditivo incidental: Toda substância residual ou migrada, presente no alimento em decorrência dos tratamentos prévios a que tenham sido submetidos à matéria-prima alimentar e o alimento in natura e do contato do alimento com os artigos e utensílios empregados nas suas diversas fases de fabrico, manipulação, embalagem, estocagem, transporte, disposição para venda e consumo final.

09 – Análise: Exame de parte de um todo, com o objetivo de conhecer sua natureza, suas proporções, suas funções e suas relações.

10 – Análise de Controle: Aquela que é efetuada após o registro do produto, quando de sua entrega ao consumo e que servirá para comprovar a sua conformidade com o respectivo padrão de identidade e qualidade, ou com as normas técnicas vigentes, ou ainda com o relatório e o modelo do rótulo anexado ao requerimento que deu origem ao registro.

11 – Análise Fiscal: A efetuada sobre o produto apreendido pela Autoridade Fiscalizadora competente e que servirá para verificar a sua conformidade com os dispositivos desta Lei e das Normas Técnicas Vigentes.

12 – Análise de Rotina: A efetuada sobre o alimento colhido e apreendido pela autoridade sanitária competente sem que se atribua suspeita à sua qualidade, que servirá para avaliação e acompanhamento da qualidade dos produtos, de acordo com os padrões legais vigentes.

13 – Animais Sinantrópicos: São animais/insetos que convivem com o homemem sua moradia ou arredores e que lhe trazem incômodos, prejuízos e riscos à saúde coletiva.

14 – Aprovação: Ato de consentimento da autoridade competente em solicitações do requerente.

15 – Autoridade Sanitária Competente – O funcionário do órgão competente devidamente credenciado, dos órgãos fiscalizadores federais, estaduais ou municipais.

16 – Autorização – Ato privativo da Secretaria Municipal de Saúde incumbido da Vigilância Sanitária dos produtos e serviços de que trata esta Lei e que poderá ser usada em situações especiais e temporárias.

17 – Assistência Farmacêutica – Conjunto de atividades de pesquisa, produção, controle, distribuição, armazenamento, dispensação e outras relacionadas a fármacos, insumos, medicamentos e correlatos, destinados à promoção, proteção, preservação, manutenção e recuperação da saúde individual e coletiva.

18 – Critério da Autoridade Competente – Parecer baseado em parâmetros estabelecidos nesta Lei, na Legislação Vigente ou em Normas Técnicas de reconhecido uso e aceitação legal.

19 – Embalagem: Qualquer forma pela qual o alimento/produto tenha sido acondicionado, guardado, empacotado ou envasado.

20 – Emergência – A constatação médica de condições de agravo à saúde que impliquem em risco eminente à vida, à saúde ou em sofrimento intenso, exigindo portanto tratamento médico imediato.

21 – Estabelecimentos de interesse à saúde: Os estabelecimentos que produzam, industrializem, fabriquem, manipulem, beneficiem, comercializem, armazenem e /ou distribuam alimentos, matérias-primas, produtos, medicamentos, correlatos e drogas, produtos biológicos, equipamentos, máquinas e acessórios, perfumes e cosméticos, saneantes domissanitários e congêneres, estabelecimentos destinados a desratização, desinfestação e imunização de ambientes domiciliares ou públicos, estabelecimentos de hospedagem, creches, asilos, casas de lazer e de convivência de idosos, orfanatos, escolas e pré-escolas, academias de natação, ginástica e similares, estabelecimentos de lazer e diversões, parques de exposição, circos, institutos de beleza, barbearias, saunas e similares, terminais rodoviários, garagens de ônibus, e outros locais que possam criar ambientes insalubres ou animais sinantrópicos tais como borracharias, oficinas, depósitos de sucatas, material de construção e outros.

22 – Estabelecimentos de Serviços de Saúde: Estabelecimentos de natureza hospitalar, serviços médicos, clínicas, ambulatórios, de psicoterapia, psicanálise, fisioterapia, ortopedia, psicologia, laboratórios de análises médicas e de pesquisas clínicas, banco de sangue e de leite, estâncias de tratamento e repouso, laboratórios e oficinas de óticas, oficinas de aparelho e material ortopédico para uso médico, indústrias de máquinas, equipamentos, aparelhos e acessórios de uso da saúde, serviços odontológicos, clínicas odontológicas, laboratórios e oficinas de prótese dentária, oficinas de aparelhos e materiais para uso odontológico, clínicas radiológicas e outros locais que fabriquem ou exerçam atividades que visem a prevenir ou curar doenças.

23 – Fiscalização: Atividade de poder de polícia desempenhado pelo poder público, através das autoridades sanitárias em ambientes, incluído o de trabalho; substâncias e produtos; procedimentos e técnicas sujeitos a esta Lei, com o objetivo de cumprir ou fazer cumprir as determinações estabelecidas na Legislação em Vigor.

24 – Maquinismo: Conjunto das peças de uma máquina; mecanismo.

25 – Matéria-prima alimentar: Toda substância de origem vegetal ou animal em estado bruto, que para ser utilizado como alimento precisa sofrer tratamento e/ou transformação de natureza física, química ou biológica.

26 – Monitoramento: É o acompanhamento e a verificação continua de que o processamento ou as operações nos pontos críticos de controle estão sendo adequadamente realizados.

27 – Notificação Compulsória: É a comunicação oficial por qualquer meio à autoridade sanitária competente, dos casos e óbitos suspeitos ou confirmados, das doenças classificadas de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional; e de relação elaborada pelo Ministério da Saúde e aquelas enumeradas em normas técnicas específicas.

28 – Órgãos Competentes: Órgãos Técnicos oficiais específicos para a atividade.

29 – Padrão de Identidade e Qualidade: O estabelecido pelo órgão sanitário competente ou Ministério da Saúde dispondo sobre a denominação, definição e composição de alimentos, matérias-primas alimentares, alimentos in natura e aditivos intencionais, fixando requisitos de higiene, normas de envasamento e rotulagem, métodos de amostragem e análise, estudos científicos, dentre outros.

30 – Produto Alimentício: Todo alimento derivado de matéria-prima alimentar ou de alimento in natura, adicionado ou não de outras substâncias permitidas, obtido por processo tecnológico adequado.

31 – Propaganda: A difusão por quaisquer meios de indicações e a distribuição de alimentos relacionados com a venda e o emprego de matéria-prima alimentar, alimento in natura, materiais utilizados no seu fabrico ou preservação, objetivando promover ou incrementar o seu consumo.

32 – Produtos de Interesse da Saúde: São produtos de interesse da saúde os alimentos, gêneros alimentícios, aditivos para alimentos, águas envasadas, bebidas, medicamentos, drogas, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos, saneantes domissanitários, seus insumos e embalagens, bem como os demais produtos que interessem a saúde, utensílios, aparelhos, equipamentos e máquinas utilizados nos serviços de saúde e outros de interesse da saúde.

33 – Rótulo: Qualquer identificação impressa ou litografada, bem como os dizeres pintados, gravados a fogo, por pressão ou decalcação, aplicados sobre o recipiente, a embalagem, vasilhame, envoltório, cartucho ou qualquer outro tipo de embalagem do alimento, produto ou sobre o que acompanha o continente.

34 – Urgência: Ocorrência imprevista de agravo à saúde, com ou sem risco de potencial de vida, cujo portador necessite de assistência médica imediata.

35 – Zoonoses: Entende-se por zoonoses agravos ou doenças infecciosas que são transmissíveis ao homem pelos

, vertebrados ou não, pelos insetos, e também aquelas que são comuns aos homens e animais.

36 – Outras definições contidas em Legislações específicas e normas técnicas.

Art. 12º – Os estabelecimentos e indústrias que produzam alimentos e/ou produtos de uso e interesse da saúde em geral, deverão estar devidamente licenciados e cadastrados junto ao Órgão de Serviços de Saúde do Município.

Parágrafo Único – Os produtos, alimentos, complementos alimentares, aditivos, equipamentos e outros similares de interesse da saúde quando da solicitação do seu registro deverão ser acompanhados de estudos detalhados com o tipo de matéria prima utilizada, indicação terapêutica, valor nutricional, origem, quantidade de cada componente, responsabilidade técnica, testes complementares e outros requisitos conforme preceituam as normas legais vigentes.

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Art. 13º - São fatores ambientais de risco à saúde aqueles decorrentes de qualquer situação ou atividade no meio ambiente, principalmente os relacionados à organização territorial, ambiente construído, saneamento ambiental, às fontes de poluição, proliferação de artrópodes nocivos, vetores e hospedeiros intermediários, atividades produtivas e de consumo, às substâncias perigosas, tóxicas, explosivas, inflamáveis, corrosivas e radioativas, construções de barragens para produção de energia hidroelétrica, a exploração mineral, o uso de agrodefensivos nas produções agrícolas e pecuárias, bem como quaisquer outros fatores que ocasionem ou possam vir a ocasionar riscos ou danos à saúde, vida ou qualidade de vida e meio-ambiente.

§ 1º - Os critérios, parâmetros, padrões, metodologias de monitoramento ambiental e biológico e de avaliação dos fatores de risco citados neste artigo são os definidos neste Código, em normas técnicas e nos demais diplomas legais vigentes.

§ 2º - Os proprietários de imóveis particulares ou legalmente estabelecidos são responsáveis por manter a sua propriedade em boas condições sanitárias dificultando a presença de animais sinantrópicos, não comprometendo desta forma a preservação da saúde pública.

Art. 14º - A autoridade sanitária motivadamente e com respaldo científico e tecnológico, pode determinar intervenções em saneamento ambiental, visando contribuir para a melhoria da qualidade de vida e da saúde da população.

VACINAÇÃO DE CARÁTER OBRIGATÓRIO

Art. 15º - A direção municipal do Sistema Único de Saúde - SUS, em articulação com o órgão competente de vigilância em saúde, é responsável pela coordenação e execução dos programas de imunizações de interesse da saúde pública.

Parágrafo único - A relação das vacinas de caráter obrigatório no Município deverá ser regulamentada por norma técnica, em consonância com a legislação federal e estadual.

Art. 16º - É dever de todo cidadão submeter-se à vacinação obrigatória, assim como os menores sob sua guarda ou responsabilidade.

Parágrafo único - Só deve ser dispensada da vacinação obrigatória a pessoa que apresentar atestado médico e contraindicação explícita de aplicação da vacina..

DA PROTEÇÃO DAS ÁGUAS E DO SOLO

Art. 17º – É proibido comprometer por qualquer forma a limpeza das águas destinadas ao consumo público ou particular, bem como permitir que sejam construídos próximos a nascentes ou em nascentes, construções de natureza poluidoras ou despejar nestas ou nos cursos d'água substâncias, poluentes e mesmo a própria água originada de esgotos que contenham elementos poluentes e tóxicos, substâncias físicas, químicas ou biológicas que possam criar condições nocivas ou ofensivas à saúde em geral, bem como lançar no solo sem o devido tratamento, desintoxicação e purificação.

Art. 18º – Todas as áreas pertencentes e que compõem os mananciais de água, principalmente as de captação para abastecimento de água da rede pública, não devem ter em suas proximidades indústrias e estabelecimentos de qualquer natureza que possam produzir resíduos poluentes e sejam lançados nestes mananciais e cursos d'água sem o devido tratamento, respeitando-se as distâncias mínimas existentes e vigentes na Legislação Ambiental, bem como deverá ter a Licença Ambiental do Órgão Competente.

Art. 19º – Os esgotos domésticos ou resíduos de indústrias, bem como resíduos sólidos ou industriais não poderão de forma alguma serem lançados em cursos d'água, no solo e/ou no meio-ambiente se estes se tornarem poluídos, devendo receber o tratamento adequado conforme Legislação em vigor.

Parágrafo Único – É proibido sob qualquer forma lançar esgotos, resíduos, materiais poluentes, lixos contaminados, tóxicos, radioativos e outros que pelas suas características possam colocar em risco à saúde pública, bem como qualquer outro resíduo, esgoto ou material não especificado acima, os quais deverão ser antes devidamente tratados, para que não poluam ou contaminem o meio ambiente, ar, água e solo.

DO CONTROLE DE ZOONOSES

Art. 20º - A vacinação antirrábica de cães e gatos é obrigatória, cabendo a sua regulamentação ao órgão coordenador do Sistema Municipal de Vigilância em Saúde.

Art. 21º – Todas as Zoonoses ocorridas nos Estabelecimentos Agropecuários devem ser comunicadas imediatamente ao INDEA MT para as providências cabíveis, de abate aos animais doentes, abertura de valas, incinerações e demais ações necessárias para evitar o alastramento e infestação das propriedades vizinhas.

Art. 22º – É expressamente proibido jogar animais mortos nas vias públicas, cursos d'água, lagos, nascentes, vegetações, matas e a céu aberto para evitar o comprometimento das águas, do próprio meio-ambiente e da saúde coletiva.

Art. 23º – Consistem objetivos básicos das ações de prevenção e controle de Zoonoses:

I – prevenir, reduzir e eliminar a morbidade e mortalidade, bem como os sofrimentos humanos, causados pelas Zoonoses urbanas prevalentes;

II – preservar a saúde da população, mediante o emprego dos conhecimentos especializados e experiências da Saúde pública.

DA RESPONSABILIDADE DO PROPRIETÁRIO DOS ANIMAIS

Art. 24º – Os atos danosos cometidos pelos animais, são da inteira responsabilidade de seus proprietários.

Art. 25º – É da responsabilidade do proprietário, a manutenção dos animais em perfeitas condições de higiene, alojamento, alimentação, saúde e bem estar, bem como as providências pertinentes à remoção dos dejetos por eles deixados nas vias públicas.

Art. 26º – É proibido abandonar animais em qualquer área pública ou privada.

Art. 27º – Em caso de falecimento do animal, cabe ao proprietário, a disposição adequada do cadáver.

DAS AGROINDÚSTRIAS

Art. 28º – A instalação de Agroindústrias de qualquer natureza (matadouros, curtumes, indústrias de alimentos e afins) estará condicionada as Normas Regulamentares dos Órgãos Responsáveis como INDEA, Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, IBAMA E SEMA.

ABASTECIMENTO DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

Art. 29º - Todo e qualquer sistema de abastecimento de água, público ou privado, individual ou coletivo, está sujeito à fiscalização da autoridade sanitária competente, em todos os aspectos que possam afetar a saúde pública.

§ 1º - Os órgãos de vigilância em saúde manterão programação permanente de vigilância e controle da qualidade da água fornecida pelo sistema de abastecimento de água para consumo humano, inclusive no caso de soluções alternativas de abastecimento de água para essa finalidade, e deverão ser realizadas periodicamente, ou sempre que existir riscos à saúde pública coleta de amostras para exames laboratoriais da rede pública de abastecimento de água bem como de poços públicos e privados, para detectar a presença de coliformes, e também a análise físico-química se necessária, para verificar a potabilidade da água, conforme Portaria nº 2914/11 do MS, ou outro dispositivo legal que venha substituí-la.

I - A Vigilância Sanitária Municipal juntamente com a equipe do VIGIÁGUA da Secretaria Municipal de Saúde de Pontal do Araguaia, em inspeção conjunta com a Equipe do VIGIÁGUA do Escritório Regional de Saúde de Barra do Garças é competente para fiscalizar o Sistema de Abastecimento de Água – ETA, e sempre que detectar irregularidades solicitará providências imediatas para sanar o problema.

II – Compete também a autoridade sanitária e Equipe do VIGIÁGUA a supervisão, fiscalização e promoção de atividades de vigilância da qualidade da água para consumo humano, individual e coletivo, tanto para a rede de abastecimento público, como privado, água mineral, e de lençóis freáticos ou artesianos.

Art. 30º – Todas as habitações sejam residências, comércios, estabelecimentos bancários, públicos, associações, clubes de lazer, prestação de serviços ou outros que possuírem reservatórios de água de abastecimento, deverão efetuar a limpeza e desinfecção, de 06 (seis) a 06 meses por empresa certificada.

§ 1º - Todas as caixas d'água e reservatórios que estiverem ao nível do chão, ou elevadas deverão estar devidamente tampados, vedados de forma a não servir de criadouros para os mosquitos ***Aedes albopictus*** e ***Aedes aegypti*** e com acesso para efetuar a limpeza.

§ 2º - Toda a água que for depositada em barris, galões, latas ou similares também deverão estar tampados e bem como os mencionados no § 1º estarão sujeitos à fiscalização e tratamento com larvicida pelos Agentes de Controle de Endemias, devendo estar conforme as Normas Vigentes das Diretrizes Nacionais para Controle de Epidemias de Dengue e Lei municipal n° 547/2010 de e demais normas regulamentadoras.

Art. 31º – Todas as residências e estabelecimentos de qualquer natureza, localizados em vias públicas com rede pública de abastecimento de água são obrigadas a fazerem ligação ao Sistema.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Art. 32º - Todo e qualquer sistema de esgotamento sanitário, público ou privado, individual ou coletivo, está sujeito à fiscalização da autoridade sanitária competente, em todos os aspectos que possam afetar a saúde pública.

Art. 33º – Todos os prédios de residências, estabelecimentos de serviços, comerciais, prestação de serviços, associações, entidades, bancos, poderes públicos, e afins deverão estar dotados de instalações sanitárias e hidráulicas em bom estado de funcionamento, caixas de gordura e sistema de esgotamento adequado, e dotados de fossa séptica e sumidouro em tamanho compatível com o número de pessoas.

Parágrafo Único – Todos os estabelecimentos acima elencados, quando for instalada a Rede de Esgoto Sanitário Municipal serão obrigados a fazerem a ligação ao Sistema.

Art. 34º – É proibido sob qualquer forma o esgotamento sanitário de dejetos de fossa, de águas servidas ou de lavagem de roupas e louças, de águas servidas de postos de gasolina, de lavagem de carros, de oficinas, de indústrias e similares, de residências, de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, tanto para a via pública, como para o meio-ambiente, terrenos baldios, canteiros e praças públicas, cursos e mananciais de água, etc.

§ 1º - O local onde devem ser colocados os dejetos de limpa-fossas, objeto do esgotamento de fossas sépticas, negras e outras deverá ser sugerido pelo prestador de serviços, através de projeto com croqui identificando o local e constando o nº de cargas mensais, o qual será objeto de análise e aprovação pela SEMA MT Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso sendo vedado o despejo em outro local qualquer.

§ 2º - É expressamente proibido a instalação de dispositivo em que é conectada a rede de esgoto pluvial à rede de esgoto sanitário com destino para a fossa séptica e vice-versa, o qual alterna tanto a água da chuva como a água servida ou de fossa, com destino para a via e logradouros públicos ou meio-ambiente; ambas as redes (pluvial e esgoto) nos estabelecimentos e residências devem ser construídas separadas.

§ 3º - Periodicamente deverão ser feitas a manutenção de ralos e canalização de esgotos, bem como o controle da Fauna Sinantrópica nas fossas-negras e sépticas.

RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 35º - Todo e qualquer sistema, individual ou coletivo, público ou privado, de geração, armazenamento, coleta, transporte, tratamento, triagem, reciclagem e destinação final de resíduos sólidos de qualquer natureza, gerados ou introduzidos no Município, está sujeito à fiscalização da autoridade sanitária competente, em todos os aspectos que possam afetar a saúde pública.

§ 1º - Os responsáveis legais e técnicos pelos estabelecimentos de assistência à saúde, bem como pelos estabelecimentos industriais e comerciais relacionados aos produtos e substâncias de interesse da saúde, devem inserir em suas normas de rotinas e procedimentos e normas de boas práticas, as orientações adequadas sobre resíduos sólidos que abordem o acondicionamento no local da geração, o armazenamento interno, o armazenamento externo e o transporte no interior dos estabelecimentos e a destinação final adequada.

Art. 36º – Todo resíduo sólido ou semi-sólido, classificado como Lixo, deverá ser acondicionado em sacos plásticos apropriados para lixo e dispostos em haste elevado com cesto (suporte para lixo), os quais serão destinados para o recolhimento do Serviço de Coleta de Lixo.

§ 1º - É proibido sob qualquer forma lançar, colocar, varrer ou espalhar lixos de qualquer espécie nas vias públicas, terrenos baldios, canteiros e praças públicas, e na frente de quaisquer estabelecimentos ou residências.

Art. 37º – Os Resíduos de Serviços de Saúde como agulhas, seringas, curativos, restos cirúrgicos e hospitalares, materiais de laboratório, de clínicas médicas odontológicas e similares, deverão serem acondicionados em sacos de Lixo tipo II, com os dizeres 'LIXO CONTAMINADO', conforme NBR 9191 da ABNT e RDC 306/2004, e dispostos para o Recolhimento do Serviço de Coleta Especial, não sendo permitida em hipótese nenhuma a sua reciclagem.

DO AMBIENTE URBANO

Art. 38º - Cabe ao proprietário de imóvel ou de calçada não construída ou não ajardinada, a sua limpeza de forma a evitar a proliferação de plantas daninhas, animais e insetos nocivos à saúde.

Art. 39º - A ninguém é permitido atear fogo em roçadas, palhadas, folhas, lixos ou matos na área urbana do município.

Art. 40º – Todas as habitações como residências, comércios, estabelecimentos públicos e privados, associações, entidades, repartições públicas e bancárias, indústrias e prestadores de serviços deverão manter seus imóveis e/ou domicílios em perfeitas condições de higiene e salubridade, efetuando limpezas periódicas bem como a manutenção de reservatórios de água limpos e desinfetados e tampados, com fins de evitar a formação de fauna sinantrópica e proliferação de mosquitos transmissores de doenças como o mosquito ***Aedes aegypti e Aedes albopictus***, transmissor da Dengue, Zika e Chikungunya, comunicando quaisquer eventos anormais às autoridades públicas e sanitárias.

Art. 41º – É proibida a criação de quaisquer animais e/ou aves de pequeno porte (galinhas, patos, coelhos) e de grande porte (ovelhas, cavalos, bois) bem como a manutenção de cocheiras ou estábulos, ou pocilgas no perímetro urbano de Pontal do Araguaia.

Art. 42º – Os estabelecimentos que estoquem ou comercializem pneumáticos são obrigados a mantê-los, permanentemente, isentos de coleções líquidas, de forma a evitar a proliferação de mosquitos, além de mantê-los em locais cobertos;

Art. 43º - A pessoa, física ou jurídica, pública ou privada, que desenvolva atividade que resulte em acúmulo de material ou em outra condição propícia à proliferação do mosquito ***Aedes aegypti*** e ***Aedes albopictus*** adotará as medidas para seu controle estabelecidas pelo órgão competente, sem prejuízo do disposto na Lei Municipal nº 547/2010 de 03 de março de 2010

Parágrafo único - Os imóveis onde se desenvolvam as atividades mencionadas no Art. 43 serão classificados de acordo com o risco potencial de proliferação de mosquito transmissor da dengue, nos termos do regulamento, a fim de orientar a sua fiscalização por parte dos órgãos competentes. Fica os estabelecimentos mencionados no Art. 43 obrigada a realizar a proteção adequada dos locais ou materiais que se encontrem no imóvel, evitando sua exposição direta às intempéries..

Art. 44º – Nas obras de construção civil é obrigatória a drenagem permanentemente de coleção líquida, originada ou não pelas chuvas, e de materiais e resíduos, bem como a disposição adequada de equipamentos e embalagens (latas, latões, plásticos), de forma a impedir a proliferação de mosquitos.

DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Art. 45º – Entende-se por Saúde do Trabalhador para efeitos desta Lei, um conjunto de atividades que se destinam através das ações de Vigilância Sanitária, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Ambiental e de Vigilância de Agravos à Saúde, a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores, submetidos aos riscos e agravos advindos das condições e ambientes de trabalho, abrangendo:

I – Assistência ao trabalhador vítima de acidente de trabalho ou portador de doença profissional e do trabalho.

II – Participação no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde – SUS, em estudos, pesquisas, avaliação, controle e fiscalização dos riscos e agravos potenciais à saúde existentes nos processos e ambientes de trabalho.

III – Participação no âmbito de competência do Sistema Único de Saúde – SUS, da normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias, de produtos, de máquinas e de equipamentos que representem riscos à saúde do trabalhador.

Art. 46º – A Vigilância Sanitária bem como as Equipes de Vigilância em Saúde competentes, no âmbito da Saúde do Trabalhador exercerão a inspeção e a fiscalização em empresas, estabelecimentos e locais de trabalho públicos e privados, onde serão observados os seguintes aspectos:

I **–** Condições sanitárias e ambientais e os riscos operacionais dos locais de trabalho.

II **–** Condições de Saúde do Trabalhador.

III **–** Condições relativas aos dispositivos de proteção individual e/ou coletiva.

IV **–** Condições relativas à disposição físicas (LAY OUT).

DA FISCALIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS SUJEITOS

AO CONTROLE SANITÁRIO

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47º – São sujeitos ao controle sanitários os Estabelecimentos de assistência à saúde e os de interesse da saúde, como de comércio de medicamentos, drogas, imunobiológicos, insumos farmacêuticos, correlatos, sangue, hemoderivados, equipamentos, aparelhos, máquinas, produtos de higiene, saneantes domissanitários, produtos tóxicos e radioativos, perfumes, cosméticos e outros similares de interesse da saúde, e os Estabelecimentos industriais, comerciais, fornecedores, representantes e prestadores de serviços relacionados aos produtos alimentícios, águas e bebidas, aditivos, conservantes e outros, tanto na origem como o produto para consumo final, e de bens de uso, equipamentos, utensílios e demais congêneres de interesse da saúde.

Parágrafo Único – Todos os estabelecimentos a que se refere o 'caput' deste artigo deverão estar devidamente licenciados para o seu funcionamento, com o devido responsável técnico ou pessoa devidamente habilitada para o exercício das atividades conforme Legislação Sanitária, Leis, Decretos, Portarias e Normas dos respectivos Conselhos em vigência.

§ 1º - Os Agentes Públicos incumbidos da fiscalização sanitária terão livre acesso a todo e qualquer estabelecimento de interesse da saúde em qualquer hora, local e dia devendo apresentar sua credencial de identificação, para o exercício de sua função, e procederão a:

a) Vistoria;

b) Fiscalização;

c) Lavratura de autos;

d) Interdição cautelar, parcial e total de estabelecimentos, produtos, serviços e ambientes;

e) Aplicação de multas e abertura de processos administrativos;

f) Execução de penalidades;

g) Apreensão e/ou inutilização de produtos sujeitos ao controle sanitário;

h) Encaminhamento dos processos administrativos para a cominação das demais penas civis e penais;

i) Julgamento dos processos administrativos na respectiva instância;

j) Licenciamento.

SELO DE QUALIDADE DE ESTABELECIMENTOS DE ALIMENTAÇÃO

Art. 48º - **Os** serviços de alimentação que possuem padrão sanitário considerado ideal pela Equipe de Vigilância Sanitária Municipal receberão um selo de qualidade, que será fixado em local visível aos consumidores. Os locais serão avaliados com base em critérios higiênico-sanitários de maior impacto para a saúde dos consumidores.

DOS HOTÉIS, PENSÕES, MOTÉIS, POUSADAS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES

Art. 49º – Os Estabelecimentos de Hospedagem, Encontros e Lazer como Hotéis, Pensões, Motéis, Pousadas, Pensões de Quartos e similares deverão obedecer os seguintes requisitos:

I - Copas: possuir pisos de material resistente e antiderrapante, com paredes pintadas e lavadas de cor claras.

II - Teto: forrado e liso.

III - Instalações Sanitárias:

a) no caso de Hotéis, um vaso sanitário, um chuveiro e uma pia para cada quarto;

b) no caso de Pensões, uma vaso sanitário, um chuveiro e uma pia no banheiro, para cada 06 (seis) pessoas e uma pia de rosto para lavagem coletiva.

IV - Cozinha: paredes pintadas com tinta lavável da cor clara

Art. 50º – Os Serviços de Motéis manterão a disposição dos usuários preservativos, bem como material informativo sobre a prevenção de DST, devidamente orientados pelo Serviço de Saúde do Município.

Art. 51º – Os Estabelecimentos de Hospedagem (hotéis, motéis, pensões, pousadas, aluguéis de quartos e estabelecimentos congêneres) deverão ter serviços de lavanderia, próprios ou de terceiros, onde as roupas de cama e banho deverão lavadas, desinfetadas e esterilizadas, através da utilização de produtos e métodos aprovados pela autoridade sanitária.

Parágrafo Único – Após cada quarto ser utilizado, deverão ser trocadas as roupas de cama e banho, bem como serem esterilizados no caso de motéis.

DOS CABELEREIROS, BARBEIROS, SALÕES DE BELEZA E SERVIÇOS AFINS

Art. 52º – Os Salões de Cabelereiros, Barbeiros. Clínicas de Beleza e Estética e Massagem, Institutos e Salões de Beleza, bem como similares deverão atender aos seguintes requisitos, para seu melhor funcionamento:

I - Os lavatórios deverão ser de tamanho adequado a atividade e proporcional a quantidade de cadeiras.

III - O piso será revestido de material impermeável, resistente e anti-derrapante na área de atividade do profissional; as paredes pintadas com tinta lavável da cor clara

IV - Serem dotadas de instalações elétricas suficientes ao atendimento do público, e no caso de Salões ou Institutos onde o movimento for grande, instalações separadas para ambos os sexos, incluindo área de esterilização para os equipamentos, alicates e materiais de corte e de uso em geral.

V - Os equipamentos deverão estar em perfeito funcionamento, como cadeiras giratórias, esterilizadores, secadores de cabelos, pias e lavatórios, e deverão ser feitas revisões periódicas para detectar possíveis falhas de funcionamento e conservação inadequada.

Art. 53º - Os encostos das cadeiras bem como toalhas e golas serão de uso individual, e após o uso deverão sofrer tratamento para desinfecção e esterilização.

§ 1º - No caso das cadeiras os encostos também poderão ser de papel para uso único descartável.

§ 2º - Os funcionários bem como os envolvidos nas atividades descritas no Artº anterior deverão usar uniformes de cor clara, ou seja, jalecos adequados rigorosamente limpos, e deverão usar da mais rigorosa higiene pessoal, bem como realizarem exames periódicos anuais de saúde (fezes, Hep. B, VDRL e Hemograma).

Art. 54º – Os equipamentos de manicure ou pedicure, bem como os recipientes utilizados pelos estabelecimentos citados no Artº 53º, deverão estar préviamente esterilizados por autoclave antes do uso.

Parágrafo único - Os instrumentos e materiais descartáveis deverão ser de uso individual, e após o uso descartados para não comprometer a higiene e a saúde coletiva.

DAS ACADEMIAS DE GINÁSTICA

Art. 55º – Todas as instalações nas Academias de Ginástica, bem como aparelhos, equipamentos e acessórios, deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação e funcionamento, sendo que as revisões deverão ser efetuadas periódicamente de 6 em 6 meses, e quando houver necessidade de reparos, trocas de peças ou do aparelho, danificados.

Parágrafo Único – Os Aparelhos deverão estar instalados em bases no piso, de modo a não causarem desconforto ao usuário, bem como de fácil acesso ao mesmo, em salas devidamente iluminadas, ventiladas e com espelho frontal para a verificação de alguns exercícios.

Art. 56º – Será obrigatório a manutenção de um Livro de Registro da inscrição e da presença mensal do aluno.

§ 1º - O Estabelecimento ficará sob a Responsabilidade Técnica de um profissional de nível superior da área correspondente, e com inscrição no Conselho Profissional da categoria.

Art. 57º – Caso o Estabelecimento possua piscinas para aulas de natação, hidroginástica e afins, estas deverão passar pelo tratamento correspondente conforme Normas Técnicas Vigentes.

DAS ESCOLAS E CRECHES

Art. 58º – Todos os estabelecimentos de ensino deverão manter a mais rigorosa higiene e asseio em todos os recintos, bem como os funcionários encarregados da limpeza deverão usar o EPI adequado.

Art. 59º – As quadras, áreas de prática de esporte cobertas, áreas de recreação e similares deverão estar dotadas de vestiários, equipamento anti incêndio, instalações sanitárias e hidráulicas adequadas

Art 60º – cozinha com piso devem ser usados revestimentos impermeáveis, de fácil limpeza e resistentes.

Paredes impermeabilizadas com pintura, preferencialmente de cores claras;

teto: sua pintura deve ser de fácil limpeza, resistente à temperatura e impermeável ao vapor; os pisos utilizados na cozinha devem suportar tráfego intenso e pesado, ser antiácidos, antiderrapantes, e de fácil limpeza e higienização, com caimentos adequados, de maneira que impeçam empoçamentos;

portas e janelas: Deve ser protegidas com tela contra insetos; iluminação: deve ser distribuída uniformemente, evitando ofuscamentos, contrastes excessivos e incidência de raios solares diretamente sobre os alimentos estocados e as superfícies de trabalho; ventilação e exaustão: é necessária a instalação de exaustores sobre os equipamentos de cocção. E necessária a instalação de lavatórios de mãos próximos aos principais setores.

Sanitários e vestiários não devem dar acesso direto para as áreas de armazenamento e produção de alimentos; a cozinha deve ficar adjacente ao refeitório e possuir abertura por onde devem ser distribuídos os alimentos nas despensas, as prateleiras para armazenamento, preferencialmente moduladas para permitir flexibilidade de novos arranjos. as despensas deverão contar com boa iluminação, ventilação cruzada ou mecânica que permita ampla circulação de ar às mercadorias

Art. 61º – As Escolas e Estabelecimentos de Ensino que possuírem andar superior deverão possuir rampa de acesso para portadores de necessidades especiais, bem como toda a área pertencente ter acessos adequados a estes.

DOS ESTABELECIMENTOS DESTINADOS À FABRICAÇÃO, COMÉRCIO, DISTRIBUIÇÃO, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO E MANUFATURA DE ALIMENTOS: SUPERMERCADOS, MINIMERCADOS, MERCEARIAS, PADARIAS, CONFEITARIAS, DISTRIBUIDORAS, RESTAURANTES, LANCHONETES, MARMITARIAS, PASTELARIAS, LANCHES AMBULANTES, SORVETERIAS, PIT DOG's E CONGÊNERES

Art. 62º – Os Estabelecimentos Comerciais e Manipuladores de, dentro dos respectivos ramos, estão sujeitos a fiscalização e ao controle Sanitário, e obedecerão as seguintes exigências:

I – Obterem o seu Cadastro Inicial como contribuinte do Município (tributário e sanitário), preenchendo a Ficha de Cadastro junto a Vigilância Sanitária Municipal de Pontal do Araguaia, juntar os documentos conforme a Relação anexa no final desta Lei e inscrever-se na Receita Tributária do Município;

II – A estrutura física dos prédios bem como repartições, salas, dependências, área de mercado e anexos como açougue, panificadora, lanchonete e outros, vestuários, instalações sanitárias, depósitos, almoxarifados, salas de administração, garagem, rede de energia elétrica, de esgotos, acessos e outros, devem estar em boas condições de conservação, paredes e forros íntegros, janelas e portas em bom estado, ambos pintados e livres do acesso de pragas e vetores urbanos, mais as seguintes condições:

a) As instalações sanitárias deverão ter esgotamento para fossa séptica e sumidouro, com caixas de gordura em nº suficiente, instalações hidráulicas e equipamentos concernentes para cada área, vestuários com armários individuais e trancados, separados para ambos os sexos;

b) Áreas de comercialização, manipulação, depósito e demais atividades com espaço suficiente para a execução dos trabalhos e para o fluxo e demanda necessária da produção, com acesso independente da moradia;

c) Equipamentos, máquinas, aparelhos e refrigeradores em nº exigíveis para as atividades;

d) Portas e janelas teladas, e teto forrado nas áreas de manipulação, preparação, fabrico e depósito de alimentos;

e) Prateleiras, mesas, balcões em boas condições de conservação e dispostas de forma a atender a circulação de mercadorias e consumidores.

f) Instalações elétricas, iluminação, ventilação, bem como acessórios em bom estado de conservação, canalizadas, aberturas em nº suficiente, provido de equipamentos de segurança contra falhas elétricas, sobrecargas e descargas elétricas(para-raios), contra incêndios, e ainda com saídas e/ou escadas de emergência, indicadas com os dizeres "Saída de Emergência".

g) Depósito de armazenamento separado para alimentos secos, frutas, verduras e legumes, alimentos congelados e de alimentos refrigerados; dependências de comercialização de produtos alimentícios, de higiene pessoal, de limpeza, domissanitários, e outros pertinentes ao ramo, bem acondicionados, separados por tipo, armazenados em estrados, prateleiras ou estantes, bem iluminados e ventilados, de origem de fornecedores ou fabricantes devidamente licenciados, boa qualidade, bom aspecto e outros requisitos sanitários indispensáveis;

h) Ter os acessórios e utilitários (facas, táboas de cortar, amolador, etc.) em boas condições de conservação e higiene, guardados em armários com gavetas, livres da presença de insetos, sujidades e contaminantes;

i) Manter todas as dependências do estabelecimento em boas condições de higiene, desinsetizadas e desratizadas por empresa cadastrada e autorizada pela Vigilância Sanitária competente, e que forneça o Certificado de tal serviço.

j) Os estabelecimentos que possuírem em suas dependências os serviços de açougue, lanchonete, panificadora, restaurantes, bares e outros deverão seguir as mais rigorosas condições de higiene, usando os equipamentos, maquinários e acessórios necessários ao ramo, ao bom desenvolvimento dos trabalhos, conservação adequada dos alimentos prontos, semi-prontos e crus, bem como área suficiente para fluxo rápido e demanda da produção.

k) As empresas de transporte de alimentos e produtos, sejam carros próprios, de terceiros ou de prestação de serviços são obrigados a terem veículos adequados para esta finalidade, como câmaras frias, caminhões baú e outros.

l) Preparar e capacitar os funcionários que vão manusear, manipular, transportar, alimentos e produtos com a equipe de vigilância sanitária, no ato de emissão do alvará; condicionando a autorização do mesmo.

Parágrafo Único – É obrigatória uma limpeza anual das caixas d'água, sendo efetuado o registro da data e a rubrica do responsável, para o devido controle, bem como a utilização de hipoclorito de sódio, dentro e após o reservatório, para a potabilidade da água. **Art. 63º –** Todos os trabalhadores envolvidos nos processos de produção, como os manipuladores, preparadores, servidores, repositores e outros deverão utilizar uniformes padronizados, de cor clara, com o respectivo gorro ou boné, botas ou luvas, bem como os trabalhadores de limpeza deverão estar devidamente protegidos de máscaras com filtro quando do uso de produtos saneantes mais fortes.

Parágrafo Único: Os manipuladores de alimentos devem apresentar nas dependências da Vigilância Sanitária Municipal de Pontal do Araguaia os seguintes exames: hemograma, coproparasitológico e VDRL. Esses exames têm o objetivo de verificar a saúde do trabalhador e a sua condição, se está apto para o trabalho, não podendo ser portador de doença infecciosa ou parasitária.

Art. 64º – Os Restaurantes, Lanchonetes, Marmitarias, Pastelarias, Lanches Ambulantes, Sorveterias, Pit Dog's e Congêneres deverão dispor de aparelhos para conservação dos alimentos tais como: bufê's, expositores, refrigeradores, Self service e outros adequados a cada tipo de alimento, sendo mantida a temperatura própria de cada alimento (frio ou quente) e correspondente ao ramo de atividade;

I – Os maquinários, equipamentos e aparelhos utilizados na fabricação e elaboração de alimentos deverão estar em bom estado de conservação, íntegros, sem pontos de ferrugem, de material inox, boa durabilidade, com proteção nas engrenagens, correias e fiação elétrica, bem como os construídos em alvenaria em boas condições, revestidos, sem rachaduras, com chaminé adequada, ambos dispostos para facilitar a limpeza, e livres da presença de insetos, macro vetores, roedores, etc., e afastados de pontos de contaminação como esgotos, fossas sépticas, sumidouros, lixos e outros;

II – As dependências de cozinha, depósito e área de lavagem de alimentos deverão estar separados físicamente das áreas de lavanderia, sanitários, de recebimento de mercadorias e depósito de lixo;

III – As instalações sanitárias dos estabelecimentos, além de serem dotadas de aparelhos sanitários com tampa, pia de lavar as mãos, esgoto sanitário com caixa de gordura, fossa séptica e sumidouro, deverão ter papel toalha, sabão líquido e papel higiênico;

IV – As paredes das cozinhas, salas de manipulação e preparo de alimentos, bem como de lavagem de verduras deverão ser revestidas com material impermeável ou cerâmica, até a altura de 02 (dois) metros, piso de boa qualidade com ralo para limpeza, dotadas de canalização para gás dos fogões e sistema de exaustão;

V – As instalações dos estabelecimentos devem ter um local adequado para a colocação de botijão de gás, que ofereça segurança a todos.

Art. 65º – Todos os estabelecimentos de colheita, produção, extração, industrialização, fabricação, preparação, manipulação, conservação, transporte e até o consumo final de alimentos, deverão utilizar os métodos de Procedimentos Operacionais Padronizados (POP's), previsto na RDC nº 216, de 15/09/2.004, Item 4.11 até o final, e o de Procedimentos Higiênico Sanitários na Manipulação de Alimentos e Bebidas preparados com Vegetais, previsto na RDC nº 218, de 29/07/2.005, da ANVISA/MS, e as demais normas reguladoras, aplicando-se também o disposto nesta Lei.

DA PROTEÇÃO DOS ALIMENTOS

Art. 66º – A produção, extração, colheita, fabricação, industrialização, armazenamento, transporte e transformação de matérias primas, produtos in natura de natureza vegetal, animal ou extrativa, águas, produtos e substâncias de interesse da saúde, bem como a manipulação, embalagem, acondicionamento, envasamento, empacotamento seguirá as Normas de Boas Práticas de Fabricação e de Prestação de Serviços, e as Normas para os Padrões de Identidade e Qualidade para Produtos, na Área de Alimentos, previstas na RDC nº 216/2004 (Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação), RDC nº 218/2005 (Regulamento Técnico de Procedimentos Higiênico-sanitários para manipulação de alimentos e bebidas preparados com vegetais), bem como o Sistema APPCC (Avaliação dos Perigos em Pontos Críticos de Controle) previsto nas demais Normas, tanto federais, estaduais ou municipais, como internacionais, aplicada nas atividades, primárias, secundárias e terciárias e em toda a cadeia produtiva, desde a matéria prima inicial até o produto final para consumo humano.

DO COMÉRCIO DE ALIMENTOS POR: AMBULANTES, FEIRAS-LIVRES E EVENTOS

Art. 67º – A venda de produtos perecíveis de consumo imediato ou mediato em feiras e ambulantes será autorizada pelo Poder Público Municipal, desde que obedecidas às noções de higienização, as condições locais apropriadas, o perfeito estado de conservação do produto e as normas contidas nesta lei. **Art. 68º** – No comércio ambulante somente é tolerada a comercialização de alimentos que não favorecem riscos ou inconvenientes de caráter sanitário, a critério do órgão competente não sendo tolerado: **Parágrafo único:** Preparo de alimentos, exceto: pipocas, centrifugação de açúcar, churros, milho verde, acarajé, churrasquinho e cachorro quente, desde que em equipamento aprovado pelo órgão sanitário do município; **Art. 69º** – No caso específico do comércio de alimento para consumo imediato (salgados, bolos, doces, frios e outros), o pessoal que serve ao público deve utilizar talheres ou pegadores apropriados). **Art. 70º** – Os vendedores ambulantes ou eventuais de alimentos preparados não poderão estacionar em locais em que seja fácil a contaminação dos produtos expostos à venda. **Art. 71º** – Nos estabelecimentos que servem alimentos para consumo imediato, só poderão utilizar ketchup, maionese e mostarda na forma de sachê, ficando proibida a utilização de bisnagas ou outro tipo de embalagem para tais produtos. **Art. 72º** – Nenhuma substância alimentícia poderá ser exposta à venda, sem estar devidamente acondicionada, sendo que alimentos perecíveis deverão ser refrigerados, congelados e/ou mantidos em temperatura adequada a seu estado de conservação. E os alimentos não perecíveis deverão ser protegidos contra insetos, roedores e outros animais em temperatura ambiente, armazenado quando for o caso, sob estrados. **Art. 73º** – Os alimentos que comercializados cozidos, ou preparados para serem servidos quentes, deverão possuir estufas para exposição ou guarda de produtos que devem ser mantidos à temperatura acima de 60ºC (sessenta graus Celsius). **Art. 74º** – Nenhuma substância alimentícia poderá ser exposta à venda, sem estar devidamente acondicionada, sendo que alimentos perecíveis deverão ser refrigerados, congelados e/ou mantidos em temperatura adequada a seu estado de conservação. E os alimentos não perecíveis deverão ser protegidos contra insetos, roedores e outros animais em temperatura ambiente, armazenado quando for o caso, sob estrados. **Art. 75º** – O transporte e entrega dos alimentos deverão ser feitos em recipientes de material inócuo e inatacável, devidamente protegido, e os veículos adequados de uso exclusivo para tal fim.

INFRAÇÕES SANITÁRIAS E PENALIDADES

Art. 76º - São Infrações Sanitárias para fins de aplicação deste Código e das Normas Sanitárias vigentes, a desobediência e a inobservância ao disposto nas Leis e Regulamentos, que por sua natureza se destinam a proteção, preservação, promoção de diminuição de riscos e recuperação da Saúde Individual e Coletiva.

Art. 77º - As infrações sanitárias, sem prejuízo das penas cabíveis, civil e criminalmente, as quais responderão quem, por ação ou omissão lhe deu causa, concorreu para que acontecesse, ou dela se beneficiou, serão passíveis de punição, alternativa ou cumulativamente, das seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa;

III - apreensão de produto;

IV - inutilização de produto;

V - interdição de produto;

VI - suspensão de vendas e/ou fabricação de produto;

VII - cancelamento de registro de produto;

VIII - interdição parcial ou total do estabelecimento;

IX - proibição de propaganda;

X - cancelamento de autorização para funcionamento de empresa;

XI - cancelamento do alvará de licenciamento de estabelecimento.

Art. 78º - Sempre que um produto apresentar alteração nas suas características, e que possa oferecer riscos à saúde pública, constatado pelo agente fiscalizador, objeto de denúncia ou de ato de fiscalização, será aplicada a penalidade de interdição, podendo ser:

a) cautelar.

b) Por tempo determinado.

c) Definitiva.

Art. 79º - Para aplicação e imposição de penalidades, a autoridade sanitária deverá levar em consideração as seguintes circunstâncias:

I - Atenuantes e agravos;

II - A gravidade do fato, tendo em vista as suas conseqüências para a saúde pública.

III - Os antecedentes do infrator, quanto às normas sanitárias observando-se se:

a) - primário;

b) - secundário, ou, já ter sido infrator às disposições legais sanitárias.

Art. 80º - São consideradas circunstâncias atenuantes:

I - A ação do infrator não ter sido fundamental para a caracterização da infração.

II - A errada compreensão da norma sanitária, admitida como excusável, quando verificada a incapacidade do agente para entender o caráter ilícito do fato.

III - O infrator, espontaneamente e de imediato, procurar reparar ou minorar as conseqüências do ato lesivo à saúde pública do ataque que lhe foi imputado.

IV - Ser o infrator primário.

Art. 81º - São circunstâncias agravantes o infrator ter:

I - reincidência na mesma infração, mesmo que concursas, sendo considerada a mais preponderante.

II - cometido a infração para obter vantagem pecuniária decorrente de produto consumido pelo público, elaborado ou comercializado, que contrarie o disposto na legislação sanitária.

III - coagido terceiros para a consecução material da infração.

IV - deixado de tomar providências de sua competência, para evitar ou sanar a situação ou ato lesivo à saúde pública.

V - agido com dolo, mesmo que eventual, fraude ou má-fé.

VI - conseqüências calamitosas para a saúde pública.

Das Multas

Art. 82º - O valor das multas de caráter pecuniário aplicadas pela VISA variará de 05 a 125 UPF- MT, considerando a natureza da infração, a ser especificamente regulamentado.

Art. 83º – As multas pecuniárias que se refere a este Código Sanitário, serão aplicadas de acordo com a Unidade Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso (UPF/MT) obedecendo os seguintes critérios de graduação:

Infrações leves – 05 a 10 UPF/MT

Infrações Graves – de 11 a 25 UPF/MT

Infrações Gravíssimas – de 25 a 125 UPF/MT

Art. 84º – As infrações Sanitárias classificam-se em:

I – LEVES – aqueles em que o infrator seja beneficiado por circunstâncias atenuantes;

II – GRAVES – aqueles em que for verificada uma circunstância agravante;

III – GRAVÍSSIMA – aquelas em seja verificada a existências de duas ou mais circunstâncias agravantes;

PROCESSO ADMINISTRATIVO SANITÁRIO

Art. 85º - As infrações sanitárias serão apuradas em Processo Administrativo Sanitário (PAS), visando à proteção dos direitos dos administrados e o melhor cumprimento dos fins da Administração, iniciado com a lavratura do auto de infração, observados os ritos e prazos previstos nesta legislação, em consonância com a lei federal vigente.

Art. 86º - O PAS poderá também ser iniciado a requerimento de pessoa física ou jurídica, desde que demonstre preliminarmente legítimo interesse processual.

Art. 87º - Para a tramitação do PAS serão obedecidos, dentre outros, os princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Art. 88º O administrado poderá ter vista dos autos na sede da VISA, sendo permitida sua retirada para fotocópias às suas expensas e somente acompanhado por funcionário do setor, em horário pré-determinado.

Art. 89º Os Processos Administrativos Sanitários e suas respectivas defesas serão julgados pela Coordenação de VISA; os recursos serão encaminhados à segunda instância e julgados pela Direção municipal da Secretaria Municipal de Saúde em regulamento, devendo conter obrigatoriamente um membro da VISA.

Art. 90º - Toda decisão em sede de PAS deverá ser juridicamente fundamentada.

DOS RECURSOS

Art. 91º - O infrator poderá oferecer defesa ou impugnação do auto de infração no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de notificação.

§ 1° Antes do julgamento da defesa ou da impugnação a que se refere este artigo, a autoridade julgadora ouvirá o fiscal, que terá o prazo de 10 (dez) dias para pronunciar-se a respeito.

§ 2° Apresentada ou não a defesa ou impugnação, o auto de infração será julgado pelo Coordenador de Vigilância Sanitária.

Art. 92º - O infrator poderá recorrer da decisão condenatória ao Secretário Municipal de Saúde, conforme o caso, dentro de igual prazo fixado para defesa, inclusive quando se tratar de multa.

§ 1° A autoridade que receber o recurso decidirá sobre ele no prazo de 10 (dez) dias contados da data de seu recebimento.

§ 2° Mantida a decisão condenatória, caberá recurso para a autoridade superior no prazo de 15 (quinze) dias de sua ciência ou sua publicação.

Art. 93º - Os recursos somente terão efeito suspensivo nos casos de imposição

INFRAÇÕES SANITÁRIAS **Art. 94º -** São infrações sanitárias:

I - construir, instalar ou fazer funcionar laboratórios de produção de medicamentos, drogas, insumos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, correlatos, ou quaisquer outros estabelecimentos que fabriquem alimentos, aditivos para alimentos, bebidas, embalagens, saneantes e demais produtos que interessem à saúde pública, sem registro, licença e autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando as normas legais pertinentes:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de autorização e de licença, e/ou multa.

II - construir, instalar ou fazer funcionar hospitais, postos ou casas de saúde, clínicas em geral, casas de repouso, serviços ou unidades de saúde, estabelecimentos ou organizações afins, que se dediquem à promoção, proteção e recuperação da saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença e/ou multa.

III - instalar ou manter em funcionamento consultórios médicos, odontológicos e de pesquisas clínicas, clínicas de hemodiálise, bancos de sangue, de leite humano, de olhos, e estabelecimentos de atividades afins, institutos de esteticismo, ginástica, fisioterapia e de recuperação, balneários, estâncias hidrominerais, termais, climatéricas, de repouso, e congêneres, gabinetes ou serviços que utilizem aparelhos e equipamentos geradores de raios X, substâncias radioativas, ou radiações ionizantes e outras, estabelecimentos, laboratórios, oficinas e serviços de ótica, de aparelhos ou materiais óticos, de prótese dentária, de aparelhos ou materiais para uso odontológico, ou explorar atividades comerciais, industriais, ou filantrópicas, com a participação de agentes que exerçam profissões ou ocupações técnicas e auxiliares relacionadas com a saúde, sem licença do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto nas demais normas legais e regulamentares pertinentes:

Pena - advertência, intervenção, interdição, cancelamento da licença e/ou multa;

IV - extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, manipular, purificar, fracionar, embalar ou reembalar, importar, exportar, armazenar, expedir, transportar, comprar, vender, ceder ou usar alimentos, produtos alimentícios, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, correlatos, embalagens, saneantes, utensílios e aparelhos que interessem à saúde pública ou individual, sem registro, licença, ou autorizações do órgão sanitário competente ou contrariando o disposto na legislação sanitária pertinente:

Pena - advertência, apreensão e inutilização, interdição, cancelamento do registro, e/ou multa;

V - fazer propaganda de produtos sob vigilância sanitária, alimentos e outros, contrariando a legislação sanitária:

Pena - advertência, proibição de propaganda, suspensão de venda, imposição de mensagem retificadora, suspensão de propaganda e publicidade e multa.

VI - deixar, aquele que tiver o dever legal de fazê-lo, de notificar doença ou zoonose transmissível ao homem, de acordo com o que disponham as normas legais ou regulamentares vigentes:

Pena - advertência, e/ou multa;

VII - impedir ou dificultar a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis e ao sacrifício de animais domésticos considerados perigosos pelas autoridades sanitárias:

Pena - advertência, e/ou multa;

VIII - reter atestado de vacinação obrigatória, deixar de executar, dificultar ou opor-se à execução de medidas sanitárias que visem à prevenção das doenças transmissíveis e sua disseminação, à preservação e à manutenção da saúde:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença ou autorização, e/ou multa;

IX - opor-se à exigência de provas imunológicas ou à sua execução pelas autoridades sanitárias:

Pena - advertência, e/ou multa;

X - obstar ou dificultar a ação fiscalizadora das autoridades sanitárias competentes no exercício de suas funções:

Pena - advertência, intervenção, interdição, cancelamento de licença e/ou multa;

XI - aviar receita em desacordo com prescrições médicas ou determinação expressa de lei e normas regulamentares:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença, e/ou multa;

XII - fornecer, vender ou praticar atos de comércio em relação a medicamentos, drogas e correlatos cuja venda e uso dependam de prescrição médica, sem observância dessa exigência e contrariando as normas legais e regulamentares:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da licença, e/ou multa;

XIII - retirar ou aplicar sangue, proceder a operações de plasmaferese, ou desenvolver outras atividades hemoterápicas, contrariando normas legais e regulamentares:

Pena - advertência, intervenção, interdição, cancelamento da licença e registro e/ou multa;

XIV - exportar sangue e seus derivados, placentas, órgãos, glândulas ou hormônios, bem como quaisquer substâncias ou partes do corpo humano, ou utilizá-los contrariando as disposições legais e regulamentares:

Pena - advertência, intervenção, interdição, cancelamento de licença e registro e/ou multa;

XV - rotular alimentos e produtos alimentícios ou bebidas bem como medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, produtos dietéticos, de higiene, cosméticos, perfumes, correlatos, saneantes, de correção estética e quaisquer outros contrariando as normas legais e regulamentares:

Pena - advertência, inutilização, interdição, e/ou multa;

XVI - alterar o processo de fabricação dos produtos sujeitos a controle sanitário, modificar os seus componentes básicos, nome, e demais elementos objeto do registro, sem a necessária autorização do órgão sanitário competente:

Pena - advertência, interdição, cancelamento do registro da licença e autorização, e/ou multa;

XVII - reaproveitar vasilhames de saneantes, seus congêneres e de outros produtos capazes de serem nocivos à saúde, no envasilhamento de alimentos, bebidas, refrigerantes, produtos dietéticos, medicamentos, drogas, produtos de higiene, cosméticos e perfumes:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, e/ou multa;

XVIII - importar ou exportar, expor à venda ou entregar ao consumo produtos de interesse à saúde cujo prazo de validade tenha se expirado, ou apor-lhes novas datas, após expirado o prazo;

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da licença e da autorização, e/ou multa.

XIX - industrializar produtos de interesse sanitário sem a assistência de responsável técnico, legalmente habilitado:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, e/ou multa;

XX - utilizar, na preparação de hormônios, órgãos de animais doentes, estafados ou emagrecidos ou que apresentem sinais de decomposição no momento de serem manipulados:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, da autorização e da licença, e/ou multa;

XXI - comercializar produtos biológicos, imunoterápicos e outros que exijam cuidados especiais de conservação, preparação, expedição, ou transporte, sem observância das condições necessárias à sua preservação:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento do registro, e/ou multa;

XXII - aplicação, por empresas particulares, de raticidas cuja ação se produza por gás ou vapor, em galerias, bueiros, porões, sótãos ou locais de possível comunicação com residências ou freqüentados por pessoas e animais:

Pena - advertência, interdição, cancelamento de licença e de autorização, e/ou multa;

XXIII - descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades e outras exigências sanitárias pelas empresas de transportes, seus agentes e consignatários, comandantes ou responsáveis diretos por embarcações, aeronaves, ferrovias, veículos terrestres, nacionais e estrangeiros:

Pena - advertência, interdição, e/ou multa;

XXIV - inobservância das exigências sanitárias relativas a imóveis, pelos seus proprietários, ou por quem detenha legalmente a sua posse:

Pena - advertência, interdição, e/ou multa;

XXV - exercer profissões e ocupações relacionadas com a saúde sem a necessária habilitação legal:

Pena - interdição e/ou multa;

XXVI - cometer o exercício de encargos relacionados com a promoção, proteção e recuperação da saúde a pessoas sem a necessária habilitação legal:

Pena - interdição, e/ou multa;

XXVII - proceder à cremação de cadáveres, ou utilizá-los, contrariando as normas sanitárias pertinentes:

Pena - advertência, interdição, e/ou multa;

XXVIII - fraudar, falsificar ou adulterar alimentos, inclusive bebidas, medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene, dietéticos, saneantes e quaisquer outros que interessem à saúde pública:

Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto, interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para o funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e/ou multa;

XXIX - transgredir outras normas legais e regulamentares destinadas à proteção da saúde:

Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto; suspensão de venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto; interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento, proibição de propaganda e/ou multa;

XXX - expor ou entregar ao consumo humano, sal refinado, moído ou granulado, que não contenha iodo na proporção estabelecida pelo Ministério da Saúde.

Pena - advertência, apreensão e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou fabricação do produto, cancelamento do registro do produto e interdição parcial ou total do estabelecimento, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e/ou multa;

XXXI - descumprir atos emanados das autoridades sanitárias competentes visando à aplicação da legislação pertinente:

Pena - advertência, apreensão, inutilização e/ou interdição do produto, suspensão de venda e/ou de fabricação do produto, cancelamento do registro do produto; interdição parcial ou total do estabelecimento; cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento, proibição de propaganda e/ou multa;

XXXII - descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias, por pessoas físicas ou jurídicas, que operem a prestação de serviços de interesse da saúde pública em embarcações, aeronaves, veículos terrestres, terminais alfandegários, terminais aeroportuários ou portuários, estações e passagens de fronteira e pontos de apoio de veículos terrestres:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento e/ou multa;

XXXIII - descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias, por empresas administradoras de terminais alfandegários, terminais aeroportuários ou portuários, estações e passagens de fronteira e pontos de apoio de veículos terrestres:

Pena - advertência, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento e/ou multa;

XXXIV - descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias relacionadas à importação ou exportação, por pessoas físicas ou jurídicas, de matérias-primas ou produtos sob vigilância sanitária:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa;

XXXV - descumprimento de normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias relacionadas a estabelecimentos e às boas práticas de fabricação de matérias-primas e de produtos sob vigilância sanitária:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa;

XXXVI - proceder a mudança de estabelecimento de armazenagem de produto importado sob interdição, sem autorização do órgão sanitário competente:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa;

XXXVII - proceder a comercialização de produto importado sob interdição:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa;

XXXVIII - deixar de garantir, em estabelecimentos destinados à armazenagem e/ou distribuição de produtos sob vigilância sanitária, a manutenção dos padrões de identidade e qualidade de produtos importados sob interdição ou aguardando inspeção física:

Pena - advertência, apreensão, inutilização, interdição, cancelamento da autorização de funcionamento, cancelamento do registro do produto e/ou multa;

XXXIX - interromper, suspender ou reduzir, sem justa causa, a produção ou distribuição de medicamentos de tarja vermelha, de uso continuado ou essencial à saúde do indivíduo, ou de tarja preta, provocando o desabastecimento do mercado:

Pena - advertência, interdição total ou parcial do estabelecimento, cancelamento do registro do produto, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e/ou multa;

XL - deixar de comunicar ao órgão de vigilância sanitária do Ministério da Saúde a interrupção, suspensão ou redução da fabricação ou da distribuição dos medicamentos referidos no inciso XXXIX:

Pena - advertência, interdição total ou parcial do estabelecimento, cancelamento do registro do produto, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e/ou multa;

XLI - descumprir normas legais e regulamentares, medidas, formalidades, outras exigências sanitárias, por pessoas físicas ou jurídicas, que operem a prestação de serviços de interesse da saúde pública em embarcações, aeronaves, veículos terrestres, terminais alfandegários, terminais aeroportuários ou portuários, estações e passagens de fronteira e pontos de apoio de veículo terrestres:

Pena - advertência, interdição total ou parcial do estabelecimento, cancelamento do registro do produto, cancelamento de autorização para funcionamento da empresa, cancelamento do alvará de licenciamento do estabelecimento e/ou multa.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 95º - As normas deste Código não afastam outras cujo objetivo seja a prevenção, promoção, manutenção e recuperação da saúde e garantia do direito de saúde de todo cidadão.

Art. 96º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 97º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº. 141/1996, de 14 de outubro de 1996 e a Lei Municipal nº 465 de 16 de outubro de 2007.

Gabinete do Prefeito do Município de Pontal do Araguaia – MT, 19 de Dezembro de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

ANEXO I

TAXA REFERENTE A LIBERAÇÃO DA LICENÇA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL

BAIXA COMPLEXIDADE	**Bares, Restaurantes, Mercearias, Supermercado, São de Beleza, Hoteis, Moteis, Lojas de Conveniência, Lanchonetes, Serviço de prótese dentária, Lojas de cosméticos, Perfumarias e Lojas em geral**	**40% DO ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO**
MÉDIA COMPLEXIDADE	**Drogarias, Consultórios médico, psicólogos e Odontólogos Laboratórios, Clínicas, Hospitais**	**07 UPF/MT**

ANEXO II

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA / ALVARÁ SANITÁRIO

Cópia de CNPJ (SEFAZ)

Cópia de Inscrição Estadual

Cópia de Alvará de Localização

Cópia de Alvará de Bombeiros

Cópia de Identidade, CPF e Comprovante de Endereço do Proprietário

Requerimento Assinado

ANEXO III

REQUERIMENTO PARA LICENÇA SANITÁRIA

PROPRIETÁRIO:			
RAZÃO SOCIAL:			
NOME FANTASIA			
CNPJ / CPF	**INSCRIÇÃO ESTADUAL**	**INSCRIÇÃO MUNICIPAL**	
NATUREZA DO ESTABELECIMENTO			
PESSOA FÍSICA	**PESSOA JURÍDICA**		
LOCALIZAÇÃO DO ESTABELECIMENTO			
ENDEREÇO		**NÚMERO**	**COMPLEMENTO**
BAIRRO	**PONTO DE REFERÊNCIA**		**CEP**
TELEFONE	**E-MAIL**		
IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS			
NOME DO RESPONSÁVEL LEGAL:			
CPF	**IDENTIDADE**		
ESTADO CIIVIL	**NATURALIDADE**	**TELEFONE**	
ENDEREÇO	**NÚMERO**	**COMPLEMENTO**	
BAIRRO	**MUNICÍPIO / UF**		**CEP**
RESPONSÁVEL TÉCNICO:	**CPF:**	**CONSELHO PROFISSIONAL**	
ENDEREÇO	**NÚMERO**	**COMPLEMENTO**	
BAIRRO	**MUNICÍPIO / UF**		**CEP**
DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA DE INTERESSE À SAÚDE SEGUNDO O CNAE			

( ) Alvará de Licença Sanitária

( ) Revalidação de Licença Sanitária para o exercício de _____

( ) Outros pedidos (especificar)_____

Pontal do Araguaia, _____ / _____ / _____.

_____ _____

Responsável Legal Responsável Técnico

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI MUNICIPAL Nº 871/2017

Lei Municipal n° 871/2017 de 19 de Dezembro de 2017

"Que estima a receita e fixa a despesa do Município de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, para o exercício financeiro de 2018, e dá outras providências."

GERSON ROSA DE MORAES, prefeito municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta lei **Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Pontal do Araguaia**, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2018, em igual valor de **R$ 18.950.000,00** (dezoito milhões novecentos e cinquenta mil reais), sendo **R$ 17.350.000,00** (dezessete milhões e trezentos e cinquenta mil reais) para a Administração Direta e **R$ 1.600.000,00** (um milhão seiscentos e mil reais) para oFUNAPEM - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipal de Pontal do Araguaia, Administração Indireta, assim distribuída:

Orçamento Fiscal:	**R$ 14.313.000,00**
Orçamento da Seguridade Social:	R$ 1.600.000,00
Investimentos	RS 1.513.000,00
TOTAL:	**R$ 18.950.000,00**

Art. 2º - A receita será arrecadada, mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de Receitas Correntes e de Capital, nos termos da legislação vigente e das especificações constantes do "Anexo 2".

Parágrafo Primeiro – A Receita Prevista, a ser arrecadada pela **Administração Direta** é de R$ 17.350.000,00 observando o seguinte desdobramento sintético:

RECEITAS CORRENTES	**Em R$**
1.1 - Receita Tributária	1.114.000,00
1.2 - Receita de Contribuições	290.2000,00
1.3 - Receita Patrimonial	535.300,00
1.4 - Receita de Serviços	310.000,00
1.7 - Transferências Correntes	16.616.000,00
(-) - Deduções da Receita do FUNDEB	-1.926.200,00
1.9 - Outras Receitas Correntes	700,00
TOTAL	16.940.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	**Em R$**
2.1 – Alienação de Bens	10.000,00
2.2 - Transferências de Capital	400.000,00
TOTAL	410.000,00
TOTAL / ADMINISTRAÇÃO DIRETA	**17.350.000,00**

Parágrafo Segundo – A receita prevista, a ser arrecadada pelo **FUNAPEM** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Pontal do Araguaia, anexo à presente Lei, será de R$ 1.600.000,00, com o seguinte desdobramento sintético:

1. RECEITAS CORRENTES	**Em R$**
1.2 - Receita de Contribuição	R$ 614.000,00
1.3 - Receitas Patrimoniais	R$ 95.000,00
1.9 – Outras Receitas Correntes	R$ 200,00
7.2 – Receita de Contribuição – Intraorçamentária	R$ 890.800,00
7.9 – Outras Rec. Correntes – Intraorçamentárias	
TOTAL / ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	**R$ 1.600.000,00**

Art. 3º - A despesa será realizada de acordo com a discriminação constante dos quadros "Programas de Trabalho" a "Natureza da Despesa", que integram a presente lei, e apresentam os seguintes desdobramentos sintéticos:

	1. POR FUNÇÕES DO GOVERNO	Em R$
	Legislativa	840.000,00
	Administração	3.815.000,00
	Assistência Social	1.303.000,00
	Previdência Social	1.280.000,00
	Saúde	3.130.000,00
	Educação	4.277.000,00
	Cultura	120.000,00
	Urbanismo	1.602.000,00
	Habitação	37.000,00
	Saneamento	488.000,00
	Gestão Ambiental	50.000,00
	Agricultura	150.000,00
	Comércio e Serviços	298.000,00

	Energia	30.000,00
	Transporte	640.000,00
	Desporto e Lazer	50.000,00
	Encargos Especiais	250.000,00
	Reserva de Contingência	590.000,00
	TOTAL	**18.950.000,00**

2 - POR PROGRAMAS DE GOVERNO			**VALOR R$**
PROGRAMA	5001	MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL	840.000
PRPGRAMA	5002	GESTÃO DE POLITICAS PUBLICAS DE ADMINISTRAÇÃO	965.000
PROGRAMA	5003	PROGRMA DE APOIO ADMINISTRATIVO	3.120.000
PROGRAMA	5004	EDUCACAO NORMAL, CULTURA, ESPORTE E LAZER	1.987.000
PROGRAMA	5005	MANUTENCAO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	340.000
PROGRAMA	5006	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO FUNDEB	2.100.000
PROGRAMA	5007	SAUDE INTEGRAL AO ALCANCE DE TODOS	3.280.000
PROGRAMA	5008	COMUNIDADE SOLIDÁRIA	1.340.000
PROGRAMA	5009	ATENDIMENTO AO PRODUTOR RURAL	150.000
PROGRAMA	5010	REVITALIZAÇÃO DO COMERICO E TURISMO LOCAL	298.000
PROGRAMA	5011	INFRA ESTRUTURA URBANA E SERVIÇOS PÚBLICOS	2.610.000
PROGRAMA	5012	MANUT.REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL	1.280.000
PROGRAMA	5013	CONSRVAÇÃO AMBIENTAL	50.000
PROGRAMA	9999	RESERVA DE CONTINGENCIA	590.000
TOTAL GERAL DOS PROGRAMAS			**18.950.000**

	3 - POR CATEGORIA ECONÔMICA	**Em R$**
	Despesas Correntes	16.266.000,00
	Despesas de Capital	1.125.000,00
	Reserva de Contingência	590.000,00
	TOTAL DESPESA POR CATEGORIA ECON.:	**18.950.000,00**

4 - POR ÓRGÃO / UNIDADE ORÇAMENTÁRIA:	**Em R$**
CAMARA MUNICIPAL	
CAMARA MUNICIPAL	840.000,00
GABINETE DO PREFEITO	
GABINETE DO PREFEITO	915.000,00
SEC. MUNICIPAL DE GOVERNO	
GABINETE DO SECRETARIO	20.000,00
SEC. MUN. ADM. FINANCAS E PLANEJAMENTO	
GABINETE DO SECRETARIO	3.370.000,00
SEC. MUNICIPAL DE EDUCACAO E CULTURA	
GABINETE SEC EDUCACAO	2.177.000,00
FUNDO MANUT ENS. VAL. MAGISTERIO 60%	1.562.000,00
FUNDO MANUT ENS. VAL. MAGISTERIO 40%	538.000,00
SETOR DE CULTURA	120.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
GABIENTE DA SECRETARIA	1.070.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	2.210.000,00
SEC. MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL	
GABINETE DO SECRETARIO	615.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE ACAO SOCIAL	688.000,00
COORD. MUNICIPAL DE PROGRAMAS	37.000,00
SEC.MUN.AGRICULTURA E ASSIST.FUNDIARIA	
GABINETE DO SECRETARIO	150.000,00
SEC.MUN.VIACAO OBRAS SERVICOS PUBLICOS	
GABINETE DO SECRETARIO	2.272.000,00
SETOR DE SERVICOS PUBLICOS	338.000,00
SEC. MUN. INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	
GABINETE DO SECRETARIO	298.000,00
INSTITUTO MUN. PREVIDENCIA PROPRIA - FUNAPEM	
DUNAPEM	1.600.000,00
SEC. MUNIC. DESENVOLVIMENTO ECONOMICO	
GABINETE DO SECRETARIO (A)	30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	
COORDENADORIA DE ESPORTES	50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
GABINETE DO SECRETARIO	50.000,00
TOTAL DE DESPESA POR ÓRGÃO UNIDADE	**18.950.000,00**

Parágrafo Único - O detalhamento da despesa do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Pontal do Araguaia, anexo à presente lei será realizada de acordo com o seguinte desdobramento:

1. POR FUNÇÕES DO GOVERNO	**Em R$**
09 - PREVIDÊNCIA	**1.117.400,00**
99 – RESERVA DO RPPS	**632.600,00**
TOTAL	**1.600.000,00**

2. POR PROGRAMA DE GOVERNO	Em R$
Manutenção do RPPS	1.117.400,00
Reserva de Contingencia	632.600,00
TOTAL DA DESPESA:	**1.600.000,00**

3. POR CATEGORIA ECONÔMICA	Em R$
Despesas Correntes	1.110.400,00
Despesas de Capital	7.000,00
Reserva Legal do RPPS	632.600,00
TOTAL DA DESPESA:	**1.600.000,00**

4. POR ÓRGÃO DA ADM.	Em R$
INST.MUN.PREV.PROPRIA-FUNAPEM	
FUNAPEM	**1.600.000,00**
TOTAL DA DESPESA:	**1.600.000,00**

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - Abrir créditos suplementares, mediante remanejamento, transposições e transferências, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, entre as secretarias e unidades orçamentárias, do saldo das dotações, dos seus grupos de natureza ou elementos de despesa, à conta de quaisquer dos recursos discriminados nos incisos do parágrafo 1º, do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, de 17 de março de 1.964, até o limite de 40% (quarenta por cento) do total da despesa fixada, em conformidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018 e, realizar as operações a que se refere o Art. 167 da Constituição Federal;

II - Abrir créditos suplementares à conta de recursos provenientes de anulação parcial ou total, da dotação consignada sob a denominação de Reserva de Contingência, destinado ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme prevê o inciso III, do Art. 5º da Lei Complementar 101/00, de 04 de Maio de 2.000;

Parágrafo Único - A autorização de que trata o inciso I deste artigo não onerará o limite previsto nos seguintes casos:

I - Quando destinado a suprir insuficiência nas dotações orçamentárias relativas a Pessoal e Encargos Sociais;

II - Quando se tratar da abertura de créditos adicionais à conta de excesso efetivo de arrecadação, inclusive no caso de convênios;

Art. 5º - Fazem parte integrante da presente lei os anexos referente a LOA – Lei Orçamentária Anual 2018.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor a partir de 01 de Janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia - MT, aos dezenove dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DECRETO Nº 052/2017, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

"DECRETA RECESSO NAS REPARTIÇÕES MUNICIPAIS."

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais dispositivos de regência

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Recesso nas Repartições Públicas Municipais, o período de 20 de Dezembro de 2017 a 15 de Janeiro de 2018, tendo em vista as festividades alusivas ao Natal e ao Final de Ano.

§1º – O PSF considerando às atividades de emergência do setor público, funciona em regime de plantão.

§2º – O Hospital Municipal funcionará normalmente.

§3º – Os serviços de limpeza pública funcionarão em regime de plantão.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, em 19 de Dezembro de 2017.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO MUNICIPAL N.º 087, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

Decreto nº 087/2017 Poxoréu - MT em, 18 de dezembro de 2017

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE **R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)** E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Poxoréu Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, de acordo a Lei Municipal nº ***1.884/2016, datada de: 16/11/2017.***

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no Corrente Exercício um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 28.000,00 **(vinte e oito mil reais)**

Artigo 2º - O Crédito citado no artigo anterior, servirá para **Reforçar** a seguinte Dotação Orçamentária**:**

Órgão: 01 CÂMARA MUNICIPAL DE POXORÉU

Unid...: 001 CÂMARA MUNICIPAL DE POXORÉU

Proj./Ativ. 2.002 MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CÂMARA MUNICIPAL

	Dotação	*Discriminação*	*Acrescentar*
09	*3.3.90.30.00.00.00.00.0999.0*	*Material de Consumo*	R$ 20.000,00
12	*3.3.90.39.00.00.00.00.0999.0*	*Outros Serv. Terceiros P. Juridicas*	R$ 8.000,00

Total .... R$ 28.000,00

Artigo 3º - Para cobertura do Crédito citado no artigo anterior, serão utilizados recursos do cancelamento parcial ou total das seguintes Dotações Orçamentária relacionadas:

Proj./Ativ. 1001 AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PREDIO DA CÂMARA

1001	*Dotação*	*Discriminação*	Reduzir
02	4.4.90.52.00.00.00.00.0999.0	*Obras e Instalações*	R$ 28.000,00

Total .... R$ 28.000,00

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor na Data de sua Publicação, revogada as disposições em contrário.

Paço Municipal Drº Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu - MT em, 18 de dezembro de 2017.

Nelson Antônio Paim

Prefeito Municipal de Poxoréu-MT

Este Decreto foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu, em18 de dezembro de 2017, no Jornal Oficial dos Municípios de conformidade com o art. 108 da Lei orgânica de Poxoréu e Conforme Lei Municipal nº 1.041 de 5 de maio de 2006.

_____

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretaria Municipal de Administração

JURIDICO
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Poxoréu-MT 18/12/2017

RESOLUÇÃO CMAS Nº 009/2017 de 18 de dezembro de 2017.

“ Aprovação das contas de 2013 / 2014 / 2015 e 2016 ”

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE POXORÉU- MT, no uso de suas atribuições legais com fundamento na Lei Municipal Nº 639 e 640 de 19/03/1996 alterada pela Lei nº 647 de 29/05/1996, e alterações posteriores, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- Aprovar as contas de 2013/2014/2015 e 2016 por unanimidade conforme a ata de N° 13/2017.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua Publicação.

_____

Maria Aparecida Coutinho Miranda e Souza

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Poxoréu –MT

ASSESSORIA JURÍDICA
EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 003/2017

EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO N.º 003/2017

A **Prefeitura Municipal de POXORÉU**, Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.858, de 11 de abril de 2.017, por meio do **CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXOREU – ESCOLA DE GOVERNO**, **RESOLVE** divulgar e estabelecer normas para abertura das inscrições e a realização de Processo Seletivo Simplificado **para formação de cadastro reserva** de servidores para atender a natureza emergencial, transitória de natureza temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal/88, que são indispensáveis à prestação de serviços públicos finalísticas e em substituição a servidores afastados de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da Constituição Federal e da Lei Municipal n.º 1.512/2012, que dão respaldo legal e normatizam as regras estabelecidas neste Edital.

1. DA DENOMINAÇÃO – REFERÊNCIA – EXIGÊNCIA MÍNIMA – VAGAS – INSCRIÇÃO – VENCIMENTO INICIAL

QUADRO DE VAGAS GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL [LEI N.º 1.512/2012]					
Cargo/Contratação	**Vagas**	**Vagas PNE**	**Vencimento**	**Carga Horária Semanal**	**Requisitos do Cargo**
Agente Educacional 40hrs (Motorista – ZONA RURAL) Não-profissionalizado	Cadastro Reserva	-----	**R$ 1.382,67**	40	Ensino Médio completo mais CNH categoria D ou superior
Agente Educacional 40hrs (Motorista – ZONA URBANA) Não-profissionalizado	Cadastro Reserva	-----	**R$ 1.382,67**	40	Ensino Médio completo mais CNH categoria D ou superior
Agente Educacional 40hrs (Mecânico) Não-profissionalizado	Cadastro Reserva	-----	**R$ 1.382,67**	40	Ensino Médio completo
Apoio Educacional I – 40hrs (Nutrição Escolar) Não-profissionalizado	Cadastro Reserva	-----	**R$ 1.152,30**	40	Ensino Médio completo
Apoio Educacional I – 40hrs (Vigilante) Não-profissionalizado	Cadastro Reserva	-----	**R$ 1.152,30**	40	Ensino Médio completo
Apoio Educacional I – 40hrs (Monitor de Creche) Não-profissionalizado	Cadastro Reserva	-----	**R$ 1.152,30**	40	Ensino Médio completo mais curso específico na área de atuação com, no mínimo, 160 hrs
Apoio Educacional I – 20hrs (Monitor de Creche) Não-profissionalizado	Cadastro Reserva	-----	**R$ 576,15**	20	Ensino Médio completo mais curso específico na área de atuação com, no mínimo, 160 hrs
Apoio Educacional II – 30hrs (Infraestrutura e Meio Ambiente) Não-profissionalizado	Cadastro Reserva	-----	**R$ 1.073,75**	30	Ensino Médio completo
Professor – 30 horas (Distrito SEDE)	Cadastro Reserva	-----	**R$ 1.726,00**	30	Graduação em Pedagogia ou Normal Superior [Licenciatura Plena]
Professor – 30 horas (Zona Rural e Distritos)	Cadastro Reserva	-----	**R$ 1.726,00**	30	Graduação em Pedagogia ou Normal Superior [Licenciatura Plena]
Técnico Educacional I – 30hrs (Administração Escolar) Não-profissionalizado	Cadastro Reserva	-----	**R$ 1.359,51**	30	Ensino Médio completo

Técnico Educacional II 40hrs (Nutricionista)	Cadastro Reserva	-----	**R$ 2.682,79**	40	Graduação na área de exercício mais registro no órgão de classe

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1 – O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital será realizado sob a responsabilidade do **CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXOREU – ESCOLA DE GOVERNO**, e compreenderá:

I – Provas objetivas de múltipla escolha, para todos os cargos, de caráter classificatório e eliminatório;

II – Provas de títulos, para todos os cargos, de caráter classificatório;

III – Comprovação de requisitos, apresentação de atestado médico e curso específico de formação, de caráter apenas eliminatório, após a homologação do Processo Seletivo.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 – As inscrições para provas e títulos serão realizadas **apenas presencialmente** nas Escolas Municipais de Poxoréu/MT, no período de **20/12/2017 a 22/12/2017 e 27/12/2017 a 29/12/2017**, das **13:00 às 17:00 horas**.

3.2 – A inscrição vale, para todo e qualquer efeito, como forma de expressa concordância por parte do candidato de todas as condições, normas e exigências constantes do presente edital.

3.3 - Não será permitido ao candidato fazer mais de uma inscrição no Processo Seletivo Simplificado, previsto neste Edital.

3.4 – Não haverá cobrança para a inscrição do candidato no presente Processo Seletivo.

3.5 - Para efetuar a inscrição, é imprescindível o número de Cadastro de Pessoa Física (CPF) do candidato.

3.5.1 - Terá a sua inscrição cancelada e será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que usar o CPF de terceiro para realizar a sua inscrição.

3.6 - Não será aceito pedido de alteração referente à opção de cargo após efetivação da inscrição.

3.6.1 - A inscrição do candidato implica no conhecimento e na tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento, inclusive quanto à realização das provas nos prazos estipulados.

3.7 - A qualquer tempo, poder-se-á anular a inscrição, as provas e a admissão do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou em informações fornecidas.

3.8 - Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá conhecer o Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Não será aceita a solicitação de inscrição que não atender rigorosamente ao estabelecido neste Edital.

3.9 - O candidato declara, no ato da inscrição, que tem ciência e que aceita que, caso aprovado, quando de sua convocação, deverá entregar, após a homologação do Processo Seletivo Simplificado, os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para o respectivo cargo.

3.10 - O candidato que necessitar de qualquer tipo de condição especial para realização das provas deverá solicitá-la no ato do Requerimento de Inscrição presencial, indicando, claramente, quais os recursos especiais necessários. **Não serão aceitas quaisquer solicitações de condições especiais para realização de prova após o ato de inscrição**.

3.10.1 - A candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar somente um acompanhante, que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

3.10.2 - Não será concedido tempo adicional para a execução da prova à candidata devido ao tempo despendido com a amamentação.

3.10.3 - A solicitação de condições especiais será atendida obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

4. DAS PROVAS

4.1 - Data e local das provas objetivas:

4.1.1 – As provas objetivas serão realizadas no dia 14/01/2018 (Domingo), das 8:00 h às 12:00 h, na Escola Estadual João Pedro Torres, localizada na Rua Rui Barbosa, s/n.º, bairro Irantinópolis I – Poxoréu - MT.

4.1.1.1 - Caso ocorra fatos supervenientes, a data de realização das provas objetivas poderá ser adiada e tornada pública por meio de editais complementares.

4.1.1.2 – Os portões serão abertos às 07:00h e fechado às 7:45h, impreterivelmente.

4.1.1.3 – Havendo necessidade, as provas objetivas poderão ser realizadas em mais de um local, mediante indicação por edital complementar.

4.2 – Das provas de Título

4.2.1 – Os candidatos inscritos, para todos os cargos, poderão apresentar certificados de cursos de capacitação, na área de atuação específica do cargo a que se inscreveram, que serão computados e acrescidos à nota da prova objetiva, com finalidade classificatória.

4.2.2 – Serão aceitos apenas certificados de cursos ministrados pela IFMT, UFMT, SEDUC/MT, SEEL/POX, ESCOLA DE GOVERNO/POX, CEFAPRO/MT ou que esteja vinculado comprovadamente a programas oferecidos pelo MEC, aos quais será atribuído 0,5 ponto para cada soma de 40 horas.

4.2.3 – Somente serão aceitos certificados emitidos nos anos de 2015, 2016 e 2017.

4.2.4 – Não há limite para a apresentação de certificados, em apreço à escolha do profissional mais tecnicamente qualificado para o exercício da função.

4.2.5 – Os candidatos concorrentes ao cargo de motorista poderão apresentar um certificado de curso de transporte de passageiros, que equivalerá a 1 ponto e um certificado de curso de transporte escolar, que equivalerá a 1 ponto.

4.2.6 – Os pontos dispostos no subitem anterior somente serão validados se o curso estiver dentro de sua data de validade.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 – O Processo Seletivo Simplificado será realizado e coordenado sob a responsabilidade de uma Comissão Organizadora, que contará com a colaboração da assessoria jurídica e consultoria técnica.

5.2 – É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar os Editais e demais publicações referentes a esta seleção que serão lançados preferencialmente no Diário Ofício do Município de Poxoréu [Jornal Eletrônico dos Municípios Mato-grossenses – AMM] e no saguão da Prefeitura de Poxoréu, podendo, ainda, serem lançadas informações no site do município **www.poxoreu.mt.gov.br**.

5.3 – O edital completo se encontra publicado no Jornal Eletrônico dos Municípios Mato-grossenses e no site do município **www.poxoreu.mt.gov.br**.

5.4 – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora e publicados através de Editais Complementares.

6. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA CONTRATAÇÃO

6.1. Ser brasileiro nato ou naturalizado ou cidadão português que tenha adquirido a igualdade de direitos e obrigações civis e gozo dos direitos políticos (Decreto nº 70.436, de 18/04/1972, Constituição Federal – §1° do art. 12 de 05/10/1988 e Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998 – art. 3º).

6.2. Ter na data da contratação, 18 (dezoito) anos completos.

6.3. Estar em dia com as obrigações resultantes da legislação eleitoral e, se do sexo masculino, do serviço militar.

6.4. Estar em pleno gozo de seus direitos civis e políticos.

6.5. Possuir aptidão física e mental.

6.6. Possuir e comprovar o pré-requisito para o cargo, à época da contratação.

6.7. Os candidatos aprovados, para serem nomeados, deverão possuir o registro do órgão de classe competente, caso existente.

6.8. Ter CNH de categoria D ou superior, dentro do prazo de validade, para os concorrentes ao cargo de motorista.

6.9. Conhecer e estar de acordo com as exigências contidas neste Edital.

7. DO PROCESSO SELETIVO

7.1.O Processo Seletivo constará de provas objetivas de múltipla escolha, para todos os cargos, de caráter eliminatório e classificatório e de provas de títulos, para todos os cargos, de caráter classificatório.

7.2 - DAS PROVAS OBJETIVAS E DE TÍTULOS (PRIMEIRA ETAPA):

7.2.1. As provas objetivas de múltipla escolha, de caráter eliminatório e classificatório, abrangendo os conteúdos programáticos constantes do **Anexo I** deste Edital, terão a seguinte distribuição de questões entre as seguintes disciplinas:

PROVA OBJETIVA				
ENSINO MÉDIO	Provas	Números de questões	Pontuação de cada questão	**Total**
	Português Específica	20 20	02 03	40 60
	Total	40	–	100

PROVA OBJETIVA				
SUPERIOR	Provas	Números de questões	Pontuação de cada questão	**Total**
	Português Específica	20 20	02 03	40 60
	Total	40	–	100

PROVA DE TÍTULOS	
TODOS OS CARGOS	0,5 ponto para cada soma completa de 40 (quarenta) horas de certificados validados pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo
MOTORISTA	Curso de Transporte Escolar = 1,00 ponto Curso de Transporte de Passageiros = 1,00 ponto

7.2.2. A prova objetiva de múltipla escolha, de caráter classificatório e eliminatório, será de acordo com a valoração de pontos acima evidenciada, e terá sua pontuação total variando do mínimo de 0 (zero) ponto ao máximo de 100 (cem) pontos.

7.2.3. As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com 04 (quatro) opções (A à D) e uma única resposta correta.

7.2.4. O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para o cartão de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento do cartão de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e no cartão de respostas. **Em hipótese alguma haverá substituição do cartão por erro do candidato.**

7.2.5. Não serão computadas questões não respondidas, nem questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emenda ou rasura, ainda que legível. Não deverá ser feita nenhuma marca fora do campo reservado às respostas, pois poderá prejudicar o desempenho do candidato.

7.2.6. O candidato deverá, obrigatoriamente, ao término da prova, devolver ao fiscal o Cartão de Respostas, devidamente assinado no local indicado.

7.2.7. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente no cartão de respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este Edital e com o cartão de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não–preenchido integralmente.

7.2.8. Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esse fim. Nesse caso, se necessário, o candidato será acompanhado por um fiscal devidamente treinado.

7.2.9 O candidato não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar, ou, de qualquer modo, danificar a sua folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos advindos.

7.3 - O caderno de provas contém todas as informações pertinentes ao Processo Seletivo, devendo o candidato ler atentamente as instruções.

7.3.1 - Ao terminar a conferência do caderno de provas, caso o mesmo esteja incompleto ou tenha defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua, não cabendo reclamações posteriores neste sentido. O candidato deverá verificar, ainda, se o cargo em que se inscreveu encontra-se devidamente identificado no caderno de provas.

7.3.2. No dia da realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou aos critérios de avaliação, sendo que é dever do candidato estar ciente das normas contidas neste Edital.

7.3.3. O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de **60 (sessenta) minutos** do horário fixado para o seu início, **munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa**, de comprovante de inscrição e de **documento de identidade original**, preferencialmente aquele apresentado no ato de sua inscrição.

7.3.4. Poderá ser admitido o ingresso de candidato que não esteja portando o comprovante de inscrição no local de realização das provas apenas quando o seu nome constar devidamente na relação de candidatos afixada na entrada do local de provas.

7.3.5. Poderá ocorrer inclusão de candidato em um determinado local de provas apenas quando o seu nome não estiver relacionado na listagem oficial afixada na entrada do local de provas e o candidato portar protocolo de inscrição que ateste que deveria estar devidamente relacionado naquele local de provas.

7.3.6. A inclusão, caso realizada, terá caráter condicional, e será analisada pela Comissão de Processo Seletivo.

7.3.7. Durante a realização das provas, a partir do ingresso do candidato na sala de provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos mediante verificação do documento de identidade, da coleta da assinatura, entre outros procedimentos, de acordo com orientações do fiscal de sala.

7.3.8. Não será admitido ingresso de candidato no local de realização das provas após o horário fixado para o fechamento dos portões.

7.3.9. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, com mesmo valor legal como identidade; carteira de trabalho; carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

7.3.9.1. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias.

7.3.9.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não–identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.

7.3.9.3. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.

7.3.9.4. O documento oficial de identidade emitido com prazo de validade, quando apresentado pelo candidato, não poderá estar com data de validade vencida, como, por exemplo, passaporte e carteira de identidade/RG emitida para menor de idade.

7.3.9.5. Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade **original**, na forma definida no subitem 7.3.9. deste Edital, não fará as provas e será automaticamente excluído do Processo Seletivo Simplificado.

7.3.9.6. O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

7.3.10. Não serão aplicadas provas, em hipótese alguma, em local, em data ou em horários diferentes dos predeterminados em Edital ou em comunicado.

7.3.11. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: bip, telefone celular, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio digital, etc, o que não acarreta em qualquer responsabilidade da empresa organizadora sobre tais equipamentos. No caso do candidato, durante a realização das provas, ser surpreendido portando os aparelhos eletrônicos citados, será automaticamente lavrado no Termo de Ocorrência o fato ocorrido e ELIMINADO automaticamente do processo seletivo. Para evitar qualquer situação neste sentido, o candidato deverá evitar portar no ingresso ao local de provas quaisquer equipamentos acima relacionados.

7.3.12. Não será permitida, durante a realização da prova Objetiva, a utilização pelo candidato de óculos escuros (exceto para correção visual ou fotofobia) ou quaisquer acessórios de chapelaria (chapéu, boné, gorro, etc.), e, ainda, lápis contendo gravação de qualquer informação privilegiada em relação ao conteúdo programático do certame.

7.3.13. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso o candidato insista em sair do local de aplicação da prova, deverá assinar termo desistindo do Processo Seletivo Simplificado e, caso se negue, deverá ser lavrado Termo de Ocorrência, testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo fiscal da sala e pelo coordenador da unidade.

7.3.14. Não haverá segunda chamada para as provas objetivas de múltipla escolha. Será excluído do Processo Seletivo o candidato que faltar à prova objetiva ou chegar após o horário estabelecido.

7.3.15. Não haverá, na sala de provas, marcador de tempo individual, uma vez que o tempo de início e término da prova será determinado pelo coordenador do local de provas, conforme estabelecido neste Edital, dando tratamento isonômico a todos os candidatos presentes.

7.3.16. O candidato somente poderá retirar–se do local de realização das provas objetivas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 90 (noventa) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato, também, poderá retirar-se do local de provas somente a partir dos 60 (sessenta) minutos após o início de sua realização, contudo não poderá levar consigo o caderno de provas.

7.3.17. Terá suas provas anuladas, também, e será automaticamente ELIMINADO do Processo Seletivo o candidato que, durante a realização de qualquer uma das provas:

a) retirar–se do recinto da prova, durante sua realização, sem a devida autorização;

b) for surpreendido dando e/ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;

c) usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;

d) utilizar–se de régua de cálculo, livros, máquinas de calcular e/ou equipamento similar, dicionário, notas e/ou impressos que não forem expressamente permitidos, gravador, receptor e/ou pagers e/ou que se comunicar com outro candidato;

e) faltar com a devida cortesia para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas, as autoridades presentes e/ou os candidatos;

f) fizer anotação de informações relativas às suas respostas em qualquer outro meio que não o permitido neste Edital;

g) descumprir as instruções contidas no caderno de provas e no cartão de respostas (provas objetivas);

h) recusar–se a entregar o cartão de respostas (provas objetivas);

i) ausentar–se da sala, a qualquer tempo, portando o cartão de respostas (provas objetivas);

j) não permitir a coleta de sua assinatura ou não atender ao procedimento descrito no subitem 5.4.6.2, caso se recuse a coletar sua impressão digital;

k) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

l) for surpreendido portando ou fazendo uso de aparelho celular e/ou quaisquer aparelhos eletrônicos durante a realização das provas, mesmo que o aparelho esteja desligado;

m) estiver portando arma, exceto no caso de candidatos que possuam autorização legal para tanto.

7.3.18. O descumprimento de quaisquer das instruções contidas no subitem 7.3.17. implicará na eliminação do candidato, constituindo tentativa de fraude.

7.3.18.1. Se, a qualquer tempo, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o candidato se utilizado de processo ilícito, suas provas serão anuladas e ele será automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

7.3.19. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas objetivas em virtude de afastamento de candidato da sala de provas.

7.3.20. Não será permitido ao candidato fumar na sala de provas, bem como nas dependências do local de provas.

7.4. São de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta do local de realização das provas objetivas e o comparecimento no horário determinado.

7.4.1. O candidato deverá observar atentamente o Edital de publicação especificando os horários e locais/cidades de realização das provas, inclusive estando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova.

7.5. O candidato que desejar participar da prova de títulos, deverá entregar a documentação que julgar conveniente em uma das Escolas Municipais, na mesma data conferida à inscrição, impreterivelmente, em envelope lacrado com seu nome e CPF escritos na parte de fora do mesmo.

8. DO PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

8.1. Será classificado o candidato que cumprir todos os itens da primeira etapa, e as outras pertinentes ao cargo que concorre.

8.2. A classificação final dos candidatos será feita pela soma dos pontos obtidos nas provas objetivas de múltipla escolha e de títulos (se houver).

8.3. Na classificação final entre candidatos empatados com igual número de pontos da soma de todas as etapas, serão fatores de desempate os seguintes critérios, na seguinte ordem:

a) Maior nota na Prova de Conhecimentos Específicos;

b) Maior nota na Prova de Títulos;

c) Maior idade;

d) Sorteio.

8.4. O candidato que obtiver menos de 50,00 (cinquenta) pontos na somatória das provas de português e específica será automaticamente ELIMINADO do Processo Seletivo.

9. DOS RESULTADOS E RECURSOS

9.1. Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados no mural da Prefeitura Municipal de Poxoréu, **a partir das 09h00min do dia subsequente ao da realização da prova objetiva**, sendo publicados, ainda, na AMM.

9.2. O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de **01 (um) dia útil**, em requerimento próprio, conforme modelo anexo ao edital, disponibilizado no site da Prefeitura Municipal de Poxoréu e nas Escolas Municipais de Poxoréu.

9.3. A interposição de recursos deverá ser feita junto a Comissão de Processo Seletivo, apenas no prazo recursal e somente será aceita quando realizada presencialmente.

9.3.1. Caberá recurso à Comissão contra erros materiais ou omissões de cada etapa, constituindo as etapas: publicação do Edital, inscrição dos candidatos, divulgação do gabarito oficial preliminar, divulgação da pontuação provisória nas provas e divulgação do resultado final preliminar, incluído o fator de desempate estabelecido, até **01 (um) dia útil** após o dia subsequente da divulgação/publicação oficial das respectivas etapas.

9.4. Os recursos julgados serão divulgados no mural da Prefeitura Municipal de Poxoréu e na AMM, **não** sendo possível o conhecimento do resultado via telefone ou fax, **não** sendo enviado, individualmente, a qualquer recorrente o teor dessas decisões.

9.5. Não será aceito recurso via postal, via fax, via e-mail, e outros diversos do que determina o subitem 9.3 deste Edital

9.6. O recurso deverá ser individual, por questão, com a indicação daquilo em que o candidato se julgar prejudicado, e devidamente fundamentado, comprovando as alegações com citações de artigos, de legislação, itens, páginas de livros, nomes dos autores etc., e ainda, a exposição de motivos e argumentos com fundamentações circunstanciadas, conforme supra referenciado.

9.7. O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

9.8. Serão rejeitados também liminarmente os recursos enviados fora do prazo **improrrogável** de **01 (um) dia útil**, a contar do dia subsequente da publicação de cada etapa, ou não fundamentados, e os que não contiverem dados necessários à identificação do candidato, como seu nome, número de inscrição e cargo.

9.9. **A decisão da banca examinadora será irrecorrível, consistindo em última instância para recursos, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos administrativos adicionais**.

9.10. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso de gabarito oficial definitivo.

9.11. O recurso cujo teor desrespeite a Banca Examinadora será preliminarmente indeferido.

9.12. Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

9.13. Se houver alteração, por força de impugnações, de gabarito oficial preliminar de item integrante de provas, essa alteração valerá para todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. A inexatidão das afirmativas essenciais para a participação do candidato no certame, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo Simplificado, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade de declaração. Somente na hipótese de informações passíveis de correção é que será oportunizado ao candidato pleitear a sua regularização, mediante requerimento específico destinado ao órgão executor do Processo Seletivo.

10.2. O candidato será convocado para a realização da **Comprovação de Requisitos e Apresentação de Atestado Médico** e submeter-se-á à apreciação em duas fases:

1ª Fase – Habilitação para o cargo, apresentando os seguintes documentos:

a) Cópia e Original para autenticação:

01. RG;

02. CPF;

03. Certidão de Nascimento ou Casamento;

04. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (dependentes comprovante);

05. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos

06. Cartão de vacinação (atualizada anti-tetânica, tríplice viral, hepatite B) Hepatite B apenas para aqueles até 39 anos.

07. Cartão Nacional de Saúde

08. Diploma (Registrado no Órgão Competente);

09. Comprovante de escolaridade (Histórico Escolar);

10. Título de eleitor;

08. Certidão de Quitação Eleitoral;

09. Comprovante de Estar Quite com o Serviço Militar (masculino);

10. Número de Inscrição no Pis/Pasep ou Declaração de que não possui número de contribuição;

11. Comprovante de escolaridade exigido para a posse;

12. Comprovante de residência;

13. Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

14. Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

15. Declaração de bens;

16. Certidão Negativa de antecedentes criminais fornecida pelo site do tribunal de justiça de Mato Grosso;

17. Número de RG e CPF dos pais;

18. Número da conta bancária do Banco do Brasil;

19. Foto 3X4 (atual, colorida);

20. Declaração de Bens e Valores que integram seu patrimônio.

21. Declaração para IRPF e salário família;

22. Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso.

23. Certidão Negativa de Débitos Municipais - CNDM;

24. CNH de categoria D ou superior, vigente, para o cargo de Motorista.

2ª Fase – Apresentação de atestado médico, firmado por profissional da área de medicina do trabalho ou da rede pública de saúde, de capacidade física e mental, apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase.

10.3. Considerado apto para o desempenho do cargo, nas duas fases previstas no subitem 10.2 deste Edital, o candidato será nomeado para o cargo por portaria municipal.

10.4. O candidato, após edição do Ato de Convocação, será contratado no prazo de até 15 (quinze) dias, fato que ocorrerá somente se o candidato for considerado apto para o desempenho do cargo nas duas fases previstas no subitem 10.2 deste Edital, sendo **vedada**, sob qualquer hipótese, a prorrogação do prazo.

10.4.1. A contar da data da contratação, o candidato investido no cargo público deverá iniciar o exercício de suas funções no prazo de até 05 (cinco) dias.

10.5. O candidato que por qualquer motivo não apresentar a documentação e exames exigidos na 1ª e 2ª fase de convocação, conforme subitem 10.2, perderá automaticamente o direito à investidura.

10.6. Os candidatos aprovados e classificados de acordo com o estabelecido neste Edital serão chamados para a investidura no cargo, quando necessário, sendo-lhes assegurado o direito subjetivo de nomeação até o fim do prazo de validade do certame, a qual, quando ocorrer, obedecerá rigorosamente à ordem de classificação.

10.7. A aprovação no Processo Seletivo fica condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade e das vagas que necessariamente forem surgindo.

10.7.1. Será constituído Cadastro de Reserva, que no interesse exclusivo da administração, será aproveitado na medida em que forem surgindo novas vagas para contratação, no limite do prazo de validade do Processo Seletivo.

10.8. A Administração Municipal definirá, a seu critério, sobre as áreas para o exercício das funções inerentes aos cargos disponibilizados neste Edital, podendo o candidato nomeado ser lotado tanto na zona urbana quanto rural.

10.9. A validade deste Processo Seletivo Simplificado é de 01 (um) ano, contados da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Prefeito Municipal.

10.10. A homologação do Processo Seletivo poderá ser efetuada por um único cargo, por alguns cargos ou pelo conjunto de cargos constantes do presente Edital, a critério da Administração Municipal.

10.11. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e telefone junto a Prefeitura Municipal de Poxoréu, enquanto estiver participando do Processo Seletivo Simplificado, se aprovado, mediante correspondência a ser enviada para o Setor de Recursos Humanos do Órgão. Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização do seu endereço.

10.12. A inscrição implicará, por parte do candidato, conhecimento e aceitação das normas contidas neste Edital.

10.13. A organização, aplicação, correção e elaboração das provas ficarão exclusivamente a cargo do CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXOREU – ESCOLA DE GOVERNO e Comissão Organizadora, e os pareceres referentes a recursos serão efetuados em conjunto com a Comissão de Coordenação e Acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado.

10.14. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, ou até a data da convocação dos candidatos para a prova correspondente, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso publicado, a ser afixado no quadro de avisos da Prefeitura Municipal ou no site www.poxoreu.mt.gov.br

10.15. A Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT e a Comissão Organizadora do Processo Seletivo, se eximem das despesas com viagens e hospedagens dos candidatos em quaisquer das fases do certame seletivo, mesmo quando alteradas datas previstas no cronograma inicial, reaplicação de qualquer fase, inclusive de provas**.**

10.16. O candidato aprovado e classificado no Processo Seletivo poderá desistir, definitivamente ou temporariamente.

10.16.1. A desistência deverá ser efetuada mediante requerimento endereçado ao Secretário de Administração, até o dia útil anterior à data da contratação.

10.16.2. No caso de desistência temporária, o candidato renunciará a sua classificação e passará a posicionar-se em último lugar na listagem oficial dos classificados no certame seletivo, aguardando nova convocação, que pode ou não vir a efetivar-se no período de vigência do certame seletivo em tela.

10.16.3. O candidato classificado que for contratado por período inferior a doze meses, ao final do término de seu contrato, será reclassificado como último candidato da lista de classificação de seu cargo, podendo ser novamente contratado após a convocação de todos os classificados anteriores, sendo vedada a reclassificação por mais de uma vez.

10.17. Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Processo Seletivo.

10.18. Quaisquer alterações nas regras fixadas neste Edital só poderão ser feitas por meio de Edital de retificação.

10.19. Incorporar-se-á a este Edital, para todos os efeitos, quaisquer editais complementares, retificações, avisos e convocações, relativo a este Processo Seletivo, que vierem a ser publicado pelo CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXOREU – ESCOLA DE GOVERNO, com aquiescência da Prefeitura Municipal de Poxoréu e Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado.

10.20. Decorridos 120 (cento e vinte) dias da homologação do Processo Seletivo e não se caracterizando óbice administrativo ou legal, é facultada a fragmentação de todos os registros escritos, mantendo-se, entretanto, durante o período de validade, os registros eletrônicos a eles referentes.

10.21. Todos os casos omissos ou duvidosos que não tenham sido expressamente previstos no presente Edital serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado constituída por ato do Prefeito, assessorados pelo CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXOREU – ESCOLA DE GOVERNO, organizadora do Processo Seletivo**.**

10.22. Todos os horários fixados no presente edital serão os de Poxoréu.

10.23. Toda a publicação referente ao Processo Seletivo Simplificado estará disponível na Prefeitura Municipal de Poxoréu, (Avenida Brasília, 809 – Bairro Jardim das Américas – Poxoréu/MT).

10.24. O prazo de impugnação deste edital será de 01 (um) dia corridos a partir da sua data de publicação.

10.25. Faz parte deste Edital os anexos: Anexo I – Conteúdo Programático; Anexo II – Modelos de Formulário para Recurso; Anexo III – Cronograma do Processo Seletivo.

ANEXO I – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO
Apoio Educacional I – 40 Horas – Não-profissionalizado (Nutrição Escolar – Merendeira)
Apoio Educacional I – 40 Horas – Não-profissionalizado (Vigilante)
Apoio Educacional I – 40 Horas – Não-profissionalizado (Monitor de Creche)
Apoio Educacional I – 20 Horas – Não-profissionalizado (Monitor de Creche)
Apoio Educacional II – 30 Horas – Não-profissionalizado (Estrutura e Meio Ambiente)
Agente Educacional – 40 Horas – Não-profissionalizado (Motorista – Zona RURAL)
Agente Educacional – 40 Horas – Não-profissionalizado (Motorista – Zona URBANA)
Agente Educacional – 40 Horas – Não-profissionalizado (Mecânico)
Técnico Educacional I – 30 Horas – Não-profissionalizado (Administração Escolar)

PORTUGUÊS PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO MÉDIO E TÉCNICO: Leitura, compreensão, interpretação, gênero, objetivo e meio de circulação de textos diversos (dentre outros, charges, notícias, tirinhas, cartuns, anúncios, reportagens, contos, fábulas, anúncios, artigos científicos e de opinião...); Classes de palavras (flexões, classificações e emprego); Pontuação (classificação e emprego); Frase (classificações); Período (termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios da oração); Períodos compostos por coordenação e subordinação (classificações); Orações reduzidas; Concordância verbal e nominal; Regência verbal e nominal; Denotação e conotação; Figuras de linguagem; Vícios de linguagem; Pontuação; Novo acordo ortográfico.

ESPECÍFICA PARA O cargo de TÉCNICO EDUCACIONAL I; APOIO EDUCACIONAL I (NUTRIÇÃO ESCOLAR E VIGILANTE); APOIO EDUCACIONAL II (ESTRUTURA E MEIO AMBIENTE); AGENTE EDUCACIONAL (MOTORISTA E MECÂNICO):Relações interpessoais. Postura e atendimento ao público. Redação oficial: características e tipos. Serviços públicos: conceitos, elementos de definição, princípios, classificação. Atos e contratos administrativos. Lei 8666/93 e suas alterações e complementações. Lei Complementar Nº 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal. Noções Básicas de Relações Humanas no Trabalho. Código de Ética do Servidor Público (Decreto 1171/94). Noções de atendimento ao público: organização pessoal e agenda. Boas maneiras e apresentação pessoal. Informática: Sistema Operacional Windows XP, 7 (seven) e GNU/LINUX, Conhecimento sobre o pacote Microsoft Office 2003 e 2007 (Word, Excel, PowerPoint), Internet, Anti-vírus. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988 e suas atualizações. (EC nº 19 e 20).

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE AGENTE EDUCACIONAL I (MONITOR DE CRECHE 40 e 20HRS): cuidar e educar nas diferentes faixas etárias da Educação Infantil; Ajudar no desenvolvimento da criança em cada etapa da Educação Infantil; Planejar a prática educativa e a efetividade na Educação Infantil; Praticar atividades lúdicas na Educação Infantil; Praticar várias linguagens no cotidiano da Educação Infantil.

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR
Professor 30 Horas (Pedagogia e Normal Superior – ZONA URBANA E RURAL)
Técnico Educacional II – 40 Horas (Nutricionista)

PORTUGUÊS PARA TODOS OS CARGOS DE ENSINO SUPERIOR: Leitura, compreensão, interpretação, gênero, objetivo e meio de circulação de textos diversos (dentre outros, charges, notícias, tirinhas, cartuns, anúncios, reportagens, contos, fábulas, anúncios, artigos científicos e de opinião...); Classes de palavras (flexões, classificações e emprego); Pontuação (classificação e emprego); Frase (classificações); Período (termos essenciais, termos integrantes e termos acessórios da oração); Períodos compostos por coordenação e subordinação (classificações); Orações reduzidas; Concordância verbal e nominal; Regência verbal e nominal; Denotação e conotação; Figuras de linguagem; Vícios de linguagem; Pontuação; Novo acordo ortográfico.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE PROFESSOR (PEDAGOGIA OU NORMAL SUPERIOR): Organização do trabalho pedagógico, alfabetização e letramento; A mediação do professor e a sua importância para a evolução da aprendizagem do aluno da Educação Infantil e do Ensino Fundamental; Aprendizagem por meio de atividades lúdicas; O cuidado e educação nas diferentes faixas etárias da Educação Infantil; Eixos norteadores da Educação Infantil: as brincadeiras e as interações; Desenvolvimento da criança em cada etapa da Educação Infantil; Múltiplas linguagens no cotidiano da Educação Infantil; A importância da efetividade na relação professor/aluno; A avaliação do processo de ensino e aprendizagem na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

ESPECÍFICA PARA O CARGO DE TÉCNICO EDUCACIONAL II (Nutricionista): Princípios Básicos de Nutrição: digestão, absorção e metabolismo dos macro e micronutrientes. Nutrição nas diferentes fases do ciclo vital: gestação, aleitamento materno, lactação, infância, adolescência, fase adulta e velhice. Prescrição Dietética: Planejamento de cardápios e Adequação Nutricional. Dietoterapia em condições clínicas específicas: doenças carenciais, doenças metabólicas, doenças cardiovasculares, obesidade e magreza, hipertensão, diabetes mellitus, hepatopatias, nefropatias, distúrbios do trato digestório, câncer, AIDS. Atenção ambulatorial e domiciliar. Indicadores e diagnóstico do estado nutricional. Avaliação bioquímica. Avaliação nutricional individualizada. Recomendações e necessidades de nutrientes. Aconselhamento nutricional. Terapia nutricional enteral. Higiene e Segurança Alimentar: APPCC. Microbiologia de Alimentos. Contaminação dos Alimentos. Toxicologia Alimentar. Administração e Gerenciamento em UANs: Compra, Armazenamento e Estoque. Análise de custos. Padronizações e Rotinas. Dimensionamento, Recrutamento, Seleção e Capacitação de RH. Aspectos epidemiológicos em carências nutricionais (desnutrição, hipovitaminose A, anemia ferropriva, Cárie dental) e doenças crônicas não transmissíveis (diabetes, obesidade, dislipidemia). Indicadores e intervenções. Programas de Assistência à Saúde da Criança e da Mulher. Avaliação nutricional em coletividades. Nutrição na promoção da saúde. Políticas e programas de alimentação e nutrição: Programa Nacional de Alimentação Escolar, Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Nutrição e sua relação com a saúde da Comunidade. Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. Educação Nutricional. SUS: Organização dos serviços de saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde: princípios, diretrizes e controle social. Organização da gestão, financiamento e legislação do SUS. Saúde complementar. Planejamento e programação local de saúde. Políticas Nacionais na área da saúde: Política Nacional de Atenção Básica; Política Nacional de Saúde Ambiental; Política Nacional de Humanização, Política Nacional de Promoção da Saúde. Epidemiologia e Indicadores de Saúde. Sistemas de Informação em Saúde. Vigilância epidemiológica e Doenças de Notificação Compulsória. Educação em saúde.

ANEXO II – MODELO DE FORMULÁRIO PARA RECURSO

_____, ___ de _____ de _____.

À

Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público

Prefeitura Municipal de Poxoréu – MT

Ref: Recurso Administrativo – Processo Seletivo Público Edital nº 003/2017.

Recurso objetiva:

Marque abaixo o tipo de recurso:

( ) Inscrições (erro na grafia do nome) Inscrições (omissão do nome)

( ) Inscrições (Erro no nº de inscrição) Inscrições (erro no nº da identidade)

( ) Inscrições (erro na nomenclatura do cargo)

( ) Local, sala, data e horário de prova (erro no local e/ou data; erro na data e/ou horário)

( ) Gabarito da Prova Objetiva de Múltipla Escolha (erro na resposta divulgada)

( ) Realização da Prova Prática, se houver

( ) Resultado (erro na pontuação e/ou classificação)

( ) Qualquer outra decisão proferida no certame. Especificar _____

O candidato, abaixo qualificado, vem, respeitosamente, apresentar suas razões de recurso, nos termos abaixo:

Nome do candidato: _____

Número de Inscrição: _____ Concorrente ao cargo de: _____

Razões de recurso:

_____

_____

_____

_____

Atenciosamente,

ANEXO III – CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

Data	Horário	Evento	Local
19.12.2017	16h00min	Publicação da íntegra do Edital	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/MT e **www.poxoreu.mt.gov.br** (lançamento na AMM)
20/12/2017 à 22/12/2017 E 27/12/2017 à 29/12/2017	Das 13:00h às 17:00h	Período de Inscrições PRESENCIALMENTE dos candidatos ao Processo Seletivo Simplificado	Escolas Municipais de Poxoréu

09/01/2018	09h00min	Divulgação da relação de inscrições	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/ MT e diário oficial do Município e site da Prefeitura
09/01/2018	09h00min	Divulgação da Planilha indicando o local e horário de realização das Provas Objetivas de Múltipla Escolha	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/ MT e diário oficial do Município e site da Prefeitura
14.01.2018	08:00h às 12:00h	Realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha	**Local**: Escola Estadual João Pedro Torres – Prova Objetiva
15.01.2018	09h00min	Divulgação dos gabaritos preliminares da Prova Objetiva de Múltipla Escolha	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/ MT, Diário oficial da AMM e site da Prefeitura
16.01.2018	Das 07:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h	Prazo para recursos frente ao Gabarito Preliminar	----------
17.01.2018	16h00min	Divulgação do resultado dos recursos interpostos com apresentação de Gabarito definitivo	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/ MT e diário oficial dos Municípios e site da Prefeitura
18/01/2018	16h00min	Classificação geral preliminar, contendo notas das provas objetivas e títulos	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/ MT e diário oficial dos Municípios e site da Prefeitura
19/01/2018	Das 07:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h	Prazo para recursos frente à Lista Classificatória Preliminar	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/ MT e diário oficial dos Municípios e site da Prefeitura
22/01/2018	16h00min	Divulgação do Resultado Final Definitivo apto à homologação pelo Prefeito e parecer dos recursos sobre o Resultado Geral Preliminar	Quadro de avisos da Prefeitura de Poxoréu/ MT e diário oficial dos Municípios e site da Prefeitura
23/01/2018	----------	HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO	DECRETO – Saguão da Prefeitura Municipal e diário oficial dos Municípios

Paço Municipal, Dr. Joaquim Nunes rocha, Poxoréu, 18 de dezembro de 2017.

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 056/2017

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/ 0001-73 e a Empresa V & R CONSULTORIA E ASSESSORIA PÚBLICA E PRIVADA LTDA - ME, CNPJ n.º 22.951.055/0001-10

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AUXILIAR A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NO DIAGNÓSTICO, ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO ARTICULADA (PAR), MONITORAMENTO E ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO JUNTO AO FNDE.

DA ASSINATURA: 18/10/2017

DO VALOR: R$ 20.940,00 (vinte mil novecentos e quarenta reais).

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 10 (dez) meses..

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e a Empresa **V & R CONSULTORIA E ASSESSORIA PÚBLICA E PRIVADA LTDA - ME.**

GABINETE
PORTARIA GP N.º 115/2017.

DATA: 15 DE DEZEMBRO DE 2017

"DISPÕE *SOBRE A, AVERBAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO DA SERVIDORA MARIA RAIMUNDA PEREIRA DE SOUZA AMORIM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "*

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira-MT, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

Considerando os artigos 126 e 127 da Lei nº. 336, de 06 de novembro de 2002, que dispõe sobre a Reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso e suas autarquias e Fundações e dá outras providências,

R E S O L V E:

ART. 1° - Averbar o tempo de contribuição, conforme a CTC: INSS Nº 10001110.1.00062/17-4**,** paraa servidora **MARIA RAIMUNDA PEREIRA DE SOUZA AMORIM**, portadora do RG n.º 0761351-2 SEJUSP/MT e do CPF n.º 395.631.621-53, servidora efetiva, no cargo PROFESSOR, CLASSE C, REFERENCIA 09, lotado na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO, **conforme processo Administrativo de Averbação nº 001/2017**.

ART. 2º **-** Certificamos que a Servidora em epígrafe conta de efetivo exercício o tempo líquido **1.442 dias**, correspondendo a **03 anos 11 meses e 15 dias**

ART. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

REYNALDO FONSECA DINIZ

Prefeito Municipal

Sandro Mariel da Silva Freitas

Secretário Municipal de Administração

HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E,

CONSIDERANDO o disposto no art. 43, VI, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a licitação, por **INEXIGIBILIDADE** por estar de acordo com a legislação em vigor.

Art. 2º - Adjudicar a empresa FREDERICO SOUSA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, a execução do objeto licitado, cujo valor global estimado perfaz R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

Art. 3º - Determinar à Secretaria de Finanças as providências cabíveis para o cumprimento do presente termo.

Art. 4º - Determinar ao serviço de Orçamento e Contabilidade a emissão do respectivo Empenho e Ordem de Pagamento.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – MT, 06 de dezembro de 2017.

REYNALDO FONSECA DINIZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 048/2016

PROCESSO N.º 25/2016 PREGÃO PRESENCIAL N.º 17/2016

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Empresa **STAF SISTEMAS LTDA - EPP,** inscrita no CNPJ sob nº 07.941.056/0001-90

DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Cláusula Quarta – Da Vigência e Extensão

A vigência do contrato será acrescida de mais (oito) meses, passando a expirar no dia 13/06/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTAMENTO DO PREÇO

Em conseqüência deste Termo Aditivo, o presente contrato será aditivado por igual valor.

DATA DA ASSINATURA: 13 de outubro de 2017.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal e **STAF SISTEMAS LTDA – EPP.**

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 066/2015

PROCESSO Nº 05/2015 – PREGÃO PRESENCIAL N.º 23/2015

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a empresa **ILTON ALVES DE JESUS - MEI**, CNPJ nº 20.695.296/0001-10

CLÁUSULA PRIMEIRA – **ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

O presente contrato terá seu prazo de vigência acrescido de 03 (três) meses, passando a expirar no dia 31/12/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO DA CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR CONTRATUAL

Em conseqüência deste Termo Aditivo, o valor do presente será acrescido de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), passando ao valor global de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais)

DA ASSINATURA: 02/10/2017

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e a empresa **ILTON ALVES DE JESUS - MEI**

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 064/2017

PROCESSO Nº 032/2017– PREGÃO PRESENCIAL N.º 16/2017

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Empresa CARLITO GONÇALVES FERREIRA - MEI, CNPJ n.º 28.559.778/0001-54.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR.

DA ASSINATURA: 23/10/2017

DO VALOR: R$ 16.500,00 (dezesseis mil e quinhentos reais)

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 50 (cinquenta) dias letivos.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e a Empresa **CARLITO GONÇALVES FERREIRA - MEI**

GABINETE
PORTARIA N. 114/2017

DATA: 12 DE DEZEMBRO DE 2017

"CREDENCIA SERVIDORA PÚBLICA NA FUNÇÃO DE FISCAL AMBIENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

Considerando, o poder cumulativo amparado pela Constituição Federal, no Art 23º e incisos III, VII e VIII.

Constituição Federal 1988

...

Art. 23° É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

...

III - Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos

...

VI - Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora.

"

R E S O L V E:

Art. 1º - Credenciar a servidora Maria Jose Martins Abreu, brasileira, Agente Ambiental, portadora da Cedula de Identidade 783599 SSP/MT e Inscrita no CPF/MF sob nº 003.115.571-55, residente e domicilada neste municipio, para a **FUNÇÃO DE FISCAL AMBIENTAL**.

Art. 2° - A Servidora credenciada será investida do Poder de Polícia, podendo para tanto, notificar, autuar e praticar todos os demais atos administrativos previstos em Lei, em desfavor dos infratores.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 10 DE FEVEREIRO DE 2017.

REYNALDO FONSECA DINIZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 058/2017

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Empresa JACOBSEN & PRATES LTDA - ME, CNPJ n.º 28.092.213/0001-00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA, CONSULTORIA E AUXÍLIO NA ELABORAÇÃO DE RESPOSTA AO TCE/MT NOS AUTOS N.º 8.252-0/2016

DA ASSINATURA: 19/10/2017

DO VALOR: R$ 12.000,00 (doze mil reais)

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será até 20/12/2017.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e a Empresa **JACOBSEN & PRATES LTDA – ME.**

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 055/2017

PROCESSO Nº 034/2017 – ADESÃO N.º 05/2017

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Empresa **AGRODATA INFORMÁTICA EIRELI - ME**, CNPJ nº 06.853.262/0001-85

OBJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARES INTEGRADOS DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA..

DA ASSINATURA: 17/10/2017

DO VALOR: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)**.**

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será até 17/10/2018.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e a Empresa **AGRODATA INFORMÁTICA EIRELI – ME**

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO N.º 057/2017

PARTES: Município de Ribeirão Cascalheira – MT, CNPJ 24.772.113/0001-73 e a Empresa JUVENAIDE SOARES MIRANDA - MEI, CNPJ n.° 28.776.416/0001-15.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE GERAÇÃO, AVALIAÇÃO E PROTOCOLIZAÇÃO DE TODAS AS CARGAS DO APLIC PARA O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO.

DA ASSINATURA: 03/10/2017

DO VALOR: R$ 6.000,00 (seis mil reais)**.**

DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 03 (três) meses.

ASSINAM: Reynaldo Fonseca Diniz – Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira e a Empresa **JUVENAIDE SOARES MIRANDA - MEI**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 058/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado através do Decreto nº 1.269/GAB/PMR de 12 de Janeiro de 2017, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente ao procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 058/2017**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 115/2017, cujo Objeto:**"Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Uniformes para atender as necessidades das Escolas Municipais e Secretarias"**, sagrou-se vencedora de todos os itens licitados a empresa: Francisco Elizandro Gonçalves Borges-MEI, CNPJ: 18.623.625./0001-75, com a Proposta no valor total e global da licitação de R$ 46.918,00 (quarenta e seis mil e novecentos e dezoito reais).

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 19 de Dezembro de 2017.

Edimar Ricarte

Pregoeiro

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 062/2017 2º ATO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado através do Decreto nº 1.269/GAB/PMR de 12 de Janeiro de 2017, **TORNA PÚBLICO** para o conhecimento dos interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos para Habilitação referente ao procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 062/2017**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 120/2017, cujo Objeto:**"Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços e Aquisição de peças e acessórios destinados a manutenção das Motocicletas pertencentes a esta Municipalidade"**, sagrou-se vencedora de todos os itens licitados a empresa: Cleidivaldo Ribeiro Alves-MEI, CNPJ: 17.769.765.0001-93, com a Proposta no valor total e global da licitação de R$ 47.806,50 (quarenta e sete mil e oitocentos e seis reais e cinquenta centavos).

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 19 de Dezembro de 2017.

Edimar Ricarte

Pregoeiro

CHEFE DE GABINETE
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

(Art. 26, caput, da Lei nº 8.666/93)

- Processo Administrativo nº 0160/2017-SEMUSA.

- Modalidade de Licitação: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº081/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de dedetização interna e externa na unidade básica de saúde e limpeza hospitalar em geral.

ORGÃO: Secretaria Municipal de Saúde.

CONTRATADO: AMAZON ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-ME -CNPJ Nº 07.510.958/0001-71.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito do Município de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto no Art. 70 da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando que, por ato nosso, foi realizada a Dispensa da Licitação pelo Pregoeiro com a empresa:**AMAZON ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-ME -CNPJ Nº 07.510.958/0001-71,** endereço comercial na Rua: Triangulo Mineiro, nº 1463, Bairro: Nova Brasília, Ji- Paraná/RO, CEP: 76.908-426, mantidas as mesmas condições do Edital de DL nº 081/

2017-PMR, sendo que apresentou proposta de preços do item, totalizando de R$ 7.640,00 (fls.29,30 e 31) e Mapa de Resultado de fls. 55.

RATIFICO a Dispensa de Licitação com fundamento no Art. 26 da Lei nº 8.6663/93, realizada com fundamento no inc. II, do Art. 24, da mesma lei, tendo como objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de dedetização interna e externa na unidade básica de saúde e limpeza hospitalar em geral

Com a empresa**:** AMAZON ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA-ME -CNPJ Nº 07.510.958/0001-71, em conformidade com o Edital de DL nº 081/2017-PMR e no valor Global de R$ 7.640,00 (Sete mil e seiscentos e quarenta e reais).

Promova-se a publicação desta ratificação, nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93.

Rondolândia – MT, 19 de Dezembro de 2017.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 196/2017 SALÁRIO- MATERNIDADE

PORTARIA N.º 196/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de SALÁRIO- MATERNIDADE à servidora Sra. **KEILA MARIA DE SANTANA."**

O (A) Secretário Municipal de Administração, de ROSÁRIO-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 25 da Lei Municipal nº. 975/2004, que rege a previdência municipal;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **SALÁRIO-MATERNIDADE, a** servidora Sra. KEILA MARIA DE SANTANA, SOLTEIRO(A), portadora do RG n.º 20238118, SSP/MT e do CPF n.º 029.851.851-14, residente e domiciliada a RUA 4, S/N, NOSSA SRA. DA PIEDADE - ROSARIO OESTE/MT, EFETIVO(A), no cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, lotada na PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT, devidamente matriculada sob o n.º 30294, com vencimentos integrais, a partir de **25.10.2017** e com término em **21.02.2018,** conforme processo administrativo do ROSÁRIO-PREVI, n.º 2017.08.00055P.

Art. 2º A remuneração da parcela inerente ao término do benefício, da servidora supra citada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quatro doze avos) do total de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

ROSARIO OESTE - MT, 19/12/2017.

OSNIL CONRADO DA COSTA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 163 & 164 - AGOSTO DE 2017.

Extrato de contrato nº 163/2017.

Objeto prestação de serviços de Professor de educação firmado entre a prefeitura municipal de Rosário Oeste - MT e a Sra Patrícia Moraes da Silva, para os fins que especifica.

04 meses

Valor R$ 5.112,00

Patrícia Moraes da Silva

Contratada

João Antonio da Silva Balbino

Contratante

Rosário Oeste/MT, 01 de Agosto de 2017.

Extrato de Contrato nº 164/2017.

Objeto prestação de serviços de Professor de educação firmado entre a prefeitura municipal de Rosário Oeste - MT e a Sra Conceição de Paula Gomes, para os fins que especifica.

04 meses

Valor R$ 5.112,00

Conceição de Paula Gomes

Contratada

João Antonio da Silva Balbino

Contratante

Rosário Oeste/MT, 14 de Agosto de 2017.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA RESCISÃO AO CONTRATO Nº 93/2017

EXTRATO DA RESCISÃO AO CONTRATO Nº 93/2017

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO GUARDA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES PERTINENTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

JOAO MIGUEL DE OLIVEIRA GUASSU

CONTRATADO

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO - PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE - MT, 01 DE AGOSTO DE 2017.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º193/2017 AUXÍLIO-DOENÇA

PORTARIA N.º193/2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA ao (a) servidor(a) Sr(a). **KATIA CILENE ALVES PEREIRA."**

A Secretária Municipal de Administração, de ROSÁRIO-PREVI - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 14 da Lei Municipal nº. 975/2004 que rege a previdência municipal; Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA**, ao(a) servidor(a) Sr(a). **KATIA CILENE ALVES PEREIRA**, CASADO(A), portador(a) do RG n.º 7529554, SSP/MT e do CPF n.º 496.855.541-53, residente e domiciliado(a) a RUA JOAQUIM MURTINHO, N.º 495, S/N, CENTRO - ROSARIO OESTE/MT, servidor(a) EFETIVO(A), no cargo de **PROFESSOR**, lotado(a) na PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE- MT, devidamente matriculado(a) sob o n.º 148, com vencimentos integrais, a partir de **01.12.2017** e término em **01.01.2018**. Conforme processo administrativo do ROSÁRIO-PREVI, n.º 2017.05.00053P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Registre-se, publique-se, cumpre-se.

ROSÁRIO OESTE - MT, 19/12/2017.

OSNIL CONRADO DA COSTA

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 192/2017 BENEFÍCIO DE PENSÃO POR MORTE

PORTARIA N.º 192/2017

*"**"Dispõe sobre a concessão do benefício de Pensão por morte em favor da **Sra. Elazir Ferreira de Jesus** em decorrência do falecimento do servidor inativo **Sr. Vitor de Jesus."***

O Secretário Municipal de Administração de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos pressupostos contidos no art. 40, § 7º, inciso I da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c art. 7º, inciso I, art. 27, inciso I, art. 29, inciso I e art. 31, § 1º, inciso V, alínea "c", item 6 da Lei Municipal nº 975/2004, que institui o Regime Próprio de Previdência do Município de Rosário Oeste/MT, alterada pela Lei Municipal nº 1.463/2016;

Resolve:

Art. 1º. CONCEDER o benefício **Pensão Por Morte**, em decorrência do falecimento do **SR. VITOR DE JESUS**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 743.462 SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº 229.463.141-20, servidor aposentado, no cargo de Operador de Maquinas, Classe "A", lotado na Secretaria Municipal de Transporte, conforme acórdão TCE nº 1.973/2007, o equivalente a 100% (cem por cento) e de forma vitalícia, em favor da **SRA. ELAZIR FERREIRA DE JESUS,** brasileiro, viúva, portador da cédula de Identidade nº 535372 SSP/MT, CPF sob nº 345.441.781-34, conforme processo administrativo do **ROSARIO-PREVI** sob **nº. 2017.07.00054P**, **a partir de 15.10.2017, data de óbito, até posterior deliberação.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de **15 de outubro de 2017**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Rosário Oeste/ MT, 19 de Dezembro de 2017.

OSNIL CONRADO DA COSTA

Secretário Municipal de Administração

Homologo:

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DE JULGAMENTO

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017

OBJETO: "Seleção de melhor proposta objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição futura e fracionada de Materiais/itens de Construção em atendimento as Secretarias Municipais da Prefeitura de Salto do Céu – MT"; do tipo **MENOR PREÇO/ITEM,** conforme discriminado no Termo de Referência **ANEXO I**, deste Edital, por um período de 12 meses.

RESULTADO DE JULGAMENTO

A Prefeitura de Salto do Céu, através de sua Pregoeira Oficial torna público a todos os interessados, cidadãos ou licitantes, que participou do certame licitatório supramencionado as empresas **JOSIAS DOS SANTOS COMERCIO – ME CNPJ: 03.694.786/0001-82**, com o valor total de todos os itens em R$ 869.146,36 (oitocentos e sessenta e nove mil, cento e quarenta e seis reais e trinta e seis centavos); e **COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-ME CNPJ: 26.579.029/0001-63,** com o valor total de todos os itens em R$ 132.017.50 (cento e trinta e dois mil, dezessete reais e cinquenta centavos); ambas vencedoras de itens deste certame com relação e valor unitário de cada item relacionados no relatório final emitido pelo Sistema COTAÇÃO, anexo ao procedimento

Maiores informações com a CPL.

Salto do Céu – MT, 18 de Dezembro de 2017.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044-2017

CONTRATANTE: Município de Santa Cruz do Xingu-MT. CONTRATADA: SUPERMERCADO AMANDA LTDA – ME, CNPJ nº 03.889.414/0001-01. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DE CONSUMO NA MERENDA ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT. Valor global: R$ 5.205,78. Vigência: de 14 de dezembro de 2017 até 31 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 074/2017 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

SÚMULA: INSTITUI A COBRANÇA DE TAXA DE SERVIÇOS SOBRE ATIVIDADES DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O Município, através dos seus órgãos competentes, conjuntamente com os órgãos federais e estaduais, exercerá o controle das atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços e outras fontes de qualquer natureza que produzam ou possam produzir alterações adversas ao meio ambiente.

Art. 2º. As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive os órgãos e entidades da Administração Pública que vierem a construir, instalar, ampliar e funcionar estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão do prévio licenciamento **quando de sua competência**, ou do órgão ambiental responsável, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

Art. 3º. O Município emitirá as seguintes licenças, de caráter obrigatório:

I. Licença Prévia (LP): concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental, devendo ser observados os planos municipais, estaduais e federais de uso dos recursos naturais e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II. Licença de Instalação (LI): autorizará a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes;

III. Licença de Operação (LO): concedida após cumpridas todas as exigências feitas por ocasião da expedição da LI, autorizando o inicio do empreendimento ou atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle ambiental, de acordo com o previsto na Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI);

IV. Licença de Operação Provisória (LOP): será concedida na forma do regulamento, estabelecendo as condições de realização ou operação do em-

preendimento, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou para execução de obras que não caracterizem instalações permanentes. Caso o empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra de caráter temporário passe a configurar situação permanente, será exigido o licenciamento ambiental correspondente;

Art. 4º. Ficam estabelecidos os prazos de validade de cada tipo de licença, observando o cronograma apresentado pelo empreendedor e os limites máximos de:

I. Licença Prévia: mínimo de 03 (três) anos e máximo de 04 (quatro) anos;

II. Licença de Instalação: mínimo de 03 (três) anos e máximo de 05 (cinco) anos;

III. Licença de Operação: mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

IV. Licença de Operação Provisória: máximo de 03 (três) anos;

Art. 5º. A renovação da licença de operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até manifestação definitiva do Município.

Art. 6º. O Município, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

I. Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II. Omissão ou falsa descriminação de informações relevantes que subsidiariam a expedição da licença;

III – Superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Art. 7º. A licença ambiental também poderá ser cancelada, mediante requerimento do empreendedor, o qual informará a paralisação das atividades desenvolvidas. O requerimento deverá ser instruído com o Plano de Desativação, o qual conterá:

I. A **situação ambiental existente;**

II. **Informações quanto à implementação de medidas de restauração e de recuperação da qualidade ambiental das áreas que serão desativadas ou desocupadas.**

III. **O órgão competente deverá analisar o Plano de Desativação, verificando a adequação das propostas apresentadas.**

IV. Após a restauração e/ou recuperação da qualidade ambiental, o empreendedor deverá apresentar relatório final, acompanhado das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica, atestando o cumprimento das normas estabelecidas no Plano de Desativação.

Art. 8º. Quando a expedição de Licença de Instalação (LI) envolver a supressão da cobertura vegetal, ou remoção da fauna, a autorização de desmatamento e de resgate da fauna será concedida pelo órgão ambiental responsável pela expedição da respectiva licença.

Art. 9º. Quando ocorrer alteração da razão social ou denominação social, demais alteração contratual da empresa relativa aos sócios ou aquisição do empreendimento com a constituição de nova empresa do local, poderão ser emitidas as licenças ambientais existentes em nome do novo favorecido, com o prazo de validade da licença anterior, desde que não seja alterada a atividade, ampliado as estruturas ou alterado o Plano de Controle Ambiental do empreendimento, precedida de vistoria técnica no local.

I. Quando ocorrer os fatos previstos no *caput* em processos em andamento em que as licenças não foram emitidas deverá ser apresentado os documentos administrativos e técnicos da nova empresa, sendo aproveitadas as taxas pagas.

Art. 10. A Licença Prévia e Licença de Instalação poderão ser renovadas uma única vez.

Art. 11. A análise dos processos de licenciamento ambiental será realizada por servidores de nível superior designado por portaria ou por técnicos com nível superior que prestem serviços a órgãos ou entidades vinculadas ao Município por meio de termo de parceria e ou cooperação.

Art. 12. As Licenças Ambientais serão concedidas somente mediante parecer técnico favorável.

Art. 13. Os responsáveis técnicos deverão possuir cadastro com validade de 01 (um) ano.

Art. 14. Os estudos necessários aoprocesso de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, a expensas do empreendedor.

Parágrafo único. O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigoserão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais.

Art. 15. O empreendedor deverá atender à solicitação de esclarecimentos, complementações formuladas pela equipe técnica, dentro do prazo máximo de 120 dias, a contar do recebimento do oficio de pendências ou notificação.

I. O prazo estipulado no caput poderá ser prorrogado, desde que justificado e com a concordância do empreendedor e do órgão ambiental.

II. O não cumprimento dos prazos estipulados nos artigos no *caput* sujeitará ao arquivamento do processo de licenciamento ambiental.

III. O arquivamento do processo de licenciamento não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença, mas mediante novo pagamento de taxas.

Art. 16. Poderão ser solicitados documentos adicionais que sejam pertinentes para andamento da análise do projeto de licenciamento ambiental, bem como a solicitação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e o respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) em empreendimentos que geram mudanças significativas nas proximidades da sua localização.

Art. 17. Os pedidos de licenciamento serão objetos de publicação em jornal local e Diário Oficial.

Art. 18. Os empreendimentos que desenvolvem atividades não enquadradas naquelas passíveis de licenciamento ambiental poderão solicitar a dispensa do licenciamento ambiental mediante procedimento administrativo, para emissão da respectiva declaração com validade de 02 anos.

Art. 19. O município emitirá a Autorização Municipal de Exploração Mineral com validade de 02 anos para fins de processo de registro de licença junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Art. 20. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a cobrar pelos serviços de análise, inspeção e vistoria, para fins de licenciamento, dos empreendimentos e atividades que utilizem recursos ambientais, observados os parâmetros definidos nos Anexos desta Lei Complementar.

Art. 21. A arrecadação advinda dos serviços cobrados por esta lei constituirá receita do Fundo Municipal de Meio Ambiente, e será destinada para fazer frente às despesas de custeio, investimentos, ações, programas, projetos, atividades e equipamentos necessários à execução da Política Municipal de Meio Ambiente.

Art. 22. Para efetivação do protocolo de processos de licenciamento ambiental é indispensável o pagamento das respectivas taxas.

Art. 23. Ficam isentas do pagamento de taxas de licenciamento ambiental todas as atividades desenvolvidas pelo Poder Público Municipal e entidades filantrópicas.

Art. 24. Fica *assegurado o desconto de 50% (cinquenta por cento) no pagamento da taxa de Licença Prévia – LP e Licença de Instalação – LI aos empreendimentos que possuam como atividade principal os serviços de*

lavagem, lubrificação e polimento de veículos, popularmente denominados de lava-jato.

Art. 25. Entendem-se como a área construída utilizada para o cálculo da taxa de licenciamento ambiental disposta nos Anexos I a VI todas as edificações do empreendimento incluindo as áreas administrativas e não produtivas.

Art. 26. Esta Lei será regulada, no que couber, por meio de Decreto do Poder Executivo Municipal.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra

SETOR ADMINISTRATIVO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 011/2017 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

Súmula: "DECRETA RECESSO ADMINISTRATIVO PÚBLICO DA CAMARA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Senhor JOÃO FRANCISCO BATISTELA Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, **Estado do Mato Grosso no uso das suas atribuições Legais, resolve emitir o seguinte Decreto Legislativo:**

Art. 1º - Fica decretado recesso administrativo público da câmara municipal dia 22 de dezembro de 2017 até 07 de janeiro de 2017, na câmara municipal de Santa Rita do Trivelato – MT, em razão da comemoração das festas de natal e ano novo, e também do fechamento do exercício, excetuando-se os serviços administrativos, que por sua natureza se fizerem necessários.

Art. 2º - O atendimento ao público será até o dia 21 de dezembro de 2017.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Santa Rita do Trivelato, Aos 19 de Dezembro de 2017.

JOÃO FRANCISCO BATISTELA

Presidente

Registre-se e Publique-se

Afixe no mural da Câmara

Na Data Supra de 19.12.2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0343/2017 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

PORTARIA Nº 0343/2017

DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA MATERNIDADE DA SERVIDORA ELIENE RIBEIRO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida licença maternidade da servidora **ELIENE RIBEIRO DA SILVA,** portadora do RG nº: 1.299.657-2 SSP/MT e inscrita no CPF nº: 944.977.531-15, efetiva no cargo de Zeladora, lotada na secretaria Municipal de Saúde, sendo assim fica afastada no período de: 19/12/2017 à 17/06/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

LEI MUNICIPAL Nº 576/2017 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

SÚMULA: ***AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT A PARTICIPAR DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE/MEDICAMENTOS E SERVIÇOS* – CONSUSMT *–E A RATIFICAR O PROTOCOLO DE INTENÇÕES FIRMADO ENTRE OS MUNICÍPIOS DE ACORIZAL; ÁGUA BOA; ALTA FLORESTA; ALTO ARAGUAIA; ALTO BOA VISTA; ALTO GARÇAS; ALTO PARAGUAI; ALTO TAQUARI; APIACÁS; ARAGUAIANA; ARAGUAINHA; ARAPUTANGA; ARENÁPOLIS; ARIPUANÃ; BARÃO DE MELGAÇO; BARRA DO BUGRES; BARRA DO GARÇAS; BOM JESUS DO ARAGUAIA; BRASNORTE; CÁCERES; CAMPINÁPOLIS ; CAMPO NOVO DO PARECIS; CAMPO VERDE; CAMPOS DE JÚLIO; CANABRAVA DO NORTE; CANARANA; CARLINDA; CASTANHEIRA; CHAPADA DOS GUIMARÃES; CLÁUDIA; COCALINHO; COLÍDER; COLNIZA; COMODORO; CONFRESA; CONQUISTA D'OESTE; COTRIGUAÇU; CUIABÁ; CURVELÂNDIA; DENISE; DIAMANTINO; DOM AQUINO; FELIZ NATAL; FIGUEIRÓPOLIS D'OESTE; GAÚCHA DO NORTE; GENERAL CARNEIRO; GLÓRIA D'OESTE; GUARANTÃ DO NORTE; GUIRATINGA; INDIAVAÍ; IPIRANGA DO NORTE; ITANHANGÁ; ITAÚBA; ITIQUIRA; JACIARA; JANGADA; JAURU ; JUARA; JUÍNA; JURUENA; JUSCIMEIRA; LAMBARI D'OESTE; LUCAS DO RIO VERDE; LUCIARA; MARCELÂNDIA; MATUPÁ; MIRASSOL D'OESTE; NOBRES; NORTELÂNDIA; NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO; NOVA BANDEIRANTES; NOVA BRASILÂNDIA; NOVA CANAÃ DO NORTE; NOVA GUARITA; NOVA LACERDA; NOVA MARILÂNDIA; NOVA MARINGÁ; NOVA MONTE VERDE; NOVA MUTUM; NOVA NAZARÉ; NOVA OLÍMPIA; NOVA SANTA HELENA; NOVA UBIRATÃ; NOVA XAVANTINA; NOVO HORIZONTE DO NORTE; NOVO MUNDO; NOVO SANTO ANTÔNIO; NOVO SÃO JOAQUIM; PARANAÍTA; PARANATINGA; PEDRA PRETA; PEIXOTO DE AZEVEDO; PLANALTO DA SERRA; POCONÉ; PONTAL DO ARAGUAIA; PONTE BRANCA; PONTES E LACERDA; PORTO ALEGRE DO NORTE; PORTO DOS GAÚCHOS; PORTO ESPERIDIÃO; PORTO ESTRELA; POXORÉU; PRIMAVERA DO LESTE; QUERÊNCIA; RESERVA DO CABAÇAL; RIBEIRÃO CASCALHEIRA; RIBEIRÃOZINHO; RIO BRANCO; RONDOLÂNDIA; RONDONÓPOLIS; ROSÁRIO OESTE; SALTO DO CÉU; SANTA CARMEM; SANTA CRUZ DO XINGU; SANTA RITA DO TRIVELATO; SANTA TEREZINHA; SANTO AFONSO; SANTO ANTÔNIO DO LESTE; SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER; SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA; SÃO JOSÉ DO POVO; SÃO JOSÉ DO RIO CLARO; SÃO JOSÉ DO XINGU; SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS; SÃO PEDRO DA CIPA; SAPEZAL; SERRA NOVA DOURADA; SINOP; SORRISO; TABAPORÃ; TANGARÁ DA SERRA; TAPURAH; TERRA NOVA DO NORTE; TESOURO; TORIXORÉU; UNIÃO DO SUL; VALE DE SÃO DOMINGOS; VÁRZEA GRANDE; VERA; VILA BELA SANTÍSSIMA TRINDADE; VILA RICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.***

O **SENHOR EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a formalizar a participação do Município de Santa Rita do Trivelato – MT no Consórcio Intermunicipal de Saúde/Medicamentos e Serviços , denominado **CONSUSMT** ", ratificando o Protocolo de Intenções, firmado em 10 de julho de 2017 entre os municípios de Acorizal; Água Boa; Alta Floresta; Alto Araguaia; Alto Boa Vista; Alto Garças; Alto Paraguai; Alto Taquari; Apiacás; Araguaiana; Araguainha; Araputanga; Arenápolis; Aripuanã; Barão de Melgaço; Barra do Bugres; Barra do Garças; Bom Jesus do Araguaia; Brasnorte; Cáceres; Campinápolis ; Campo Novo do Parecis; Campo Verde; Campos de Júlio; Canabrava do Norte; Canarana; Carlinda; Castanheira; Chapada dos Guimarães; Cláudia; Cocalinho; Colíder; Colniza; Comodoro; Confresa; Conquista D'Oeste; Cotriguaçu; Cuiabá; Curvelândia; Denise; Diamantino; Dom Aquino; Feliz Natal; Figueirópolis D'Oeste; Gaúcha do Norte; General Carneiro; Glória D'Oeste; Guarantã do Norte; Guiratinga; Indiavaí; Ipiranga do Norte; Itanhangá; Itaúba; Itiquira; Jaciara; Jangada; Jauru ; Juara; Juína; Juruena; Juscimeira; Lambari D'Oeste; Lucas do Rio Verde; Luciara; Marcelândia; Matupá; Mirassol D'Oeste; Nobres; Nortelândia; Nossa Senhora do Livramento; Nova Bandeirantes; Nova Brasilândia; Nova Canaã do Norte; Nova Guarita; Nova Lacerda; Nova Marilândia; Nova Maringá; Nova Monte verde; Nova Mutum; Nova Nazaré; Nova Olímpia; Nova Santa Helena; Nova Ubiratã; Nova Xavantina; Novo Horizonte do Norte; Novo Mundo; Novo Santo Antônio; Novo São Joaquim; Paranaíta; Paranatinga; Pedra Preta; Peixoto de Azevedo; Planalto da Serra; Poconé; Pontal do Araguaia; Ponte Branca; Pontes e Lacerda; Porto Alegre do Norte; Porto dos Gaúchos; Porto Esperidião; Porto Estrela; Poxoréu; Primavera do Leste; Querência; Reserva do Cabaçal; Ribeirão Cascalheira; Ribeirãozinho; Rio Branco; Rondolândia; Rondonópolis; Rosário Oeste; Salto do Céu; Santa Carmem; Santa Cruz do Xingu; Santa Rita do Trivelato; Santa Terezinha; Santo Afonso; Santo Antônio do Leste; Santo Antônio do Leverger; São Félix do Araguaia; São José do Povo; São José do Rio Claro; São José do Xingu; São José dos Quatro Marcos; São Pedro da Cipa; Sapezal; Serra Nova Dourada; Sinop; Sorriso; Tabaporã; Tangará da Serra; Tapurah; Terra Nova do Norte; Tesouro; Torixoréu; União do Sul; Vale de São Domingos; Várzea Grande; Vera; Vila Bela Santíssima Trindade; Vila Rica, com a finalidade de instituir o Consórcio Público Intermunicipal de Saúde/Medicamentos e serviços – CONSUSMT –, sob a forma de Associação Civil, com personalidade jurídica de direito privado com base na Lei nº 11.107/2015, Decreto nº 6.017/2007 assim como as leis nº 13.019/2014 e nº 13.204/2015 – Leis das Organizações Civis.

Parágrafo único. Constitui objeto do presente Protocolo de Intenções a cooperação entre os partícipes a gestão associada de saúde com a finalidade específica de operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica por meio da aquisição e distribuição de medicamentos, insumos, equipamentos e serviços com destinação exclusiva à população usuária do Sistema Único de Saúde nos municípios de Mato Grosso.

Art. 2º. O Estatuto do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso – CONSUSMT – disporá sobre à organização e o funcionamento de cada um dos seus órgãos constitutivos.

Art. 3º. Os entes consorciados poderão ceder servidores públicos ao Consórcio, na forma e condições da legislação de cada um.

Art. 4º. O valor dos recursos financeiros, quando necessários para o cumprimento do contrato de rateio e ou para outro instrumento jurídico permitido pela gestão associada de serviços do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso – CONSUSMT – previsto no art. 8º, da Lei nº 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/2007, deverão estar consignados em rubrica específica nas Leis Orçamentárias em vigência.

§ 1º. O contrato de rateio será formalizado em cada exercício financeiro e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam.

§ 2º. É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º. Os entes Consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio Público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/2000, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes Consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente Consorciado na conformidade com os elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

§ 5º. Poderá ser excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em nas suas Leis Orçamentárias futuras ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Art. 5º Para atender as despesas, decorrentes da execução da presente Lei, serão utilizados recursos provenientes da dotação orçamentária, constante no orçamento vigente.

Art. 6º. A retirada do ente consorciado do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante na Assembleia Geral, na forma previamente disciplinada no Protocolo de Intenções do Consórcio Público Intermunicipal de Sistema Único de Saúde do Estado de Mato Grosso – CONSUSMT.

Parágrafo único. Os bens destinados ao Consórcio Público pelo consorciado que se manifesta formalmente a intenção de destituir-se do Consórcio, somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou alienação.

Art. 7º. A alteração ou extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela Assembleia Geral, ratificado mediante lei por todos os entes Consorciados.

Art. 8º. Aplica-se ao Consórcio Público o disposto na Constituição Federal, Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005, Decreto nº 6.017/2007, de 17 de janeiro de 2007 e a Lei nº 13.019/2014 e Lei nº 13.204/2015.

Art. 9º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra

LEI MUNICIPAL Nº 575/2017 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR CONTRATO DE RATEIO COM O CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **SENHOR EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Ratifica-se a participação do Município de Santa Rita do Trivelato, no Consórcio Público de Saúde do Vale do Teles Pires, pessoa jurídica de direito público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o nº 23.019.551/0001-00, conforme os

termos da Primeira Alteração do Protocolo de Intenções, de 31 de agosto de 2016.

Art. 2º. Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a firmar Contrato de Rateio com o Consórcio Público de Saúde do Vale do Teles Pires, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 23.019.551/0001-00, com sede na Rua Blumenau, nº 500, Bairro Jardim Amazônia, na Cidade de Sorriso - MT.

§ 1º. O Contrato de Rateio que se refere o caput deste artigo será firmado no início de cada exercício, e conterá:

I. O valor correspondente à cota de participação do Município nas despesas administrativas do Consórcio;

II. O valor destinado pela administração municipal para a contratação de serviços médicos e casa de Apoio, conforme a necessidade do Município e disponibilidade orçamentária.

III. O valor destinado pela administração municipal para a aquisição de medicamentos, materiais médicos e odontológicos através do Consórcio, conforme a necessidade do Município e disponibilidade orçamentária.

§ 2º. As parcelas referentes ao contrato de rateio terão vencimento todo dia 10 de cada mês.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias da saúde.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra

LEI MUNICIPAL Nº 574/2017 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS NORMAS PARA UTILIZAÇÃO E SOBRE A COBRANÇA PELO USO DO AUDITÓRIO DO CENTRO DE EVENTOS E DA PRAÇA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **SENHOR EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Esta lei visa normatizar a utilização, funcionamento e a cobrança pelo uso de patrimônio Municipal denominado **"CENTRO DE EVENTOS",** localizado na Avenida 28 de Dezembro, Centro, no Município de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo Único – O patrimônio público mencionado no *caput* deste artigo fica vinculado o seu gerenciamento a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º. O Centro Municipal de Eventos tem por finalidade o desenvolvimento socioeconômico do Município de Santa Rita do Trivelato - MT, destinando-se à realização de eventos, especificamente os abaixo elencados:

I – área educacional;

II – área cultural;

III – eventos religiosos;

IV – eventos técnicos promovidos por entidades de classes;

V – eventos políticos;

VI – eventos ligados aos Poderes do Legislativo e do Judiciário;

VII - eventos privados com fins especificamente empresariais;

VIII - casamentos, aniversários, formaturas, batizados ou festividades similares.

IX – eventos realizados por associações devidamente legalizadas;

X – eventos com finalidade social ou de interesse público.

Art. 3º. O espaço destinado à realização de eventos será constituído de 02 (duas) áreas distintas, assim denominadas:

I – Área 01 - denominado de "Auditório do Centro de Eventos";

II – Área 02 - denominada de "Praça dos Pioneiros";

CAPÍTULO II

DA UTILIZAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS

Art. 4º. A utilização do Centro de Eventos fica restrita aos eventos estabelecidos no art. 2º deste Projeto de Lei, e obedecerão normatização própria prevista em Decreto do Poder Executivo.

Art. 5º. Não será permitida qualquer forma de utilização do Centro de Eventos que importe em descumprimento de normas jurídicas, violação de direitos ou que atentem à moral e aos bons costumes.

Art. 6º. O Interessado na utilização do Centro de Eventos deverá realizar requerimento para Secretaria Municipal de Administração, pedido este que deverá estar acompanhado dos seguintes documentos:

I – Cópia do RG e do CPF, se pessoa física;

II – Cópia do CNPJ, Inscrição Estadual e Cópia do Contrato Social, se pessoa jurídica;

III – Projeto do evento, com respectivos layout e regulamento;

IV – Em caso de shows, cópia do contrato firmado com o artista e/ou empresário;

Art. 7º. No projeto do evento, mencionado no inciso III do artigo anterior, deverão constar as seguintes informações:

I – Denominação do evento;

II – Período da realização com os itens de pré-evento (destinado à preparação), evento (tempo de uso) e pós-evento (desmontagem), com indicação rigorosa dos horários de utilização;

III – O espaço a ser locado (Auditório e/ou Praça);

IV – O número estimado de participantes;

V – Finalidade;

VI – Bilheteria, se aplicável.

§1º. Considera-se como layout, a planta baixa de disposição de todo e qualquer maquinário e equipamento utilizado para a realização do evento, bem como a identificação de pontos de energia.

§2º. O regulamento deverá conter normas básicas de funcionamento da atividade retromencionada contendo os comportamentos permitidos e proibidos, sanções aplicáveis e indicação dos responsáveis pela segurança.

§3º. A solicitação, devidamente instruída com documentação especificadas no art. 6º e 7º, deverá ser protocolada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do evento.

Art. 8º. A Secretaria Municipal de Administração terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis para deliberar sobre a oportunidade e conveniência do agendamento.

Parágrafo único - O prazo descrito no caput será suspenso sempre que a Secretaria Municipal de Administração, requerer informações complementares àquelas apresentadas.

Art. 9º. Deferido o agendamento, o mesmo será efetivado mediante o recolhimento e pagamento da Taxa junto ao Departamento de Tributação do Município de Santa Rita do Trivelato - MT.

CAPÍTULO III

DA TAXA PELA UTILIZAÇÃO

Seção I Do pagamento

Art. 10. A utilização do Centro de Eventos, se concretiza com o recolhimento, com antecedência de mínima de 07 (sete) dias da data do evento, da Taxa pela Utilização, prevista no art. 9º.

Art. 11. O valor das taxas pela utilização será diversificada e variável de acordo com o dia, evento e área utilizada, conforme disposto no Anexo I da presente Lei.

§1º. Será permitida a cobrança à título de taxa de reserva, com a finalidade específica de garantir a data agendada, valor este correspondente ao montante de 30% (trinta por cento) do valor estabelecido a título de taxa pela utilização, entretanto caso o agendamento realizado não seja concretizado com o pagamento do complemento da referida taxa definitiva, todo processo será cancelado e não haverá restituição da taxa de reserva.

§2º. No caso de pagamento da taxa de reserva e posterior interesse no pagamento da taxa pela utilização, o interessado deverá solicitar nova Guia junto ao Departamento de Tributação, que emitirá a Taxa pela Utilização com base no valor total pela utilização, deduzido o valor pago a titulo de taxa de reserva.

§3º. Os recursos oriundos da Taxa de Reserva e Taxa de Utilização serão destinados para Conta Específica e sua finalidade será exclusiva para manutenção e investimento do Centro de Eventos e da Praça dos Pioneiros.

Seção II Da Isenção

Art. 12. As Associações, Igrejas e entidades de classe com as devidas documentações exigidas, terão direito de utilizar das áreas mencionadas no art. 3º, sem a cobrança de Taxa de Utilização, nos casos de utilização de até 02 (duas) vezes ao ano.

§1º. A isenção de taxas a que se refere o *caput* deste artigo, se refere exclusivamente aos valores de locação, cabendo ao Requerente que utilizar o espaço locado, recolher uma taxa referente à limpeza.

§2º. Nos casos que ultrapassarem o limite de utilização previsto no *caput* deste artigo, será cobrado, na quantidade excedente, os valores previstos na tabela dos respectivos locais disponíveis.

§3º. Não será permitida a isenção das taxas de utilização, no caso de eventos que sejam cobrados bilheteria.

Art. 13. As solicitações de isenção de taxas de locação por parte de organizações sociais e instituições serão previamente analisadas pela Administração Municipal.

Art. 14. Os eventos promovidos no Centro de Eventos pelos órgãos da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, da Câmara Municipal e dos demais entes federativos, estão isentos de qualquer taxa prevista nesta lei, inclusive da taxa de limpeza.

CAPÍTULO IV

DAS NORMAS ESPECIAIS

Art. 15. Fica estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias que antecedem ao evento requerido, como sendo o prazo máximo para que o responsável pela solicitação do espaço junto ao Centro de Eventos apresente à Secretaria Municipal de Administração os seguintes documentos:

I – Comprovante do recolhimento das taxas aplicáveis, quando exigível;

II – Autorização dos Órgãos correlatos ao evento, conforme sua natureza:

a) Anotação de Responsabilidade Técnica - ART; b) Guia de Recolhimento do ECAD; c) Comprovante de Recolhimento de tributos; d) Autorização do Corpo de Bombeiros; e) Notificação às Policias Civil e Militar, no que couber; f) Notificação à Vara da Infância e Juventude, Ministério do Trabalho, Ministério Público e/ou Órgãos competentes; g) Certidão Negativa de Tributos Municipais.

§1º. Quando tratar-se de eventos promovidos por Órgãos Públicos, será firmado “Termo de Compromisso”.

§2º. Quando tratar-se de eventos promovidos por terceiros, será firmado o “Termo de Autorização de Uso”.

§3º. A ausência de qualquer documento especificado no Regulamento supra, implicará em cancelamento dos Termos relacionados nos parágrafos anteriores e, consequentemente, no cancelamento da utilização do Centro de Eventos.

§4º. Se o evento organizado for cancelado, suspenso ou interrompido, independentemente da motivação, não haverá a devolução das taxas recolhidos, ficando o ressarcimento dos danos causados a terceiros sob a responsabilidade do promotor do evento.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. Em hipótese alguma será permitida a transferência da Autorização de Uso do Centro de Eventos.

Parágrafo único. Em caso de descumprimento do disposto no caput, a Secretaria Municipal de Administração revogará a Autorização de Uso já emitida.

Art. 17. O promotor do evento será responsável pela recuperação de todo e qualquer dano ao patrimônio público, devendo restituir o espaço locado nas mesmas condições de antes da utilização.

Parágrafo único. Em caso de recusa da recuperação de eventuais danos provocados pela realização do evento, o promotor do evento ficará impedido de utilizar o espaço nos próximos 05 (cinco) anos seguintes, sem prejuízo das sanções judiciais legais à que estarão sujeitas.

Art. 18. O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar a presente lei, mediante Decreto.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra

ANEXO I

DAS TAXAS PELA UTILIZAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS

ESPAÇOS DO CENTRO DE EVENTOS E PERÍODOS DE UTILIZAÇAO (Matutino Vespertino e Noturno).

TABELA DE VALORES DA TAXA DE UTILIZAÇÃO - AUDITÓRIO DO CENTRO DE EVENTOS							
SEGMENTO EVENTOS	**SEGUNDA (2017)**	**TERÇA (2017)**	**QUARTA (2017)**	**QUINTA (2017)**	**SEXTA (2017)**	**SÁBADO (2017)**	**DOMINGO (2017)**
ANIVERSÁRIOS, CASAMENTOS, FORMATURAS (COLAÇÃO DE GRAU, BAILES E JANTAR DANÇANTE)	75 UFM	75 UFM	75 UFM	75 UFM	90 UFM	90 UFM	75 UFM
BATIZADOS, CULTOS, ENCONTROS RELIGIOSOS	40 UFM	40 UFM	40 UFM	40 UFM	40 UFM	50 UFM	40 UFM
APRESENTAÇÕES CULTURAIS, PROMOÇÕES MUSICAIS E ARTISTICAS	35 UFM	35 UFM	35 UFM	35 UFM	35 UFM	40 UFM	35 UFM
EVENTOS CORPORATIVOS, RELIGIOSOS, POLÍTICOS E SOCIAIS	50 UFM	50 UFM	50 UFM	50 UFM	50 UFM	60 UFM	50 UFM
EVENTOS EDUCACIONAIS, PALESTRAS, EVENTOS DE INTERESSE PÚBLICO	30 UFM	30 UFM	30 UFM	30 UFM	30 UFM	35 UFM	30 UFM

TABELA DE VALORES DA TAXA DE UTILIZAÇÃO	PRAÇA DOS PIONEIROS
ESPAÇO UTILIZADO – ATÉ 100 M2	10 UFM
ESPAÇO UTILIZADO – ATÉ 300 M2	20 UFM
ESPAÇO UTILIZADO – ATÉ 500 M2	30 UFM
ESPAÇO UTILIZADO – SUP. A 500 M2	50 UFM

DESCRITIVO	VALOR
Taxa Mínima	**10 UFM**
Taxa de Limpeza	**20 UFM**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 076/2017 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA ALÍNEA "C" DO INCISO II DO ARTIGO 365 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 062/2014, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterada a redação da alínea "C" do inciso II do artigo 365 da Lei Complementar Municipal nº 062/2014, de 19 de dezembro de 2014, a qual terá a seguinte redação:

"Art. 365". [...]

II – [...]

c) de 06 (seis) a 48 (quarenta e oito) parcelas mensais e sucessivas sem descontos, expressas em moeda corrente, nos vencimentos indicados na notificação de lançamento, observando-se, entre o pagamento de uma e outra prestação, o intervalo de 30 (trinta) dias."

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 075/2017 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

SÚMULA: ALTERA OS ARTS. 322 E 324 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 062/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica alterado o inciso I do artigo 322, da Lei Complementar Municipal nº 062/2014 – Código Tributário do Município, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ÁREA CONSTRUÍDA	ALÍQUOTA	DEDUÇÃO
a) até 70,00 m²	0,2 UFM por m²	0,00 UFM
b) de 70,01 a 150,00 m²	0,5 UFM por m²	21,00 UFM
c) de 150,01 a 300,00 m²	0,7 UFM por m²	51,00 UFM
d) acima de 300,01 m²	1,0 UFM por m²	141,00 UFM

Fórmula: (ÁREA CONSTRUÍDA em m² x ALÍQUOTA em UFM) – DEDUÇÃO em UFM = VALOR DA TAXA em UFM.

Art. 2º. Fica alterado o artigo 324, da Lei Complementar Municipal nº 062/2014 – Código Tributário do Município, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 324**. O pagamento da taxa de coleta de lixo poderá ser efetuado em até 12 (doze) parcelas mensais, contanto que o valor da parcela não seja inferior a 5,0 (cinco) UFM, em fatura própria.*

***Parágrafo Único.** Caso o contribuinte deseje, poderá requerer o pagamento em número menor de parcelas, contanto que compareça ao Departamento de Tributos e expresse tal vontade, momento que lhe será entregue tantas faturas quantas parcelas o contribuinte escolher."*

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

PORTARIA PREVIMSA N.º 006/2017

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade ao servidor **Sr. Valdivino Vieira Bertoldo**."*

O Secretário Municipal de Administração e Planejamento do Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, §1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, c/c Art. 12, inciso III, alínea "b" da Lei Municipal n.º 331, de 10/10/2012, que Reestrutura o regime próprio de previdência social no Município, Lei Complementar nº 011 de 12/12/2011 que Institui e organiza a Carreira dos Servidores do Poder Executivo do Município de Santo Afonso, Lei Municipal nº 309 de 12/12/2011, *Dispõe sobre a Reestruturação Organizacional do Poder Executivo Municipal de Santo Afonso, cria, transforma, extingue e dá nova denominação aos cargos de provimento efetivo* e Decreto Municipal nº 003 de 18/01/2017 que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e da outras providencias;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício de Aposentadoria por Idade ao **Sr. Valdivino Vieira Bertoldo**, brasileiro, portador do RG n.º 0136877-0 SEJUSP/MT e inscrito no CPF n.º 276.703.681-87, servidor Efetivo, no cargo de Ajudante de Serviços Gerais – 40 horas, Classe "A", Nível "07", contando com 21 (vinte e um) anos, 08 (oito) meses e 28 (vinte e oito) dias de tempo de contribuição, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, devidamente matriculado sob o nº 73, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, conforme processo administrativo do **PREVIMSA** n.º 2017.02.00013P, a partir de 01/12/2017 até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos legais a **01 de dezembro de 2017**, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Santo Afonso/MT, 14 de dezembro de 2017.

FAGNER MOREIRA DA CUNHASecretário municipal de Administração e Planejamento

Homologo:

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

AVISO DE RESULTADO PROCESSO ADMINISTRATIVO 083/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017 - SRP

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 083/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017 - SRP

O Município de Santo Antônio do Leverger, através da sua Pregoeira Oficial, torna público o **RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 028/2017 *COTA RESERVADA 25% EXCLUSIVA PARA ME EPP;* Registro de preço para futura e/ou eventual para aquisição de equipamentos e material consumo hospitalar para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde** da Prefeitura de Santo Antonio de Leverger-MT**,** observado as especificações contidas no Termo de Referência deste edital e em seus anexos. Na sessão pública realizada no dia 11 de dezembro de 2017 as 08:00 hrs. Nesta, sagrou-se vencedora as empresas; **LP COM.REP.E PREST. DE SERVIÇOS LTDA-EPP,** inscrita no CNPJ sob o n° 10.832.896/0001-**29,** ***ITEM 240***com o valor de R$ 4,79; ***ITEM 243*** com o valor de R$6,52; ***ITEM 244***com o valor de R$ 8,71; ***ITEM 245***com o valor de R$ 8,71; ***ITEM 246***com o valor de R$ 8,71; ***ITEM 247***com o valor de R$ 10,20; **,** ***ITEM 248***com o valor de R$ 8,70; **,** ***ITEM 249***com o valor de R$ 10,20; ***ITEM 251***com o valor de R$ 8,79; ***ITEM 252***com o valor de R$ 2,55; ***ITEM 253***com o valor de R$ 3,19; ***ITEM 254***com o valor de R$ 2,55; ***ITEM 255***com o valor de R$ 3,19; ***ITEM 258***com o valor de R$ 183,00; ***ITEM 259***com o valor de R$ 6,31; ***ITEM 260***com o valor de R$ 7,59; ***ITEM 261***com o valor de R$ 9,59; ***ITEM 262***com o valor de R$ 12,79; ***ITEM 263***com o valor de R$ 575,00; ***ITEM 264***com o valor de R$107,13; ***ITEM 265***com o valor de R$83,19; **,** ***ITEM 266***com o valor de R$ 83,19; ***ITEM 266***com o valor de R$ 83,19; ***ITEM 268***com o valor de R$ 87,00; ***ITEM 269***com o valor de R$ 79,90; ***ITEM 272***com o valor de R$ 5,91; ***ITEM 273***com o valor de R$ 5,59; ***ITEM 286***com o valor de R$ 15,99; ***ITEM 287***com o valor de R$ 1,19; ***ITEM 288***com o valor de R$ 15,50; ***ITEM 289***com o valor de R$ 18,15; ***ITEM 290***com o valor de R$ 18,15; ***ITEM 291***com o valor de R$ 18,15; ***ITEM 292***com o valor de R$ 18,15; ***ITEM 295***com o valor de R$ 6,39; ***ITEM 300***com o valor de R$ 47,90; ***ITEM 304***com o valor de R$ 41,59; ***ITEM 305***com o valor de R$ 19,19; ***ITEM 306***com o valor de R$ 1,13; ***ITEM 307***com o valor de R$ 6,39; ***ITEM 308***com o valor de R$ 1,15; ***ITEM 311***com o valor de R$ 6,39; ***ITEM 312***com o valor de R$ 6,39; ***ITEM 313***com o valor de R$ 151,00; ***ITEM 314***com o valor de R$ 151,00; ***ITEM 315***com o valor de R$ 20,31; ***ITEM 316***com o valor de R$ 18,79; ***ITEM 317***com o valor de R$ 47,19; ***ITEM 321***com o valor de R$ 1,19; ***ITEM 328***com o valor de R$ 7,35; ***ITEM 329***com o valor de R$ 6,23; ***ITEM 330***com o valor de R$ 1,59; ***ITEM 331***com o valor de R$ 1,27; ***ITEM 332***com o valor de R$ 1,03; ***ITEM 346***com o valor de R$ 3,19; ***ITEM 347***com o valor de R$ 3,35; ***ITEM 348***com o valor de R$ 4,79; ***ITEM 349***com o valor de R$ 46,30; ***ITEM 351***com o valor de R$ 7,11; ***ITEM 358***com o valor de R$ 2,79; ***ITEM 360***com o valor de R$ 19,90; ***ITEM 361***com o valor de R$ 19,90; ***ITEM 366***com o valor de R$ 4,79; ***ITEM 367***com o valor de R$ 32,15; ***ITEM 368***com o valor de R$ 32,15; ***ITEM 369***com o valor de R$ 32,15; ***ITEM 370***com o valor de R$ 32,15; ***ITEM 371***com o valor de R$ 32,15; ***ITEM 372***com o valor de R$ 32,15; ***ITEM 373***com o valor de R$ 32,15; ***ITEM 378***com o valor de R$ 22,23; ***ITEM 386***com o valor de R$ 33,83; ***ITEM 388***com o valor de R$ 7,19; ***ITEM 389***com o valor de R$ 391,00; ***ITEM 391***com o valor de R$ 9,50; ***ITEM 392***com o valor de R$ 9,53; ***ITEM 393***com o valor de R$ 0,30; ***ITEM 394***com o valor de R$ 0,22; ***ITEM 395***com o valor de R$ 0,17; ***ITEM 396***com o valor de R$ 0,38; ***ITEM 397***com o valor de R$ 23,90; ***ITEM 401***com o valor de R$ 0,30; ***ITEM 405***com o valor de R$ 0,68; ***ITEM 410***com o valor de R$ 0,71; ***ITEM 414***com o valor de R$ 0,70; ***ITEM 415***com o valor de R$ 0,71; ***ITEM 416***com o valor de R$ 0,73; ***ITEM 417***com o valor de R$ 0,77; ***ITEM 430***com o valor de R$ 26,07; ***ITEM 431***com o valor de R$ 12,60; ***ITEM 432***com o valor de R$ 16,79; ***ITEM 433***com o valor de R$16,79; ***ITEM 434***com o valor de R$ 20,79; ***ITEM 436***com o valor de R$ 15,19; ***ITEM 438***com o valor de R$ 12,71; ***ITEM 439***com o valor de R$ 7,99; ***ITEM 445***com o valor de R$ 5,35; ***ITEM 446***com o valor de R$ 5,35; ***ITEM 450***com o valor de R$ 20,15; ***ITEM 451***com o valor de R$ 30,23; ***ITEM 452***com o valor de R$ 27,75; ***ITEM 471***com o valor de R$ 472,51; ***ITEM 475***com o valor de R$ 52,15; ***ITEM 476***com o valor de R$ 104,15; ***ITEM 477***com o valor de R$ 156,23; ***ITEM 478***com o valor de R$ 12,71. ***ADILVAN COMERCIO E DISTRUIÇÃO LTDA-ME***, inscrita no CNPJ sob o n° 02.192.932/0001-09; ***ITEM 241***com o valor de R$ 9,51; ***ITEM 242***com o valor de R$ 44,19; ***ITEM 250***com o valor de R$ 6,39; ***ITEM 256***com o valor de R$ 11,21; ***ITEM 257***com o valor de R$ 183,00; ***ITEM 267***com o valor de R$ 87,00; ***ITEM 270***com o valor de R$ 18,06; ; ***ITEM 271***com o valor de R$ 6,14 ; ***ITEM 274***com o valor de R$ 30,91; ; ***ITEM 275***com o valor de R$ 86,69; ***ITEM 276***com o valor de R$ 170,84; ; ***ITEM 277***com o valor de R$ 173,39; ***ITEM 278***com o valor de R$ 173,39; ; ***ITEM 279***com o valor de R$ 173,39; ***ITEM 280***com o valor de R$ 0,97; ; ***ITEM 281***com o valor de R$ 0,97 ; ***ITEM 282***com o valor de R$ 0,97; ; ***ITEM 283***com o valor de R$ 0,97;; ***ITEM 284***com o valor de R$ 0,97; ***ITEM 285***com o valor de R$ 0,97 ; ***ITEM 293***com o valor de R$ 3,95; ; ***ITEM 294***com o valor de R$ 5,50; ***ITEM 297***com o valor de R$3,10; ***ITEM 298***com o valor de R$ 52,74; ***ITEM 301***com o valor de R$ 43,18; ***ITEM 302***com o valor de R$ 95,90 ; ***ITEM 303***com o valor de R$ 0,54; ***ITEM 309***com o valor de R$ 1,52; ***ITEM 310***com o valor de R$ 1,57;; ***ITEM 318***com o valor de R$ 16,14; ***ITEM 319***com o valor de R$ 1,18; ***ITEM 320***com o valor de R$ 1,99; ***ITEM 322***com o valor de R$ 0,24; ***ITEM 323***com o valor de R$ 0,24; ***ITEM 324***com o valor de R$ 0,24; ***ITEM 325***com o valor de R$ 0,24; ***ITEM 326***com o valor de R$ 0,24; ***ITEM327***com o valor de R$ 25,49; ***ITEM 333***com o valor de R$ 40,78; ***ITEM 334***com o valor de R$ 40,78; ***ITEM335***com o valor de R$ 40,78 ; ***ITEM 336***com o valor de R$ 40,78 ; ***ITEM 337***com o valor de R$ 40,78; ***ITEM 338***com o valor de R$ 40,78; ***ITEM 339***com o valor de R$ 100,47; ***ITEM 340***com o valor de R$ 100,46; ***ITEM 341***com o valor de R$100,46; ***ITEM 342***com o valor de R$ 100,46; ***ITEM 343***com o valor de R$ 100,46; ***ITEM 344***com o valor de R$103,60; ***ITEM 345***com o valor de R$ 103,60; ***ITEM 350***com o valor de R$ 1,21; ***ITEM 352***com o valor de R$ 110,49; ***ITEM 353*** com o valor de R$ 8,15; ***ITEM 354***com o valor de R$ 8,15; ; ***ITEM 355***com o valor de R$ 8,15; ***ITEM 356***com o valor de R$ 8,15; ***ITEM 357***com o valor de R$ 31,44; ***ITEM 359***com o valor de R$ 1,81 ***ITEM 365***com o valor de R$ 0,23;;***ITEM 374***com o valor de R$ 13,45;***ITEM 375***com o valor de R$ 93,49;***ITEM 376***com o valor de R$ 20,39;***ITEM 377***com o valor de R$ 20,39;***ITEM 379***com o valor de R$ 20,39;***ITEM 380***com o valor de R$ 1,79;***ITEM 381***com o valor de R$ 1,79;***ITEM 382***com o valor de R$ 1,79;***ITEM 383***com o valor de R$ 1,79;***ITEM 384***com o valor de R$ 1,79;***ITEM 385***com o valor de R$ 1,79;***ITEM 387***com o valor de R$ 56,06;***ITEM 390***com o valor de R$ 55,07;***ITEM 398***com o valor de R$ 0,22;***ITEM 399***com o valor de R$ 0,15;***ITEM 400***com o valor de R$ 0,18;***ITEM 402***com o valor de R$ 0,28;***ITEM 403***com o valor de R$ 0,51;***ITEM 404***com o valor de R$ 112,79;***ITEM 406***com o valor de R$ 0,73;***ITEM 407***com o valor de R$ 0,73;***ITEM 408***com o valor de R$ 0,75;***ITEM 409***com o valor de R$ 0,75;***ITEM 411***com o valor de R$ 1,09;***ITEM 412***com o valor de R$ 1,21;***ITEM 413***com o valor de R$ 1,43;***ITEM 418***com o valor de R$ 0,45;***ITEM 419***com o valor de R$ 0,45;***ITEM 420***com o valor de R$ 28,89;***ITEM 421***com o valor de R$ 28,89;***ITEM 422***com o valor de R$ 28,89;***ITEM 423***com o valor de R$ 28,89;***ITEM 424***com o valor de R$ 40,79;***ITEM 425***com o valor de R$ 28,89;***ITEM 426***com o valor de R$ 28,89;***ITEM 427***com o valor de R$ 28,89;***ITEM 428***com o valor de R$ 28,89;***ITEM 429***com o valor de R$ 47,79;***ITEM 435***com o valor de R$ 14,44;***ITEM 437***com o valor de R$ 0,75;***ITEM 440***com o valor de R$ 96,20;***ITEM 441***com o valor de R$ 159,50;***ITEM 442***com o valor de R$ 4,92;***ITEM 443***com o valor de R$ 4,92;***ITEM 444***com o valor de R$ 5,06;***ITEM 447***com o valor de R$ 5,43;***ITEM 448***com o valor de R$ 49,05;***ITEM 449***com o valor de R$ 176,99;***ITEM 453***com o valor de R$ 10,17;***ITEM 454***com o valor de R$ 10,17;***ITEM 455***com o valor de R$ 10,17;***ITEM 456***com o valor de R$ 29,52;***ITEM 457***com o valor de R$

29,52;***ITEM 458***com o valor de R$ 29,52;***ITEM 459***com o valor de R$ 29,52;***ITEM 460***com o valor de R$ 29,52;***ITEM 461***com o valor de R$ 29,52;***ITEM 462***com o valor de R$ 29,52;***ITEM 470***com o valor de R$ 67,85;***ITEM 472***com o valor de R$ 251,97;***ITEM 473***com o valor de R$ 308,51;***ITEM 474***com o valor de R$ 217,26.Santo Antônio do Leverger – MT, 12 de dezembro de 2017. Lidiane Batista de Rezende- Pregoeira Port. 008/GP/2017

AVISO DE RESULTADO PROCESSO ADMINISTRATIVO 083/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017 - SRP

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 083/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2017 - SRP

O Município de Santo Antônio do Leverger, através da sua Pregoeira Oficial, torna público o **RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 028/2017** ***COTA PRINCIPAL 75%;*** objetivando**Registro de preço para futura e/ou eventual para aquisição de equipamentos e material consumo hospitalar para manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Saúde** da Prefeitura de Santo Antonio de Leverger-MT**,** observado as especificações contidas no Termo de Referência deste edital e em seus anexos. Na sessão pública realizada no dia 11 de dezembro de 2017 as 8:00 hrs. Nesta, sagrou-se vencedora as ***empresasRINALDI & COGO LTDA*** inscrita no CNPJ sob o n° 07.269.677/0001-79 ***ITEM 01*** com o valor de R$ 4,60; ***ITEM 02*** com o valor de R$ 10,99; ***ITEM 03*** com o valor de R$ 45,00; ***ITEM 04*** com o valor de R$ 6,30; ***ITEM 05*** com o valor de R$ 8,40; ***ITEM 06*** com o valor de R$ 8,10; ***ITEM 07*** com o valor de R$ 8,15; ***ITEM 08*** com o valor de R$ 9,60; ***ITEM 14*** com o valor de R$ 3,10; ***ITEM 17*** com o valor de R$ 13,75; ***ITEM 20*** com o valor de R$ 6,30; ***ITEM 21*** com o valor de R$ 7,50; ***ITEM 22*** com o valor de R$ 9,50; ***ITEM 25*** com o valor de R$ 105,00; ***ITEM 28*** com o valor de R$ 87,00; ***ITEM 30*** com o valor de R$ 79,00; ***ITEM 31*** com o valor de R$ 20,70; ***ITEM 35*** com o valor de R$ 29,95; ***ITEM 36*** com o valor de R$ 84,90; ***ITEM 37*** com o valor de R$ 235,00; ***ITEM 38*** com o valor de R$ 235,00; ***ITEM 41*** com o valor de R$ 1,19; ***ITEM 44*** com o valor de R$ 1,03; ***ITEM 45*** com o valor de R$ 1,02; ***ITEM 48*** com o valor de R$ 1,19; ***ITEM 54*** com o valor de R$ 4,19; ***ITEM 55*** com o valor de R$ 5,50; ***ITEM 56*** com o valor de R$ 6,30; ***ITEM 58*** com o valor de R$ 4,39; ***ITEM 60*** com o valor de R$ 43,95; ***ITEM 61*** com o valor de R$ 46,95; ***ITEM 63*** com o valor de R$ 95,00; ***ITEM 65*** com o valor de R$ 40,00; ***ITEM 66*** com o valor de R$ 19,10; ***ITEM 73*** com o valor de R$ 6,38; ***ITEM 78*** com o valor de R$ 46,00; ***ITEM 81*** com o valor de R$ 1,96; ***ITEM 82*** com o valor de R$ 1,19; ***ITEM 84*** com o valor de R$ 0,25; ***ITEM 86*** com o valor de R$ 0,25; ***ITEM 88*** com o valor de R$ 26,00; ***ITEM 91*** com o valor de R$ 1,59; ***ITEM 92*** com o valor de R$ 1,27; ***ITEM 95*** com o valor de R$ 40,00; ***ITEM 96*** com o valor de R$ 40,00; ***ITEM 98*** com o valor de R$ 40,79; ***ITEM 100*** com o valor de R$ 99,99; ***ITEM 105*** com o valor de R$ 134,00; ***ITEM106*** com o valor de R$ 116,50; ***ITEM 108*** com o valor de R$ 3,35; ***ITEM 111*** com o valor de R$ 1,27; ***ITEM 114*** com o valor de R$ 9,50; ***ITEM 115*** com o valor de R$ 9,50; ***ITEM 118*** com o valor de R$ 34,99; ***ITEM 120*** com o valor de R$ 1,81; ***ITEM 128*** com o valor de R$ 32,00; ***ITEM 129*** com o valor de R$ 32,00; ***ITEM 130*** com o valor de R$ 32,00; ***ITEM 131*** com o valor de R$ 32,00; ***ITEM 132*** com o valor de R$ 32,00; ***ITEM 136*** com o valor de R$ 91,50 ; ***ITEM 138*** com o valor de R$ 22,20; ***ITEM 139*** com o valor de R$ 22,20; ***ITEM 141*** com o valor de R$ 1,83; ***ITEM 142*** com o valor de R$ 1,83; ***ITEM 143*** com o valor de R$ 1,83; ***ITEM 148*** com o valor de R$ 79,00; ***ITEM 151*** com o valor de R$ 73,50; ***ITEM 155*** com o valor de R$ 0,22; ***ITEM 157*** com o valor de R$ 0,38; ***ITEM 159*** com o valor de R$ 0,23 ; ***ITEM 160*** com o valor de R$ 0,18 ; ***ITEM 161*** com o valor de R$ 0,20 ; ***ITEM 163*** com o valor de R$ 0,27; ***ITEM 164*** com o valor de R$ 0,52; ***ITEM167*** com o valor de R$ 0,73; ***ITEM 168*** com o valor de R$ 0,73; ***ITEM 169*** com o valor de R$ 0,76 ; ***ITEM 170*** com o valor de R$ 0,76; ***ITEM 172*** com o valor de R$ 1,04 ; ***ITEM 173*** com o valor de R$ 1,20; ***ITEM 174*** com o valor de R$ 1,40; ***ITEM 177*** com o valor de R$ 0,73 ; ***ITEM 179*** com o valor de R$ 0,86; ***ITEM 180*** com o valor de R$ 0,96; ***ITEM 190*** com o valor de R$ 44,95; ***ITEM 199*** com o valor de R$ 12,70; ***ITEM 200*** com o valor de R$ 7,75 ; ***ITEM 203*** com o valor de R$ 5,39 ; ***ITEM 204*** com o valor de R$ 4,79; ***ITEM 205*** com o valor de R$ 5,09; ***ITEM 207***com o valor de R$ 5,35; ***ITEM 212*** com o valor de R$ 30,00; ***ITEM 213*** com o valor de R$ 26,95; ***ITEM 233*** com o valor de R$ 249,50; ***ITEM 234*** com o valor de R$ 299,95; ; ***ITEM 235*** com o valor de R$ 209,50; ***ITEM 236*** com o valor de R$ 52,00; ***ITEM 237*** com o valor de R$ 103,50; ***ITEM 238*** com o valor de R$ 156,00; sagrou-se vencedora a empresa ***LP COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA-EPP; ITEM 09*** com o valor de R$ 8,70; ***ITEM 10*** com o valor de R$10,20; ***ITEM 11*** com o valor de R$ 8,80; ***ITEM 12*** com o valor de R$ 6,40; ***ITEM 13*** com o valor de R$ 2,55; ***ITEM 15*** com o valor de R$ 2,55; ***ITEM16*** com o valor de R$ 3,19; ***ITEM 18*** com o valor de R$ 183,00; ***ITEM 19*** com o valor de R$ 183,00; ***ITEM 23*** com o valor de R$ 12,79; ***ITEM 24*** com o valor de R$ 575,00; ***ITEM 26*** com o valor de R$ 83,19; ***ITEM 27*** com o valor de R$ 83,19; ***ITEM 29*** com o valor de R$ 87,00; ***ITEM 32*** com o valor de R$ 6,39; ***ITEM 33*** com o valor de R$ 5,91; ***ITEM 34*** com o valor de R$ 5,59; ***ITEM39*** com o valor de R$ 235,00; ***ITEM 40*** com o valor de R$ 235,00; ***ITEM 42*** com o valor de R$ 1,03; ***ITEM 43*** com o valor de R$ 1,03; ***ITEM 46*** com o valor de R$ 1,19; ***ITEM 47*** com o valor de R$ 15,99; ***ITEM 49*** com o valor de R$ 15,50; ***ITEM 50*** com o valor de R$ 18,15; ***ITEM 51*** com o valor de R$ 18,15 ; ***ITEM 52*** com o valor de R$ 18,15; ***ITEM 53*** com o valor de R$ 18,15; ***ITEM 59*** com o valor de R$ 52,73; ***ITEM 62*** com o valor de R$ 43,19; ***ITEM 64*** com o valor de R$ 0,55; ***ITEM 67*** com o valor de R$ 1,13; ***ITEM 68*** com o valor de R$ 6,39; ***ITEM 69*** com o valor de R$ 1,15; ***ITEM 70*** com o valor de R$ 1,53; ***ITEM 71*** com o valor de R$ 2,28; ***ITEM 72*** com o valor de R$ 6,39; ***ITEM 74*** com o valor de R$ 151,00; ***ITEM 75*** com o valor de R$ 151,00; ***ITEM 76*** com o valor de R$ 20,31; ***ITEM 77*** com o valor de R$ 18,79; ***ITEM 79*** com o valor de R$ 18,39; ***ITEM 80*** com o valor de R$ 1,67; ***ITEM 83*** com o valor de R$ 0,25; ***ITEM 85*** com o valor de R$ 0,25; ***ITEM 87*** com o valor de R$ 0,25; ***ITEM 89*** com o valor de R$ 7,35; ***ITEM 90*** com o valor de R$ 6,23; ***ITEM 93*** com o valor de R$ 1,03; ***ITEM 94*** com o valor de R$ 40,79; ***ITEM 97*** com o valor de R$ 40,79; ***ITEM 99*** com o valor de R$ 40,79; ***ITEM 101*** com o valor de R$ 100,47; ***ITEM 102*** com o valor de R$ 100,47; ***ITEM 103*** com o valor de R$ 100,47; ***ITEM 104*** com o valor de R$ 100,47; ***ITEM 107*** com o valor de R$ 3,19; ***ITEM 109*** com o valor de R$ 4,79; ***ITEM 110*** com o valor de R$ 46,30; ***ITEM 112*** com o valor de R$ 7,11; ***ITEM116*** com o valor de R$ 9,45; ***ITEM 117*** com o valor de R$ 9,45; ***ITEM 119*** com o valor de R$ 2,79; ***ITEM 121*** com o valor de R$ 19,90; ***ITEM 122*** com o valor de R$ 19,90; ***ITEM126*** com o valor de R$ 0,31; ***ITEM 127*** com o valor de R$ 4,79; ***ITEM 133*** com o valor de R$ 32,15; ***ITEM 134*** com o valor de R$ 32,15; ***ITEM 135*** com o valor de R$ 15,99; ***ITEM 137*** com o valor de R$ 22,23; ***ITEM 140*** com o valor de R$ 22,23; ***ITEM 144*** com o valor de R$ 1,83; ***ITEM 145*** com o valor de R$ 1,83; ***ITEM 146***com o valor de R$ 1,83; ***ITEM 147*** com o valor de R$ 33,83; ***ITEM 149*** com o valor de R$ 7,19; ***ITEM 150*** com o valor de R$ 391,00; ***ITEM 152*** com o valor de R$ 9,50; ***ITEM 153*** com o valor de R$ 9,53; ***ITEM 154*** com o valor de R$ 0,30; ***ITEM 156*** com o valor de R$ 0,17; ***ITEM 158*** com o valor de R$ 23,90; ***ITEM 162*** com o valor de R$ 0,30; ***ITEM 166*** com o valor de R$ 0,68; ***ITEM 171*** com o valor de R$ 0,71; ***ITEM175*** com o valor de R$ 0,70; ***ITEM 176*** com o valor de R$ 0,72; ***ITEM 178*** com o valor de R$ 0,76; ***ITEM 181***com o valor de R$ 35,59; ***ITEM 182*** com o valor de R$ 35,59; ***ITEM 183*** com o valor de R$ 35,59; ***ITEM 184*** com o valor de R$ 35,59 ***ITEM 185*** com o valor de R$ 50,17; ***ITEM 186*** com o valor de R$ 35,59; ***ITEM 187*** com o valor de R$ 35,59; ***ITEM 188*** com o valor de R$ 35,59; ***ITEM 189*** com o valor de R$ 35,59; ***ITEM 191*** com o valor de R$ 26,07; ***ITEM 192*** com o valor de R$ 12,60; ***ITEM 193*** com o valor de R$ 16,79; ***ITEM 194*** com o valor de R$ 16,79; ***ITEM 195*** com o valor de R$ 20,79; ***ITEM 196*** com o valor de R$ 14,79; ***ITEM 197*** com o valor de R$ 15,19; ***ITEM 198*** com o valor de R$ 0,84; ***ITEM 201*** com o valor de R$ 102,23; ***ITEM 202*** com o valor de R$ 159,59; ***ITEM 206*** com o valor de R$ 5,35; ***ITEM 208*** com o valor de R$ 5,55; ***ITEM 211*** com o valor de R$ 20,15; ***ITEM 232*** com o valor de R$ 472,50; ***ITEM 239*** com o

valor de R$ 12,71. ***ITENS 57, 113, 123, 124, 125 DESERTO***, ***ITENS 165, 209 ,210 ,214 ,215 ,216 ,217 ,218 ,219 , 220 ,221 ,222 ,223 ,224 ,225 ,226, 227, 228 ,229 ,230 e 231 FRACASSADOS.*** Santo Antônio do Leverger – MT, 11 de dezembro de 2017. Lidiane Batista de Rezende- Pregoeira Port. 008/GP/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/201 - RECURSOS DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PARCIAL

INSCRIÇÃO NOME DETALHES SITUAÇÃO RESPOSTA

6160 ALESSANDRO CIRQUEIRA ALVES

prezados examinadores, em que pese os argumentos da banca refutando o recurso hora interposto da questão numero 19 na qual foi dada a alternativa letra D como a alternativa correta, reforço os meus argumentos que a questão não dispôs em suas alternativas a resposta correta, pois afirma no seu item III da questão que algumas cidades do estado de mato grosso, como CHAPADA DOS GUIMARÃES e SERRA DO MONTE CRISTO, tem predominância do clima subtropical e suas médias anuais não passa dos dezessete graus centígrados,e esse item foi dado como verdadeiro, após verificar dados do site oficial do estado www.mt.gov.br/geografia que consta:

Mato Grosso é um estado de clima variado. Sua capital, Cuiabá, é uma das cidades mais quentes do Brasil, com temperatura média que gira em torno de 24°C e não raro bate os 40º. Mas há 60 quilômetros, em Chapada dos Guimarães, o clima já muda completamente. É mais ameno, com ventos diurnos e noites frias. Chapada já registrou temperaturas negativas, fato nunca ocorrido em Cuiabá.

O estado de Mato Grosso apresenta sensível variedade de climas. Prevalece o tropical super-úmido de monção, com elevada temperatura média anual, superior a 24º C e alta pluviosidade (2.000mm anuais); e o tropical, com chuvas de verão e inverno seco, caracterizado por médias de 23°C no planalto. A pluviosidade é alta também nesse clima: excede a média anual de 1.500mm.

Fonte: Embrapa e IBGE

E também no site do INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA www.inmet.gov.br .Que corrobora com o entendimento. Não constando em nenhum instituto de pesquisa, ou site oficiais que traga o entendimento da prevalência desse tipo climático nessa região.O estado possui localidades com clima mais ameno sobretudo ainda sendo caracterizado como clima tropical.

Desta forma reitero meus argumentos para que a nobre banca anule a questão numero 19, pois o https://pt.wikipedia.org/wiki/Mato_Grosso#Clima, apesar de ser um site de busca e pesquisa não possui embasamento cientifico para fundamentar a aludida questão.

IMPROCEDENTE

RECURSO IMPROCEDENTE: O Recurso do candidato já foi analisando na etapa do parecer dos recursos sobre a divulgação do gabarito preliminar.

20 ANTONINO COSTA DE CASTRO

venho por meio deste solicitar aos senhores da banca organizadora deste concurso uma respostas sobre as questões anuladas, se as mesmas valem ponto na somatória da classificação final , e peço aos senhores uma nova correção do meu gabarito.

Desde já agradeço

IMPROCEDENTE

RECURSO IMPROCEDENTE: Tendo sido realizada análise do cartão resposta do candidato, foi confirmada a pontuação anteriormente divulgada no resultado parcial. As questões anuladas foram somadas como e computadas na nota do candidato, conforme item 8.11 do Edital de Concurso Público nº 001/2017. “Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido”. O cartão resposta encontra-se disponível na área do candidato - acessar com login e senha - concurso correspondente, para sua própria conferência.

20 ANTONINO COSTA DE CASTRO

venho por meio deste solicitar aos senhores da banca organizadora deste concurso uma respostas sobre as questões anuladas, se as mesmas valem ponto na somatória da classificação final , e peço aos senhores uma nova correção do meu gabarito.

Desde já agradeço

IMPROCEDENTE

RECURSO IMPROCEDENTE: Tendo sido realizada análise do cartão resposta do candidato, foi confirmada a pontuação anteriormente divulgada no resultado parcial. As questões anuladas foram somadas como e computadas na nota do candidato, conforme item 8.11 do Edital de Concurso Público nº 001/2017. “Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido”. O cartão resposta encontra-se disponível na área do candidato - acessar com login e senha - concurso correspondente, para sua própria conferência.

20 ANTONINO COSTA DE CASTRO

venho por meio deste solicitar aos senhores da banca organizadora deste concurso uma respostas sobre as questões anuladas, se as mesmas valem ponto na somatória da classificação final , e peço aos senhores uma nova correção do meu gabarito.

Desde já agradeço

IMPROCEDENTE

RECURSO IMPROCEDENTE: Tendo sido realizada análise do cartão resposta do candidato, foi confirmada a pontuação anteriormente divulgada no resultado parcial. As questões anuladas foram somadas como e computadas na nota do candidato, conforme item 8.11 do Edital de Concurso Público nº 001/2017. “Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido”. O cartão resposta encontra-se disponível na área do candidato - acessar com login e senha - concurso correspondente, para sua própria conferência.

20 ANTONINO COSTA DE CASTRO

Venho por meio deste solicitar aos senhores da banca organizadora deste concurso uma respostas sobre as questões anuladas, se as mesmas valem ponto na somatória da classificação final , e peço aos senhores uma nova correção do meu gabarito.

Desde já agradeço

IMPROCEDENTE

RECURSO IMPROCEDENTE: Tendo sido realizada análise do cartão resposta do candidato, foi confirmada a pontuação anteriormente divulgada no resultado parcial. As questões anuladas foram somadas como e computadas na nota do candidato, conforme item 8.11 do Edital de Concurso Público nº 001/2017. “Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido”. O cartão resposta encontra-se disponível na área do candidato - acessar com login e senha - concurso correspondente, para sua própria conferência.

5790 DAVID PAULO CORREIA DA SILVA

SENHOR EXAMINADOR

FAVOR VERIFICAR A QUESTÃO 23 OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS AONDE A RESPOSTA SEGUNDO O GABARITO É A (B) A MENOR

SEGUNDO PESQUISA FEITA VIA INTERNET A RESPOSTA CERTA É A SEGUNDA MENOR, SENDO ASSIM NEM UMA DAS ALTERNATIVAS PROPOSTAS PELO GABARITO ESTÃO CORRETAS

Com uma área de 1 606 403,506 km²[5], o Centro-Oeste é a segunda maior região do Brasil em superfície territorial, superada apenas pela Região Norte, sendo um pouco maior que a área do estado do Amazonas ou da Região Nordeste. Por outro lado, é a região menos populosa e possui a segunda menor densidade populacional. Por esse motivo, apresenta algumas concentrações urbanas e grandes vazios demográficos.

IMPROCEDENTE

RECURSO IMPROCEDENTE: O candidato formulou o recurso, fora do prazo (intempestivo), conforme Anexo I (Cronograma), do Edital de Concurso Público nº 001/2017, os dias 05/12/2017 e 06/12/2017, foi o prazo para recursos sobre a divulgação dos gabaritos das provas escritas e objetivas, o que não foi realizado pelo candidato.

5790 DAVID PAULO CORREIA DA SILVA

SENHOR EXAMINADOR

ESSA QUESTÃO EU EU ERREI QUERO RESSALTAR A QUESTÃO DA NOTA DE CONHECIMENTO ESPECIFICO EU ACERTEI 11 QUESTÕES E CADA QUESTÃO VALE 3,5 PONTOS MINHA NOTA É 38,50 MAS ESTA COMO 33,00 FAVOR VERIFICAR. OBRIGADO

IMPROCEDENTE

RECURSO IMPROCEDENTE: O EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 A PREFEITURA MUNICIPAL DE

SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, de 22 de novembro de 2017, no item II, alterou o item 5.1.1 do Edital de Concurso 001.2017, que passou a vigorar da seguinte forma: 5.1.1. Português – 10 questões – 2,50 pontos por questão – 25 pontos; Matemática – 05 questões – 2,50 pontos por questão – 10 pontos; Conhecimentos Gerais – 10 questões – 2,00 pontos por questão – 20 pontos; Específica – 15 questões – 3,00 pontos por questão – 45 pontos; que totalizam: 100 pontos. A alteração foi realizada tendo que vista que a pontuação prevista estava superior aos 100 pontos previsto no item

5.1.2 do Edital de Concurso Público. “As Provas escritas e objetivas, serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos”.

5790 DAVID PAULO CORREIA DA SILVA

SENHOR EXAMINADOR;

MINHA NOTA NA PROVA PRATICA ESTA 20,00, MAS EU GOSTARIA DE SABER POR QUAL MOTIVO SAI COM ESSA NOTA DE 20,00, POIS NO DIA DA PRATICA QUANDO FOI EFETIVADA A PROVA JUNTAMENTE COM MEUS COLEGAS EU TENHO CERTEZA QUE SAI MELHOR POIS SOMENTE 2 COLEGAS CONSEGUIRAM EFETIVAR O TESTE PONTUANDO TODOS OS PONTOS QUE ERA PRA SER FEITO, PASSAR ESCARIFICADOR, A LAMINA DE VOLTA E TIRAR LAMINA, VALE APENA RESSALTAR QUE OS OUTRO 7 CANDIDATOS NÃO TIRAM A LAMINA, POIS NÃO SABIAM FAZER O MESMO PROCEDIMENTO, NO MEU CASO EU TIREI A LAMINA MAIS DE METADE AI NÃO EFETUANDO O PROCESSO COMPLETO POR CAUSA DO TEMPO QUE O EXAMINADOR PASSOU QUE FOI MUITO CURTO, MEUS COLEGAS QUE FICARAM EM PRIMEIRO TAMBÉM PASSARAM DO TEMPO QUE ERA DOIS MINUTOS, PELOS COMENTÁRIOS DAS PESSOAS QUE ESTAVAM NO LUGAR DA PROVA EU FIQUEI EM TERCEIRO LUGAR MAS NA MINHA NOTA FIQUEI EM ULTIMO "FAVOR REAVALIAR A MINHA NOTA

IMPROCEDENTE

RECURSO IMPROCEDENTE: O Candidato ao realizar o teste não conseguiu levantar a lâmina da máquina, bem como na execução da tarefa foi parcial e não realizou de maneira correta e satisfatória a operação da máquina.

2170 MARIA CARDOSO DOS SANTOS

De acordo com a resposta estabelecida pela empresa, que tem como normativa de seu edital no linear 8.Dos Resultados e Recursos, não condiz com a resposta que o mesmo publicou perante o recurso realizado, já que no artigo 8.11 resulta em anulação e não correção da questão.

Houve um equivoco por parte da empresa que prezo,na qual me habilitei para realizar este concurso, peço imediatamente a correção deste equivoco, e que o item que foi corrigido, que a pontuação seja atribuido a todos os candidatos.

IMPROCEDENTE

RECURSO IMPROCEDENTE: Tendo sido realizada análise do cartão resposta do candidato, foi confirmada a pontuação anteriormente divulgada no resultado parcial. As questões anuladas foram somadas como e computadas na nota do candidato, conforme item 8.11 do Edital de Concurso Público nº 001/2017. “Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido”. O cartão resposta encontra-se disponível na área do candidato - acessar com login e senha - concurso correspondente, para sua própria conferência.

3110 MATEUS BATISTA MOREIRA JUNIOR

Conforme o item 5.1.1 do edital complementar nº 001 ao edital de concurso público nº 001/2017 é aplicado a distribuição de questões entre as seguintes disciplinas e pesos:

-Português 10 questões com peso 2,5;

-Matemática 5 questões com peso 2,0;

-Conhecimentos Gerais com peso 2,0;

-Conhecimento específicos 3,5.

Desta maneira, solicito a revisão do cálculo de pontuação, visto que conforme espelho da folha de resposta disponibilizado na área do candidato e gabarito disponibilizado no edital complementar 007, totalizam-se 09 questões de Conhecimento específico acertadas. Atribuindo-se o peso 3,5 a cada questão, totalizam-se 31,50 pontos de Conhecimentos Específicos. Sendo assim, a pontuação total do concurso deve ser 65,50, com a atribuição de prova de títulos acrescenta-se 1,5 que totaliza-se 67,00.

IMPROCEDENTE

RECURSO IMPROCEDENTE: O EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 A PREFEITURA MUNICIPAL DE

SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, de 22 de novembro de 2017, no item II, alterou o item 5.1.1 do Edital de Concurso 001.2017, que passou a vigorar da seguinte forma: 5.1.1. Português – 10 questões – 2,50 pontos por questão – 25 pontos; Matemática – 05 questões – 2,50 pontos por questão – 10 pontos; Conhecimentos Gerais – 10 questões – 2,00 pontos por questão – 20 pontos; Específica – 15 questões – 3,00 pontos por questão – 45 pontos; que totalizam: 100 pontos. A alteração foi realizada tendo que vista que a pontuação prevista estava superior aos 100 pontos previsto no item

5.1.2 do Edital de Concurso Público. “As Provas escritas e objetivas, serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos”.

A banca indeferiu o recurso da questão 19 requerido por mim utilizando a fonte https://pt.wikipedia.org/wiki/Mato_Grosso#Clima, entretanto a fonte utilizada pela banca é uma fonte editável e não é referenciada, além disso qualquer usuário pode acrescentar informações no site através da aba "Editar". Exemplo disso é a alteração feita no próprio trecho utilizado para indeferir o recurso requerido. O trecho está no site https://pt.wikipedia.org/wiki/Mato_Grosso#Clima na seção Clima.

Onde lia-se "Já em lugares elevados, como a Chapada dos Guimarães e a Serra do Monte Cristo, o clima é subtropical e a média anual não passa dos dezessete graus centígrados, podendo chegar bruscamente a zero grau centígrado."

Após a substituição se lê "Já em lugares elevados, como a Chapada dos Guimarães e a Serra do Monte Cristo, o clima é subtropical e a média anual não passa dos dezessete graus centígrados, podendo chegar bruscamente a zero grau centígrado. Porém, os dados climáticos obtidos em Chapada dos Guimarães não comprovam essa temperatura mínima. Temperatura média anual de Chapada dos Guimarães é de 24° C, maior máximo 40°C, e menor 0°C. C[8]."

[8] FERREIRA, João Carlos Vicente (1997). Mato Grosso e Seus Municípios. Cuiabá: Buriti. 336 páginas

Observa-se que qualquer informação pode ser inserida no site. No caso da informação adicionada foi referenciada.

Com isso, configura ERRO MATERIAL item 8.8. que consta no EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017, sendo assim o recurso é passível de revisão.

Reitero que a afirmação III da questão 19 difere bibliografia e de sites consultado sobre o tema.

João Carlos Vicente Ferreira, afirma em seu livro Mato Grosso e seus Municípios na página 336 .

A seguinte consideração sobre o clima de Chapada dos Guimarães: '"Clima- Tropical quente e

sub-úmido. Precipitação média anual de 1.500mm, com intensidade nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Temperatura média anual de 24° C, maior máximo 40°C, e menor 0°C' .

Ferreira, João Carlos Vicente. Mato Grosso e seus municípios. Cuiabá : Editora Buriti, [1997]

3530 MAURO SÉRGIO OLARTECHEA ABREU

Outro autor que corrobora com essa afirmação é Simone Schreiner, afirma em sua dissertação com tema sobre o Clima e altitude em cidades tropicais: o exemplo de Chapada dos Guimarães e uma comparação com Cuiabá MT.

"Conforme Bordest (2007) na região do Planalto dos Guimarães, onde se localiza a cidade de Chapada dos Guimarães, tem-se a influência do aquífero Guarani. Merece destaque também o escoamento superficial e as águas subterrâneas. Este último que fornece água para o abastecimento público da cidade de Chapada dos Guimarães.

A caracterização climática em escala regional que essa região pertence segundo Sette (2005), são os climas predominantes no Domínio do Cerrado os Tropicais Megatérmico e o Mesotérmico. A temperatura média anual fica em torno de 22 a 23 ºC, as máximas absolutas mensais não variam muito ao longo dos meses do ano, podendo chegar a mais de 40ºC. Já as mínimas absolutas mensais variam bastante, atingindo valores próximos a zero, nos meses de Maio a julho."

Schreiner, Simone

Clima e altitude em cidades tropicais: o exemplo de Chapada dos Guimarães e uma comparação com Cuiabá MT /Simone Schreiner.–2009.

http://www.geografiaufmt.com.br/index.php/bibliote... itude-em-cidades-tropicais-o-exemplo-de-chapada-dos-guimaraes-e-uma-comparacao-com-cuiaba-mt

Essa afirmação também consta no site da Prefeitura de Chapada dos Guimarães que tem como fonte: portalmatogrosso.

A seguinte consideração sobre o clima de Chapada dos Guimarães: '"Clima- Tropical quente e

sub-úmido. Precipitação média anual de 1.500mm, com intensidade nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro. Temperatura média anual de 24° C, maior máximo 40°C, e menor 0°C' .

Prefeitura de Chapada dos Guimarães http://www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br/a-prefeit...

Observa-se que a temperatura média anual de Chapada dos Guimarães está entre 22 a 24 °C, sendo superior aos 17°C afirmados na alternativa III.

Com isso vemos que afirmação III também está errado como a afirmação I Assim sendo, solicito a ALTERAÇÃO no gabarito de alternativa (D) "Apenas I, está errada" para a (E) "Apenas os itens I e III estão errados". da Questão 19. Peço ao(s) senhor(es) que sejam avaliadas as ponderações que está apresentado.

IMPROCEDENTE

RECURSO IMPROCEDENTE: Recurso já devidamente analisado na etapa de recursos sobre os Recursos sobre a divulgação do Gabarito da Prova Objetiva. Mas, foi feito nova análise e mantém-se a resposta já divulgada.

600 SIDNEY ALVES DE JESUS

peço aos organizadores da prova que me mostrem o meu cartao resposta com as questoes que eu marquei,pois trouxe a prova e nela consta que eu acertei 08 questoes de conhecimentos especificos sao elas 27:c 30:d 31:c 32:c 33:b 36:c 39:c 40:b desde ja agradeço a atencao

IMPROCEDENTE

RECURSO IMPROCEDENTE: Tendo sido realizada análise do cartão resposta do candidato, foi confirmada a pontuação anteriormente divulgada no resultado parcial. O candidato na questão 31, marcou a alternativa "A". O cartão resposta encontra-se disponível na área do candidato - acessar com login e senha - concurso correspondente, para sua própria conferência.

40 VALDENICE OLIVEIRA NASCIMENTO SILVA

Venho por meio deste solicitar aos senhores da banca organizadora deste concurso uma respostas sobre as questões anuladas, se as mesmas valem ponto na somatória da classificação final , e peço aos senhores uma nova correção do meu gabarito.

Desde já agradeço.

IMPROCEDENTE

RECURSO IMPROCEDENTE: Tendo sido realizada análise do cartão resposta do candidato, foi confirmada a pontuação anteriormente divulgada no resultado parcial. As questões anuladas foram somadas como e computadas na nota do candidato, conforme item 8.11 do Edital de Concurso Público nº 001/2017. “Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido”. O cartão resposta encontra-se disponível na área do candidato - acessar com login e senha - concurso correspondente, para sua própria conferência.

40 VALDENICE OLIVEIRA NASCIMENTO SILVA

Venho por meio deste solicitar aos senhores da banca organizadora deste concurso uma respostas sobre as questões anuladas, se as mesmas va-

lem ponto na somatória da classificação final , e peço aos senhores uma nova correção do meu gabarito.

Desde já agradeço.

IMPROCEDENTE

RECURSO IMPROCEDENTE: Tendo sido realizada análise do cartão resposta do candidato, foi confirmada a pontuação anteriormente divulgada no resultado parcial. As questões anuladas foram somadas como e computadas na nota do candidato, conforme item 8.11 do Edital de Concurso Público nº 001/2017. “Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido”. O cartão resposta encontra-se disponível na área do candidato - acessar com login e senha - concurso correspondente, para sua própria conferência.

40 VALDENICE OLIVEIRA NASCIMENTO SILVA

Venho por meio deste solicitar aos senhores da banca organizadora deste concurso uma respostas sobre as questões anuladas, se as mesmas valem ponto na somatória da classificação final , e peço aos senhores uma nova correção do meu gabarito.

Desde já agradeço.

IMPROCEDENTE

RECURSO IMPROCEDENTE: Tendo sido realizada análise do cartão resposta do candidato, foi confirmada a pontuação anteriormente divulgada no resultado parcial. As questões anuladas foram somadas como e computadas na nota do candidato, conforme item 8.11 do Edital de Concurso Público nº 001/2017. “Se do exame de recursos resultar anulação de item integrante de prova, a pontuação correspondente a esse item será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido”. O cartão resposta encontra-se disponível na área do candidato - acessar com login e senha - concurso correspondente, para sua própria conferência.

3640 VALQUIRIA DE SOUZA NEVES ALMEIDA

Bom dia... fiz o concurso em Santo Antonio do Leste e acertei 7 questões cujo as quais que estão de acordo com a correção do gabarito lançado foram, 27,33,35, 36, 37, 38, 39 na área da especifica multiplicada por 3.5 daria 24.5 pontos, mas no resultado que foi lançado consta que fiz 21 pontos, aguardo resposta.

IMPROCEDENTE

questão – 25 pontos; Matemática – 05 questões – 2,50 pontos por questão – 10 pontos; Conhecimentos Gerais – 10 questões – 2,00 pontos por questão – 20 pontos; Específica – 15 questões – 3,00 pontos por questão – 45 pontos; que totalizam: 100 pontos. A alteração foi realizada tendo que vista que a pontuação prevista estava superior aos 100 pontos previsto no item

5.1.2 do Edital de Concurso Público. “As Provas escritas e objetivas, serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos”.

A questão referida tem como enunciado o seguinte:

3470 VERONICE DE SOUZA

Conhecendo-se os instrumentais odontológicos e seu respectivos usos, que um Hollemback é :

A resposta teve como alternativa certa a letra (c). Citando que e um instrumental apropriado para insersão de material pastoso, na cavidade do dente.

No entanto o instrumento citado tem como principal uso, ESCULPIR e não de inserir. Diante disso solicito a banca examinadora que seja anulada essa questão.

IMPROCEDENTE

O candidato formulou o recurso, fora do prazo (intempestivo), conforme Anexo I (Cronograma), do Edital de Concurso Público nº 001/2017, os dias 05/12/2017 e 06/12/2017, foi o prazo para recursos sobre a divulgação dos gabaritos das provas escritas e objetivas, o que não foi realizado pelo candidato.

A questão referida tem como enunciado o seguinte:

3470 VERONICE DE SOUZA

Conhecendo-se os instrumentais odontológicos e seu respectivos usos, que um Hollemback é :

A resposta teve como alternativa certa a letra (c). Citando que e um instrumental apropriado para insersão de material pastoso, na cavidade do dente.

No entanto o instrumento citado tem como principal uso, ESCULPIR e não de inserir. Diante disso solicito a banca examinadora que seja anulada essa questão.

IMPROCEDENTE

RECURSO IMPROCEDENTE: O candidato formulou o recurso, fora do prazo (intempestivo), conforme Anexo I (Cronograma), do Edital de Concurso Público nº 001/2017, os dias 05/12/2017 e 06/12/2017, foi o prazo para recursos sobre a divulgação dos gabaritos das provas escritas e objetivas, o que não foi realizado pelo candidato.

3470 VERONICE DE SOUZA

Examinando o resultado do CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 de Santo Antonio do Leste, solicito a Banca Examinadora que realize nova correção em meu cartão resposta. Tendo em vista que tive 10 acertos, sendo que; cada questão tem peso individual de 3,5 resultando numa finalização de 35 pontos finais.E não 30 como foi divulgado.

IMPROCEDENTE

questão – 25 pontos; Matemática – 05 questões – 2,50 pontos por questão – 10 pontos; Conhecimentos Gerais – 10 questões – 2,00 pontos por questão – 20 pontos; Específica – 15 questões – 3,00 pontos por questão – 45 pontos; que totalizam: 100 pontos. A alteração foi realizada tendo que vista que a pontuação prevista estava superior aos 100 pontos previsto no item

5.1.2 do Edital de Concurso Público. “As Provas escritas e objetivas, serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos”.

3470 VERONICE DE SOUZA

Observações: Examinando o resultado do CONCURSO PÚBLICO - 001/2017 de Santo Antonio do Leste, solicito a Banca Examinadora que realize nova correção em meu cartão resposta. Tendo em vista que tive 10 acertos, sendo que; cada questão tem peso individual de 3,5 resultando numa finalização de 35 pontos finais.E não 30 como foi divulgado.

IMPROCEDENTE

RECURSO IMPROCEDENTE: O EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 A PREFEITURA MUNICIPAL DE

SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, de 22 de novembro de 2017, no item II, alterou o item 5.1.1 do Edital de Concurso 001.2017, que passou a vigorar da seguinte forma: 5.1.1. Português – 10 questões – 2,50 pontos por questão – 25 pontos; Matemática – 05 questões – 2,50 pontos por questão – 10 pontos; Conhecimentos Gerais – 10 questões – 2,00 pontos por questão – 20 pontos; Específica – 15 questões – 3,00 pontos por questão – 45 pontos; que totalizam: 100 pontos. A alteração foi realizada tendo que vista que a pontuação prevista estava superior aos 100 pontos previsto no item

5.1.2 do Edital de Concurso Público. “As Provas escritas e objetivas, serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos”.

1740 WANDERSON VILELA NEVES SIQUEIRA A pontuação atribuída para as questões da prova específica de engenheiro civil difere do edital, tal

como consta no 5.1.1 do mesmo, sendo 3,50 pontos por questão.

IMPROCEDENTE

RECURSO IMPROCEDENTE: O EDITAL COMPLEMENTAR Nº 004 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 A PREFEITURA MUNICIPAL DE

SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, de 22 de novembro de 2017, no item II, alterou o item 5.1.1 do Edital de Concurso 001.2017, que passou a vigorar da seguinte forma: 5.1.1. Português – 10 questões – 2,50 pontos por questão – 25 pontos; Matemática – 05 questões – 2,50 pontos por questão – 10 pontos; Conhecimentos Gerais – 10 questões – 2,00 pontos por questão – 20 pontos; Específica – 15 questões – 3,00 pontos por questão – 45 pontos; que totalizam: 100 pontos. A alteração foi realizada tendo que vista que a pontuação prevista estava superior aos 100 pontos previsto no item

5.1.2 do Edital de Concurso Público. “As Provas escritas e objetivas, serão avaliadas na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos”.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 - RESULTADO FINAL

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	TÍT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000370	AMINADALB ALVES DE SOUZA JUNIOR	25,00	10,00	18,00	33,00	1,50	87,50	1º	Classificado	Excedente
0003530	MAURO SÉRGIO OLARTECHEA ABREU	17,50	10,00	16,00	39,00	1,50	84,00	2º	Classificado	Excedente
0001770	PATRICIA FERREIRA DELLALIBERA	17,50	6,00	10,00	45,00	-	78,50	3º	Classificado	Excedente
0001000	GRACILIANIO NOBRE DE ALMEIDA	22,50	8,00	10,00	36,00	-	76,50	4º	Classificado	Excedente
0006160	ALESSANDRO CIRQUEIRA ALVES	17,50	6,00	16,00	36,00	-	75,50	5º	Classificado	Excedente
0000660	RENATHIELLY FERNANDA DA SILVA	17,50	10,00	10,00	33,00	3,00	73,50	6º	Classificado	Excedente
0004820	LUCAS PAIVA MARTINS	15,00	10,00	10,00	33,00	-	68,00	7º	Classificado	Excedente
0001740	WANDERSON VILELA NEVES SIQUEIRA	17,50	10,00	12,00	27,00	-	66,50	8º	Classificado	Excedente
0004310	LUIZ RAMIRO NUNES DAS NEVES	20,00	10,00	12,00	24,00	-	66,00	9º	Classificado	Excedente
0003080	MARCOS ANTONIO TOLENTINO DE BARROS	17,50	10,00	10,00	27,00	-	64,50	10º	Classificado	Excedente
0004440	CHARLYE DOS SANTOS FELBEK	17,50	10,00	10,00	27,00	-	64,50	11º	Classificado	Excedente
0004600	KAIQUE DE ARAUJO FRAGA	20,00	10,00	10,00	24,00	-	64,00	12º	Classificado	Excedente
0004530	LEANDRO TREVELLIN DA SILVA	12,50	10,00	14,00	27,00	-	63,50	13º	Classificado	Excedente
0005740	TIAGO KRUCZEWSKI REDIES	17,50	8,00	14,00	24,00	-	63,50	14º	Classificado	Excedente
0004370	ANDRE PEREIRA DIAS	10,00	10,00	10,00	33,00	-	63,00	15º	Classificado	Excedente
0003480	MOSYEL JONNDLEY FIGUEIREDO	10,00	8,00	12,00	33,00	-	63,00	16º	Classificado	Excedente
0000420	EDER ELIAKIM DE CAMPOS	15,00	6,00	12,00	30,00	-	63,00	17º	Classificado	Excedente
0004920	JOSE GILMAR SOARES JUNIOR	15,00	10,00	14,00	24,00	-	63,00	18º	Classificado	Excedente
0005800	RICARDO A. F. MORENO DOS SANTOS	15,00	6,00	12,00	27,00	-	60,00	19º	Classificado	Excedente
0001690	LEONARDO RANGEL ARRUDA SIQUEIRA	20,00	8,00	8,00	24,00	-	60,00	20º	Classificado	Excedente
0001030	JOÃO DE LARA PINTO NETO	12,50	10,00	10,00	27,00	-	59,50	21º	Classificado	Excedente
0005520	JOÃO MANUEL TAVARES VILELA	17,50	10,00	8,00	21,00	-	56,50	22º	Classificado	Excedente
0002560	FERNANDA DANIELE FARIAS VIEIRA	15,00	4,00	16,00	21,00	-	56,00	23º	Classificado	Excedente
0001630	CARLOS HENRIQUE SANTOS DA SILVA	12,50	8,00	8,00	27,00	-	55,50	24º	Classificado	Excedente
0001510	ELIELSON SOUZA ABREU	15,00	8,00	8,00	24,00	-	55,00	25º	Classificado	Excedente
0005640	CASSIO SANTOS LIBANIO	12,50	10,00	10,00	21,00	1,50	55,00	26º	Classificado	Excedente
0000770	DANIEL VIEIRA OLIVEIRA DOS REIS	15,00	10,00	12,00	18,00	-	55,00	27º	Classificado	Excedente
0006070	THIAGO SOARES CAETANO	12,50	10,00	8,00	24,00	-	54,50	28º	Classificado	Excedente
0003450	JACQUELINE TORRES FELIPE FIGUEIREDO	17,50	8,00	10,00	18,00	-	53,50	29º	Classificado	Excedente
0003880	VAGNER NERIS SOARES	12,50	6,00	10,00	24,00	-	52,50	30º	Classificado	Excedente
0005400	GRAZIELE VICENTINI ROSA	12,50	6,00	10,00	24,00	-	52,50	31º	Classificado	Excedente
0000170	AMANDA DE CÁSSIA BRAGA E MELO	10,00	6,00	12,00	24,00	-	52,00	32º	Classificado	Excedente
0003380	TAILINY PINHO DE OLIVEIRA	12,50	4,00	8,00	27,00	- 51,50	33º	Classificado	Excedente	
0005450	VICTOR HUMBERTO DEFANTI PETRAZZINI	12,50	8,00	8,00	21,00	- 49,50	34º	Classificado	Excedente	
0000290	LUCLECIO DO LIVRAMENTO	12,50	4,00	10,00	21,00	- 47,50	35º	Classificado	Excedente	
0005810	LUAN SELA	10,00	4,00	10,00	21,00	- 45,00	36º	Classificado	Excedente	
0001110	RAFAELA SALERNO	17,50	6,00	8,00	15,00	- 46,50	-	Desclassificado	Eliminado	
0002550	WELLYNGNTON DA SILVA YANAGUITA	15,00	6,00	8,00	15,00	- 44,00	-	Desclassificado	Eliminado	
0000030	JESSICA SACHET	7,50	6,00	12,00	18,00	- 43,50	-	Desclassificado	Eliminado	
0003900	JORGE AUGUSTO SANGALLI	17,50	2,00	6,00	12,00	- 37,50	-	Desclassificado	Eliminado	
0001150	GÉSSICA ROSIANE LEITE VENÂNCIO	10,00	4,00	8,00	9,00	- 31,00	-	Desclassificado	Eliminado	
0000960	WILSON PEREIRA DA SILVA	-	-	-	-	- -	-	Desclassificado	Ausente	
0004860	GABRIEL ANTONIO SANTANA	-	-	-	-	- -	-	Desclassificado	Ausente	
0005330	LAURIENE VARGAS DO PRADO RODRIGUES	-	-	-	-	- -	-	Desclassificado	Ausente	
0002830	LAIANE REZENDE DA SILVA	-	-	-	-	- -	-	Desclassificado	Ausente	
0000850	FELLIPE FERREIRA BARBOSA	-	-	-	-	- -	-	Desclassificado	Ausente	
0001710	FERNANDO GOMIDES PEREIRA	-	-	-	-	- -	-	Desclassificado	Ausente	
0003710	HUGO MANFRINATO FILHO	-	-	-	-	- -	-	Desclassificado	Ausente	
0006080	NATHAN JORGE FRANCISCO	-	-	-	-	- -	-	Desclassificado	Ausente	
0000410	GEORGE LUCAS DE ARRUDA GODOY	-	-	-	-	- -	-	Desclassificado	Ausente	
0000580	THAIS MONTEIRO MEDEIROS	-	-	-	-	- -	-	Desclassificado	Ausente	
0000900	JOSE ROBERTO SODRE JUNIOR	-	-	-	-	- -	-	Desclassificado	Ausente	
0006090	LUCAS DE SOUZA	-	-	-	-	- -	-	Desclassificado	Ausente	

0005060	LUCAS FERREIRA DA SILVA	-	-	-	-	- -	-	Desclassificado	Ausente
0001950	TAINARA DELA JUSTINA	-	-	-	-	- -	-	Desclassificado	Ausente
0006220	CRYSLAINE FERREIRA DE SOUZA	-	-	-	-	- -	-	Desclassificado	Ausente
0002020	LUCAS CALIXTO GONZAGA	-	-	-	-	- -	-	Desclassificado	Ausente
0005190	BILL ALLEF TEIXEIRA LOPES	-	-	-	-	- -	-	Desclassificado	Ausente
0001700	LUCAS LOURENÇÃO REZENDE	-	-	-	-	- -	-	Desclassificado	Ausente

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	PRÁ	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0004770	IVO PEREIRA DOS SANTOS	10,00	6,00	10,00	21,00	70,00	117,00	1º	Classificado	Aprovado
0003400	JUNIO RODRIGUES DE FREITAS COSTA	15,00	6,00	8,00	15,00	70,00	114,00	-	Desclassificado	Eliminado
0001070	ADMILSON LOPES GOMES	12,50	8,00	6,00	12,00	60,00	98,50	-	Desclassificado	Eliminado
0005790	DAVID PAULO CORREIA DA SILVA	20,00	10,00	6,00	33,00	20,00	89,00	-	Desclassificado	Eliminado
0005160	MARCOS LOPES NOGUEIRA DA SILVA	15,00	8,00	4,00	12,00	50,00	89,00	-	Desclassificado	Eliminado
0003390	LUIZ PAULO PIRES DA MOTA	20,00	6,00	8,00	24,00	30,00	88,00	-	Desclassificado	Eliminado
0004890	LEIDEYR SOUZA LEANDRO	15,00	6,00	10,00	24,00	30,00	85,00	-	Desclassificado	Eliminado
0004980	PAULO SERGIO DE OLIVEIRA LIMA	10,00	10,00	8,00	24,00	30,00	82,00	-	Desclassificado	Eliminado
0004670	FLAVIO BATISTA DE OLIVEIRA	15,00	8,00	8,00	18,00	30,00	79,00	-	Desclassificado	Eliminado
0003330	ALEXANBRE GREGORIO OLIVEIRA FILHO	5,00	2,00	8,00	9,00	30,00	54,00	-	Desclassificado	Eliminado
0004930	ANTONIO GILMAR ALVES DOS SANTOS	17,50	8,00	6,00	9,00	-	40,50	-	Desclassificado	Eliminado
0002690	RENATO GOMES DA SILVA	7,50	4,00	6,00	12,00	-	29,50	-	Desclassificado	Eliminado
0003300	MAGNO BRUNO PEREIRA	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000160	ANDRE MACHADO GOMES	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	PRÁ	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000260	ANDRÉ GOUVEIA ROJO	17,50	8,00	10,00	36,00	100,00	171,50	1º	Classificado	Aprovado
0005910	CLERIS SANTOS CARDOSO	20,00	10,00	12,00	27,00	100,00	169,00	2º	Classificado	Excedente
0002760	ADEJAR APIS BEZERRA	22,50	8,00	16,00	27,00	95,00	168,50	3º	Classificado	Excedente
0005960	APARECIDO BISPO DOS SANTOS	20,00	8,00	8,00	30,00	100,00	166,00	4º	Classificado	Excedente
0003750	VANDERLEI CUSTODIO FONSECA	17,50	8,00	8,00	27,00	100,00	160,50	5º	Classificado	Excedente
0005780	RENATO FERREIRA DE LIMA	17,50	8,00	8,00	27,00	100,00	160,50	6º	Classificado	Excedente
0004070	PAULO HENRIQUE SENA HERCULIMO	22,50	10,00	10,00	18,00	100,00	160,50	7º	Classificado	Excedente
0004990	ORIOVALDO SEVERINO DOS SANTOS	17,50	8,00	10,00	24,00	100,00	159,50	8º	Classificado	Excedente
0002870	TIAGO ARAUJO DE SOUZA	17,50	10,00	14,00	18,00	100,00	159,50	9º	Classificado	Excedente
0005040	ERONIDES EMILIANO DE MORAES	17,50	10,00	10,00	21,00	100,00	158,50	10º	Classificado	Excedente
0002000	CLAUDEMIR FEITOSA RAMOS	15,00	8,00	12,00	21,00	100,00	156,00	11º	Classificado	Excedente
0005900	ORISVALDO FERREIRA DE SOUZA	17,50	8,00	12,00	30,00	80,00	147,50	12º	Classificado	Excedente
0005100	EVANDRO FACCO	15,00	10,00	12,00	30,00	80,00	147,00	13º	Classificado	Excedente
0004640	RENATO EMANUEL RODRIGUES	10,00	6,00	8,00	18,00	100,00	142,00	14º	Classificado	Excedente
0004240	VALDEMESIO DA SILVA FONSECA	20,00	8,00	10,00	24,00	70,00	132,00	15º	Classificado	Excedente
0001040	BRUNO GONDIM PEREIRA	12,50	6,00	10,00	18,00	80,00	126,50	16º	Classificado	Excedente
0005140	ARI WOCHNER	10,00	2,00	10,00	27,00	100,00	149,00	-	Desclassificado	Eliminado
0005010	CLEBER PEREIRA DOS SANTOS	17,50	2,00	14,00	15,00	100,00	148,50	-	Desclassificado	Eliminado
0000330	MARILZAN RAMOS DE OLIVEIRA	22,50	10,00	6,00	27,00	80,00	145,50	-	Desclassificado	Eliminado
0001390	CARLOS ANDRE VILELA OLIVEIRA	12,50	4,00	4,00	21,00	100,00	141,50	-	Desclassificado	Eliminado
0005510	EDIVALDO DA SILVA AMORIM	15,00	4,00	6,00	15,00	100,00	140,00	-	Desclassificado	Eliminado
0004170	GILBERTO FERREIRA DE SOUZA	12,50	6,00	8,00	9,00	100,00	135,50	-	Desclassificado	Eliminado
0000910	EDINALDO RODRIGUES ALVES	17,50	6,00	4,00	6,00	100,00	133,50	-	Desclassificado	Eliminado
0005080	ALBERTO LUCAS NOGUEIRA PEREIRA	7,50	8,00	8,00	9,00	100,00	132,50	-	Desclassificado	Eliminado
0000390	BEIJAMIM NUNES DA MATA	5,00	4,00	10,00	6,00	80,00	105,00	-	Desclassificado	Eliminado
0000950	EDIVALDO OLIVEIRA ALVES	17,50	6,00	12,00	30,00	0,00	65,50	-	Desclassificado	Eliminado
0003000	JESSÉ GINETON DE ALMEIDA CAMPOS	20,00	8,00	8,00	21,00	-	57,00	-	Desclassificado	Eliminado
0001210	MARCOS AURELIO LUCENA	22,50	10,00	6,00	18,00	0,00	56,50	-	Desclassificado	Eliminado
0005270	CRISLAN MARINHO ABILIO	20,00	8,00	8,00	18,00	0,00	54,00	-	Desclassificado	Eliminado
0005380	WANDOIR FORNAZA	12,50	8,00	8,00	18,00	-	46,50	-	Desclassificado	Eliminado
0004400	JOÃO JOSE DOS SANTOS	15,00	8,00	2,00	12,00	-	37,00	-	Desclassificado	Eliminado
0004190	LEONIDE MOREIRA BELO	7,50	4,00	2,00	6,00	-	19,50	-	Desclassificado	Eliminado

0005920	SELMA PIABA BENTO	- - - - - - - Desclassificado	Ausente
0004580	VALDEIR SEVERO DE CASTRO	- - - - - - - Desclassificado	Ausente
0004290	JULIANDRE ARRUDA DO AMARAL	- - - - - - - Desclassificado	Ausente
0003490	NELSON CHAGAS GONÇALVES	- - - - - - - Desclassificado	Ausente
0004060	VAGNER DE SOUZA SILVA	- - - - - - - Desclassificado	Ausente

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	TÍT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0001790	RENATA DOS SANTOS FELBEK	17,50	6,00	8,00	39,00	-	70,50	1º	Classificado	Aprovado
0000490	LUCIANA FERREIRA DA SILVA	17,50	8,00	14,00	30,00	-	69,50	2º	Classificado	Excedente
0000570	DANIELE DIAS DE OLIVEIRA	20,00	10,00	12,00	27,00	-	69,00	3º	Classificado	Excedente
0002080	MARCOS CARVALHO BUENO	17,50	8,00	12,00	27,00	-	64,50	4º	Classificado	Excedente
0003260	MARIA HENRIQUETHA ARRUDA DE ARAÚJO	17,50	8,00	8,00	30,00	-	63,50	5º	Classificado	Excedente
0003110	MATEUS BATISTA MOREIRA JUNIOR	20,00	4,00	10,00	27,00	1,50	62,50	6º	Classificado	Excedente
0000060	THIAGO DUFFEKE DA SILVA	17,50	4,00	14,00	24,00	-	59,50	7º	Classificado	Excedente
0001290	YASMIM BAGETTI BRITES	17,50	6,00	8,00	27,00	-	58,50	8º	Classificado	Excedente
0002230	SAMANTHA MYRELLA FERREIRA	15,00	4,00	10,00	27,00	-	56,00	9º	Classificado	Excedente

0000360	ELAINE TAYARA BASILIO DA SILVA	12,50	8,00	10,00	24,00	1,50	56,00	10º	Classificado	Excedente
0000120	TATILA CARVALHO MORAIS	25,00	4,00	6,00	27,00	-	62,00	-	Desclassificado	Eliminado
0004700	GISELE APARECIDA RODRIGUES	10,00	2,00	12,00	36,00	-	60,00	-	Desclassificado	Eliminado
0001470	RAFAELA MOREIRA BEZERRA	17,50	2,00	10,00	30,00	-	59,50	-	Desclassificado	Eliminado
0002050	FRANCIELLE SILVA OLIVEIRA	15,00	2,00	10,00	30,00	-	57,00	-	Desclassificado	Eliminado
0000130	ADRIANE APPIO	17,50	0,00	10,00	24,00	-	51,50	-	Desclassificado	Eliminado
0004500	TATIANE MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA	15,00	0,00	8,00	27,00	-	50,00	-	Desclassificado	Eliminado
0001090	LUCAS ALVES ROSA	7,50	4,00	10,00	27,00	-	48,50	-	Desclassificado	Eliminado
0001280	JANETE DE JESUS	12,50	2,00	10,00	24,00	-	48,50	-	Desclassificado	Eliminado
0003270	EVANEIDE ROSA PEREIRA	10,00	2,00	12,00	24,00	-	48,00	-	Desclassificado	Eliminado
0002910	MARA RUBIA LEONTINO JOAQUIM	12,50	2,00	8,00	24,00	-	46,50	-	Desclassificado	Eliminado
0003740	ADRIELE DE MACEDO ISTENHARTE	15,00	4,00	12,00	15,00	-	46,00	-	Desclassificado	Eliminado
0003130	MARIA GABRIELA OLLER COSTA	17,50	2,00	6,00	18,00	-	43,50	-	Desclassificado	Eliminado
0005670	THAYS FERNANDA NASCIMENTO BONFIM	10,00	2,00	8,00	21,00	-	41,00	-	Desclassificado	Eliminado
0005110	BRUNA CASSIANO BEZERRA	15,00	2,00	12,00	12,00	-	41,00	-	Desclassificado	Eliminado
0000520	MARIA ELIANE DOS SANTOS	12,50	0,00	10,00	18,00	-	40,50	-	Desclassificado	Eliminado
0004480	ARIENE DA CONCEICAO NOBRE	7,50	4,00	10,00	18,00	-	39,50	-	Desclassificado	Eliminado
0005850	DANILLA NAIARA AZEVEDO	15,00	6,00	6,00	12,00	-	39,00	-	Desclassificado	Eliminado
0005730	MARYANA CIMITAN ARGENTA	10,00	6,00	10,00	12,00	-	38,00	-	Desclassificado	Eliminado
0000050	JAQUELINE ADORNO SARTORI	10,00	2,00	6,00	18,00	1,50	37,50	-	Desclassificado	Eliminado
0001900	KEILA DE MATOS FERREIRA	7,50	2,00	8,00	18,00	-	35,50	-	Desclassificado	Eliminado
0004380	BEATRIZ ABREU DOS SANTOS	7,50	2,00	8,00	12,00	-	29,50	-	Desclassificado	Eliminado
0004110	MARCIA DERALDINA FERREIRA	5,00	8,00	10,00	6,00	-	29,00	-	Desclassificado	Eliminado

0001350	ANA BEATRIZ PASSOS DE MEIRELLES	- - - - - - - Desclassificado	Ausente
0001440	IARA REAL DA SILVA	- - - - - - - Desclassificado	Ausente
0004900	CAROLINE VENDRAMIN	- - - - - - - Desclassificado	Ausente
0003310	ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO LIMA	- - - - - - - Desclassificado	Ausente
0004150	JAQUELINE CRISTINA CAMPOS FONSECA	- - - - - - - Desclassificado	Ausente
0001570	JANAINA KASSIA PADILHA DA SILVA	- - - - - - - Desclassificado	Ausente
0000630	CLAUDIANY DOMINGOS DA SILVA	- - - - - - - Desclassificado	Ausente
0004360	JESSICA TEREZINHA FIALHO DOS SANTOS	- - - - - - - Desclassificado	Ausente
0001550	ROBSLENE LIMA DOS SANTOS	- - - - - - - Desclassificado	Ausente
0003990	LUANA BRITO BORGES	- - - - - - - Desclassificado	Ausente
0005370	KHALLINE TAIS NUNES FREITAS	- - - - - - - Desclassificado	Ausente
0005280	NADINE LIMA DA SILVA	- - - - - - - Desclassificado	Ausente
0001660	THAUANY PRISCILA CARNELOSE	- - - - - - - Desclassificado	Ausente
0003850	NATÁLIA RODRIGUES CARRIJO	- - - - - - - Desclassificado	Ausente

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	TÍT	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0005890	CELSO APARECIDO DE OLIVEIRA	17,50	8,00	10,00	39,00	1,50	76,00	1º	Classificado	Aprovado
0005750	MARIA DO CARMO MARQUES AVELAR	17,50	4,00	10,00	27,00	1,50	60,00	2º	Classificado	Aprovado
0000190	ELBIO LUIZ SILVA DE OLIVEIRA	17,50	6,00	12,00	24,00	-	59,50	3º	Classificado	Aprovado
0000860	SELMA APARECIDA DA SILVA	12,50	6,00	12,00	21,00	1,50	53,00	4º	Classificado	Aprovado
0006040	SANDRA MÁRCIA FERREIRA	10,00	4,00	10,00	21,00	-	45,00	5º	Classificado	Aprovado
0005440	BEENEDITO DAMASCENO DA SILVA	20,00	2,00	8,00	24,00	1,50	55,50	-	Desclassificado	Eliminado
0001060	FABIANA LANGNER	12,50	6,00	12,00	15,00	-	45,50	-	Desclassificado	Eliminado
0006260	SAM AMILTON SEREDI	17,50	6,00	10,00	12,00	-	45,50	-	Desclassificado	Eliminado
0002010	CIRO JOSE SAHAIRO	15,00	6,00	6,00	15,00	-	42,00	-	Desclassificado	Eliminado
0005030	MARILI DE SOUZA	15,00	4,00	8,00	15,00	-	42,00	-	Desclassificado	Eliminado
0000670	VITOR TSERERURU TSERERÃIHI	15,00	2,00	10,00	12,00	-	39,00	-	Desclassificado	Eliminado
0003050	MARCIEL TSEREWAIHUM TSEREWAADI	7,50	4,00	8,00	15,00	-	34,50	-	Desclassificado	Eliminado
0003420	MITES SEREHITE SINHOSEEROVI	7,50	4,00	12,00	6,00	-	29,50	-	Desclassificado	Eliminado
0002070	DOMINQUES BUWI	-	-	-	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0003030	CYNTHIA FLÁVIA MORAIS CARRIJO	15,00	6,00	10,00	42,00	73,00	1º	Classificado	Excedente
0002920	ELIEL MARCOS ARAUJO	15,00	4,00	10,00	36,00	65,00	2º	Classificado	Excedente
0003950	ERIKS MATOS DA SILVA	12,50	6,00	8,00	36,00	62,50	3º	Classificado	Excedente
0004630	SANDRA MATEUS BAGETTI DA SILVA	15,00	4,00	8,00	33,00	60,00	4º	Classificado	Excedente
0002330	RICARDO BALTAZAR DE JESUS	12,50	4,00	8,00	30,00	54,50	5º	Classificado	Excedente
0002700	DENISE POLIANA ALVES GARCIA DA SILVA	12,50	4,00	8,00	18,00	42,50	6º	Classificado	Excedente
0006210	KETELLIM SOUZA DE OLIVIEIRA	15,00	2,00	4,00	30,00	51,00	-	Desclassificado	Eliminado
0000540	GEISIANE VIEIRA DE MORAES	12,50	4,00	4,00	30,00	50,50	-	Desclassificado	Eliminado
0006200	LUCIANO NSCIMENTO SILVA	5,00	2,00	10,00	30,00	47,00	-	Desclassificado	Eliminado
0005500	RENATA TEIXEIRA DE MORAES	15,00	4,00	6,00	21,00	46,00	-	Desclassificado	Eliminado
0006130	CLEIDE DO SOCORRO CUIMAR	12,50	4,00	12,00	15,00	43,50	-	Desclassificado	Eliminado
0003820	CORINA MARIA ALVES CARRIJO	10,00	4,00	10,00	15,00	39,00	-	Desclassificado	Eliminado
0006240	PEDRO PAULO GOMES FERREIRA DE MENDONÇA	12,50	4,00	6,00	15,00	37,50	-	Desclassificado	Eliminado
0004410	DANILO DO NASCIMENTO LIMA	5,00	4,00	4,00	24,00	37,00	-	Desclassificado	Eliminado
0006140	HEMERSON GUSTAVO DA SILVA GUIMARAES	15,00	2,00	4,00	15,00	36,00	-	Desclassificado	Eliminado
0005580	SAMIR FARID CANAM	-	-	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0001840	ELAINE CRISTINA SERVU	-	-	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000240	DEISE DE OLIVEIRA BRAZ	-	-	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente

0006250	ALESSANDRA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA NUNES	-	-	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0005720	LIDINEI TSEREURI	-	-	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0004690	ADEMÁRIA PEREIRA DELGUINGARO	-	-	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0005250	ANDRESA DE MORAES COSTA	10,00	6,00	8,00	39,00	63,00	1º	Classificado	Aprovado
0005000	SILVANA CELZLEIN	15,00	6,00	8,00	30,00	59,00	2º	Classificado	Excedente
0005880	AUXILIADORA AMANDA DOS SANTOS	12,50	4,00	10,00	30,00	56,50	3º	Classificado	Excedente
0000020	ANTONINO COSTA DE CASTRO	10,00	6,00	10,00	27,00	53,00	4º	Classificado	Excedente
0001400	PAULA LAYSLANY OLIVEIRA DELMON	12,50	6,00	10,00	24,00	52,50	5º	Classificado	Excedente
0004590	PATRICIA LORRAINE DE AVILA RODRIGUES	12,50	6,00	12,00	21,00	51,50	6º	Classificado	Excedente
0006150	MARIA DE FATIMA PORCINA SOUZA OLIVEIRA	12,50	4,00	8,00	21,00	45,50	7º	Classificado	Excedente
0004940	IVONES FERREIRA DE SOUZA ABILIO	10,00	2,00	8,00	36,00	56,00	-	Desclassificado	Eliminado
0002880	DAIANA SOUZA GOMES	15,00	2,00	6,00	33,00	56,00	-	Desclassificado	Eliminado
0004840	MAIZA MARTINS DE OLIVEIRA	15,00	4,00	6,00	30,00	55,00	-	Desclassificado	Eliminado
0004780	IVANIA JESUS SANTOS	12,50	6,00	6,00	30,00	54,50	-	Desclassificado	Eliminado
0005180	DULCILEI BRANDÃO LOPES	12,50	2,00	10,00	27,00	51,50	-	Desclassificado	Eliminado
0000040	VALDENICE OLIVEIRA NASCIMENTO SILVA	10,00	8,00	6,00	27,00	51,00	-	Desclassificado	Eliminado
0003650	FERNANDA ALVES COSTA	12,50	0,00	8,00	30,00	50,50	-	Desclassificado	Eliminado
0005150	TEREZA APARECIDA VIEIRA DA SILVA	7,50	4,00	12,00	27,00	50,50	-	Desclassificado	Eliminado
0003620	SALOMÃO HENRIQUE AFONSO DA SILVA	12,50	4,00	6,00	27,00	49,50	-	Desclassificado	Eliminado
0004810	TELMA RIBEIRO DA SILVA	12,50	2,00	14,00	21,00	49,50	-	Desclassificado	Eliminado
0005090	AMANDA CAMARGO FACCO	12,50	2,00	10,00	24,00	48,50	-	Desclassificado	Eliminado
0003760	POLLYANNA SANTOS FONSECA	15,00	2,00	6,00	24,00	47,00	-	Desclassificado	Eliminado
0005540	RUTH BERTHIELY DE ARAUJO REGES	10,00	6,00	6,00	24,00	46,00	-	Desclassificado	Eliminado
0002710	EVA MARIA SANTOS SOUSA	15,00	2,00	8,00	21,00	46,00	-	Desclassificado	Eliminado
0005410	GUEDRIANE FERREIRA FARIAS	12,50	2,00	4,00	27,00	45,50	-	Desclassificado	Eliminado
0004430	MARELINE ALINA DA SILVA	12,50	2,00	6,00	24,00	44,50	-	Desclassificado	Eliminado
0000300	LUCAS OLIVEIRA DOS SANTOS	10,00	4,00	4,00	24,00	42,00	-	Desclassificado	Eliminado
0002310	ANDRE MENDES COELHO	10,00	2,00	6,00	24,00	42,00	-	Desclassificado	Eliminado
0004740	MARLI DOS SANTOS IBIAPINO	7,50	6,00	4,00	24,00	41,50	-	Desclassificado	Eliminado
0003350	ELIANE JOSE GOMES FIGUEIRA	7,50	2,00	8,00	24,00	41,50	-	Desclassificado	Eliminado
0005560	ENEKELES MENDES DA SILVA	12,50	2,00	6,00	21,00	41,50	-	Desclassificado	Eliminado
0004220	SAMUEL LUIZ DOS SANTOS CIPRIANO	12,50	4,00	10,00	15,00	41,50	-	Desclassificado	Eliminado
0004680	ELIANA CRISTINA DIAS	5,00	4,00	8,00	24,00	41,00	-	Desclassificado	Eliminado
0001300	DAYANNE FERREIRA	10,00	2,00	8,00	21,00	41,00	-	Desclassificado	Eliminado
0002180	ÉLSON MARQUÊS DE MORAES	10,00	4,00	2,00	24,00	40,00	-	Desclassificado	Eliminado
0005620	MARLENE JOSE DE CARVALHO	7,50	4,00	4,00	24,00	39,50	- Desclassificado	Eliminado	
0001930	JAQUELINE HILDA FRANQUIM	7,50	4,00	4,00	24,00	39,50	- Desclassificado	Eliminado	
0001940	GEISIELLY VIEIRA DE MORAES	7,50	2,00	6,00	24,00	39,50	- Desclassificado	Eliminado	
0001730	HELENA RODRIGUES DA SILVA	12,50	4,00	8,00	15,00	39,50	- Desclassificado	Eliminado	
0005990	VANETE MOREIRA LIMA	10,00	6,00	6,00	15,00	37,00	- Desclassificado	Eliminado	
0003460	LEIDIANE BALTAZAR DE JESUS FERREIRA	10,00	2,00	6,00	18,00	36,00	- Desclassificado	Eliminado	
0001860	LAZARO PORCINO DE SOUZA	5,00	2,00	8,00	18,00	33,00	- Desclassificado	Eliminado	
0004790	LEIDIANE VAZ DA SILVA FREITAS	12,50	2,00	8,00	9,00	31,50	- Desclassificado	Eliminado	
0004080	MARCIA NICKHORN GONCALVES	-	-	-	-	-	- Desclassificado	Ausente	
0004160	ROBERTA ELISA JORGE	-	-	-	-	-	- Desclassificado	Ausente	
0004300	WERICA DOS SANTOS JACYNTHO	-	-	-	-	-	- Desclassificado	Ausente	
0001370	FABIANA DE OLIVEIRA DA FONSECA	-	-	-	-	-	- Desclassificado	Ausente	
0001980	ALINE ALVES DA SILVA	-	-	-	-	-	- Desclassificado	Ausente	
0003970	NADABE FLORES DE FREITAS JUNIOR	-	-	-	-	-	- Desclassificado	Ausente	
0002490	ADILA ALVES DE OLIVEIRA DE GODOY	-	-	-	-	-	- Desclassificado	Ausente	
0005260	JEFFERSON RODRIGUES DE LIMA	-	-	-	-	-	- Desclassificado	Ausente	

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0002160	THALICIA NUBIA DA SILVA CRUZ	12,50	8,00	12,00	24,00	56,50	1º	Classificado	Aprovado
0001850	MARTA DE SOUSA SILVA	17,50	4,00	10,00	21,00	52,50	2º	Classificado	Aprovado
0002640	MARCELO AGUILAR	17,50	4,00	8,00	21,00	50,50	3º	Classificado	Aprovado
0005980	DINALVA GOMES DA SILVA	15,00	4,00	10,00	21,00	50,00	4º	Classificado	Aprovado
0003240	DILMA NOGUEIRA DA SILVA TORQUATO	12,50	8,00	8,00	21,00	49,50	5º	Classificado	Aprovado
0003640	VALQUIRIA DE SOUZA NEVES ALMEIDA	12,50	8,00	8,00	21,00	49,50	6º	Classificado	Excedente
0002650	ROSIMEIRE ALVES AGUIAR	10,00	6,00	8,00	18,00	42,00	7º	Classificado	Excedente
0001410	ADRIANA DAMACENA MOURA	12,50	2,00	10,00	33,00	57,50	-	Desclassificado	Eliminado
0003570	VALDENITA BARBOSA DE ARAUJO	17,50	2,00	12,00	21,00	52,50	-	Desclassificado	Eliminado
0002170	MARIA CARDOSO DOS SANTOS	12,50	6,00	6,00	18,00	42,50	-	Desclassificado	Eliminado
0003250	ELIETE APARECIDA GOMES SOARES	7,50	6,00	10,00	18,00	41,50	-	Desclassificado	Eliminado
0005460	APARECIDA MARCOLINO GONÇALVES	5,00	8,00	6,00	21,00	40,00	-	Desclassificado	Eliminado
0000250	CREUMARIA RODRIGUES DE SOUSA	15,00	4,00	6,00	15,00	40,00	-	Desclassificado	Eliminado
0004180	MARINAIDE GOMES DE OLIVEIRA	15,00	0,00	10,00	15,00	40,00	-	Desclassificado	Eliminado
0004100	MARCIA BENTO DAVID	12,50	2,00	10,00	15,00	39,50	-	Desclassificado	Eliminado
0004540	ROSIRENE DIAS DA SILVA	12,50	2,00	6,00	18,00	38,50	-	Desclassificado	Eliminado
0002860	ELIZABETE CANDIDA DE ARAUJO	15,00	2,00	6,00	15,00	38,00	-	Desclassificado	Eliminado
0004130	EDELIZES APARECIDA LEDUR	10,00	6,00	10,00	12,00	38,00	-	Desclassificado	Eliminado

0005230	ELLEN SANDRA ALCANTARA DA SILVA	15,00	4,00	10,00	9,00	38,00	-	Desclassificado	Eliminado
0005930	DALVA DE JESUS NASCIMENTO	12,50	6,00	4,00	15,00	37,50	-	Desclassificado	Eliminado
0003670	VALDUIRIS FERREIRA DOS SANTOS	12,50	2,00	6,00	15,00	35,50	-	Desclassificado	Eliminado
0003680	PATRICIA MARIANO PEREIRA	12,50	6,00	8,00	9,00	35,50	-	Desclassificado	Eliminado
0001310	VALERIA DAMACENA MOURA TAVARES	10,00	6,00	6,00	9,00	31,00	-	Desclassificado	Eliminado
0001220	LÍCIO TIRONTAWA SEREWIBA	10,00	6,00	6,00	9,00	31,00	-	Desclassificado	Eliminado
0002540	ESTEFANIA DE SOUZA TAVARES	12,50	6,00	6,00	6,00	30,50	-	Desclassificado	Eliminado
0000920	ADRIANA CAVALLI	10,00	4,00	4,00	12,00	30,00	-	Desclassificado	Eliminado
0000760	VALDELINO DA SILVA SANTOS	12,50	2,00	6,00	9,00	29,50	-	Desclassificado	Eliminado
0000700	RONISCLEI GUIDA SOARES	10,00	2,00	8,00	9,00	29,00	-	Desclassificado	Eliminado
0006180	MARIA APARECIDA DE JESUS VENEGA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0005970	LUCIANE FERRO RODRIGUES ALVES	-	-	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0005630	MARIA ROSA CAVALCANTE DE SOUZA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0000830	JUSCILENE GONÇALVES SILVA CAVALCANTI	-	-	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente

0004210	SILVANO DE ARRUDA E SILVA	- - - - - - Desclassificado	Ausente
0000380	THAYNÁ CAMILA DA SILVA	- - - - - - Desclassificado	Ausente

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0003340	CLEIDILENE ALMEIDA LOPES	17,50	6,00	4,00	30,00	57,50	-	Desclassificado	Eliminado
0005820	MAGNA INSFRAN PONTIS	10,00	6,00	4,00	33,00	53,00	-	Desclassificado	Eliminado
0003470	VERONICE DE SOUZA	12,50	2,00	8,00	30,00	52,50	-	Desclassificado	Eliminado
0000680	CARIDA FRANCIELE ALVES DA SILVA	12,50	4,00	6,00	24,00	46,50	-	Desclassificado	Eliminado
0005120	ERLY FERREIRA DOS SANTOS WOCHNER	7,50	0,00	8,00	27,00	42,50	-	Desclassificado	Eliminado
0004140	CLAUDIMAR TSEDZATSE	2,50	2,00	4,00	21,00	29,50	-	Desclassificado	Eliminado
0002190	MAURA DA COSTA BARBOSA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente

INSCRIÇÃO	NOME	POR	MAT	CG	ESP	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	RESULTADO
0000880	MARILENE OVIDIO DIAS	15,00	4,00	10,00	30,00	59,00	1º	Classificado	Excedente
0003100	CLEIDEMAR CAÇULA MENDES	12,50	4,00	8,00	18,00	42,50	2º	Classificado	Excedente
0000530	MARCELO MADUREIRA VIVAN	7,50	6,00	10,00	24,00	47,50	-	Desclassificado	Eliminado
0000340	VICTOR HUGO DA LUZ SILVA	12,50	8,00	6,00	21,00	47,50	-	Desclassificado	Eliminado
0004850	AGNALDO PODADEIRO	15,00	2,00	6,00	24,00	47,00	-	Desclassificado	Eliminado
0000440	LINDACY VIEIRA ROCHA	15,00	2,00	12,00	18,00	47,00	-	Desclassificado	Eliminado
0000510	OLANDA VIEIRA DE JESUS	10,00	2,00	10,00	24,00	46,00	-	Desclassificado	Eliminado
0003040	FLAVIA LOPES VILELA	15,00	2,00	8,00	21,00	46,00	-	Desclassificado	Eliminado
0000600	SIDNEY ALVES DE JESUS	10,00	2,00	12,00	21,00	45,00	-	Desclassificado	Eliminado
0003910	DIEGO FERNANDES DA SILVA COSTA	10,00	8,00	10,00	15,00	43,00	-	Desclassificado	Eliminado
0004830	ANDERSON ADORNO DE MATOS	12,50	4,00	6,00	18,00	40,50	-	Desclassificado	Eliminado
0000790	EZEQUIEL ALVES AGUIAR	15,00	6,00	8,00	9,00	38,00	-	Desclassificado	Eliminado
0004270	JAIR PAZ	12,50	6,00	6,00	12,00	36,50	-	Desclassificado	Eliminado
0005660	RICARDO DE SOUZA MOREIRA	10,00	4,00	8,00	12,00	34,00	-	Desclassificado	Eliminado
0001580	CRISLÉIA ESPOZETTI BUSCARIOLI LUCIANO	7,50	2,00	6,00	12,00	27,50	-	Desclassificado	Eliminado
0005950	JOSE HELIO DOS SANTOS	-	-	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0005680	JOSE CARLOS DOS SANTOS	-	-	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0001460	CESAR PEREIRA MENEZES	-	-	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente
0003060	MARCIA MARIA PEREIRA DA SILVA	-	-	-	-	-	-	Desclassificado	Ausente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, *no uso de suas atribuições legais, e em consonância com as disposições constitucionais referentes ao assunto, tendo em vista o que consta do art. 37, inciso II da Constituição Federal e a Lei Orgânica do Município e demais leis municipais vigentes, torna público, para conhecimento de todos os interessados a saber:*

I. Divulgar o parecer dos recursos sobre a divulgação do resultado das provas objetivas, práticas e de títulos.

II. Divulgar o resultado Classificatório (Provas objetivas, práticas e de títulos).

III. Definir o prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de recursos na forma prevista do Item 8.2 e 8.3 do Edital de Concurso Público nº 001/2017, contado da data da publicação deste Edital através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato com o fornecimento de dados referente à inscrição do candidato, conforme disposições contidas no endereço eletrônico: www.w2consultores.com.br, no link correspondente ao Processo Seletivo.

IV. O presente Edital e a Listagem Completa estão disponíveis nos endereços eletrônicos: www.w2consultores.com.br e no Quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste/MT e no diário Oficial do Município, disponível no endereço eletrônico: e Jornal Oficial dos Municípios (AMM), disponível no endereço eletrônico: https://diariomunicipal.org/mt/amm/.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se,

Santo Antônio do Leste/MT, 19 de Dezembro de 2017.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA - Prefeito Municipal de Santo Antônio do Leste

RONALDO MARTINS DE AMORIM - Presidente da Comissão

SÔNIA NÍVEA BRUNETTA MUHLBEIER – Secretária (o) da Comissão

ITA ROBERTA SOARES - Membro da Comissão

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE
DECRETO N° 068/2017 - DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a revogação do Decreto nº 061/2017, de 03 de Novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO MT, ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, no uso das atribuições que lhe são atribuídas pela Lei Orgânica do Município, e;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 061/2017, de 03 de Novembro de 2017, que Dispõe sobre a Contenção de Gastos com pessoal através da redução de 25%(vinte e cinco por cento) do salario do Prefeito, Vice-prefeito e dos Cargos Comissionados da Rede Pública Municipal de São José do Povo-MT.

Parágrafo Primeiro Os itens I e II do artigo 2º - Decreto 061/2017, incidirão de imediato na folha de Dezembro 2017.

Paragrafo Segundo Os itens III e IV serão normalizados em 2018.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições ao contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

18 de Dezembro de 2017

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____

__/__/____.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
COORDENADORIA DE TRIBUTAÇÃO - NOTIFICAÇÃO

O município de São José do Rio Claro – MT, pela Coordenadoria de Tributação, notifica os contribuintes: **Aldair Jose do Nascimento, Francisco Ferreira da Silva Filho e Manoel Carlos da Silva.**

Os contribuintes possuem imóvel territorial sujo podendo vir a prejudicar a saúde pública e a estética urbanística, Infringindo a Lei N.° 384/1997, em seu artigo: 145 parágrafo único (Código de Postura). Sujeitando–se a multa de R$ 375,00 a R$ 1.500,00.

Para tal, comunicamos pelo presente, que vossa senhoria deverá **efetuar a limpeza do terreno no prazo de** 1**5 (quinze) dias**, **ou apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias,** a contar da data desta publicação. O não cumprimento desta acarretará nas sanções previstas em lei.

São José do Rio Claro – MT, 19 de Dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 350 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DE PORTERIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - RETIFICAR o Artigo 2º da PORTARIA Nº 042 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016 que passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 2º- DESIGNAR para exercer o cargo de DIRETOR do Centro Educação Infantil Santa Luzia pelo período de 1º DE FEVEREIRO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017, a servidora LUCILANDES CORREA DE LACERDA, portadora do RG 1363377-5-SSP/MT e do CPF. 918.517.691-53, fazendo jus aos vencimentos do cargo".

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 18 DE DEZEMBRO DE 2017

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 347 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- EXONERAR a pedido do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS INTERNOS a servidora ELAINE CRISTINA BETI, nomeada através da PORTARIA DRH Nº 071 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2003.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 18 DE DEZEMBRO DE 2017

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 348 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- EXONERAR do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS EXTERNOS por motivo de FALECIMENTO o servidor ANALTON EVANGELISTA FERREIRA, nomeado através da PORTARIA DRH Nº 053 DE 24 DE JANEIRO DE 2002.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 18 DE DEZEMBRO DE 2017

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 106, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre luto oficial no município em razão do falecimento do Sr. Fidélis José de Souza.

O Prefeito Municipal de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, **Sr. RONALDO FLOREANO DOS SANTOS**,de acordo com as atribuições legais que lhe são atribuídas,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica decretado luto oficial no município de São José dos Quatro Marcos, nos dias 19 e 20 de dezembro de 2017, em razão do falecimento do Sr. Fidélis José de Souza – presidente do Bairro Jardim Bela Vista e coordenador da Companhia de Reis do Barreirão.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, aos 19 dias do mês de dezembro de 2017.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 349 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DE PORTERIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - RETIFICAR o Artigo 2º da PORTARIA Nº 041 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016 que passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 2º- DESIGNAR para exercer o cargo de DIRETOR ESCOLAR da Escola Municipal Boa Esperança pelo período de 1º DE FEVEREIRO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017, o servidor JOÃO PAULO GAMA DE OLIVEIRA, portador do RG 1322214-7-SSP/MT e do CPF. 931.652.501-20, fazendo jus aos vencimentos do cargo".

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 18 DE DEZEMBRO DE 2017

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 351 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE RETIFICAÇÃO DE PORTERIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - RETIFICAR o Artigo 2º da PORTARIA Nº 043 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2016 que passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 2º- DESIGNAR para exercer o cargo de DIRETOR do Centro Educação Infantil Marcelino Penachioni pelo período de 1º DE FEVEREIRO DE 2016 A 31 DE DEZEMBRO DE 2017, a servidora CRISTIANE APARECIDA FRAGA, portadora do RG 1348077-4-SSP/MT e do CPF. 934.223.181-00, fazendo jus aos vencimentos do cargo".

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA | PUBLICADA | CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 18 DE DEZEMBRO DE 2017

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE CONTRATO DO DEPARTAMENTO PESSOAL DE Nº 054/2017

EXTRATO DE CONTRATO DO DEPARTAMENTO PESSOAL de Nº 054/2017

Número do Contrato: nº 054/2017

Lei Autorizativa: 532/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

Contratado: Gessé Oliveira da Silva

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Odontólogo

Valor do Contrato: 2.045,16 mensais

Data da Assinatura: 06/11/2017

Vigência: 31/12/2017 a 31/12/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE CONTRATO DO DEPARTAMENTO PESSOAL Nº 055/2017

EXTRATO DE CONTRATO DO DEPARTAMENTO PESSOAL

Número do Contrato: nº 055/2017

Lei Autorizativa: 532/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

Contratado: MARIA ROSANE DA SILVA

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de Técnico Administrativo 30 Horas

Valor do Contrato: 947,23 mensais

Data da Assinatura: 01/12/2017

Vigência: 01/12/2017 a 31/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2017/ SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagraram como vencedoras no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO Nº. 040/2017/SAMAE**, referente a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA NAS UNIDADES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA/MT,** as empresas **ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – ME, CNPJ: 00.226.324/0001-42,** para os itens: 1, 2, 3, 4, 5, 14, 15, 23, 25, 26, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 43, 45, 47, 49, 50, 53, 57, 59, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 78, 79, 80, 82, 84, 85, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 119, 120, 123, 124, 130, 131, 132, 134, 135, 141, 142, 143, 144, 145, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 165, 166, 170, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 180, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 192, 193, 197, 198, 199, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 211, 212, 213, 214, 215, 220, 221, 222, 230, 231, 232, 233, 244, 245, 248, 249, 254, 255, 256, 258, 261, 265, 266, 267, 276, 277, 278, 280, 281, 282, 283, 288, 289, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 304, 305, 306, 307 e 308; e **COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – ME, CNPJ: 26.579.029/0001-63,** para os itens: 7, 8, 9, 13, 24, 38 ,40, 42, 44, 48, 51, 52, 54, 55, 56, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 68, 69, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 86, 87, 88, 89, 98, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 121, 122, 125, 127, 128, 133, 136, 137, 138, 139, 140, 146, 147, 148, 164, 167, 169, 175, 181, 183, 191, 194, 195, 200, 201, 205, 209, 210, 229, 235, 236, 237, 238, 246, 247, 251, 252, 253, 257, 259, 262, 279, 284, 285, 286, 287, 290, 293, 299, 300, 301 e 302.

Tangará da Serra/MT, 19 de Dezembro de 2017.

Edinéia G. de Souza Vieira - Setor de Licitação do SAMAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 009/2017 - P S 003/2017 - DIVULGA O GABARITO PRELIMINAR DAS PROVAS OBJETIVAS

EDITAL COMPLEMENTAR 009/2017

PROCESSO SELETIVO N.º 003/2017

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO O GABARITO PRELIMINAR DA PROVA OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017**, destinado à formação de cadastro de reserva**,** para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Esportes, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Secretaria Municipal de Administração.

1. Divulgar o gabarito da Prova Objetiva realizada no dia 17/12/2017:

CARGO: 660 - PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	D	C	B	B	D	D	B	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	C	C	A	C	A	D	D	A	C

CARGO: 676 - PROFESSOR ED. INFANTIL/EJA 1º SEG/ANOS INICIAIS – ZONA RURAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	A	C	B	D	A	C	A	C	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	B	D	B	A	D	C	A	D	B

CARGO: 1115 - PROFESSOR ED. INFANTIL/EJA 1º SEG/ANOS INICIAIS CME JUCILEIDE PRAXEDES

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	A	C	B	D	A	C	A	C	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	B	D	B	A	D	C	A	D	B

CARGO: 1117 - PROFESSOR ED. INFANTIL/EJA 1º SEG/ANOS INICIAIS CME DIVA M. JUNQUEIRA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	A	C	B	D	A	C	A	C	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	B	D	B	A	D	C	A	D	B

CARGO: 1118 - PROFESSOR ED. INFANTIL/EJA 1º SEG/ANOS INICIAIS CME CHAPADÃO DO RIO VERDE

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	A	C	B	D	A	C	A	C	B

QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	B	D	B	A	D	C	A	D	B

CARGO: 657 - PROFESSOR ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO – ZONA URBANA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	A	C	B	D	A	C	A	C	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	B	D	B	A	D	C	A	D	B

CARGO: 932 - PROFESSOR DA SALA MULTIFUNCIONAL/ED. ESPECIAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	B	A	D	C	B	C	A	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	A	A	C	B	A	C	D	C	B

CARGO: 961 - PROFESSOR DA SALA MULTIFUNCIONAL/ED. ESPECIAL - LIBRAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	B	A	D	C	B	C	A	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	A	A	C	B	A	C	D	C	B

CARGO: 863 - PROFESSOR DA SALA MULTIFUNCIONAL/ED. ESPECIAL – LIBRAS/BRAILLE

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	B	A	D	C	B	C	A	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	A	A	C	B	A	C	D	C	B

CARGO: PROFESSOR MATEMÁTICA – ZONA URBANA E RURAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	A	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	A	D	C	D	C	ANULADA	B	C	ANULADA	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	A	B	D	D	B	C	A	A	B

CARGO: PROFESSOR MATEMÁTICA – ZONA URBANA E RURAL - LIBRAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	A	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	A	D	C	D	C	ANULADA	B	C	ANULADA	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	A	B	D	D	B	C	A	A	B

CARGO: PROFESSOR LÍNGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL - LIBRAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	A	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	C	C	C	D	B	D	D	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	D	B	C	C	D	C	A	C	D

CARGO: 658 - PROFESSOR LÍNGUA PORTUG. E ESTRANGEIRA – ZONA URBANA E RURAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	A	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	C	C	C	D	B	D	D	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	D	B	C	C	D	C	A	C	D

CARGO: 656- PROFESSOR HISTÓRIA – ZONA URBANA E RURAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	A	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	A	B	B	A	C	A	C	B	B	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	C	A	D	C	B	C	D	D	B

CARGO: 655 - PROFESSOR GEOGRAFIA – ZONA URBANA E RURAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	A	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	B	A	C	D	A	C	B	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	B	C	B	D	C	C	A	B	C

CARGO: 654 - PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – ZONA URBANA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	A	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	A	D	C	D	A	C	B	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	D	C	B	B	D	A	C	B	C

CARGO: 651 - PROFESSOR CIÊNCIAS NATURAIS – ZONA URBANA E RURAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	A	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	B	C	A	B	A	D	C	B	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	A	D	B	C	A	A	C	B	D

CARGO: 786 - PROFESSOR SÉRIES INICIAIS E FINAIS DO EF INDÍGENA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	A	B	C	B	B	D	A	C	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	A	D	C	B	D	B	B	D	A	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	A	D	A	A	C	B	A	D	B

CARGO: 793 – NUTRICIONISTA - SEMEC

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	B	C	B	D	A	D	C	A	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	A	D	B	A	D	C	B	C	D

CARGO: 662 – INTÉRPRETE DE LIBRAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	A	A	B	A	C	B	D	A
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	D	B	D	C	B	C	B	A	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	B	B	D	C	B	C	B	D	C

CARGO: 578 - AUX. DE DESENV. INFANTIL E ED. ESPECIAL – ZONA URBANA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	A	D	B	A	C	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	D	B	B	C	B	C	D	C	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	A	B	C	A	D	A	B	A	B

CARGO: 963 - AUX. DE DESENV. INFANTIL E ED. ESPECIAL – ZONA RURAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	A	D	B	A	C	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

RESPOSTA	B	D	B	B	C	B	C	D	C	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	A	B	C	A	D	A	B	A	B

CARGO: 1110 - AUX. DE DESENV. INFANTIL E ED. ESPECIAL – CME DIVA MARTINS JUNQUEIRA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	A	D	B	A	C	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	D	B	B	C	B	C	D	C	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	A	B	C	A	D	A	B	A	B

CARGO: 1111- AUX. DE DESENV. INFANTIL E ED. ESPECIAL – CME JUCELEIDE PRAXEDES

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	A	D	B	A	C	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	D	B	B	C	B	C	D	C	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	A	B	C	A	D	A	B	A	B

CARGO: 570 - AJUDANTES DE SERVIÇOS GERAIS - INDÍGENAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	D	C	C	A	D	D	C	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	B	A	D	B	B	A	B	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	B	C	B	D	B	C	D	A	D

CARGO: 790 - AJUDANTES DE SERVIÇOS GERAIS – ZONA URBANA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	C	A	B	D	B	D	A	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	B	B	C	B	D	A	D	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	B	A	C	D	B	C	D	A	C

CARGO: 1112 - AJUDANTES DE SERVIÇOS GERAIS - RURAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	C	A	B	D	B	D	A	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	B	B	C	B	D	A	D	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	B	A	C	D	B	C	D	A	C

CARGO: 1113 - AJUDANTES DE SERVIÇOS GERAIS – CME DIVA MARTINS JUNQUEIRA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	C	A	B	D	B	D	A	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	B	B	C	B	D	A	D	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	B	A	C	D	B	C	D	A	C

CARGO: 1114 - AJUDANTES DE SERVIÇOS GERAIS – CME ULISSES GUIMARÃES

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	C	A	B	D	B	D	A	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	B	B	C	B	D	A	D	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	B	A	C	D	B	C	D	A	C

CARGO: 794 - MOTORISTA - INDÍGENA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	A	C	A	C	B	B	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	B	D	D	A	A	D	B	B	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	C	B	A	D	B	A	C	A	B

CARGO: 573 - MOTORISTA – ZONA RURAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	A	C	A	C	B	B	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	B	D	D	A	A	D	B	B	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	C	B	A	D	B	A	C	A	B

CARGO: 792 - VIGIA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	B	C	A	B	D	B	D	A	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	B	B	C	B	D	A	D	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	B	A	C	D	B	C	D	A	C

CARGO: 789 - AGENTE ADMINISTRATIVO SEMEC

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	A	D	B	A	C	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	D	A	B	D	A	B	D	A	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	D	C	D	D	A	C	D	A	B

CARGO: 775 - PEDAGOGO - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	D	C	C	D	C	D	B	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	A	A	D	A	C	B	C	B	C

CARGO: 930 - ASSISTENTE SOCIAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	B	D	A	B	A	D	A	B	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	C	B	A	D	C	D	C	A	B

CARGO: 732 - PSICÓLOGO - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	A	C	B	D	B	D	B	B	D	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	B	B	B	C	D	C	D	D	A

CARGO: 770 - ORIENTADOR SOCIAL - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	A	D	A	B	B	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	D	A	B	B	C	A	B	D	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	A	C	B	D	A	C	D	B	A

CARGO: 771- AGENTE SOCIAL - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	A	D	B	C	A	B	A	B	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	A	D	B	C	C	D	A	B	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	B	C	A	B	D	C	B	A	C

CARGO: 879 - ENTREVISTADOR SOCIAL - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	A	D	B	C	A	B	A	B	A	B

QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	C	B	D	A	C	D	B	B	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	D	A	B	C	C	D	A	B	A

CARGO: 881 - AGENTE DO PROGRAMA ACESSUAS - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	A	D	A	B	B	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	D	A	B	C	B	D	A	B	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	D	B	D	D	C	A	C	A	A

CARGO: 1053 - INSTRUTOR DE OFICINAS DE TECLADO, VIOLÃO E CORAL - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	A	D	A	B	B	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	C	D	C	B	B	A	B	D	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	C	A	A	D	A	B	D	C	A

CARGO: 1054 - INSTRUTOR DE OFICINA DE DANÇA - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	A	D	A	B	B	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	C	D	C	B	B	A	B	D	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	C	A	A	D	A	B	D	C	A

CARGO: 1055 - INSTRUTOR DE ARTES PLÁSTICAS, DESENHO E PINTURA - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	A	D	A	B	B	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	C	D	B	A	B	D	A	B	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	A	C	A	A	D	B	C	A	A

CARGO: 1056 - INSTRUTOR DE ARTESANATO - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	A	D	A	B	B	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	A	A	C	D	C	B	A	D	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	B	D	C	B	C	B	C	D	B

CARGO: 880 - GERENTE DO PROGRAMA ACESSUAS - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	D	C	C	A	A	D	B	A	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	C	B	B	D	C	A	B	A	B

CARGO: 785 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - SEMAS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	B	A	B	C	C	A	D	B	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	C	A	C	D	A	C	B	C	B

CARGO: ENGENHEIRO SANITARISTA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	D	B	B	D	B	A	A	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

RESPOSTA	C	A	C	D	A	A	D	C	C	B

CARGO:1092 - PROF. DE EDUCAÇÃO FÍSICA/FUTEBOL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	A	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	A	D	C	D	A	C	B	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	D	C	B	B	D	B	C	C	A

CARGO: 1093 - PROF. DE EDUCAÇÃO FÍSICA/FUTSAL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	A	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	A	D	C	D	A	C	B	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	D	C	B	B	D	C	A	B	C

CARGO: 1094 - PROF. DE EDUCAÇÃO FÍSICA/BASQUETEBOL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	A	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	A	D	C	D	A	C	B	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	D	C	B	B	D	A	D	B	C

CARGO: 1095 - PROF. DE EDUCAÇÃO FÍSICA/VOLEIBOL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	A	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	A	D	C	D	A	C	B	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	D	C	B	B	C	B	A	B	D

CARGO: 1096 - PROF. DE EDUCAÇÃO FÍSICA/HANDEBOL

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	B	D	C	A	D	A	A	B
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	A	D	C	D	A	C	B	C	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	D	C	B	B	A	C	D	B	C

CARGO: 1097 - INSTRUTOR DE ARTES MARCIAIS/ CAPOEIRA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	B	A	B	D	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	C	A	D	D	B	A	C	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	D	B	A	C	D	C	D	A	A

CARGO: 1098 - INSTRUTOR DE ARTES MARCIAIS/ KARATÊ

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	B	A	B	D	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	C	A	D	D	B	A	C	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	B	A	C	D	C	B	D	C	A

CARGO: 1099 - INSTRUTOR DE ARTES MARCIAIS/ JUDÔ

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	B	A	B	D	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	C	A	D	D	B	A	C	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	B	A	C	C	A	C	D	C	D

CARGO: 1100 - INSTRUTOR DE ARTES MARCIAIS/ JIU-JITSU

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	B	A	B	D	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	C	A	D	D	B	A	C	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	C	A	D	C	B	C	A	D	A

CARGO: 451 - FARMACÊUTICO – PROGRAMA CTA/SAE

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	C	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	C	B	D	A	D	B	C	D	A	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	C	B	A	D	C	D	C	B	A

CARGO: 684 - MÉDICO CLÍNICO GERAL – LEI 3340/2010

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	B	D	B	C	C	D	C	B	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	D	D	B	C	B	B	C	D	D

CARGO: 382 - RECEPCIONISTA - PSF

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	A	A	D	B	B	D	C	C	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	A	B	A	D	B	A	C	A	C	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	C	D	A	B	C	A	D	C	A

CARGO: 625 - ENFERMEIRO - UMS

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	D	A	D	C	A	B	D	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	B	D	C	A	B	D	A	B	C	D

CARGO: 701 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	A	D	B	A	C	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	D	A	B	D	A	B	D	A	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	C	B	D	A	B	C	A	D	A

CARGO: 546 - AGENTE ADMINISTRATIVO II – CTA/SAE

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	A	D	B	A	C	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	D	A	B	D	A	B	D	A	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	C	B	D	A	B	C	A	D	A

CARGO: 707 - MÉDICO INTERVENCIONISTA - SAMU

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	C	D	B	B	C	D	A	B	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	D	C	A	D	C	B	C	D	D

CARGO: 784 - MÉDICO CLÍNICO GERAL – LEI 3640/2011

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

RESPOSTA	B	B	D	B	C	C	D	C	B	D
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	D	D	B	C	B	B	C	D	D

CARGO: 597 - MÉDICO CARDIOLOGISTA

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	D	C	C	A	B	A	D	A	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	D	B	D	D	A	D	C	D	A
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	B	C	D	D	B	B	C	D	D

CARGO: 704 - MAQUEIRO

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	A	A	D	B	B	D	C	C	A	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	A	B	A	D	B	A	C	A	C	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	D	A	C	B	A	C	B	D	A	D

CARGO: 733 - TÉCNICO DE ENFERMAGEGM

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	A	D	A	B	B	B	D	C
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	D	A	B	C	D	A	D	C	A	B
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	C	D	B	A	B	A	C	B	D	C

CARGO: 959 - AGENTE ADMINISTRATIVO II

QUESTÕES	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
RESPOSTA	C	A	D	A	A	D	B	A	C	D
QUESTÕES	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
RESPOSTA	B	D	A	B	D	A	B	D	A	C
QUESTÕES	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
RESPOSTA	A	C	B	D	A	B	C	A	D	C

2. Os recursos quanto ao gabarito da prova objetiva deverão ser protocolados, com as devidas fundamentações, no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, situado à Avenida Brasil nº 2350-N, Jardim Europa, **das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 16h00 nos dias 19 e 20/12/2017.**

Tangará da Serra – MT, 19 de dezembro de 2017.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Prof. Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Selton Jose Vieira

Secretário Municipal de Infraestrutura

Itamar Martins Bonfim

Secretário Municipal de Saúde

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Aguinaldo Garrido

Secretário Municipal de Assistência Social

Magno Cesar Ferreira

Secretário Municipal de Meio Ambiente

Ademir Aparecido Anibale

Secretário Municipal de Esportes

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO RESCISÃO CONTRATUAL Nº 00020000146/2012/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT /**BANCO BRADESCO S/A /** Fica rescindido o Contrato Administrativo nº **146/ADM/2012**, celebrado entre o **MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA** e a Instituição Financeira **BANCO DO BRADESCO S/A**, o qual tinha por objeto a **concessão de uso de espaço público, pelo período de 05 (cinco) anos, conforme caracterizado no item 2.1 do edital de licitação – PREGÃO PRESENCIAL Nº036/2012.**Data da Assinatura **29/09/2017**.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 098/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **K2 SERVIÇOS – ASTROGILDO CANDIDO DE SOUSA JUNIOR-ME /CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS GERAIS, PARA SUPRIR A DEMANDA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ATIVIDADES PROGRAMADAS DESENVOLVIDAS NA UNIDADE EXPERIMENTAL DA SEAPA EM PARCERIA COM A UNEMAT E EMPAER/MT,** para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. R$ 107.064,00 (Cento e sete mil e sessenta e quatro reais). Data da Assinatura **30/11/2017**.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO TERMO ADITIVO DE VALOR N000100000074/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **CONSTRUTORA ATUAL LTDA ME /**Este Termo Aditivo tem por objeto promover o acréscimo de **R$ 90.398,65 (Noventa mil trezentos e noventa e oito reais e sessenta e cinco centavos)**, no quantitativo doContrato Administrativo **nº074/ADM/2014** (objeto*: **Contratação de Empresa Especializada em Engenharia Civil para reforma e ampliação do Centro Municipal de Ensino Indígena Zozoiterô***, o que corresponde a aproximadamente 41,96% (quarenta e um vírgula noventa e seis por cento) do valor do contrato. Data da Assinatura 13**/12/2017**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 067/2017

AVISO DE REPUBLICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 067/2017

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte-MT, através de sua Pregoeira, torna publico, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL N° 67/2017, tendo como objeto: registro de preços para contratação de serviços terceirizados para perfuração de poço tubular profundo na perfuração de 100 (cem) metros de acordo com Termo de Referencia Anexo I deste edital, com realização prevista para o dia 04 de janeiro de 2018, às 08h00 (oito horas), horário de Mato Grosso. O edital completo estará disponível no site www.terranovadonorte.mt.gov.br e também no horário de expediente, na Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT / Departamento de Licitações, sito Cloves Felício Vetoratto, 101, Centro, Terra Nova do Norte - MT.

Terra Nova do Norte - MT, 19 de dezembro de 2017.

Elizangela de Oliveira Azevedo do Santos

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
ERRATA AO EDITAL E TERMO DE REFERENCIA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2017

Errata ao Edital e Termo de Referencia do Pregão Presencial nº 025/2017

Devido a um lapso de nossa parte, referente aos Itens 11 e 15 ao Pregão acima citado: Onde se lê:

11	SERVIÇO DE BIOQUÍMICO PARA PSF DA ZONA URBANA	40 HORAS

Leia-se:

11	SERVIÇO DE BIOQUÍMICO PARA PSF DA ZONA URBANA	30 HORAS

Referente ao Item :

15	SERVIÇO DE ENFERMEIRO PARA O PSF DA ZONA URBANA	40 HORAS

Informamos que o mesmo foi suprimido do certame, visto que este serviço não faz parte do demando da Secretaria Solicitante.

Torixoréu – MT, 19 de dezembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

LEI Nº 666, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a constituição, no Município de União do Sul – MT, do Serviço de Inspeção Municipal e os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos que industrializam e comercializam produtos de origem animal e vegetal e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

“Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei”:

Artigo 1º - Esta Lei fixa normas de inspeção e de fiscalização sanitária no Município de União do Sul para a industrialização, o beneficiamento e a comercialização de produtos de origem animal e vegetal, cria o Serviço de Inspeção Municipal – SIM, e dá outras providências.

Parágrafo Único – Esta Lei está em conformidade com a Lei Federal nº 9.712/1998, com o Decreto Federal nº 5.741/2006 e com o Decreto nº 7. 216/2010, que constituiu e regulamentou o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).

Artigo 2º - A Inspeção Municipal, depois de instalada, pode ser executada de forma permanente ou periódica.

§ 1º - A inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente ou periódica nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais.

§ 2º - Entende-se por espécies animais de abate, os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

§ 3º- Entende-se por estabelecimentos de produtos vegetais, para efeito da presente Lei, qualquer instalação ou local nos quais são produzidos, recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados, rotulados com finalidade comercial ou industrial, de vegetais e seus derivados, bem como os produtos utilizados para a sua industrialização.

Artigo 3º - Nos demais estabelecimentos previstos nesta Lei a inspeção será executada de forma periódica.

§ 1º - Os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida em normas complementares expedidas por autoridade competente da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

§ 2º – A inspeção sanitária se dará:

I - nos estabelecimentos que recebem animais, matérias-primas, produtos, subprodutos e seus derivados, de origem animal para beneficiamento ou industrialização;

II - nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal, em caráter complementar e com a parceria da defesa sanitária animal, para identificar as causas de problemas sanitários apurados na matéria-prima e/ou nos produtos no estabelecimento industrial.

§ 3º – Caberá ao Serviço de Inspeção Municipal - SIM de União do Sul - MT a responsabilidade das atividades de inspeção sanitária.

Artigo 4º - Os princípios a serem seguidos no presente regulamento são:

I - Promover a preservação da saúde humana e do meio ambiente e, ao mesmo tempo, que não implique obstáculo para a instalação e legalização da agroindústria rural de pequeno porte;

II - Ter o foco de atuação na qualidade sanitária dos produtos finais;

III - Promover o processo educativo permanente e continuado para todos os atores da cadeia produtiva, estabelecendo a democratização do serviço e assegurando a máxima participação de governo, da sociedade civil, de agroindústrias, dos consumidores e das comunidades técnica e científica nos sistemas de inspeção.

Artigo 5º – O SIM (Serviço de Inspeção Municipal), órgão afeto à Agricultura do Município de União do Sul-MT, poderá estabelecer parceria e cooperação técnica com municípios e com o Estado de Mato Grosso e a União, podendo ainda participar de consórcio de municípios para facilitar o desenvolvimento de atividades e para a execução do Serviço de Inspeção sanitária em conjunto com outros municípios, bem como poderá solicitar a adesão ao SUASA (Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária).

Parágrafo único – Após a adesão do SIM ao SUASA os produtos inspecionados poderão ser comercializados em todo o território nacional, de acordo com a legislação vigente.

Artigo 6º – A fiscalização sanitária refere-se ao controle sanitário dos produtos de origem animal e vegetal, após a etapa de elaboração, compreendido na armazenagem, no transporte, na distribuição e na comercialização até o consumo final e será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio ambiente, juntamente com a Secretaria Municipal de Saúde (Setor de Vigilância Sanitária) do Município de União do Sul - MT, incluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares, em conformidade ao estabelecido na Lei Federal nº 8.080/1990.

Parágrafo único – A inspeção e a fiscalização sanitária serão desenvolvidas em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade de inspeção e fiscalização sanitária entre os órgãos responsáveis pelos serviços.

Artigo 7º - O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) respeitará as especificidades dos diferentes tipos de produtos e das diferentes escalas de produção, incluindo a agroindústria rural de pequeno porte.

Parágrafo único – Entende-se por estabelecimento agroindustrial rural de pequeno porte o estabelecimento de propriedade de agricultores familiares, de forma individual ou coletiva, localizada no meio rural, com área útil construída não superior a duzentos e cinquenta metros quadrados (250m²), destinado exclusivamente ao processamento de produtos de origem animal ou vegetal, dispondo de instalações para abate e/ou industrialização de animais produtores de carnes, bem como onde são recebidos, manipulados, elaborados, transformados, preparados, conservados, armazenados, depositados, acondicionados, embalados e rotulados a carne e seus derivados, o pescado e seus derivados, o leite e seus derivados, o ovo e seus derivados, os produtos das abelhas e seus derivados, e as hortaliças e frutas e seus derivados, não ultrapassando as seguintes escalas de produção:

a) estabelecimento de abate e industrialização de pequenos animais (coelhos, rãs, aves e outros pequenos animais) – aqueles destinado ao abate e industrialização de produtos e subprodutos de pequenos animais de importância econômica, com produção máxima de 15 toneladas de carnes por mês;

b) estabelecimento de abate e industrialização de animais médios (suínos, ovinos, caprinos) e grandes animais (bovinos/ bubalinos/ equinos) – aqueles destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de médios e grandes animais de importância econômica, com produção máxima de 50 toneladas de carnes por mês;

c) Fábrica de produtos cárneos – aqueles destinados à agroindustrialização de produtos e subprodutos cárneos em embutidos, defumados e salgados, com produção máxima de 15 toneladas de carnes por mês;

d) estabelecimento de abate e industrialização de pescado – enquadram-se os estabelecimentos destinados ao abate e/ou industrialização de produtos e subprodutos de peixes, moluscos, anfíbios e crustáceos, com produção máxima de 50 toneladas de carnes por mês;

e) estabelecimento de ovos - destinado à recepção e acondicionamento de ovos, com produção máxima de 15.000 dúzias/mês;

f) Unidade de extração e beneficiamento do produtos das abelhas - destinado à recepção e industrialização de produtos das abelhas, com produção máxima de 60 toneladas por ano;

g) estabelecimentos industriais de leite e derivados: enquadram-se todos os tipos de estabelecimentos de industrialização de leite e derivados previstos no presente Regulamento destinado à recepção, pasteurização, industrialização, processamento e elaboração de queijo, iogurte e outros derivados do leite, com processamento máximo de 90.000 litros de leite por mês.

h) produtores de hortaliças e frutas: enquadram-se todos os que produzam comercialmente hortaliças e frutas destinadas ao consumidor comum ou à estabelecimentos comerciais em formato “in natura” ou em conservas.

Artigo 8º – Será constituído um Conselho de Inspeção Sanitária com a participação de representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e da Secretaria Municipal de Saúde, dos agricultores e dos consumidores para aconselhar, sugerir, debater e definir assuntos ligados a execução dos serviços de inspeção e de fiscalização sanitária e sobre criação de regulamentos, normas, portarias e outros.

Artigo 9º – Será criado um sistema único de informações sobre todo o trabalho e procedimentos de inspeção e de fiscalização sanitária, gerando registros auditáveis.

Parágrafo único – Será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e da Secretaria Municipal de Saúde - Divisão de Vigilância Sanitária e Ambiental, a alimentação e manutenção do sistema único de informações sobre a inspeção e a fiscalização sanitária do município.

Artigo 10 – Para obter o registro no serviço de inspeção o estabelecimento deverá apresentar o pedido instruído com os seguintes documentos:

I – requerimento simples dirigido ao responsável pelo Serviço de Inspeção Municipal - SIM;

II - laudo de aprovação prévia do terreno, realizado de acordo com instruções baixadas pelo Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;

III - Licença Ambiental Prévia emitida pelo Órgão Ambiental competente ou estar de acordo com a Resolução do CONAMA nº 385/2006;

III-A – Os estabelecimentos que se enquadram na Resolução do CONAMA nº 385/2006 são dispensados de apresentar a Licença Ambiental Prévia, sendo que no momento de iniciar suas atividades devem apresentar somente a Licença Ambiental Única.

IV - documento da autoridade municipal e órgão de saúde pública competentes, atestando que não se opõem à instalação do estabelecimento.

V - apresentação da inscrição estadual, contrato social registrado na junta comercial e cópia do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, ou CPF do produtor para empreendimentos individuais, sendo que esses documentos serão dispensados quando apresentarem documentação que

comprove legalização fiscal e tributária dos estabelecimentos, próprios ou de uma Figura Jurídica a qual estejam vinculados;

VI - planta baixa ou croquis das instalações, com layout dos equipamentos e memorial descritivo simples e sucinto da obra, com destaque para a fonte e a forma de abastecimento de água, sistema de escoamento e de tratamento do esgoto e resíduos industriais e proteção empregada contra insetos;

VII - memorial descritivo simplificado dos procedimentos e padrão de higiene a serem adotados;

VIII - boletim oficial de exame da água de abastecimento, caso não disponha de água tratada, cujas características devem se enquadrar nos padrões microbiológicos e químicos oficiais.

§1º - Tratando-se de agroindústria rural de pequeno porte as plantas poderão ser substituídas por croquis a serem elaborados por engenheiro responsável ou técnicos dos Serviços de Extensão Rural do Estado ou do Município.

§2º - Tratando-se de aprovação de estabelecimento já edificado, será realizada uma inspeção prévia das dependências industriais e sociais, bem como da água do abastecimento, rede de esgoto, tratamento de efluentes e situação em relação ao terreno.

Artigo 11 – O estabelecimento poderá trabalhar com mais de um tipo de atividade, devendo, para isso, prever os equipamentos de acordo com a necessidade para tal, e, no caso de empregar a mesma linha de processamento,deverá ser concluída uma atividade para depois iniciar a outra.

Parágrafo único - O Serviço de Inspeção Municipal pode permitir a utilização dos equipamentos e instalações destinados à fabricação de produtos de origem animal, para o preparo de produtos industrializados que, em sua composição principal, não haja produtos de origem animal, mas estes produtos não podem constar impressos ou gravados os carimbos oficiais de inspeção previstos neste Regulamento, estando os mesmos sob responsabilidade do órgão competente.

Artigo 12 - A embalagem de produtos de origem animal deverá obedecer às condições de higiene necessárias à boa conservação do produto, sem colocar em risco a saúde do consumidor, obedecendo às normas estipuladas em legislação pertinente.

Parágrafo Primeiro - Quando a granel, os produtos serão expostos ao consumo acompanhados de folhetos ou cartazes de forma bem visível, contendo informações previstas no caput deste artigo.

Artigo 13 - Os produtos deverão ser transportados e armazenados em condições adequadas para a preservação de sua sanidade e inocuidade.

Artigo 14 – A matéria-prima, os animais, os produtos, os subprodutos e os insumos deverão seguir padrões de sanidade definidos em regulamento e portarias específicas.

Artigo 15 – Serão editadas normas específicas para venda direta de produtos em pequenas quantidades, conforme previsto no Decreto Federal nº 7.541/2006.

Artigo 16 –As taxas para a realização dos registros e inspeções efetuadas pelo SIM serão de acordo com a tabela abaixo:

Registro de Estabelecimento.	R$ 100,00
Registro de produtos, rótulos ou embalagens.	R$ 25,00
Inspeção Sanitária de produtos de origem Animal (abate), Bovino e Bubalino, por unidade.	R$ 1,10
Aves, por lote de 100 unidades.	R$ 0,75
Ovos, por dúzia.	R$ 0,05
Suínos, Ovinos e Caprinos, por unidade.	R$ 0,30
Fábrica de embutidos, por lote de 100 Kg.	R$ 0,50
Fábrica de conservas, por lote de 100 kg ou unidades	R$ 0,10
Pasteurização de leite, por lote de 100 litros.	R$ 0,20
Fabricação de produtos lácteos, por lote de 100 Kg.	R$ 0,20
Pescado, por lote de 100 Kg.	R$ 0,20
Produtos Apícolas, por lote de 100 Kg.	R$ 0,20

Parágrafo Único –Os estabelecimentos dedicados à produção artesanal ficam isentos de taxas para os efeitos desta Lei.

Artigo 17 –A infração das normas aqui estabelecidas acarretará ao infrator, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil cabível, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I – **Advertência**, em caso de produtos artesanais, quando o infrator for primário ou não tenha agido de má-fé;

II – **Multa de 20%** (vinte por cento) do valor do produto considerado irregular, no caso de produtos artesanais reincidentes;

III – **Multa de 50%** (cinquenta por cento)do valor do produto irregular, em caso de produtores não artesanais ou com estabelecimentos já autuados anteriormente;

IV – **Apreensão** dos produtos em caso de fraude ou contaminação microbiológica ou química que ameacem a saúde dos consumidores.

Parágrafo Único –Caberá recurso em 48 (quarenta e oito) horas, devendo ser apresentado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente para análise em 72 (setenta e duas) horas.

Artigo 18 - Os recursos financeiros necessários à implementação da presente Lei e do Serviço de Inspeção Municipal serão oriundos das verbas alocadas na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, constantes no Orçamento Geral do Município de União do Sul-MT.

Artigo 19 - Os casos omissos ou de dúvidas que surgirem na execução da presente Lei, bem como a sua regulamentação, serão resolvidos através de decretos baixados pelo Prefeito Municipal, e de resoluções baixadas pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, após debatido no Conselho de Inspeção Sanitária.

Artigo 20 - O Poder Executivo regulamentará esta lei no que for necessário, no prazo de cento e vinte dias a contar da data de sua publicação.

Artigo 21 - As empresas já instaladas, para se adequarem à presente Lei, terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados de sua publicação.

Artigo 22 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 23 – Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 19 de dezembro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: II Termo Aditivo aoContrato de Rateio sob nº 014/2017.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 008 de 30/01/1997 e Lei Municipal nº 635 de 10/02/2017.

Concedente: Município de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Proponente: Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires.

CNPJ: 23.019.551/0001-00.

Da Alteração: Fica alterado o **Caput** e o **Parágrafo Segundo** da **Cláusula Segunda do Contrato – "Do Valor"** – para reduzi-lo para R$ 112. 400,00 (cento e doze mil e quatrocentos reais) o valor a ser utilizado para a contratação de serviços médicos, suprimindo-se em R$ 10.000,00 (dez

mil reais) do valor constante do Contrato Originário, passando a viger com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR"

"1.1. O valor do presente Contrato será de R$ 192.815,12 (cento e noventa e dois mil, oitocentos e quinze reais e doze centavos) que será composto de acordo com as seguintes regras:"

"Parágrafo Primeiro: R$ 46.815,12 (quarenta e seis mil, oitocentos e quinze reais e doze centavos) corresponde ao valor de rateio que será pago em 12 (doze) parcelas fixas, conforme deliberação na reunião realizada no dia 02/12/2016, conforme ATA 05/2016."

"Parágrafo Segundo: R$ 112.400,00 (cento e doze mil e quatrocentos reais) é o valor estimado para contratação de serviços médicos, que será pago conforme a utilização pelo município."

"Parágrafo Terceiro: R$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais) é o valor estimado para contratação de serviços da Casa de Apoio, que será pago conforme a utilização pelo município."

1.O valor suprimido através do presente aditivo será reduzido da parcela com vencimento em dezembro de 2017.

Da Ratificação: Ficam inalteradas e ratificadas todas as demais cláusulas contratuais constantes do Contrato Originário nº 014/2017 e do I Termo Aditivo de 02/05/2017, que não tenham sido modificadas pelo presente Termo Aditivo.

Data de assinatura do II Termo Aditivo: 01/12/2017.

Signatários:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Pelo Concedente

ARI GENÉSIO LAFIN

Pelo Proponente

PORTARIA Nº 280/2017

Concede Licença Maternidade à servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, observando o disposto no art. 112, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis Municipais);

Considerando o teor do requerimento com documento médico apresentado pela servidora abaixo identificada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, à servidora Srª. DABILLA DE OLIVEIRA PRATES, ocupante do cargo de *Enfermeira 20H* mediante contrato temporário, portadora do RG nº 2.230. 533-5 SSP/MT e do CPF nº 035.691.041-50, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, no período compreendido desde a data de 01 de dezembro de 2017 até 30 de maio de 2018, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito à 01 de dezembro de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 06 de dezembro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 281/2017

Dispõe sobre prorrogação de licença para tratamento de saúde da servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 100, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida prorrogação de licença para tratamento de saúde, a servidora efetiva Srª. EVAILDES MARIA DE JESUS – Zeladora, Vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, portadora do RG nº 1. 531.437 SSP/GO e CPF nº 315.813.661-91, pelo período de 13 de dezembro de 2017 a 30 de junho de 2018, sem prejuízo da remuneração, mediante concessão de auxílio-doença, a cargo do INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 13 de dezembro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 282 /2017

Institui a Comissão de Avaliação do Termo de Parceria nº 001/2017, firmado entre o Município de União do Sul e a OSCIP Instituto Tupã, e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando o que preceitua a Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 3.000 de 30 de junho de 1999, no que concerne à formação de Comissão de Avaliação do Termo de Parceria nº 001/2017;

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR a Comissão de Avaliação e Acompanhamento da execução do Termo de Parceria nº 001/2017, firmado entre o Município de União do Sul/MT e a Organização da Sociedade Civil Instituto Tupã, designando os membros abaixo relacionados, sob a coordenação do primeiro:

1 - Sr. VANDERLEI TELLES – Membro representante do Departamento de Recursos Humanos – PRESIDENTE;

2 - Sra. LUCIANI REGINA BULLA – Membro representante da Secretaria Municipal de Saúde;

3 - Sra. FABIANA APARECIDA SCHENATTO – Membro representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

4 - Sra. DIONILSE PERONDI – Membro representante do Conselho Municipal de Saúde;

5 - Sr. LUCAS STUANI – Membro representante da OSCIP.

Art. 2º - A Comissão constituída será responsável pelo acompanhamento e avaliação da execução do Termo de Parceria Nº 001/2017, reunindo-se ordinariamente a cada 06 (seis) meses, e extraordinariamente quando necessário, sempre na forma determinada pelo Presidente, devendo observar os procedimentos necessários ao bom andamento.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 19 de dezembro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

LEI Nº 667, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza a procuradoria do Município de União do Sul a realizar acordo judicial no Processo sob Nº 734-44.2009.811.0101 - código nº 51357, tramitando perante a Vara Única da Comarca de Cláudia/MT, e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

"Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei":

Art. 1º - Por força desta lei, fica a procuradoria do Município de União do Sul autorizada a realizar acordo judicial no Processo sob Nº 734-44.2009.811.0101 - código nº 51357, na Ação de Execução de Sentença, tramitando na Vara Única da Comarca de Cláudia/MT, na qual o Município figura no pólo passivo.

Art. 2º - O acordo deverá ser realizado nos termos abaixo, devendo ser fixado em sentença homologatória.

Art. 3º - Para pôr fim à demanda, o Município de União do Sul se obriga expressamente a efetuar o pagamento à Exequente, Moto Ideal Ltda., dos seguintes valores:

a) R$ 90.000,00 (noventa mil reais), em 10 parcelas de R$ 9.000,00 (nove mil reais); e b) 01 (um) terreno localizado na Avenida Florianópolis, lote 16, quadra 09, com área de 544,20 m² (quinhentos e quarenta e quatro metros e vinte centímetros quadrados), matrícula n.º 5.346, Município de União do Sul/MT, representando a integralidade do valor devido no presente feito.

Art. 4º - O pagamento do valor referido no artigo 3º, alínea "a", será da seguinte forma: a) 10 (dez) parcelas de R$ 9.000,00 (nove mil reais), iniciando-se a primeira após a aprovação do presente acordo pela Câmara de Vereadores de União do Sul/MT, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias. § 1º - As 02 (duas) primeiras parcelas de R$ 9.000,00 (nove mil reais) cada, referente aos honorários advocatícios, deverão ser depositadas na conta corrente de n.º 1758-0, agência n.º 0854, operação 003, Caixa Econômica Federal, em nome de Pereira e Machiaveli Advogados Associados, inscrito no CNPJ n.º 10.374.495/0001-72. § 2º - As 08 (oito) demais parcelas de R$ 9.000,00 (nove mil reais) cada, deverão ser depositadas na conta corrente de n.º 80029-5, agência n.º 0812, da instituição financeira SICREDI, em nome de Moto Ideal Ltda., inscrita no CNPJ n.º 14.936.231/0001-16.

Art. 5º - O imóvel descrito na alínea "b" do artigo 3º deverá ser transferido para o nome de Nelson Reinoldo Kaefer, brasileiro, casado, empresário, portador da carteira de identidade número 3077763-1, inscrito no CPF sob número 191.556.899-49, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 6º - Os valores apurados deverão ser pagos pelo Município em crédito em conta corrente do autor/procurador conforme devidamente indicado no acordo.

Art. 7º - A despesa decorrente desta lei correrá por conta de dotação orçamentária própria do orçamento municipal vigente, suplementada se necessário.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 19 de dezembro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

LEI Nº 668, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Ratifica o acordo judicial no Processo sob Nº 1642-91.2015.811.0101, código n.º 88282, homologado pela Vara Única da Comarca de Cláudia/MT, e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

"Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei":

Art. 1º - Por força desta lei fica ratificado o acordo judicial celebrado no Processo Cível e do Trabalho, sob Nº 1642-91.2015.811.0101 - código n.º 88282, homologado pela Vara Única da Comarca de Cláudia/MT, no qual o Município figura no pólo passivo.

Art. 2º - O acordo foi celebrado em Audiência de Instrução e Julgamento com sentença homologatória, nos termos abaixo:

Art. 3º - Para pôr fim à demanda, o Município de União do Sul se obriga expressamente a efetuar o pagamento ao Requerido, Ademir Gonçalves Vieira, dos seguintes valores:

a) R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a serem pagos em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, no importe de R$ 2.000,00 (dois mil reais) cada.

Art. 4º - O pagamento do valor referido no artigo 3º, alínea "a", iniciará após a aprovação do presente acordo pela Câmara de Vereadores de União do Sul/MT, no prazo de 45 dias.

Art. 5º - As parcelas deverão ser depositadas na instituição bancária Banco do Brasil, agência nº 0587-8, conta corrente nº 43.251-2, de titularidade de Fabiano Paulo Constantini, inscrito no CPF sob n.º 042-236-559-90.

Art. 6º - Os valores apurados deverão ser pagos pelo Município em crédito em conta corrente do autor/procurador conforme devidamente indicado no acordo.

Art. 7º - A despesa decorrente desta lei correrá por conta de dotação orçamentária própria do orçamento municipal vigente, suplementada se necessário.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 19 de dezembro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

LEI Nº 669, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o licenciamento ambiental e institui a cobrança de taxas de licenciamento e fiscalização ambiental e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

"Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei":

Art. 1º. O Município, através dos seus órgãos competentes, conjuntamente com os órgãos federais e estaduais, exercerá o controle das atividades industriais, comerciais, de prestação de serviços e outras fontes de qualquer natureza que produzam ou possam produzir alterações adversas ao meio ambiente.

Art. 2º. As pessoas físicas ou jurídicas, inclusive os órgãos e entidades da Administração Pública que vierem a construir, instalar, ampliar e funcionar estabelecimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais, considerados efetiva e potencialmente poluidores capazes, sob qualquer forma, de

causar degradação ambiental, dependerão do prévio licenciamento quando de sua competência, ou do órgão ambiental responsável, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

Art. 3º. O Município emitirá as seguintes licenças, de caráter obrigatório:

I - Licença Prévia (LP): concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental, devendo ser observados os planos municipais, estaduais e federais de uso dos recursos naturais e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - Licença de Instalação (LI): autorizará a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes;

III - Licença de Operação (LO): concedida após cumpridas todas as exigências feitas por ocasião da expedição da LI, autorizando o inicio do empreendimento ou atividade licenciada e o funcionamento de seus equipamentos de controle ambiental, de acordo com o previsto na Licença Prévia (LP) e Licença de Instalação (LI);

IV - Licença de Operação Provisória (LOP): será concedida na forma do regulamento, estabelecendo as condições de realização ou operação do empreendimento, atividades, pesquisas e serviços de caráter temporário ou para execução de obras que não caracterizem instalações permanentes. Caso o empreendimento, atividade, pesquisa, serviço ou obra de caráter temporário passe a configurar situação permanente, será exigido o licenciamento ambiental correspondente;

Art. 4º. Ficam estabelecidos os prazos de validade de cada tipo de licença, observando o cronograma apresentado pelo empreendedor e os limites máximos de:

I - Licença Prévia: mínimo de 03 (três) anos e máximo de 04 (quatro) anos;

II - Licença de Instalação: mínimo de 03 (três) anos e máximo de 05 (cinco) anos;

III - Licença de Operação: mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos;

IV - Licença de Operação Provisória: máximo de 03 (três) anos;

Art. 5º. A renovação da licença de operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias, contados da data de expiração de seu prazo de validade, fixado na respectiva licença, ficando este automaticamente prorrogado até manifestação definitiva do Município.

Art. 6º. O Município, mediante decisão motivada, poderá modificar as condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - omissão ou falsa descriminação de informações relevantes que subsidiariam a expedição da licença;

III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Art. 7º. A licença ambiental também poderá ser cancelada, mediante requerimento do empreendedor, o qual informará a paralisação das atividades desenvolvidas. O requerimento deverá ser instruído com o Plano de Desativação, o qual conterá:

I – A situação ambiental existente;

II - Informações quanto à implementação de medidas de restauração e de recuperação da qualidade ambiental das áreas que serão desativadas ou desocupadas.

III - O órgão competente deverá analisar o Plano de Desativação, verificando a adequação das propostas apresentadas.

IV - Após a restauração e/ou recuperação da qualidade ambiental, o empreendedor deverá apresentar relatório final, acompanhado das respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica, atestando o cumprimento das normas estabelecidas no Plano de Desativação.

Art. 8º. Quando a expedição de Licença de Instalação (LI) envolver a supressão da cobertura vegetal, ou remoção da fauna, a autorização de desmatamento e de resgate da fauna será concedida pelo órgão ambiental responsável pela expedição da respectiva licença.

Art. 9º. Quando ocorrer alteração da razão social ou denominação social, demais alteração contratual da empresa relativa aos sócios ou aquisição do empreendimento com a constituição de nova empresa do local, poderão ser emitidas as licenças ambientais existentes em nome do novo favorecido, com o prazo de validade da licença anterior, desde que não seja alterada a atividade, ampliado as estruturas ou alterado o Plano de Controle Ambiental do empreendimento, precedida de vistoria técnica no local.

Parágrafo único. Quando ocorrerem os fatos previstos no *caput* em processos em andamento em que as licenças não foram emitidas, deverão ser apresentados os documentos administrativos e técnicos da nova empresa, sendo aproveitadas as taxas pagas.

Art. 10. A Licença Prévia e Licença de Instalação poderá ser renovada uma única vez.

Art. 11. A análise dos processos de licenciamento ambiental será realizada por servidores de nível superior designado por portaria ou por técnicos com nível superior que prestem serviços a órgãos ou entidades vinculadas ao Município por meio de consórcio, ou por meio de termo de parceria ou termo de cooperação.

Art. 12. As Licenças Ambientais serão concedidas somente mediante parecer técnico favorável.

Art. 13. Os responsáveis técnicos deverão possuir cadastro com validade de 01 (um) ano.

Art. 14. Os estudos necessários ao processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados, às expensas do empreendedor.

Parágrafo único - O empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos previstos no caput deste artigo serão responsáveis pelas informações apresentadas, sujeitando-se às sanções administrativas, cíveis e penais.

Art. 15. O empreendedor deverá atender à solicitação de esclarecimentos, complementações formuladas pela equipe técnica, dentro do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar do recebimento do oficio de pendências ou notificação.

§ 1º - O prazo estipulado no caput poderá ser prorrogado, desde que justificado e com a concordância do empreendedor e do órgão ambiental.

§ 2º - O não cumprimento do prazo estipulado no *caput* e outros prazos fixados nesta lei, sujeitará o arquivamento do processo de licenciamento ambiental.

§ 3º - O arquivamento do processo de licenciamento não impedirá a apresentação de novo requerimento de licença, mas mediante novo pagamento de taxas.

Art. 16. Poderão ser solicitados documentos adicionais que sejam pertinentes para andamento da análise do projeto de licenciamento ambiental, bem como a solicitação de Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) e o respectivo Relatório de Impacto de Vizinhança (RIV) em empreendimentos que geram mudanças significativas nas proximidades de sua localização.

Art. 17. Os pedidos de licenciamento serão objetos de publicação em jornal local e Diário Oficial.

Art. 18. Os empreendimentos que desenvolvem atividades não enquadradas naquelas passíveis de licenciamento ambiental poderão solicitar a dispensa do licenciamento ambiental mediante procedimento administrativo, para emissão da respectiva declaração com validade de 02 (dois) anos.

Art. 19. O município emitirá a Autorização Municipal de Exploração Mineral, com validade de 02 (dois) anos, para fins de processo de registro de licença junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

Art. 20. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a cobrar pelos serviços de análise, inspeção e vistoria, para fins de licenciamento dos empreendimentos e atividades que utilizem recursos ambientais, observados os parâmetros definidos nos Anexos desta Lei.

Art. 21. A arrecadação advinda dos serviços cobrados por esta lei constituirá receita do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA, e será destinada para fazer frente às despesas de custeio, investimentos, ações, programas, projetos, atividades e equipamentos necessários à execução da Política Municipal de Meio Ambiente.

Art. 22. Para efetivação do protocolo de processos de licenciamento ambiental é indispensavel o pagamentos das respectivas taxas.

Art. 23. Ficam isentas do pagamento de taxas de licenciamento ambiental todas as atividades desenvolvidas pelo Poder Público Municipal e entidades filantrópicas.

Art. 24. Fica assegurado o desconto de 50% (cinquenta por cento) no pagamento da taxa de Licença Prévia - LP e Licença de Instalação - LI aos empreendimentos que possuam como atividade principal os serviços de lavagem, lubrificação e polimento de veículos, popularmente denominados de lava-jato.

Art. 25. Entende-se como área construída utilizada para o cálculo da taxa de licenciamento ambiental disposta nos Anexos I a VI, todas as edificações do empreendimento, incluindo as áreas administrativas e não produtivas.

Art. 26. São partes integrantes desta lei os Anexos I até X.

Art. 27. Esta Lei poderá ser regulamentada por decreto no que couber.

Art. 28. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 29. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 19 de dezembro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

ANEXO I

PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA AMBIENTAL (UR)

CLASSIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DA ÁREA CONSTRUÍDA E NÍVEL DE POLUIÇÃO

PORTE DO EMPREENDIMENTO: I A V

Porte do Empreendimento	I Até 200 m²			II 201 - 400 m²			III 401 - 600 m²			IV 601 - 800 m²			V 801 - 1000 m²		
Nível/Grau de Poluição	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A
Licença Prévia (LP)	140	210	280	196	294	392	252	378	504	322	483	644	392	588	784
Licença de Instalação (LI)	280	420	560	392	588	784	504	756	1008	644	966	1288	784	1176	1568
Licença de Operação (LO)	210	315	420	294	441	588	378	567	756	483	724,5	966	588	882	1176

ANEXO II

PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA AMBIENTAL (UR)

CLASSIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DA ÁREA CONSTRUÍDA E NÍVEL DE POLUIÇÃO

PORTE DO EMPREENDIMENTO: VI A X

Porte do Empreendimento	VI 1001 - 1200 m²	VII 1201 - 1400 m²	VIII 1401 - 1600 m²	IX 1601 - 1800 m²	X 1801 - 2000 m²

Nível/Grau de Poluição	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A
Licença Prévia (LP)	455	682,5	910	518	777	1036	588	882	1176	672	1008	1344	742	1113	1484
Licença de Instalação (LI)	910	1365	1820	1036	1554	2072	1176	1764	2352	1344	2016	2688	1484	2226	2968
Licença de Operação (LO)	682,5	1023,75	1365	777	1165,5	1554	882	1323	1764	1008	1512	2016	1113	1669,5	2226

ANEXO III

PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA AMBIENTAL (UR)

CLASSIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DA ÁREA CONSTRUÍDA E NÍVEL DE POLUIÇÃO

PORTE DO EMPREENDIMENTO: XI A XV

Porte do Empreendimento	XI 2001 - 2500 m²			XII 2501 - 3000 m²			XIII 3001 - 3500 m²			XIV 3501 - 4000 m²			XV 4001- 4500 m²		
Nível/Grau de Poluição	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A
Licença Prévia (LP)	910	1365	1820	1120	1680	2240	1330	1995	2660	1540	2310	3080	1750	2625	3500
Licença de Instalação (LI)	1820	2730	3640	2240	3360	4480	2660	3990	5320	3080	4620	6160	3500	5250	7000
Licença de Operação (LO)	1365	2047,5	2730	1680	2520	3360	1995	2992,5	3990	2310	3465	4620	2625	3937,5	5250

ANEXO IV

PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA AMBIENTAL (UR)

CLASSIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DA ÁREA CONSTRUÍDA E NÍVEL DE POLUIÇÃO

PORTE DO EMPREENDIMENTO: XVI A XX

Porte do Empreendimento	XVI 4501 - 5000 m²			XVII 5001 - 5500 m²			XVIII 5501 - 6000 m²			XIX 6001 - 6500 m²			XX 6501-7000 m²		
Nível/Grau de Poluição	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A
Licença Prévia (LP)	1960	2940	3920	2170	3255	4340	2380	3570	4760	2590	3885	5180	2800	4200	5600
Licença de Instalação (LI)	3920	5880	7840	4340	6510	8680	4760	7140	9520	5180	7770	10360	5600	8400	11200
Licença de Operação (LO)	2940	4410	5880	3255	4882,5	6510	3570	5355	7140	3885	5827,5	7770	4200	6300	8400

ANEXO V

PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA AMBIENTAL (UR)

CLASSIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DA ÁREA CONSTRUÍDA E NÍVEL DE POLUIÇÃO

PORTE DO EMPREENDIMENTO: XXI A XXV

Porte do Empreendimento	XXI 7001 - 7500 m²			XXII 7501 - 8000 m²			XXIII 8001 - 8500 m²			XXIV 8501 - 9000 m²			XXV 9001- 9500 m²		
Nível/Grau de Poluição	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A
Licença Prévia (LP)	3010	4515	6020	3220	4830	6440	3430	5145	6860	3640	5460	7280	3850	5775	7700
Licença de Instalação (LI)	6020	9030	12040	6440	9660	12880	6860	10290	13720	7280	10920	14560	7700	11550	15400
Licença de Operação (LO)	4515	6772,5	9030	4830	7245	9660	5145	7717,5	10290	5460	8190	10920	5775	8662,5	11550

ANEXO VI

PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA AMBIENTAL (UR)

CLASSIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DA ÁREA CONSTRUÍDA E NÍVEL DE POLUIÇÃO

PORTE DO EMPREENDIMENTO: XXVI A XXX

Porte do Empreendimento	XXVI 9501 - 10000 m²			XXVII 10001 - 15000 m²			XXVIII 15001 - 20000 m²			XXIX 20001 - 25000 m²			XXX Acima de 25000 m²		
Nível/Grau de Poluição	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A
Licença Prévia (LP)	4060	6090	8120	4900	7350	9800	5880	8820	11760	7000	10500	14000	8400	12600	16800
Licença de Instalação (LI)	8120	12180	16240	9800	14700	19600	11760	17640	23520	14000	21000	28000	16800	25200	33600
Licença de Operação (LO)	6090	9135	12180	7350	11025	14700	8820	13230	17640	10500	15750	21000	12600	18900	25200

Obs.: Para efeitos desta Lei Complementar, os Anexos I a VI serão aplicados aos empreendimentos e atividades que não constam nas classificações específicas, definidas nos Anexos VII e IX.

ANEXO VII

ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

ENQUADRAMENTO DO PORTE DO EMPREENDIMENTO PARA ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS

PORTE DO EMPREENDIMENTO: A1 A A6

Atividade	**Unidade**	**Porte do Empreendimento**					
		A1	**A2**	**A3**	**A4**	**A5**	**A6**
Criação de suínos - unidade de produção de leitões (regime de confinamento)	**Nº de matrizes**	**Até 100**	**101 - 150**	**151 - 200**	**201-250**	**251 - 300**	**Acima de 300**
Criação de suínos - terminação (regime de confinamento)	**Nº de cabeças**	**Até 350**	**351 - 450**	**451 - 550**	**551 - 650**	**651 - 750**	**Acima de 750**
Criação de suínos – ciclo completo (regime de confinamento)	**Nº de cabeças**	**Até 100**	**101 - 125**	**126 - 150**	**151 - 175**	**176 - 200**	**Acima de 200**
Criação de frangos para corte (regime de confinamento)	**Nº de cabeças**	**Até 20. 000**	**20.001 - 50. 000**	**50.001 - 80. 000**	**80.001 - 110. 000**	**110.001 - 140.000**	**Acima de 140.000**

Criação de pintos de um dia (incubatório)	**Nº de pinto/mês**	**Até 200.000**	**200.001 - 300.000**	**300.001 - 400.000**	**400.001 - 500.000**	**500.001 - 600.000**	**Acima de 600.000**
Granja para produção de ovos	**Nº de matrizes**	**Até 3.000**	**3.001 - 3.500**	**3.501 - 4.000**	**4.001 - 4.500**	**4.501 - 5.000**	**Acima de 5.000**
Criação de outras aves (regime de confinamento)	**Nº de cabeças**	**Até 30.000**	**30.001-50.000**	**50.001-70.000**	**70.001-90.000**	**90.001-110.000**	**Acima de 110.000**
Criação de bovinos confinados e outros animais de grande porte	**Nº de cabeças**	**Até 300**	**301 - 350**	**351 - 400**	**401 - 450**	**451 - 500**	**Acima de 500**
Atividade de silvicultura	**Área total (ha)**	**Até 20**	**20,01 - 40**	**40,01 - 60**	**60,01 - 80**	**80,01 - 100**	**Acima de 100**
Piscicultura em tanque escavado ou represa	**Área inundada (ha)**	**Até 5**	**5,01 - 10**	**10,1 - 15**	**Acima de 15**	**-**	**-**
Piscicultura em tanque rede	**Volume do tanque (m³)**	**Até 10.000**	**10.001 - 30.000**	**Acima de 30.000**		**-**	**-**
Piscicultura tipo pesque & pague ou pesque & solte	**Área inundada (ha)**	**Até 5**	**Acima de 5**	**-**	**-**	**-**	**-**
Criação de peixes ornamentais e camarões de água doce	**Área inundada (ha)**	**Todas**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Ranicultura	**Área total (ha)**	**Todas**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Apicultura	**Nº de colméias**	**Todas**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**

ANEXO VIII

PREÇO PARA ANÁLISE DE PEDIDOS DE LICENÇA AMBIENTAL DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS (UR)

CLASSIFICAÇÃO EM FUNÇÃO DO PORTE DO EMPREENDIMENTO (ANEXO VII) E POTENCIAL POLUIDOR

PORTE DO EMPREENDIMENTO: A1 A A6

Porte do Empreendimento	A1			A2			A3			A4			A5			A6		
Nível/Grau de Poluição	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A	B	M	A
Licença Prévia (LP)	220	330	440	286	429	572	352	528	704	418	627	836	484	726	968	550	825	1100
Licença de Instalação (LI)	440	660	880	572	858	1144	704	1056	1408	836	1254	1672	968	1452	1936	1100	1650	2200
Licença de Operação (LO)	330	495	660	429	643,5	858	528	792	1056	627	940,5	1254	726	1089	1452	825	1237,5	1650

ANEXO IX

CLASSIFICAÇÃO ESPECÍFICA

SEÇÃO A

ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA, CONSTRUÇÃO CIVIL E

PARCELAMENTO DO SOLO

A1. Loteamentos para fim residencial, comercial, industrial e conjunto habitacional:

LP (UR) = [570 + (170 x Área)]
LI (UR) = [1140 + (340 x Área)]
LO (UR) = [855 + (255 x Área)]
Área = Área total a ser loteada em hectare

A2. Loteamentos rurais e sítios de lazer:

LP (UR) = [686 + (17 x Área)]
LI (UR) = [1372 + (34 x Área)]
LO (UR) = [1029 + (25,5 x Área)]
Área = Área total a ser loteada em hectare

A3. Condomínio vertical plurifamiliar (apartamentos):

LP (UR) = [342 + (11 x NrApto)]
LI (UR) =[684 + (22 x NrApto)]
LO (UR) = [513 + (16,5 x NrApto)]
NrApto = Número de apartamentos

A4. Condomínio vertical comercial (escritórios):

LP (UR) = [372 + (0,22 x Área)]
LI (UR) =[774 + (0,44 x Área)]
LO (UR) = [558 + (0,33 x Área)]
Área = Área construída (m²)

A5. Autódromos, Kartódromos, Pista de Motocross e Heliportos:

LP (UR) = [340 + (100 x Área)]
LI (UR) =[680 + (200 x Área)]
LO (UR) = [540 + (150 x Área)]
Área = Área total em hectares

A6. Pista de pouso civil:

LP (UR) = [340 + (34 x Área)]
LI (UR) =[680 + (68 x Área)]
LO (UR) = [510 + (51 x Área)]
Área = Área total em hectares

A.7 - Autorização Municipal de Exploração Mineral para fins de processo de registro de licença junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM:

Taxa (UR) = [228 + (14 x Áreq)]
Áreq = Área Requerida

ANEXO X

DOCUMENTOS DIVERSOS

SEÇÃO A

CADASTROS, VISTORIAS, DECLARAÇÕESE CERTIDÕES

A.1 - Cadastro de Responsável Técnico:

Taxa (UR) = 150

A.2 - Vistoria Técnica na Área Urbana:

Taxa (UR) = 75

A.3 - Vistoria Técnica na Área Rural:

Taxa (UR) = 112,5

A.4 - Certidões Diversas:

Taxa (UR) = 75

A.5 - Expedição de Segunda Via de licenças ou de autorizações ambientais:

Taxa (UR) = 75

A.6 - Alteração da Razão Social de processos de licenciamento ambiental e de licenças ambientais emitidas:

Taxa (UR) =150

A.7 - Declaração de Dispensa de Licenciamento Ambiental:

Taxa (UR) =112,5

LEI Nº 670, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera a Lei nº 415 de 10 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Conselho Municipal do Meio Ambiente – CMMA do Município de União do Sul, e dá outras providências.

CLAUDIMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

"Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei":

Art. 1º - A Lei Municipal nº 415, de 10 de outubro de 2011, que dispõe sobre o Conselho Municipal de Meio Ambiente – CMMA do Município de União do Sul, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – Altera a redação do *caput* do Art. 1º da Lei nº 415 de 2011:

"Art. 1º – *Fica criado o* ***Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMMA)****, órgão colegiado autônomo de caráter consultivo, deliberativo, normativo e recursal do Poder Executivo, integrado ao Sistema Municipal de Meio Ambiente, no âmbito de sua competência, com atribuição sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis correlatas do município, composto paritariamente por representantes do poder público e da sociedade civil organizada, e por entidades ambientalistas não-governamentais quando houver."*

II – Acrescenta as alíneas "d", "e", "f", "g" e "h" ao inciso I, bem como acrescenta as alíneas "i", "j" e "k" ao inciso II, do Art. 2º da Lei nº 415 de 2011:

"Art. 2º – *.....:"*

"I – *.....:"*

"a) .....;"

"b) .....;"

"c) .....;"

"d) atuar conscientizando a sociedade para o desenvolvimento sustentável, promovendo a educação ambiental, com ênfase na realidade local;"

"e) acionar os órgãos competentes para localizar, mapear e cadastrar os recursos naturais existentes no município, visando ao controle das ações que interferem no meio ambiente;"

"f) opinar nos estudos sobre uso, ocupação e parcelamento do solo urbano, posturas municipais, visando o desenvolvimento sustentável do município;"

"g) opinar sobre a emissão de alvarás de localização e funcionamento no âmbito municipal, para as atividades potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente;"

"h) acompanhar as reuniões do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA em assuntos de interesse do município."

"II – *de caráter deliberativo:"*

"a) .....;"

"b) .....;"

"c) .....;"

“d) .....;”

“e) .....;”

“f) .....;”

“g) .....;”

“h) .....;”

“i) exercer o poder de polícia nos casos de infração da lei de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente e de inobservância de norma e padrão estabelecidos;”

“j) decidir sobre a concessão de licenças ambientais de sua competência, respeitadas as legislações federal e estadual;”

“k) propor ao Executivo Municipal a instituição de Unidade de Conservação, zona de amortecimento, corredor ecológico, área protegida ou de relevante interesse ecológico, visando à proteção de sítios de beleza cênica excepcional, mananciais, patrimônio histórico e artístico e áreas representativas de ecossistemas destinados à realização de pesquisas relacionadas à ecologia.”

III – Redefine a composição do Conselho Municipal do Meio Ambiente – CMMA, na forma do Art. 4º, incisos I e II e respectivas alíneas “a”, “b”, “c”, “d” e “e”, da Lei nº 415 de 2011, conforme a redação abaixo:

“Art. 4º –*O CMMA será composto paritariamente por 05 (cinco) representantes do Poder Público e 05 (cinco) representantes da sociedade civil organizada, escolhidos na forma desta lei com seus respectivos suplentes.”*

“I – *São representantes do Poder Público:”*

“a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;”

“b) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;”

“c) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;”

“d) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento;”

“e) 01 (um) representante da Câmara Municipal de Vereadores.”

“II – *São representantes da Sociedade Civil organizada:”*

“a) 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de União do Sul;”

“b) 01 (um) representante da Sociedade Esportiva e Recreativa Veteranos;”

“c) 01 (um) representante da Associação dos Produtores Rurais Jaguar – ASPROJAGUAR;”

“d) 01 (um) representante da Associação de Pequenos Produtores da Agricultura Familiar da Gleba Norte Sul;”

“e) 01 (um) representante das Igrejas Católicas e Evangélicas sediadas em União do Sul.”

IV – Dá nova redação ao *caput* do art. 13 da Lei nº 415 de 2011:

“Art. 13 –*O CMMA reunir-se-á ordinariamente a cada 02 (dois) meses, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente ou por um terço (1/3) de seus membros titulares.”*

Art. 2º –A composição dos membros do CMMA ocorrerá no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de publicação da presente Lei.

Art. 3º –Fica o Poder Executivo autorizado a reeditar a Lei nº 415 de 10 de outubro de 2011 com todas as alterações procedidas pela presente lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º –Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 19 de dezembro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

LEI Nº 671, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Autoriza o Município de União do Sul – MT a doar área para construção de Casas pelo Programa Minha Casa Minha Vida, e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

“Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei”:

Art. 1º. Fica autorizado o Município de União do Sul, Estado de Mato Grosso, a DOAR ÁREA PARA A CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES, no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, de acordo com a Lei Nº 11. 977 de 07 de julho de 2009 e suas alterações.

Parágrafo Único. Fica destinada, para fins de execução do Programa Minha Casa Minha Vida, uma área de 12.000,00 m2 (doze mil metros quadrados), denominada Quadra 07-A (sete-A), do loteamento “Jardim Bedin”, do perímetro urbano da Cidade de União do Sul – MT, registrada sob matrícula nº 3.896 junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cláudia-MT, com os limites e confrontações descritos no memorial descritivo, planta da área e matrícula, anexados à presente lei como parte integrante.

Art. 2º. Esta lei tem o objetivo de atender as necessidades da população de baixa renda na área urbana do município, garantindo o acesso à moradia digna com padrões mínimos de sustentabilidade, segurança e habitabilidade, através de unidades habitacionais.

Art. 3º. O Município poderá outorgar escritura pública, com cláusula retroativa de reversão do imóvel, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, podendo ser prorrogado pelo período não superior a 06 (seis) meses, mediante termo aditivo.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 19 de dezembro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

LEI Nº 672, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Ratifica a participação do Município e autoriza o Poder Executivo Municipal firmar Contrato de Rateio com o Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso.

“Faço saber que a CÂMARA DE VEREADORES aprova e eu sanciono a seguinte Lei”:

Art. 1º. Ratifica-se a participação do Município de União do Sul no Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, pessoa jurídica de direito público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.019.551/0001-00, conforme os termos da Primeira Alteração do Protocolo de Intenções, de 31 de agosto de 2016.

Art. 2º. Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal firmar Contrato de Rateio com o Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.019.551/0001-00, com sede na Rua Blumenau, nº 500, Bairro Jardim Amazônia, na Cidade de Sorriso - MT.

§ 1º. O Contrato de Rateio a que se refere o *caput* deste artigo será firmado no início de cada exercício, e conterá:

I - o valor correspondente à cota de participação do Município nas despesas administrativas do Consórcio;

II - o valor destinado pela administração municipal para a contratação de Serviços Médicos e Casa de Apoio, conforme a necessidade do Município e disponibilidade orçamentária;

III - o valor destinado pela administração municipal para a aquisição de medicamentos, materiais médicos e odontológicos através do Consórcio, conforme a necessidade do Município e disponibilidade orçamentária.

§ 2º. As parcelas referentes ao contrato de rateio terão vencimento todo dia 10 de cada mês.

Art. 3º. As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão à conta da dotação orçamentária: 3371.70.00.00.00 - Rateio para Participação em Consórcio Público.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 19 de dezembro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1.126, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

Declara ponto facultativo nas repartições públicas do Município o dia que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o feriado municipal alusivo à emancipação político-administrativa do Município de União do Sul, a ser comemorado no próximo dia 21 de dezembro de 2017, quinta-feira;

Considerando ainda a oportunidade de se racionar o expediente neste final de ano, visando economia de gastos;

Diante do exposto, e por conveniência administrativa;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado Ponto Facultativo nas repartições públicas do Município de União do Sul, o dia **22 de dezembro de 2017** (sexta-feira), dia posterior ao feriado da emancipação político-administrativa do município.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica aos plantões necessários às atividades de caráter emergencial, compreendidas as emergências da saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 19 de dezembro de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA/SAD Nº 1184/2017

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da **Ata Registro de Preço nº 57/2017**, firmado pelo Município de Várzea Grande.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

CONSIDERANDO a cláusula terceira do **Termo de Apostilamento de Fiscal da Ata Registro de Preço nº 57/2017** de 07 de novembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **Ricardo Dias de Miranda** brasileiro, ocupando o cargo de **Coordenador de TI**, lotado na **Secretaria Municipal de Gestão Fazendária**, portador da Cédula de Identidade RG nº **1065357-0SJ/MT** e inscrito no CPF sob nº **827.085.681-91**, Matrícula nº **101181**, para, sem prejuízo das atividades normalmente desenvolvidas e com observância às disposições no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, Instrução Normativa nº. 02-03 e Orientação Técnica nº. 02/CGM/2015 ambas expedidas pela Controladoria Geral do Município, atuar como Fiscal, competindo-lhe o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução da Ata de Registro de Preço nº 57/2017, à empresa **POSITIVO TECNOLOGIA S.A,** inscrita no **CNPJ** sob **nº 81.243.735/0019-77**; e que tem por objeto **Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica par fornecimento de materiais de consumo e permanente de informática, para atender as Secretarias da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT. Art. 2º.** Caberá ao Fiscal ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido Contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato**,** e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo duvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII - ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande. **Art. 4º.** Dê ciência formal ao servidor designado. **Art. 5º.** Esta portaria entra em vigor com efeito retroativo a partir de 07 de novembro de 2017.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande – MT, 18 de dezembro de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 080/2015

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa SUPRIDATAS COMÉRCIO E MÓVEIS LTDA - ME, devida-

mente inscrita no CNPJ sob o n°. 03.072.631/0001-04. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentada na Lei nº. 8.666/93 em seu artigo 57, II, e nas demais alterações introduzidas pela Lei, bem como, no Termo do Contrato nº. 080/2015 e nos documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº 488268/2017. OBJETO: Tem por objeto, aditar o item 3.1 e 3.2 da "CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA", item 6.1 da "CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO", e o item 7.1 da "CLÁUSULA SÉTMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO", referente a contratação de empresa capacitada em serviços de manutenção preventiva correta com substituição de peças do sistema de arquivo deslizante marca OFC modelo SPACEFLEX composto de 01 módulo simples mecânico de 4m e 05 módulos duplos mecânico de 4m totalizando 48 (quarenta e oito) faces de arquivamento de pastas suspensas e caixas BOX, conforme edital e anexos. VALOR GLOBAL: Fica mantido o valor global de R$ 23.892,00 (vinte e três mil oitocentos e noventa e dois reais). UO: SECRETARIA DE MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO DO: 04.01.04.122.0101. P/A: 1.010. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST - PJ. FONTE: 0999. VIGÊNCIA: Fica prorrogado pelo período de 12 (doze) meses, prazo de vigência do Contrato principal, contados a partir de seu vencimento. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Administração, o servidor MARCOS RODRIGUES DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG n°. 662.136-8 SSP/MT, e inscrita no CPF sob o n°. '473.949.191-53, Matrícula 31375.

DATA DE ASSINATURA: 15.12.2017.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretaria Municipal de Administração PMVG/MT

SUPRIDATAS COMÉRCIO E MÓVEIS LTDA - ME

Contratada

PORTARIA Nº 1195/2017

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Retificar a **Portaria nº 1158/2017,** somente com relação a servidora, **SANDRA MARIA DE ARAUJO MARTINS,** matrícula nº **42426,** exercendo o cargo de **Médica Pediatra**,lotado na Secretaria Municipal de Saúde, que concedeu 03 (três) meses de Licença Prêmio, referente ao qüinqüênio **05. 05.2011/2016.**

Onde se lê período de gozo: 01.11.2017 à 30.01.2017 **Leia-se período de gozo: 01.11.2017 à 30.01.2018.**

Paço Municipal "Couto Magalhães" Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 19 de Dezembro de 2017.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 1194/2017

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Retificar a **Portaria nº 1150/2017,** somente com relação a servidora, **MARIA APARECIDA CAVALCANTE DIAS,** matrícula nº **31604,** exercendo o cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**,lotado na Secretaria Municipal de Comunicação Social, que concedeu 03 (três) meses de Licença Prêmio, referente ao qüinqüênio **30.04.2012/2017.**

Onde se lê período de gozo: 20.11.2017 à 17.02.2017 **Leia-se período de gozo: 20.11.2017 à 17.02.2018.**

Paço Municipal "Couto Magalhães" Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 19 de Dezembro de 2017.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 1193/2017

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Retificar a **Portaria nº 1148/2017,** somente com relação a servidora, **LENIL JOANA LOPES,** matrícula nº **27130,** exercendo o cargo de **Professor I a IV**,lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, que concedeu 03 (três) meses de Licença Prêmio, referente ao qüinqüênio **03.05.2006/2011.**

Onde se lê período de gozo: 08.11.2017 à 05.02.2017 **Leia-se período de gozo: 08.11.2017 à 05.02.2018.**

Paço Municipal "Couto Magalhães" Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 19 de Dezembro de 2017.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA/SAD Nº 1189/2017

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da **Ata Registro de Preço nº 62/2017**, firmado pelo Município de Várzea Grande.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

CONSIDERANDO a cláusula terceira do **Termo de Apostilamento de Fiscal da Ata Registro de Preço nº 62/2017** de 07 de novembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **Ricardo Dias de Miranda** brasileiro, ocupando o cargo de **Coordenador de TI**, lotado na **Secretaria Municipal de Gestão Fazendária**, portador da Cédula de Identidade RG nº **1065357-0SJ/MT** e inscrito no CPF sob nº **827.085.681-91**, Matrícula nº **101181**, para, sem prejuízo das atividades normalmente desenvolvidas e com observância às disposições no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, Instrução Normativa nº. 02-03 e Orientação Técnica nº. 02/CGM/2015 ambas expedidas pela Controladoria Geral do Município, atuar como Fiscal, competindo-lhe o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução da Ata de Registro de Preço nº 62/2017, à empresa **TJ COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI,** inscrita no **CNPJ** sob **nº 27.274178/0001-87**; e que tem por objeto **Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica par fornecimento de materiais de consumo e permanente de informática, para atender as Secretarias da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT. Art. 2º.** Caberá ao Fiscal ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido Contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos

seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato**,** e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo duvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII - ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande. **Art. 4º.** Dê ciência formal ao servidor designado. **Art. 5º.** Esta portaria entra em vigor com efeito retroativo a partir de 07 de novembro de 2017.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande – MT, 18 de dezembro de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2016

CONTRATADA: AF GUINCHOS TRASNPORTES LTDA ME

OBJETO: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO POR MAIS 12 (DOZE) MESES E REAJUSTE DE PREÇO

Objeto: Constitui objeto deste **1º Termo Aditivo é a prorrogação de prazo por igual e sucessivo período**, passando a sua data de vigência de **09/12/2017 à 09/12/2018, e reajuste conforme índice IPCA acumulado 12 meses 2,70%** com valor ao contrato de R$ **1.146.240,00** (um milhão, cento e quarenta e seis mil e duzentos e quarenta reais), e após reajuste o valor passa a ser de **R$ 1.177.188,48** (um milhão, cento e setenta e sete mil, cento e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos), ou até que seja homologado o novo certame, conforme amparo legal da Lei de Licitação.

Fundamentação Legal: artigo 57, inciso II e parágrafo 2º, concomitante com o parágrafo II e inciso I do artigo 65 da Lei 8.666/93.

Assinatura: 08/12/2017

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
ORDEM DE INICIO DE SERVIÇOS

Ao dia 19 do mês de Dezembro de 2017, neste Departamento de Agua e Esgoto de Várzea Grande, Sr. Ricardo Azevedo Araújo AUTORIZA a Empresa A.F. GUINCHOS E TRANSPORTES LTDA-ME, representado pelo seu proprietário SR. ALEXSANDRO MINARDI CHICATI, **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DA AMPLIAÇÃO E MELHORIA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO DISTRITO DE BOM SUCESSO (CAPTAÇÃO FLUTUANTE, ÁREA DE TRATAMENTO ETA, ADUTORA DE ÁGUA BRUTA E SAÍDA DE ÁGUA TRATADA Ø 100 MM), LOCALIZADO NO DISTRITO DE BOM-SUCESSO,** Conforme Instrumento contratual nº 019/2017, oriundo do processo Licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017, novalor deR$ 572.588,26 (Quinhentos e setenta e dois mil quinhentos e oitenta e oito reais e vinte e seis centavos).

DAE- Departamento de Agua e Esgoto

Várzea Grande-MT, 19 de Dezembro de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE DO DAE/VG

ALEXSANDRO MINARDI CHICATI

REPRESENTANTE DA EMPRESA

Testemunhas:

1)

2)

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO

CONTRATO Nº	SERVIDORES	INICIO	RESCISÃO	CARGOS	FINALIDADE CONTRATO	AMPARO LEGAL DECRETO
2223	PAULINO ERNESTO DA SILVA	06/09/2017	19/12/2017	ATENDENTE COMERCIAL	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
2173	BRUNO THIAGO JESUS PADILHA MAGALHÃES	09/02/2017	19/12/2017	AUXILIAR SANEAMENTO	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
2128	SILVIO GOMES BRANQUINHO	25/10/2016	19/12/2017	AUXILIAR SANEAMENTO	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
2017	GRAZIELE APARECIDA PEREIRA	02/03/2016	19/12/2017	AUXILAIR SERVIÇOS GERIAS	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
1965	WALTER XAVIER DE MOURA	06/10/2015	19/12/2017	ELETRISTA	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014

2127	RAFAEL PEREIRA DE GODOY	25/10/2016	19/12/2017	FISCAL DE CORTE	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
2123	ROSLAVO ALVES DO NASCIMENTO	25/10/2016	19/12/2017	FISCAL DE CORTE	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
2106	ALTAIR GUIMARÃES DE ARAUJO	25/10/2016	19/12/2017	OPERADOR SIST. ÁGUA ESGOTO	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
2139	ELINETE GONÇALVES DA CRUZ	25/10/2016	19/12/2017	OPERADOR SIST. ÁGUA ESGOTO	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
2051	ALAM JOSÉ BARROS FERREIRA DA SILVA	24/05/2016	19/12/2017	TÉCNICO NIVEL SUPERIOR	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
2156	AFONSO MAGALHÃES LEITE PEREIRA	30/11/2016	19/12/2017	FISCAL DE CORTE	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
2070	ADRIANA PEREIRA DA SILVA	24/10/2016	19/12/2017	FISCAL DE CORTE	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
2016	LUIZ ADRIANO DOS SANTOS	02/03/2016	19/12/2017	ENCANADOR	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
2012	GREGORY HENRIQUE RIBEIRO DA COSTA	12/02/2016	19/12/2017	OPERADOR FATURAMENTO	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
2144	JOSÉ MARTINS FAGUNDES FILHO	25/10/2016	19/12/2017	AUXILIAR SERVIÇOS GERAIS	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014
2115	NEY VIEIRA DA SILVA	25/10/2016	19/12/2017	ENCANADOR	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE E CUMPRA-SE.

VÁRZEA GRANDE, 19 DE DEZEMBRO DE 2017

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

Diretor Presidente DAE/VG.

PORTARIA/SAD Nº 1188/2017

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da **Ata Registro de Preço nº 61/2017**, firmado pelo Município de Várzea Grande.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

CONSIDERANDO a cláusula terceira do **Termo de Apostilamento de Fiscal da Ata Registro de Preço nº 61/2017** de 07 de novembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **Ricardo Dias de Miranda** brasileiro, ocupando o cargo de **Coordenador de TI**, lotado na **Secretaria Municipal de Gestão Fazendária**, portador da Cédula de Identidade RG nº **1065357-0SJ/MT** e inscrito no CPF sob nº **827.085.681-91**, Matrícula nº **101181**, para, sem prejuízo das atividades normalmente desenvolvidas e com observância às disposições no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, Instrução Normativa nº. 02-03 e Orientação Técnica nº. 02/CGM/2015 ambas expedidas pela Controladoria Geral do Município, atuar como Fiscal, competindo-lhe o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução da Ata de Registro de Preço nº 61/2017, à empresa **TOPO LICITAÇÕES LTDA ME,** inscrita no **CNPJ** sob **nº 09.507.206/0001-87**; e que tem por objeto **Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica par fornecimento de materiais de consumo e permanente de informática, para atender as Secretarias da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT. Art. 2º.** Caberá ao Fiscal ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido Contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato**,** e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo duvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII - ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande. **Art. 4º.** Dê ciência formal ao servidor designado. **Art. 5º.** Esta portaria entra em vigor com efeito retroativo a partir de 07 de novembro de 2017.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande – MT, 18 de dezembro de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO - 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2013

CONTRATADA: N R DE A SANTANA LOCADORA DE AUTOMÓVEIS ME.

OBJETO: SUPRESSÃO DE 25% DE PARTE DO QUANTITATIVO.

Objeto: Constitui objeto deste **6º Termo Aditivo, supressão de 25% de parte do quantitativo, referente ao 5º termo aditivo ao Contrato n. 007/**

2013. O valor global do contrato é de **R$ 834.640,56** (oitocentos e trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta reais e cinquenta seis centavos), ou até que seja homologado o novo certame, conforme amparo legal da Lei de Licitação.

Fundamentação Legal: artigo 57, inciso II e parágrafo 2º, concomitante com o parágrafo II e inciso I do artigo 65 da Lei 8.666/93.

Assinatura: 15/12/2017

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

PORTARIA Nº 1191/2017

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** ao servidor abaixo:

SERVIDOR	**FÁBIO CUSTÓDIO CORREA CAMPOS**
MATRICULA	16010
CARGO	Agente Desenvolvimento Econômico e Social
PROCESSO N°	472510/2017
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QUINQUÊNIO	**17.08.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	02.01.2018 à 31.01.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 19 de Dezembro de 2017.

' '/

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA/SAD Nº 1183/2017

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da **Ata Registro de Preço nº 56/2017**, firmado pelo Município de Várzea Grande.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

CONSIDERANDO a cláusula terceira do **Termo de Apostilamento de Fiscal da Ata Registro de Preço nº 56/2017** de 07 de novembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **Ricardo Dias de Miranda** brasileiro, ocupando o cargo de **Coordenador de TI**, lotado na **Secretaria Municipal de Gestão Fazendária**, portador da Cédula de Identidade RG nº **1065357-0SJ/MT** e inscrito no CPF sob nº **827.085.681-91**, Matrícula nº **101181**, para, sem prejuízo das atividades normalmente desenvolvidas e com observância às disposições no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, Instrução Normativa nº. 02-03 e Orientação Técnica nº. 02/CGM/2015 ambas expedidas pela Controladoria Geral do Município, atuar como Fiscal, competindo-lhe o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução da Ata de Registro de Preço nº 56/2017, à empresa **STUDIO COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA,** inscrita no **CNPJ** sob **nº 08.710.871/0001-00**; **TECNHOINF COMÉRCIO ELETRONICOS LTDA – ME,** inscrita no **CNPJ** sob **nº 86.788.288/0001-20**; **CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA EIRELLI** inscrita sob **nº 20.357.366/001-20** e que tem por objeto **Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica par fornecimento de materiais de consumo e permanente de informática, para atender as Secretarias da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT. Art. 2º.** Caberá ao Fiscal ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido Contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato**,** e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo duvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII - ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande. **Art. 4º.** Dê ciência formal ao servidor designado. **Art. 5º.** Esta portaria entra em vigor com efeito retroativo a partir de 07 de novembro de 2017.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande – MT, 18 de dezembro de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

EDITAL Nº. 05/2017/CMDCA/VG

Dispõe sobre a Convocação para Apresentação de Membros Suplente do Conselho Tutelar.

A Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei 4.095/2015, faz publicar o presente Edital para tornar público, a Convocação para Apresentação de Membro Suplente do Conselho Tutelar.

Considerando o resultado do Processo para composição do Conselho Tutelar, homologado pelo Edital nº 04/2015/CMDCA.

Considerando a escala de férias dos conselheiros tutelares para o ano de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar para membro do Conselho Tutelar nesta Municipalidade, os Suplentes Eleitos por ordem de classificação:

Edineia Maria de Almeida – 2ª Suplente;

Alciclei Santos – 3º Suplente;

Parágrafo Único – Em caso de desistência o suplente deve oficializar por escrito sua desistência...

Art. 2º - Este Edital entra em vigor na data de sua divulgação na Sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e publicação na imprensa eletrônica, revogando as disposições em contrário.

Várzea Grande-Mt, 19 de dezembro de 2017.

Katlin Oliveira Calmon

Presidente CMDCA VG

ATO Nº. 555/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o que consta no processo n.493496/17;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Marcinete Isabel de Barros do cargo em Comissão de Assistente Técnico – DNS 7, da Secretaria Municipal de Administração, a partir de 18 de dezembro de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de Dezembro de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA/SAD Nº 1187/2017

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da **Ata Registro de Preço nº 60/2017**, firmado pelo Município de Várzea Grande.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

CONSIDERANDO a cláusula terceira do **Termo de Apostilamento de Fiscal da Ata Registro de Preço nº 60/2017** de 07 de novembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **Ricardo Dias de Miranda** brasileiro, ocupando o cargo de **Coordenador de TI**, lotado na **Secretaria Municipal de Gestão Fazendária**, portador da Cédula de Identidade RG nº **1065357-0SJ/MT** e inscrito no CPF sob nº **827.085.681-91**, Matrícula nº **101181**, para, sem prejuízo das atividades normalmente desenvolvidas e com observância às disposições no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, Instrução Normativa nº. 02-03 e Orientação Técnica nº. 02/CGM/2015 ambas expedidas pela Controladoria Geral do Município, atuar como Fiscal, competindo-lhe o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução da Ata de Registro de Preço nº 60/2017, à empresa **FBBORGES EQUIPAMENTOS EIRELI,** inscrita no **CNPJ** sob **nº 24.754.357/0001-23**; e que tem por objeto **Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica par fornecimento de materiais de consumo e permanente de informática, para atender as Secretarias da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT. Art. 2º.** Caberá ao Fiscal ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido Contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato**,** e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo duvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII - ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande. **Art. 4º.** Dê ciência formal ao servidor designado. **Art. 5º.** Esta portaria entra em vigor com efeito retroativo a partir de 07 de novembro de 2017.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande – MT, 18 de dezembro de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA/SAD Nº 1186/2017

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da **Ata Registro de Preço nº 59/2017**, firmado pelo Município de Várzea Grande.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

CONSIDERANDO a cláusula terceira do **Termo de Apostilamento de Fiscal da Ata Registro de Preço nº 59/2017** de 07 de novembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **Ricardo Dias de Miranda** brasileiro, ocupando o cargo de **Coordenador de TI**, lotado na **Secretaria Municipal de Gestão Fazendária**, portador da Cédula de Identidade RG nº **1065357-0SJ/MT** e inscrito no CPF sob nº **827.085.681-91**, Matrícula nº **101181**, para, sem prejuízo das atividades normalmente desenvolvidas e com observância às disposições no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, Instrução Normativa nº. 02-03 e Orientação Técnica nº. 02/CGM/2015 ambas

expedidas pela Controladoria Geral do Município, atuar como Fiscal, competindo-lhe o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução da Ata de Registro de Preço nº 59/2017, à empresa **ATI COMERCIO DE MÓVEIS E INFORMÁTICA,** inscrita no **CNPJ** sob **nº 12.544.341/0001-07**; e que tem por objeto **Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica par fornecimento de materiais de consumo e permanente de informática, para atender as Secretarias da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT. Art. 2º.** Caberá ao Fiscal ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido Contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato**,** e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo duvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII - ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande. **Art. 4º.** Dê ciência formal ao servidor designado. **Art. 5º.** Esta portaria entra em vigor com efeito retroativo a partir de 07 de novembro de 2017.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande – MT, 18 de dezembro de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 005/2017

O Conselho Municipal de SAÚDE de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993.

Considerando o art. 198, inciso III da Constituição da Republica, o que prevê a participação da comunidade como diretriz do Sistema Único de Saúde – SUS.

Considerando a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990 e a Lei nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, as quais regulamentam o Sistema Único de Saúde – SUS- e o controle social no âmbito da saúde, respectivamente;

Considerando a Lei Municipal nº 1.291 de 13 de maio de 1993 que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde e da outras providências;

Considerando o disposto do inciso V do artigo 20 Regimento Interno deste Órgão Colegiado;

AD REFERENDUM RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o plano de trabalho da proposta n° 1956-2017-objeto: Aquisição de materiais de consumo para atender a demanda do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Saúde CNES: 2391635-Fundo Municipal de Saúde de Várzea Grande-MT, CNPJ 113648950001-60-Recurso oriundo de renúncia de Receita da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso realizada através do Deputado Eduardo Botelho no valor de R$ 1. 000.000,00 e de contrapartida financeira do município no valor de R$ 5. 581,83, totalizando o valor de R$ 1.005,581,83 (Hum milhão e cinco mil e quinhentos e oitenta e um reais e oitenta e três centavos), cujo objetivo é suprir as necessidades de insumos para atender a demanda do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor a partir de sua publicação.

Sala das deliberações do Conselho Municipal de Saúde de Várzea Grande, 18 de Dezembro de 2017.

Erick Willian Pinto

Presidente do CMS/VG

Homologação:

Homologo a Resolução AD REFERENDUM nº 005/2017 do CMS/VG

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 1192/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo 2016/2017, a vigorar a partir de **28.12.2017 a 26.01.2018,** a servidora **IZABEL VALDEVINO TEIXEIRA**, matrícula n° 20691, Efetiva, exercendo o cargo Agente de Desenvolvimento Econômico e Social, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 19 de Dezembro de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2016

CONTRATADA: JM BATISTA ME

OBJETO: SUPRESSÃO DE 25% DE PARTE DO QUANTITATIVO.

Objeto: Constitui objeto deste **3º Termo Aditivo a supressão de 25% de parte do quantitativo, referente ao Lote 2 do 2º termo aditivo ao Contrato n. 027/2016, de 08 (oito) passa a ser 06 (seis) Caminhões Pipa.** O valor global do contrato é de **R$ 763.640,64** (setecentos e sessenta e três mil, seiscentos e quarenta reais e sessenta e quatro centavos), ou até que seja homologado o novo certame, conforme amparo legal da Lei de Licitação.

Fundamentação Legal: artigo 57, inciso II e parágrafo 2º, concomitante com o parágrafo II e inciso I do artigo 65 da Lei 8.666/93.

Assinatura: 15/12/2017

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

PORTARIA/SAD Nº 1185/2017

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da **Ata Registro de Preço nº 58/2017**, firmado pelo Município de Várzea Grande.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015 expedida pela Controladoria Geral do Município.

CONSIDERANDO a cláusula terceira do **Termo de Apostilamento de Fiscal da Ata Registro de Preço nº 58/2017** de 07 de novembro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **Ricardo Dias de Miranda** brasileiro, ocupando o cargo de **Coordenador de TI**, lotado na **Secretaria Municipal de Gestão Fazendária**, portador da Cédula de Identidade RG nº **1065357-0SJ/MT** e inscrito no CPF sob nº **827.085.681-91**, Matrícula nº **101181**, para, sem prejuízo das atividades normalmente desenvolvidas e com observância às disposições no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, Instrução Normativa nº. 02-03 e Orientação Técnica nº. 02/CGM/2015 ambas expedidas pela Controladoria Geral do Município, atuar como Fiscal, competindo-lhe o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução da Ata de Registro de Preço nº 58/2017, à empresa **R. A DE LIMA INFORMÁTICA ME,** inscrita no **CNPJ** sob **nº 21.004.689/0001-00**; e que tem por objeto **Registro de Preços para futura e eventual contratação de pessoa jurídica par fornecimento de materiais de consumo e permanente de informática, para atender as Secretarias da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT. Art. 2º.** Caberá ao Fiscal ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido Contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato**,** e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas;

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo duvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII - ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande. **Art. 4º.** Dê ciência formal ao servidor designado. **Art. 5º.** Esta portaria entra em vigor com efeito retroativo a partir de 07 de novembro de 2017.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Várzea Grande – MT, 18 de dezembro de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1190/2017

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que “Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências.” **Licença Prêmio por Assiduidade** ao servidor abaixo:

SERVIDOR	**JUNIOR ALBERTO DE MORAES REIS**
MATRICULA	25589
CARGO	Agente Desenvolvimento Econômico e Social
PROCESSO N°	3903/2005
LICENÇA PRÊMIO	20 (vinte) dias
QUINQUÊNIO	**19.09.1999/2004**
PERÍODO DE GOZO	02.01.2018 à 21.01.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 19 de Dezembro de 2017.

‘ ‘/

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

EXTRATO CONTRATO N. 128/2017

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande e a Empresa KANAFLEX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 26.092.860/0001-96. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666/93, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Eletrônico nº. 57/2017, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo nº. 166/2017, no Termo de Referência nº. 09/2017 da Secretaria de Viação e Obras, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 477268/2017. OBJETO: Tem por objeto a aquisição de tubos de PEAD corrugado, parede dupla, DN/DI 600 E 800 mm, SN4, para serem utilizados na execução de parte das obras do Projeto PPI – Esgotamento Sanitário (PAC 1) no Município de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Atribui-se o valor global estimado para o item 01 de R$ 375.300,00 (trezentos e setenta e cinco mil, trezentos reais), e para o item 02 de R$ 661.200,00 (seiscentos e sessenta e um mil e duzentos reais). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS DO: 37.02.15.451.0022. P/A: 1.312. ND: 4.4.90.52.00.00.00 – EQUIP. E MAT. PERMANENTE. FONTE: 0999. DO: 37.02.15.451.0022. P/A: 1.312. ND: 4.4.90.52.00.00.00 – EQUIP. E MAT. PERMANENTE. FONTE: 0303. VIGÊNCIA: Terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da sua assinatura. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Viação e Obras para este ato, o servidor DYONI TOSHIO TRETTEL HATAQUEIAMA, portador da cédula de identidade RG n°. 1690781-7 SSP/MT, inscrita no CPF sob n°. 011.448.911-40.

DATA DE ASSINATURA: 14.12.2017.

##ASS LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Viação e Obras – PMVG/MT

KANAFLEX INDUSTRIA E COMÉRCIO DE PLÁSTICOS LTDA

Contratada

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 103/2017

PORTARIA Nº 103/2017

Ricardo Azevedo Araújo – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e;

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2017 – SABARÁ QUIMICOS E INGREDIENTES S.A.

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N.º 011/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de dosagem de cloro gasoso, produto para atender as demandas das estações de tratamento de água, destinado ao abastecimento público, prestação de serviços de manutenção em cilindros de cloro gás, aquisição de equipamento (Cilindro de 900Kg) em regime comodato para sistema de cloração das ETA'S I e II para atender ao Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande / MT.

Fiscal: Benedito Justiniano Pedraça

RG N.º 112072 SSP/MT CPF N.º 047.980151-72

END.º: Rua Teofilo de Arruda n.º 429 Bairro: Duque de Caxias

Cidade: Cuiabá/MT

Matricula N.º 1.964

Suplente de Fiscal: Hildebrando Araujo de França

RG N.º 0025204-2 SSP/MT CPF N.º 176.088.991-15

END.º: Rua Brigadeiro Eduardo Gomes n.º 201 Bairro: Centro

Cidade: Cuiabá/MT

Matricula N.º 1.921

Art. 2°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 19 de dezembro de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 013/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E DÉBORA CRISTINA PIRES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

DÉBORA CRISTINA PIRES

RG 51197178, SSP/PR

CPF 501.459.081-00

LOCADORA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 029/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA CATISSILANE ALVES DO NASCIMENTO 04416877170, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula quarta, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

CATISSILANE ALVES DO NASCIMENTO 04416877170

CNPJ/MF: 27.169.100/0001-00

Catissilane Alves do Nascimento

RG n. 2339968-6 SSP/MT

CPF: 044.168.771-70

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 086/2017

Pregão Presencial n° 057/2017, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA MARCIO SOUZA FARIA EIRELI -ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula quarta, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 19 de maio de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

MARCIO SOUZA FARIA EIRELI-ME

CNPJ: 20.151.547/0001-03

MARCIO SOUZA FARIA

RG n. 06777430 SSP/MT

CPF/MF sob nº 569.802.481-20

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 089/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA SÔNIA CARVALHO DE CARVALHO SANTANA 08868669870, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula quarta, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de maio de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

SÔNIA CARVALHO DE CARVALHO SANTANA 08868669870

CNPJ: 25.296.346/0001-00

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 090/2017, PREGÃO PRESENCIAL N. 069/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA A. M. DO NASCIMENTO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula quarta, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

A M DO NASCIMENTO CNPJ: 10.140.876/0001-97 André Marçal do Nascimento RG Nº 1390163-0 SSP/MT CPF: 697.464.781-68

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 091/2017, PREGÃO PRESENCIAL N. 070/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA A. M. DO NASCIMENTO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula quarta, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

A M DO NASCIMENTO CNPJ: 10.140.876/0001-97 André Marçal do Nascimento RG Nº 1390163-0 SSP/MT CPF: 697.464.781-68

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 092/2017, PREGÃO PRESENCIAL N. 071/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA A. M. DO NASCIMENTO, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula quarta, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

A M DO NASCIMENTO CNPJ: 10.140.876/0001-97 André Marçal do Nascimento RG Nº 1390163-0 SSP/MT CPF: 697.464.781-68

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 094/2017, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 008/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA OSVALDO BARCELOS MARTINS JUNIOR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula quarta, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

OSVALDO BARCELOS MARTINS JUNIOR

CNPJ n. 00.320.974/0001-52

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS N. 097/2017, PREGÃO PRESENCIAL N° 058/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA VOLPATO AGRONEGÓCIOS E REPRESENTAÇÕES LTDA - EPP, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula quarta, com **início em 01 de janeiro de 2018 a 30 de abril de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

VOLPATO AGRONEGÓCIOS E REPRESENTAÇÕES LTDA – EPP

CNPJ.: 19.882.013/0001-60

CEZAR AUGUSTO VOLPATO

1033855-1 SSP/MT

CPF SOB N.º 594.221,221-04

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS N. 098/2017, PREGÃO PRESENCIAL N° 058/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A MAQUIPARTS COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula quarta, com **início em 01 de janeiro de 2018 a 30 de abril de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

MAQUIPARTS COM. IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

CNPJ.: 12.753.2013/0003-35

Marcio André Porta Rosa

RG n.º 1050045572 SSP/MT

CPF sob n.º 696.977.870-3

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 100/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 009/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESABEM VIVER TRATAMENTO ESPECIALIZADO EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA E ÁLCOOL EIRELI, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula quarta, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

BEM VIVER TRATAMENTO ESPECIALIZADO

EM DEPENDENCIA QUIMICA E ALCOOL EIRELI

CNPJ sob nº. 17.467.151/0001-57

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 012/2017

PREGÃO PRESENCIAL N. 052/2016, **CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA INOVATUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA - ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, para a locação de sistemas integrados de gestão de saúde pública, incluindo permissão do direto de uso dos softwares, acompanhamento operacional, treinamento, suporte técnico permanente e atualizações, com base na Clausula nona, com **inicio em inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

INOVATUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA – ME

CNPJ: 11.247.425/0001-16

Sr. **Edvaldo Marques da Silva**

RG N. 079.771-31, SSP/MT

CPF N. 820.093.681-34

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS N. 072/2016 TOMADA DE PREÇO N. 009/2016

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA: SÃO PAULO TERRAPLENAGEM LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei n. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original para construção civil para adequação de estradas vicinais - construção de obra de arte - bueiros em córregos localizados no município de Vila Bela da Ss. Trindade,**,** nos termos e condições estabelecidos no Edital de Licitação da **Tomada de Preços n. 006/2016,** com base na Clausula quarta, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

ANDERSON GLAUCIO ANDRADE PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

SÃO PAULO TERRAPLENAGEM LTDA

CNPJ/MF sob n. 10.335.350/0001-62

José Macelio da Silva

RG n. 0356900-4 SSP/MT

CPF/MF sob n. 396.153.401-20

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
RG : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº 015/2015

TOMADA DE PREÇOS Nº 017/2014 (PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E DRENAGEM DE AGUAS PUVIAIS) CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA: RANCHO FUNDO TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

RANCHO FUNDO TERRAPLENAGEM

E PAVIMENTAÇÃO LTDA

CNPJ: 00.648.886/0001-84

Alfredo Henrique Souza de Brito

RG n.º 30.731.080-2, SSP/SP

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 .	2.
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 057/2016

PREGÃO PRESENCIAL No 062/2016, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA WESLY ROSA DA SILVA 00859560155, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula nona, com **inicio em 19 de dezembro de 2017 a 20 de julho de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 18 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

WESLY ROSA DA SILVA

CNPJ: SILVA 18.195.045/0001-24

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 .	2.
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS E HOSPITALARES Nº 068/2017

ADESÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N. 082/2016, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO/MT, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA SALVI, LOPES & CIA. LTDA - ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

SALVI, LOPES & CIA. LTDA – ME

CNPJ:. 82.478.140/0001-34

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 058/2016

PREGÃO PRESENCIAL No 062/2016, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA LAURIANO DE JESUS 02992591106, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula nona, com **início em 19 de dezembro de 2017 a 20 de julho de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 18 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

LAURIANO DE JESUS 02992591106

CNPJ.: 21.120.390/0001-03

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS E HOSPITALARES Nº 067/2017

ADESÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N. 082/2016, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO/MT, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA

CNPJ: 10.749.915/0001-58

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 105/2017

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial n. 105/2017**, tendo por objeto o registro de preços para eventual e/ou futura aquisição de mobiliários para atender as unidades administrativas municipal, de acordo com o descrito no anexo I, resolve **adjudicar** o objeto da licitação, as empresas: **SUPERSOFT TREINAMENTO EM INFORMÁTICA EIRELI- ME,** com proposta no valor global de **R$ 72.650,00** (setenta e dois mil seiscentos e cinquenta reais), **VALE MAGASIN COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI – ME,** com proposta no valor global de **R$ 40.771,00** (quarenta mil setecentos e setenta e um reais), **A T I COMERCIO DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA – EPP,** com proposta no valor global de **R**$ 78.150,00 (setenta e oito mil cento e cinquenta reais) e **JAIME TRENTIN & CIA LTDA ME** com proposta no valor global de **R$ 157.600,00 (**quarenta e cinco mil novecentos e trinta e três reais e setenta centavos**)**.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 18 de dezembro de 2017.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 101/2017, PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 010/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA MISSÃO CRISTÃ BRASILEIRA / HOSPITAL EVANGÉLICO DE MATO GROSSO - HEMT, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, para **serviços médico-hospitalares de Plantões Cirúrgicos Emergenciais em Regime de Sobreaviso**, com base na Clausula nona, com **início em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

MISSÃO CRISTA BRASILEIRA HOSPITAL EVANGÉLICO DE MATO GROSSO MARIA AUXILIADORA DORILEO ROSA 0545759-9, SSP/MT CPF: 395.479.491-87 CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49

R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 105/ 2017.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial n. 105/2017**, tendo por objeto o registro de preços para eventual e/ou futura aquisição de mobiliários para atender as unidades administrativas municipal, de acordo com o descrito no anexo I, resolvem **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, as empresas: **SUPERSOFT TREINAMENTO EM INFORMÁTICA EIRELI- ME,** com proposta no valor global de **R$ 72.650,00** (setenta e dois mil seiscentos e cinquenta reais), **VALE MAGASIN COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI – ME,** com proposta no valor global de **R$ 40.771,00** (quarenta mil setecentos e setenta e um reais), **A T I COMERCIO DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA – EPP,** com proposta no valor global de **R**$ 78.150,00 (setenta e oito mil cento e cinquenta reais) e **JAIME TRENTIN & CIA LTDA ME** com proposta no valor global de **R$ 157.600,00 (**quarenta e cinco mil novecentos e trinta e três reais e setenta centavos**)**.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 18 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS E HOSPITALARES Nº 066/2017

ADESÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N. 082/2016, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO/MT, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA - ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA - ME

CNPJ: 18.337.759/0001-20

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS E HOSPITALARES Nº 065/2017

ADESÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N. 082/2016, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO/MT, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACÊUTICA S/S

CNPJ: 01.571.702/0001-98

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 060/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 062/2016, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA EDER ROMALINO FIORAVANTE 03790067660 ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula nona, com **inicio em 19 de dezembro de 2017 a 20 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 18 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

EDER ROMALINO FIORAVANTE – MEI

CNPJ: 17.485.776/0001-41

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS E HOSPITALARES Nº 064/2017

ADESÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N. 083/2016, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO/MT, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA DELTA MED– COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

DELTA MED – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 08.835.955/0001-70

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº 107/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 009/2014 (CONSTRUÇÃO DE ARQUIBANCADA COBERTA) CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA: RANCHO FUNDO TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

RANCHO FUNDO TERRAPLENAGEM

E PAVIMENTAÇÃO LTDA

CNPJ: 00.648.886/0001-84

Alfredo Henrique Souza de Brito

RG n.º 30.731.080-2, SSP/SP

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____

Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 009/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA BENEDITO BATISTA DOS SANTOS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, para a locação de um imóvel urbano, localizado na Rua Pouso Alegre, s/nº - centro de Vila Bela da Ss Trindade - MT, com terreno medindo 322 m2 com 01 Salão Comercial medindo 24,65 x 5,74, estando em perfeitas condições de uso, para abrigar o Museu de Vila Bela, com base na Clausula nona, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

BENEDITO BATISTA DOS SANTOS

RG 000648274 SSP/RO

CPF: 011.520.332-04

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS Nº 136/2014

TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2014 (CONSTRUÇÃO DE QUADRAS) CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA: F. CESAR CARVALHO & CIA LTDA - EPP, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

F. CESAR CARVALHO & CIA LTDA – EPP

CNPJ/MF sob nº **09.402.318/0001-73**

Srª **ELCI GOMES DE NOVAES CARVALHO**

RG nº 0.613.652-4, SSP/MT

CPF nº 432.663.391

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 063/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A JANETTE FERREIRA DE SOUZA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

JANETTE FERREIRA DE SOUZA

RG **359.060**, SSP/MT

CPF **013.389.111-98**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 021/2015

PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2015, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA M. H. TOSTI, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **início em 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

M. H. TOSTI CNPJ: 05.469.282/0001-94 Márcio Henrique Tosti CPF nº 469.064.951-00

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

VISTO ASSESSORIA JURÍDICA

CARINA CRISTINA FRANÇA SOARES

OAB/MT 17659

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 062/2017

PREGÃO PRESENCIAL N. 018/2017, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA ETCA – CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula quinta, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ETCA – CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA CNPJ n° 04.176.501/0001-84 Sr. Cláudio Henrique Teodoro de Almeida, RG n°0827899-7 SSP/MT CPF n° 523.386.901-25

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS Nº 061/2017, ADESÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N. 083/2016

REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO/MT, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA DELTA MED– COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

DELTA MED – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 08.835.955/0001-70

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS Nº 060/2017

ADESÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N. 083/2016, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO/MT, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP

CNPJ/MF sob o n. 12.889.035/0001-02

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 076/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 021/2014, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA ETCA – CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula quinta, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ETCA – CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA CNPJ n. 04.176.501/0001-84 Sr. Cláudio Henrique Teodoro de Almeida, RG n.0827899-7 SSP/MT CPF n. 523.386.901-25

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 008/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA MÁRCIA OLIVEIRA DE MORAES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, para a locação de um imóvel urbano, com base na Clausula nona, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

MÁRCIA OLIVEIRA DE MORAES

RG 1606339-2, SSP/MT.

CPF 009.563.161-58

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS E HOSPITALARES Nº 059/2017

ADESÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N. 083/2016, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO/MT, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA - ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **início em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

DISTRIBUIDORA MERISIO LTDA - ME

CNPJ: 18.337.759/0001-20

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 090/2015

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 006/2015 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA ORION TURISMO LTDA - ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula quarta, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ORION TURISMO LTDA – ME

CNPJ: 03.898.324/0001-87,

Sr. José Joel Batista,

RG: M-927.119 SSP/MG

CPF: 267.751.156-87

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

DECRETO N. 100/2017, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DECRETA RECESSO ADMINISTRATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica instituído *como recesso administrativo de final de ano, nas repartições públicas do Poder Executivo Municipal,* o período compreendido entre o dia **26 de dezembro de 2017 a 02 de janeiro de 2018.**

Parágrafo único - O expediente nas dependências públicas municipais no dia **22/12/2017**, sexta-feira, excepcionalmente será das **07h:30min** às **12:00** horas

Art. 2º. Para efeito do disposto neste artigo, ficam ressalvados os serviços que, por sua natureza, não possam sofrer paralisações, em especial os inerentes à saúde, coleta de lixo, limpeza pública urbana, abastecimento de água, e as Obrigações do Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e Adolescentes.

Art. 2º.**Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZOITO DIAS do mês de DEZEMBRO DO ANO DE dois mil E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS E HOSPITALARES N. 058/2017

ADESÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N. 083/2016, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO/MT, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS

HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 02.520.829/0001-40

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS E HOSPITALARES N. 057/2017

ADESÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N. 083/2016, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JULIO/MT, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 03.652.030/0001-70

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 032/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 003/2017, **CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA SULINEIA ALVES RIBEIRO 03566679100, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, para fornecimento de pão caseiro para complemento da merenda escolar para a escola municipal situada no Assentamento Seringal, com base na Clausula nona, com **início em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

SULINEIA ALVES RIBEIRO 03566679100

CNPJ: **25.331.419/0001-57**

Sulinéia Alves Ribeiro

RG n. 1892666-57, SSP/MT

CPF n. 035.666.791-00

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 054/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA M. P DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB EIRELI -ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula décima, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

M. P DE OLIVEIRA SILVA SOLUÇÕES WEB EIRELI -ME

CNPJ: **14.728.004/0001-08**

Srº Marcos Paulo de Oliveira Silva

RG N. 35.405.864-2 SSP/SP

CPF: 021.222.971-07

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 006/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A MARGARIDA RODRIGUES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, para a locação de um imóvel rural, medindo 48 m2, para ser utilizada como sede da escola Santa Lucia, com base na Clausula nona, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8. 666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

MARGARIDA RODRIGUES

RG n. **856.386 SSP/MT**

CPF 571.360.331-87

PIS/PASEP nº 19.028.459.424

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 053/2017

CONVITE N. 001/2017, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E DANIEL SOARES GONÇALVES, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula quarta, com **início em 01 de janeiro de 2018 a 30 de junho de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT sob o n. 13850

RG n. 13084674 SSP/MT

CPF/MF sob n.862.597.841-04

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 050/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA L. RICARDO DE MAGALHÃES - EPP, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

L. RICARDO DE MAGALHÃES – EPP

CNPJ: N. 17.922.286/0001-65

SR. **LUIZ RICARDO DE MAGALHÃES**

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 011/2017, PREGÃO PRESENCIAL N.º 029/2016

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA STAF SISTEMAS LTDA - EPP, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, para Contratação de Empresa Especializada em Aplicativos de Informática (Software) para Migração, Implantação, Treinamento e Licenciamento dos Aplicativos de Gestão Pública, com base na Clausula sétima, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

STAF SISTEMAS LTDA – EPP

CNPJ nº 07.941.056/0001-90

Sr. Rodrigo Teles de Souza

RG n.º 25.198.266-X SSP/SP

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS E HOSPITALARES Nº 111/2017

ADESÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N. 010/2017, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA/MT, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA DENTAL MIX COMÉRCIO DE PROD MED ODONT LTDA ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **início em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

DENTAL MIX COMÉRCIO DE PROD MED ODONT LTDA ME

CNPJ: 14.890.803/0001-73

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 003/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA SINDICATO RURAL DE VILA BELA DA SSª TRINDADE, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, para a locação de sala medindo aproximadamente 6 x 8m, nas dependências da sede do Sindicato Rural de Vila Bela da SSª Trindade, com base na Clausula nona, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

SINDICATO RURAL DE

VILA BELA DA SSª TRINDADE

JOSÉ TEIXEIRA

CPF nº 725.102.428-49

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS E HOSPITALARES Nº 084/2017

ADESÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N. 010/2017, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA/MT, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA DENTAL MIX COMÉRCIO DE PROD MED ODONT LTDA ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

DENTAL MIX COMÉRCIO DE PROD MED ODONT LTDA ME

CNPJ: 14.890.803/0001-73

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 083/2017

CONVITE N. 002/2017, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA ELIANE FERREIRA DA SILVA 70041563115, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula quarta, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ELIANE FERREIRA DA SILVA 70041563115

CNPJ: 22.613.708/0001-50

ELIANE FERREIRA DA SILVA

RG: 1276173-7 SSP/MT

CPF 700.415.631-15

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 079/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA O IMPERIAL SERVIÇO DE CONSULTORIA EIRELI, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula quarta, com **início em 01 de janeiro de 2018 a 30 de junho de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

O IMPERIAL SERVIÇO DE CONSULTORIA EIRELI

CNPJ: n. 19.399.676/0001-28

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 073/2017, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 006/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA HÉLIO GARCIA SILVA 17793262115, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula terceira, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

HÉLIO GARCIA SILVA 17793262115

CNPJ: **15.804.021/0001-37**

Sr. **Hélio Garcia Silva**

RG nº 04559207, SSP/MT

CPF nº 177.932.621-15

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 072/2017

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 005/2017, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA MISSÃO CRISTÃ BRASILEIRA / HOSPITAL EVANGÉLICO DE MATO GROSSO - HEMT, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula nona, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

MISSÃO CRISTA BRASILEIRA HOSPITAL EVANGÉLICO DE MATO GROSSO MARIA AUXILIADORA DORILEO ROSA 0545759-9, SSP/MT CPF: 395.479.491-87 CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS N. 053/2016

TOMADA DE PREÇO N. 006/2016, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA: SÃO PAULO TERRAPLENAGEM LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei n. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original para prestação para recuperação de diversas pontes de madeira localizadas na zona rural do Município De Vila Bela Da Ss. Trindade**,** nos termos e condições estabelecidos no Edital de Licitação da **Tomada de Preços n. 006/2016** e do **Termo de Convênio N. 0072/2016 - SINFRA,** com base na Clausula quarta, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

SÃO PAULO TERRAPLENAGEM LTDA

CNPJ/MF sob n. 10.335.350/0001-62

José Macelio da Silva

RG n. 0356900-4 SSP/MT

CPF/MF sob n. 396.153.401-20

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
RG : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BEM Nº 052/2016

ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL N. 054/2015, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE ALTA FLORESTA/MT, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA ALFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula terceira, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ALFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA – ME

CNPJ: 13.731.784/0001-70

ANTONIO VIVALDE REIS JUNIOR

RG: 604.428-0 SSP/PR

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49

R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 071/2017, PREGÃO PRESENCIAL N. 025/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA V O GONÇALVES TRANSPORTES - ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula nona, com **início em 19 de dezembro de 2017 a 20 de julho de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 18 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

V O GONÇALVES TRANSPORTES – ME

CNPJ: 25.158.119/0001-18

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 105/2017, PREGÃO PRESENCIAL N. 011/2017

REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA/MT, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA GL COMÉRCIO DE GASES LTDA – ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula terceira, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

GL COMÉRCIO DE GASES LTDA – ME

CNPJ Nº 12.520.836/0001-04

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 069/2017, PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESAM. R. DOS SANTOS ENGENHARIA - ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula quarta, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

M. R. DOS SANTOS ENGENHARIA – ME

CNPJ: 24.301.639/0001-75

Marta Rosana dos Santos

RG nº. 0960010-8 SSP/

CPF: 867.900.481-20

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 103/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA EMETRA – EMPRESA MEDICINA DO TRABALHO LTDA - EPP, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula quarta, com **início em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

EMETRA – EMPRESA MEDICINA DO TRABALHO LTDA

CNPJ sob nº. 05.215.393/0001-74

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

LEI N. 1.358/2017, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017

"ALTERA DISPOSITIVOS DAS LEIS 295/1984 E 296/1984, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, PREFEITO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º. O artigo 126,

da Lei n. 295/1984, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Art. 126.** Nos lotes da Zona Central (ZC), para fins de edificações, deverão ser observadas às seguintes especificações:

I – Lote mínimo: 120,00m² (cento e vinte metros quadrados);

II – Frente mínima: 8 (oito) metros para lotes destinados à construção de imóvel residencial; e, 4 (quatro) metros para lotes destinados à construção de imóvel comercial.

§ 1º. Excetuam das previsões dos incisos anteriores, o parcelamento do solo e edificações, que possuírem metragem diferente das previstas nos incisos anteriores, desde que consolidados antes da promulgação da Lei n. 295/1984.

§ 2º. Para fins do parágrafo anterior, servirá como prova quanto ao parcelamento do solo, bem assim da construção da edificação residencial ou comercial, documento público hábil a comprovar a situação antecedente à Lei n. 295/1984.

Art. 2º. O artigo 11

da Lei n. 296/1984, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"**Art. 11.** Os lotes da Zona Central (ZC) obedecerão às seguintes especificações, para fins de parcelamento do solo e licenciamento de obras e atividades:

I – Lote mínimo: 120,00m² (cento e vinte metros quadrados);

II – Frente mínima: 8 (oito) metros para lotes destinados à construção de imóvel residencial; e, 4 (quatro) metros para lotes destinados à construção de imóvel comercial.

[...]"

Art. 3°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, 19 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefei

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS/SERVIÇOS N. 023/2016

TOMADA DE PREÇO N. 003/2016, (AMPLIAÇÃO DE 02 (DUAS) SALAS NA ESCOLA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS) CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA: F. CESAR CARVALHO & CIA LTDA - EPP, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei n. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original para **ampliação de 02 (duas) salas na Escola Municipal Duque de Caxias no Município de Vila Bela da Ss. Trindade,**através do **Termo de Convenio n. 088/2015 - SECID,** com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

F. CESAR CARVALHO & CIA LTDA – EPP

CNPJ/MF sob nº **09.402.318/0001-73**

Srª **ELCI GOMES DE NOVAES CARVALHO**

RG nº 0.613.652-4, SSP/MT

CPF nº 432.663.391

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 015/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA INOVAÇÃO COMPUTAÇÃO MÓVEL LTDA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

INOVAÇÃO COMPUTAÇÃO MÓVEL LTDA

LANDER APARECIDO DE OLIVEIRA

CPF: 005.907.996-73

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 010/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA MARIA LEOCADIA MASSAI CHOMA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula quarta, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

MARIA LEOCADIA MASSAI CHOMA CPF 789.880.391-49 RG: 0507285-9 PIS/PASEP nº 1.905.770.102-5 CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS E INSUMOS MÉDICOS E HOSPITALARES Nº 084/2017

ADESÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO N. 010/2017, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA/MT, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA DENTAL MIX COMÉRCIO DE PROD MED ODONT LTDA ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

DENTAL MIX COMÉRCIO DE PROD MED ODONT LTDA ME

CNPJ: 14.890.803/0001-73

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 023/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA KÁTIA ROSANE COSTA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

KÁTIA ROSANE COSTA

RG: 5.596.837-3 SSP/PR

CPF 898.629.249-91

LOCADORA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 085/2017, PREGÃO PRESENCIAL N. 049/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA GLEDSON FERREIRA DE SOUZA MEI, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, serviço de transporte coletivo rural dos beneficiários de programas sociais do governo Federal ou do INSS (aposentados e deficientes) com base na Clausula nona, com **início em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

GLEDSON FERREIRA DE SOUZA MEI

CNPJ: 15.512.145/0001-49

EMPRESA CONTRATADA TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 007/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E RENE DA SILVA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

RENE DA SILVA CPF 513.166.841-72 RG: 1.802.809-8 SSP/MT PIS/PASEP nº 1.058.291.670-1 CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 007/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E PEDRO RAMOS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

PEDRO RAMOS

RG 0243342-7, SSP/MT

CPF 156.207.601-97

LOCADORA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 002/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO NOROESTE DE MT –SICREDI NOROESTE - MT, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DO

NOROESTE DE MT – SICREDI NOROESTE - MT

CNPJ:33.022.690/0001-39

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 030/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA ELIANA ALEXANDRE 02426525142, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula quarta, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ELIANA ALEXANDRE 02426525142

CNPJ/MF SOB O N. 27.179.935/0001-33

ELIANA ALEXANDRE

RG N. 1708614-0 SSP/MT

CPF: 024.265.251-42

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 020/2017

ADESÃO PREGÃO PRESENCIAL N. 021/2016, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE PONTES E LACERDA/MT, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA ALIANÇA LOCADORA DE AUTOMÓVEIS EIRELI - ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula segunda, com **inicio em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ALIANÇA LOCADORA DE AUTOMÓVEIS EIRELI – ME CNPJ/MF sob n. 15.807.082/0001-58 Murilo José Pinto de Abreu Lima RG n. 2137667-0 SSP/MT CPF n. 034.162.611-27 LOCADORA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 102/2017, PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 011/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA MISSÃO CRISTÃ BRASILEIRA / HOSPITAL EVANGÉLICO DE MATO GROSSO - HEMT, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, para **serviços de procedimento médico do tipo internação hospitalar, conforme AIH's – Autorização de Internação Hospitalar**, com base na Clausula sétima, com **início em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

MISSÃO CRISTA BRASILEIRA HOSPITAL EVANGÉLICO DE MATO GROSSO MARIA AUXILIADORA DORILEO ROSA 0545759-9, SSP/MT CPF: 395.479.491-87 CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 108/2017, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N. 012/2017

CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA ARMCO STACO S.A INDUSTRIA METALURGICA, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula terceira, com **início em 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 11 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ARMCO STACO S.A INDUSTRIA METALURGICA

CNPJ/MF N. 72.343.882/0001-07

Alex Arguelho

RG: 27022576-6 SSP/SP

CPF: 073.202.947-37

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

LEI N. 1.359/2017, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional especial, e dá outras providências."

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, Prefeito de Vila Bela da Santíssima Trindade, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Para atender às necessidades orçamentárias do poder executivo, fica autorizada a abertura de **crédito adicional especial** ao orçamento do Município no valor de **R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais),** alocados nas seguintes dotações:

05–SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

03–Departamento do Ensino Fundamental

04.361.1001.2.018 – Manutenção do Transporte Escolar

3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Valor.....R$ 135.000,00

FONTE DE RECURSO: 2801 – Recursos Cota-Parte FETHAB

Art. 2º. Os recursos orçamentários para dar cobertura ao Crédito Especial aberto no artigo anterior, serão resultantes do excesso de arrecadação em fonte de recurso específica (2801- Recursos Cota-Parte FETHAB) no valor de R$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

Art. 3º. Fica autorizado, se necessário, a suplementação ou anulação das dotações criadas nesta lei, utilizando o limite estabelecido no Art. 4º, alínea "b", da Lei 1.301/2016 - Lei Orçamentária Anual, ou de lei aprovada posteriormente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZENOVE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO MUN

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 095/2017

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL N. 041/2017, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA/MT, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA JAIR TIAGO DA SILVA 00659498111, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal nº 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo prorrogar a vigência do prazo do Contrato Original, com base na Clausula nona, com **início em 19 de dezembro de 2017 a 20 de julho de 2018**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 18 de dezembro de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

JAIR TIAGO DA SILVA 00659498111

CNPJ/MF sob nº 24.150.544/0001-06

EMPRESA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Visto Assessoria Jurídica

DANIEL SOARES GONÇALVES

OAB/MT 13850

PLANEJAMENTO
QUADRO DEMONSTRATIVO DAS DOTAÇÕES POR ÓRGÃOS DE GOVERNO E DA ADMINISTRAÇÃO - QDD - LOA 2018

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	1.500.000,00	278.000,00	1.778.000,00
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	750.000,00	250.000,00	1.000.000,00
JUNTA DO SERVIÇO MILITAR	89.000,00	10.000,00	99.000,00
ASSESSORIA JURIDICA	77.000,00	5.000,00	82.000,00
CONSELHO TUTELAR	365.000,00	3.000,00	368.000,00
UCI - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO	163.000,00	6.000,00	169.000,00
OUVIDORIA	56.000,00	4.000,00	60.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇAO	3.091.720,00	555.500,00	3.647.220,00
GABINETE DO SECRETÁRIO	3.091.720,00	555.500,00	3.647.220,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	2.091.000,00	151.000,00	2.786.005,00
GABINETE DO SECRETARIO	2.091.000,00	151.000,00	2.786.005,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇAO	15.526.850,00	440.000,00	15.966.850,00
GABINETE DO SECRETARIO	745.500,00	50.000,00	795.500,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	5.186.850,00	270.000,00	5.456.850,00
CRECHE E PRE ESCOLA	696.500,00	120.000,00	816.500,00
FUNDEB	7.600.000,00	0,00	7.600.000,00
FUNDO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO-FNDE	1.298.000,00	0,00	1.298.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	13.995.015,00	396.000,00	14.391.015,00
FUNDO NACIONAL DE SAUDE/ATENCAO BASICA	3.357.000,00	0,00	3.357.000,00
FUNDO NACIONAL DE SAUDE- MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	3.701.000,00	0,00	3.701.000,00
FUNDO NACIONAL DE SAUDE/ VIGILANCIAS EM SAUDE	254.000,00	0,00	254.000,00
FUNDO NACIONAL DE SAUDE/ASSISTENCIA FARMACEUTICA	420.000,00	0,00	420.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	5.686.015,00	0,00	5.686.015,00
FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	577.000,00	0,00	577.000,00
INVESTIMENTOS NA REDE DE SERVICOS DE SAUDE	0,00	396.000,00	396.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇAO E OBRAS PUBLICAS	6.798.350,00	2.338.060,00	9.136.410,00
GABINETE DO SECRETARIO	509.000,00	63.000,00	572.000,00
MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA	5.226.000,00	1.965.060,00	7.191.060,00
SAEVIR	1.063.350,00	310.000,00	1.373.350,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	1.040.000,00	90.000,00	1.130.000,00
GABINETE DO SECRETARIO	763.000,00	90.000,00	853.000,00
DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	277.000,00	0,00	277.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	1.510.400,00	272.600,00	1.783.000,00
GABINETE DO SECRETARIO	276.000,00	22.000,00	298.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	796.000,00	208.000,00	1.004.000,00
FUNDO ESTADUAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	49.400,00	12.600,00	62.000,00
FUNDO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	389.000,00	30.000,00	419.000,00
SECRETARIA MUN DE CULTURA DESPORTO E LAZER	965.000,00	97.000,00	1.062.000,00
CULTURA E LAZER	700.000,00	47.000,00	747.000,00
ESPORTE	265.000,00	50.000,00	315.000,00
SECRETARIA MUNCIPAL DE IND. COMERCIO E TURISMO	60.000,00	30.000,00	90.000,00
GABINETE DO SECRETARIO	60.000,00	30.000,00	90.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	99.000,00	6.000,00	105.000,00
GABINETE DO SECRETARIO	99.000,00	6.000,00	105.000,00
Total por entidade:	**46.677.335,00**	**4.654.160,00**	**51.875.500,00**

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 2 - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA	3.361.000,00	8.000,00	6.519.000,00
PREVIDENCIA MUNICPAL	3.361.000,00	8.000,00	6.519.000,00
Total por entidade:	**3.361.000,00**	**8.000,00**	**6.519.000,00**

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Quadro Demonstrativo das Dotações por Órgãos de Governo e da Administração - QDD

Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VILA RICA

Órgão e Unidade	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
CAMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00
CAMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Total Geral:	**50.038.335,00**	**4.662.160,00**	**58.394.500,00**

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			57.770.500,00
4.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		7.684.500,00	
4.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Impostos		7.434.500,00	
4.1.1.1.3.00.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Nat	1.800.000,00		
4.1.1.1.3.03.0.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	1.800.000,00		
4.1.1.1.3.03.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.500.000,00		
4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho Principal	1.500.000,00		
4.1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho -Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas	1.500.000,00		
4.1.1.1.3.03.1.1.01.01.00	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Rec. Ord	795.000,00		
4.1.1.1.3.03.1.1.01.02.00	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Educ	450.000,00		
4.1.1.1.3.03.1.1.01.03.00	IRRF sobre Rendimentos do Trabalho - Saúde	255.000,00		
4.1.1.1.3.03.4.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros R	300.000,00		
4.1.1.1.3.03.4.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros R	300.000,00		
4.1.1.1.3.03.4.1.01.00.00	IRRF - Outros Rendimentos - Principal - Poder Executivo Retenção Fornecedores	300.000,00		
4.1.1.1.3.03.4.1.01.01.00	IRRF - Outros Rendimentos - Retenção Forn.- Poder Executivo Rec.Ord	159.000,00		
4.1.1.1.3.03.4.1.01.02.00	IRRF - Outros Rendimentos - Retenção Forn.- Poder Executivo Educ.	90.000,00		
4.1.1.1.3.03.4.1.01.03.00	IRRF - Outros Rendimentos - Retenção Forn.- Poder Executivo Saúde	51.000,00		
4.1.1.1.8.00.0.0.00.00.00	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	5.634.500,00		
4.1.1.1.8.01.0.0.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municí	3.429.500,00		
4.1.1.1.8.01.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	1.429.500,00		
4.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial	800.000,00		
4.1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Rec.Ord	424.000,00		
4.1.1.1.8.01.1.1.02.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Educ	240.000,00		
4.1.1.1.8.01.1.1.03.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Saude	136.000,00		
4.1.1.1.8.01.1.2.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	50.000,00		
4.1.1.1.8.01.1.2.01.00.00	IPTU - Multas e Juros Recursos Ord.	26.500,00		
4.1.1.1.8.01.1.2.02.00.00	IPTU - Multas e Juros Educação	15.000,00		
4.1.1.1.8.01.1.2.03.00.00	IPTU - Multas e Juros Saúde	8.500,00		
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	529.500,00		
4.1.1.1.8.01.1.3.01.00.00	IPTU- Dívida Ativa Recursos Ord.	280.635,00		
4.1.1.1.8.01.1.3.02.00.00	IPTU- Dívida Ativa Educação	158.850,00		
4.1.1.1.8.01.1.3.03.00.00	IPTU- Dívida Ativa Saúde	90.015,00		
4.1.1.1.8.01.1.4.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	50.000,00		
4.1.1.1.8.01.1.4.01.00.00	IPTU- Dívida Ativa - Multas e Juros Recursos Ord.	26.500,00		
4.1.1.1.8.01.1.4.02.00.00	IPTU- Dívida Ativa - Multas e Juros Educação	15.000,00		
4.1.1.1.8.01.1.4.03.00.00	IPTU- Dívida Ativa - Multas e Juros Saúde	8.500,00		

Assinado Digitalmente

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.1.8.01.4.0.00.00.00	Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos” de Bens Im	2.000.000,00		
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00	Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação	2.000.000,00		
4.1.1.1.8.01.4.1.01.00.00	Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação Ord	1.060.000,00		
4.1.1.1.8.01.4.1.02.00.00	Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação Edc	600.000,00		
4.1.1.1.8.01.4.1.03.00.00	Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação Saud	340.000,00		
4.1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviços	2.205.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2.205.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	2.110.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal - Arrecadação própria	1.910.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.01.01.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Arrecadação própria	1.900.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.01.01.01	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Arrecadação Rec. Ord.	1.007.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.01.01.02	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Arrecadação Educ.	570.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.01.01.03	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Arrecadação Saúde	323.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.01.02.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Retenção Fornecedores	10.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.01.02.01	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Retenção Fornecedores Rec.Ord	5.300,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.01.02.02	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Retenção Fornecedores Educ.	3.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.01.02.03	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Retenção Fornecedores Saúde	1.700,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.02.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal - Arrecadação Simples Nacional	200.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.02.01.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Simples Nacional Rec. Ord.	106.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.02.02.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Simples Nacional Educ.	60.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.1.02.03.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Simples Nacional Saúde	34.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	10.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.2.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros - Arrecadação própria	10.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.2.01.01.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros - Rec. Ord.	5.300,00		
4.1.1.1.8.02.3.2.01.02.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros - Educ.	3.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.2.01.03.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros - Saúde	1.700,00		
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	75.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.3.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Arrecadação própria	75.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.3.01.01.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Rec. Ord.	39.750,00		
4.1.1.1.8.02.3.3.01.02.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Educ.	22.500,00		
4.1.1.1.8.02.3.3.01.03.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Saúde	12.750,00		
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	10.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.4.01.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros - Arrecadação próprı	10.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.4.01.01.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros - Rec. Ord	5.300,00		
4.1.1.1.8.02.3.4.01.02.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros - Educ.	3.000,00		
4.1.1.1.8.02.3.4.01.03.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros - Saude	1.700,00		
4.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas		250.000,00	

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	50.000,00		
4.1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	50.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	50.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ	50.000,00		
4.1.1.2.1.01.1.1.01.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	50.000,00		
4.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	200.000,00		
4.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	200.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	200.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	200.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00	Taxa Funcionamento em Horário Especial	50.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Taxa de Licença Execução de Obras	50.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.03.00.00	Taxa Serviços Cadastrais	50.000,00		
4.1.1.2.2.01.1.1.04.00.00	Taxa Iluminação Pública Terrenos	50.000,00		
4.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições		350.000,00	
4.1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública		350.000,00	
4.1.2.4.0.00.1.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	350.000,00		
4.1.2.4.0.00.1.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	350.000,00		
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		800.000,00	
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		800.000,00	
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	800.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	800.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	800.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Principal	400.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.02.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB - Principal	100.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.02.01	Rem. de Dep. Ban. - FUNDEB - 18	50.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.02.02	Rem. de Dep. Ban.- FUNDEB - 19	50.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.03.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo de Saúde - Principal	100.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.03.03	Rem. de Dep. Banc.- Bloco MAC	50.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.03.07	Rem. de Dep. Banc.- Repasse Estadual	50.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.05.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo Nacional de Assistência	50.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.05.01	Rem. de Dep. Banc.- Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	50.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.06.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Fundo Nacional de Desenvolvi	50.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.06.01	Rem. de Dep. Ban. - FNDE	50.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.09.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Manutencao e Desenvolviment	50.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.09.01	Rem. de Dep. Banc. - Manutencao e Desenvolvimento do Ensino - MDE	50.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.10.00	Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - Ações e Serviços Públicos de S	50.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.10.01	Rem. de Dep. Banc. - Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS	50.000,00		

20 de Dezembro de 2017 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XII | Nº 2.879

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados - Principal	400.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.00	Rem. de Dep. Banc.- Não Vinculados - Depósitos de Poupança - Principal	50.000,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.99.00	Rem. de Dep. Banc.- Não Vinculados - Principal	350.000,00		
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços		526.000,00	
4.1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	Outros Serviços		526.000,00	
4.1.6.9.0.99.0.0.00.00.00	Outros Serviços	526.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Serviços	526.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.00	Outros Serviços - Principal ÁGUA	526.000,00		
4.1.6.9.0.99.1.1.01.00.00	Serviços Água	526.000,00		
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes		48.360.000,00	
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		26.360.000,00	
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	26.360.000,00		
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	16.300.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	14.100.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	14.100.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.473.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios Ed	4.230.000,00		
4.1.7.1.8.01.2.1.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios Sd	2.397.000,00		
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios	500.000,00		
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios	500.000,00		
4.1.7.1.8.01.3.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios	265.000,00		
4.1.7.1.8.01.3.1.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios	150.000,00		
4.1.7.1.8.01.3.1.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios	85.000,00		
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	500.000,00		
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	500.000,00		
4.1.7.1.8.01.4.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	265.000,00		
4.1.7.1.8.01.4.1.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	150.000,00		
4.1.7.1.8.01.4.1.03.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	85.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territor	1.200.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territor	1.200.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.01.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territor	636.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.02.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territor	360.000,00		
4.1.7.1.8.01.5.1.03.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territor	204.000,00		
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Explo	205.000,00		
4.1.7.1.8.02.2.0.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos M	5.000,00		
4.1.7.1.8.02.2.1.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos M	5.000,00		
4.1.7.1.8.02.2.1.01.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos M	5.000,00		

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	200.000,00		
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - P	200.000,00		
4.1.7.1.8.02.6.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP -	200.000,00		
4.1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	7.540.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	7.540.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúd	7.540.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.00	Bloco Piso da Atenção Básica Fixo - PAB FIXO	850.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.01.00	Pab Fixo	850.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.02.00.00	Bloco Piso da Atenção Básica VARIÁVEL	3.125.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.02.01.00	Assistência Financeira Complementar ACS 95%	600.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.02.02.00	Fortalec. de Pol. Afetas Atuação Est. ACS 5%	20.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.02.03.00	Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade PMAQ(RAB-PMAQ-SM)	430.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.02.04.00	Programa Saúde na Escola (RAB-SEC-SM)	50.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.02.05.00	Saúde Bucal - SB	200.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.02.06.00	Saúde da Família - SF	1.820.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.02.07.00	Teste Rápido de Gravidez	5.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.03.00.00	Bloco da Média e Alta Complexidade Ambul e Hosp. MAC	2.621.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.03.01.00	Teto Municipal da Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	2.354.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.03.02.00	Teto Municipal Rede Saúde Mental (RSME)	267.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.04.00.00	Bloco Básico da Assistência Farmacêutica	420.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.04.01.00	Programa de Assistência Farmacêutica Básica (parcelas)	420.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.05.00.00	Bloco Piso Fixo de Vigilância Sanitária PFVISA	10.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.05.01.00	Piso Fixo de Vigilância Sanitária Parte Anvisa (Parcela)	10.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.06.00.00	Bloco Vigilância em Saúde	514.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.06.01.00	Assistência Financeira Complementar ACE 95%	100.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.06.02.00	Fortalec de Pol Afetas Atuação da Estrat ACE 5%	20.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.06.03.00	Incentivos Pontuais para Ações de Serviços de Vig. em Saúde IPVS	100.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.06.04.00	Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) Parcela	244.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.06.05.00	Programa de Qualificação das Ações de Vig. em Saúde (PVVS)	50.000,00		
4.1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de As	400.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de As	400.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de As	400.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.01.00.00	API - Apoio Pessoa Idosa	20.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.02.00.00	Transferencia Bolsa Familia	50.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.03.00.00	PAIF - Programa Apoio Integral a Família	80.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.04.00.00	PETI-Programa Erradicacao Trabalho Infantil	50.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.05.00.00	Transferências IGD SUAS Federal	20.000,00		

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.1.8.04.1.1.06.00.00	Fundo Municipal de Assist. Social - FMASFORVINCUL	60.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.07.00.00	Fundo Municipal de Assist. Social - FMASACESSUAS	10.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.08.00.00	Transferência Bloco Proteção Social Básica-PAIF	80.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.09.00.00	Transferência ACESUAS TRAB FNAS	20.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.10.00.00	Transferência Ricbl GSUAS FNAS	10.000,00		
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do De	1.155.000,00		
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	760.000,00		
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	760.000,00		
4.1.7.1.8.05.2.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr	5.000,00		
4.1.7.1.8.05.2.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr	5.000,00		
4.1.7.1.8.05.2.1.01.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PDDE	5.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr	150.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	150.000,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.01.00.00	Alimentação Escolar - CRECHE	150.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr	150.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escol	150.000,00		
4.1.7.1.8.05.4.1.01.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	150.000,00		
4.1.7.1.8.05.9.0.00.00.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do	90.000,00		
4.1.7.1.8.05.9.1.00.00.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação FNDE	90.000,00		
4.1.7.1.8.05.9.1.01.00.00	Programa Nac.Alim.Escolar Mais Educação	90.000,00		
4.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L	60.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L	60.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L	60.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.1.01.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – RP	31.800,00		
4.1.7.1.8.06.1.1.02.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração ED	18.000,00		
4.1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – SD	10.200,00		
4.1.7.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	700.000,00		
4.1.7.1.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências da União	700.000,00		
4.1.7.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	700.000,00		
4.1.7.1.8.99.1.1.01.00.00	Auxílio Financeiro para Fomento às Exportações-FEX	700.000,00		
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e		14.500.000,00	
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	14.500.000,00		
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	13.585.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	10.000.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	10.000.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal - Ordinario 53%	5.300.000,00		
4.1.7.2.8.01.1.1.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal - Educaçao 30%	3.000.000,00		

20 de Dezembro de 2017 • Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XII | Nº 2.879

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.8.01.1.1.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal - Saude 17%	1.700.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.000.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	1.000.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	Cota-Parte do IPVA- Principal - Ordinario 53%	530.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal - Educaçao 30%	300.000,00		
4.1.7.2.8.01.2.1.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal - Saude 17%	170.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	35.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	35.000,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios Ord	18.550,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.02.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios Educ	10.500,00		
4.1.7.2.8.01.3.1.03.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios Saud	5.950,00		
4.1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domín	50.000,00		
4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domín	50.000,00		
4.1.7.2.8.01.5.0.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados	2.500.000,00		
4.1.7.2.8.01.5.1.00.00.00	Outras Participações na Receita dos Estados - Principal	2.500.000,00		
4.1.7.2.8.01.5.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo de Transporte e Habitação-FETHAB - Principal	2.500.000,00		
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas	760.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas	760.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas	760.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.01.00.00	FMS-SAUDE BUCAL	50.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.02.00.00	PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA PSF COTA	400.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.03.00.00	PROGRAMA SAUDE PASCAR	50.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.07.00.00	PROGRAMA FARMACIA BASICA ESTADUAL	130.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.08.00.00	RECURSO PAICI	100.000,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.10.00.00	TRANSFERENCIA FMS DIABETES	30.000,00		
4.1.7.2.8.07.0.0.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	62.000,00		
4.1.7.2.8.07.1.0.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	62.000,00		
4.1.7.2.8.07.1.1.00.00.00	Transferência FUPIS - FNAS	20.000,00		
4.1.7.2.8.07.1.2.00.00.00	Transferência FEAS - FNAS	42.000,00		
4.1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distri	93.000,00		
4.1.7.2.8.10.2.0.00.00.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas Prog. Educação	93.000,00		
4.1.7.2.8.10.2.1.00.00.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas Prg. Educação	93.000,00		
4.1.7.2.8.10.2.1.01.00.00	Transferências Transporte Escolar - PNATE Estadual	93.000,00		
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas		7.500.000,00	
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - E	7.500.000,00		
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção	7.500.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção	7.500.000,00		

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção	7.500.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.1.01.00.00	Fundeb 90%	6.750.000,00		
4.1.7.5.8.01.1.1.02.00.00	Fundeb 10%	750.000,00		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		50.000,00	
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		50.000,00	
4.1.9.2.1.00.0.0.00.00.00	Indenizações	50.000,00		
4.1.9.2.1.99.0.0.00.00.00	Outras Indenizações - Principal	50.000,00		
4.1.9.2.1.99.1.0.00.00.00	Outras Indenizações	50.000,00		
4.1.9.2.1.99.1.1.00.00.00	Outras Indenizações - Principal	50.000,00		
4.1.9.2.1.99.1.1.01.00.00	Indenização por Sinistro	50.000,00		
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital			80.000,00
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens		80.000,00	
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis		80.000,00	
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	80.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	80.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	80.000,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.02.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal - Exceto RPPS	80.000,00		
4.9.0.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA			-3.450.000,00
4.9.1.0.0.00.0.0.00.00.00	DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE		-3.450.000,00	
4.9.1.7.0.00.0.0.00.00.00	(R)DEDUCOES RECEITA TRANSFERÊNCIA CORRENTE		-3.450.000,00	
4.9.1.7.1.00.0.0.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	-3.450.000,00		
4.9.1.7.1.80.0.0.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	-3.450.000,00		
4.9.1.7.1.80.1.0.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	-3.450.000,00		
4.9.1.7.1.80.1.2.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB FPM	-1.800.000,00		
4.9.1.7.1.80.1.2.01.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB FPM	-1.800.000,00		
4.9.1.7.1.80.1.3.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB ITR	-250.000,00		
4.9.1.7.1.80.1.3.01.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB ITR	-250.000,00		
4.9.1.7.1.80.1.4.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB ICMS DES LC	-10.000,00		
4.9.1.7.1.80.1.4.01.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB ICMS DES LC	-10.000,00		
4.9.1.7.1.80.1.5.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB ICMS	-1.190.000,00		
4.9.1.7.1.80.1.5.01.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB ICMS	-1.190.000,00		
4.9.1.7.1.80.1.6.00.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB IPVA	-200.000,00		
4.9.1.7.1.80.1.6.01.00.00	Dedução de Receita para Formação do FUNDEB IPVA	-200.000,00		
			Total das receitas:	**54.400.500,00**
			Total por entidade:	**54.400.500,00**

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 2 - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS			
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			4.319.000,00
4.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições		1.631.000,00	
4.1.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Sociais		1.631.000,00	
4.1.2.1.0.04.0.0.00.00.00	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	1.631.000,00		
4.1.2.1.0.04.1.0.00.00.00	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS	1.620.000,00		
4.1.2.1.0.04.1.1.00.00.00	Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o RPPS - Principal	1.620.000,00		
4.1.2.1.0.04.3.0.00.00.00	Contribuição dos Servidores Inativos Civis para o RPPS	11.000,00		
4.1.2.1.0.04.3.1.00.00.00	Contribuição do Servidores Inativos Civis para o RPPS - Principal	11.000,00		
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		2.600.000,00	
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		2.600.000,00	
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	2.600.000,00		
4.1.3.2.1.00.4.0.00.00.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS	2.600.000,00		
4.1.3.2.1.00.4.1.00.00.00	Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS - Principal	2.600.000,00		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		88.000,00	
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		81.000,00	
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	81.000,00		
4.1.9.2.2.03.0.0.00.00.00	Restituição de Benefícios Previdenciários	81.000,00		
4.1.9.2.2.03.1.0.00.00.00	Restituição de Benefícios Previdenciários	81.000,00		
4.1.9.2.2.03.1.1.00.00.00	Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	81.000,00		
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes		7.000,00	
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	7.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	7.000,00		
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	7.000,00		
4.7.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS			2.200.000,00
4.7.2.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		2.200.000,00	
4.7.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições Previdencioárias do RPPS		2.200.000,00	
4.7.2.1.1.00.0.0.00.00.00	Contriuição Patronal do Servidor Ativo Civil	2.200.000,00		
			Total das receitas:	**6.519.000,00**
			Total por entidade:	**6.519.000,00**
			Total geral:	**60.919.500,00**

Assinado Digitalmente

PLANEJAMENTO
DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS (ANEXO 1 DA LEI Nº 4.320/64) - LOA 2018

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas	Valor	Despesas	Valor
Receitas Correntes	62.089.500,00	DESPESAS CORRENTES	50.038.335,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.684.500,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	28.762.850,00
Contribuições	1.981.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.275.485,00
Receita Patrimonial	3.400.000,00		
Receita de Serviços	526.000,00		
Transferências Correntes	48.360.000,00		
Outras Receitas Correntes	138.000,00		
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTARIAS	2.200.000,00		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.200.000,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.450.000,00		
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-3.450.000,00		
		Superavit	10.801.165,00
Total	60.839.500,00	Total	60.839.500,00
Superavit do orçamento corrente	10.801.165,00		
Receitas de Capital	80.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	4.662.160,00
Alienação de Bens	80.000,00	INVESTIMENTOS	4.582.160,00
		AMORTIZACAO DE DIVIDA	80.000,00
Deficit	4.582.160,00		
Total	4.662.160,00	Total	4.662.160,00

Resumo

Receitas Correntes	62.089.500,00	101,92 %	DESPESAS CORRENTES	50.038.335,00	85,69 %
Receitas de Capital	80.000,00	0,13 %	DESPESAS DE CAPITAL	4.662.160,00	7,98 %
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMEN	2.200.000,00	3,61 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	3.694.005,00	6,33 %
DEDUÇÕES DA RECEITA	-3.450.000,00	-5,66 %			
			Superavit do Orçamento	2.525.000,00	
Total	60.919.500,00	100,00 %	Total	60.919.500,00	100,00 %

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			46.677.335,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		28.654.850,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS		26.019.510,00	
3.1.90.04.00.00.00.00	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	3.304.500,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.128.930,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	654.000,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	1.932.080,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	APLIC DIRETA DECOR DE OPERAC ENTRE ORG,FUND E ENTI		2.635.340,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	2.635.340,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		18.022.485,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	DIARIAS - PESSOAL CIVIL		203.000,00	
3.3.50.41.00.00.00.00	CONTRIBUICOES	48.000,00		
3.3.50.43.00.00.00.00	SUBVENCOES SOCIAIS	155.000,00		
3.3.70.00.00.00.00.00	CONTRIBUICOES		100.000,00	
3.3.70.41.00.00.00.00	CONTRIBUICOES	100.000,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	TRANSFERÃŠNCIAS A CONSÃ“RCIOS PÃšBLICOS		332.000,00	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	332.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS		17.387.485,00	
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	258.200,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	6.919.485,00		
3.3.90.31.00.00.00.00	PREMIACOES CULTURAIS, ARTISTICAS E OUTRAS	68.000,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIB.GRATUITA	20.000,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	194.900,00		
3.3.90.35.00.00.00.00	SERVICOS DE CONSULTORIA	158.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	537.400,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	8.671.500,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	500.000,00		
3.3.90.91.00.00.00.00	SENTENCAS JUDICIAIS	50.000,00		
3.3.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	10.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			4.654.160,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		4.574.160,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS		4.574.160,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	2.186.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.388.160,00		
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DE DIVIDA		80.000,00	
4.6.90.00.00.00.00.00	APLICACAO DIRETA		80.000,00	

Assinado Digitalmente

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.6.90.71.00.00.00.00	PRINCIPAL DA DIVIDA CONTRATUAL RESGATADO	80.000,00		
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			544.005,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		544.005,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		544.005,00	
9.9.99.99.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	544.005,00		
			Total das despesas:	**51.875.500,00**
			Total da entidade:	**51.875.500,00**
Entidade: 2 - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			3.361.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		108.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS		106.000,00	
3.1.90.04.00.00.00.00	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	10.000,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	80.000,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	11.000,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	5.000,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	APLIC DIRETA DECOR DE OPERAC ENTRE ORG,FUND E ENTI		2.000,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	2.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		3.253.000,00	
3.3.20.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS A UNIAO		2.500.000,00	
3.3.20.01.00.00.00.00	APOSENTADORIAS DO RPPS E REFORMAS DOS MILITARES	2.000.000,00		
3.3.20.03.00.00.00.00	PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	500.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS		753.000,00	
3.3.90.06.00.00.00.00	BENEFICIO MENSAL AO DEFICIENTE E AO IDOSO	430.000,00		
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	5.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	3.000,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	5.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	20.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	200.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	60.000,00		
3.3.90.92.00.00.00.00	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	30.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			8.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		8.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS		8.000,00	

Assinado Digitalmente

Estado do Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 2 - INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA DE VILA RICA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	8.000,00		
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			3.150.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		3.150.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		3.150.000,00	
9.9.99.99.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	3.150.000,00		
9.9.99.99.99.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA OU RESERVA DO RPPS	3.150.000,00		
			Total das despesas:	**6.519.000,00**
			Total da entidade:	**6.519.000,00**
Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VILA RICA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.365.000,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		1.715.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS		1.635.000,00	
3.1.90.04.00.00.00.00	CONTRATACAO POR TEMPO DETERMINADO	10.000,00		
3.1.90.11.00.00.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.455.000,00		
3.1.90.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	120.000,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS	50.000,00		
3.1.91.00.00.00.00.00	APLIC DIRETA DECOR DE OPERAC ENTRE ORG,FUND E ENTI		80.000,00	
3.1.91.13.00.00.00.00	OBRIGACOES PATRONAIS	80.000,00		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		650.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS		650.000,00	
3.3.90.14.00.00.00.00	DIARIAS - CIVIL	10.000,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	100.000,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	10.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	160.000,00		
3.3.90.41.00.00.00.00	CONTRIBUICOES	20.000,00		
3.3.90.46.00.00.00.00	AUXILIO-ALIMENTACAO	100.000,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	INDENIZACOES E RESTITUICOES	250.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			160.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		160.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	APLICACOES DIRETAS		160.000,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	OBRAS E INSTALACOES	50.000,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	110.000,00		

Estado do Mato Grosso

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 3 - CAMARA MUNICIPAL DE VILA RICA				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.4.90.52.00.00.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	110.000,00		

Total das despesas:	**2.525.000,00**
Total da entidade:	**2.525.000,00**
Total geral:	**60.919.500,00**

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Administração Direta

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Janeiro à Novembro

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)
RECEITAS CORRENTES	49.007.388,52	49.007.388,52	42.338.134,34	-6.669.254,18
RECEITA TRIBUTARIA	5.279.087,51	5.279.087,51	5.740.728,68	461.641,17
Impostos	4.909.478,33	4.909.478,33	5.388.626,79	479.148,46
Taxas	369.266,18	369.266,18	352.101,89	-17.164,29
Contribuição de Melhoria	343,00	343,00	0,00	-343,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	408.742,08	408.742,08	252.049,49	-156.692,59
Cosip - contrib.p/ o cust.do serv. ilum.pública	408.742,08	408.742,08	252.049,49	-156.692,59
RECEITA PATRIMONIAL	388.733,73	388.733,73	649.750,12	261.016,39
Receitas de Valores Mobiliarios	388.733,73	388.733,73	649.750,12	261.016,39
RECEITA AGROPECUARIA	331,57	331,57	0,00	-331,57
Outras Rec. Agropecuárias	331,57	331,57	0,00	-331,57
RECEITA DE SERVIÇOS	369.388,50	369.388,50	457.574,54	88.186,04
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	40.945.344,82	40.945.344,82	33.330.813,85	-7.614.530,97
Transferências Intergovernamentais	40.945.344,82	40.945.344,82	33.330.813,85	-7.614.530,97
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.615.760,31	1.615.760,31	1.907.217,66	291.457,35
Multas e Juros de Mora	172.757,83	172.757,83	524.182,07	351.424,24
Indenizações e Restituições	33.271,03	33.271,03	4.583,86	-28.687,17
Receita da Divida Ativa	1.352.564,73	1.352.564,73	1.358.115,90	5.551,17
Receitas Diversas	57.166,72	57.166,72	20.335,83	-36.830,89
RECEITAS DE CAPITAL	5.062.293,38	5.062.293,38	2.330.510,98	-2.731.782,40
ALIENAÇÃO DE BENS	57.166,72	57.166,72	0,00	-57.166,72
Alienação de Bens Móveis	57.166,72	57.166,72	0,00	-57.166,72
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.005.126,66	5.005.126,66	2.330.510,98	-2.674.615,68
Transferências Intergovernamentais	508.783,85	508.783,85	170.625,00	-338.158,85
Transferências de Convênios	4.496.342,81	4.496.342,81	2.159.885,98	-2.336.456,83
SUBTOTAL DAS RECEITAS (I)	54.069.681,90	54.069.681,90	44.668.645,32	-9.401.036,58
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	54.069.681,90	54.069.681,90	44.668.645,32	-9.401.036,58
DEFICIT (IV)	-	1.384.498,97	1.184.726,81	-
TOTAL (V) = (III + IV)	54.069.681,90	55.454.180,87	45.853.372,13	-9.600.808,74
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	0,00	-
Superávit Financeiro	-	0,00	0,00	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES	37.406.297,64	44.481.053,69	42.804.115,38	40.376.995,45	39.671.430,19	1.676.938,31
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.818.686,57	27.604.666,41	27.226.376,02	25.963.708,71	25.573.819,82	378.290,39
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.587.611,07	16.876.387,28	15.577.739,36	14.413.286,74	14.097.610,37	1.298.647,92
DESPESAS DE CAPITAL	9.912.554,21	10.973.049,13	3.049.256,75	1.787.430,68	1.783.810,68	7.923.792,38
INVESTIMENTOS	9.842.554,21	10.908.049,13	3.028.138,37	1.766.312,30	1.762.692,30	7.879.910,76
AMORTIZACAO DE DIVIDA	70.000,00	65.000,00	21.118,38	21.118,38	21.118,38	43.881,62
RESERVA DE CONTINGENCIA	472.978,05	78,05	0,00	0,00	0,00	78,05

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA
Anexo 12 - Balanço Orçamentário
Administração Direta

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
RESERVA DE CONTINGENCIA	472.978,05	78,05	0,00	0,00	0,00	78,05
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	47.791.829,90	55.454.180,87	45.853.372,13	42.164.426,13	41.455.240,87	9.600.808,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/ REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	47.791.829,90	55.454.180,87	45.853.372,13	42.164.426,13	41.455.240,87	9.600.808,74
SUPERÁVIT (IX)	6.277.852,00	-	-	-	-	0,00
TOTAL (X) = (VIII + IX)	54.069.681,90	55.454.180,87	45.853.372,13	42.164.426,13	41.455.240,87	9.600.808,74

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	101.870,00	150.866,79	157.042,21	157.042,21	93.324,58	2.370,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARDGS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	101.870,00	150.866,79	157.042,21	157.042,21	93.324,58	2.370,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.841.971,52	7.791.886,68	3.621.566,16	3.621.566,16	0,01	6.012.292,03
INVESTIMENTOS	1.841.971,52	7.791.886,68	3.621.566,16	3.621.566,16	0,01	6.012.292,03
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DE DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.943.841,52	7.942.753,47	3.778.608,37	3.778.608,37	93.324,59	6.014.662,03

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

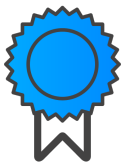
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	19.331,09	52.115,03	52.115,03	0,00	19.331,09
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.331,09	0,00	0,00	0,00	15.331,09
JUROS E ENCARDGS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.000,00	52.115,03	52.115,03	0,00	4.000,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,02	0,00	0,00	0,00	0,02
INVESTIMENTOS	0,02	0,00	0,00	0,00	0,02
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZACAO DE DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	19.331,11	52.115,03	52.115,03	0,00	19.331,11

VILA RICA, 18/12/2017

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

CONSUELO ROCA SILES
CONTADORA CRC/MS 0060107/0-7

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Dec 19 23:31:38 UTC 2017
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)